

anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 22, n. 42, dezembro de 2015

Organizadores:
Claudia Wasserman
Caroline Silveira Bauer
Isabel Piper Shafir

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 22	n. 42	p. x-xxx	dez. 2015
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Benito Bisso Schmidt (Coordenador)

Igor Salomão Teixeira (Coord. Substituto)

Alessander Mário Kerber

Enrique Serra Padrós

Mara Cristina de Campos Rodrigues

Regina Weber

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessander Mário Kerber (editor)

Carla Brandalise

Igor Salomão Teixeira

Mara Cristina de Matos Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires, Argentina*

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la República, Uruguai*

Maria Helena Rolim Capelato - *USP, Brasil*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

EQUIPE TÉCNICA

Secretário da revista:

Vinícius Silveira Cerentini

Revisão:

Ana Santos, Bianca Ractz, Felipe Cardon

e Janyne Martini

Editoração eletrônica:

Glauber Machado e Marta Elisa Zimmermann

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)

Criação da capa:

Kalany Ballardín

Imagem da capa:

Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História –
UFRGS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br

Sítio: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPEAQ – UFRGS

©2015 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/
UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História.
v. 22, n. 42, Porto Alegre: PPGH, dez. 2015.

E-ISSN 1983-201X

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Con-
tents - LAPTOC - e no Sistema Regional de Información
en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el
Caribe, España y Portugal - LATINDEX.

Publicação semestral

Pede-se permuta

On demand échange

We demand exchange

Se pide permuta

SUMÁRIO

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

13

APRESENTAÇÃO

Claudia Wasserman

DOSSIÊ: USOS PÚBLICOS E POLÍTICOS DA MEMÓRIA: CONSTRUÇÕES, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES

21

Los usos públicos del pasado en Europa:
hacia una memoria sincrética
Ricard Vinyes Ribas

53

Busca por parceiros no Memorial do Holocausto
de Eisenman
Valentina Rozas Krause

87

La verticalidad superlativa del Valle de los Caídos
y sus avatares cinematográficos durante
la Transición, un *noeud de mémoire*
Nancy Berthier

O debate legislativo sobre a criação
da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas
articulações e dimensões de temporalidade
da ditadura civil-militar brasileira
Caroline Silveira Bauer

115

De quanta memória precisa uma democracia?
Uma reflexão sobre as relações entre práticas
memoriais e práticas democráticas no Brasil atual
Benito Bisso Schmidt

153

Memorias de la violencia política en Chile: 1970-2014
Isabel Piper Shafir

179

Reflexiones sobre un acontecimiento:
la conmemoración del bicentenario,
la memoria y el presente
Carlos Alberto Rios Gordillo

193

La investigación sobre las conmemoraciones rituales
en Colombia (siglos XIX-XXI): balance historiográfico
Sebastián Vargas Alvarez

207

ARTIGOS

Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político
no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII)
Renan Frighetto

239

Biografia e *historia magistra vitae*:
sobre a exemplaridade das vidas ilustres
no Brasil oitocentista
Mária da Glória de Oliveira

273

295 Um perfil de cargos e funções na marinha mercante
lusu-brasileira, séculos XVIII e XIX
Jaime Rodrigues

325 A última embaixada de um monarca africano
no Brasil: Manoel Alves Lima, um embaixador
do Reino de Onim na corte de D. Pedro I
Gilberto da Silva Guizelin

353 Família e sobrevivência cotidiana na foz do
Amazonas (1944-1964)
Sidney da Silva Lobato

375 El cine histórico de Hollywood
como acción hegemónica
Fabio Gabriel Nigra

407 Pedagogia do trabalho braçal e coletivo no porto
de Porto Alegre (1961-1989)
Jairo Luis Fleck Falcão

RESENHA

449 Do pretexto ao subtexto de Casa-Grande & Senzala
Amurabi Oliveira

459 Condições para submissão

461 Política Editorial

CONTENTS

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

13

INTRODUCTION

Claudia Wasserman

DOSSIER: PUBLIC AND POLITICAL USES OF MEMORY: CONSTRUCTIONS, CONFLICTS AND REPRESENTATIONS

21

Public uses of the past in Europe:
towards a syncretic memory
Ricard Vinyes Ribas

53

Cruising Eisenman's Holocaust Memorial
Valentina Rozas Krause

87

The superlative verticality of the Valley of the Fallen
and its filmic avatars during the transition,
as a noeud de mémoire
Nancy Berthier

The legislative debate on the creation
of the National Truth Commission and the multiple
articulations and temporal dimensions
of civil-military Brazilian dictatorship
Caroline Silveira Bauer 115

How much memory does a democracy need?
A reflection on the relation between memorial
practices and democratic practices in today's Brazil
Benito Bisso Schmidt 153

Memories of political violence in Chile: 1970-2014
Isabel Piper Shafir 179

Reflections on a historical event:
the bicentennial, memory and present
Carlos Alberto Rios Gordillo 193

Research on ritual commemorations in Colombia
(XIX-XXI centuries): a historiographical balance
Sebastián Vargas Alvarez 207

ARTICLES

Symbols and rituals: the mechanisms of political
power in the hispano-visigothic kingdom
of Toledo (VI-VII centuries)
Renan Frighetto 239

Biography and *historia magistra vitae*:
on the exemplarity of illustrious lives
in nineteenth-century Brazil
Maria da Gloria de Oliveira 273

295

A profile of positions and functions
in the Luso-Brazilian merchant marine,
18th and 19th centuries
Jaime Rodrigues

325

The last embassy of an African monarch in Brazil:
Manoel Alves Lima, an ambassador of the Kingdom
of Onim at the court of D. Pedro I
Gilberto da Silva Guizelin

353

Family and everyday survival
on the Amazonas estuary (1944-1964)
Sidney da Silva Lobato

375

Hollywood historical movies
as a hegemonic action
Fabio Gabriel Nigra

407

Pedagogy of manual and collective work
at the harbour of Porto Alegre (1961-1989)
Jairo Luis Fleck Falcão

REVIEW

449

From the pretext to the subtext
of *The Masters and the Slaves*
Amurabi Oliveira

459

Norms for Publication

461

Editorial Policy

Editorial

O número 42 da Revista *Anos 90* é formado por oito artigos que compõem o dossiê temático *Usos Públicos e Políticos da Memória: Construções, Conflitos e Representações*, organizado pelas Professoras Doutoras Claudia Wasserman, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Caroline Silveira Bauer, da Universidade Federal de Pelotas; e Isabel Piper Schafir, da Universidad de Chile. Além dos artigos publicados dentro do dossiê, este número da revista é composto por sete artigos fora do dossiê e por uma resenha.

Todos os artigos foram submetidos à avaliação cega por dois doutores especialistas no tema e, em caso de divergência entre ambos, submetidos à avaliação de um terceiro, conforme as normas da Revista. Dada a grande quantidade de artigos submetidos, mesmo que mais da metade dos artigos tenham sido recusados, há artigos que foram aprovados para publicação fora do dossiê que serão publicados somente na próxima edição.

Foram aprovados para publicação nesta edição da *Anos 90* artigos em língua portuguesa, espanhola e inglesa, de professores pesquisadores de diversas instituições e países. Seguindo a ordem dos artigos publicados nesta edição, colaboraram autores vinculados às seguintes universidades: Universitat de Barcelona; Universidad Diego Portales, Chile; Universidade da Califórnia, Berkeley; Université Paris-Sorbonne; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidad de Chile; Universidad Autónoma Metropolitana, México; Universidad Iberoamericana Ciudad de México; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Estadual Paulista; Universidade Federal do Amapá; Universidade de Buenos Aires; Universidade do Estado do Mato Grosso; Universidade Federal de Santa Catarina, demonstrando a diversidade institucional e a internacionalidade da Revista.

Este também é o primeiro número da Revista publicado pela Equipe Editorial composta pelas Professoras Doutora Carla Brandalise, Doutora Mara Cristina de Matos Rodrigues, pelo professor Doutor Igor Salomão Teixeira e por mim, Professor Doutor Alessander Kerber, editor-chefe da Revista.

Quero agradecer ao coordenador do PPG em História da UFRGS, Professor Doutor Benito Bisso Schmidt, e ao coordenador substituto do PPG e anterior editor-chefe da Revista *Anos 90*, Professor Doutor Igor Salomão Teixeira, a oportunidade e confiança dada a mim e a essa Equipe Editorial para dar continuidade ao trabalho de excelência realizado anteriormente na condução desta Revista. Quero agradecer também ao Núcleo de Criação, Editoração e Revisão da UFRGS, que cuida da editoração e revisão da revista, em especial a Oberti Ruschel, Glauber Machado, Marta Zimmermann, Ana Santos, Bianca Ractz, Felipe Cardon e Janyne Martini. Agradeço ao bolsista Vinícius Silveira Cerentini, que participou de diversas atividades da Revista. Agradeço, por fim, aos professores doutores avaliadores que, com a presteza e qualidade dos pareceres emitidos na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da *Anos 90* fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Desejo a todas e a todos boas leituras.

Alessander Mário Kerber
Editor-Chefe

Apresentação

Claudia Wasserman

A luta por combater as violações aos direitos humanos e as ações que visam a estabelecer políticas de memória se evidenciaram com força a partir dos últimos anos do século XX. A partir de meados dos anos 1980, no processo de redemocratização ocorrido nos países sul-americanos, rompeu-se o silêncio em relação ao passado autoritário, as vítimas passaram a reivindicar a revelação dos fatos, assinalando sua preocupação com a memória coletiva. Reconheceu-se que a memória não é um exercício individual, pertencente somente aos vitimados, mas que toda a sociedade submetida à repressão e ao autoritarismo e, sobretudo, ao ocultamento das brutalidades, tinha o direito de conhecer a verdade e buscar romper com a impunidade em relação aos crimes cometidos por entes estatais. O dossiê *Usos públicos e políticos da memória: construções, conflitos e representações* busca apresentar uma parte do amplo universo de pesquisas atuais sobre os usos da memória e suas implicações culturais, identitárias e políticas em suas diferentes manifestações – sejam elas construções e representações ou gestão de conflitos de memória – em sociedades marcadas por um passado traumático.

Instituir mecanismos de enfrentamento do passado traumático através da criação de estratégias que envolveram o estabelecimento da verdade e a busca de uma justiça de transição se tornou a tônica de organizações de direitos humanos em sociedades que viveram violência estatal. O enfrentamento das brutalidades cometidas pelos estados foi o caminho para buscar a verdade, reparar os danos e iniciar um processo de reconciliação com o passado com vistas a consolidar a democracia. Essas sociedades encontraram diferentes estratégias para acertar as contas com o passado, tendo em vista que a transição à democracia ou à pacificação teve expressões diversas de um país para outro.

Assim sendo, a iniciativa de organizar um dossiê que desse conta desse universo de pesquisas respondeu ao crescente interesse sobre os debates de políticas de reparação e memória, em parte estimulado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, mas também por um profícuo intercâmbio interdisciplinar e internacional entre grupos de pesquisa que, de maneira comparativa, procuram entender os complexos processos de relação entre a memória e a sociedade. Assim, o volume da Revista *Anos 90*, coordenado por mim, Claudia Wasserman (UFRGS) e pelas professoras Caroline Silveira Bauer (UFPel) e Isabel Pípper Shafir (Universidad de Chile), também possibilitou a apresentação de artigos por parte dos integrantes do projeto *Memoria y sociedad. Las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública contemporánea en Europa y América. Conflicto, representación y gestión*, financiado pelo Ministério de Innovación y Ciencia da Catalunha, e coordenado pelo professor da Universidade de Barcelona (UB) Ricard Vinyes Ribas. Foi também oportuno para a divulgação de artigos oriundos de outros projetos e pesquisadores que têm como tema central de suas investigações os usos públicos e políticos da memória. Todos os artigos foram revisados pelo comitê editorial da revista *Anos 90*, pelos coordenadores do dossiê e submetidos ao processo de duplo parecer às cegas.

O dossiê aparece com artigos sobre memória e usos do passado na Europa, notadamente acerca de monumentos memoriais construídos em Bruxelas, na Alemanha e na Espanha, e na América Latina, com ênfase, neste último caso, para Brasil, Chile, Colômbia e México. Os autores são todos especialistas no tema e apresentam artigos que são fruto de pesquisas concluídas recentemente.

Ricard Vinyes Ribas, no artigo *Los usos públicos del pasado en la Europa: hacia una memoria sincrética*, analisa a *House of European History* como um instrumento de gestão do passado. A pesquisa refere-se às políticas sobre o passado que a União Europeia (UE) vem construindo nos últimos anos e os antecedentes intelectuais e políticos dessas iniciativas. Argumenta que o relato presente na exposição permanente do novo museu está orientado a estabelecer o mito fundacional de uma suposta identidade entre

os países do bloco. Descreve igualmente a pressão exercida pelos países da Europa Oriental para instalar sua própria e excludente versão da memória europeia como a única memória possível e que deva ser adotada por todos os europeus.

O artigo de Valentina Rozas Krause, *Cruising Eisenman's Holocaust Memorial*, analisa uma exposição de arte no Museu Judaico de Nova Iorque que exhibe as imagens de jovens homens gays posando junto aos blocos de pedra do Memorial do Holocausto, em Berlim. Valentina Rozas Krause reflete justamente sobre os motivos que levaram esses jovens a escolher o memorial de Berlim para suas fotos de perfil, que compõem um site de namoro. Analisa como os espaços de memória podem sofrer ressignificação em práticas cotidianas e também revela as possibilidades de um memorial performático reinscrever questões de gênero e sexualidade em narrativas aparentemente improváveis, como as do Holocausto, com o objetivo de chamar atenção para uma memória subterrânea, como a da perseguição dos nazistas aos homossexuais.

O artigo de Nancy Berthier, *La Verticalidad Superlativa del Valle de los Caídos y sus avatares cinematográficos durante la transición, un Noeud de Mémoir* aborda a apropriação de outro monumento histórico europeu. Construído para expressar a epopeia da ditadura franquista e para homenagear os heróis da guerra contra os republicanos, o monumento foi reapropriado pelo cinema e o artigo discute justamente de que forma uma imagem que simboliza a ditadura circulou depois da morte do ditador. Depois de explicar as características do monumento no discurso franquista, Nancy Berthier apresenta os filmes que foram feitos entre 1975 e 1981 que visavam a prolongar ou a subverter aquela narrativa memorial.

Os artigos de Caroline Silveira Bauer, *O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira* e de Benito Bisso Schmidt, *De quanta Memória precisa uma Democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual* estão situados em tema muito atual do debate sobre memória da ditadura no Brasil. Caroline Bauer analisa o debate ocorrido na sessão legislativa que aprovou a criação da Comissão Nacional da Verdade evidenciando

os usos públicos e políticos do passado, bem como as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade que coexistem em se tratando da temática da ditadura civil-militar brasileira. Parte de uma pesquisa mais ampla, a análise centra-se na diferença entre o “tempo dos vencidos” e o “tempo dos vencedores” e de que forma essas diferentes concepções temporais influenciam na elaboração de políticas de memória e consecução da justiça de transição no Brasil. Benito Schmidt analisa a relação entre práticas de memória e práticas democráticas, tendo como eixo projetos memoriais realizados no Brasil atual em relação à ditadura civil-militar iniciada em 1964. Examina lugares de memória e manifestações da sociedade civil que evocam o passado autoritário, considerando-os como integrantes da justiça de transição. Postula também a necessidade de uma memória exemplar a respeito da ditadura como elemento fundamental à construção de uma democracia vigorosa e de uma cidadania plena.

O artigo de Isabel Piper Shafir, *Memorias de la violencia política en Chile: 1970-2014*, reflete sobre a hegemonia das memórias das vítimas e sobre as vítimas no Chile e argumenta que essa preponderância encobre outras memórias. Com menor visibilidade e reconhecimento, essas outras memórias participam igualmente do processo de memorialização de uma forma menos clara e precisa, mas com importantes efeitos psicológicos, sociais e políticos. Sustenta, por outro lado, que limitar as ações e políticas de memória à reparação das vítimas pode excluir a discussão pública e o debate sério e reflexivo em torno das violências políticas exercidas no período democrático. Argumenta ainda que condenar as práticas do passado, por vezes, pode excluir as práticas atuais, igualmente perversas e violentas.

Outros dois artigos discutem as comemorações de datas redondas como forma de legitimar o passado e conciliar os traumas, mas que também colocam em movimento atores que questionam o passado plasmado nas festividades. É o caso dos artigos de Carlos Alberto Rios Gordillo, *Reflexiones sobre un acontecimiento. La conmemoración del bicentenario, la memoria y el presente*, sobre a comemoração dos duzentos anos de vida independente no México, e de Sebastián Vargas Alvarez, *La investigación sobre las*

conmemoraciones rituales em Colombia (siglos XIX-XXI): balance historiográfico, sobre a literatura contemporânea a respeito das comemorações rituais na Colômbia e a estreita relação que estas festas tem com os projetos de construção e legitimação do Estado-nação durante os últimos dois séculos. Ambos artigos refletem sobre os usos políticos do passado que se fazem presentes nos eventos comemorativos, assim como evidenciam a memória como um campo de batalha atual.

Com essa variedade de pesquisas acerca da memória pública e da apropriação e reapropriação do passado, bem como de seus usos, a Revista *Anos 90* espera oferecer ao leitor uma parte do que vem sendo produzido neste campo da história e que certamente constitui extraordinária contribuição para o enriquecimento de nosso conhecimento sobre o tema.

DOSSIÊ

Usos públicos e políticos
da memória: construções, conflitos
e representações

Los usos públicos del pasado en Europa: hacia una memoria sincrética

Ricard Vinyes Ribas*

Resumen: Este artículo expone una investigación relativa a las políticas sobre el pasado que la Unión Europea ha construido en los últimos años, así como sus antecedentes intelectuales y políticos. Para ello analiza el nuevo instrumento de gestión del pasado creado por la UE: la *House of European History*. La investigación desarrollada muestra que el relato expresado en la exposición permanente del nuevo museo está orientada a establecer el mito fundacional de una nación europea y su supuesta identidad. Finalmente, describe la presión ejercida por los países de la Europa oriental para instalar, en la gestión de las políticas europeas sobre el pasado, su propia y excluyente versión de la memoria europea como la única memoria posible que deben adoptar todos los europeos. **Palabras clave:** Políticas Públicas de Memoria. Museos de Historia. Representaciones del Pasado.

En diciembre de 1973, durante los días 14 y 15, los Jefes de Estado de los nueve países que por entonces constituían la Comunidad Europea se reunieron en la ciudad de Copenhague¹. Entre otras disposiciones relativas a la expansión y consolidación de la Comunidad Europea (que según el propósito de los reunidos debía convertirse en Unión Europea antes de finalizar el decenio²), la cumbre de Copenhague aprobó la *Déclaration sur l'identité européenne*³, un texto detono solemne que anunciaba y establecía la existencia de una “identidad europea”. El documento era contundente y ejecutivo:

* Professor da Universitat de Barcelona. E-mail: ricardvinyes@ub.edu

asumía y decretaba la incorporación y el uso de la idea de identidad europea en el vocabulario oficial de la Comunidad – lo que no era poca cosa –, exponía la necesidad, la voluntad y la decisión de acotar y definir los rasgos diferenciadores de esa identidad, la consideraba elemento esencial en la cohesión interna de los miembros comunitarios y su ciudadanía, e indicaba – o mejor, decretaba – su naturaleza cultural y “civilizadora”. Uno de los párrafos resume bastante bien el relato que sostiene el documento.

Esta variedad de culturas en el marco de una misma civilización europea, este compromiso con los valores y principios comunes, esta aproximación de las concepciones de la vida, esta conciencia de tener en común intereses específicos y esta determinación de participar en la construcción europea dan a la identidad europea su carácter original y su dinamismo propio⁴.

El documento no contenía mucho más que una declaración de intenciones, pero sostenía una idea central: la identidad europea *será*. Y *deberá ser* lo más parecido a una civilización de la paz, la prosperidad y la bondad. Este es un discurso que ha tenido recorrido y consecuencias hasta hoy como bien demuestra el instrumento con el que la Unión Europea (UE) se ha dotado para desarrollar su propia política pública relativa al pasado y que por tanto combina historia y memoria, me refiero a la Casa de la Historia Europea (CHE), cuyo proceso constituyente y algunas derivaciones del mismo analiza esta investigación⁵.

En realidad una política pública es la combinación de tres elementos: un objetivo, un programa y un instrumento. En el caso de la UE, todo indica que el objetivo consiste en la fusión de todos los pasados en una suerte de sincretismo memorial que en realidad resulta altamente autoritario, puesto que la fusión – a la que algunos documentos denominan con el eufemismo de “memoria compartida”– substituye la convivencia de memorias, es decir la gestión de conflictos y concurrencias procedentes de opciones y relatos diversos. El programa no es otra cosa que la previsión y organización de las actuaciones que se establecen para alcanzar los

objetivos propuestos, y el instrumento es la institución constituida para garantizar el cumplimiento de los objetivos por medio de la creación y definición del programa y su gestión. En este caso el instrumento de la UE para la administración del pasado de los europeos es la Casa de la Historia Europea (CHE), constituida por mandato del Parlamento europeo en su sexta legislatura (2004-2009), y en el contexto aproximado de una década (2000-2010) en que la preocupación pública memorial en Europa y América conoció un crecimiento notable expresado tanto en la revisión de los programas educativos como en la proliferación de instituciones, museos, centros de interpretación, cambios legislativos y proyectos de todo género relativos al pasado⁶. Por otra parte, la decisión de crear la CHE indica los inconvenientes, y en buena medida la inutilidad, de la llamada red de “museos de Europa”, de titularidad pública y privada, creados desde la década de los ochenta en distintos países de la UE con la intención de mostrar, educar o imaginar la supuesta identidad europea decretada en la cumbre de Copenhague de 1973 (hay registrados hasta diez museos con esta función⁷), todos ellos mantienen la misma narrativa y el mismo eslogan retórico y vacío: “unidos en la diversidad”, y en buena medida se constituyeron para aprovechar las subvenciones y recursos culturales de la Unión⁸.

Antes de proseguir con el proceso relativo a la creación y efectos de la Casa de la Historia Europea, sugiero remontar por el tiempo hasta 1991. En junio de aquel año el historiador Henry Rousso, en un texto en el que exponía su interpretación del concepto “memoria colectiva”, sostuvo que las manifestaciones de la memoria colectiva se pueden observar, 1) a escala de grupos restringidos (familia, partidos, asociaciones); 2) a nivel de toda la nación, y precisaba que “[...] en este caso podemos hablar de ‘memoria nacional’; y 3) a escala continental. Y añadía Rousso, “[...] ¿acaso no podemos hablar en la actualidad, de una memoria europea que – matizaba – sería preciso definir?”⁹.

Memoria colectiva, memoria de grupo, memoria nacional, memoria continental, memoria de todos... Europa será nación y la memoria europea será memoria nacional.

En 1991 y en el mismo mes de junio, mientras Rousso hablaba de memoria continental y nacional europea, admitiendo que no

sabía a qué se refería exactamente, cómo definirla y acotarla, pero anunciando su existencia al menos como hipótesis sostenible para la investigación, se iniciaba la primera etapa de las guerras yugoslavas con la secesión de Eslovenia y Croacia. La guerra se prolongó diez años – hasta 2001 – asolando el centro de la civilizada Europa con un coste terrible; un conflicto que contenía responsabilidades políticas de importantes países miembros de la Unión, y de la Unión en sí misma, y su política exterior: ¿Cuál debe ser la “memoria compartida” de aquellos ciudadanos que en su mayoría hoy forman parte de la Unión?: Eslovenia desde 2004, Croacia ingresó en 2013; Bosnia-Herzegovina, Albania, Serbia y Macedonia han solicitado el ingreso y entrarán algún día en la Unión como miembros de pleno derecho. ¿Memoria nacional europea? ¿Dónde se halla la identidad? ¿Cuál es el común denominador histórico? La realidad contradecía con miles de muertos, con la vulneración planificada de derechos y el propósito de exterminio aquella supuesta memoria “idéntica” europea.

Aún así, años más tarde, en 2004, Rousso, al igual que otros historiadores, sostenía la necesidad de búsqueda de esa identidad, esa historia y esa memoria compartida como proyecto intelectual y político para todos los europeos. En un elaborado artículo proponía con qué elementos debía realizarse la búsqueda, y cuáles eran los términos que acotaban la naturaleza de esa identidad europea. Para explicar la superación de la nación-Estado en la nueva realidad macro política de la UE, del mismo modo que a fines del siglo XVIII y a lo largo del XIX la provincia era trascendida por la nación, que otorgaba la ciudadanía y el derecho, Rousso proponía un ejemplo sorprendente “rehaciendo” un fragmento del *Manuel Republicain de l'Homme et du Citoyen*, (1848), de Renouvier, que durante años constituyó un referente muy importante de la cultura progresista francesa y europea. En el texto de Renouvier, un escolar agradece a su profesor todo lo que de él ha aprendido:

Habéis elevado tanto mis ideas hablándome de la República y de la moral republicana, que creo salir de las tinieblas y ver el día por primera vez. Yo no vivía más que en mi pueblo, y ahora me doy cuenta que vivo en Francia. La República me ha hecho dos veces francés.

Y a partir de ese párrafo Rousso proponía el siguiente ejercicio para ilustrar la naturaleza que *debe tener* la identidad europea, un proyecto en construcción:

Tal vez sea posible transponer esta oda a la república francesa, uno de los fundamentos de los lugares de memoria celebrados con tanto fervor por Pierre Nora, a la práctica europea, lo que podría dar como resultado algo así: “Habéis elevado tanto mis ideas hablándome de democracia y de moral, de los derechos del Hombre, que creo salir de las tinieblas y ver el día por primera vez. Yo vivía tan sólo en mi país, y me doy cuenta que vivo en Europa. La democracia de los derechos del Hombre me hace dos veces europeo”.¹⁰

Expresada en formas distintas, la creencia en la identidad europea, o la apelación a ella y la persistente búsqueda de una, al parecer inencontrable, “memoria europea” ha generado un corpus discursivo relevante en el ámbito de la historia y de las humanidades en general durante los últimos treinta años con un importante eco político, académico e institucional¹¹, extendiéndose incluso más allá de la estructura institucional de la UE, por ejemplo al Consejo de Europa, que en 2002 debatió sobre la cuestión identitaria europea a propósito de la concesión del *Premio europeo del museo* que el Consejo de Europa otorgaba desde hacía 25 años. En aquella edición del año 2002 se acordó entregar el premio al museo que mejor representara el “espíritu europeo”, pero el desacuerdo sobre esta expresión, o mejor, sobre su significado, generó un documento de debate interno de la institución sumamente crítico con la idea de espíritu e identidad europea¹². El autor del informe – el diputado socialista de los Países Bajos Gerrit Valk –, tras recordar que la cuestión de la identidad europea había sido discutida ampliamente desde el inicio del consejo de Europa informo de que:

[...] se concluye que la noción de identidad cultural europea era más política que cultural. Las discusiones han concluido en la afirmación paradójica según la cual la identidad europea reside en su diversidad.¹³

El informe añadía:

¿Tiene Europa una identidad cultural? ¿La cultura puede reforzar la noción de identidad europea? Es evidente que ambas preguntas tienen una dimensión política puesto que tratan de definir Europa, y el mero hecho de proponer las ya es un planteamiento político.¹⁴

Y sostenía que si bien podía ser un elemento de cohesión también corría el riesgo de promover enfrentamientos. Con esta y otras consideraciones el Informe resolvió que el premio no debía otorgarse al museo que mejor expresara el inexistente espíritu europeo, sino que debía recompensar a: “[...] una contribución remarcable para la mejor comprensión del patrimonio europeo. Los principales criterios de atribución serán, pues, la creatividad y la pertinencia”¹⁵

A pesar de esas observaciones críticas que indican la importancia otorgada al tema y la complejidad que tenía, el documento expresaba un desconcierto notable, sorprendentes paradojas:

[...] [determinadas] nociones, aproximaciones y actitudes pueden ser consideradas como características de Europa “incluso si no son exclusivamente europeas. Ellas se han fundado sobre los valores del civismo, el Estado de Derecho, el respeto a la persona, la libertad de expresión y otros derechos fundamentales. (la creatividad forma parte también de los valores europeos, al igual que la tolerancia. De hecho, la cultura europea se ha alimentado mucho de las influencias extranjeras.”¹⁶

Es sobre este sedimento intelectual y político que se ha construido el instrumento con el que será administrado el pasado de la ciudadanía europea.

En enero de 2007, seis años después de finalizada la guerra que trastornó el centro de Europa, y siete años antes del conflicto entre Ucrania y Rusia, Hans-Gert Pötering, – en aquel entonces líder del grupo parlamentario del conservador Partido Popular

europeo, mayoritario – accedía a la presidencia del Parlamento¹⁷. En su discurso programático del 13 de febrero ante la Cámara, Pöttering sostuvo la necesidad de estimular una memoria y una historia comunes a todos los europeos. Ni la historia ni la memoria comunes existían, dijo ante los diputados, pero había que construirlas y hacerlas crecer, a fin de que: “[...] los ciudadanos *sientan* una identidad compartida”.¹⁸ Y con esta finalidad propuso el instrumento que debía hacer posible ese objetivo identitario europeo: la Casa de la Historia Europea, según anunció en un breve párrafo de su discurso; sus palabras fueron:

En los museos nacionales, la historia europea se presenta casi siempre desde el punto de vista meramente nacional. Propongo la creación de un lugar para la historia y para el futuro, en el que el concepto de la idea europea pueda seguir floreciendo. Me gustaría proponer la creación de una ‘Casa de la historia europea’. No debería ser un museo yermo y aburrido, sino un lugar donde se cultivara conjuntamente nuestra memoria de la historia europea y la labor de la unificación europea, y que al mismo tiempo estuviera disponible como lugar donde se continuara construyendo la identidad europea por los ciudadanos actuales y futuros de la Unión Europea.¹⁹

La propuesta no mereció ni un solo comentario en las intervenciones posteriores de los diputados; ¿se trataba de un alarde retórico derivado del entusiasmo de un presidente al inaugurar la legislatura y anunciar grandes propósitos? Lo cierto es que no, pues la Casa de la Historia Europea abrirá sus puertas en el edificio de la antigua clínica Eastman, en el hermoso Leopold Park de Bruselas en 2016, si no hay más demoras.

En cualquier caso, el proyecto se ha ejecutado con un presupuesto inicial de 77 millones de euros, 31 millones para la restauración del edificio, 21,4 millones para la exposición permanente, que tendrá aproximadamente 4.800 metros cuadrados de espacio para exposiciones (algo más de 3.000 para la permanente,

15,4 millones en la adaptación interna de los espacios expositivos, 6 millones para multilingüismo, y actualmente 30 expertos recorren Europa buscando objetos para la colección, que dispone de un presupuesto inicial de 3,75 millones de euros. En todo caso, el presupuesto anual de mantenimiento es de 12 millones de euros.²⁰ Sin embargo, las inversiones previstas en 2009 parece ser que en 2011 habían enloquecido, según la información aparecida en *The Daily Telegraph*, que en un reportaje de su corresponsal en Bruselas, Bruno Waterfield, relataba que el gasto se había incrementado en un 90% de manera, según él, descontrolada, si bien no cita la procedencia de la fuente, refiriéndose tan sólo a documentos a los que el periódico ha tenido acceso.²¹

El interés de las cifras no está en su monto (que siempre es relativo a diversos elementos: la necesidad, la eficiencia, oportunidad, capacidad de gasto, gestión y proporcionalidad), el interés del presupuesto es que éste informa de la importancia que se otorga a un proyecto, y en este caso las cifras son suficientemente elocuentes del interés que hay en la creación de la Casa de la Historia europea. A las críticas sobre el coste y el gasto que comenzaron a aparecer, Pöttering replicó que “Un día de guerra costó mucho más que esta Casa de la Historia europea”²², frase que revela la naturaleza de las expectativas depositadas en el nuevo Museo, que al parecer debería tener una función profiláctica respecto la violencia.

Lo cierto es que todo fue muy rápido desde aquel 13 de febrero de 2007 en el que Pöttering anunció el proyecto durante el discurso inaugural de su turno presidencial; la mesa del parlamento asumió inmediatamente la gestión del proyecto por mandato del presidente: designó un Comité de nueve expertos con la misión de elaborar el contenido del proyecto en un informe y estableció el mandato de los comisionados, un mandato ambiguo que no iba más allá de las palabras pronunciadas por el presidente:

[...] un lugar de memoria y futuro en el que pueda seguir creciendo el concepto de idea europea [...] un lugar que conserve de manera conjunta nuestra memoria sobre la historia y la construcción europeas y, al mismo tiempo permita a los ciudadanos actuales seguir construyendo la identidad europea²³

Se trata pues de cuatro elementos que debían ser tratados: la historia, la memoria de esa historia, la idea de Europa y la identidad europea y de sus ciudadanos. La Mesa del Parlamento designó un representante propio que debía actuar de enlace entre el Comité de Expertos y la Mesa del parlamento, y para ello trabajaría integrado en el Comité; la designación recayó en uno de los vicepresidentes del Parlamento, el socialista español Miguel Ángel Martínez Martínez. Por último, la Mesa estableció un calendario para el proceso de ejecución del proyecto²⁴.

Aunque es conveniente indicar que cuando Pöttering en su discurso de febrero de 2007 propuso la creación de la Casa de la Historia Europea, a la Comisión de cultura no le pareció necesaria, puesto que el Museo Parlamentarium podía asumir los objetivos didácticos o historicistas de la nueva institución proyectada; pero también porque, como ya hemos visto, existían (o estaban proyectados) hasta nueve museos con la pretensión de explicar qué era Europa. Y eso es lo que la Comisión de cultura recriminó a la Mesa del parlamento, – impulsora y gestora del proyecto –, por lo que solicitó la comparecencia del vicepresidente que actuaba de enlace, Miguel Ángel Martínez, quien tuvo que responder a la cuestión de por qué no adaptar el Museo Parlamentarium al nuevo mandato del presidente; a lo que respondió con una sobriedad sorprendente: “porqué no”, dijo, “[...] porqué es diferente [...]”, tras lo cual repitió algunos de los párrafos del Informe del Comité de Expertos²⁵.

El Comité había sido constituido a fines de 2007, y a mediados de 2008 prácticamente había finalizado su informe, si bien la entrega oficial a la Mesa del Parlamento no se realizó hasta el 17 de octubre de ese año²⁶. El Informe exponía con claridad los principios de la Institución y el objetivo que perseguía, y establecía con bastante detalle los criterios, que debían orientar – y los temas que debía tratar – la exposición permanente de la Casa de la Historia Europea; lo que no quedaba claro, – ni en el borrador de junio ni en el texto definitivo de octubre – es la figura jurídica ni el modelo de gestión que debía tener la nueva institución, ni tampoco el lugar que debía ocupar en el organigrama institucional europeo. En realidad, y por lo que se aprecia en la confrontación de documentos, cuando se produjo la comparecencia ante la Comisión de cultura

todo estaba hecho; los textos que leyó Miguel Ángel Martínez ante la Comisión de Cultura son idénticos a los del texto final entregado en el mes de octubre, por lo demás el Comisionado en su comparecencia manifestó que preveía la inauguración “antes de las elecciones europeas de 2014”²⁷. No ha sido así, y al parecer la previsión se ha prolongado a febrero de 2016.

El Informe, titulado *Fundamentos conceptuales para una Casa de la Historia Europea*, establece básicamente cuatro principios.

1. Que el núcleo de la política europea sobre historia y memoria es promover y hacer crecer la identidad europea,

Uno de los objetivos principales de la Casa de la Historia Europea consiste en profundizar los conocimientos que poseen de todas las generaciones sobre su propia historia [...] Este organismo debe convertirse en *un lugar donde cobre vida la idea europea* (p. 5)²⁸

Según el Informe, ese objetivo será instrumentado por un museo, al cual se llamará Casa de la Historia Europea; con lo cual queda bien definido el modelo cultural de la Comisión, si bien no denomina directamente “museo” a la nueva institución aunque sea definida como «museo», que es también lo que sucede con la *Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland* (Casa de la Historia de Alemania) que sirvió de inspiración para el nombre que propuso Pöttering en su discurso, según comentó el enlace entre la Comisión de Expertos y la mesa del Parlamento en su comparecencia de junio de 2008²⁹.

2. Establece el Informe que la Casa de la Historia Europea explicará el desarrollo de las instituciones europeas, en especial desde la segunda mitad del siglo veinte, es decir a partir de la segunda guerra mundial, pero con unos antecedentes previos que se inician en la antigüedad clásica³⁰, y “[...] explicará la evolución europea mostrando a la vez la diversidad y las raíces comunes” (p. 5-6). Por este motivo el título de la exposición permanente es sumamente original, “unidos en la diversidad”, la recurrente expresión didácticamente correcta del *establishment* cultural europeo.

3. Que la exposición permanente narrará:

[...] la historia reciente del continente [mostrando] la amplia superación de los nacionalismos, la dictadura y la guerra, así como la voluntad existente desde los años cincuenta de convivir en paz y en libertad en toda Europa (p. 5).

Además,

[...] las exposiciones han de poner de manifiesto que una Europa unida por valores comunes puede convivir pacífica y libremente en un mundo de progreso. (p. 5)

Según se deduce, la exposición debe contar la historia de un éxito común, compartido, progresivo, ascendente y al parecer también teleológico. Y esta es una idea con tradición, alimentada por una parte importante de la intelectualidad europea, en particular historiadores, como he indicado con anterioridad.³¹

4. Finalmente, el informe define al nuevo museo como un organismo de mediación “entre la comunidad científica y la opinión pública.” (p. 7), lo que no es más que solemnizar una obviedad ya que esa ha sido siempre la función del museo desde su nacimiento.

Si estos son los principios y fundamentos de la Casa de la Historia Europea, los instrumentos con los que actuará son dos, la colección y la exposición permanente.

Según el Informe de los nueve expertos la colección es un elemento del que no es posible prescindir:

Resulta esencial que el museo constituya su propia colección. Disponer de elementos de su propia colección es indispensable para la creación de exposiciones permanentes, temporales e itinerantes visualmente atractivas. Esta colección también ayudará a la Casa de la Historia Europea a insertarse en el circuito de préstamo internacional y le garantizará una posición relevante en este sistema. (p. 8)

Ya dije que la colección no existe aún, pero que otra Comisión de expertos recorre Europa a la búsqueda y compra de objetos y elementos que permitan constituirlos. Será revelador conocer los objetos escogidos y los criterios con los que han sido seleccionados para entender qué es exactamente la identidad europea y de qué modo será objetivada su expresión histórica o simbólica³².

En cuanto a la exposición permanente, aparte de indicar que será “el corazón del nuevo museo”, que su atractivo “[...] dependerá esencialmente de los objetos expuestos, *cuyo poder de irradiación* debe permitir un acceso emocional a las problemáticas históricas, además del acceso cognitivo” (p. 8-9; el subrayado es mío), a parte de recomendar que deberá sostenerse en una “museografía moderna” (p. 8) y de advertir que los medios principales para comunicar la información serán “la independencia científica y la objetividad” (p. 7), a parte de eso, el Informe de los nueve expertos no dice mucho más.

Otra cosa distinta es el detallado guión que el Informe propone para la exposición permanente: una relación de criterios, actuaciones, enlaces cronológicos y temáticos que articulan el sentido y la misión que desde el comienzo se ha dado a la Casa de la Historia: generar el mito fundacional de la identidad nacional europea, que al no ser una realidad, es creada por medio del relato que ofrece la muestra permanente. Esa búsqueda de la identidad a través del museo no debe extrañar, al contrario. El museo, antiguo o moderno, procede y se sostiene en una concepción enciclopédica del saber, y tiene por objetivo la producción del “sujeto universal”, colectivo, y la producción de público, por lo que es un instrumento adecuado para construir, consolidar y expandir un relato que, en el campo de la historia, siempre es identitario, sea de un grupo nacional, una clase social, un grupo subalterno, o una comunidad marginal.

El relato que propone el Informe sostiene y argumenta la existencia de un modelo de vida compartido por todos los europeos en un tronco identitario común que consiste en la superación de los nacionalismos, la superación de las dictaduras y una amplia superación de las guerras. En definitiva, “la superación de estas lacras desde los años cincuenta” (p. 5) y la adhesión a una unión civil común es el objetivo de la Casa de la Historia Europea³³.

Resulta desolador comprobar hasta que punto se prescinde, tanto de las evidencias históricas de lo vivido, como de los conocimientos adquiridos y universalmente compartidos. ¿Cómo es posible inventar esa historia de éxitos y superaciones? ¿Cómo deben ser interpretadas las matanzas y masacres en los procesos de descolonización? (¿es preciso recordar de nuevo Kenia, Indochina, Argelia, Mozambique...?) ¿hemos de recordar el soporte logístico europeo a dictaduras por intereses geopolíticos y económicos?, (como el adiestramiento de la DINA en Chile por el ejército francés para ser más eficiente en la desarticulación de la resistencia a la dictadura de Pinochet?) ¿Hemos de recordar Bélgica y Holanda, – padres fundadores de la “idea europea” – y sus masacres en el Congo e Indonesia respectivamente? O las dictaduras toleradas en Grecia, Portugal y España hasta mediado los años setenta. ¿Acaso sea preciso recordar la voladura del *Rainbow Warrior* – buque insignia de Greenpeace – en la isla de Muroroa en 1985, en un atentado ordenado por el Estado francés a sus agentes de inteligencia, siendo presidente F. Mitterrand y primer ministro Laurent Fabius? O al hablar de xenofobia y nacionalismos superados, cómo debe interpretarse el proyecto de persecución y aniquilación de zingaros en Suecia con la aplicación de programas de esterilización a lo largo del siglo XX, en particular durante la década de los años setenta, según documenta el impresionante informe que hizo público el gobierno sueco en marzo de 2014³⁴. ¿Es esa la histórica superación de xenofobia, dictadura y guerra común a todos los europeos desde los años cincuenta? Un diagnóstico deliberadamente equivocado es un mal presagio para el futuro.

La pregunta en la que se construye el relato de la exposiciones sobre la identidad de los europeos, a la que el guión previsto responde mostrando una etnia nueva, la europea, que no se basa en la sangre – porque ha superado chovinismos xenofobias y odios – sino en los valores de la bondad infinita, el altruismo inacabable y el derecho. Eso es lo que se desprende de la lectura del guión. Sin embargo, la realidad nos muestra que no todos los europeos desean superar el nacionalismo, incluso al contrario (ahí están Le pen, en Francia y Geert Wilders en Holanda, o la masacre perpetrada por un joven empresario noruego, patriota y anticomunista, en Oslo y

en la isla de Utøya, en julio de 2011, con el fin de limpiar el país de socialistas; por no hablar de las guerras de los años noventa o del reciente conflicto entre Ucrania y Rusia. Es desolador observar la disolución de memorias y conflictos en un discurso sincrético construido en aras de la identidad y proyecto de vida comunes. No todos los europeos están dispuestos a renunciar a la guerra para obtener un propósito, no todos están dispuestos a condenar dictaduras, ahí están los ejemplos del trato con Obiang, en Guinea, o con China. Al fin y al cabo condenar la dictadura cubana no conlleva ningún riesgo, pero condenar los atropellos de China con sus ciudadanos o con otros territorios es distinto. En este asunto el caso español es ejemplar: el gobierno de España decidió reformar en 2014 los términos de su adhesión al principio de justicia universal para no soliviantar el gobierno de Li Keqiang, cuya embajadora en Madrid expresó la contrariedad de su gobierno por la orden internacional de detención lanzada por el juez de la Audiencia Nacional, Ismael Moreno, contra el antiguo presidente de la República Popular de China, Jiang Zeming, y otros cuatro dirigentes acusados de genocidio, torturas y crímenes contra la humanidad.

Como decía, la pregunta central del relato de la que será la más importante institución comunitaria sobre el pasado, es la pregunta por la identidad nacional europea. Proponer esta pregunta es una opción ideológica que tiene una respuesta ideológica, decretar la estabilización de la historia y del espacio memorial europeo, su estabulación, su clausura formal. Con la expresión de estabilizar, estabular i clausurar el espacio memorial europeo, me refiero a la decisión implícita de negar la naturaleza conflictiva del pasado traumático, aún no resuelto en el presente, estableciendo como alternativa una única memoria posible derivada del paradigma que hace años está en construcción y que consiste en la equiparación entre nazismo y comunismo, ese es el único relato del pasado que apacigua los reclamos de los países que habían estado bajo la influencia del dominio soviético. La omisión y el rechazo ala naturaleza conflictiva que tiene el pasado – su historia y su memoria – se ha producido en el marco de un proceso de gentrificación memorial; conesa expresión me refiero a un proceso de transformación y conversión de las memorias diversas – que siempre concurren entre

ellas y por consiguiente siempre son débiles – en una memoria nueva, sincretizada y única, con alta capacidad de asimilación, y que disuelve a las demás por medio de la fusión; proceso desarrollado por una *gentry* compuesta por el funcionariado político y administrativo de las instituciones europeas y una intelectualidad de rango y altura diversas; pero en cualquier caso, todos ellos vinculados a los proyectos y políticas destinadas a la administración del pasado, o interesados en ellas, además de estar enlazados al *establishment* político por medio de redes tanto ideológicas como territoriales, según veremos.

Desde el inicio de la VI legislatura (2004-2009) los ocho países que procedían de antiguas dictaduras soviéticas y que habían ingresado en bloque a la UE en mayo de 2004³⁵, generaron un estándar memorial (e histórico) que tendía a desplazar la centralidad de la memoria del exterminio judío en Europa por medio de la equiparación entre comunismo y nazismo, y del holocausto con los crímenes soviéticos en general y el *Gulag* en particular³⁶, lo cual tuvo rendimientos políticos y económicos en las negociaciones con la Unión para obtener un trato privilegiado en la aceleración del proceso de ingreso. El argumento angular de esa construcción vindicativa siempre fueron los acuerdos de Yalta en 1945, además de la reclamación específica de los mandatarios polacos y las nuevas instituciones relativas al pasado creadas en Polonia, que consideraban que su país había detenido el avance de la revolución soviética por Europa desde 1920 a costa del sufrimiento nacional propio³⁷. Este proceso de victimización y construcción de un modelo histórico “oriental” lo ha documentado George Mink³⁸ con un análisis detallado del proceso en el que se instituyeron los agravios comparativos, que debidamente articulados y presentados, han facilitado edificar el principio de “deuda histórica” de los países occidentales de la Unión respecto a los orientales, debido a que aquellos permanecieron supuestamente indiferentes ante las masacres soviéticas perpetradas durante la guerra fría. Una culpabilización destinada a obtener legitimidad nacional y el peso moral correspondiente dentro de la UE en el reparto de beneficios políticos y económicos. No sólo en el momento de ingreso, sino de manera permanente y estructural.

En 2008, mientras la Comisión de expertos redacta el Informe, define las funciones y describe la exposición permanente que deberá tener la Casa de la Historia Europea, en la sede del parlamento checo y bajo la presidencia de Václav Havel, era aprobada en un acto solemne la *Declaración de Praga sobre Conciencia Europea y Comunismo*, un texto programático firmado por personalidades políticas y funcionarios de los países oriental es en su mayoría, antiguos perseguidos de aquellas dictaduras y algunos historiadores de los países del Este. La *Declaración* se comprometía a asumir y desarrollar los principios de la Resolución 1481/2006 del Consejo de Europa. El texto de la Resolución 1481, había sido defendido en el Consejo de Europa por Göran Lindblad, diputado del Partido de la Coalición Moderada; condenaba enérgicamente los crímenes de los regímenes comunistas totalitarios y equiparaba los principios del comunismo y de los estados comunistas con el fascismo y el naciona-socialismo por haber perpetrado, ambos, notorios crímenes contra la humanidad, por la ideología de odio que contenían y por la tiranía de sus gobiernos. El borrador fue aceptado por mayoría en la Comisión de Asuntos Políticos del Consejo de Europa, ya continuación fue aprobado por su Asamblea Parlamentaria, sin embargo no alcanzó la mayoría de dos tercios de los votos emitidos, necesaria para publicar una recomendación a los gobiernos de los Estados miembros del Consejo de Europa. El resultado insuficiente de la votación se debió a la oposición del Presidente de la Asamblea y del Grupo socialista, el político catalán Lluís M. de Puig, quien calificó la Resolución 1481 de sesgada e impropia, y pidió la devolución del informe a la Comisión de Asuntos Políticos, debido a la “falta de análisis”, y a que “[...] puede dar lugar a interpretaciones incorrectas y nefastas”, según consta en el escrito de devolución³⁹. Con este resultado la eficacia de la Resolución 1481 quedaba mermada según lamentaron los parlamentarios que habían impulsado su aprobación. Fue el fracaso – relativo – de la Resolución lo que abrió el camino hacia la Declaración de Praga de dos años más tarde.

El problema de la Declaración de Praga no es la acusación que realiza a las dictaduras soviéticas, ni la denuncia del totalitarismo; el problema reside en el diagnóstico de supuesta tensión entre Este y Oeste que el documento establece, y que si bien no posee

base empírica alguna, sí es útil para determinar la terapia: edificar y expandir un relato sobre la equiparación entre comunismo y nazismo, entre holocausto judío y persecución soviética, junto a la advertencia de que efectuar valoraciones diferentes sobre esta cuestión dividirá Europa como en tiempos de la guerra fría. Para evitar esa supuesta división, los firmantes de la *Declaración* exigen un discurso nuevo. Un discurso que fusione las memorias de los europeos en una memoria idéntica, básicamente la de los países que sufrieron dictaduras soviéticas y la ocupación y sometimiento a la URSS:

Europa no estará unida sino es capaz de formar una visión común sobre su historia, reconoce el nazismo, el estalinismo y los regímenes fascistas y comunistas como un legado común.⁴⁰

Según queda establecido en la Declaración de Praga, la reconciliación y la unión entre Este y Oeste sólo serán posibles con la creación de un relato sostenido en la equiparación, que deviene posible en nombre de las víctimas. Y para consolidar y expandir ese relato, el punto 15 de la Declaración de Praga reclama: “la fundación de un Museo o memorial pan-europeo sobre las víctimas de todos los regímenes totalitarios”, museo que los impulsores de la *Declaración* confían que será la Casa de la Historia Europea, y con esta finalidad se ha constituido un *lobby* memorial. Por otra parte, resulta llamativa la coincidencia entre una de las instituciones firmantes de la Declaración de Praga – La Casa del Terror, en Budapest, que en el texto es citada como ejemplar – y que su directora desde 2002, Mária Schmidt, sea miembro vocal del Comité de nueve expertos que ha redactado el proyecto de la Casa de la Historia Europea⁴¹.

En cuanto a la constitución del *lobby* memorial al que me he referido, esa es la misión explícita del grupo de presión constituido al entorno de la Declaración de Praga, a la que numerosos documentos denominan “proceso de Praga”, dejando así bien claro que la Declaración no terminaba con la aprobación solemne del texto, sino que con aquel texto se iniciaba un movimiento cultural y político comprometido con la expansión y la instalación de su programa en las estructuras de la UE, y a ser posible también en los estados miembros, y para ello nada mejor que la creación de

un grupo de presión institucional sobre la modelación del pasado europeo. Es con esta finalidad que se ha constituido el *Reconciliation of European Histories* (REH).

El REH es un grupo multipartidario informal y transversal a todos los grupos del Parlamento europeo, no pertenece a las estructuras institucionales de la UE. En la actualidad están asociados en el grupo cuarenta diputados. Hans-Gert Pöttering, autor de la propuesta de la Casa de la Historia Europea, forma parte del REH, que es presidido por la diputada letona Sandra Kalniete, miembro del Partido de la Nueva Era, inscrita en el Partido Popular Europeo y Comisaria europea de agricultura en 2004. En una conferencia cuyo texto fue publicado en el *Leipzig Book Fair* (24.03.2004), Kalniete había sostenido la doctrina del “proceso de Praga” según la cual comunismo y nazismo eran idénticos, por lo que no debía existir diferencia en el tratamiento que se les daba. Esta afirmación provocó que Salomon Korn – Vice director del Consejo Central Judío –, abandonase la sala de conferencias en protesta por aquella consideración puesto que, según declaró él mismo, ese tipo de equiparaciones pretendían relativizar el Holocausto y ocultar o desdeñar la participación letona en el exterminio judío entre 1941-1944⁴².

A pesar de su naturaleza transversal y de estar abierto a todos los grupos parlamentarios, de los cuarenta diputados agrupados en el REH, 32 pertenecen al Grupo del Partido Popular Europeo⁴³, y todos los miembros del grupo excepto seis (un holandés, dos franceses, dos alemanes y una española – Cristina Gutiérrez Cortines, eurodiputada del PP por Murcia), son diputados que representan a los países del Este incorporados a partir de 2004.

La declaración programática del REH es bien clara para comprender el sentido instrumental que la organización otorga a las expresiones “reconciliación” y “unidad”:

La reunificación de Europa requiere la reconciliación de las narrativas históricas dominantes en diferentes partes del continente. Tras la ampliación nos enfrentamos al reto de incluir la experiencia de los países post comunistas en la narrativa comuna de la Historia Europea.⁴⁴

Yesa es la cuestión: reconciliar narrativas históricas significa – en la práctica seguida hasta el día de hoy – fusionarlas en un solo y único relato, crear una narrativa sincrética que en este caso tiene el efecto – entre otros – de desplazar hacia la periferia histórica tanto el peso del antisemitismo en el nacimiento de los Estados modernos europeos, como la especificidad de la Shoá en la historia de la Europa contemporánea. El problema no está en revisar la singularidad del holocausto judío – la revisión crítica es un fundamento disciplinar irrenunciable. El problema de la equiparación Hannah Harendt lo describió ya en 1951, cuando argumentó que nazismo y comunismo coincidían en las acciones, pero no en la ideología, por lo que rechazaba su equiparación, que consideraba sustentada en el principio de analogía, con ausencia de causalidad y de contexto histórico.⁴⁵

En cualquier caso, la equiparación ha tenido la función de encubrir o banalizar la importancia de los crímenes practicados en los países del Este a causa de su arraigado antisemitismo, que el contexto de los años treinta y cuarenta activó, provocando persecuciones, desplazamientos, matanzas de judíos y colaboraciones diversas de los gobiernos nacionales con los ocupantes nazis.⁴⁶ Algo que de ser aceptado en toda su consecuencia disminuye la autoridad moral que ha permitido construir la “deuda histórica” reclamada por mandatarios de los países incorporados en 2004. Es lo que ha documentado el lingüista y activista del movimiento de DDHH Dovid Kotz, para quien el sentido instrumental que posee la doctrina de la equiparación sostenida en la Declaración de Praga o por el REH requiere, necesariamente, desdeñar la persecución judía en Hungría, Polonia o los países bálticos, además de otras colaboraciones y complicidades de los gobiernos nacionales de los países que fueron ocupados en el Este, tanto por Alemania como por la Unión soviética.⁴⁷ Kotz concluía con una advertencia notable:

Pero el revisionismo impropio promovido por algunos estados del Este en la UE, no debe tener garantías de entrada en el oeste por las puertas de atrás de Bruselas y Estrasburgo.⁴⁸

Un proceso que además ha tenido también el efecto de soslayar las atrocidades cometidas por las dictaduras de España, Grecia o Portugal, hasta el punto de votar en contra de su condena, como en el caso de España, con el argumento de que la dictadura del general Franco detuvo el comunismo.⁴⁹

En cualquier caso, el REH, leal al propósito de activar el “proceso de Praga” ha desarrollado una labor ingente, su presencia se percibe en lugares y niveles distintos, desplegando una vigilancia constante para garantizar el relato de la equiparación y su presencia. Por ejemplo, en mayo de 2013 Sandra Kalniete, envió una apelación a la Unidad Responsable del Museo Parlamentarium en la que reclamaba corregir el trato benevolente que, según la diputada letona, se otorgaba al ejército soviético respecto al del Tercer Reich alemán en la exposición permanente del museo; a lo que el responsable del Parlamentarium respondió que esa situación sería rectificada. Más adelante, en diciembre de 2013 el REH solicitó la prohibición de los símbolos socialistas en las dependencias de la UE, al igual que están prohibidos los símbolos nazis; en marzo de 2014 el presidente del Parlamento europeo, Martin Schulz, respondió por escrito que aquella prohibición no era necesaria, lo cual hizo montar en cólera al REH, que en su página web dedicó un duro comentario a la respuesta.⁵⁰ Con mayor ambición, el REH estimuló también la creación de la “Plataforma de la Memoria y Conciencia Europeas” durante la presidencia polaca de la Unión el 14 de octubre de 2011. La conferencia inaugural de la nueva institución fue pronunciada en una sesión solemne por el eurodiputado español del Partido Popular, Alejandro Vidal Cuadras, expresamente invitado por el REH. Según dice el acta fundacional, la Plataforma es un proyecto educativo de la UE que tiene la función de prevenir la intolerancia, el extremismo y los movimientos sociales antidemocráticos. Si bien no es claro que signifiquen lo mismo para todos los europeos las palabras extremismo o intolerancia, o incluso la expresión “antidemocrático”. Por ejemplo, un problema de fondo, cultural y político, reside en que para los países del Este europeo las dictaduras de naturaleza soviética ha sido vista, percibida y asumida como el fracaso de una expresión del totalitarismo; en cambio para muchos ciudadanos del resto de países europeos, las

expresiones dictatoriales del comunismo en aquellos Estados del Este se interpretan como el fracaso de una utopía y su gestión perversa, lo cual es un punto de vista muy distinto. Y esas dos visiones no tienen porque establecer competencia entre ellas ni necesitan ser compartidas porque responden a trayectos, experiencias históricas y tradiciones políticas y culturales muy distintas.

En todo caso, si bien la misión fundacional de la Plataforma es la educación preventiva, el 7 de mayo de 2012, después de diversas reuniones y convocatorias, la Plataforma expresó su intención de promover la creación de un Tribunal Supranacional para los crímenes del Comunismo; no parece que esa deba ser la función de un organismo cuya misión institucional es generar programas educativos para la prevención de fenómenos y movimientos antidemocráticos. Una vez más la cuestión no es que los crímenes de naturaleza política no deban ser perseguidos y juzgados; el problema reside en la creación de una jurisdicción especial que prescinde del Tribunal de Derechos Humanos de Estrasburgo. ¿Para qué jurisdicciones especiales? ¿acaso se trata de singularizar un crimen de nuevo tipo? Probablemente sí.

En la política memorial que ha ido practicando y proyectando la UE en los últimos diez años, desde 2004, observo tres principios y un fenómeno.

En primer lugar, la creación de un relato sincrético que devenga canónico para todos los Estados miembros: todas las historias y todas las memorias diluidas en una sola homologable, una estandarización producida en un proceso de gentrificación memorial.

En segundo lugar, el uso de la historia (una disciplina) y la memoria (una práctica de evocación del pasado colectivamente imaginado) como una ideología que ha de sostener el mito fundacional de una nueva identidad nacional europea, una nueva etnia tal vez.

En tercer lugar, la instauración de una institución, la Casa de la Historia Europea, que ha de solemnizar y difundir este relato, puesto que es el instrumento que administrará la política publica sobre el pasado en la UE.

En cuanto al fenómeno, consiste en la constitución de un grupo influyente y bien articulado que, otorgándose una superioridad moral sostenida en el sufrimiento provocado por los regímenes comunistas, ha establecido el estatus de víctima como principio

de autoridad y de vigilancia normativa para convertirse en particular percepción del pasado en el pasado de todos los europeos, y sus valores en los valores de todos los europeos por medio de un relato que desean canónico. De ahí su vinculación con el proceso de estandarización histórica y memorial promovido por la Casa de la Historia Europea, y de ahí el deseo – y el propósito – de que el discurso de la equiparación y sus derivaciones acabe fusionado en el relato identitario europeo de aquel museo.

Hemos visto que David Kotz advertía sobre la posibilidad que ese relato acabe entrando en la UE “por la puerta de atrás”. Tal vez tenga razón, y tal vez la puerta de atrás sea la Casa de la Historia Europea. Si nada cambia, todo indica que ese será el relato sobre el pasado de la Unión Europea, pero en ningún caso será la memoria de la ciudadanía europea.

PUBLIC USES OF THE PAST IN EUROPE: TOWARDS A SYNCRETIC MEMORY

Abstract: This article exhibits an investigation relative to the policies about the past that the European Union has constructed in the last years, as well as its intellectual and political precedents. To do this it analyses the new management instrument of the past created by the EU: “The House of European History”. The research developed shows that the history expressed in the permanent exhibition of the new museum, aims to establish the foundational myth of a European nation and its supposed identity. Finally, it describes the pressure from Eastern European countries to install, in the European policies management of the past, its own and exclusive version of European memory as the only possible memory that all Europeans must adopt.

Keywords: Public Policies of Memory. Museums of History and Memory. European Identity. Historical Debt. History Debt”.

Notas

¹ Bélgica, Luxemburgo, Países Bajos, Francia, RF de Alemania, Irlanda, Italia, Dinamarca y Reino Unido.

² Sin embargo el propósito no fue realidad hasta 20 años más tarde, en noviembre de 1993, cuando entró en vigor el Tratado de Maastricht, constituyendo

la Unión Europea como realidad jurídica internacional que aunaba las tres antiguas comunidades (CEAC, Euratom y CEE/CE) en una misma supra estructura institucional.

³ *Déclaration sur l'identité européenne*: bulletin des communautés européennes. Décembre 1973, n. 12; p. 127-130. Luxembourg; Office des publications officielles des Communautés européennes.

⁴ Cette variété des cultures dans le cadre d'une même civilisation européenne, cet attachement à des valeurs et des principes communs, ce rapprochement des conceptions de la vie, cette conscience de posséder en commun des intérêts spécifiques et cette détermination de participer à la construction européenne donnent à l'identité européenne son caractère original et son dynamisme propre. Ibid., p. 128

⁵ Esta investigación se ha realizado en el marco de los proyecto I+D de excelencia HAR2011-23490.

⁶ Para una reflexión general de esta cuestión: HUYSEN, Andreas. *Modernismo después de la posmodernidad*. Barcelona: Gedisa editorial, 2010. Un análisis empírico detallado y valoraciones generales: MACEIRA OCHOA, Luz. *Museo, memoria y derechos humanos*: itinerarios para su visita. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012. MAZÉ, Camille. Des usages politiques du musée à l'échelle européenne: Contribution à l'analyse de l'europanisation de la mémoire comme catégorie d'action publique. *Politique européenne*, n. 37, p. 72-100, 2012. Ver también: VINYES, Ricard. Verdade e memória na experiência europeia: Sobre as paisagens da memória. *Revista de direito brasileira*. v. 3. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2012. p. 435-447. GARCIA, Patrick. Vers une politique mémorielle européenne? L'évolution du statut de l'histoire dans le discours du Conseil de l'Europe. In: FRANK, Robert (Dir.). *Un espace public européen en construction*. Bruxelles: Peter Lang, 2010. p. 179-201.

⁷ Museum Europäischer Kulturen (Berlin); Lieu d'Europe (Estrasburgo); Deutsches Historisches Museum (Berlin); Musée de l'Union (Luxembourg); MuCEM (Marsella); Musée de l'Europe (Bruselas); Museion per l'Europa (Turín); Bauhaus Europa (Aix-la-Chapelle); Musée européen Schengen (Bruselas).

⁸ MAZÉ, Camille. Des usages politiques du musée à l'échelle européenne. Contribution à l'analyse de l'europanisation de la mémoire comme catégorie d'action publique. *Politique européenne*, n. 37, p. 72-100, 2012. INIESTA, Montserrat.

⁹ El texto original dice: *Ces manifestations peuvent être observées à l'échelle de groupes retreints (famille, partis, associations etc.) à l'échelle de la nation tout entière (dans ce cas on peut parler de 'mémoire nationale'), voire à l'échelle d'un continent (ne peut-on par exemple concevoir aujourd'hui l'existence - qui resterait à définir - d'une 'mémoire européenne'?* ROUSSO, Henry. Pour une histoire de la mémoire collective: L'après Vichy. In: PESCHANSKY, D; POLLAK, M. ROUSSO, H. *Histoire politique et Sciences sociales*. Paris: Ed. Complexe, 1991. p. 243-264. La cita corresponde a la p. 251.

¹⁰ “Vous avez tellement élevé mes idées en me parlant de République et de la morale républicaine que je crois sortir des ténèbres et voir le jour pour la première fois. Je ne vivais que dans mon village, et voilà que je vis dans la France. La République me fait deux fois Français. ‘Peut-être peut-on transposer cette ode à la république française, l’un des fondements des lieux de mémoire célébrés avec tant de ferveur par Pierre Nora, à la pratique européenne, ce qui pourrait donner quelque chose comme: ‘Vous avez tellement élevé mes idées en me parlant de démocratie et de morale des droits de l’Homme que je crois sortir des ténèbres et voir le jour pour la première fois. Je ne vivais que dans mon pays, et voilà que je vis dans l’Europe. La démocratie des droits de l’Homme me fait deux fois Européen.” ROUSSO, Henry. Les dilemmes d’une mémoire européenne. In: *Studies in Contemporary History*, n. 1, p. 16, 2004.

¹¹ Por ejemplo en BOER DEN, Pim. *Lieux de mémoire et identité de l’Europe*. In: Pim Den Boer; Willem Frijhoff (Dir.). *Lieux de mémoire et identités nationales*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1993. p. 11-29. FRANÇOIS, Étienne. L’émergence d’une mémoire européenne. In: JEANNENEY, Jean-Noël; JOUTARD, Philippe (Dir.). *Du bon usage des grands hommes en Europe*. Paris: Perrin, 2003. p. 112-126. La misma autora se ha ocupado recientemente en establecer una propuesta de lugares de memoria europeos: *Lieux de mémoire européens*, Paris, *La Documentation française, Documentation photographique*, n. 8087. 2012. El repaso que sobre esta cuestión realizó hace años Georges Bossuat es interesante. Desde la convicción de que es necesario hallar una memoria que exprese la identidad europea realiza un interesante recorrido por autores y problemas derivados de esa pesquisa, define cómo debería ser esa identidad y esa memoria, expone los autores que han iniciado su búsqueda y llega a la conclusión de que la búsqueda debe seguir, en un recorrido lleno de referencias bibliográficas y problemáticas históricas que aparecen en su propia investigación. BOSSUAT, Gérard. Des lieux de mémoire pour l’Europe unie. In: *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*. n. 61, janvier/mars, p. 56-69, 1999. Una defensa entusiasta de la identidad y memoria europeas, con una buena exposición actualizada de los argumentos en los que se sostiene el discurso institucional y el pensamiento de los líderes europeos en relación a la identidad y la memoria europeas en GUISSAN, Catherine: *A political theory of identity in European Integration: Memory and policies*. UK: Routledge, 2011.

¹² VALK, Gerrit. *L’esprit de l’Europe dans le musée*: Pour débat à la Commission permanente. [Rapport.] Conseil de l’Europe. Asssemblée Parlementaire. Doc. 9503. 15.07.2002.

¹³ *Ibid.*, p. 1: ont conclu que la notion d’identité culturelle européenne était plus politique que culturelle. Les tentatives suivantes ont conduit soit à l’affirmation paradoxale selon laquelle l’identité culturelle de l’Europe réside dans sa diversité,

¹⁴ Ibid., p. 2: L'Europe a-t-elle une identité culturelle? La culture peut-elle renforcer la notion d'identité européenne? A l'évidence, ces deux questions ont une dimension politique, car elles portent sur la définition de l'Europe et que le seul fait de les poser est déjà une démarche politique.

¹⁵ Ibid., p. 3: ce prix récompense une contribution remarquable à une meilleure compréhension du patrimoine européen. Les principaux critères d'attribution sont donc la créativité et la pertinence.

¹⁶ Ibid., p.3 *certaines notions, approches et attitudes peuvent être considérées comme caractéristiques de l'Europe, même si elles ne sont pas exclusivement européennes. Elles sont fondées sur des valeurs comme le civisme, l'Etat de droit, le respect de la personne, la liberté d'expression et d'autres droits fondamentaux. A ces valeurs s'ajoutent le maintien d'une tradition et la reconnaissance d'un savoir-faire dans des disciplines bien établies. Cependant, la créativité fait aussi partie des valeurs européennes, tout comme la tolérance. De fait, la culture européenne s'est beaucoup nourrie des influences extérieures.*

¹⁷ H. G. Pötering accedió a la presidencia del Parlamento en substitución del socialista catalán Josep Borrell según el pacto establecido entre los grupos mayoritarios, que acordaron repartir la legislatura en dos mandatos: media legislatura para Borrell (2004-2006) y el resto para Pötering (2007-2009).

¹⁸ European Parliament: *Inaugural address by the President of the European Parliament*. Tuesday, 13 February 2007 – Strasbourg.

¹⁹ Ibid., p. 3: *In national museums, European history is nearly always represented in purely national terms. I would like to suggest a locus for history and for the future, where the concept of the European idea can continue to grow. I would like to suggest the founding of a 'House of European History'. It should not be a dry, boring museum, but a place where our memory of European history and the work of European unification is jointly cultivated, and which at the same time is available as a locus for the European identity to go on being shaped by present and future citizens of the European Union.*

²⁰ <http://www.europarl.europa.eu/visiting/es/visits/historyhouse.html>

²¹ *The Daily Telegraph*, 3 de abril de 2011: *Two documents seen by The Daily Telegraph disclose that an initial pricing of £58 million for the "House of European History" project has increased by more than 90 per cent, with the costs of leasing a building, starting the exhibition and renovation soaring to £112.5 million. A third document shows that calculations of running costs at £12 million a year are also more than 80 per cent higher than originally forecast, taking the total cost estimates to £136.5 million by the end of 2015.*

²² MALVESÍ, Lara: Europa atesorará sus recuerdos en una Casa Museo que se inaugurará en 2015. *Lanza digital*. 26.ago. 2013.

²³ El texto del mandato reproduce este fragmento del discurso de Pöttering al inicio del informe: Comité de Expertos de la Casa de la Historia Europea: *Fundamentos conceptuales para una Casa de la Historia Europea*. Octubre de 2008. Impreso en Bruselas. p. 5.

²⁴ Unión Europea, Comisión de Cultura y Educación; Acta de Comparecencia; *Intervención compareciendo ante la Comisión de Cultura y Educación del Parlamento Europeo, para explicar todo lo referente al proyecto del Museo conocido ya como “Casa de la Historia de Europa”, que viene promoviendo la Mesa de la Eurocámara*. Bruselas, 23 de junio de 2008.

²⁵ Unión Europea, Comisión de Cultura y Educación; Acta de Comparecencia; *Intervención compareciendo ante la Comisión de Cultura y Educación del Parlamento Europeo, para explicar todo lo referente al proyecto del Museo conocido ya como “Casa de la Historia de Europa”, que viene promoviendo la Mesa de la Eurocámara*. Bruselas, 23 de junio de 2008.

²⁶ Ibid., p. 2.

²⁷ Ibid., p. 3.

²⁸ El subrayado es mío.

²⁹ Según relató M.A. Martínez: “Digamos además que la principal fuente de inspiración es “la Casa de la Historia de Alemania” que existe en Bonn y que traza la Historia de aquel país desde el final de la II Guerra Mundial. Yo conocía bien el Museo que recibió en su día el premio al Museo del Año que otorga el Consejo de Europa, cuando yo mismo presidía la Asamblea Parlamentaria de dicha Institución”. Unión Europea, Comisión de Cultura y Educación; Acta de Comparecencia op. cit., p. 1.

Un largo e interesante comentario sobre la naturaleza y función práctica de la exposición permanente de la Casa de la Historia de Alemania en: ROBIN, Régine. *Berlin chantiers: Essai sur les passées fragiles*. Paris: Éditions Stock, 2001. p. 225-241.

³⁰ Comité de Expertos de la Casa de la Historia Europea. *Fundamentos conceptuales para una Casa de la Historia Europea*. Octubre de 2008. Impreso en Bruselas, p. 11.

³¹ A este respecto y además de las obras y referencias citadas son sumamente interesantes para comprender esta tradición los trabajos críticos de: LAVABRE, Marie-Claire. Usages du passé, usages de la mémoire. In: *Revue française de science politique*. 44e année, n. 3, p. 480-493, 1994. También el monográfico en el que colaboran diversos autores al entorno de esta temática, y coordinado por GANSBURGER, Sarah; LAVABRE, Marie-Claire. D'une mémoire européenne a l'euroéasitation de la mémoire. In: *Politique européenne*, n. 37, 2012. También MAUREL, Marie-Claude; MAYER, Françoise (Dir.). *L'Europe et ses représentations du passé: Les tourments de la mémoire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

³² Un excelente análisis sobre la construcción del objeto como soporte narrativo del museo en: SHERMAN, J. Daniel. Objects of Memory: History and Narrative in French Wars Museums. *French Historical Studies*, v. 19, n. 1, p. 49-74, Spring 1995.

³³ *Fundamentos conceptuales para una casa de la Historia Europea* (op. cit.) El relato está presente no sólo en el guión (p. 10-25) sino en el conjunto del documento, en particular en su preámbulo (p. 5-9).

³⁴ Sweden Government, Ministry of Employment: *White Paper on abuses and rights violations of Roma during the 1900s*. 25 march 2014.

³⁵ Estonia, Letonia, Lituania, Polonia, República Checa, Hungría, Eslovaquia y Eslovenia; además de Chipre y Malta.

³⁶ FAINBERG, Sarah. Memory at the Margins: The Shoah in Ukraine (1991-2011). In: MINK, Georges; NEUMAYER, Laure (Ed.). *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe: Memory Games*. UK: Palgrave Mac Millan, 2013. p. 61-83.

³⁷ TONINI, Carla: Confesión y absolución. La actividad del Instituto polaco de la Memoria Nacional entre historia, memoria y justicia. In: VINYES, R. *El Estado y la memoria: Políticos y ciudadanos ante los traumas de la Historia*. Barcelona, RBA, 2009. p. 331-356.

³⁸ Sobre este asunto específico, ver MINK, Georges. L'Europe élargie: du risque de désunion mémorielle. In: MAUREL, Marie-Claude; MAYER, Françoise. *L'Europe et ses représentations du passé: Les tourments de la mémoire*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 21-50. Para una reflexión renovada y general sobre el modelo memorial e histórico creado y exportado por los países del este y centro de Europa: MINK, Georges; NEUMAYER, Laure (Ed.). *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe: Memory Games*. UK: Palgrave Mac Millan, 2013. MINK, George; BONNARD, Pascal (Dir.). *Le passé au present: Gisements mémoriaux et actions historicisantes en Europe centrale et orientale*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2010

³⁹ Parliamentary Assembly. *Resolution 1486* (2006) Doc. 10765. 25 January 2006

⁴⁰ "Whereas Europe will not be united unless it is able to reunite its history, recognize Communism and Nazism as a common legacy". In: Senate of the Parliament of the Czech Republic: *Prague Declaration on European Conscience and Communism*. Prague, June 3rd. 2008, p. 1.

⁴¹ El Comité estaba compuesto por Giorgio Cracco, António Reis, Mária Schmidt, Włodzimierz Borodziej, Hans Walter Hütter, Marie-Hélène Joly, Matti Klinge, Michel Dumoulin y Ronald de Leuw.

⁴² Cit. CLOSA MONTERO, Carlos. Negociando el pasado: políticas de la memoria y reivindicaciones de reconocimiento en la Unión Europea. CSIC-IPP. Estudio/Working Paper 115/2010. p. 16-17.

⁴³ De los seis restantes dos pertenecen al grupo socialista (de Hungría y de Estonia), dos al European Freedom and Democracy; dos a Alliance of Liberals and Democrats for Europe Groupe, y uno al Europe Conservative and Reformists.

⁴⁴ Reconciliation of European Histories: “Reunification of Europe requires reconciliation of the dominant historical narratives in different parts of the Continent. Following the enlargement we face the challenge of including the experience of the post-communist nations into common narrative of the European History”. El REH se definía de ese modo en su declaración programática: “Reconciliation of European Histories – an informal group of Members of European Parliament – provides a platform for the MEPs to play an active role in improving reconciliation and converging the European historical narratives. The group acts jointly issuing statements and opinion articles, holds periodic discussions and sponsors events. It creates opportunities for a positive and constructive communication of the most disputed aspects of the European History”. Disponible en: <<http://eureconciliation.wordpress.com/about/>>

⁴⁵ ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Alianza, 1981. [1 ed. 1951]

⁴⁶ MINK, Georges; NEUMAYER, Laure (Ed.). *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe: Memory Games*. UK: Palgrave Mac Millan, 2013

⁴⁷ KOTZ, Dovid op. cit. MINK, Georges. *L’Europe élargie: du risque de désunion mémorielle*. op. cit.

⁴⁸ KOTZ, Dovid. Halting Holocaust obfuscation. *But the unseemly revisionism promoted in some eastern EU states must not be granted entrance to the west via the back doors of Brussels and Strasbourg*. In: *The Guardian*. 8 jan. 2010.

⁴⁹ El camino de condena de la dictadura del General Franco en las Instituciones europeas, tanto en la UE, como en el Consejo de Europa, es tortuosa, sorprendente y triste. El eurodiputado polaco Maciej Marian Giertych, de la Liga de las Familias, en una sesión convocada precisamente para condenar el régimen franquista en la Eurocámara de Estrasburgo en julio de 2006 (70 aniversario del golpe de Estado), expresó con extraordinaria claridad el argumento central de la negativa de los diputados y dirigentes de buena parte de los países del Este a condenar el fascismo español: “Gracias a la Iglesia española, al Ejército español y a Francisco Franco el ataque comunista contra la España católica se pudo superar”. Tras lo cual elogió la rebelión. (El País, 05 jul. 2006)

⁵⁰ Ambos ejemplos estan disponible en: <<http://eureconciliation.wordpress.com/>>. Acceso en: mayo 2014.

Referências

- ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Alianza, 1981. [1 ed. 1951].
- BOER DEN, Pim. Lieux de mémoire et identité de l'Europe. In: DEN BOER, Pim; FRIJHOFF, Willem (Dir.). *Lieux de mémoire et identités nationales*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1993.
- BOSSUAT, Gérard. Des lieux de mémoire pour l' Europe unie. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*. n. 61, janvier/mars 1999.
- COMITÉ DE EXPERTOS DE LA CASA DE LA HISTORIA EUROPEA. *Fundamentos conceptuales para una Casa de la Historia Europea*. Octubre de 2008. Impreso en Bruselas.
- CLOSA MONTERO, Carlos. Negociando el pasado: políticas de la memoria y reivindicaciones de reconocimiento en la Unión Europea. CSIC-IPP. Estudio/ Working Paper 115/2010.
- DECLARATION SUR L'IDENTITE EUROPEENNE: Bulletin des Communautés européennes, n. 12, p. 127-130, déc. 1973. Luxembourg. Office des publications officielles des Communautés européennes.
- El País. 05 jul. 2006.
- EUROPEAN PARLIAMENT. *Inaugural address by the President of the European Parliament*. Tuesday, 13 February 2007, Strasbourg.
- European History. Disponible en: <<http://eureconciliation.wordpress.com/about/>>
- FAINBERG, Sarah. Memory at the Margins: The Shoah in Ukraine (1991-2011). In: MINK, Georges; NEUMAYER, Laure (Ed.). *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe: Memory Games*. UK: Palgrave Mac Millan, 2013.
- GANSBURGER, Sarah; LAVABRE, Marie-Claire. D'une mémoire européenne a l'europeasitation de la mémoire. *Politique européenne*, n. 37, 2012/2.
- GARCIA, Patrick. Vers une politique mémorielle européenne? L'évolution du statut de l'histoire dans le discours du Conseil de l'Europe. In: FRANK, Robert (Dir.). *Un espace public européen en construction*. Bruxelles: Peter Lang, 2010. p. 179-201.
- GUISSAN, Catherine. *A political theory of identity in European Integration: Memory and policies*. UK: Routledge, 2011.
- HUYSEN, Andreas. *Modernismo después de la posmodernidad*. Barcelona: Gedisa editorial, 2010.

KOTZ, Dovid. Halting Holocaust obfuscation. But the unseemly revisionism promoted in some eastern EU states must not be granted entrance to the west via the back doors of Brussels and Strasbourg. *The Guardian*. 8 jan. 2010.

LAVABRE, Marie-Claire. Usages du passé, usages de la mémoire. *Revue française de science politique*, 44e année, n. 3, 1994.

MACEIRA OCHOA, Luz. *Museo, memoria y derechos humanos: itinerarios para su visita*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.

MALVESÍ, Lara. Europa atesorará sus recuerdos en una Casa Museo que se inaugurará en 2015. *Lanza digital*. 26 ago. 2013.

MAUREL, Marie-Claude; MAYER, Françoise (Dir.) *L'Europe et ses représentations du passé: Les tourments de la mémoire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

MAZÉ, Camille. Des usages politiques du musée à l'échelle européenne. Contribution à l'analyse de l'eupéanisation de la mémoire comme catégorie d'action publique. *Politique européenne*, n. 37, p. 72-100, 2012/2.

MINK, Georges. L'Europe élargie: du risque de désunion mémorielle. In: MAUREL, Marie-Claude; MAYER, Françoise. *L'Europe et ses représentations du passé: Les tourments de la mémoire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

MINK, Georges; NEUMAYER, Laure (Ed.). *History, Memory and Politics in Central and Eastern Europe: Memory Games*. UK: Palgrave Mac Millan, 2013.

MINK, George; BONNARD, Pascal (Dir.). *Le passé au présent: Gisements mémoriaux et actions historicisantes en Europe centrale et orientale*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2010.

PARLIAMENTARY ASSEMBLY. Resolution 1486 (2006) Doc. 10765. 25 January 2006.

RECONCILIATION OF EUROPEAN HISTORIES (REH). Disponible en: <<http://eureconciliation.wordpress.com/>>. Acceso en: mayo 2014.

ROBIN, Régine. *Berlin chantiers: Essai sur les passées fragiles*. Paris: Éditions Stock, 2001.

ROUSSO, Henry. Pour une histoire de la mémoire collective: L'après Vichy. In: PESCHANSKY, D; POLLAK, M; ROUSSO, H. *Histoire politique et Sciences sociales*. Paris: Ed. Complexe, 1991.

_____. Les dilemmes d'une mémoire européenne. *Studies in Contemporary History*, n. 1, 2004.

SENATE OF THE PARLIAMENT OF THE CZECH REPUBLIC. Prague Declaration on European Conscience and Communism. Prague, June 3rd. 2008.

SHERMAN, J. Daniel. Objects of Memory: History and Narrative in French Wars Museums. *French Historical Studies*, v. 19, n. 1, spring. 1995.

SWEDEN GOVERNMENT, Ministry of Employment. *White Paper on abuses and rights violations of Roma during the 1900s*. 25 march 2014.

THE DAILY TELEGRAPH, 3 de abril de 2011.

TONINI, Carla. Confesión y absolución. La actividad del Instituto polaco de la Memoria Nacional entre historia, memoria y justicia. In: VINYES, R. *El Estado y la memoria: Políticos y ciudadanos ante los traumas de la Historia*. Barcelona: RBA, 2009.

UNIÓN EUROPEA, Comisión de Cultura y Educación. Acta de Comparecencia. *Intervención compareciendo ante la Comisión de Cultura y Educación del Parlamento Europeo, para explicar todo lo referente al proyecto del Museo conocido ya como “Casa de la Historia de Europa”, que viene promoviendo la Mesa de la Eurocámara*. Bruselas, 23 de junio de 2008.

VALK, Gerrit. *L’esprit de l’Europe dans le musée: Pour débat à la Commission permanente*. [Rapport]. Conseil de l’Europe. Assamblée Parlementaire. Doc. 9503. 15.07.2002.

VINYES, Ricard. Verdade e memória na experiência europeia. Sobre as paisagens da memória. *Revista de direito brasileira*, v. 3, São Paulo, p. 435-447, 2012.

Recebido em: 30/01/2015
Aprovado em: 10/04/2015

Cruising Eisenman's Holocaust Memorial

Valentina Rozas Krause*

Abstract: Profile pictures from gay dating sites of young men posing with the stelae of the *Memorial to the Murdered Jews in Europe* in Berlin have been subject to an art exhibition at the Jewish Museum in New York and a tribute online blog. This paper unveils the meaning of these pictures on this particular site, in an effort to understand why these men chose to portray themselves at the Holocaust Memorial in order to cruise the digital sphere of gay dating websites. In three consecutive sections, the paper asserts that, on the one hand, the conversion of the Holocaust Memorial into a cruising scenario is facilitated by a design that – putting forward autonomy and abstraction – allows and even invites its constant resignification in terms of everyday practices. And, on the other hand, it posits that the images exhibited at the Jewish Museum can be interpreted as a performative memorial which reinscribes sexuality and gender into Holocaust narratives.¹

Keywords: Holocaust. Memorial. Monument. Berlin. Cruising. Everyday Life.

Introduction

On December 22, 2011, the exhibition *Composed: Identity, Politics, Sex* opened at the Jewish Museum of New York. Among the creations of other six artists, the show included the work *Stelen (Columns)*, 2007-2011, by Marc Adelman, a San Francisco-based artist. Although the exhibition was going to run until June 30, 2012,

* Pesquisadora da Universidad Diego Portales, Chile. Doutoranda em Arquitetura e Estudos Urbanos da Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos. E-mail: vrozas@berkeley.edu

Adelman's piece was removed on May 7, 2012, due to hotly debated controversies (BENTON, 2012; KENNEDY, 2012; ADELMAN, 2012) around the appropriation of private images from online dating sites². His work comprises 150 appropriated profile pictures from gay dating sites, such as *GayRomeo* and *Grindr*, which depict young men posing with the stelae of the *Memorial to the Murdered Jews in Europe* in Berlin (from here on *Holocaust Memorial*). The exhibition at the Jewish Museum portrayed 50 of those profile pictures, individually framed, measuring 3.5 by 2.5 inches, and hung on a grid reminiscent of that of the Holocaust Memorial itself (ADELMAN, 2011)³. The sexual poses and flirtatious gazes of the depicted individuals contrast with the solemn and abstract Memorial designed by New York-based American architect Peter Eisenman. Provocative and insulting to some, these pictures redefine the meaning and interpretation of the Memorial. For some supporters it creates a new kind of commemoration (WILLIAMS, 2013), while for its critics it is an indecorous subversion (MILLS, 2013)⁴. This paper unveils the meaning of these pictures on this particular site, in an effort to understand why these men chose to portray themselves at the Holocaust Memorial in order to cruise the digital sphere of gay dating websites. Adelman's *Stelen (Columns)* has been subject to academic research before, focusing on the controversies around the appropriation and the social contract of the photographs (DAVIDOW, 2013). *Cruising Eisenman's Holocaust Memorial* develops from – and at the same time departs from – this well-debated standpoint, to inquire into the memorial space that is being queered through these images.

In three consecutive sections, the paper asserts that, on the one hand, the conversion of the Holocaust Memorial into a cruising scenario is facilitated by a design that – putting forward autonomy and abstraction – allows and even invites its constant resignification in terms of everyday practices. And, on the other hand, it posits that the images from *Stelen (Columns)* can be interpreted as a performative memorial, which reinscribes sexuality and gender into Holocaust narratives.

The first section explores Peter Eisenman's design for the Holocaust Memorial (2005), searching for the ideals and components that offer themselves as subjects for everyday life reinterpretation.

The second section analyzes the cruising phenomenon described by Adelman's work, contrasting it with the blog *Grindr Remembers* and interpreting it alongside two contemporary works of art: *Lest We Forget* (1998) by Glenn Ligon and *Mein Kampf* (1993-1994) by David Levinthal. Finally, the third section will address the *Memorial to Homosexuals Persecuted Under the National Socialist Regime* (2008) designed by artists Michael Elmgreen and Ingar Dragset. This memorial is analyzed as a material shape of the debates around the hierarchy of victims that the Holocaust Memorial promotes, and as a physical landmark of queer cruising space.

CS

Holocaust Memorial: a place for everyday life

The initiative of the Holocaust Memorial dates back to 1988, when two Germans, Lea Rosh, a journalist, and Eberhard Jäckel, a historian, lobbied to construct a memorial to the murdered Jews of Europe. Ten years after the initiative of the Memorial was first conceived – following two design competitions and the reestablishment of Berlin as the capital of the Federal Republic of Germany – on June 25, 1999, the German Parliament approved the construction of a Memorial to the Murdered Jews in Europe in the center of Berlin. The relevant resolution of the German Parliament stated that:

1.1. The Federal Republic of Germany will erect a monument to the murdered Jews of Europe in Berlin.

1.2 The memorial will:

- honor the murder victims,
- keep alive the memory of an unimaginable occurrence in German history and
- exhort all coming generations never to violate human rights again, to defend the democratic rule of law and the equality of all people before the law, and to resist all dictatorships and violent regimes.

1.3 The Memorial is to be a central place of remembrance and exhortation, together with the other places of memorials and institutions within and outside of Berlin. It cannot replace the authentic sites where the terror took place.

1.4 The Memorial will be erected in the site chosen in the middle of Berlin – the Ministry Gardens.

1.5 The Federal Republic of Germany remains obliged to honor the memory of the other victims of National Socialism in a dignified manner.

2. Peter Eisenman's design of a field of steles (Eisenman II) will be realized. This also includes a supplementary Information Center providing information on the victims honored and the authentic memorial sites [...] (GERMANY, 1999).

The project ran parallel in space and time to another memorial in Germany's capital: the *Topography of Terror*, situated on the Gestapo-Terrain, the headquarters of the central institutions of the National Socialist police and State security during the Third Reich. Only a few blocks apart, both sites were part of the National Socialist Government Quarter in Berlin. Unlike the Gestapo-Terrain, which housed the perpetrators, the 4.7-acre (1,9 hectare) site of the Holocaust memorial was indirectly implicated, as it had been the former site of the Ministerial Gardens, very close to the Reich's Chancellery and Hitler's bunker (YOUNG, 2002). During Berlin's division (1961-1989), the wall intentionally ran through the former National Socialist Government Quarter; the Gestapo-Terrain was on the west side, and the Holocaust Memorial Terrain was on the *Todesstreifen* or *death strip* at the foot of the Berlin Wall. Having been a no-man's land in the 80s and 90s, the site stands now in the middle of the New Berlin, an immense urban renewal project developed through the end of the 90s and the new millennium by the City of Berlin with the support of foreign investment (TILL, 2005). Its centrality in the new capital is key to understanding the multiple publics that use the Holocaust Memorial today: tourists, school children, skaters, couples, queers, and other Germans who have incorporated this place into their everyday life.

Peter Eisenman's and Richard Serra's design for the Holocaust Memorial was selected among the four finalist projects during the second invite-only competition held in 1997 and curated by a

five-member *Findungskommission*, which included the American scholar James E. Young (2002). The Eisenman & Serra design was chancellor Helmut Kohl's first choice, but in order to be selected, the team was asked to reduce the number and height of stelae in the original design and incorporate an Information Center (*Ort der Information*) at the underground level of the memorial. Richard Serra refused to modify his original design and withdrew from the competition, but Peter Eisenman decided to incorporate the chancellor's demands and went on to design the final version of the Memorial, the so-called *Eisenman II*. Construction started in 2002, and three years later, in 2005, the *Field of Erinnerung* (Field of Memory), as it was originally called, was inaugurated. The Memorial consists of an undulating field of 2,771 37.4 by 93.7-inch (95 by 238 cm) concrete pillars of varying heights, arranged along a rectangular grid with 37.4-inch corridors between the rows of pillars.

Figure 1: Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

The field of stelae extends along the 4.7-acre site (1,9 hectare), leaving space for sidewalks, parking for tourist buses, and trees on each of the surrounding streets. The height of the pillars ranges from 0 to 118.1 inches (0 to 300 cm); thus, the Memorial introduces a nearly human scale to its monumental extension. The stelae can be at the ground level, knee-, waist-, shoulder-, or eye-height, providing a constant reference to the body. As the pillars grow and contract, the ground itself waves the visitors into the site. The overarching effect is a double topography – at the top of the stelae and at the ground level – surrounding the visitors as they go deeper into the Memorial. In Peter Eisenman's words: "Because of its subject, the serenity and silence perceived from the street are broken by an internal claustrophobic density that gives little relief as it envelops the visitor who enters the field" (EISENMAN; RAUTERBERG, 2005). Without entrance, exit, or signage, Eisenman's abstract and self-referenced design resists the disclosure of its meaning. On the contrary, its power relies in defying the "nostalgic kitsch" of Holocaust memorabilia (EISENMAN, 2005, p. 2), as Eisenman calls it, to embrace the uncertainty of the un-representable. He adds:

The experience of being present in presence, of being without the conventional markers of experience, of being potentially lost in space, of an un-material materiality: that is the memorial's uncertainty. When such a project can overcome its seeming diagrammatic abstraction, in its excess, in the excess of a reason gone mad, then such work becomes a warning, a Mahnmal, not to be judged on its meaning or its aesthetic but on the impossibility of its own success (EISENMAN; RAUTERBERG, 2005).

For Eisenman, the Memorial "[...] manifests its own ontology" (ÅHR, 2008, p. 284), symbolizes nothing, means nothing, and at the same time means everything. It is at once an oppressing order and a chaos defying Fascism's mania for utility and rationality.

The memorial lies in silence to be interpreted and signified by its users – Eisenman’s escape from Adorno’s dilemma: “To write poetry after Auschwitz is barbaric”.

In the memorial’s silence in terms of the traditional ideas of images and meaning, it becomes political. Unlike other site-specific work that has no memorial or political program, it is the memorial’s obdurate lack of obvious symbolism that makes its public claim to creating the sense of a dual time: one experienced in the present; the other, the possible remembrance of another experience of the past in the present (EISENMAN; RAUTERBERG, 2005).

65

The Memorial’s silence becomes its most engaging feature; tour guides use the absence of meaning to engage in memory work with the visitors. After walking through the Field of Stelae the guides ask the visitors what they think the place means, and the answers vary: “It is like a city within a city”; “It is like a graveyard or a labyrinth”; “It is like the wall broke into pieces and dispersed”; “It is terrible” (DEKEL, 2009, p. 81). However, Eisenman was not trying to represent a graveyard, a maze, or any other symbol for Jewishness or the Holocaust. In his own words: he was not speaking the language of architecture but that of silence. Further, Eisenman states: “it is what Immanuel Kant calls the *Ding an sich*. It is a Thing; it is there” (apud ÅHR, 2008, p. 284, author’s emphasis). For him, the Memorial is an exercise in formalism and the primacy of the material (Ibid., loc. cit.). Thus, in the architect’s conception, the Memorial is activated by the experience of walking through and losing oneself in the Field of Stelae. This introspective experience is complemented by a more informative involvement, at the *Ort der Information*, which – as a complement to the Memorial – speaks in its silence.

Probably the most stimulated sense in this memorial experience is sight. It is all about the gaze, to see and be seen. The maze-like structure offers an ideal playground to hide and seek.

Figure 2: Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

Although the long corridors of the grid offer a variable view of the street that serves as reference point, spontaneous encounters with other visitors coming from side corridors remind us of the unexpected, uncontrollable disorientation of a maze. Eisenman and one of the interviewed tour guides (ABUJATUM, 2014) agree that the space of the memorial has the ability to transport us to the unknown: it makes us feel foreign, “out of body... lost in space” (apud ÅHR, 2008, p. 285).

Visitors have accepted Eisenman’s invitation to interpret, use, and subvert the Holocaust Memorial.

Figure 3: Everyday practices in the Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

Recognizing these practices of everyday life as part of the memorial's meaning, he states:

I continue to get letters from non-Jewish Germans, who have been to the field and have experienced everything from watching children play, to seeing kids have lunch, to people sitting on the stones, to people walking silently, to a certain sense of fear, to encounter somebody suddenly from behind a pillar. What has been so gratifying to me is the acceptance by the Germans of all those different things [...] (EISENMAN, 2005, p. 4).

However, what is not being mentioned in this account is how the rules of behavior of the Memorial are constantly being re-negotiated. The code of behavior states: "Visitors enter at their own risk at all times. Climbing onto or hopping across the stelae

is not permitted. Please refrain from noisy behavior, smoking and drinking alcohol.”⁵ Despite the warnings, visitors climbing on the stelae are a ubiquitous sight.

Figure 4: Visitors climbing on the stelae of the Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

At night, people gather around the Memorial to drink and smoke. On other special occasions, the Holocaust Memorial has even become a meeting place for political and cultural rallies and a celebration site for the 2006 Soccer World Cup. Another rule prohibits picnicking on the stelae, but as Irit Dekel narrates: “There is an ongoing discussion among the workers about the behavior of visitors in the site, as a host told me: ‘It is okay to eat a sandwich, people get hungry, but not to have a picnic’” (2009, p. 78). These constant negotiations are possible because, as Eisenman emphasizes: “This

is not sacred ground” (ÅHR, 2008, p. 286). Unlike the Topography of Terror and all the other sites of “authentic” memory – where the crimes actually happened – the site of the Holocaust Memorial is inauthentic and secular, and thus can be interpreted and used for a multiplicity of quotidian functions. The everyday life activities that desecrate the memorial in the eyes of some critics constitute the Memorial’s active political work, testing the limits of today’s democratic and pluralistic German society.

3

Cruising the Holocaust Memorial: sexuality, play, and commemoration in public space

How do the photographs of gay men cruising the Holocaust Memorial fit into this landscape? Considering the Memorial’s unique approach to flexible meaning, secularity, and multiple functions such as cruising and queering, the Memorial is actually not a subversion; rather, it adds a new layer of meaning to an already complex place of uncertainties. Many of Eisenman’s objectives when designing the Holocaust Memorial coincide with contemporary definitions of queerness and queer space:

Queerness is not yet here. Queerness is an ideality. Put another way, we are not yet queer. We may never touch queerness, but we can feel it as the warm illumination of a horizon imbued with potentiality. We have never been queer, yet queerness exists for us as an ideality that can be distilled from the past and used to imagine a future. The future is queerness’s domain (MUÑOZ, 2009, p. 1).

In short, no space is totally queer or completely unqueerable, but some spaces are queerer than others. The term I propose for queer space is *imminent*: rooted in the Latin *imminere*, to loom over or threaten, it means ready to take place. For both advocates and opponents, the notion of queerness is threatening indeed. More fundamentally, queer space is space in the process of, literally, taking place, of claiming territory (REED, 1996, p. 64, author’s emphasis).

In Reed's and Muñoz's terms, queerness and queer space are a potential ideality, an imminence, so we can affirm that in Eisenman's Memorial this potential is greater than in other places, especially compared to traditional monuments and memorials which tend to control and dictate modes of behavior and interpretation to their users.

A series of features of Eisenman's design make for an ideal queer space: firstly, the gaze structures the maze-like space, turning itself into an ideal hide-and-seek playground. As an alien place outside of space and time, the Memorial allows one to gaze into the past, the present, and the future. The only way to discover the memorial is to walk through it, and immerse oneself in this uncertain world; as melancholic *flâneurs* (REED, 1996, p. 66) we can question the failures of modernity and imagine collaborative utopias (MUÑOZ, 2009). Secondly, as stated before, the Holocaust Memorial is a space to be experienced; thus, memory is to be confronted through social performance, not upon the basis of a given set of norms and interpretations. Eisenman believes in the performativity of memory, which results in its constant creation. If we substitute memory for gender, to enter Judith Butler's realm, the Memorial can also be seen as a place to perform and subvert gender norms (BUTLER, 1999). Thirdly, the design for the Holocaust Memorial blurs the Habermasian lines between the public and private spheres (FRASER, 1990). Despite its imminent publicness, the Field of Stelae introduces private aspects into the public sphere. The narrow corridors do not allow big groups to walk through the Memorial; even more so, the undulating ground and multiple maze-like paths tend to isolate the individual spatially and mentally. The memorial work we are meant to do in the Field of Stelae is to a large extent individual; an experience that ought to change us after returning to the street surface. Collective memory is constructed in conversation with other visitors around the edges of the site or underneath the Memorial in the Information Center. The solitude experienced in the middle of the Field of Stelae is frightening for some, "A father told me that he was afraid of losing his children in the site. Benjamin, a host, told me: 'a wife lost her husband in the Stelenfeld, and the workers found him after an hour'" (DEKEL, 2009, p. 78), and liberating for others, as represented in Adelman's work.

Marc Adelman was not the only one to note this phenomenon, as the owners of the blog *Totem and Taboo: Grindr Remembers* proudly state (MOYLAN, 2013). Ariel Efraim Ashbel and Romm Lewkowicz, two young Israelis, have been collecting similar pictures since 2011, while the blog became viral in 2013. Their webpage declares in its mission statement:

In an age when ignorance is more prevalent than ever, Grindr, the latest most addictive gay obsession, has wowed its members in relentlessly promoting the memory of the holocaust. While the gay community is being under scrutiny for promoting hedonism and alienation, this tribute seems all the more compelling.

Totem and Taboo, our new blog, asks nothing more but to harness the vibrant blogosphere to Grindr users' innovative maneuvers to keep the memory alive, fresh and attractive. Now, you gals don't just stand and watch! Be the change you want to see in the world. We kindly urge you to join our team: Help us collecting pics of the spreading new trend.

The original blog was just called *Grindr Remembers*, but in the name of the second – and current – blog, Ashbel and Lewkowicz added a reference to Sigmund Freud's well-known collection of essays *Totem and Taboo* (1989). Although the reference is loose, and unexplored by the authors of the blog, it suggests the interpretation of the Holocaust Memorial as a totem and the manifestation of queer desire in a place of mourning as taboo. Although considering queering the Holocaust Memorial as taboo seems rather conservative and unproductive in this reading, it remains interesting to ruminate on Eisenman's or any other memorial as being or becoming a totem; standing for the sins we cannot face in everyday life. Especially this memorial, located in the center of the Nation of the perpetrators, dedicated to the murdered Jews of Europe, does not only exist as a reminder, but also stands there to send out a message of guilt and remorse. Yet, Eisenman tries to escape the totem by desacralizing the place, by making it about the living visitors instead of about the ghosts that haunt contemporary

Germany. Thus the title *Totem and Taboo* conveys more about the conservative biases of the authors of the blog, than about the actual place and phenomenon that is being named.

The photographs on *Grindr Remembers* are significantly different from the images Adelman exhibited in the Jewish Museum of New York⁶. The former are snapshots directly taken from online dating websites, and along with the photograph they show information such as “looking for”, a physical description, chat bubbles, and icons that familiarize us with the profile picture’s function in the digital sphere. This content is what makes some of them problematic and even explicitly racist, exposing ethnically exclusive dating preferences. Adelman on the other hand eliminates the dating site information and provides us with a “clean” photograph, successfully defamiliarizing the photographs of their racist content in order to address the juxtaposition of commemoration and desire. Ashbel and Lewkowicz do not try to explain the phenomenon; they merely expose it to the digital world. Adelman, on the contrary, argues that the images depict a form of commemoration of the queer lives lost to the HIV and AIDS epidemic, which was a topic present in the work of other artists in the overall exhibit *Composed: Identity, Politics, Sex* at the Jewish Museum. According to him:

I never viewed the images that comprise Stelen as irreverent as I think this would be reductive at best. There is a significant recent dialogue in queer studies about the predominantly unconscious ways in which the AIDS epidemic of the 1980s reverberates through contemporary queer life. Jewish lives and queer lives have been both informed as well as transformed by loss. It’s a central aspect to both cultures, and one that has greatly influenced my understanding of the images that comprise Stelen and their relationship to the cultural history of HIV and AIDS. To live a queer life is to live a life that is ineluctably haunted. Still here. Still queer. Perhaps still getting used to it. I posit the work in relationship to a constellation of issues around queerness and temporality – faith, memorialization, belonging, and illness (ADELMAN, 2012).

By associating the relationships with the HIV and AIDS epidemic, Adelman omits one of the most meaningful elements of commemoration portrayed by his work: the remembrance of the queer lives lost to the Nazi persecution. How the queer victims of the Nazi regime haunt this place will be further developed in the next section, in the analysis of the *Memorial to Homosexuals Persecuted Under the National Socialist Regime*.

There are other dimensions to Adelman's images that deserve attention: on one level, how does the production of queer cruising images interplay with other visitors taking pictures in the Field of Stelae? And, on another level, how do the queer men's images dialogue with the six photographs of Jews in the Information Center's Foyer? The Holocaust Memorial has two levels of experience, above ground and underground. According to official figures (DEKEL, 2009) approximately 1/6 of the visitors to the Memorial visit the Information Center. Above ground, the production of profile pictures for gay dating websites is not an isolated phenomenon, as demonstrated by the ubiquitous presence of profile pictures with the Field of Stelae in the background on Internet media such as Instagram and Facebook. While the queer images subvert the Memorial by sexualizing it, the straight profile pictures destabilize the Memorial's meaning by transforming it into a "feel good" place. The images exhibited in *Grindr Remembers* were heavily criticized for their sexual content, in the words of author Jennifer Mills:

These predominantly white males have not forgotten because they are evil; they have forgotten because they have so much incentive to forget. That is privilege in action – the privilege of amnesia. When the world is a smorgasbord of casual hookups, the opportunities to forget are everywhere. How quick we are to accept them (MILLS, 2013).

Despite conservative criticisms, both kinds of images coexist as documents of the everyday life of the Holocaust Memorial: as quotidian acts, they are guarded inside a 4.7-acre (1,9 hectare) design meant to be appropriated. Not only does Eisenman's abstract non-sacred design allow for these appropriations; also, the pluralistic,

open, and democratic image that the German democracy wants to project to the world to redeem itself from being the Land of the Perpetrators contributes to this tolerance. Hence, in the general opinion, even sexual acts are accepted as part of the Memorial's everyday life, as revealed by this newspaper article published in *Süddeutsche Zeitung* in May 2006, a year after the opening. It starts with a assertion: "Yes, at night loving couples bill and coo in the Stelenfeld, in the morning, children play there hide and seek, school classes gather for group photos and often people bring their lunch to the border of the memorial to the Murdered Jews of Europe" (FEUILLTON, 2006 apud DEKEL, 2009, p. 77).

Under the Field of Stelae, the visitor encounters six staring faces upon entering the Information Center.

Figure 5: View of photographs in the Foyer of the Information Center of the Memorial to the Murdered Jews of Europe, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

Six Jews from different countries of Europe look into the camera before Nazism shattered their lives. These are not randomly selected images; they represent the museum's curatorial choice to represent human life rather than death (DEKEL, 2009). Looking into the camera with the Holocaust Memorial in the background, could not we consider these men's profile pictures a kind of memorial celebrating queer life rather than persecution, then and now? If the Holocaust Memorial is a place to be enacted, what Adelman's and *Grindr Remembers*' images document are cruising men. Thus we could ask: Is the Field of Stelae an outdoor cruising place or does it work only on a digital sphere? On the one hand, the Memorial is placed next to a well-known cruising area of Berlin, the Tiergarten park. On the other hand, a narrative of loss haunts cruising in public spaces: according to Tim Dean, outdoor cruising is being replaced by Internet chat rooms (DEAN, 2009, p. 102). Additionally, recent scholarly works have identified mobile technologies, such as *Grindr*, as means by which individuals "withdraw" from public spaces (SILVA, 2012). The profile pictures of men posing in front of the Holocaust Memorial challenge these narratives by introducing public space back into the digital realm. Whether this is an actual cruising area or a digital one could be further debated, but what is of interest in this context is the ephemeral presence of queer desire in the Field of Stelae.

This is exactly what artist Glenn Ligon thematizes in his work *Lest We Forget* (1998). Conceived during a two-month residency at Artpace San Antonio in Texas, the work consists of five bronze plaques placed in downtown San Antonio. According to the artist, this place was not only a tourist attraction, but also a cruising area. Mimicking the historic plaques that already signal the important monuments of the area, Ligon's plaques commemorate an ephemeral event, a missed connection, a brief moment of desire that might have happened in that place (LIGON, 2006). Written by Ligon himself, the plaques' texts – *Hunky Guy*; *A Guy in Uniform*; *A Boy*; *Black Jeans* – are as much fiction as they are potentiality. *Lest We Forget* plays with the paradox of marking and tracing cruising scenes in public space while at the same time making them invisible through

the mundane media of the plaque and the missed and fictitious encounters being described. The mystery of the plaques themselves, and their quick disappearance from public space, create a desire in the viewer to trace and fix those missed connections. This work sheds light on *Stelen (Columns)* not only by offering an alternative representation of queer desire in public space, but also by subverting the official narrative of monuments and public history. Ligon makes use of the language and authority of the monument's plaque to commemorate a counterhistory, but at the same time he reminds us of the ubiquity of our monuments, turned invisible by their own excess. The images in *Stelen (Columns)* interrogate the authority of the monument, in this case the Memorial, introducing desire into a place of commemoration and creating an alternative narrative to the history displayed in the Information Center.

James E. Young reminds us that the history of the Holocaust has been split off from gender and sexuality – and the narrative of the Information Center of the Holocaust Memorial is no exception: “Built into the Nazi genocide of the Jews was the gender-specific mass murder of Jewish women, deemed the procreators of the Jewish race” (YOUNG, 2009, p. 1779). In the name of Aryan ideals of race and procreation, the Nazis not only targeted Jewish women, but also persecuted Jewish and non-Jewish homosexuals across Europe: “homophobia and anti-Semitism went hand in hand” (SÜSSKIND apud WILKE, 2012, p. 143). Consequently, it seems relevant to interpret *Stelen (Columns)* as a queer counter memorial, reinscribing desire and sexual persecution into the Holocaust Memorial. David Levinthal's work of art *Mein Kampf* (1993-1994) brings us further into this direction. *Mein Kampf* is a collection of twelve 20 by 24-inch Polaroid photographs depicting characteristic scenes from the Holocaust enacted by toy Nazi soldiers (LEVINTHAL, 1994)⁷. Levinthal creates meticulous tableaux that he photographs using an exceptionally shallow focal plane in order to get a blurry background and a foreground effect (YOUNG, 2000, p. 51). Born in 1949, as an American Jew, Levinthal's memory of the Holocaust is indirect and strongly influenced by popular mass media. He is part of a postmemory generation that has made artificially created

memories a substantial element of their work. Levinthal's toys reenact the history of the Holocaust, tempered by his own memory, which is filled with media images; the results are scenes that expose the sexual dimension of Nazi abuses. In the artist's terms, it does not matter if the photographs are historically accurate, since what he is depicting is how the Holocaust has been eroticized in the media, especially in popular movies such as *Schindler's List* or *Sophie's Choice* (YOUNG, 2000, p. 55). One of Levinthal's images puts the viewer in the position of a third gunman or a Nazi photographer; framed by two rifles, we can see the bodies of four naked women in sexual poses, raising their hands in surrender, although one has already fallen to the ground. As viewers, we are involved in the shooting and its recording; on a second level, our gazing at the horror scene is reinscribing victimhood into those women. *Mein Kampf* deals with the sexuality of the victims and the deviant sexuality of the perpetrators. Susan Sontag goes even further, affirming that the Holocaust provokes sexual desires in the present because its fascist ideals never disappeared and still shape our aesthetic preferences. In her words:

If the message of fascism has been neutralized by an aesthetic view of life, its trappings have been sexualized. This eroticization of fascism can be remarked in such enthralling and devout manifestations as Mishima's *Confessions of a Mask* and *Sun and Steel*, and in films like Kenneth Anger's *Scorpio Rising* and, more recently and far less interestingly, in Visconti's *The Damned* and Cavani's *The Night Porter* (SONTAG, 1975, author's emphasis).

To follow Sontag's argument: are these queer men attracted to the Holocaust Memorial because of its fascist aesthetic? Although some German critics rejected Eisenman's design for considering it too *Speerish*⁸ and too monumental for a democratic society (TILL, 2005), this argument does not acknowledge the rich, multiple and controversial everyday life that the Memorial has had since its opening in 2005. A Memorial chosen to be on a non-sacred place,

whose abstractness invites multiple interpretations rather than one truth, does not seem to fit into the fascist aesthetic category. Yes, it is seductive and mysterious and as one of the Holocaust's globally recognized cultural icons it is haunted by Nazi crimes, but it resists the temptation to speak, to be reduced to one interpretation. Its extension is monumental, but at the same time the scale of each Stele references the human body.

In this context, the images of *Stelen (Columns)*, like Levinthal's work, engage with sexual taboos around the Holocaust, and thus reflect the post-postmemory work of a generation that has experienced the Holocaust as a global media and tourist phenomenon. At the same time, *Mein Kampf* and *Stelen (Columns)* share an approximation to the Holocaust through play: Levinthal uses toys and the men in Adelman's work transform the Field of Stelae into a hide-and-seek playground. In both cases, this media makes these artists easy targets for accusations of Holocaust trivialization. As Young interprets this dilemma, Levinthal's work is about "[...] exploring the fuzzy line between the photograph's traditional function as a documentary record of external reality and its more recently acknowledged role revealing the inner realities of the mind's eye" (YOUNG, 2000, p. 46). If we extend the same interpretation to Adelman's pictures we can recognize them not just as documents of cruising, but as images that can reveal inner realities of the men portrayed and the men who chose to interact with them on the digital dating sphere.

HomoMonument: redefining the memorial landscape

Marc Adelman exhibited a phenomenon that he registered from 2007 to 2011. We do not know whether it started together with the Holocaust Memorial itself, back in 2005, or later, but we can assume that it is an ongoing phenomenon, since the last post on *Grindr Remembers* dates from Friday, November 21, 2014. For at least the past seven years, since Adelman's project started in 2007, the Holocaust Memorial together with the Tiergarten park

have been cruising areas in the center of Berlin. This latent queer landscape was intervened and marked in 2008 by a memorial commemorating the queer lives lost to Nazism: the *Memorial to Homosexuals Persecuted Under the National Socialist Regime* (from now on HomoMonument, as it is popularly called) designed by artists Michael Elmgreen and Ingar Dragset.

Figure 6: The *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime*, situated on the border of Tiergarten Park, 2015



Source: Valentina Rozas Krause

The HomoMonument came into existence thanks to the efforts of two German Gay and Lesbian Rights Organizations: *Remember the Homosexual Victims of National Socialism* and the *Lesbian and Gay Federation of Germany*, together with the German Parliament. The Bundestag had committed itself back in 1999 to building more memorials to the victims of Nazism, and the resolution approving the construction of the Holocaust Monument

stated that: “The Federal Republic of Germany remains obliged to honor the memory of the other victims of National Socialism in a dignified manner” (GERMANY, 1999)⁹. Consequently, the Holocaust Memorial and the HomoMonument are connected in their conception. Further, following an amendment introduced in 2009 (STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS), the *Federal Foundation Memorial to the Murdered Jews of Europe* was entrusted with the supervision of the *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime*¹⁰. When the Holocaust Memorial was approved, a heated public debate arose around the problematic hierarchy of victims a memorial solely dedicated to the murdered Jews would provoke. Thus, the cited clause tries to amend this controversy by opening up space and public funds for new memorials. While it is problematic how the clause has fostered the process of fragmentation of victims, it has at the same time endorsed the construction of memorials such as the HomoMemorial, the *Memorial to the Murdered Sinti and Roma of Europe*, and the *Memorial and Information Point for the Victims of National Socialist “Euthanasia” Killings*. In December 2003 the German Parliament approved the construction of the HomoMemorial to “honour those who were persecuted and murdered, keep the memory of injustice alive and act as a lasting symbol against intolerance, resentment and the exclusion of gay men and lesbians” (STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS). A public competition was held in 2005/2006 and the chosen design was a single concrete cube or stela, mimicking Eisenman’s Field of Stelae, with a small square window which allowed visitors to look at a monitor inside the structure that showed a looping film of a same-sex kissing scene.

Figure 7: Visitors peeking into the *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime*, 2015

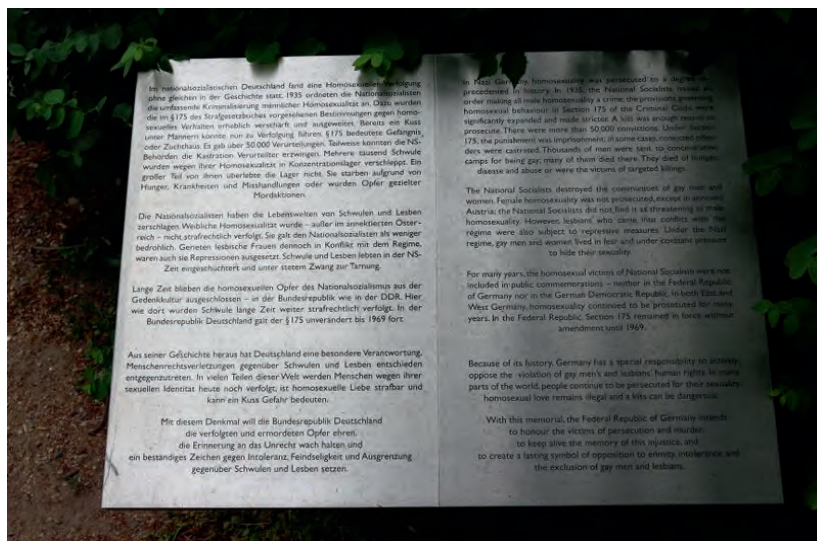


Source: Valentina Rozas Krause

Initially, the film depicted two men kissing, but according to the initial plans to change the scene every two years, in 2012, with a significant delay, the scene was replaced with two women kissing. This was a controversial issue, since historians criticized (WILKE, 2012) the State's attempt to equal homosexual and lesbian persecution because only men were explicitly targeted through the Nazi amendment of Paragraph 175 of the German Criminal Code (1935), which criminalized "lewdness" and punished it with imprisonment (STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS). By restating the importance of including lesbians, the HomoMonument disobeys historical accuracy in order to frame Nazi homophobia into the present queer rights movements. While the persecution and extermination of Jews ended after the Third Reich was defeated, Paragraph 175 remained unchanged in the postwar Federal Republic of Germany until 1969, and only 20 years ago, in 1994, did the German Parliament repeal it (STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS).

Unlike the Holocaust Memorial, the HomoMemorial has a plaque that narrates its history and purpose in German and in English:

Figure 8: *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime* information plaque, 2015



Transcription:

“In Nazi Germany, homosexuality was persecuted to a degree unprecedented in history. In 1935, the National Socialists issued an order making all male homosexuality a crime; the provisions governing homosexual behaviour in Section 175 of the Criminal Code were significantly expanded and made stricter. A kiss was enough reason to prosecute. There were more than 50,000 convictions. Under Section 175, the punishment was imprisonment; in some cases, convicted offenders were castrated. Thousands of men were sent to concentration camps for being gay; many of them died there. They died of hunger, disease and abuse or were the victims of targeted killings.

The National Socialists destroyed the communities of gay men and women. Female homosexuality was not prosecuted, except in annexed Austria; the National Socialists did not find it as threatening as male homosexuality. However, lesbians who came into conflict with the regime were also subject to repressive measures. Under the Nazi regime, gay men and women lived in fear and under constant pressure to hide their sexuality.

For many years, the homosexual victims of National Socialism were not included in public commemorations – neither in the Federal Republic of Germany nor in the German Democratic Republic. In both East and West Germany, homosexuality continued to be prosecuted for many years. In the Federal Republic, Section 175 remained in force without amendment until 1969.

Because of its history, Germany has a special responsibility to actively oppose the violation of gay men's and lesbians' human rights. In many parts of the world, people continue to be persecuted for their sexuality, homosexual love remains illegal and a kiss can be dangerous.

With this memorial the Federal Republic of Germany intends to honour the victims of persecution and murder, to keep alive the memory of this injustice, and to create a lasting symbol of opposition to enmity, intolerance and exclusion of gay men and lesbians.”

Source: Valentina Rozas Krause

In Elizabeth Jelin's terms, the HomoMonument broadens the specific and literal concept of the victim of Nazism to acknowledge Germany's responsibility to humankind in its totality, without restricting it to the direct victims. Therefore, the HomoMonument is exemplary to memorials around the world, because it shifts the emphasis from the reiteration of the past to a concern for the future of our societies (JELIN, 2010). To aim for the present is even more important when we take into consideration that the HomoMonument has been vandalized more than once, which demonstrates the presence of homophobia in German society (CHAMBERS, 2008).

The plaque stands on a pedestal next to the stela; the HomoMonument itself sits on the fringe of Tiergarten Park, across the street from the Holocaust Memorial. Spatially, it ties these two cruising areas together and materializes the queer desire we have described in Adelman's and *Grindr Remembers*' images. It seems as if one of Eisenman's stela had decided to leave the field and wander into the park. The HomoMonument is somewhat taller than Eisenman's stelae and leans slightly to one side. Both are made out of concrete and are empty, the difference being that we can peek into the queer stela. If cruising men queered the Holocaust Memorial before, this Memorial adds a new layer of queerness to the whole landscape. Michael Elmgreen (Denmark) and Ingar Dragset (Norway) are two

artists living in Berlin whose *oeuvre* has dealt with queerness in the public and domestic spheres for some time (VALLERAND, 2013, p. 68-73). Their design is powerful because with a little gesture it reshapes the whole Holocaust Memorial. One queer stela makes us think that more of them could be different and unique like this one. By adopting Eisenman's aesthetic language, Elmgreen & Dragset restate its authority and at the same time make it their own. The HomoMonument would survive without the Field of Stelae; it would not have the same power, but it would remain aesthetically and commemoratively significant. Elmgreen & Dragset could also be regarded as part of the countermonument movement because their monument resists the petrification of history in public space. According to them, "[...] a monument should have the character of a living organism subject to dynamic change rather than a static and final statement" (STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS, 2012, p. 2).

The HomoMonument is a significant gesture to bring sexuality back into the memory of the victims of Nazism, despite the de-eroticized kiss it depicts¹¹. The men on *Stelen (Columns)* take this a step further by entering the Holocaust Memorial to look for encounters, friendship, sex, and love. When they leave to fulfill these longed-for encounters online they take a part of the Memorial with them, extending the commemoration circle. Both the HomoMonument and the men in *Stelen (Columns)* are living manifestos of our societies' need to adapt to our present the Memorials we erect.

Conclusions

This paper started by asking why the Holocaust Memorial's abstract stelae invite the kind of queer desire portrayed in Adelman's images. The first section of this paper, *Holocaust Memorial: A place for everyday life*, argued that the queer desire flourished in the Holocaust Memorial because Eisenman's abstract design emphasized an open-ended history that had to be appropriated through experience. Non-sacred, open, public, and playful, the design invites everyday practices. Thus, the cruising men do not stand alone in

their mission to commemorate through mundane activities. Along with straight couples, hungry tourists, and thirsty teenagers they have redefined the traditional boundaries between monumentality and everyday life, mourning and desire, and memory and play.

The second part of this paper, *Cruising the Holocaust Memorial: Sexuality, play, and commemoration in public space*, provided an interpretative framework for *Stelen (Columns)* by claiming that, even if at an unconscious level, these registers of queer desire are works of memory. As part of a post-postmemory generation, the men on *Stelen (Columns)* commemorate a phenomenon that is familiar to them only through media, history classes, and historical landmarks. Their interpretation, like David Levinthal's and Susan Sontag's, is that the Holocaust has been eroticized. Not only do the men in *Stelen (Columns)* draw attention to the flirtatious consumer-driven relation between Eros and the Holocaust, but they also reinscribe the gender and sexual identities of the victims of Nazism into a Memorial landscape that is at risk of forgetting that there is no final word or memorial for any history, and that despite modern democracies' efforts, inequalities and discrimination prevail in our societies. In the words of Henri Lefebvre, the reappropriation of the body in public space is a revolutionary project:

Any revolutionary 'project' today, whether utopian or realistic, must [...] make the reappropriation of the body, in association with the reappropriation of space, into a non-negotiable part of its agenda [...] Any appropriation of sex demands that a separation be made between the reproductive function and the sexual pleasure [...] The true space of pleasure, which would be an appropriate space par-excellence, does not yet exist (LEFEBVRE, 1991, p. 166-167).

As for the third part of the paper, *HomoMonument: Redefining the memorial landscape*, there is no doubt that since 2008, when the *Memorial to Homosexuals Persecuted Under the National Socialist Regime* was opened, the men in *Stelen (Columns)* have felt accompanied by a queer stela – they have been joined in their cruising adventure by an official Memorial that recognizes their status as victims.

Finally, some questions remain, the most intriguing of which may be: what is so appealing about these abstract stelae? Why do they invite queer desire? Marc Adelman says: “None of this is to write off what I think is a deep affinity between gay men and minimalist form. There is something to be said for the obvious appeal of the butch aesthetic and cruising ground that the concrete columns appear to create in Stelen” (ADELMAN, 2012). Reductionist and circular, this claim takes for granted the attraction between the minimalist, abstract aesthetic and queer desire. What if we were to unveil this association? Sontag provides some clues in the essay *Fascinating Fascism*; in her view, fascist aesthetic principles prevail in our contemporary society. By glamorizing death and seeking physical perfection, these principles permeate our media and sexual desire (SONTAG, 1975). But the Holocaust Memorial is hardly an example of the fascist aesthetic; it is not a sacred ground touched by the perpetrators. Nevertheless, can a non-historic place invoke the ghosts that surround it to gain a sacred aura? On the one hand, we need to bear in mind that the Holocaust Memorial has become a global cultural icon, and as such its original content can be defamiliarized and new associations and meanings can be constructed. On the other hand, Berlin has become an icon for queer rights, with its openly gay mayor and a thriving queer cultural life. How do the men in these images and the ones who are drawn to them relate to these icons? These questions remain open for future research, and will hopefully foster the exploration of the uncanny nature of mourning and desire.

BUSCA POR PARCEIROS NO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DE EISENMAN

Resumo: Fotos de perfis de sites de namoro gay de homens jovens posando junto a objetos do Memorial do Holocausto em Berlim são objeto de exposição de arte no Museu Judaico de Nova York e em um blog on-line. Este artigo revela o significado dessas imagens neste site particular, em um esforço para entender por que esses homens escolheram retratar-se no Memorial do Holocausto a fim de encontrar parceiros por meio digital em sites de namoro gay. Em três seções consecutivas, o artigo afirma que, por um lado, a conversão do

Memorial do Holocausto em um cenário de busca por parceiros é facilitada por um design que – por conduzir a uma compreensão autônoma e abstrata – permite e convida uma ressignificação constante a partir das práticas cotidianas. E, por outro lado, postula que as imagens exibidas no Museu Judaico podem ser interpretadas como um memorial performativo que reinscreve sexualidade e gênero em narrativas do Holocausto.

Palavras-chave: Holocausto. Memorial. Monumento. Berlim. Busca de Parceiros. Vida Cotidiana.

Notas

¹ This paper has been developed in the context of the research project HAR2011-23490 *Memory and Society*. Policies of redress and memory and the social processes in the construction of contemporary public memory in Spain: conflict and representation (*Memoria y Sociedad*. Las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública contemporánea en España: Conflicto y Representación), financed by the Spanish Ministry of Science and Innovation (Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España).

² The appropriated photographs of cruising men in the Holocaust Memorial will not be reproduced in this paper, in order to respect the rights of the individuals depicted. When discussed in the paper, a footnote will indicate the direct source in which the photographs were reproduced. The same source will allow the reader to retrieve the images being discussed.

³ Images from Marc Adelman's exhibition *Composed: Identity, Politics, Sex* at the Jewish Museum in New York can be seen here: <<http://marcadelman.com/>>. Details of the photographs portrayed in Adelman's work *Stelen (Columns)* can be examined here: <<http://marcadelman.com/work/stelen-columns/>>.

⁴ She writes: "These predominantly white males have not forgotten because they are evil; they have forgotten because they have so much incentive to forget. That is privilege in action – the privilege of amnesia. When the world is a smorgasbord of casual hookups, the opportunities to forget are everywhere. How quick we are to accept them."

⁵ Retrieved from <http://www.stiftung-denkmal.de/fileadmin/user_upload/projekte/oeffentlichkeitsarbeit/pdf/Denkmaeler/PDFs_Denk%03%A4ler_2013/StiftDenk_Holo_ENG_2013_Web_01.pdf>.

⁶ Images from the blog *Totem and Taboo: Grindr Remembers* can be seen here: <<http://grindr-remembers.blogspot.com/>>.

⁷ David Levinthal's work *Mein Kampf* (1993-1994) can be retrieved from his personal webpage: <http://www.davidlevinthal.com/works_mk.html>.

⁸ Referring to Albert Speer, one of the most representative architects of the Third Reich.

⁹ For a more complete extract of the resolution see pages 3-4.

¹⁰ It is also responsible for the '*Memorial to the Murdered Sinti and Roma of Europe*' and the '*Memorial and Information Point for the Victims of National Socialist »Euthanasia« Killings*'.

¹¹ To watch the short film reproduced inside the HomoMonument visit: <<https://www.youtube.com/watch?v=6D4r-ZAtNJE>>.

Bibliography

ABUJATUM, L. *Experience of a tourist guide at the Memorial to the Murdered Jews of Europe*. Interview by Valentina Rozas Krause. Recorded. Nov. 24th 2014.

ADELMAN, M. *Stelen (Columns)*. Artwork. Series of 150 found images. Retrieved from <<http://marcalderman.com/>> on Dec. 14th 2014.

_____. Gays, Grinder, the Holocaust Memorial, and Art: an Interview with Marc Adelman. *Hyperallergic*, Dec. 21st 2012. Retrieved from <<http://hyperallergic.com/62106/gays-grinder-the-holocaust-memorial-and-art-an-interview-with-marc-adelman/>> on Dec. 5th 2014.

ÅHR, J. Memory and Mourning in Berlin: On Peter Eisenman's Holocaust-Mahnmal (2005). *Modern Judaism*, v. 28, n. 3, p. 283-305, 2008.

BENTON, M. Why Did the Jewish Museum Remove Photos of Gay Men at Berlin's Holocaust Museum From Its "Composed: Identity, Politics, Sex" Exhibit? *Tablet*, June 21st 2012. Retrieved from <<http://tabletmag.com/jewish-arts-and-culture/103779/jewish-museum-closet>> on Dec. 4th 2014.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999.

CHAMBERS, M. Vandals defile Berlin monument to Nazi's gay victims. *Reuters*, Berlin, Aug. 18th 2008. Retrieved from <<http://www.reuters.com/article/2008/08/18/us-germany-homosexuals-attack-idUSLI11755020080818>> on Dec. 14th 2014.

DAVIDOW, J. *Competing Contracts: Cruising, Photography, and Privacy Rights in Marc Adelman's Stelen*. 2013. Unpublished.

DEAN, T. *Unlimited intimacy: reflections on the subculture of barebacking*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DEKEL, I. Ways of looking: Observation and transformation at the Holocaust Memorial, Berlin. *Memory Studies*, v. 2, n. 1, p. 71-86, 2009. <http://doi.org/10.1177/1750698008097396>

EISENMAN, P. *Memorial to the murdered Jews of Europe*. New York: Leo Baeck Institute, 2005.

EISENMAN, P.; RAUTERBERG, H. *Holocaust memorial Berlin: Eisenman Architects*. Baden, Switzerland: Lars Müller, 2005.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, v. 25-26, p. 56-80, 1990. <http://doi.org/10.2307/466240>

FREUD, S. *Totem and taboo: some points of agreement between the mental lives of savages and neurotics*. New York: W.W. Norton, 1989.

GEDENKORT FÜR DIE IM NATIONALSOZIALISMUS VERFOLGTEN HOMOSEXUELLEN. *Hintergrund*. Retrieved from <<http://gedenkort.de/hintergrund.htm>> on Dec. 14th 2014.

GERMANY. Parliament. Resolution of the German Parliament on the Memorial to the Muderres Jews of Europe, June 25th, 1999. Retrieved from <<https://www.holocaust-denkmal-berlin.de/index.php?id=44&L=aqvjoacvsself>> on Dec. 14th 2014.

JELIN, E. ¿Espacios para la memoria? ¿Para quiénes? *Hemispheric Institute of Performance and Politics*, v. 7, n. 2, Winter 2010. Retrieved from <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/en/e-misferica-72/jelin>> on Dec. 14th 2014.

KENNEDY, R. Artist Not Happy After Jewish Museum Takes Down His Work. *New York Times*, June 22 2012. Retrieved from <<http://artsbeat.blogs.nytimes.com/2012/06/22/artist-not-happy-after-jewish-museum-takes-down-his-work/>> on Dec. 5th 2014.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1991.

LEVINTHAL, D. *Mein Kampf 1993-1994*. Artwork Polaroid Polacolor ER Land Film. Retrieved from <<http://www.davidlevinthal.com/works.html>> on Dec. 14th 2014.

LIGON, G. History with a Small “h”: A Conversation with Glenn Ligon. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, Durham, v. 12, n. 3, p. 465-474. Interview by Rachel Middleman.



MILLS, J. Lest we forget: Grindr remembers the Holocaust. *Overland*, Melbourne, Jan. 31st 2013. Retrieved from <<https://overland.org.au/2013/01/lest-we-forget-grindr-remembers-the-holocaust/>> on Dec. 14th 2014.

MOYLAN, B. Why Are All These Gays Taking Grindr Photos at a Holocaust Memorial? *Vice*, Jan. 2nd 2013. Retrieved from <<http://www.vice.com/read/why-are-all-these-gays-taking-grindr-photos-at-a-holocaust-memorial>> on Dec. 5th 2014.

MUÑOZ, J. E. *Cruising utopia: the then and there of queer futurity*. New York: New York University Press, 2009.

RÄTSELFRAGE: Warum ist dieser Film bei Youtube nicht jugendfrei? Retrieved from <<https://www.youtube.com/watch?v=6D4r-ZAtNJE>> on Dec. 14th 2014.

REED, C. Imminent Domain: Queer Space in the Built Environment. *Art Journal*, v. 55, n. 4, p. 64-70. <http://doi.org/10.2307/777657>

SILVA, A.; FRITH, J. *Mobile interfaces in public spaces: locational privacy, control, and urban sociability*. New York: Routledge, 2012.

SONTAG, S. Fascinating Fascism. *The New York Review of Books*, New York, Feb. 6th 1975. Retrieved from <<http://www.nybooks.com/articles/archives/1975/feb/06/fascinating-fascism/>> on Dec. 14th 2014.

STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS. *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime*. Retrieved from <<http://www.memorialmuseums.org/eng/denkmaeler/view/1380/Memorial-to-the-Homosexuals-Persecuted-under-the-National-Socialist-Regime#>> on July 12th 2014.

_____. *Michael Elmgreen and Ingar Dragset*. Retrieved from <<http://www.stiftung-denkmal.de/en/memorials/memorial-to-the-homosexuals-persecuted-under-the-national-socialist-regime/michael-elmgreen-and-ingar-dragset.html>> on Dec. 14th 2014.

_____. *Memorial to the Homosexuals Persecuted under the National Socialist Regime: Information*. Berlin: Stiftung Denkmal für die ermordeten Juden Europas, 2012. p. 2. Retrieved from <http://www.stiftung-denkmal.de/fileadmin/user_upload/projekte/oeffentlichkeitsarbeit/pdf/Denkmaeler/PDFs_Denkmaeler_2013/StiftDenk_Holo_ENG_2013_Web_01.pdf> on Dec. 14th 2014.

TILL, K. E. *The new Berlin: memory, politics, place*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

TOTEM AND TABOO: Grindr remembers the holocaust. Retrieved from <<http://grindr-remembers.blogspot.co.uk/>> on Dec. 14th 2014.

VALLERAND, O. Home Is the Place We All Share. *Journal of Architectural Education*, v. 67, n. 1, p. 64-75. <http://doi.org/10.1080/10464883.2013.767125>

WILKE, C. Remembering Complexity? Memorials for Nazi Victims in Berlin. *Journal of Transitional Justice*, Rochester, NY, 2012. SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2144468>

WILLIAMS, P. *The Jewish Museum Blog*: Patricia Williams. Apr. 26th 2013. Retrieved from <<http://blog.thejewishmuseum.org/?p=2297>> on Dec. 14th 2014.

YOUNG, J. E. *At memory's edge*: after-images of the Holocaust in contemporary art and architecture. New Haven: Yale University Press, 2000.

_____. Germany's Holocaust Memorial Problem – and Mine. *The Public Historian*, Oakland, CA, v. 24, n. 4, p. 65-80, 2002. <http://doi.org/10.1525/tph.2002.24.4.65>

_____. Regarding the Pain of Women: Questions of Gender and the Arts of Holocaust Memory. *PMLA*, v. 124, n. 5, p. 1778-1786, 2009.

Recebido em: 19/12/2014

Aprovado em: 20/03/2014



La verticalidad superlativa del Valle de los Caídos y sus avatares cinematográficos durante la Transición, un *noeud de mémoire**

Nancy Berthier**

Resumen: La espectacular verticalidad del Valle de los Caídos, con su gigante cruz de 150 metros, se expresó a través de una retórica audiovisual que culminó con motivo de la inhumación en su basílica de su forjador, Francisco Franco, el 23 de noviembre de 1975. Estas imágenes que simbolizan la esencia de la dictadura circularon ampliamente después de la muerte del dictador, transformándose en auténticos *noeuds de mémoire* (literalmente “nudos de memoria”, NORA, 1984, p. XII). En el amplio *corpus* de los avatares audiovisuales del Valle de los Caídos, el periodo de la Transición es particularmente fructífero en la medida en que el cine se apropió muy temprano del motivo de este conjunto monumental de manera plurívoca desde una perspectiva memorística. El objetivo de este artículo es analizar cómo la verticalidad superlativa del Valle de los Caídos, en ese periodo bisagra de la historia de España, es tratada por el cine. Después de recordar cuáles han sido las principales características de la representación del monumento en el discurso oficial franquista, presentaremos una muestra de cinco películas concebidas entre 1975 y 1981, que lo prolongan o lo subvierten, poniendo de realce la complejidad memorística que entrañan.

Palabras clave: Valle de los Caídos. Cine. Televisión. Transición. Memoria.

* Este artículo ha sido escrito en el marco del proyecto *Memoria y sociedad. Las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública contemporánea en España* - HAR2011-23490 (universidad de Barcelona).

** Professora da Université Paris-Sorbonne. E-mail: nancyberthier@orange.fr

Introducción

Al igual que, en su tiempo, el rey Felipe Segundo quiso celebrar la victoria de San Quintín erigiendo el conjunto monumental de San Lorenzo del Escorial en una zona apartada de Madrid, pero lo suficientemente cerca para ser una especie de expansión grandiosa de la ciudad, Francisco Franco, Caudillo victorioso de la guerra civil española decidía edificar su imponente monumento conmemorativo en la madrileña Sierra de Guadarrama en el marco de una relación de dominación fundamentada en un principio de superioridad: “Muy en alto, cerca y lejos de la capital de España, ha sido escogido el lugar”, precisaba el diario *ABC* en cuanto se hizo público el decreto fundador, en abril de 1940, y, como no podía ser de otra manera, “Aún más alto que el lugar aquel escogido por Felipe II”, e incluso “[...] tan alto como los riscos del Abantos, atalaya y faro de la gran meseta, estrella lejana sobre la frente que mira a Madrid”¹. Unos treinta años más tarde, el 9 de mayo de 1976, mientras que el Generalísimo había sido sepultado en ese lugar apenas unos seis meses antes y que Adolfo Suárez, el artífice de la Transición política, todavía no había sido nombrado Presidente de gobierno (ocurrió en julio), un lujoso suplemento ilustrado de ese mismo *ABC* en su edición de Madrid, en una prosa flameante heredera de la de los orígenes, presentaba el conjunto monumental bajo el signo de una misma verticalidad superlativa y dominante, principalmente representada entonces por su impresionante cruz levantada hacia el cielo: “A poco más de medio centenar de kilómetros de Madrid, en las estribaciones de Guadarrama, se levanta *en poderosa verticalidad*, a los ojos del viajero, una cruz gigantesca, cuya silueta se recorta sobre el cielo de Castilla”². No cabe duda de que el Valle de los Caídos se imponía en el imaginario como el “lugar de memoria” por excelencia del franquismo, su verticalidad arrogante siendo el símbolo del discurso de los vencedores.

Ampliamente convocada por las palabras, esa “poderosa verticalidad” del Valle de los Caídos se expresó también y sobre todo, a medida que iban avanzando las obras, en un sinnúmero de

imágenes fotomecánicas que fueron configurando una auténtica retórica visual que se manifestó en particular en el ámbito audiovisual a través de unas figuras muy repetitivas durante el franquismo hasta culminar apoteósicamente con motivo de la inhumación de su forjador, Francisco Franco, el 23 de noviembre de 1975. Estas imágenes que simbolizaban potentemente la esencia de la dictadura circularon ampliamente después de la muerte del dictador, transformándose en auténticos “noeuds de mémoire” (literalmente “nudos de memoria”), para retomar la metáfora empleada por Pierre Nora (NORA, 1984, p. XII), en el sentido figurado de la palabra francesa “noeud”, “el punto esencial de una cuestión, la dificultad de un problema” (“le point essentiel d’une question, la difficulté d’un problème”, LAROUSSE).

En el amplio *corpus* de los avatares audiovisuales de la verticalidad superlativa del Valle de los Caídos, el periodo de la Transición es particularmente fructífero en la medida en que, al margen de cualquier supuesto “pacto del olvido”, el cine se apropió muy temprano del motivo de este conjunto monumental de manera plurívoca desde una perspectiva memorística. Aunque en las películas – documentales o ficciones – sólo apareció en secuencias determinadas y no como motivo central, su presencia reiterada es el síntoma obvio de que entonces se estaba convirtiendo en uno de los más gordianos “noeuds de mémoire” de la historia contemporánea del país, lo que no ha dejado de ser hoy en día.

El objetivo de este artículo es analizar cómo la verticalidad superlativa del Valle de los Caídos, en ese periodo bisagra de la historia de España, es tratada por el cine. Después de recordar cuáles han sido las principales características de la representación del monumento en el discurso oficial franquista, presentaremos una muestra de cinco películas concebidas entre 1975 y 1981, que lo prolongan o lo subvierten, poniendo de realce la complejidad memorística que entrañan.



El paradigma matricial: la imposición de un “lugar de memoria”

Fue en el mismo transcurso de la guerra civil cuando a Francisco Franco se le ocurrió immortalizar su futura victoria con la erección de un grandioso monumento cuyo proyecto se concretaría el primero de abril de 1940, con motivo del primer aniversario del final del conflicto, con la publicación de un decreto fundacional en cuyo preámbulo se justificaba así la obra venidera:

La dimensión de nuestra Cruzada, los heroicos sacrificios que la Victoria encierra y la trascendencia que ha tenido para el futuro de España esta epopeya, no pueden quedar *perpetuados* por los sencillos monumentos con los que suelen *conmemorarse* en villas y ciudades los hechos salientes de nuestra *historia* y los episodios gloriosos de sus hijos. Es necesario que las piedras que se levanten tengan la grandeza de los monumentos antiguos que *desafíen al tiempo y al olvido* y constituyan lugar de meditación y de reposo en que las *generaciones futuras rindan tributo de admiración a los que les legaron una España mejor* (el subrayado es mío).

Desde su misma concepción, es obvia la pretensión memorística del proyecto, no solamente por su naturaleza (un monumento conmemorativo de la “victoria”), sino por la manera muy apoyada en que la retórica de los vencedores se emplea en confiscar el futuro, es decir, el recuerdo. Este proyecto corresponde con la categoría de lugares de memoria “dominantes”, que son, según la tipología de Nora, “espectaculares y triunfantes, imponentes y generalmente impuestos, ya sea por la acción de una autoridad nacional o un cuerpo constituido, pero siempre desde arriba” (NORA, 1984, p. XL).³ El principio de verticalidad conquistadora del futuro monumento, todavía virtual en aquel entonces, se sugería con el campo léxico de la grandeza, asociada con el del heroísmo. La elección del emplazamiento de Cuelgamuros aseguraba de entrada, con sus 1400 metros de altura,⁴ que se situara en el ámbito de lo

superlativo. Cuando el proyecto se concretó arquitectónicamente y que la decisión de edificar en su corazón una monumental cruz de unos 150 metros de altura se convirtió en una auténtica obsesión para el Caudillo⁵, cobraron una importancia peculiar los dos principios conjuntos asociados con la verticalidad y derivados de la cultura católica: elevación y trascendencia. Así era como todo el conjunto se semantizaba y fue exaltado durante el periodo de su edificación, que iba a ser bastante breve (unos doce meses) pero resultó larguísimo pudiéndose inaugurar oficialmente sólo unos veinte años después, en 1959.

Durante estos años de larga espera del grandioso monumento, la cobertura mediática de las obras fue regular, en particular con el motivo de las numerosas visitas al sitio de un Caudillo febrilmente impaciente y realmente implicado. Desde muy temprano, las imágenes fueron ilustrando los discursos y configuraron una retórica visual de la verticalidad que se plasmó en los periódicos y las revistas a medida que la obra magna se iba concretando. Pero fue sobre todo en las imágenes fílmicas donde se afirmó esa retórica, en particular en el noticiario oficial NO-DO, como lo recalca Vicente Sánchez-Biosca: “[...] de todas las fases preparatorias, NO-DO recoge periódicamente noticias que traen a la palestra la significación y el alcance de la obra (SANCHEZ-BIOSCA; TRANCHE, 2005, p. 502). Se elabora entonces un auténtico “estilo visual” que se va puliendo a lo largo de los años y de los progresos de las obras para culminar con motivo de su inauguración, que según Vicente Sánchez-Biosca, se plasma en el número 848 A, con el reportaje dedicado al “XX aniversario de la Victoria” (primero de abril de 1959). Este “estilo visual” que corresponde a lo que definimos como una retórica de la verticalidad combina un grandilocuente comentario en voz en off con unas figuras de estilo de índole visual que han de grabar en las retinas de los espectadores el espectáculo de tal grandeza, a nivel de la escala de planos (uso enfático de los planos generales o, a la inversa, de primeros planos), del ángulo de las tomas (picado y contrapicado para una dramaturgia de la verticalidad) y del montaje (fragmentación expresiva). Así lo describe Vicente Sánchez-Biosca (2005):

La monumentalidad de la construcción exigía una filmación tan espectacular como aquélla. En consecuencia, los reporteros de NO-DO se aprestan a poner a prueba sus más depuradas técnicas: abrazar la magnificencia del paisaje, al tiempo que ofrecer una vista de la construcción en su conjunto, exige el uso de imágenes aéreas desde helicópteros, que son a su vez filmados por otras cámaras como signo suplementario de ostentación. La fragmentación del montaje queda reforzada por el recurso a angulaciones enfáticas (contrapicados de la imponente cruz y la Pietà que custodia la entrada; pero también picados muy acusados, ya en el interior de la basílica, sobre el crucero mientras tiene lugar la ceremonia), movimientos de cámara insólitos en un noticiario, como aquél que avanza desde lo alto de la cúpula hacia una barandilla para asomarse, proliferación de planos de detalle que enfatizan los signos más densos del lugar (el Cristo policromado, los fragmentos del mosaico pintado en la bóveda). Mención especial merece el tratamiento grandilocuente de la masa congregada en la explanada que es filmada desde un helicóptero, subrayando así el calibre de la concentración multitudinaria. Salvando las distancias, se propone un encuentro entre arquitectura y filmación que ya había logrado una simbiosis de soberbios e impactantes resultados en la obra nacionalsocialista (p. 505-506).

Imagen 1: La verticalidad plasmada en el discurso audiovisual oficial



Fuente: Fotogramas NO-DO número 848 © DR.

Si bien es verdad que, después de la inauguración, la representación visual del Valle de los Caídos, y más generalmente, su vida mediática, decreció fuertemente, estas imágenes asentaron una base representativa que se reactivaba incansablemente cuando el conjunto monumental recobraba momentáneamente cierto protagonismo. Fue con motivo de la inhumación en la basílica de Francisco Franco, el 23 de noviembre de 1975, cuando ese estilo visual se explotó con más fuerza que nunca en una ceremonia que, 35 años después del decreto fundacional, parecía cumplir la razón de ser del monumento, el marco sublime de la sepultura del Caudillo, aunque la decisión de que así fuera se tomó tardíamente, poco tiempo antes de que falleciera⁶. La noción de “caído”, que hasta entonces había sido aplicada de manera bastante estricta para designar a las decenas de miles de víctimas de la guerra civil cuyos

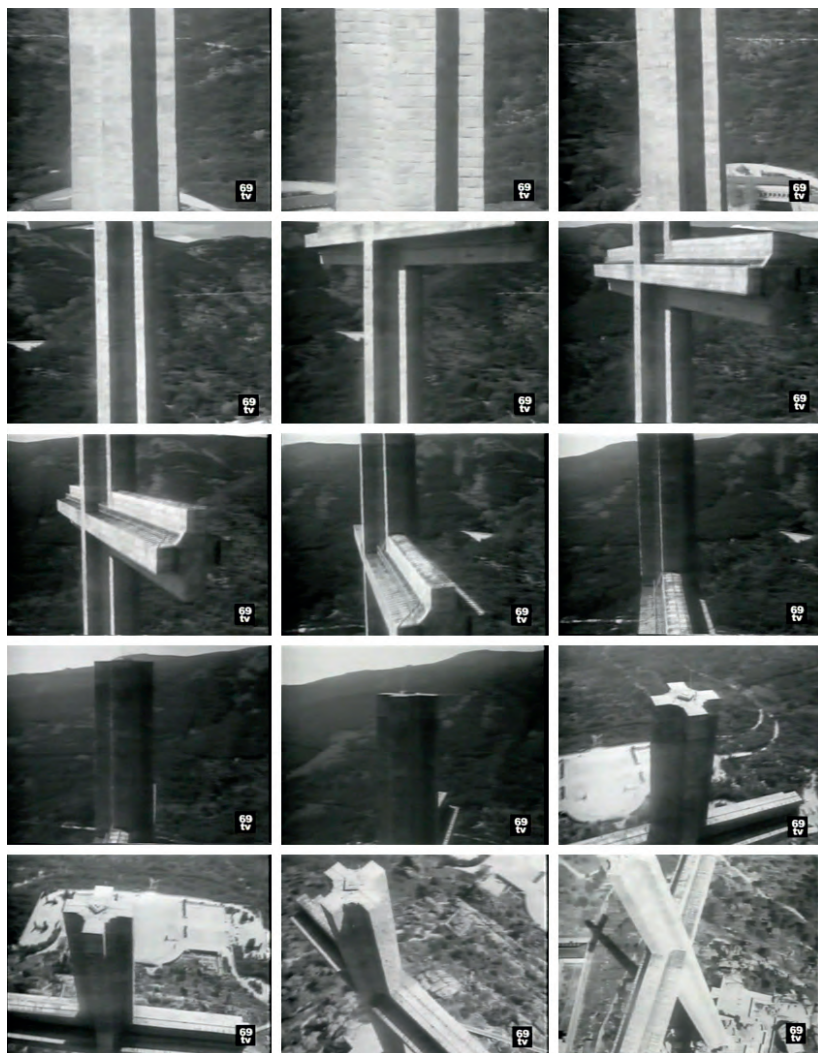
restos se habían trasladado al lugar,⁷ se amplió excepcionalmente para acoger a quien había fallecido de enfermedad en su cama a los más de 80 años. Si las 33846 inhumaciones de cuerpos en las criptas del Valle de los Caídos pasaron desapercibidas, o por lo menos no dieron lugar a actos individualizados de gran magnitud, ni siquiera la de José Antonio Primo de Rivera,⁸ en cambio, la del Caudillo fue una ceremonia individualísima y mediatizadísima en la cual el estilo visual fundamentado en la retórica de la verticalidad tuvo una destacada importancia.

En el conjunto de representaciones, que involucra todos los medios y se plasma en distintos soportes (prensa, radio, cine, televisión, cartelística, foto), ha desempeñado un papel determinante la dimensión audiovisual porque España ya había entrado de lleno en la era de la modernidad mediática, libertad de expresión aparte. Además, para un régimen fundamentado en el culto al líder carismático, la cuestión de la última imagen era decisiva. De manera que tanto a nivel de la televisión, en particular con la “magia del directo”, como del noticiario cinematográfico, con la realización y difusión rápida de una edición especial de NO-DO,⁹ unas imágenes consumibles ora en privado, ora en locales públicos, se impusieron, marcando las memorias. Los medios desplegados para ese evento que llegó en un momento clave de la historia de la televisión española, fueron excepcionales, como lo atestiguó el álbum editado por los servicios de publicación de la televisión pública, *Los últimos días de Franco vistos en TVE* (1975). El dispositivo previsto, tanto a nivel técnico como humano, permitió conferirle una dimensión inusual a la retórica de la verticalidad del Valle de los Caídos. Los funerales llegaban además en un momento de desarrollo tecnológico que hizo que, como lo ha puesto de relieve Manuel Palacio, se trató del “[...] mayor despliegue que jamás había hecho la televisión española en su historia” (PALACIO, 2012, p. 78). La presencia visual del Valle de los Caídos se imponía al final de una larga serie de actos que tenían lugar en la capital: velatorio y misa en el Pardo oficiada por el Cardenal Tarancón, exposición de los restos mortales en el Palacio real, funeral *in corpore insepulto* en la Plaza de Oriente, presidido por el nuevo monarca Juan Carlos de Borbón y oficiado por el cardenal Primado de España, Marcelo González Martín.

Entonces fue cuando empezó el traslado del cuerpo a su última morada, el Valle de los Caídos, escoltado por unos motoristas de la Guardia Civil, donde se procedió a su inhumación en la Basílica.

Los elementos de la retórica de la verticalidad entonces desplegada eran rigurosamente idénticos al modelo de estilo visual que había dominado anteriormente en la representación del Valle de los Caídos. No obstante, la naturaleza particular del evento al que estaba asociada le confería una dimensión hiperbólica. Un solo plano simboliza este despliegue de medios, que podríamos calificar de “última imagen”, ya que llega al final de los tres días en que el evento invade la pequeña pantalla. Se trata de un largo plano (66 segundos) de la cruz filmada desde un helicóptero. Vimos cómo ya en la inauguración la presencia del helicóptero permitía filmaciones espectaculares, por ejemplo con unos puntos de vista de índole cenital. Aquí, el ángulo de la toma de vista es inaudito, ofreciendo una visión a la vez cercana y global del monumento. La cámara efectúa en efecto un osado movimiento helicoidal en torno al eje vertical de la cruz que, al ralentizar la elevación, le confiere al mismo tiempo un énfasis que no tiene el movimiento ascensional sencillo. La verticalidad superlativa del Valle de los Caídos se plasma en este plano que, desde entonces, no ha dejado de ser reciclado, como el icono del monumento. Esa imagen, además, llegaba a los televidentes españoles al cabo de tres días de ceremonias y rituales fúnebres, marcados espacialmente, a la inversa, por un principio de horizontalidad en el espacio urbano madrileño. El movimiento ascensional coronaba pues las ceremonias conduciendo las miradas a un principio de elevación para encarnar el principio de transcendencia activado en los discursos: Franco, o mejor dicho, el espíritu superlativo del superlativo general, Caudillo por la gracias del mismísimo Dios, se elevaba hacia el cielo.

Imagen 2: La última imagen



Fuente: Fotogramas TVE 23 de noviembre de 1975 © DR.

La reinterpretación de los *herederos*

El Valle de los Caídos como lugar de memoria del franquismo triunfante sólo podía funcionar plenamente como tal en el marco de un futuro “atado y bien atado”. No obstante, ya para el primer aniversario de la muerte de Franco, el 20 de noviembre de 1976, aunque se celebrara solemnemente allí un acto conmemorativo en memoria del Caudillo que se inscribía en esa línea, en presencia de los Reyes de España y del gobierno, estaba ya en marcha el proceso que desembocaría, al año siguiente, en las primeras elecciones democráticas desde el periodo de la república (15 de junio de 1977),¹⁰ en la adopción de la Constitución (refrendada en diciembre de 1978) y en la victoria en las elecciones generales de octubre de 1982, de uno de los partidos de la oposición antifranquista, el PSOE, emblema de una era radicalmente nueva. Dos películas de la época permiten dar cuenta de la manera en que los “herederos” del régimen enfocan entonces ese lugar de memoria y su retórica de la verticalidad de manera casi antagónica.

El último caído (1975, José Luis Sáenz de Heredia): la imposible nostalgia

Es precisamente el simbolismo de la verticalidad superlativa lo que se encuentra en el corazón del proyecto cinematográfico que concibió el director José Luis Sáenz de Heredia en el momento de la agonía de Francisco Franco y para el cual, el 19 de noviembre de 1975, solicitó la ayuda del ministerio para un apoyo financiero y logístico. El director a menudo calificado de “oficial” del régimen, autor de la película de ficción propagandística *Raza*, adaptada en 1941 de un texto literario de Franco, y de *Franco ese hombre*, un documental hagiográfico sobre el Caudillo con motivo de los llamados “25 años de Paz” en 1964, concibe un ambicioso poema cinematográfico para dejar un “definitivo testimonio histórico de su edificante final”, guiado por “[...] una responsabilidad de legado testimonial para el futuro que ya sintieron los hombres de Altamira y perseveró en los pintores de todas las épocas [...] al

margen de la que deben dejar los noticiarios y la prensa, como lo está el libro del periódico” (BERTHIER, 1998, p. 263). En este poema documental, el Valle de los Caídos iba a ser un motivo central (la película se titularía sencillamente *El último caído*), con una estructura en cinco cantos “[...] que se abrirán siempre con la imagen del Valle, como suprema muestra del afán conciliador de Franco y, sobre un gran fondo sinfónico, el recitado de un poema a la manera del Romancero” (BERTHIER, 1998, p. 272). La película se presentaba como la expresión condensada e hiperbólica del estilo visual que había caracterizado la representación del monumento y correspondía con una escenificación extrema de una verticalidad superlativa entonces asociada para la eternidad con el recuerdo inmortal del Caudillo, en cierto modo, el lugar de memoria audiovisual de la victoria. Estaba previsto que “[...] la película se abr[iera] sobrevolando, como pudiera hacerlo un águila, las montañas de Cuelgamuros en la supuesta época anterior al Valle de los Caídos. En una transposición cinematográfica de la metáfora, el cineasta imagina una cámara-águila que ha de abrir al espectador al universo poético de su último Caído. Una entrevista al nuevo rey, Juan Carlos de Borbón, iba a coronarlo todo, como la encarnación de una natural continuidad política. No me atenderé sobre las circunstancias que hicieron imposible la realización de esta película que desarrollé en otro lugar¹¹, pero el hecho es que Juan Carlos, que no contestó a la amable invitación de José Luis Sáenz de Heredia, orientó el futuro del país hacia otra vía, la de la democratización, que hizo obsoleto el proyecto del autor de *Raza*, un testimonio sin embargo muy interesante de que la memoria nostálgica era entonces imposible. A principios de 1978, el director expresaba su incompreensión: “[...] me encontré con la sorpresa de que cuando yo creía que toda España iba a estar en la misma línea sentimental de aquellos momentos, en la misma que yo me encontraba de haber perdido al padre, los españoles empezaron a dar terribles bandazos”¹². La inconclusa *El último caído* sería su último proyecto, un testamento frustrado, cuyo rodaje quiso reanudar en vano en octubre de 1981, prueba sin embargo de que el hecho de que quedara sin concluir lo dejaba intranquilo.

...Y al tercer año resucitó (1980, Rafael Gil): pasar página

Si *El último caído* resultó un film imposible y, por consiguiente, invisible, en cambio, la ficción que concibió el director Rafael Gil a partir del *best seller* de Fernando Vizcaino Casas, *...Y al tercer año resucitó*, estrenada el primero de marzo de 1980, atrajo en las salas a no menos de 1.343.870 espectadores. El principal punto en común entre la película de Rafael Gil y la de José Luis Sáenz de Heredia, es que también había sido uno de los principales directores de cine del periodo franquista¹³ y que no ponía en tela de juicio el anterior régimen. Además, la figura del Caudillo, asimilada desde el título a Cristo, seguía siendo asociada a un principio de trascendencia, a pesar de un tratamiento humorístico.

La película cuenta la resurrección de Francisco Franco, que, vuelto a Madrid de *incognito*, se enfrenta con el rápido proceso de democratización del país. Bajado del Valle de los Caídos, cuya visión abre la ficción con un plano general en contrapicado que recuerda fuertemente la retórica de la verticalidad, regresará a ese lugar para siempre al final de la historia, que se acaba con una imagen de la basílica hacia la cual se dirige.

Imagen 3: Bajando del Valle de los Caídos



Fuente: Fotogramas de *...Y al tercer año resucitó* (1980, Rafael Gil) © DR.

La ficción es por consiguiente una ocasión para el director de hacer una sátira feroz de los nuevos comportamientos democráticos. Sin embargo, y en eso difiere la película de Rafael Gil de la de Sáenz de Heredia, el balance final es que si “Franco lo hizo

bien”, como lo declara un joven conductor que lo coge de autostop cerca del Arco de la Victoria en Moncloa y lo deja en la entrada del Valle de los Caídos, conviene pasar página: “[...] siempre que surge el tema, discuto mucho con mi padre. Porque se aferra al pasado. Y eso tampoco puede ser. Franco ya es historia. Muy respetable, eso sí, pero historia al final”. La verticalidad superlativa del Valle de los Caídos, filmada en las dos extremidades de la película, se asume con una herencia por cierto intangible, pero también y sobre todo como un lugar de memoria del pasado. Si la verticalidad se ha podido contrariar durante el tiempo que ha durado la ficción, con la bajada de Franco entre los mortales, volverá a imponerse como un elemento del paisaje inscrito en el pasado, con el último plano de la película, que retoma el tipo de toma del primero, con un fuerte contrapicado. Fue ese discurso, y no el de Sáenz de Heredia, nostálgico, el que se impondrá en un momento de la Transición en que los herederos de Franco se dieron cuenta de que su interés no eran el continuismo y que había que dejar atrás el pasado, lo cual está condensado en la última imagen de la película de Rafael Gil de un Valle de los Caídos cubierto de nieve al que vuelve Franco en una soledad marcada por el carácter diminuto de su silueta que progresa hacia la entrada de la basílica, en una explanada cuyo vacío es recalcado por la blancura impoluta de la nieve.

Imagen 4: Retorno al Valle de los Caídos



Fuente: Fotogramas de *...Y al tercer año resucitó* (1980, Rafael Gil) © DR.

Una verticalidad cuestionada: el *enjeu-mémoire*

Si entonces interesa a los ex vencedores de la guerra civil el no remover el pasado, en cambio, para otros, el Valle de los Caídos, lugar de memoria impuesto del franquismo triunfante e incuestionado, representa por sí solo la materialización de un “[...] pasado que no pasa [...]” (“[...] un passé qui ne passe pas [...]”), para retomar el título del libro de Conan y Rouso sobre el periodo de Vichy en Francia (CONAN; ROUSSO, 1997), y su verticalidad superlativa se va a cuestionar mediante unas producciones audiovisuales que, a pesar de que entonces no alcancen al gran público, se pueden considerar como los primeros síntomas de un malestar memorístico que tardará bastante tiempo a aparecer a la luz del día. En varias películas del período, lo que se baraja es lo que Jacques Le Goff llama el “enjeu-mémoire”, una expresión utilizada para designar el papel democrático de las memorias alternativas liberadoras, contra las memorias instrumentalizadas de los poderes dominantes (1988, p. 175-177). Los tres documentales que se van a presentar a continuación se empeñaron en ofrecer muy temprano unas formas de auténtica “contramemoria” (NORA, VIII) del Valle de los Caídos cuya verticalidad superlativa se interroga.

***Informe general sobre algunas cuestiones de interés para una proyección pública* (1977, Pero Portabella): una verticalidad terrorífica**

Informe general sobre algunas cuestiones de interés para una proyección pública, del cineasta catalán Pere Portabella, es un largometraje documental que el director dirige entre el 20 de noviembre de 1975, momento de la muerte de Franco y el 15 de junio de 1977, fecha de las primeras elecciones democráticas desde la segunda república¹⁴. Productor de la mayor parte de los grandes directores de cine bajo el franquismo, como Luis Buñuel, Carlos Saura, José Luis García Berlanga ou Marco Ferreri, Pere Portabella acomete la realización de un documental comprometido durante la Transición, en paralelo a una actividad política que lo conducirá a ocupar un puesto de senador en 1977. Esta película, realizada

en la clandestinidad en una época en que la oposición todavía no tiene existencia legal, recoge unas entrevistas de personalidades políticas y sindicales del momento, de diversas sensibilidades (Felipe González, Marcelino Camacho, Enrique Tierno Galván, Santiago Carrillo, Jordi Pujol), y que debaten sobre el porvenir de España. Radiografía de un momento orientado hacia un futuro en construcción, el documental también filma en ciertos momentos los lugares de memoria del régimen franquista, como el Valle de los Caídos, el palacio del Pardo, las ruinas de Belchite, que funcionan como contrapuntos con respecto al bullicioso presente, cuyas huellas se parecen a “vestigios arqueológicos” (GOMEZ, 2012, p. 209-211).

El Valle de los Caídos ocupa un lugar aparte en ese dispositivo ya que la película se abre y se cierra sobre él, y en particular sobre su verticalidad superlativa en una larga secuencia de apertura de una duración de 4 minutos y 40 segundos, que precede los títulos de crédito. Lo que llama la atención, en la manera en que se filma el lugar, es que se reconocen a primera vista las figuras del estilo visual oficial, en peculiar su retórica de la verticalidad superlativa: juegos de escala de planos, ángulos de tomas enfáticos, movimientos de cámara grandilocuentes. Sin embargo, el director introduce unos desfases que contribuyen a contrariar seriamente el principio de verticalidad superlativa y los valores a los que se le asocia: ausencia de la habitual voz en *off* que hace la secuencia enigmática, presencia en la banda de sonido, de una música con sonoridades inquietantes, propia de las películas de terror, encuadre descuidado de ciertos planos que contrarrestan la ortogonalidad de la cruz y producen la sensación de que se va a caer, balanceo de la cámara que nos marea, duración desmedida de los planos (contra la habitual rapidez del montaje), la radicalización exagerada de los ángulos de toma enfáticos (picados y contrapicados), sumen al espectador en un espacio que se presenta como siniestro y temible. Pero sobre todo, el principio de elevación y de trascendencia que caracterizaban la retórica oficial casi se invierte en la medida en que la secuencia termina con la horizontalidad ineluctable de la tumba del Generalísimo, con un fuerte picado, mientras que en la cronología de las imágenes oficiales televisivas, este tipo de plano precedía un movimiento de elevación (con contrapicado). En la economía narrativa de la película, esta

verticalidad contrariada corresponde con la voluntad de poner de realce el carácter necrosado de ese pasado reciente, que hay que superar construyendo el futuro. La segunda secuencia, que es la de los títulos de crédito, corresponde de hecho con un vagabundeo en un Madrid moderno que, a la inversa y en fuerte contraste, abre el país al futuro, al ruido, al movimiento y a la vida. Al igual que en la ficción de Rafael Gil, lo que propone Portabella es pasar página. No obstante, la filmación del lugar produce una sensación de tal malestar que construye ese espacio del pasado como un entorno terrorífico en el cual anidan fantasmas pegajosos susceptibles de rondar en el presente.

Imagen 5: La verticalidad radicalizada



Fuente: Fotogramas de Informe general sobre algunas cuestiones de interés para una proyección pública (1977, Pero Portabella) © DR.

Terminada en vísperas de las elecciones democráticas del 15 de junio de 1977, esta película que recogía una realidad clandestina predemocrática (debates políticos sobre la manera de construir la

democracia) no llegó a estrenarse comercialmente en el momento y conoció por consiguiente una difusión más bien confidencial. La rapidez de los cambios acaecidos en el país la hizo obsoleta y sólo fue re-descubierta recientemente, como un testimonio valioso de un momento fundamental, aunque breve, de la historia de la construcción democrática del posfranquismo.¹⁵

Testamento (1977, Joan Martí): la verticalidad profanada

Hacia la misma época y en el marco del cine clandestino militante, otro joven catalán, Joan Martí, realizaba un documental en el cual la superlativa verticalidad del Valle de los Caídos ocupaba a su vez un lugar céntrico, *Testamento*, un cortometraje de unos diez minutos, ideado en el momento de la agonía y muerte de Franco y en el cual el joven barcelonés, después de filmar en directo en la pantalla de su televisor, las imágenes relativas a la agonía y muerte del dictador, hizo un montaje profanatorio que terminó y difundió en 1977 en el marco del cine *underground*. Se trataba, para el director, literalmente, de “vomitar la muerte de Franco”, y para hacerlo, empleó varias formas de *collages* en las cuales las imágenes oficiales solemnes se mezclaban con imágenes pornográficas o extremas (orgías). Con este procedimiento, el director opera un auténtico “retorno de lo reprimido” después de unos 40 años de dictadura (BERTHIER, 2015).

El Valle de los Caídos está presente en la película y su verticalidad superlativa es tratada de manera irónica y subversiva. El famoso plano icónico que concluía majestuosamente las ceremonias televisivas se retoma al final del documental en forma de epílogo. Se sitúa justo después de la secuencia en la cual la voz de Carlos Arias Navarro, el jefe de gobierno, con el solemne motivo de la lectura televisiva del testamento de Franco a los españoles a las diez de la madrugada del 20 de noviembre, se desincroniza para ser asociada en el montaje a las imágenes de una película pornográfica del cine mudo que concluye con una imponente erección del sexo del protagonista, un criado rodeado por sus dos amantes, su ama y otra criada en una escena de amor compartido. El plano de la cruz filmada por helicóptero en un grandioso movimiento ascensional

representa obviamente una monumental erección, que el lento movimiento panorámico de la cámara subraya metafóricamente. La verticalidad superlativa de la gran cruz, asociada en el discurso oficial, a lo sublime, a la trascendencia y la elevación, queda así profanada. A falta de haber podido ir a escupir en la tumba de Franco, el director ultrajaba a su manera el lugar de memoria de los vencedores.

Imagen 6: Profanando la verticalidad



Fuente: *Testamento* (1977, Joan Martí) ©DR.

El hecho de que esta imagen coincidiera con una banda de sonido en la que se escuchaba la ceremonia de proclama oficial de Juan Carlos como rey, el 22 de noviembre de 1975 (la víspera de la inhumación de Franco), añadía una dimensión suplementaria al final de este documental, con la visión irónica de un rey heredero del dictador, asociado por consiguiente a la verticalidad superlativamente erótica del monumento que lo entroniza carnavalescamente.

***Después de...* (José Juan y Cecilia Bartolomé, 1981):
una verticalidad amenazante**

El largometraje documental de José Juan y Cecilia Bartolomé, *Después de...*, se inscribe en la misma veta que los anteriores, de un cine de “contrainformación”, aunque su rodaje fuera posterior a la supresión de la censura y que por consiguiente no fuera realizado en la clandestinidad a diferencia de los dos anteriores.

El título general del documental, en dos partes (subtituladas irónicamente con dos supuestas declaraciones de Franco, *No se os puede dejar solos* y *Atado y bien atado*), refleja perfectamente el objetivo de los cineastas: interesarse por el “día después”, tomar el pulso a la sociedad tras el voto de la Constitución de 1978 y la puesta en marcha del régimen democrático. Si los directores se han entrevistado con unos políticos o intelectuales importantes del momento (Enrique Tierno Galván, Santiago Carrillo, Marcelino Camacho, Adolfo Suárez, Felipe González, Manuel Vázquez Montalbán, Jordi Pujol), el auténtico protagonista de la película es el hombre de la calle. Al pasear su cámara por Madrid y sus alrededores, por los mercados, las calles, las fábricas, etc., los directores revelan a la luz del día lo que se designará como “desencanto”, ese período de la transición en que la euforia de la construcción democrática deja lugar a una amarga decepción mientras que la crisis económica derivada de los dos sucesivos choques petroleros está acechando al país.

El Valle de los Caídos está presente en el inicio del documental, como punto de partida de la narración en el momento de la muerte de Franco, pero también y sobre todo al final del primer capítulo, como lugar de la concentración de los nostálgicos del franquismo con motivo del 5º aniversario de la muerte del Caudillo en 1980. Se trata de una larga secuencia conclusiva de una duración de 3 minutos y 40 segundos. Al igual que en la película de Portabella, los directores recurren a las principales figuras del estilo visual de los años del NO-DO y de los funerales de Franco y abundan las angulaciones extremas, los juegos de encuadres y de escala de

planos. Sin embargo, a diferencia del cineasta catalán que optaba por el uso del silencio y por el vacío para caracterizarlo como lugar muerto, los Bartolomé se afanan en dar cuenta de la vida del lugar en ese momento de conmemoración y es, a la inversa, la actualidad y la intensa vitalidad de ese lugar de memoria del franquismo lo que ponen de realce. Al filmar en plano general la muchedumbre compuesta por los “fieles” que no dudan en gritar “Ejército al poder”, al hacernos escuchar los discursos fanáticos de algunos de ellos, los Bartolomé muestran cómo funciona este lugar como espacio de encuentro para un proyecto político potencialmente involutivo: “Lo indudable es que la democracia ha llegado en un mal momento”, reza la voz en off, “un mal momento que tratan de capitalizar los que en el aniversario de su muerte se reúnen ante su tumba en el Valle de los Caídos para llorar su pérdida y reclamar su regreso: el retorno a la dictadura de la que España todavía trata de salir”. La verticalidad superlativa se representa entonces como la encarnación del “espíritu” del lugar, que ilustra perfectamente un plano en el que un militante de Fuerza Nueva anuncia con tono entre misterioso y amenazante, la inminencia de un evento involutivo (una “rectificación”). Es filmado en fuerte contrapicado mientras un zoom hacia atrás permite destacar en el trasfondo la inquietante línea de la gran cruz del monumento, ese lugar de la memoria del franquismo. Retrospectivamente, con la realidad del golpe de estado militar de Tejero que tuvo lugar el 23 de febrero de 1981, este plano sintetiza eficazmente el ambiente pregolpista del final de la era Adolfo Suárez.

Imagen 7: Una verticalidad inspiradora



Fuente: Fotograma de *Después de...* (José Juan y Cecilia Bartolomé, 1981) ©DR.

Si la película obtuvo en un primer momento su permiso de explotación (limitado a los mayores de 18 años), no obstante, su proyección fue prohibida por la administración el 30 de abril de 1980, a pesar de la supresión de la censura, por considerarse “de una agresividad política terrible en todas sus manifestaciones, muy dura por ser muy extremista, con algunas escenas que pudieran muy bien incurrir en delito, quema de bandera, etc.” (GOMEZ, 2012, p. 221). Sólo se podría estrenar comercialmente en noviembre de 1983, gracias al cambio de mayoría en el gobierno y a la acción de la entonces directora general de cine, Pilar Miró. Sin lugar a dudas, la secuencia final del primer capítulo que acabamos de mentar era políticamente muy incorrecta para la administración, en la manera en que recordaba muy claramente que si Franco había muerto, su espíritu seguía presente y sus portavoces era bien vivos. El vago fantasma de la película de Portabella se había encarnado y bien encarnado. El 23F sería sin embargo paradójicamente el episodio que contribuyó a asentar la democracia.

Consideraciones finales

Concebido bajo el franquismo como lugar de memoria dominante, el Valle de los Caídos se quedó incrustado en las retinas como tal mediante reiteradas imágenes de propaganda. No obstante, los valores asociados a ese lugar fueron evolucionando paulatinamente a partir de la transición, como lo pone de realce el *corpus* representativo de las cinco producciones consideradas en este texto, ideadas entre el momento de la muerte de Franco y el año 1981 y que evidencian uno de los rasgos de la evolución memorística del conjunto monumental desde un punto de vista audiovisual, la variedad de su reescritura de la fundacional retórica de la verticalidad superlativa, una variedad que configura lo que presenté como un *noeud de mémoire*. Sin embargo, ninguno de ellos ostentó la insolente radicalidad de una coproducción hispanoamericana que, en el mismo período, en 1979, la pulveriza literalmente al escenificar el espectacular dinamito de la gran cruz. Se trata de la larga secuencia inaugural de *Jaguar lives (El Felino)*, una película de culto para los aficionados a las artes marciales, dirigida por Ernest Pintoff con Joe Lewis y Christopher Lee.

Imagen 8: La verticalidad pulverizada



Fuente: Fotogramas de *Jaguar lives* (ErnestPintoff, 1979) © DR.

Si, en los años siguientes, la memoria plurívoca del Valle de los Caídos se siguió expresando como un *noeud de mémoire*, es decir como la señal de un pasado problemático, habría que esperar bastantes años para que el discurso propio de los españoles alcance tal radicalidad. Y en particular, para que se interrogue, más allá

del símbolo del franquismo triunfante, su naturaleza siniestra de osario mórbido en el cual se trasladaron los restos de los caídos de ambos bandos de manera más o menos oficial.¹⁶ En el año 2010, la película de Alex de la Iglesia *Balada triste de trompeta*, al ubicar unos momentos clave de su acción en ese recinto, descubría para un amplio público, las entrañas de ese lugar cuya arrogante verticalidad cuestionaba en una ficción cruel que provocó bastante malestar.

Aunque hoy, en particular gracias a la adopción de la ley de memoria histórica, las cosas fueron cambiando, el abandono de cualquier proyecto referente al conjunto monumental, a pesar de haber trabajado en ello una comisión nacional¹⁷, da cuenta del carácter problemático del lugar: “Ningún monumento de la dictadura franquista ha suscitado en España tantas polémicas como el Valle de los Caídos. Ninguno ha acumulado tanto simbolismo. Ninguno ha generado posturas tan irreconciliables”, escribió Fernando Olmeda (2009, p. 11). Más todavía que un *noeud de mémoire*, ha llegado a convertirse ahora en un auténtico “nudo gordiano”...

THE SUPERLATIVE VERTICALITY OF THE VALLEY OF THE FALLEN AND ITS FILMIC AVATARS DURING THE TRANSITION, AS A *NOEUD DE MÉMOIRE*

Abstract: The dramatic verticality of the Valley of the Fallen, with its giant cross of 150 meters, was expressed through a visual rhetoric, that culminated during the burial in the basilica of his creator, Francisco Franco, on Novembre 23, 1975. These images, symbolizing the essence of dictatorship, have circulated widely after the dictator's death, transformed into authentic *noeuds de mémoire* (literally “memory nodes”, NORA, 1984, p. XII). In the large corpus of the audiovisual avatars of the superlative verticality of the Valley of the Fallen, the Transition's period is particularly fruitful because the cinema appropriated very early this monument in a plurivocal way. The aim of this article is to analyze how the superlative verticality of the Valley of the Fallen is represented in movies during this period hinge of history of Spain. After recalling what were the main features of the francoist representation of the monument, I'll present a sample of five films that prolong or subvert it, stressing their complexity in terms of memory.

Keywords: Valley of the Fallen. Cinema. Television. Transition. Memory.

Notas

¹ “En las cumbres del Guadarrama”, *ABC*, 4 de abril de 1940, edición de la mañana, p. 13.

² *ABC*, 9 de mayo de 1976, edición de la mañana, p. 13. El subrayado es mío.

³ “[...] spectaculaires et triomphants, imposants et généralement imposés, qu’ils le soient par une autorité nationale ou un corps constitué, mais toujours d’en haut”.

⁴ “El terreno está comprendido entre las altitudes 985 y 1.758 metros sobre el nivel del Mediterráneo en Alicante. La primera de estas altitudes se registra casi al límite NE, y la segunda, en el Sur, concretamente en el llamado Risco de Abantos, que es la cota máxima. Tanto el Risco de la Nava como la mole del Altar Mayor, que tanto impresionaron a Franco, tienen una altura similar, 1.400 metros; mucho mayor, por cierto, que la del lugar elegido siglos atrás por Felipe II para levantar su célebre y cercano monasterio” (SUEIRO, 1976, p. 7).

⁵ “En un principio se previó que la obra se hiciera en doce meses. Finalmente se prolongó dos décadas y se convertiría en la mayor obsesión privada de Franco después de la caza. Se dice que el Valle de los Caídos llegó a ser lo más parecido a “otra mujer” en la vida del Generalísimo” (PRESTON, 1998).

⁶ Fernando Olmeda retoma los datos a veces contradictorios en torno a esta cuestión, entre ciertos testimonios que abogan por una premeditación y otros que dejan pensar que fue una decisión de última hora, lo cual, añadido al hermetismo de la familia sobre esta cuestión, hace que “resulta difícil saber cuál fue su última voluntad, qué dijo al respecto durante su larga agonía” (2009, p. 339).

⁷ Víctimas de ambos lados a partir de una ideología de la reconciliación bajo la cruz fueron trasladadas a las criptas en unos columbarios entre el 17 de marzo de 1959 y el 3 de junio de 1983, quedándose el último libro de registro de la abadía en la cifra de 33847, lo cual representaría un total de 33846 cuerpos registrados ya que se comenzó a contabilizar a partir del número 2, se trata de “la cifra oficial y probablemente la real” (OLMEDA, p. 371).

⁸ No se dignó Franco en asistir al acto de inhumación del ocupante del lugar cuya sepultura es individualizada, frente al Altar Mayor de la Basílica, José Antonio Primo de Rivera, el 30 de marzo de 1959 después de haber reposado unos veinte años en el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial.

⁹ “Una edición extraordinaria, estrenada el 24 de dicho mes [noviembre de 1975], fue la contribución especial de NO-DO a tan relevante acontecimiento” (SANCHEZ-BIOSCA; TRANCHE, 2005, p. 370). Análisis más detenidamente esta edición en “Cine y evento histórico: la muerte de Franco en la pantalla”, (BERTHIER, 2012, p. 150-170).

¹⁰ La portada del *ABC* del 20 de noviembre, edición de Madrid, era bastante reveladora de este proceso de cambio. Un retrato de Franco sobre fondo negro nos miraba a los ojos, con el titular *Hoy Hace Un Año*, mientras en un recuadro sobre fondo blanco justo al lado informaba “Ayer, Consejo de Ministros. NORMAS PARA EL REFERÉNDUM”.

¹¹ Sobre la historia de la producción de esta película, remito a mi libro (BERTHIER, 1998).

¹² *Ya*, 29 de enero de 1978.

¹³ A pesar de haber sido director de documentales propagandísticos del gobierno republicano, “[...] [d]urante seis lustros largos, resultaría favorecido por las autoridades (premios del SNE, licencias de importación, envío de sus películas a festivales extranjeros), elogiado por los críticos respetuosos y, en general, considerado el más cualificado representante del cine de calidad a la Española” (BORAU, 1998, p. 411).

¹⁴ Para una presentación general de la película en su contexto, ver (GOMEZ, 2012, p. 207-2013).

¹⁵ El editor francés la incluyó en el “coffret” dedicado a la obra de Pere Portabella en DVD, lo cual le confirió una visibilidad que nunca había tenido (*Pere Portabella, Oeuvre complète*, Blaq out, 2013).

¹⁶ Más detalles sobre esta comisión y los actuales debates sobre el Valle de los Caídos después de la Ley de Memoria Histórica en un artículo elocuentemente titulado *Guerra sin fin* en (FERRANDIZ, 2014, p. 261-303).

¹⁷ Más detalles sobre este asunto en (FERRANDIZ, 2014, p. 261-303).

Corpus audiovisual

- “XX aniversario de la Victoria”, NO-DO, número 848 A, 6 de abril de 1959 <<http://www.rtve.es/filmoteca/no-do/not-848/1487555/>> [última consulta: 28/12/2014].

- Imágenes del 23 de noviembre de 1975: “RTVE a la carta” ofrece un resumen de las imágenes entonces difundidas: <<http://www.rtve.es/alacarta/videos/arxiu/muere-francisco-franco/633427/>> [última consulta: 28/12/2014].

- *El último caído* (1975, José Luis Sáenz de Heredia), película inconclusa.

- *...Y al tercer año resucitó* (1980, Rafael Gil), NACADIH VIDEO, S.L., 2004.

- *Informe general sobre algunas cuestiones de interés para una proyección pública* (1977, Pere Portabella), en *Pere Portabella, Oeuvre complète*, Blaq out, 2013.

- *Testamento* (1977, Joan Martí), inédito.
- *Después de...* (José Juan y Cecilia Bartolomé, 1981), Divisa, 2003.

Referencias bibliográficas

BERTHIER, Nancy. *Le franquisme et son image*: Cinéma et propagande. Toulouse: PUM, 1998.

_____. Cine y evento histórico: la muerte de Franco en la pantalla. *Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 27, p. 150-170, 2012. Disponible en: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2012v19n27p150>> Última consulta: 18/08/2014

_____. Testamento (1977) de Joan Martí: vomitar la muerte de Franco, un ejercicio de contramemoria. *Pandora*, en prensa, primavera 2015.

BORAU, José Luis. *Diccionario del cine español*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CONAN, Eric; ROUSSO, Henri. *Vichy: un passé qui ne passe pas*. Paris: Folio, 1997.

FERRANDIZ, Francisco. *El pasado bajo tierra*: exhumaciones contemporáneas de la guerra civil. Barcelona: Anthropos, 2014.

GOMEZ, Laura. *Las voces del cambio*: la palabra en el documental durante la Transición en España. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2012.

LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.

NORA, Pierre Nora (Coord.). *Les lieux de mémoire*. Tome 1. Paris: Gallimard, 1984.

OLMEDA, Fernando. *El Valle de los Caídos*: una memoria de España. Barcelona: Península, 2009.

PALACIO, Manuel. *La televisión española durante la Transición española*. Madrid: Cátedra, 2012.

PRESTON, Paul. *Franco*: caudillo de España. Barcelona: Grijalbo, 1998.

SANCHEZ-BIOSCA, Vicente; TRANCHE, Rafael. *NO-DO*: el tiempo y la memoria. Madrid: Cátedra, 2005 [2001].

SUEIRO, Daniel. *La verdadera historia del Valle de los Caídos*. Madrid: Sedmay, 1976.

Referencias hemerográficas

ABC, 4 de abril de 1940.

ABC, 9 de mayo de 1976.

ABC, 20 de noviembre de 1975.

Ya, 29 de enero de 1978.

Recebido em: 01/04/2015

Aprovado em: 15/07/2015

O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira

Caroline Silveira Bauer*

Resumo: Este artigo analisa o debate ocorrido na sessão legislativa que aprovou a criação da Comissão Nacional da Verdade, evidenciando os usos públicos e políticos do passado, bem como as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade que coexistem em se tratando da temática da ditadura civil-militar brasileira. Parte de uma pesquisa mais ampla, a análise se centra na diferença entre o “tempo dos vencidos” e o “tempo dos vencedores” e de que forma essas diferentes concepções temporais influenciam na elaboração de políticas de memória e consecução da justiça de transição no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Civil-militar. Transição Política. Comissão Nacional da Verdade. Temporalidade. Justiça de Transição.

*Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme
esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a
vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente.
Acendo a história, me apago a mim. No fim destes escritos,
serei de novo uma sombra sem voz.*

Mia Couto

* Doutora em História e professora de História Contemporânea na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Introdução

As ditaduras civil-militares de segurança nacional e o terrorismo de Estado marcaram inexoravelmente as sociedades do Cone Sul durante as décadas de 1960 a 1980, configurando esse período como um passado traumático¹, uma situação-limite que, segundo Michael Pollak,

[...] provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados. Quebrando a ordem naturalizada do mundo habitual, o grupo social deve adaptar-se a um contexto novo e redefinir sua identidade e suas relações com os outros grupos (POLLAK apud CATELA, 2001, p. 24).

As estratégias utilizadas para disseminar o medo como forma de dominação política nessas populações basearam-se em refinados métodos de terror físico, ideológico e psicológico apreendidos através da assimilação de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas próprias. Como consequência, houve a formação de uma “cultura do medo” como meio e fim, condição necessária e resultado procurado. O conjunto dessas práticas pode ser entendido como uma estratégia de implantação do terror (BAUER, 2014), e o terrorismo de Estado, pelas dificuldades de elaboração, representação e simbolização, configura “[...] alguma coisa do passado que ficou em suspenso” (CARDOSO, 2001, p. 148-149). Os resultados dessa experiência não se extinguiram com a mudança do regime político e não se mantiveram restritos aos que sofreram direta ou indiretamente essas estratégias, mas foram transmitidos às gerações subsequentes. Devido à impossibilidade de datar e pontuar a experiência, tornou-se imperativo viver em um conflito permanente – escolhido ou imposto – entre a lembrança e o esquecimento (MIÑARRO; MORANDI, 2009, p. 447), constituindo uma memória traumática que

[...] tiene un aspecto evasivo porque se relaciona con un pasado que no ha muerto: un pasado que invade el presente y puede bloquear o anular posibilidades en el futuro. La

denominada memoria traumática traslada la experiencia del pasado al presente y al futuro al revivir o reexperimentar compulsivamente los acontecimientos, como si no hubiera diferencia o distancia alguna entre el pasado y el presente. En la memoria traumática, el pasado no es historia pasada y superada. Continúa vivo en el nivel experiencial y atormenta o posee al yo o a la comunidad [...] (LACAPRA, 2006, p. 83-84).

A ditadura civil-militar brasileira realizou sua transição política desativando paulatinamente – por vezes, somente em parte – as estratégias de implantação do terror. No entanto, as mudanças institucionais e políticas não possuem o mesmo ritmo que as transformações nas relações sociais e no cotidiano dos cidadãos, que correspondem a processos mais lentos, decorrentes da necessidade de adaptar-se às novas realidades.

Porque cuando el terror se vuelve política de Estado, como en la dictadura, las consecuencias de esa dominación no culminan al tiempo que ésta se retira del poder; se llevan en el cuerpo y se transmiten de generación en generación. Y fundamentalmente porque aquella política se perpetúa cada vez que los gobiernos democráticos invocan imágenes fatales y catastróficas para poder consumir sus proyectos (CAVIGLIA, 2006, p. 25-26).

O término desses regimes não significava, desta forma, o fim do terror e a superação dos traumas (BECKER; CALDERÓN, 1996, p. 71). Os medos permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos transicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura. Cessavam os fatos, mas não suas consequências. O medo em relação aos contornos da futura democracia e um possível caos político “[...] era tão grande como o medo à ‘ordem ditatorial’” (Ibid., p. 75).

Em um primeiro momento, os ex-presos e perseguidos políticos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos foram obrigados a conviver com esse passado traumático como se fosse

algo unicamente privado e não um fenômeno coletivo (LIRA, 2009, p. 72), configurando um processo de “privatização da memória”. Os crimes praticados por essas ditaduras possuíam tantos requintes de crueldade que foram considerados inacreditáveis por setores da sociedade; incredulidade essa que se voltou contra os familiares, acusados de difamação e mentira ao relatarem suas experiências.

Neste sentido, forjou-se durante esse processo a chamada “ideologia da reconciliação”, analisada por Ricard Vinyes, baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio, mas também da decretação da superação dos conflitos reais e simbólicos (VINYES, 2009a).

Uma das formas de explicitação da “ideologia da reconciliação” foi a promulgação da Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979. Embora se trate de uma medida jurídica que impede o processamento penal, instituindo um perdão punitivo, essa lei, ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, ou “neutralização moral”, de acordo com Habermas, em se tratando da equiparação das responsabilidades pela violência (HABERMAS, 1987), vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbricados na ditadura civil-militar.

Ao se considerar a ditadura como uma “página virada”, o direito à verdade foi protelado, pois também era considerado uma ameaça à interpretação da reciprocidade da anistia. A ideia de reconciliação presente na elaboração da Lei da Anistia não pressupõe uma elaboração do passado, nos termos sugeridos por Theodor Adorno (2008), mas sim seu encerramento.

Pela adoção de iniciativas que fomentaram a desmemória o esquecimento, bem como pela configuração de uma relação entre civis e militares de tutela amistosa – manutenção da autonomia militar e/ou enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado (ZAUERBUCH, 1994) –, pode-se afirmar que a transição política caracterizou-se por uma série de aspectos de continuidade e controle em relação às violações de Direitos Humanos – seja na permanência de práticas e instituições ou na omissão de investigações. De acordo com Zilda Iokoi (2009, p. 501), tratou-se de uma

“transição metaforizada”, indicativa de uma retórica de mudança *sem* mudanças. Foi um processo pactuado, no qual os onze longos anos do processo de abertura “lenta, gradual e segura” – cujas duas primeiras palavras correspondem a temporalidades – contribuíram sobremaneira para a diluição das responsabilidades, bem como para postergar as obrigações do Estado brasileiro em relação às violações de Direitos Humanos. Tratou-se da “lógica da protelação” (D’ARAÚJO; CASTRO, 2000, p. 13) repetida pelas administrações civis, em que

[...] la espera del paso del tiempo para la resolución de los problemas del pasado, la espera de la extinción del problema a través del deceso tanto de los culpables como de los afectados. Esto es lo que hará que el conflicto se supere definitivamente” (VINYES, 2009a, p. 26).

Neste sentido, a extorsão de uma reconciliação, somada à privatização das memórias sobre o terrorismo de Estado, provocaram a necessidade do recalque, ou o que foi chamado por Vidal-Naquet como “inexistencialismo”, “[...] a abolição simbólica, o não nomeado, o não sucedido, o não incluído no âmbito da linguagem e, portanto, da história” (CARDOSO, 2001, p. 171).

Desta forma, pode-se afirmar que a transição política brasileira esteve marcada pelo caráter de excepcionalidade característico do período ditatorial anterior. De acordo com Edson Teles (2009) em análise inspirada nas reflexões de Giorgio Agamben (2004), a excepcionalidade configurou um “*topos* da exceção” na política democrática.

Encontramo-nos diante do problema de como conviver com um passado doloroso em um presente democrático, administrando conflitos que não se encerraram com a mera passagem institucional de um governo autoritário para um democrático. [...] Resta algo da ditadura em nossa democracia que surge na forma do Estado de exceção e expõe uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito (TELES, 2009, p. 315-317).

Pelo caráter da excepcionalidade, a política brasileira seria marcada pelo imediatismo, configurando o “estado de necessidade”, uma “[...] razão maior do que as estabelecidas pelo ordenamento político e, especialmente, o jurídico” (Ibid., p. 307).

As primeiras iniciativas do Estado brasileiro na formulação de políticas de memória datam de meados da década de 1990, por pressão de grupos de familiares de mortos e desaparecidos e ex-presos e perseguidos políticos. Por políticas de memória, entende-se o conjunto de ações dos estados para garantir processos individuais e coletivos de reparação que estabeleçam quais são os parâmetros éticos e morais que sustentam os regimes democráticos, desta forma combatendo-se todas as violações aos Direitos Humanos cometidas no passado e as que ainda permanecem no presente. Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionado à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para a coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade e fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos.

En ese sentido, las políticas de reparación han sido una expresión de reconocimiento del daño causado a las víctimas y han abierto la posibilidad de un proceso de elaboración del pasado, permitiendo a los afectados poder integrar en sus vidas las experiencias penosas, traumáticas y abusivas ocurridas a causa de la represión política padecida en su propio pasado (LIRA, 2009, p. 104-105).

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei n. 12.528, de 13 de novembro de 2011, concluindo um debate que se iniciou em 2008, durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, pode ser compreendida a partir desta paradoxal perspectiva – a excepcionalidade e a elaboração de políticas de memória –, seja pelas representações do passado que traz consigo – a Lei da Anistia ou a “ideologia da reconciliação” – ou pela temporalidade, demonstrando como essas medidas estão inseridas dentro de uma concepção presentista do tempo (HARTOG, 2013).

A CNV, enquanto uma política de memória, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente em que se procura orientar as ações e investigações entre “futuros passados”, “passados presentes” e “passados que não passam”. Esta constatação é importante para perceber-se como o terrorismo de Estado e seus efeitos residuais são capazes de alterar as estruturas básicas de definição de passado, presente e futuro. A atual conjuntura de fomento à justiça de transição é conformada por uma multiplicidade de tempos e sentidos promovidos pelos distintos atores sociais implicados.

Pasados que parecían olvidados ‘definitivamente’ reaparecen y cobran nueva vigencia a partir de cambios en los marcos culturales y sociales que impulsan a revisar y dar nuevo sentido a huellas y restos a los que no se les había dado un significado durante décadas o siglos [...] (JELIN, 2002, p. 121).

Este artigo traz algumas reflexões provenientes do projeto de pesquisa *Um estudo sobre os usos políticos do passado através dos debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2008-2014)*, que tem por objetivo realizar uma análise sobre os usos políticos do passado a partir das relações entre história, memória e esquecimento referentes à implantação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Trata-se de um estudo que problematiza o chamado “direito à memória e à verdade” e as diferentes temporalidades (entendidas como a articulação entre presente, passado e futuro) subjacentes a esta política pública de memória, inserida em um projeto de justiça transicional.

A partir do debate legislativo que antecedeu a aprovação do projeto de lei que deu origem à CNV, procura-se analisar questões de ordem ética e epistemológica para os historiadores, que exigem discussões sobre os diversos sentidos atribuídos às noções de “memória” e “verdade”, bem como digressões sobre a coexistência de distintas acepções de “passado”, “presente” e “futuro”.

O surgimento desse passado no presente – nessa sucessão de “agoras”, para fazer referência a Benjamin (apud CARDOSO, 2001, p. 20)

- transforma este passado e este presente. Assim, pode-se pensar o passado “[...] não como um estado que já se deu, mas como algo que faz sentido num dar-se agora, num movimento de atualização, constituindo-se num campo de experiências possíveis para o pensamento e a interpretação” (CARDOSO, 2001, p. 20).

Os historiadores, a história e a Comissão Nacional da Verdade

A utilização política e pública do passado,² incluindo a história, a memória e o esquecimento, adquiriu novos sentidos ao longo do século XX, mais especificamente a partir da experiência do Holocausto, que se tornou um caso paradigmático para a temática, configurando um novo contexto cultural no Ocidente após o fim da Guerra Fria. De acordo com John Torpey,

[...] since roughly the end of Cold War the distance that normally separates us from the past has been strongly challenged in favor of an insistence that the past is constantly, urgently present as part of our everyday experience” (apud LORENZ; BEVERNAGE, 2013, p. 21).

Esta noção é compartilhada - e foi amplamente desenvolvida - por François Hartog, que, em seu livro *Regimes de Historicidade* (2003), caracteriza essa nova articulação entre presente, passado e futuro (regime de historicidade) de presentista.

As comissões da verdade, como um fenômeno do século XX, podem ser entendidas como um indício da mudança do regime de historicidade apontado por Hartog, uma nova articulação entre presente, passado e futuro que teria emergido em meados da década de 1980 - embora essa datação possa ser problematizada para experiências como a das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul - marcada pela presença do passado no presente. O presentismo reforça a ideia de um passado que não passa, pois as consequências do terrorismo de Estado desenvolvem uma temporalidade que rompe com a cronologia serial. Crimes de lesa-humanidade,

como o desaparecimento forçado ou outros crimes que pressupõem continuidade – o sequestro, por exemplo –, não podem ser precisamente fixados no passado, eles criam uma situação de “eterno presente”.

Nos últimos anos, as análises sobre a presença do passado no presente levaram os investigadores a criarem expressões como “passados presentes” (Andreas Huyssen), “passados eternos” (Henri Rousso), “passados que não passam” (Luc Huyse), “passados inexplorados” (Wole Soyinka), “presentes eternos” (Michael Ignatieff) ou, ainda, “passados estendidos” (Preston King). Esses termos surgem de problematizações sobre o tempo e a temporalidade e sua relação com situações-limite e traumáticas.

De acordo com María Ignés Mudrovcic e Nora Rabotnikof, este “giro ao passado” foi

[...] una respuesta paradójica a la acusación de amnesia estructural, que tantas veces se esgrimiera contra la cultura moderna. También se interpretó como la contracara de la ‘difuminación’ del futuro, resultado de la crítica a la utopía, de la reacción frente al futurismo de los proyectos revolucionarios o reformistas, o del descubrimiento de la contingencia y el riesgo (MUDROVCIC; RABOTNIKOV, 2013, p. 9).

Como as autoras salientam, a resposta à ameaça da amnésia foi, nas palavras de Enzo Traverso (2011), transformada em uma “obsessão memorialística” chamada de “topolatria da memória”, que, segundo seu ponto de vista, contribui para uma reificação do passado.

O estudo da Comissão Nacional da Verdade pressupõe uma problematização sobre o tempo, mais especificamente, sobre a noção de *presente* enquanto construção – como lugar e como objeto de uma interpelação – algo não muito comum nos historiadores que trabalham com a história do tempo presente ou com a ditadura civil-militar brasileira e suas congêneres. Embora os historiadores do presente se preocupem com análises para delimitar cronologias, parecem não haver se detido em digressões sobre as diversas temporalidades que o compõem.

A questão dos desaparecidos políticos e as continuidades da ditadura na democracia configuram no caso brasileiro uma ausência de ruptura entre passado e presente, coexistindo no tempo cronológico e serial um paralelismo, uma simultaneidade na qual aglutinam-se fantasias, distorções, mitos e mentiras (BEVERNAGE, 2013, p. 9).

De acordo com Irene Cardoso (2001), as memórias sobre o terrorismo de Estado no Brasil e suas temporalidades acessam o passado através de duas possibilidades: o modo de aproximação letárgico e o modo de aproximação melancólico. Enquanto a letargia (que, etimologicamente, provém de *lethe* – esquecimento – e *argia* – inércia) remete à persistência dos elementos recalcados, fazendo com que o tempo adquira uma dimensão inercial, na aproximação melancólica do passado, a perda é desconhecida ou não se sabe o que se perdeu.

Fixado ao passado, [...] o melancólico é uma memória estranha: tudo findou, ele parece dizer, mas eu permaneço fiel a esta coisa finda, estou colado a ela, não há futuro... Um passado hipertrofiado, hiperbólico ocupa todas as dimensões da continuidade psíquica” (KRISTEVA apud CARDOSO, 2001, p. 175).

Ditadura e temporalidades

No dia 10 de dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade encerrou seus trabalhos após dois anos e sete meses de investigações, entregando seu relatório final à presidenta Dilma Rousseff em cerimônia oficial no Palácio do Planalto. Ao longo desse período, análises sobre o trabalho da Comissão e os embates políticos que seu trabalho suscitou foram publicadas, constituindo uma historiografia primeva sobre o tema.³

A escrita dessas reflexões, paralela ao trabalho desenvolvido pelos membros da Comissão, demonstra que os antigos óbices sobre o estudo do imediato parecem ter sido superados, consolidando o campo da história do tempo presente. A inconclusão do processo – as recomendações da Comissão ao Estado brasileiro recém começaram a ser cumpridas, como a derrubada do busto de Costa e Silva em

uma cidade do interior do Rio Grande do Sul –, o precário distanciamento temporal e a questão da neutralidade/objetividade não são mais impeditivos para a escrita da história recente brasileira.

Contudo, se essas pesquisas ratificam a legitimidade da história do tempo presente, não houve por parte desses pesquisadores uma reflexão mais aprofundada sobre as múltiplas articulações e dimensões temporais que envolvem o *presente* e os tempos da ditadura civil-militar brasileira. À exceção de um debate realizado nos anos 1990 sobre “o dia do golpe” – se 31 de março ou 1º de abril – e a relação da data com a “batalha das memórias” sobre o período, além da discussão proposta pelos historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Marco Antonio Villa neste cinquentenário de 1964, não existem estudos mais aprofundados sobre o tema.

Os debates sobre o dia em que o golpe civil-militar foi realizado, se no dia 31 de março – como se consolidou na memória militar e nos setores colaboracionistas – ou no dia 1º de abril – de acordo com a oposição e grande parte da historiografia –, evidenciam parte da “batalha das memórias” sobre os sentidos da ditadura civil-militar. Como a discussão esteve circunscrita às memórias conflitantes sobre o evento e a repulsa que o dia 1º causava por ser o “dia dos bobos” no Brasil, não houve nenhum outro questionamento sobre qual seria o marco de rompimento da constitucionalidade, ou seja, quando, efetivamente, foi dado o golpe. Nesse sentido, deve-se considerar o golpe como ocorrido no dia 2 de abril, data em que o então presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, declara vago o posto de presidência da República – mesmo com João Goulart em território nacional, o que caracteriza um ato inconstitucional – e assume interinamente o cargo.

Em 2014, os historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Marco Antonio Villa lançaram livros que promoveram um debate sobre a cronologia da ditadura civil-militar. Reis Filho (2014) defende que a ditadura terminou em 1978, dando início a um estado autoritário de direito findo em 1988, com a promulgação da Constituição. O autor afirma que a revogação do Ato Institucional n. 5, a reformulação da Lei de Imprensa, bem como a promulgação da Lei da Anistia no ano de 1979, impede a compreensão de que se vivia em um regime ditatorial.

Se houve uma polêmica por sua proposição para o final da ditadura civil-militar, o livro de Reis Filho, que atualiza algumas interpretações presentes em sua produção, contribuiu ao expandir o período a 1988, quando a nova constituição foi promulgada. O autor contrapõe-se ao término da ditadura em 1985, como se consolidou na memória coletiva e na historiografia sobre o tema, pois essa visão ratifica a noção de que a ditadura foi exclusivamente militar e que, com a posse de um presidente civil, findava-se a intervenção das Forças Armadas na política. Prolongando a ditadura até 1988, ressalta-se o seu caráter civil. Essa ideia já havia sido desenvolvida por Alain Rouquié quando afirmou que a origem de um presidente – civil ou militar – não é suficiente para caracterizar a forma de governo ou o tipo de regime político exercidos. Ou seja, as eleições presidenciais ocorridas em 1984 foram indiretas, via colégio eleitoral; a Constituição em vigência fora promulgada em 1967; e o aparato repressivo da ditadura estava desativado somente em parte. Esses dados tornam muito difícil compreender que com a posse de José Sarney, figura política ligada ao período discricionário, o país passou a viver em uma democracia.

Já o historiador Marco Antonio Villa (2014) afirma que não há como considerar o período de 1964 a 1968 como uma ditadura, já que uma série de liberdades democráticas estavam vigentes. Assim, propõe que a ditadura se estendeu entre os anos 1968 a 1978.

Esses debates sobre cronologia levam a um questionamento importante sobre a escrita da história. Será que na noite do dia 14 de março de 1985, o Brasil dormiu em uma ditadura e acordou em uma democracia? O mesmo aconteceu na passagem do dia 31 de dezembro de 1988 para 1º de janeiro de 1989, quando entrou em vigor a nova Constituição? O quão arbitrárias podem ser as cronologias ao estipular começos e finais sem considerar atores, instituições e, principalmente, práticas? Qual o potencial explicativo em história para cronologias delimitadas a partir de transições entre presidentes, entre regimes políticos? Estas são algumas observações que deveriam nortear os pesquisadores ao delimitarem cronologicamente suas pesquisas, realizando um contínuo questionamento entre os recortes cronológicos e os dados que as fontes trazem para a investigação. Cabe salientar que as reflexões sobre o tempo são

escassas dentro da historiografia de modo geral, porém, nos últimos anos, historiadores têm se preocupado em suprir essas lacunas.⁴

Um segundo debate que pode ser feito sobre os historiadores, a história e a Comissão Nacional da Verdade são as questões de ordem ética e epistemológica que advêm do trabalho com esse passado traumático e que se impõem no trabalho do historiador. Devido aos limites deste artigo, não há como analisar de forma satisfatória os múltiplos desdobramentos dessa questão, porém não se pode deixar de fazer referência a algumas questões, que podem ser aprofundadas pelo leitor a partir das indicações de leituras das notas.

Primeiramente, consideremos o posicionamento da Associação Nacional de História (ANPUH) quanto à participação de historiadores na CNV. Em nota intitulada *Comissão da Verdade: entre a memória e a história*, divulgada no dia 12 de janeiro de 2012 no site da associação pela gestão 2011-2013, há um questionamento sobre os objetivos da Comissão, que extrapolariam funções memoriais relativas à indenização e à reparação:

Porém, é preciso reconhecer que, se, por um lado, as reivindicações de cunho memorial são justificadas e importantes, elas não são suficientes. A *memória* é sempre ligada aos afetos, a identidades específicas, a sentimentos muitas vezes autocentrado do tipo: ‘você não passou por isso, então não pode entender e julgar o que ocorreu’. Por isso, é tão importante que as lembranças sejam compreendidas à luz da *História*, forma de conhecimento do passado ligada à razão, ao intelecto, ao distanciamento, à tentativa de pensar o que ocorreu de maneira global e articulada. Obviamente, o historiador nunca é neutro e imparcial, ele também é sujeito de seu tempo. Porém, ao longo de sua formação, desenvolve habilidades como a pesquisa em arquivos, a crítica documental, a interpretação de testemunhos e a coleta e análise de fontes orais que lhe permitem formular questões menos emocionais e mais balizadas por referências conceituais e metodológicas próprias de um conhecimento científico que tem por objetivo compreender, a partir da análise de fontes históricas, as tramas do passado (ainda que recente). Por esse motivo, a ANPUH – Associação Nacional de História,

entidade que congrega aproximadamente quatro mil profissionais de História atuantes no ensino, na pesquisa e nas instituições voltadas à preservação do patrimônio, julga fundamental a participação de historiadores profissionais na Comissão da Verdade (ANPUH, 2012, grifo do autor).

E segue salientando a autoridade dos historiadores:

Eles têm o dever e a capacidade de pensar os temas tratados em tão importante fórum não apenas pelas lentes afetivas da memória, mas também pela perspectiva racional da História. Por isso, sua presença é imprescindível nos trabalhos da Comissão da Verdade e nos debates por ela suscitados que, com certeza, mobilizarão a sociedade brasileira no próximo ano (ANPUH, 2012).

Nesse sentido, pode-se problematizar esse suposto monopólio dos historiadores no trabalho com o passado.

Em segundo lugar e em decorrência do primeiro questionamento, pode-se falar da função social do historiador em relação à CNV e das aproximações e distanciamentos entre o trabalho do historiador e do juiz – lembrando que a Comissão não tinha prerrogativas jurídicas, embora tenha recomendado a condenação daqueles que violaram os Direitos Humanos. Mesmo que destituída de um caráter penal, não se pode dizer que não haja um julgamento no “tribunal da história”, pois, segundo Enzo Traverso, a comissão seria um momento de permitir que o passado passasse: “[...] lejos de juzgar un pasado acabado y desde entonces clausurado, susceptible de ser contemplado desde lejos, son sólo momentos de elaboración de ‘un pasado que no quiere pasar’” (TRAVERSO, 2011, p. 72).

Ressaltando a ambiguidade que marca as políticas de memória e, mais especificamente, as comissões da verdade – em se tratando de medidas que dependem de caracteres jurídicos e históricos –, Enzo Traverso propõe uma distinção bastante profícua sobre “verdade histórica” e “verdade jurídica”, e sua definição ressalta as ambiguidades presentes nos discursos analisados:

La verdad de la justicia es normativa, definitiva y limitante. Su objetivo no es comprender, sino establecer responsabilidades, absolver a los inocentes y castigar a los culpables. Comparada con la verdad judicial, la del historiador no es sólo provisoria y precaria, es también bastante más problemática. [...] Es el reconocimiento del carácter inestable y provisorio de la verdad histórica que, más allá del establecimiento de los hechos, contiene su parte de juicio, indisociable de una interpretación del pasado como problema abierto antes que como inventario clausurado y definitivamente archivado (Ibid., p. 73-75).

Assim, outro ponto de contato entre história e direito seria a diferença entre as temporalidades em que ambas se articulam em se tratando de políticas de memória. Berber Bevernage (2013) estabelece uma diferenciação entre o tempo da história (irreversível, devido à inalterabilidade do passado) e o tempo da justiça (reversível, no sentido em que o crime pode ser julgado e as culpas e punições atribuídas *a posteriori*). Porém, a justiça compensatória, indenizatória ou reparatória, por inter-relacionar história e justiça, confronta essas diferentes concepções temporais: como resolver a questão do ponto de vista de uma comissão da verdade que não possui finalidades jurídicas e que não pode mudar o passado?

Assim, Bevernage apresenta como solução para esse paroxismo temporal oriundo da reversibilidade ou irreversibilidade a noção de “passado irrevogável”, de Vladimir Jankélévitch. Enquanto uma aceção irreversível, a experiência histórica apresenta-se dissociada do presente. No entanto, como esta não é a realidade das sociedades pós-situações-limite, a ideia de passado irrevogável permite compreender a persistência do passado no presente, mesmo com o distanciamento cronológico. Além disto, a experiência temporal irrevogável não condena o passado a um status ontológico interior, mas oferece uma cronosofia alternativa que problematiza a ideia de passado como distância, abrindo a possibilidade para o estudo da persistência do passado no presente. Esta constatação leva a um questionamento sobre o que diferencia presente e passado e se realmente há uma diferenciação.

Dentro das perspectivas éticas que o estudo das comissões da verdade impõe aos historiadores, a perspectiva de um passado irrevogável, segundo Bevernage, explicita compromissos éticos frente à imoralidade da noção de irreversibilidade da história, que legitimaria uma ideia de que nada pode ser feito quanto ao que passou. Trata-se de romper com a ideia de um anacronismo da justiça e das demandas, que as qualificam como revanchistas ou oriundas do ressentimento.

Estas aceções temporais convertem-se em problemas concretos na medida em que a justiça transicional se depara com um dilema de difícil resolução: acertar as contas com o passado sem gerar instabilidade política no presente – trata-se do que o autor chamou de “devil’s choice” (BEVERNAGE, 2013, p. 9).

Neste sentido, torna-se indispensável estar atento às articulações entre a produção historiográfica sobre a ditadura, os relatos das testemunhas e as memórias construídas e transmitidas através das políticas públicas para o passado recente elaboradas pelo Estado (uma forma institucionalizada da presença do passado). Essas três esferas estabelecem relações de influência mútua, frequentemente de forma conflituosa. De acordo com Marie-Claire Lavabre, analisar os debates públicos em que essas temporalidades e representações entram em conflito permite compreender as diversas concepções de história e memória que permeiam a sociedade.

[...] la cuestión importante de la sociología de la memoria consiste en interrogar las modalidades de esta interacción entre políticas de la memoria y memoria viva o recuerdos. En otros términos, es necesario preguntarse cuál es la influencia de las políticas de la memoria sobre las representaciones compartidas del pasado o, más precisamente aún, en qué medida las políticas de la memoria, fácilmente identificables y observables, son susceptibles de actuar sobre los recuerdos de la experiencia vivida o transmitida (LAVABRE, 2009, p. 20).

Outras questões que não serão abordadas aqui, mas que colocam questões éticas e epistemológicas para o trabalho do historiador são: a figura da testemunha e sua autoridade quanto ao passado; a

representação de situações traumáticas; a história como *magistral vitae* e tribunal do mundo; e a superação de uma concepção moral que implicaria a existência de uma “história bem contada” (remetendo-se a uma verdade oficial) e se oporia à compreensão de que a história da ditadura civil-militar brasileira é uma “história mal contada”, etc.

Os muitos tempos da Comissão Nacional da Verdade

Diversas expressões temporais são utilizadas para referir-se à história recente brasileira. Pela dificuldade de sua simbolização e representação em níveis individuais e coletivos, fala-se de “um passado que não passa”, seja pela noção de “interdição do passado”, construída no processo de transição política a partir da promulgação da Lei da Anistia e da “[...] prática de normalização da sociedade e da política” (CARDOSO, 2001, p. 149) oriunda da criação de um estado democrático amparado na excepcionalidade; seja pela necessidade do esquecimento (NIETZSCHE, 2003) como método de sobrevivência social e individual, durante ou após o terrorismo de Estado.

Partindo-se do pressuposto de que as fronteiras que delimitam as dimensões temporais são construídas socialmente, ou seja, possuem uma dimensão política, e de que presente, passado e futuro possuem diferentes valores de acordo com as conjunturas políticas e sociais, bem como dependem dos sujeitos e suas práticas, é importante problematizar o chamado “tempo dos vencidos” e o “tempo dos vencedores”.

No livro *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*, resultado de sua tese de doutorado, Berber Bevernage (2013) propõe uma diferenciação entre as concepções temporais dos perpetradores de violações de direitos humanos e das vítimas da violência institucional. Enquanto para os primeiros o tempo e as temporalidades aproximam-se de uma visão cronológica – assemelhando-se à concepção tradicional de tempo utilizada pelos historiadores –, para os últimos a temporalidade adquire outros sentidos, rompendo com o status ontológico do passado na cultural ocidental como afastamento, distância, ausência. Dessa forma, propõem um

rompimento com esse paradigma, problematizando as concepções dominantes de história e tempo histórico. Essa noção de “tempo dos vencidos” e “tempo dos vencedores” reatualiza a “batalha das memórias” sobre os sentidos da ditadura civil-militar.⁵

No discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff por ocasião da posse dos integrantes da CNV no dia 16 de maio de 2012, tem-se alguns indícios das representações e temporalidades subjacentes à implantação da referida Comissão.

Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições. [...] O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país (ROUSSEFF, 2012).

Neste primeiro trecho, chama a atenção uma antinomia entre “a necessidade imperiosa de conhecê-la [a verdade] em sua plenitude” e uma disposição que não se identifica que em “reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu”. Quando faz referência à “maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país”, pode-se levar em consideração aspectos do “estigma da cordialidade”, que será abordado em seguida.

Em outra parte de seu pronunciamento, a presidenta afirma que os membros da CNV foram escolhidos de acordo com sua “[...] capacidade de liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais” (ROUSSEFF, 2012).

O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas, brasileiros que se notabilizaram pelo espírito democrático e pela rejeição a confrontos inúteis ou gestos de revanchismo.

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização (ROUSSEFF, 2012).

Este trecho evidencia uma evocação à “ideologia da reconciliação” – explicitada na noção de “rejeição de confrontos inúteis” –, valorizando os “pactos e acordos nacionais” que possibilitaram a redemocratização – na qual se insere a promulgação da Lei da Anistia. Durante esse processo, a ausência de um *rompimento* com o passado ditatorial e da valorização da democracia em *oposição* a este passado autoritário ainda contribuem para que a impunidade e o silêncio em relação ao período compreendido entre 1964 e 1985 obtenham legitimidade e respaldo por setores importantes das Forças Armadas, da política e da sociedade. Nesse sentido, a problematização das temporalidades que o termo “transição” traz consigo é uma preocupação desta pesquisa. A longa transição política brasileira contribui para o esquecimento ou diluição dos fatos na memória coletiva. Assim, as expressões “transição política” ou “abertura lenta, gradual e segura” também precisam ser problematizadas, por referenciarem noções de tempo e temporalidade, evidenciando as diferenças existentes entre o tempo dos vencidos e o tempo dos vencedores.

Por fim, a presidenta faz referência ao medo como forma de impedimento do conhecimento desse passado: “Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou” (ROUSSEFF, 2012).

O discurso proferido por Dilma Rousseff no dia 31 de março de 2014, em comemoração aos 50 anos do golpe civil-militar, em cerimônia no Palácio do Planalto para assinatura de um contrato de obras infra estruturais, mantém a mesma linha discursiva:

Eu queria lembrar algumas coisas. Em cada ação se reflete o sinal da sua época. Nessa ponte do Guaíba está refletido também o sinal de uma época que nós estamos vivendo, uma época diferente do nosso passado, não só como gaúchos, mas como brasileiros. [...] Cinquenta anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser um país de instituições ativas, independentes e democráticas. Por 21 anos, mais de duas décadas, nossas instituições, nossa liberdade, nossos sonhos foram calados. [...] Nós podemos olhar para este período e aprender com ele, porque nós o ultrapassamos. O esforço de cada um de nós, o esforço de todas as lideranças do passado, daqueles que vivem e daqueles que morreram, fizeram com que nós ultrapassássemos essa época, os 21 anos. [...] O dia de hoje exige que nós nos lembremos e contemos o que aconteceu. Devemos isso a todos os que morreram e desapareceram, devemos aos torturados e aos perseguidos, devemos às suas famílias, devemos a todos os brasileiros. Lembrar e contar faz parte, é um processo muito humano [...]. Um processo que foi construído passo a passo durante cada um dos governos eleitos depois da ditadura (ROUSSEFF, 2014).

A ambivalência do discurso da presidenta evidencia tensões entre o lembrar e o esquecer, entre a necessidade de “contar o que aconteceu” e de entender esse passado como “ultrapassado”, entre garantir os direitos à memória e à verdade através, por exemplo, do trabalho da CNV, mas não permitir o ressentimento e o ódio, reconhecendo e valorizando “os pactos políticos que levaram à redemocratização” – local em que se insere a promulgação da Lei da Anistia. Em outras palavras, um *dever* de memória⁶, uma necessidade de rever o passado (ADORNO, 2008), ao mesmo tempo em que se decreta sua superação. Tarefa impossível perante a presença da ausência e a ausência da presença dos desaparecidos políticos, ou então perante as fronteiras maleáveis entre temporalidades ao se propor políticas públicas em que o crime e o dano estão no passado, mas a compensação, a indenização e a reparação estão no presente, com determinada expectativa de futuro.

Essa dualidade também está presente na manifestação da CNV por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964:

Neste cinquentenário, a Comissão Nacional da Verdade quer homenagear essas vítimas e reafirmar sua determinação em ajudar a construir um Brasil cada vez mais democrático e mais justo. A Comissão Nacional da Verdade nasceu com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período. Baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal.

[...] No ano passado comemoramos os vinte cinco anos da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Oitenta e dois milhões de brasileiros nasceram sob o regime democrático. Mais de oitenta por cento da população brasileira nasceu depois do golpe militar. O Brasil que se confronta com o trágico legado de 64, passados cinquenta anos, é literalmente outro. O país se renovou, progrediu e busca redefinir o seu lugar no concerto das nações democráticas. Não há por que hesitar em incorporar a esta marcha para adiante a revisão de seu passado e a reparação das injustiças cometidas (BRASIL, 2014).

Neste único trecho estão presentes uma expectativa de futuro – “preparar a reconciliação nacional” – junto a uma necessidade de “revisão do passado” como imperativo para seguir com a “marcha para adiante”. Nestes paradoxos está inserida a CNV, entendida como uma política de memória elaborada pelo Estado brasileiro no âmbito da “justiça de transição”, que se trata

[...] de uma resposta concreta ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala. Seu objetivo é o (re)estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos – suas vítimas e atores, e a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática. A justiça transicional é uma forma de justiça na qual as sociedades transformam a si mesmas depois de um período de violação generalizada dos direitos humanos [...] A utilização e combinação estratégica dos mecanismos de justiça de transição [um dos quais, as

políticas de memória] estão condicionados aos contextos políticos e às características das transições políticas de cada sociedade. [...] Trata-se de um fenômeno social, histórico e mutante. A democracia é um processo (ABRÃO; GENRO, 2013, p. 579 et seq.).

Os pronunciamentos oficiais descritos acima explicitam determinados usos políticos do passado que também se encontram nas políticas de memória e esquecimento – formas de enunciação de determinadas representações do passado e de temporalidades – elaboradas desde o processo de transição política. Passemos à análise do debate que antecedeu a aprovação do projeto de lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

O debate legislativo

Plenário principal da Câmara dos Deputados, noite do dia 21 de setembro de 2011. Para muitos dos 504 deputados ali presentes, tratava-se da vivência de um momento histórico, como ficou registrado na ata da 225ª sessão, que se estendeu até às 23 horas e foi marcada por calorosas discussões entre os legisladores. “Nós estamos assistindo a uma sessão que tem uma importância histórica não só para a vida desta Casa, mas também para a vida do país e da democracia”, afirmou Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (BRASIL, 2011, p. 183); “Esta casa terá no dia de hoje outra votação histórica, uma votação que repercute para todo o Brasil”, ratificou o deputado Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo (BRASIL, 2011, p. 71).

Em outro momento, Teixeira reitera sua posição

Eu acho que estamos votando um projeto histórico nesta noite e dando uma contribuição para se escrever um trecho da história brasileira que o Brasil não conhece – não foi escrito –, sobre o qual vamos agora nos debruçar para entregar ao país os esclarecimentos daquele período e buscar

o paradeiro dos desaparecidos, a fim de que suas famílias possam enterrá-los e fazer esse rito de passagem. É histórico! (BRASIL, 2011, p. 239).

Mesmo que ratificasse a ideia de que se vivia um momento histórico, a valoração positiva ao episódio conferida pelo deputado Teixeira não era compartilhada pelo colega Arolde de Oliveira, do Democratas do Rio de Janeiro:

[...] nós estamos vivendo hoje uma noite, no meu entendimento, histórica para o bem ou para o mal. Nós estamos buscando estabelecer uma instituição que vai levantar fatos históricos, fatos de um período, que se chama Comissão da Verdade. Ora, uma comissão da verdade não pode se fundamentar a não ser na verdade. E a verdade que está para ser levantada é a verdade que ocorreu no período de 1964 a 1975, quando, por duas vezes, houve a intenção, pelas armas, de idealistas do sistema comunista de implantar um regime comunista no Brasil. Pegaram em armas, houve uma reação, e a nação brasileira delegou às Forças Armadas, é claro, a missão de repelir essa intenção. Já houvera uma em 1935. De 1967 a 1975, houve o período da segunda intenção, com financiamento externo da China e de Cuba e com história naqueles países comandados por Fidel Castro e Che Guevara. [...] (BRASIL, 2011, p. 166).

O deputado apresenta uma versão bastante corrente de que as Forças Armadas intervieram na política como uma reação ao processo ou às tentativas de implantação do comunismo que estava em curso no Brasil desde 1935, ano em que ocorreu o episódio conhecido como *Intentona Comunista*.

Na sequência de seu pronunciamento, Oliveira aborda o tema da ditadura a partir da chamada “teoria dos dois demônios”, um relato que legitimou a existência de “dois lados”, advogando a equiparação ética e de responsabilidade entre Forças Armadas e organizações de esquerda armada:⁷

Esta Comissão da Verdade terá que levantar os dois lados; não pode ser uma balança de um prato só, que só vai avaliar um lado da questão. Houve baixas em ambos os lados, e esta Comissão... Ninguém é contra a verdade. A verdade, no dito popular, é a única virtude perene. Vamos levantar a verdade, mas não fundamentados na mentira, porque a mentira não vai permitir que a verdade seja levantada. Vamos estudar um pouco mais a história, não vamos deixar que os ódios que permaneceram sejam agora trazidos, inclusive para ameaçar a estabilidade de convivência, agora, sim, democrática em que nós vivemos (BRASIL, 2011, p. 167).

Por fim, Arolde de Oliveira recorre ao medo como forma de dominação política, de se manter a “lógica da protelação”:

Temo, Sr. Presidente, que nós estejamos mexendo numa ferida que já está cicatrizada e que poderá voltar a criar problemas sérios e – quem sabe – causar uma nova metástase de desentendimento em nosso país. Eu apelo para que esse aperfeiçoamento desta Comissão tire tudo aquilo que possa implicar em injustiça, que possa implicar em perseguição a pessoas que já viraram essa página da história (Ibid., loc. cit.).

Não por acaso Oliveira faz uso do termo “metástase” para se referir às discussões que a CNV poderia suscitar na sociedade brasileira. Durante as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul, a utilização de metáforas médicas para se referir à subversão, tais como “um câncer que precisa ser extirpado”, foram comuns para lograr uma unidade entre as Forças Armadas e a população em torno de um objetivo comum e em uma visão da sociedade como um organismo vivo.

A “lógica da protelação” está presente na fala do deputado Roberto Freire, do Partido Popular Socialista de São Paulo, travestida de uma noção identificada por Edson Teles como “imediatismo da política brasileira”, oriunda, como afirmado anteriormente, das constantes exceções presentes na construção da democracia.

Pelo que tenho ouvido do governo, há um acordo entre o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, no sentido de aprovar a proposta da forma como ela veio, originalmente, para a Câmara. Que não é nem aquilo que gostaria de ver aprovado a Ministra dos Direitos Humanos, os agentes ligados à área dos direitos humanos; não é aquilo que gostariam de ver os setores militares ou o Ministro da Defesa; e não é aquilo que gostaria de ver aprovado sobre este tema o Ministro da Justiça. Mas é aquilo que efetivamente é possível ser votado e se ter um mínimo de acordo para a votação desta matéria, na perspectiva de que se possa avançar no tema, avançar nesta matéria, que é importante para o país, que resgata a memória, que tem um diálogo com setores importantes da sociedade brasileira (BRASIL, 2011, p. 74).

Freire afirma que o projeto não contenta a ninguém, mas é o possível. Assim, aquilo que se esperava de mais progressista para a CNV fica para um outro momento em que a governabilidade não seja ameaçada. Marcos Nobre, em seu livro *Imobilismo em Movimento*, faz uma excelente análise de como esse processo de trancamento de pautas de medidas progressistas foi sendo desenhado no processo de transição política brasileiro.

Semelhante à percepção de Arolde de Oliveira sobre o período e sobre o projeto de lei foi a manifestação do deputado Jair Bolsonaro, do Partido Progressista do Rio de Janeiro. Porém, antes de reproduzir sua fala durante a sessão, é necessário um breve parágrafo sobre a biografia militar e política do deputado.

Jair Bolsonaro está há mais de 25 anos na política e já pertenceu a outras agremiações antes de filiar-se ao Partido Progressista. Passou por diversas escolas militares, formando-se na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, na Academia Militar das Agulhas Negras e integrando a Brigada de Infantaria Paraquedista. Em 1986, como capitão do Exército, Bolsonaro foi preso por liderar manifestação pela melhoria dos salários, caracterizando ato de indisciplina, mas foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar dois anos depois.

No debate que antecedeu a aprovação do projeto de lei que cria a CNV, mais especificamente, quando se votava a urgência ou não da votação, Bolsonaro, bastante alterado, perguntava aos colegas deputados:

Eu quero fazer um apelo aos meus colegas sobre a urgência desse projeto. Eu quero perguntar para cada um: o que cada um de nós temos a ganhar aprovando a urgência desse projeto? Perde a Presidente da República, que está indo muito bem na ONU; perdem as Forças Armadas, com o seu trabalho impecável e testemunhado por todos nós; perde o Congresso Nacional. Perde a hierarquia, perde a disciplina. E é um projeto, Sr. Presidente – desculpem os meus colegas –, que já nasce completamente mais do que viciado. É um projeto suspeito. [...] É um projeto que desborda a Lei da Anistia, permite a prisão disciplinar de militares. É um projeto que cria um trem da alegria, a partir do momento em que vão indenizar centenas e centenas de pessoas que comparecerem à Comissão e falarem que foram perseguidas. [...] É um projeto que define, que apenas tipifica o tipo de crime que nós militares teríamos cometido para responder. Já os crimes praticados pela esquerda ficarão completamente fora. Mais ainda: consubstancia, no final, um relatório que será imposto junto aos livros do MEC para se fazer uma nova História moderna brasileira, tendo os militares como bandidos nesse período de 1964 a 1986 [sic] (BRASIL, 2011, p. 65).

A contundente fala do deputado evidencia que a preocupação com o futuro da memória não se restringe apenas aos ex-presos e perseguidos políticos e aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, mas também aos que fazem apologia à ditadura civil-militar. Ao afirmar que o relatório final da Comissão seria “imposto junto aos livros do MEC para se fazer uma nova História moderna brasileira, tendo os militares como bandidos”, Bolsonaro explicita uma preocupação com uma escrita de história que conteste a memória oficial das Forças Armadas sobre o período, ainda dominante nos círculos militares. O futuro da memória, ou a pós-memória, era

uma preocupação do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, do Partido dos Trabalhadores, ao afirmar que “[...] é importante agora, neste momento em que a democracia está restaurada, que nós recuperemos a memória do nosso povo, principalmente para que as novas gerações tenham o direito de conhecer a história do seu País” (BRASIL, 2011, p. 92).

Bolsonaro, em outra fala, ao defender que o projeto não seja votado com urgência, demonstra a “lógica da protelação”:

Eu faço um apelo aos meus colegas, mais uma vez. Por favor [...] Essa urgência vai abrir uma ferida, apenas, nas Forças Armadas. [...] Não apunhalem as Forças Armadas pelas costas. [...] Não façam isso com os militares. Por favor, não façam isso.” (BRASIL, 2011, p. 89).

O requerimento de urgência foi aprovado com 351 votos favoráveis, 42 contrários e 11 abstenções. Bolsonaro vocifera:

A Dilma vai ter o seu troco. Vai! Ela quer a Comissão da Verdade? Vai ter a tribuna da verdade aqui. E eu não tenho medo de processo de cassação, não! Não tenho medo de processo de cassação, não! Não queiram ameaçar. Não me importo com isso. O soldado que vai à guerra e que tem medo de morrer é um covarde. E o Parlamentar que não usa da palavra é um vendilhão. E eu não sou um vendilhão, não. Não me afino com vocês. Covardes! Muito machão aqui com microfone na mão! [...] Essas verdades, essas verdades não vêm a público. Essas verdades vocês não querem. Fizeram curso em Cuba, na China, na Coréia, de guerrilha, de como torturar, de como sabotar, de terrorismo, e vieram aqui ao Brasil falar que combatiam uma tal de ditadura. Isso é uma piada, isso é uma piada, é uma vergonha. E eu lamento que o meu Congresso esteja aprovando essa proposta, apunhalando os militares das Forças Armadas, apunhalando! (BRASIL, 2011, p. 170-171).

Contudo, como refletido no resultado da votação do requerimento de urgência, a maioria dos deputados concordava que não se poderia mais protelar os debates que surgiriam com a criação da CNV.

O deputado Brizola Neto, do Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro, reconhece os problemas que a passagem do tempo tem para a efetivação de políticas de memória: o “tempo dos vencedores”, marcado pela predominância do futuro, é diferente do “tempo dos vencidos”, onde se está preso ao passado e o presente adquire uma dimensão inercial pelas consequências das estratégias de implantação do terror.

Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem a encaminhar à mesa, porque havia um acordo muito claro de que hoje votaríamos a urgência pelo menos do projeto da Comissão da Verdade, uma urgência mais do que justificada, uma urgência necessária, porque a memória deste país, Sr. Presidente, corre o risco de ser perdida, já que as pessoas estão morrendo. Muitos parentes das vítimas da ditadura estão perdendo a sua vida sem poderem ter a certeza do que aconteceu com seus vitimados parentes durante a ditadura militar (BRASIL, 2011, p. 77).

Em se tratando de uma política de memória, a criação e os trabalhos da CNV teriam uma dimensão pedagógica orientada para a consolidação da democracia no Brasil. Alguns deputados não viam utilidade em tal averiguação sobre as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar, como Beto Mansur, do Partido Progressista de São Paulo, que afirmou “[...] eu acho que esse projeto não nos ajuda, nem no presente, nem no futuro” (BRASIL, 2011, p. 91); ou o deputado Alberto Lupion, do Democratas do Paraná, que classifica como “vingança” essa medida reparatória e faz um prognóstico bastante negativo quanto ao futuro:

Mas acho um equívoco. Acho que hoje nós estamos mexendo em feridas desnecessariamente. Acho que nós, como guardiães da Constituição, teríamos que respeitá-la e partimos para um novo momento no país e não sairmos atrás de vingança, de

vendeta, colocando pessoas amargas, que querem vingança, mandadas pelo Executivo, para fazer uma perseguição desnecessária. Nós vamos nos arrepender disso no futuro, porque, em nenhum país em que se partiu para a vingança, para a vendeta, isso deu certo (BRASIL, 2011, p. 94).

Foi preciso a fala do deputado Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, para lembrar que “[...] essa Comissão da Verdade não tem poderes judiciais, como não teve na Argentina, como não teve no Chile, como não teve na África do Sul. É a comissão da reconciliação. É a chamada justiça de transição” (BRASIL, 2011, p. 238), assim como a de Roberto Freire, do Partido Popular Socialista de São Paulo, para esclarecer-se que a CNV não teria finalidades revanchistas.

Estamos criando uma Comissão que precisa ter como característica básica que nós não estamos buscando nenhum revanchismo, nenhum. O País precisa conhecer sua história. E nesse sentido é importante, desde agora, nesse debate, que tenhamos a tranquilidade de dar a resposta à história e não ficar querendo encontrar respostas para o que passou (BRASIL, 2011, p. 97).

A interessante expressão “resposta à história” remete novamente à ideia do historiador como juiz e da história do mundo como tribunal do mundo, já referenciada no item anterior.

Nesse sentido, a intervenção de Devanir Ribeiro, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, ressalta o caráter pedagógico da história, “aprender com o passado para que não se repita”.

Nós deveríamos ter, como legisladores, a disposição de fazer [...], de colocar a hora da verdade. Não tem esse negócio de ficar culpando para lá ou para cá. Eu até tenho, olhando aqui os Bolsonaro da vida, e às vezes têm também os boçais da vida, visto da seguinte maneira: nós, que passamos por esse momento, temos sentido na carne. [...] Então, nós tínhamos que ter a obrigação, como legisladores, de aprovar o projeto

[...] para mostrar o que foi feito neste País durante toda a sua história, até para que os jovens e o futuro saibam o que aconteceu, para não deixar repetir o mesmo que aconteceu no passado. Esta discussão aqui é até atrasada (BRASIL, 2011, p. 99).

Além disso, há um diagnóstico de que este debate está deslocado no tempo, está atrasado. Porém, o deslocamento no tempo pode significar não somente uma urgência para que se resolva as pendências – saldar as contas com o passado – mas também o anacronismo de debates que podem ser considerados por alguns grupos como superados.

Nelson Marquezelli, do Partido Trabalhista Brasileiro de São Paulo, deixa muito claro essa concepção de um tempo dos vencedores orientado para o futuro.

A anistia foi feita, já é uma ferida cicatrizada, já está na nossa Constituição, é uma cláusula pétrea. Nós não estamos tendo a visão da irresponsabilidade que nós estamos fazendo hoje, nesta noite. Eu acho que o país está caminhando bem. Não é necessário rever uma anistia de mais de 30 anos, que ambas as partes assinaram. Vamos ter juízo. Vamos caminhar para a frente. Chega de olhar no retrovisor. Meia dúzia de pessoas no Brasil, recalcadas, querendo vingança, vai levar essa Casa e o País a um caminho sem fim. Vejam o que estou falando: a um caminho sem fim (BRASIL, 2011, p. 101).

A ideia de “olhar para o futuro” é corroborada por Alfredo Sirkis que, embora ex-preso e perseguido político por sua atuação na luta armada junto a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), posiciona-se contrariamente à revisão da Lei da Anistia. Sua fala evidencia uma autocrítica já explicitada anteriormente, onde aponta os “erros” dos “dois lados”:

Penso que esta Comissão é basicamente para garantir o futuro do Brasil e não para ficar ajustando contas em relação ao passado. [...] Uma coisa é tentarmos entender o que

passou com a democracia de 1946. O Brasil era um país democrático a partir de 1946. Em 1964, uma quartelada pôs fim a essa democracia e suscitou, através de sucessivos altos golpes [sic], uma situação gravíssima de opressão e de ditadura. Dentro desse processo, embora de natureza diferente, foram cometidos erros não só por parte daqueles que tomaram o poder, que foram progressivamente implantando a ditadura, como também foram cometidos erros por aqueles que, como eu, resistiram contra a ditadura de armas na mão. Quarenta anos depois dos fatos é conveniente uma discussão séria, equilibrada, visando o futuro. Então, podem ficar tranquilos aqueles Deputados que estão preocupados. Aqui não se trata de estigmatizar a instituição militar que todos nós prezamos. Não se trata – e sou contra – de rever a Lei da Anistia, mas é fundamental que este país possa se debruçar sobre a sua história recente e entender como uma democracia como aquela que foi implantada neste país, em 1946, foi destruída a partir de 1964, como neste país ocorreram violações dos direitos humanos [...] (BRASIL, 2011, p. 105).

A partir destas citações, fica claro uma antinomia entre um tempo que se pretende passado e sobre uma atualidade, sobre uma contemporaneidade entre a ditadura e o presente, o que aqui foi chamado “tempo dos vencidos” e “tempo dos vencedores”. Novamente, ressalta-se que não se trata, necessariamente, de dicotomizar um debate que possui muitos matizes, muitas *zonas cinzas*, apenas destacar que as articulações entre presente, passado e futuro são construídas socialmente e, por isso, possuem uma dimensão política.

Considerações finais

O debate ocorrido na sessão legislativa que aprovou o projeto de lei que criou a CNV evidencia as múltiplas articulações e dimensões temporais que coexistem em se tratando da temática da ditadura civil-militar brasileira. Este estudo abre a possibilidade

de questionar a aplicabilidade de conceitos propostos em outras conjunturas ou para outras comissões da verdade para o caso brasileiro. Aqui, refiro-me especialmente ao conceito de *presentismo* de François Hartog. Longe de buscar uma resposta se vive-se em uma dimensão presentista do tempo no Brasil, acredito ser bastante frutífero utilizar esta categoria como um instrumento heurístico para se pensar as falas dos deputados.

THE LEGISLATIVE DEBATE ON THE CREATION OF THE NATIONAL TRUTH COMMISSION AND THE MULTIPLE ARTICULATIONS AND TEMPORAL DIMENSIONS OF THE CIVIL-MILITARY BRAZILIAN DICTATORSHIP

Abstract: This paper analyzes the debate that took place in the legislative session that approved the National Truth Commission law, showing the public and political uses of the past, as well as multiple articulations and temporal dimensions that coexist when focusing on the civil-military Brazilian dictatorship. Part of a larger study, this analysis shows the difference between the “time of the vanquished” and the “time of the victor” and how these different temporal conceptions influence the development of politics of memory and transitional justice.

Keywords: Civil-military Dictatorship. Political Transition. National Truth Commission. Temporality. Transitional Justice.

Notas

¹ A ideia de trauma que está sendo empregada não pressupõe uma ruptura violenta em relação aos períodos anteriores à implantação das ditaduras civil-militares de segurança nacional: o terrorismo de Estado encontra suas origens em aspectos estruturais, particularmente no autoritarismo e violência política que existem nessas sociedades onde a conflitividade social e política é histórica (VEZZETTI, 2003, p. 60-61).

² É necessário fazer uma distinção entre termos que costumam ser utilizados como sinônimos, mas que possuem suas especificidades. Usos *políticos* da história, da memória e do passado diferem entre si e entre seus usos *públicos*, bem como do campo disciplinar surgido nos Estados Unidos e intitulado

história pública ou *Public History*. François Hartog e Jacques Revel (2001), em um texto introdutório à sua obra, *Les usages politiques du passé*, sustentam que o uso *público*, bem como a história pública, não implicam necessariamente no uso *político* do passado. Para maiores informações sobre a História Pública, cf. Almeida e Rovai (2011) e Rosenzweig e Thelen (1998). A formação desse novo campo historiográfico não significa que debates sobre os usos públicos da história não ocorressem anteriormente. Uma evidência é o texto de Jürgen Habermas, sobre a polêmica em torno do lançamento do livro de Daniel Goldhagen, que, segundo Habermas, “[...] com sua exposição global e niveladora de um fato complexo, satisfaz a necessidade de explicações simplistas da massa do público” (2001, p. 38 et seq.).

³ Cf. Gasparotto, Vechia e Brandão (2012), Gasparotto (2013), Rodrigues (2014), Cunha (2014) e Salomão (2014). Ver também os artigos publicados no número especial da Revista Jurídica da Presidência. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-15-n-105-edicao-especial-fev-mai-2013/menu-vertical/apresentacao>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

⁴ Uma coletânea de obras sobre essas reflexões pode ser acessada em <<http://www.culturahistorica.es/tema.html>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

⁵ Para maiores informações sobre a “batalha das memórias”, cf. Schimidt (2007).

⁶ Enquanto a expressão “dever de memória” denota uma obrigação ou imposição, “direito à memória” reconhece o direito do cidadão a lembrar, mas também a esquecer.

⁷ A formulação da “teoria dos dois demônios” decorre de uma interpretação para a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) forjada durante a transição política para a democracia. Sua eficácia na construção de determinada memória sobre o passado recente na Argentina foi tão expressiva que consolidou a ideia de que apenas os militares e os militantes de organizações guerrilheiras foram responsáveis pela violência das décadas de 1960, 1970 e 1980, tornando as sociedades, de forma geral, *inocentes* nesse processo. Para um histórico e uma interpretação sobre dita teoria, cf. Vezzetti (2003).

Referências

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Justiça de transição. In: AVRITZER, Leonardo et al. *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. *Primeira versão*, Porto Velho, v. XXI, n. 225, p. 2-3, jan./abr. 2008.

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ANTONIO, Gustavo Miranda. Promoção da reconciliação nacional. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, DF, v. 15, n. 105, p. 69-92, fev./maio 2013.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *Comissão da Verdade: entre memória e história*. São Paulo: ANPUH, 2012. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=24473>. Acesso em: 28 dez. 2014.
- ARTURI, Carlos S. O Debate sobre Mudança de Regime Político à Luz do Caso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, nov. 2001.
- AVRITZER, Leonardo et al. *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- BECKER, David; CALDERÓN, Hugo. Traumatizações extremas, processos de reparação social, crise política. In: RIQUELME, Horacio (Ed.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.
- BERMANN, Sylvia et al. (Colab.). *Efectos psicosociales de la represión política: sus secuelas en Alemania, Argentina y Uruguay*. Córdoba: Goethe Institut, 1994.
- BEVERNAGE, Berber. *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*. New York: Routledge, 2013.
- BLOCH, Marc. *La extraña derrota*. Barcelona: Crítica, 2003.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, DF: SEDH/PR, 2010.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília, DF: SEDH/PR, 2007.
- _____. Comissão Nacional da Verdade. Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, DF, 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/457-nota-da-cnv-sobre-os-50-anos-do-golpe-de-estado-de-1964>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- _____. Câmara dos Deputados. Sessão: 225.1.54.O. Data: 21 set. 2011. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2011/9/EN2109111830.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

- CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.
- CAVIGLIA, Mariana. Nota necesaria. In: _____. *Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CONAN, Eric; ROUSSO, Henri. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Seuil, 1996.
- CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Ed.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1992.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 137-155, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/464/463>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13.
- GASPAROTTO, Alessandra; VECCHIA, Renato Della; BRANDÃO, Marília. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. *Espaço Plural*, Cascavel, PR, ano XIII, v. 13, n. 27, p. 68-83, 2. sem. 2012.
- GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: [s.n.], 2013.
- HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- _____. Nenhuma normalização. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1987.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. *Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

_____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A longa transição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

JASPERS, Karl. *El problema de la culpa*. Madrid: Paidós, 1998.

JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pre-textos, 2003.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees (Ed.). *Societies of fear: the legacy of civil war, violence and terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999.

LACAPRA, Fréderic. *Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LAVABRE, Marie-Claire. La memoria fragmentada: ¿Se puede influenciar la memoria? *Antrop. Sociol.*, n. 11, p. 15-28, enero/dic. 2009.

LIRA, Elizabeth. Las resistencias de la memoria. Olvidos jurídicos y memorias sociales. In: VINYES, Ricard (Ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009a.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Ed.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Bristol: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

MIÑARRO, Anna; MORANDI, Teresa. Trauma psíquico y transmisión intergeneracional. Efectos psíquicos de la guerra del 36, la posguerra, la dictadura y la transición en los ciudadanos de Cataluña. In: VINYES, Ricard (Ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009a.

MUDROVICIC, Maria Inés; RABOTNIKOF, Nora (Coord.). *En busca del pasado perdido: temporalidad, historia y memoria*. Mexico: Siglo XXI, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RODRIGUES, V. Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a Informações na construção da justiça de transição no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 183-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/467/466>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RIQUELME, Horacio (Ed.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David. *The presence of the past: popular uses of history in American life*. New York: Columbia University Press, 1998.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade. *Portal do Planalto*, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante assinatura do contrato para construção da ponte sobre o rio Guaíba – Brasília/DF. *Portal do Planalto*, Brasília, DF, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-do-contrato-para-construcao-da-ponte-sobre-o-rio-guaiba-brasilia-df>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SALOMÃO, Wiliander França. Os elementos do tempo e da memória na ditadura militar no Brasil: uma abordagem sobre a Lei da Anistia, a Comissão da Verdade e o Direito à Memória. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, ano XV, n. 105, out. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12324&revista_caderno=15>. Acesso em: 28 dez. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell; Edson, TELES; Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007.

TELES, Edson. Políticas do silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, Cecília MacDowell; Edson, TELES; Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 315-317.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2008.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Leya, 2014.

VINYES, Ricard (Ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009a.

_____. La memoria del Estado. In: _____. *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009a.

_____. *Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades*. 2009b. Mimeografado.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?* São Paulo: Ática, 1994.

Recebido em: 30/01/2015

Aprovado em: 01/04/2015

De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual*

Benito Bisso Schmidt**

Resumo: O artigo, construído na forma de ensaio, busca analisar a relação entre práticas de memória e práticas democráticas, tendo como eixo projetos memoriais realizados no Brasil atual em relação à ditadura civil-militar iniciada em 1964. Para tanto, examina lugares de memória e manifestações da sociedade civil que evocam esse passado autoritário, pensando-os como integrantes da Justiça de Transição. Postula também a necessidade de uma memória exemplar a respeito da ditadura como elemento fundamental à construção de uma democracia vigorosa e de uma cidadania plena.

Palavras-chave: Ditadura Brasileira. Memória. Democracia. Justiça de Transição.

Introdução

Qualifico este texto de ensaio, com suas características de experimento, de tentativa, de incompletude, de liberdade reflexiva e de subjetividade. Ele se baseia, é claro, em uma série de leituras

* Uma versão com resultados parciais deste trabalho foi apresentada em abril de 2014 na mesa-redonda *The dictatorship and its legacies*, integrante do Simpósio Internacional *Brazil: from dictatorship to democracy*, ocorrido na Brown University.

** Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS. Doutor em História pela UNICAMP. E-mail: bbissos@yahoo.com

realizadas para a minha pesquisa¹ e meus cursos sobre as ditaduras no Brasil e na Argentina, mas não tem o acabamento e o grau de demonstração exigidos de um artigo acadêmico *comme il faut*. Resolvi seguir este caminho para propor à discussão algumas ideias que venho desenvolvendo sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas em sociedades pós-ditatoriais, com foco especial no caso brasileiro. Por isso, o que trago aqui é um convite ao debate, à reflexão conjunta, à crítica.

Além disso, este texto quer provocar, e por isso seu título é uma interrogação pouco usual: “De quanta memória precisa uma democracia?” Obviamente se trata de uma pergunta retórica, pois sabemos que não podemos medir a memória a partir de parâmetros quantitativos. A memória (e o esquecimento), apesar de seu fundo social e coletivo, é sempre um fenômeno subjetivo, cujos movimentos não se prestam à metrificação matemática. Então, normalmente nossas questões sobre o papel da memória nos processos de (re) democratização têm uma perspectiva qualitativa, por exemplo: de que memória precisamos para construir sociedades mais democráticas? Mas, ao mesmo tempo, falamos de “abusos” da memória (TODO-ROV, 2000) como a indicar que, em algum momento, as práticas memoriais sobre determinado passado podem “passar do ponto” e, por isso, ter efeitos deletérios. Ou seja, mesmo que inconscientemente, utilizamos uma certa mensuração (não matemática, é claro) para separarmos os usos e os abusos da memória, para caracterizarmos, utilizando a terminologia de Paul Ricoeur (2000), uma memória como “justa” em oposição a outras “injustas”.

Tendo por base estas questões preliminares, quero, neste “ensaio provocador”, analisar as práticas memoriais em relação à ditadura civil-militar, instalada em 1964, no Brasil atual, buscando avaliar se a sua quantidade, mas especialmente a sua qualidade, são adequadas à construção de uma sociedade democrática. Chamo a atenção, mais uma vez, para a provisoriedade de minhas reflexões, já que, ao longo do ano de 2014, em função do cinquentenário do golpe, muitos novos acontecimentos afetaram a quantidade/qualidade destas memórias, especialmente a divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff para averiguar as graves violações aos direitos

humanos cometidas entre 1946 e 1985, cujos resultados precisam ainda ser melhor avaliados. Portanto, o que aqui afirmo, se alguma consistência tem, pode perder a validade com o passar do tempo, mas esse é o risco que correm aqueles que se dedicam a pesquisar o chamado “tempo presente”.

Dos 40 aos 50 anos do golpe: permanências e transformações

Aniversários redondos são bons para pensar sobre determinados fatos históricos, sobretudo para refletir sobre o que e por que as sociedades pensaram e pensam a respeito de tais fatos. Nestes momentos, práticas memoriais e práticas intelectuais acadêmicas (e não estou descartando as imbricações entre ambas) vêm à tona para recolocar certos temas na cena pública, algumas vezes somente a fim de afugentar o fantasma do esquecimento, em outras, para acrescentar novas leituras do passado em questão, reacendendo ou gerando tensões e debates entre diferentes visões.

Em 2004, quando transcorreram os 40 anos do golpe, foi assim: realizaram-se diversos seminários; inúmeras publicações, acadêmicas, jornalísticas e memoriais foram lançadas; a mídia se interessou pelo tema e batalhas memoriais travadas desde o final da ditadura ganharam novo fôlego, em especial aquelas que opõem o discurso oficial militar (que, muitas vezes, infelizmente, é acompanhado pelo discurso governamental), o qual tende a caracterizar como “revanchista” qualquer rediscussão pública da memória conciliadora do passado ditatorial imposta pela anistia de 1979 e oficializada pelos sucessivos governos democráticos (sem desconsiderar as diferenças entre eles); e o discurso das vítimas, de seus familiares e das organizações de direitos humanos, que, em diversos momentos, acentua a frustração desses agentes com as políticas oficiais referentes ao assunto.

Naquele momento, dois aspectos ganharam destaque nas discussões e rememorações referentes à ditadura: a frustração com o não aprofundamento das políticas reparatórias por parte do

governo Lula, empossado no ano anterior, e a ênfase no papel dos arquivos para o esclarecimento da verdade em relação aos crimes cometidos pelos agentes repressivos. No que tange ao último aspecto, muito se falou da necessidade de abertura dos arquivos da ditadura, sendo que, seguidamente, os documentos neles contidos, quando localizados, eram percebidos publicamente como “[...] o reflexo, a verdade do que se passou, o testemunho mais exato da repressão, o segredo revelado, descoberto” (CATELA, 2002, p. 62, tradução nossa), desconsiderando-se as múltiplas relações de poder e saber implicadas na produção desses materiais e as inúmeras mediações que devem ser levadas em conta na sua interpretação. Enfim, a equação arquivos = verdade = justiça ganhou força nos debates públicos então ocorridos. Naquele contexto, a expressão “Justiça de Transição”, embora circulasse em determinados espaços políticos, jurídicos, sociais e intelectuais, não se projetou como uma fórmula icônica dos discursos memoriais, embora outras palavras a ela relacionadas – como justiça, verdade, reparação e memória – circulassem amplamente.

Sublinho igualmente que, especificamente no âmbito acadêmico, passou-se a discutir mais sobre o apoio e/ou a indiferença de amplos setores da sociedade civil em relação à ditadura, criticando-se a representação que baliza a memória conciliadora deste passado, forjada nos anos finais do período autoritário, segundo a qual a ditadura militar “caiu” sobre o povo brasileiro, oprimindo-o durante vinte anos, até que fosse por ele derrubada. Muitas pesquisas voltaram-se à análise do apoio ativo ou passivo, ou mesmo da indiferença de importantes grupos componentes desse indefinido “povo brasileiro”, como a imprensa, as universidades, os meios jurídicos, as camadas médias, entre outros. A expressão “ditadura civil-militar” passou a ter uma circulação mais ampla, mas, naquele momento, ainda sem força suficiente para substituir a poderosa imagem da “ditadura militar”.

Dez anos depois, muitas das batalhas de memória permaneceram e se intensificaram, como a tradicional oposição, que mencionei anteriormente, entre o discurso militar (com ecos no mundo

político e na sociedade civil) e o discurso das vítimas, familiares e grupos de direitos humanos (também com ressonâncias políticas e sociais): a acusação, por parte do primeiro, de revanchismo e da necessidade de levar em conta “os dois lados”; e a demanda, por parte do último, pelo aprofundamento da busca pela verdade e pela justiça; esses discursos continuam aparecendo amplamente na mídia, nas redes sociais, nos espaços políticos e nos ambientes acadêmicos. Porém, um novo elemento ganhou destaque nos embates memoriais: a noção de Justiça de Transição, e isso obviamente está relacionado à atuação da Comissão da Verdade. Interessante que, muitas vezes, estes dois elementos – Justiça de Transição e Comissão da Verdade – são vistos quase como sinônimos, quando, na verdade, o segundo é apenas um elemento do primeiro, o qual envolve um conjunto bem mais amplo de práticas, sendo que algumas delas já estão em uso no Brasil há vários anos, como as políticas de reparação financeira, regulamentadas, pelo menos, desde 2002. De qualquer maneira, parece-me, é com a Comissão da Verdade que se passa a falar mais na arena pública de Justiça de Transição, embora, repito, esse termo não estivesse ausente em momentos anteriores. Já a questão da abertura dos arquivos, no sentido de “segredo a ser revelado”, parece ter menos ressonância nos discursos memoriais hoje, certamente em função do avanço no processo de publicização de vários destes acervos (como o do Serviço Nacional de Informação - SNI, por exemplo), para o qual cabe destacar o importante papel do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, que busca articular uma rede de arquivos e centros de documentação detentores da guarda de materiais relevantes para o conhecimento da história política brasileira entre 1964 e 1985. Também a expressão “ditadura civil-militar” passou a circular com muito mais intensidade para além dos espaços acadêmicos, mesmo que nem sempre implicando uma efetiva reflexão sobre o apoio da sociedade ao golpe e aos governos autoritários, e que a ideia seja criticada por alguns estudiosos (MARTINS FILHO, 2014; MELO, 2012).

Justiça de Transição e práticas memoriais

Na obra *Justiça de Transição – Manual para a América Latina*, publicada em 2011 pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, aliás, um dos agentes mais dinâmicos da Justiça de Transição no Brasil (e das políticas memoriais referentes à ditadura) desde que foi criado em 2002, consta a tradução de um artigo (publicado originalmente em 2005) de Paul van Zyl, jurista e ativista dos direitos humanos, diretor executivo do *PeaceVentures*, secretário executivo da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul entre 1995 e 1998 e cofundador e ex-vice-presidente do Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ), portanto uma autoridade reconhecida no assunto. O autor define justiça transicional como “[...] o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos” (ZYL, 2011, p. 47) e aponta cinco elementos-chave que a comporiam: a própria justiça, no sentido estrito de julgamento dos perpetradores; a busca da verdade; as políticas de reparação; as reformas institucionais; e a reconciliação. A dosagem desses elementos e sua efetivação dependeriam de cada contexto nacional e do tipo de conflito que se deseja superar (governo ditatorial ou guerra civil, principalmente). Não vou me ater a todos esses pontos, mas pode-se dizer que o Brasil avançou em termos de políticas de reparação, sobretudo no que se refere ao aspecto financeiro, e tenta progredir, no que tange à busca da verdade, com a atuação da Comissão Nacional da Verdade e suas correlatas nos estados, órgãos públicos, sindicatos, entre outros espaços. Quanto à Justiça, o Supremo Tribunal Federal reafirmou em 2010 a interpretação vigente da Lei da Anistia de 1979, que impediu o julgamento dos “crimes conexos” àqueles praticados pelos anistiados, segundo o texto legal, incluindo-se nestes aqueles perpetrados pelos agentes da repressão estatal. Contudo, há indícios de que o trabalho de alguns componentes da Comissão da Verdade, a pressão dos movimentos de direitos humanos e de certos operadores do Direito (como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil) e, sobretudo, uma nova composição mais progressista da instância

máxima do poder judiciário no Brasil possam reverter esse fato e permitir o julgamento dos que violaram os direitos humanos no período ditatorial.

No que diz respeito às reformas institucionais, no sentido proposto por van Zyl de modificação profunda ou mesmo supressão de instituições responsável pelas violações de direitos humanos e de depuração e saneamento administrativo, parece-me que avançamos pouco. Se bem passamos a ter um Ministério da Defesa encabeçado por um civil no lugar dos outrora poderosos ministérios correspondentes a cada braço das Forças Armadas, sempre liderados por membros de tais forças, ainda verifica-se o poder dessa corporação quando o assunto é esclarecer as violências cometidas no período ditatorial, inclusive impedindo o acesso a arquivos. Outro exemplo que indica a permanência de uma memória forjada no período ditatorial no seio das Forças Armadas é o fato de que os livros didáticos utilizados nas escolas militares, ao contrário daqueles adotados nas escolas civis públicas, não são submetidos à avaliação das equipes do Ministério da Educação, as quais buscam examinar, no caso dos livros de História (que são os que conheço melhor), se esses estão em sintonia com a produção historiográfica mais recente; se não contêm discriminações raciais, de gênero, de classe, de região, de geração, entre outras; e se colaboram para a construção de uma cultura da paz, de respeito à diversidade e aos direitos humanos. Como não passam por este crivo e seguidamente são escritos por historiadores ligados à corporação, os manuais de História empregados nas escolas militares continuam reproduzindo noções como a de que o golpe de 64 foi uma “revolução democrática” que salvou o Brasil do comunismo e permitiu ao país avançar no caminho do progresso e da modernidade.

Sobretudo: se já não temos mais os temíveis DEOPS, não é segredo para ninguém que a polícia continua empregando tortura para obter informações, assassinando muitos que ousam questionar seus métodos e sumindo com os corpos, ou alegando suicídios e tentativas de resistência daqueles que sucumbem aos excessos de suas “práticas investigativas” (práticas, aliás, que precedem temporalmente o próprio golpe de 64). Nesse sentido, a demanda pela desmilitarização das polícias, muito ouvida nas manifestações

populares de junho de 2013, enfrenta fortes resistências. Aliás, a truculência da atuação policial contra os manifestantes nos últimos tempos desmente qualquer ideia de uma mudança significativa destes órgãos de segurança, no sentido de haver maior respeito aos direitos humanos.

Finalmente, em relação à “reconciliação”, ideia controversa e polissêmica, mas que significa basicamente superar as rivalidades e inimizades que geraram os acontecimentos traumáticos, penso que, contraditoriamente, ao menos no caso do Brasil, primeiro temos que nos desfazer da ideia mesma de reconciliação para depois atingi-la. Ou seja, precisamos, por diversos mecanismos – jurídicos, políticos, pedagógicos, culturais, etc. –, livrar-nos da nossa identidade de eternos conciliadores e fazermos aflorar (no âmbito do Estado de Direito) a conflitividade que marcou e marca a nossa história, para, daí sim, pensarmos em reconciliação. Afinal, como ressalta van Zyl, “[...] se a reconciliação deve ser aceita, não pode reduzir-se a ignorar o passado, negando o sofrimento das vítimas ou subordinando a exigência da prestação de contas e a reparação a uma noção artificial de unidade nacional” (ZYL, 2011, p. 55).

No texto de Zyl, a questão das políticas de memória aparece especialmente no item referente às reparações, mais especificamente quando o autor se refere às medidas simbólicas e cita, como exemplo, monumentos, memoriais e dias de comemoração nacionais. É neste tipo de prática que quero me deter com mais atenção a partir de agora.

Ao contrário da Argentina, por exemplo, onde proliferam espaços de memória em várias cidades do país, onde os antigos centros de detenção e tortura (como a tristemente célebre Escola de Mecânica da Armada - ESMA) foram transformados em lugares de lembrança e de homenagem às vítimas, onde placas e monumentos inscrevem no espaço urbano as marcas do passado ditatorial, incitando a lembrança e, em alguns casos, a reflexão, no Brasil são poucos os casos de iniciativas, tanto do Estado quanto da sociedade civil, de edificação ou de demarcação de lugares semelhantes. Não quero tomar o caso argentino como modelo ideal, pois bem sei dos interesses políticos e pessoais que motivam muitos desses

projetos e também das exclusões nele presentes (como de representar as violências perpetradas pelo último governo de Perón), mas apenas indicar que, diferentemente do país vizinho, o Brasil não tem sido pródigo em implementar espaços memoriais consagrados à recordação da ditadura. Deve-se, porém, ressaltar que, como disse acima, no Brasil os arquivos da ditadura estiveram no centro das batalhas de memória em 2004 e muitos avanços foram feitos no sentido de torná-los públicos (bem mais do que na Argentina, para prosseguirmos na comparação); talvez, tenham sido essas instituições e acervos que se tornaram os lugares de memória por excelência para a recordação da repressão ditatorial.

Mas voltemos aos exemplos propostos por van Zyl: no Brasil, não temos nenhuma data nacional, sancionada oficialmente, voltada à lembrança das vítimas das violências da ditadura. O próprio 31 de março/1º de abril tem servido a este propósito, mas normalmente de maneira informal. Quanto aos memoriais, cito o exemplo mais conhecido, o Memorial da Resistência, localizado no centro da cidade de São Paulo, que ocupa o prédio onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) do estado entre 1940 e 1983. Em 1999, o prédio foi tombado como bem cultural pelo órgão municipal de patrimônio e iniciou-se um projeto de restauração, concluído em 2002. Neste ano, foi criado o Memorial da Liberdade, abrangendo o espaço das antigas celas do Departamento. Em 2004, a Pinacoteca do estado assumiu a gestão do prédio, destinando-o ao desenvolvimento de atividades museológicas no campo das artes visuais. Em 2007, o Memorial da Liberdade recebeu um novo projeto museológico, voltado à “problematização e atualização de distintos caminhos das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano”. No processo de resignificação daquele espaço teve papel fundamental, desde fins de 2006, a militância de grupos de direitos humanos junto ao governo estadual, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. A implantação do novo projeto foi iniciada em 1º de maio de 2008, com a mudança do nome para Memorial da Resistência.²

O Memorial apresenta como sua missão institucional

[...] a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano brasileiro [...] de forma a contribuir para a reflexão crítica acerca da história contemporânea do país e para a valorização de princípios democráticos, do exercício da cidadania e da conscientização sobre os direitos humanos.

Apesar da abrangência temporal reivindicada – o período republicano brasileiro – percebe-se que, tanto em suas exposições quanto em suas ações educativas e culturais, o Memorial da Resistência volta-se, sobretudo, para as memórias do período ditatorial instaurado em 1964. A parte mais impactante de sua museografia é aquela que busca reconstituir cenograficamente o aspecto das antigas celas do DEOPS, de forma a evidenciar aos visitantes as violências a que eram submetidos os presos políticos (museografia, aliás, que se assemelha a de outras instituições que buscam presentificar o trauma, as quais têm como parâmetro aquela implantada em Auschwitz).

Imagem 1: Memorial da Resistência (SP)



Foto: Elvis Carissimi

Interessante também notar que o Memorial busca estender sua ação para além do espaço físico que ocupa através do programa “lugares de memória”, o qual visa inventariar e sinalizar espaços da cidade que “[...] registram as memórias das ações de controle, repressão e resistência políticas durante os dois regimes autoritários – Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), e em períodos de democracia [...]”. Dos 13 lugares já inventariados, ao menos 8 referem-se exclusivamente às memórias da ditadura civil-militar,³ e os demais dizem respeito a espaços que foram palco de diversas ações de repressão e resistência ao longo do período republicando, incluindo o período ditatorial recente.⁴

Quanto aos monumentos, estes também ainda são poucos. Destaco o *Tortura Nunca Mais*, localizado em Recife e inaugurado em 1993, iniciativa da prefeitura da cidade em resposta à pressão dos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de outros organismos de direitos humanos. O monumento, em sua concepção estética, consegue aglutinar várias temporalidades: a Revolução Francesa com a guilhotina, a ditadura brasileira com o “pau de arara” e a escravidão, já que a representação do corpo do torturado remete a imagens já incorporadas no imaginário coletivo das violências infligidas aos cativos. Além disso, está situado no cruzamento de duas ruas importantes para a história da cidade (Rua da Aurora e Rua Maria Melo), especificamente na Praça Padre Henriquez, a qual homenageia esse religioso, assessor do arcebispo Dom Hélder Câmara, brutalmente assassinado em 1969. Segundo Valdenia Brito,

[...] a estética do monumento [...] pode dar chaves para explorar o delicado jogo entre as torturas do passado cometidas pelo regime militar e a oposição mais total às violações aos direitos humanos no presente e no futuro, assim como o jogo entre a localização específica em Recife e a mensagem mais ampla dirigida a todo o Brasil, ou inclusive à humanidade (BRITO, 2003, p. 119, tradução nossa).

Imagem 2: Monumento Tortura Nunca Mais (Recife)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_Tortura_Nunca_Mais#/media/File:Monumento_Tortura_Nunca_Mais_-_Recife.jpg>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Gostaria também de referir o caso do principal museu histórico do país, o Museu Histórico Nacional, situado no Rio de Janeiro. Em 2006, a instituição inaugurou sua nova exposição de longa duração, cujo objetivo é, segundo o site do museu, abranger da pré-história brasileira ao período republicano, através do acervo tradicional, de peças contemporâneas e de recursos multimídia, de modo a auxiliar “[...] o visitante na compreensão de nossa história”. A exposição, belíssima em termos estéticos, segue uma ordem cronológica pautada nos marcos consagrados da história política, embora com denominações mais modernas: a tradicional pré-história recebe o nome indígena *Oreretama*; o período colonial torna-se *Os portugueses no mundo*; o Império, *A construção da Nação*; e a República, *Cidadania em construção*. Porém, neste último módulo, a cronologia desaparece em função do tema geral dos direitos,

objetivando, ainda segundo o site institucional, “[...] a reflexão sobre o processo de construção da cidadania, a partir dos direitos individuais, políticos e sociais⁵”. Contudo, em nenhum momento são referidas a ditadura civil-militar, as violações dos direitos humanos perpetradas pelos governos autoritários e as resistências e apoios ao regime. Aliás, em uma tela, são projetadas imagens dos presidentes da República, do Marechal Deodoro à presidenta Dilma, em uma continuidade sem diferenciações entre, por exemplo, presidentes eleitos democraticamente e aqueles impostos por meio da força. Portanto, na mais consagrada narrativa museológica da história nacional, em muitos pontos atualizada com a historiografia recente (como quando apresenta, através de imagens, a construção do mito de Tiradentes), a ditadura “some” e a história recente do Brasil se dilui em um difuso processo de conquista de direitos, abarcando um leque que vai dos direitos políticos e sociais ao “direito de brincar”.

Voltando aos projetos memoriais relacionados à ditadura antes citados, percebe-se que todos eles apoiam-se na ideia do “nunca mais”, ou seja, de que lembrar é fundamental para que as violências cometidas no passado não se repitam nem no presente nem no futuro. Tal perspectiva fica ainda mais clara em outro *slogan* dos movimentos de direitos humanos: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, lema inclusive do projeto *Memórias reveladas*, que referi acima. É esta chave que legitima a justiça transicional e sua implementação em diversos países. Ela se ancora em um regime de historicidade conhecido como “história mestra da vida”, o qual postula que o passado é um repositório de exemplos e contraexemplos aos homens do presente, daquilo que deve ser imitado e daquilo que deve ser evitado (HARTOG, 1997; KOSEL-LECK, 2006). A ideia do “nunca mais” baseia-se em uma esperança nem sempre verificada empiricamente: a de que o conhecimento das atrocidades cometidas no passado vai nos auxiliar a construir um presente e um futuro mais pacíficos e democráticos. Conforme refere o historiador Antoine Prost:

A demanda de memória comporta sempre uma dimensão afetiva: o que se passou, cuja memória deve ser guardada, é seguidamente um teste, um drama, uma tragédia. As cicatrizes não estão totalmente fechadas e a ferida continua viva.

Evocar então um dever de memória é convidar a sociedade inteira a compartilhar uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transformá-los em resolução (PROST, 2000, p. 5, tradução nossa).

Mas como levar a “sociedade inteira” a compartilhar esta indignação e transformar tal sentimento em resolução, sobretudo na decisão de não repetir o passado? Especificamente em relação aos monumentos e tratando do caso uruguaio, Hugo Achugar apresenta questões interessantes: “Existe uma justiça do monumento? É possível uma justiça em nossas sociedades democráticas que dê conta da tensão entre esquecimento e memória? O monumento é a solução?” (ACHUGAR, 2003, p. 214, tradução nossa). E ainda: serão esses “monumentos consensuados”, com sentido nacional, ou serão considerados como produtos de administrações e movimentos específicos? (Ibid., loc. cit.). Terão a capacidade de interperlar a “sociedade inteira” ou, ao menos, parcelas significativas da população, ou dialogarão apenas com os valores, representações e projetos daqueles grupos diretamente relacionados ao passado que se quer imortalizar? Voltando à nossa questão inicial: existe uma “boa medida” para as iniciativas memoriais de forma a garantir sua eficácia como motivadoras à construção de valores democráticos?

Na França, por exemplo, o *Affaire Dieudonné*, ator cômico que faz *sketches* antissemitas e que passou a atrair um número significativo de admiradores, sobretudo jovens, levou ao questionamento de que, talvez, essa atração pudesse resultar de um excesso de memórias sobre a *Shoah*, sobretudo no ensino escolar. Posicionando-se diante da discussão, o historiador Tal Bruttman sugeriu a seguinte explicação: “O objeto histórico [*Shoah*] é onipresente na sociedade, ele se encontra memorializado, midiaticizado, politizado e, enfim, sacralizado. E o que há de mais subversivo, para um jovem, do que atacar aquilo que os adultos consideram como sagrado?” (BRUTTMAN apud BATTAGLIA, 2014, p. 10, tradução nossa). Estamos longe, é claro, de qualquer sacralização mais ampla da memória da ditadura no Brasil, mas não poderíamos pensar em projetos memoriais que tendam não à sacralização do passado (e, conseqüentemente, ao seu congelamento como “objeto de culto”) e sim à interpelação constante do presente e do futuro?

Uma chave que pode ajudar-nos a pensar esta questão é a distinção feita por Tzvetan Todorov, em livro significativamente intitulado *Os abusos da memória*, entre memória literal e memória exemplar: a primeira não conseguiria ultrapassar os limites do evento em si, a sua literalidade, permanecendo intransitiva e não levando mais além de si mesma; já a segunda, sem deixar de considerar a singularidade do evento recordado, se abriria à analogia e à generalização, transformando-se “em princípio de ação” e permitindo a utilização do passado para lutar contra as injustiças do presente (TODOROV, 2000, p. 30-31). Mas como pensar em projetos memoriais que tenham por horizonte a exemplaridade da memória e não a sua literalidade?

Alguns casos recentes, vindos não do governo, mas da sociedade civil, e protagonizados sobretudo por jovens, parecem-me interessantes para refletir a respeito do diálogo entre passado e presente, entre projetos memoriais e projetos que visam à ampliação da democracia.

Um deles é a iniciativa manifestada por alunos de várias escolas que têm nomes de ditadores, como Costa e Silva, Castelo Branco e até Médici, de mudarem essas designações. Seguidamente, tais demandas são motivadas por professores, mas chama a atenção como elas conseguem aglutinar um número significativo de estudantes. Este é o caso, por exemplo, da Escola Costa e Silva, de Porto Alegre. No *Facebook* do movimento pela mudança do nome, busca-se esclarecer aos alunos sobre quem foi Costa e Silva:

Tu sabe quem foi o ditador Costa e Silva? Como disse a pergunta, o cara foi um ditador que fez parte de um processo que manchou ainda mais a história do Brasil e não faz muito tempo não, certamente se vocês perguntarem pros avós, talvez os pais, sobre como era naquela época, com certeza virão umas histórias macabras por aí (TU SABE..., 2013).

A seguir, são mencionados alguns acontecimentos relacionados ao personagem, inclusive o fato de que ele assinou o AI-5, “[...] que fez com que a tortura aos presos se tornasse justificável e dava aos torturadores impunidade e que hoje muitos deles, esses assassinos

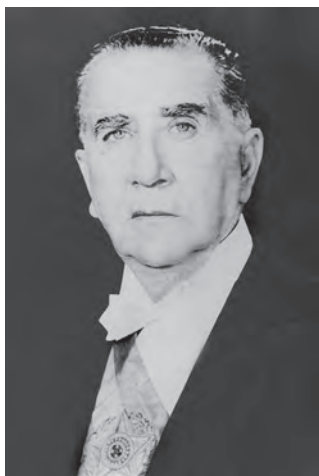
torturadores tão vivos e alguns ainda nas delegacias e quartéis, ou estão aposentados ganhando uma grana F...” (TU SABE..., 2013). Prosseguindo na articulação entre passado e presente, e enfatizando o caráter exemplar da memória da ditadura, o texto afirma:

A partir do governo Costa e Silva o número de presos e desaparecidos só aumentou ano após ano. E hoje temos muito legado daquela época, e só ver o que são as cadeias, a repressão no morro contra o pobre, o trabalhador e a trabalhadora, contra o negro, enfim, a ditadura continua e a gente nem sabia que fazia tanto tempo que ela começou e pior ainda homenageamos os ditadores/assassinos colocando nomes em escolas.⁶

169

Diante das alegadas dificuldades burocráticas e legais para a mudança do nome, muitos alunos passaram a chamar a sua escola de “Costinha”, em alusão ao famoso comico brasileiro Lirio Mário da Costa, valendo-se da ironia para atacar a memória oficial consolidada na designação Costa e Silva.

Imagem 3: Ditador Emílio Garrastazu Médici



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici#/media/File:Garrastazu_m%C3%A9dici.jpg>. Acesso em: 22 mar. 2014.

**Imagem 4: Comediante Lírío Mário da Costa,
o “Costinha”**



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Costinha_%28humorista%29#/media/File:Costinha.jpg>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Em outra situação, a de um colégio da Bahia, por incentivo de uma professora de Sociologia, propôs-se trocar o nome do estabelecimento de Garrastazu Médici para Marighella, baiano, um dos mais importantes líderes da luta armada no Brasil. Os alunos, inclusive, realizaram uma exposição sobre o guerrilheiro. A troca de nome acabou sendo efetivada no mês de fevereiro de 2014. Aliás, o nome de Marighella voltou a aparecer em muitos muros durante as manifestações de junho de 2013. E é tratando destes movimentos que quero concluir o presente artigo.

Imagem 5: Pichação em muro de Porto Alegre.



Foto: Elvis Carissimi

Considerações finais: em busca da “boa memória”

Tais mobilizações foram extremamente heterogêneas em seus propósitos, formas de ação e composição. Iniciaram por articulação do Movimento Passe Livre, que reivindica a gratuidade dos transportes públicos e, naquele momento, especificamente em São Paulo, demandava que os preços das passagens de ônibus não fossem aumentados. Porém, com o desenrolar dos movimentos (e insisto no uso do plural), muitos grupos foram às ruas: de anarquistas a conservadores anti-petistas. Interessa-me aqui, contudo, apontar que a memória da ditadura foi reativada durante as mobilizações, tanto por aqueles que se mostraram saudosos do regime autoritário quanto, e sobretudo, pelos que estabeleceram uma ponte entre o passado e o presente em suas reivindicações. Em relação aos últimos, chamaram-me a atenção duas palavras de ordem.

Imagem 6: Manifestação (RJ, 2013)



Fonte: <http://www.viomundo.com.br/wp-content/uploads/2015/04/globo_ditadura.jpg>. Acesso em: 22 mar. 2014.

A primeira – “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura” – refere-se ao apoio da principal empresa de comunicação brasileira, a Rede Globo, ao golpe e à ditadura. Pouco tempo depois, o que se designou como “a voz das ruas” acabou motivando uma retratação pública da empresa. O seu principal jornal, *O Globo*, ressaltou, em editorial, que a decisão de fazer uma “avaliação interna” sobre o apoio ao regime ditatorial veio antes das manifestações populares. Mas “as ruas”, afirma *O Globo*, “[...] nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário” (O GLOBO, 2013). O texto apresentou um pedido de desculpas e afirmou a democracia como valor absoluto. Em uma passagem, contudo, a direção da Rede Globo deu a entender que fora enganada pela promessa dos militares de uma intervenção “passageira, cirúrgica”, e que, “ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda”, o poder voltaria aos civis por meio

de eleições diretas (O GLOBO, 2013). Ressaltou também que seu principal dirigente, Roberto Marinho, sempre se posicionou contra a perseguição a jornalistas de esquerda. Apesar de sua ambiguidade, o editorial evidencia o poder da memória exemplar evocada pelos manifestantes, que não se contenta em reviver o passado, mas sim busca, através de recordações pretéritas, questionar o presente. Neste sentido, investe contra a antes referida memória conciliadora da ditadura, que representa esse regime como um mal que se abateu “sobre” a sociedade brasileira, ao evidenciar o apoio de importantes setores da sociedade civil (nesse caso, a imprensa) aos governos autoritários, apoio esse que foi silenciado quando da redemocratização.

Imagem 7: Manifestação (RJ, 2013)



Fonte: <http://img.r7.com/images/2013/08/01/21_30_08_410_file?dimensions=780x536&no_crop=true>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Os movimentos de 2013 acabaram coincidindo com o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, ocorrido em 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na Favela da Rocinha, à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do bairro. Seu desaparecimento

tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial, e a pergunta “Onde está Amarildo?” – a segunda palavra de ordem que quero comentar – tornou-se recorrente nas manifestações, estampada em faixas e cartazes e pichada nos muros de várias cidades. Mais uma vez o passado ajudou a questionar o presente e a tecer projetos de futuro, como a já mencionada desmilitarização da polícia. Até hoje não se sabe o que aconteceu com esse homem da favela, mas há fortes indícios de que ele tenha sido torturado e assassinado e que seu corpo tenha sido ocultado, como ocorreu com vários militantes que se opunham à ditadura. Sua família tem se mostrado incansável em encontrar respostas para aquelas perguntas que tanto assombram os familiares dos desaparecidos políticos: Como? Quando? De que maneira? Por quem? Onde está o corpo? Muitos poderão dizer que a comparação é anacrônica e meramente panfletária. Amarildo não tinha um projeto global de mudança da sociedade, nem lutava com armas na mão para realizá-lo; provavelmente seu projeto fosse apenas viver melhor. Mas a memória, conforme advogo apoiado em Todorov, deve ir além da sua literalidade, da sua historicidade específica, para guiar-nos à ação, à ampliação dos espaços democráticos.

Estes exemplos recentes – e aqui voltamos ao tema do quantitativo e do qualitativo com o qual comecei o artigo – mostram que mais do que “muita memória”, precisamos de “boa memória”, que esteja entre o excesso e a falta, pois ambas escapam à crítica e tendem ou à sacralização ou à manipulação. Como nos alerta Ricoeur, é preciso associar a memória com a noção de justiça, pois é ela que, extraindo das lembranças o seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; “[...] e é esse mesmo projeto de justiça que confere ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo” (RICOEUR, 2000, p. 107, tradução nossa). Só assim perguntas como “Onde está Rubens Paiva?” e “Onde está Amarildo?” poderão, para além das importantes demandas e dores privadas ligadas a esses desaparecimentos (que devem ser atendidas e respeitadas), nos ajudar a projetar e construir uma democracia vigorosa e uma cidadania plena.

HOW MUCH MEMORY DOES A DEMOCRACY NEED? A REFLECTION ON THE RELATION BETWEEN MEMORIAL PRACTICES AND DEMOCRATIC PRACTICES IN TODAY'S BRAZIL

Abstract: The present article, structured in essay format, seeks to analyze the relationship between memorial practices and democratic practices, focusing on memorial projects in Brazil regarding the civil-military dictatorship, which took place in the country from 1964 to 1985. To do so, this paper examines places of memory and other forms of expression by the civil society that evoke this authoritarian past, conceived as part of the transitional justice. It also affirms the need for an exemplary memory related to the dictatorship as a key element towards the process of building a strong democracy and enabling full citizenship.

Keywords: Brazilian Dictatorship. Memory. Democracy. Transitional Justice.

Notas

¹ Refiro-me ao projeto *Militância e solidariedade além-fronteiras - o grupo dos brasileiros do POC - Fracción Roja (1968-1979)*, apoiado com bolsa de produtividade do CNPq.

² Todas as informações sobre o Memorial da Resistência foram retiradas do seu site institucional: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

³ São eles: Casa do Massacre da Lapa, Convento dos Dominicanos e Livraria Duas Cidades, Fazenda 31 de Março de 1964, Rua Maria Antônia, Catedral e Praça da Sé, Teatro TUCA, Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus e Sítio de Ibiúna.

⁴ São eles: DOI-Codi, Instituto Cultural Israelita Brasileiro - ICIB, Centro Acadêmico XI de Agosto - Largo São Francisco, Presídio Tiradentes e Presídio Carandiru, e Sindicato dos Jornalistas.

⁵ Todas as informações sobre o Museu Histórico Nacional foram retiradas do seu site institucional: <www.museuhistoriconacional.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2014.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=151505635024263&id=151504575024369>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Referências

ACHUGAR, Hugo. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos (motivos y paréntesis). In: JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (Org.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

BATTAGLIA, Mattea. Entre histoire et morale, le malaise des élèves face à la Shoah. *Le Monde*, p. 10, 1 fevr. 2014.

BRITO, Valdenia. El monumento para no olvidar: “Tortura Nunca Mais” en Recife. In: JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (Org.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

CATELA, Ludmila da Silva. Territorios de memoria política: Los archivos de la represión em Brasil. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 7-28, jul. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. Adieu à la dictature militaire? *Brésil(s) – Sciences Humaines et Sociales*, Paris, n. 5, p. 17-32, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Cascavel, PR, Ano XIII, v. 13, n. 27, 2. sem. 2012.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Exposições de longa duração*. Disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

TU SABE quem foi o ditador Costa e Silva? *Nome de Ditador em Escola Não Eras*, Porto Alegre, 28 abr. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=151505635024263&id=15150457502436>. Acesso em: 22 mar. 2014.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

PROST, Antoine. Comment l’Histoire fait-elle l’historien? *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*, n. 65, p. 4-13, janv./mars 2000.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. *Memorial da Resistência de São Paulo* – Site institucional. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

ZYL, Paul van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília, DF: Comissão de Anistia; Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

Recebido em: 09/03/2015

Aprovado em: 16/05/2015

Memorias de la violencia política en Chile: 1970-2014*

Isabel Piper Shafir**

Resumen: En este artículo se reflexiona en torno a las memorias de la violencia política en Chile. Se argumenta que la hegemonización de las memorias de y sobre las víctimas de las violaciones de los derechos humanos ha contribuido a contribuir a invisibilizar otras memorias, de diversos sujetos sociales, que se diferencian de las anteriores y participan también de la construcción del presente. Estas memorias, menos visibles y sin expresión organizada en lo público, inciden en las acciones tanto de individuos como de grupos, ya que a partir de ellas las personas interpretan la realidad, construyen opiniones y toman decisiones frente a las condiciones del presente. Son memorias de menor visibilidad y reconocimiento, que participan del proceso de memorialización de una forma menos clara y precisa, pero que tienen importantes efectos psicológicos, sociales y políticos. Por otro lado, se sostiene que limitar las acciones y políticas de memoria a la reparación de las víctimas y a la reconciliación entre sectores contrapuestos de la sociedad, ha excluido de la discusión pública el debate serio y reflexivo en torno a las violencias políticas ejercidas en democracia, limitándonos a su condena moral y a la defensa de un *Nunca más* que excluye las prácticas actuales.

Palabras clave: Memoria Colectiva. Violencia Política. Derechos Humanos.

* Este artículo se ha elaborado en el marco del Proyecto Fondecyt Regular N° 1140809 *Memorias de la Violencia Política en Chile: Narrativas Generacionales del período 1973-2013*; y del proyecto Har2011-23490 del Ministerio de Innovación y Ciencia de España.

** Profesora de la Universidad de Chile. E-mail: ipiper@u.uchile.cl

Introducción

Archivos, Baile de las mujeres solas, Conmemoraciones, Documentales, Exposiciones, Funas, Graffitis, Homenajes, Imágenes de restos, Juicios, Lugares de memoria, Monumentos, Negacionismo, Objetos de recuerdo, Patrimonio, Quilapayún, Reparación, Sitios de consciencia, Testimonios, Unidad Popular, Velatones, Webs de memoria.

Podría seguir enumerando acciones de memoria colectiva y probablemente el número de ellas correspondiente a cada letra del abecedario aumentaría considerablemente. Las formas de recordar colectivamente son múltiples, variadas y cambiantes y, en el Chile de la post-dictadura su lista es tan grande que es imposible no sólo participar de todas ellas, sino incluso saber de su existencia. Las acciones de memoria proliferaron enormemente durante el año 2013, en el que se cumplieron 40 años del golpe de estado que el 11 de septiembre de 1973 terminó violentamente con el gobierno socialista y con una larga tradición democrática. El país se llenó de actos políticos, debates académicos, coloquios nacionales e internacionales, lanzamientos de libros, eventos artísticos, exposiciones, producciones audiovisuales, obras de teatro, homenajes de instituciones y/o grupos a sus miembros muertos/as o desaparecidos/as, reconstrucción pública de diversas memorias, etc. Los medios de comunicación no se quedaron atrás. Los reportajes periodísticos, los debates en diversas radios y canales de televisión, los programas especiales, la música de la época, las imágenes de archivo, asaltaron a los y las ciudadanos/as de manera que era imposible mantenerse ajeno/a del despliegue conmemorativo. De la misma manera en que es difícil mantenerse al margen de la publicidad, de la moda y de la farándula (PIPER SHAFIR, 2014).

Entendemos la memoria como una práctica social que construye sentidos sobre el pasado y el presente. Sus acciones conforman un escenario de conflicto en el cual se negocian y construyen significados tanto sobre nuestros pasados como sobre los presentes y los futuros que estos hacen posibles. En un contexto como el chileno, en el cual circulan constantemente múltiples memorias de la dictadura, resulta pertinente preguntarse cuáles son los sentidos que éstas contribuyen a construir.

La fuerza simbólica de la memoria está en su carácter productor de sujetos, relaciones e imaginarios sociales. Este poder es lo que la convierte en potencial fuente de resistencias, inestabilidades y transformaciones. Pero el mero hecho de recordar u olvidar determinados acontecimientos no garantiza su carácter transformador, sino que éste depende de la capacidad de sus prácticas de tensionar las versiones hegemónicas imperantes en un determinado orden social (PIPER SHAFIR; FERNÁNDEZ-DROGUETT; IÑIGUEZ-RUEDA, 2013).

Ese es precisamente el desafío que asumimos en nuestro trabajo – al que llamamos psicología social de la memoria – y lo hacemos analizando las acciones en las que nos implicamos al recordar, problematizando las versiones del pasado que ellas producen y, al mismo tiempo, promoviendo la construcción de nuevas interpretaciones y sentidos que nutran formas diferentes y móviles de producir sujetos sociales.

La hegemonización de la memoria de las víctimas

Las memorias colectivas constituyen uno de los procesos más complejos e interesantes de las sociedades que han sufrido en su pasado reciente conflictos políticos violentos. Aunque el ejercicio de dicha violencia acabe, las luchas por la memoria permanecen vivas por décadas, y constituyen importantes espacios de acción política. Los campos en los que se libran dichas batallas son múltiples, diversos y dinámicos.

Las luchas por la memoria se dan, entre otras cosas, en torno a la cuestión de qué y cómo debe recordarse. Para ello en Chile y en otros países latinoamericanos, se crearon comisiones de verdad; se realizan año a año numerosas y diversas conmemoraciones; se construyen lugares de memoria; se crean y llevan a la práctica programas educativos; se construyen artefactos culturales de distinto tipo; se crean y conservan archivos; se investiga y escribe sobre el tema, etc.

Mientras los debates sobre el pasado se mantienen vigentes, construimos activamente interpretaciones diversas y cambiantes que tienen importantes afectos sobre el presente y el futuro. A través

de estos debates nos pensamos como sociedad, nos constituimos como sujetos sociales complejos, dinámicos y cambiantes, abrimos futuros posibles y profundizamos nuestras democracias.

Por el contrario, cuando las batallas de la memoria concluyen, cuando se conforma una memoria única, compartida por todos/as, y con pretensiones de ser un relato definitivo sobre pasado, entonces lo que se produce es un cierre, una cristalización de la memoria en un relato que poco a poco pierde su carácter afectivo, que deja de conmover, que fija sentidos y construye sujetos atrapados en identidades inmóviles.

Es precisamente lo que ocurre actualmente en Chile, y me atrevo a aventurar que también en nuestros países vecinos del Cono Sur Argentina y Uruguay. Las memorias de las víctimas del terrorismo de Estado, que en un comienzo emergieron como versiones disidentes, se convirtieron en el relato hegemónico sobre el pasado reciente. Como muestra Peter Winn en su historia de los procesos de memoria colectiva de Cono Sur, la lucha contra el olvido fue ganada, consolidando como memoria hegemónica aquella que recuerda el terrorismo de Estado en una versión “reconciliada”, factible de ser aceptada por sectores diversos – incluso opuestos – de la sociedad. La violencia política pasó a ser aceptada por todos y todas como una tragedia compartida que nunca debe repetirse. En otras palabras, una reconciliación social alrededor del compromiso al *Nunca más* (WINN, 2014).

La figura central en este proceso es la víctima. Las *comisiones de verdad* las identificaron y calificaron como tales, posibilitando que fueran ser sujetos de las políticas de reparación. Además escribieron su historia y legitimaron su sufrimiento como la verdad consensuada sobre las violencias de la dictadura y sus efectos traumáticos en la sociedad chilena. Las *conmemoraciones* las recuerdan colectivamente por medio de rituales que preservan las memorias de sus vidas y sobre todo de sus muertes, convirtiendo las fechas y lugares en las que estas ocurrieron como hitos de la memoria colectiva. Los *lugares de memoria* marcan estos sitios ofreciéndole a los y las ausentes un espacio en el cual seguir habitando la sociedad, a sus familiares un lugar donde recordarlos/as, e interpelando a la sociedad a no olvidar a las víctimas del terrorismo de Estado.

Los *archivos* conservan los testimonios de lo que les ocurrió y – al igual que los lugares de memoria – son utilizados como parte de las *estrategias educativas* que buscan transmitirle a las nuevas generaciones aquello que nunca más tendría que volver a ocurrir: la violencia política.

Todo esto ha supuesto importantes avances para la justicia transicional, ha contribuido a la reparación de las víctimas y a la elaboración de sus traumas, ha instalado en la sociedad chilena la convicción de que es necesaria una cultura del *Nunca más*. Pero ¿ha permitido profundizar y consolidar nuestra democracia?, ¿ha contribuido a construir una sociedad más justa, menos violenta, en la cual se respeten los derechos humanos? Lamentablemente debo decir que no.

Siguiendo nuevamente a Peter Winn (2014), sostengo que no basta con defender una cultura del *Nunca más* sino que es necesario preguntarse ¿nunca más qué? Los discursos de la memoria son claros: nunca más desapariciones, ni torturas, ni asesinatos. Es decir, nunca más violencia política. Todos los sectores sociales están de acuerdo con esa declaración que ha devenido en una posición universal desde el punto de vista moral. Sin embargo esto, que es claro en relación a las políticas hacia el pasado, hacia la memoria y la reconciliación; no lo es tanto cuando se trata de pensar las garantías ciudadanas de quienes se manifiestan contrarios al orden establecido, que son violentamente reprimidos. Tampoco respecto de los sectores sociales económicamente excluidos, o los pueblos indígenas que luchan por conservar su memoria e identidad, o quienes están reclusos/as en las cárceles chilenas en las que se sigue practicando la tortura.

Sostengo que limitar las políticas de la memoria a la reparación de las víctimas y a la reconciliación entre sectores contrapuestos de la sociedad, ha excluido de la discusión pública el debate serio y reflexivo en torno a las violencias políticas ejercidas en democracia limitándonos a su condena moral y a la defensa de un *Nunca más* que excluye las prácticas actuales.

No puede pensarse que la violencia política en Chile es solo un hecho del pasado y exclusivo de la dictadura. Diversos organismos nacionales e internacionales han denunciado sistemáticamente

la existencia de violencia policial hacia quienes participan en manifestaciones políticas, de torturas hacia los y las detenidos por motivos políticos y hacia los pueblos originarios, sólo por mencionar algunos (INDH, 2011, 2012, 2013; CECT, 2012; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2013).

El retorno a la democracia no implicó el fin de la violencia política. Es más, esta sigue siendo una práctica recurrente por parte del Estado. Esta continuidad también existe en el campo de lo simbólico, de la intersubjetividad, de la manera de significar la violencia proveniente desde el Estado y de su impacto en la vida política chilena. Aunque la violencia se manifiesta de distintas maneras, el carácter aparentemente arbitrario de su uso durante la dictadura militar de Pinochet generalizó la experiencia de la amenaza de muerte y tortura como una posibilidad real vinculada a la acción política.

Sin embargo, y pese a que el miedo, la amenaza y la violencia política siguen siendo una realidad actual, las políticas de la memoria se focalizan en quienes fueron víctimas de la violencia del pasado, lo que tiene fuertes efectos de silenciamiento y exclusión. Aunque la idea del *Nunca más* devino hegemónica, su realidad parece haberse reducido a un *Nunca más* a las violaciones de la integridad corporal y de las libertades políticas de la clase media educada y la clase obrera organizada. Por otro lado, fue aceptado por la derecha en la medida en que también se trata de que nunca más se vea amenazado su derecho de propiedad, como habría hecho el gobierno de la Unidad popular liderado por Salvador Allende (WINN, 2014).

La pluralidad de las memorias

Aunque la memoria de las víctimas hayan predominado y contribuido a una hegemonía caracterizada por las enunciaciones reiteradas del *Nunca más*, se sabe que no fueron solamente las víctimas directas de la represión los únicos protagonistas de la historia de violencia política de nuestro país. Sin embargo, el protagonismo que las asociaciones de víctimas y sus experiencias directas con la

violencia tienen en las políticas de memoria, ha contribuido a opacar la importancia de las memorias de otros grupos que recuerdan desde otros lugares sociales.

Se conocen y se han investigado las memorias de las víctimas directas y/o de sus familiares más cercanos, sus testimonios, sus dolores y sus traumas. Se conocen también – aunque en menor medida – los relatos, interpretaciones y justificaciones de quienes ejercieron la violencia. Pero se sabe muy poco de *otras memorias*, elaboradas por grupos o sectores de la sociedad que, aunque experimentaron los procesos de cambio y las disputas del período, no tuvieron una participación directa en ellos o al menos no fueron sus víctimas directas.

Me refiero por ejemplo a las amas de casa, a los y las empleados/as públicos que por haber manifestado alguna opinión política fueron sancionados por su grupo social o incluso despedidos; o a aquellas militantes que a pesar de no haber sido directamente violentadas sí sufrieron de años de amenazas y miedo; o a los jóvenes que por ser muy pequeños en esa época o bien por haber nacido luego del fin de la dictadura no vivieron en carne propia su violencia. La otredad de esas memorias se define, al menos en parte, por referirse a sujetos sociales que no han sido activos en las luchas y disputas por la memoria en el espacio público. Sus memorias permanecen en el campo de lo privado, pero no por ello tienen menos importancia en la construcción de nuestras realidades sociales. Tanto desde el mundo académico como desde la gestión de políticas públicas de memoria, es indispensable ir más allá de las versiones las víctimas e incorporar la multiplicidad y diversidad de memorias sobre la violencia política que circulan en nuestra sociedad.

Estas *otras memorias* no son consideradas por las políticas públicas, ni estudiadas desde el campo académico, ni forman parte de los archivos, ni de los lugares de memoria. Son las grandes excluidas de los procesos de paz y reconciliación, pero esto, aunque las hace invisible no les quita su carácter efectivo. Son subjetividades colectivas que durante algún tiempo han aceptado incluso el no tener un lugar propio en la memoria social. El pluralismo de la memoria adquiere desde este punto de vista un carácter estratégico, ya que no solo se trata de agregar nuevas categorías mnémicas, sino

de ampliar el espectro de sujetos constructores de memorias y realidades sociales (URRUTIA; VILLALOBOS-RUMINOTT, 2008).

Aunque el proceso de visibilización y hegemonización de las memorias de las víctimas ha implicado grandes beneficios para los procesos de democratización, su conformación en una memoria única tiene el efecto de excluir esas otras memorias. La legitimación de las víctimas como las voces autorizadas para hablar de la experiencia del pasado les ha permitido el reconocimiento social que ha posibilitado narrar una historia que había sido sistemáticamente negada por las autoridades y sectores dominantes de la sociedad. Pero el considerarlas como un sujeto homogéneo nos hace difícil reconocer la existencia de distintos tipos de víctimas con su diversidad de vivencias y memorias. Por otro lado, la existencia de una única voz autorizada para hablar del pasado tiene el efecto de silenciar otras voces – como las de quienes no fueron víctimas directas del terrorismo de estado.

Es el caso de quienes, habiendo vivido las épocas de conflictos violentos no protagonizaron las experiencias legitimadas como memoria hegemónica. El sociólogo chileno Norbert Lechner se refiere a estos sujetos como *testigos de un naufragio ajeno* (LECHNER, 2002) y portadores de una *memoria banal* o *memoria no dramática*. Se trata de una memoria de dolores y miedos cotidianos, sin discursos legitimatorios, que asume lo acontecido como parte de lo *normal y natural*. Una normalidad que, en ausencia de sangre visible, no deja reflexionar en relación a las causas y efectos de la violencia (LECHNER, 2002).

Esta misma sensación – la de ser testigos de la violencia de otros/as – es lo que le ocurre a las nuevas generaciones cuando se enfrentan a los relatos hegemónicos, ya sea a través de testimonios, de actos conmemorativos, de lugares de memoria u otros dispositivos. Dichos artefactos de memoria parecen tener tal autoridad sobre los hechos del pasado que deja a los jóvenes sin voz propia, obligados/as a aprenderse las memorias de otras personas que – con todas las buenas intenciones del mundo – tratan de transmitirles. La situación no deja de ser paradójica: las víctimas esperan de las nuevas generaciones que no olviden la violencia del pasado, que se hagan cargo de su legado y que sostengan el *Nunca más*. Sin embargo a

estas nuevas generaciones se les quita toda posibilidad de agencia en la construcción de memorias propias. Se les pide que sientan propias las memorias ajenas (PIPER SHAFIR; FERNÁNDEZ; ESPINOZA, 2013).

Es evidente que las memorias de quienes no vivieron directamente un acontecimiento son distintas de las de sus protagonistas directos. Para quienes nacieron una vez recuperada la democracia los hechos pertenecen a un pasado remoto, anterior a su propia existencia como grupo – como generación – y por lo tanto la configuración de su memoria, al ser indirecta, tiene rasgos propios. Es un pasado que se significa como algo ajeno, que parece pertenecerle a otros/as, y es desde esa distancia afectiva que se construyen sus memorias de la época. Las distintas memorias generacionales se cruzan, conviven y se confrontan en el presente protagonizando acciones intergeneracionales, que no sólo constituyen una sucesión de memorias, sino que también un debate entre ellas (ARÓSTEGUI, 1994).

Los relatos sobre el pasado son contruidos por diversos sujetos colectivos, por lo tanto no podemos esperar que no sean también diversos e incluso contrapuestos. Dado que estos sujetos coexisten en un mismo contexto histórico y social, también lo hacen las memorias que construyen sobre una época o acontecimiento determinado. Vinyes (2009) sostiene que se trata de un pasado sin experiencia y que, por ende, no puede dejar de pasar. Un pasado que permanentemente es revivido, creando posibles opciones de resignificación y reapropiación para las generaciones más jóvenes que lo usan como una ayuda más para comprender su presente.

Conclusiones

Las memorias se construyen como narrativas diversas sobre el pasado a partir de las condiciones del presente. Las distintas memorias se ponen en diálogo y entran en conflicto al disputar el estatus de legitimidad y verdad sobre el pasado al que aluden. En Chile, luego de décadas de disputa pública, la memoria de y sobre las víctimas de las violaciones de los derechos humanos ha devenido en hegemónica.

Sin embargo existe un amplio espectro de otras memorias, de diversos sujetos sociales, que se diferencian de las anteriores y participan también de la construcción del presente. Estas memorias, menos visibles y sin expresión organizada en lo público, inciden en las acciones tanto de individuos como de grupos, ya que a partir de ellas las personas interpretan la realidad, construyen opiniones y toman decisiones frente a las condiciones del presente. Son memorias de menor visibilidad y reconocimiento, que participan del proceso de memorialización de una forma menos clara y precisa, pero que tienen importantes efectos psicológicos, sociales y políticos.

Una de las cosas que hemos aprendido en nuestras investigaciones sobre las memorias de la violencia política en Chile, es que es imprescindible considerar la existencia de múltiples y diversas memorias. También que es necesario analizar el tema con una mirada amplia asumiendo la multiplicidad y diversidad de las memorias colectivas, construyendo políticas de la memoria inclusivas, que garanticen el derecho de recordar de sujetos sociales diversos. Una y otra vez nos hemos encontrado con la necesidad de ampliar la mirada al menos en tres sentidos.

En primer lugar, se trata de incluir no sólo a víctimas y activistas de asociaciones de derechos humanos, sino también a ciudadanos y ciudadanas que participan de la construcción de versiones no hegemónicas del pasado, desde posiciones de sujeto que no ha sido suficientemente visibilizadas en el ámbito de las memorias públicas.

En segundo lugar, se propone extender el campo temporal de estudios de la memoria, incorporando aquellos tiempos en los que la violencia parece no ejercerse activamente. Y por supuesto incluir las violencias políticas que ocurren en nuestros presentes democráticos.

Por último, hemos aprendido la importancia de incorporar un enfoque generacional que permita incorporar como sujetos activos de memoria a aquellas generaciones nacidas hacia finales de la dictadura o bien en la postdictadura, poniendo sus memorias en diálogo con las generaciones que sí vivieron dicho período.

En la práctica de recordar se entrelazan palabras, silencios, imágenes, artefactos, cuerpos, lugares, entre otros, y es precisamente la relación entre ellos la que contribuye a construir nuestras memorias. Estas acciones reproducen interpretaciones del pasado, pero al mismo tiempo contribuyen a transformar las condiciones que harán (o no) posibles nuevos campos de sentido. Es eso precisamente lo que otorga a la memoria su poder de transformar las relaciones sociales.

Desde el punto de vista teórico, entendemos la memoria como un conjunto de acciones reiteradas constreñidas a ciertas normas, constructoras de identidades, en las cuales confluyen o, más bien, se desdibujan los límites entre la artificialidad y lo real. En tanto performance, se apoya en un contexto específico para su significación y funciona como un sistema histórico y culturalmente codificado. La memoria tiene a la vez el potencial de fijación y subversión, constituyendo, por tanto, un espacio privilegiado para entender los procesos de disputa y construcción de versiones del pasado, del presente y del futuro (PIPER SHAFIR; FERNÁNDEZ-DROGUETT; IÑIGUEZ-RUEDA, 2013).

A través de nuestras investigaciones sobre diversas prácticas de memoria y su repetición ritual de símbolos, estéticas y discursos; hemos sido testigos – y probablemente participes – de cómo las víctimas se han constituido en sujeto social pleno de significados. Pero, como nos dice Butler (2002), pese a que la performance instituye al sujeto, nunca lo determina por completo, y justamente ahí se ancla su capacidad política y transformadora. Acciones de recuerdo como conmemoraciones o construcción y uso de lugares de memoria, son al mismo tiempo prácticas hegemónizantes y espacios posibles de subversión (PIPER SHAFIR, 2009).

La problematización de la categoría de víctima y de las políticas centradas en la reparación de sus traumas resulta indispensable para re-significar la primera y para ampliar y complejizar las posibilidades de articulación para acciones políticas de transformación social que devengan en políticas del recuerdo que garanticen el derecho – no el deber – de las memorias ciudadanas.

MEMORIES OF POLITICAL VIOLENCE IN CHILE: 1970-2014

Abstract: In this article we reflect upon memories of political violence in Chile. We argue that the hegemony of memories from and about victims of human rights violations has contributed to the invisibility of other memories constructed by different social subjects, which differ from the previous ones and participate as well in the construction of the present. These memories, less visible and with no organized expression in the public sphere impact actions of both individuals and groups, since people interpret reality, construct opinions and make decisions based on them. These memories are less visible and recognized, participating in the process of memorialization in a less clearer and precise way, having however significant psychological, social and political effects. It is argued as well that limiting actions and policies of memory to the reparation for victims and the reconciliation among competing sectors of society has excluded the serious and thoughtful debate about political violence exercised in democracy from public discussion, restricting its moral condemnation to the defense of a *Nunca más* that excludes current practices.

Keywords: Collective Memory. Political Violence. Human Rights.

Referencias

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *Informe 2013 Amnistía Internacional: el estado de los Derechos Humanos en el mundo*. Madrid: Editorial Amnistía Internacional (EDAI), 2013. Edición en español.

ARÓSTEGUI, Julio. Violencia, sociedad y política: la definición de la violencia. *Ayer*, n. 13, p. 17-56, 1994.

COMISIÓN ÉTICA CONTRA LA TORTURA (CECT). *La tortura es el miedo a las ideas de los otros: informe de Derechos Humanos 2012*. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2012.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS (INDH). *Situación de los Derechos Humanos en Chile: informe anual 2011*. Santiago: INDH, 2011.

_____. *Situación de los Derechos Humanos en Chile: informe anual 2012*. Santiago: INDH, 2012.

_____. *Situación de los Derechos Humanos en Chile: informe anual 2013*. Santiago: INDH, 2013.

_____. *Situación de los Derechos Humanos en Chile*: informe anual 2013. Santiago: INDH, 2013.

LECHNER, Norbert. *Las sombras del mañana*: la dimensión subjetiva de la política. Santiago: LOM Ediciones, 2012. 132 p.

_____. Los patios interiores de la democracia. In: _____. *Obras escogidas*. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones, 2016. p. 337-470.

PIPER SHAFIR, Isabel. Investigación y acción política en procesos de memoria colectiva. In: VINYES, Ricard (Ed.). *El Estado y la memoria*: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: RBA, 2009. p. 151-172.

PIPER SHAFIR, I.; FERNÁNDEZ, R.; ESPINOZA, A. *Construcción de relatos generacionales sobre nuestro pasado reciente (1970-1990) en el escenario de cuatro lugares de memoria de Santiago*. Proyecto FONDECYT regular No 1110162. Universidad de Chile, Departamento de Psicología, 2013.

PIPER SHAFIR, Isabel; FERNÁNDEZ-DROGUETT, Roberto; IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicinio. Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo. *Psyke*, Santiago, v. 22, n. 2, nov. 2013. doi: 10.7764/psyke.22.2.574

URRUTIA, Miguel; VILLALOBOS-RUMINOTT, Sergio. Memorias antagonistas, excepcionalidad y biopolítica en la historia social popular chilena. *Revista De-Rotar*, v. 1, n. 1, p. 3-27, 2008.

VINYES, Ricard. *El Estado y la Memoria*: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: Editorial del Nuevo Extremo, 2009.

WINN, Peter (Ed.). *No hay mañana sin ayer*. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

Recebido em: 20/01/2015
Aprovado em: 06/04/2015

Reflexiones sobre un acontecimiento: la conmemoración del bicentenario, la memoria y el presente

Carlos Alberto Rios Gordillo*

Resumen: El año 2010 ha sido el momento de la conmemoración de las gestas de las independencias en toda Iberoamérica. De esta manera, “200 años de vida independiente” fueron celebrados a partir de una serie de fiestas estatales que llevaron por nombre “Bicentenario”. Orquestadas con la intención de irradiar concordia y unidad entre los ciudadanos, estas celebraciones pusieron en el centro del teatro de la memoria una idea pacificada del pasado que legitimaba el uso político del presente. Sin embargo, particularmente en México, una serie de actores y movimientos sociales cuestionaron el sentido de la celebración (¿qué pasado, para qué presente?). Su acción demuestra que la memoria es un campo de batalla y que la disputa por la memoria es también una disputa por el presente.

Palabras clave: Memoria. Historia. Conmemoraciones. Bicentenario. EZLN.

*La memoria colectiva, al igual que la memoria individual,
no conserva el pasado de modo preciso; ella lo recobra
o lo reconstruye sin cesar a partir del presente.*

Marc Bloch

Introducción

Unidad de tiempo: 2010. Unidad de lugar: México. Unidad de acontecimiento: las fiestas revolucionarias. En este calendario y en esta geografía, el teatro de la memoria nacional anunció la saga de la regeneración histórica de la Independencia de 1810 y de la

* Doctor en Humanidades, con especialidad en Historia, por la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, de México. Es profesor-investigador de la Universidad Autónoma de la Ciudad de México y es miembro del Comité de Redacción de la revista *Contrahistorias - La otra mirada de Clio*. E-mail: horusfire@hotmail.com

Revolución de 1910, pero subsumiéndolas bajo un nuevo nombre: el Bicentenario. De este modo, Independencia y Revolución fueron recuperadas conjuntamente, a partir de una nomenclatura y un criterio temporal que pretendieron condensar doscientos años de historia en un momento políticamente “nuevo”. Así, las fiestas del Bicentenario transformaron a las revoluciones de 1810 y 1910 en hechos esencialmente políticos, despojándolas de su carácter de proyectos históricos al reducirlas a un simple fragmento de todo lo que en el pasado habían representado. Por ello, al subsumir dos fenómenos distintos, y al reducirlos a un acontecimiento, el Bicentenario creó la ilusión colectiva de un mito fundacional que fue construido a partir de las necesidades del presente.

A pesar de las particulares geografías, los diversos panteones y los específicos movimientos emancipadores, en los 10 países de Iberoamérica que celebraron el ciclo de las Independencias (de una magnitud sólo comparable a la Conmemoración del V Centenario del “descubrimiento” de América) el uso político del pasado fue uno de los rasgos compartidos más sobresalientes. Esta representación colectiva del pasado brinda una oportunidad para entender la caracterización general de la memoria y de la historia, a partir del estudio de la dimensión festiva que ofrecen las conmemoraciones. Pues, como ha señalado Claudia Wasserman:

El estudio y el análisis de las conmemoraciones abre, en verdad, la posibilidad de entender los distintos usos del pasado, es decir, a través de cuáles eventos históricos los poderosos han intentado reforzar la identidad de una comunidad nacional, regional o local, y cuál es el carácter de esa identidad que busca ser consolidada (WASSERMAN, 2008/2009, p. 90).¹

Un acontecimiento, el Bicentenario

En la era del Bicentenario, la historia y la memoria subsumieron todo a su paso. Con la firme intención de ser una memoria colectiva ilustrada por la historia, la subjetividad nacional se fijó en

la voluntad nacional, eliminando oportunamente la tensión del pasado para evitar retrotraerla al presente. Con ello se acentuaba el carácter imprescindible del recuerdo, pero también la pertinencia del olvido. ¿Por qué? Porque la memoria (*arsmemoriae*) no puede ser entendida sin el olvido (*arsoblivionalis*) y, menos aún, sin la historia. En esta relación marcada por las tensiones y el conflicto social que emana del pasado y se actualiza en el presente, la presencia y el recuerdo de algo o de alguien significa también la ausencia y el olvido de lo otro; el hecho de que algo esté ahí, supliendo con su propia presencia la ausencia de algo más, invita a pensar en las razones por las cuales se reconfigura la memoria histórica en una circunstancia específica, como han sido las fiestas del bicentenario.²

A partir de la conmemoración, la historia ostentó el poder del recuerdo y la facultad de actualizar lo que parece haberse perdido en la noche de los tiempos. De esta resurrección del pasado le viene su actualidad en la coyuntura. Y de la imposibilidad de rememorar algo considerado inadecuado o subversivo, obtiene la facultad de castigar con la pena más severa: el olvido. De este modo, al actualizar los recuerdos, el gran oficiante y orquestador de la conmemoración, que ha sido el Estado, los convierte en presente. Se sirve de los recuerdos transformados por la experiencia, pero su actualización es selectiva: ¿qué y a quiénes debe recordarse?, ¿a quiénes es preciso dejarlos en el anonimato? En esta operación se juega la legitimación de un proyecto de poder, lo mismo que la contestación política de quienes se oponen a él y tratan de transgredirlo a partir de prácticas muy distintas (AGUIRRE ROJAS, 2003).³

De este modo, la celebración del “Bicentenario de la Independencia y el Centenario de la Revolución”, ha sido una operación política espectacular y un experimento social de grandes dimensiones, pues la rememoración del pasado no ha sido una vía de comprensión del presente, sino la justificación de su propia circunstancia histórica. A ello se debe la exaltación de sus virtudes: el progreso latente aunque inconcluso, el presunto carácter democrático, igualitario y pacificado, el pretendido imperio de la legalidad, la libertad y la justicia, la fantasmal unidad y concordia entre los ciudadanos.

Por tal motivo, la historia fue concebida como obra de concordia y unificación, como fuente irradiadora de un nacionalismo

que debía inflamar el corazón de todos aquéllos que somos, “orgullosamente”, mexicanos. “Conmemoraremos estas fechas fundacionales de manera festiva, pues nuestra historia de lucha es motivo de orgullo para los mexicanos” (CALDERÓN, 2010, p. 8)⁴ como decía el discurso del poder. Así, más que invitar a reflexionar en lo que después de doscientos años convulsivos hemos conseguido, todo pareció indicar que el objetivo era poner en marcha una fiesta estatal en beneficio del gran oficiante: el Estado “independiente”.

Memoria y conmemoración

Este fue el sentido de la conmemoración del Bicentenario, que al ser orquestada desde arriba, tenía una misión precisa: glorificar el presente a partir de la subsunción que éste hace del pasado, de lo que supuestamente está muerto y es imposible modificar, pero que resucita aquí y ahora, entre nosotros. Era esta la fuerza de la memoria que se festejaba: la continuidad identitaria del grupo social, una identidad común transhistórica, compartida por libertadores y colonizadores, opresores y oprimidos, explotadores y explotados, que generó sarcásticamente – en México, por ejemplo – un “nosotros”, un “somos”: “los mexicanos de hoy, que somos la generación del bicentenario”. La propaganda oficial no dejaba dudas de esa identidad triunfante:

Y que México viva y perdure por muchos siglos más. Que su historia futura sea también de gloria y orgullo, a partir de lo que hagamos los mexicanos de ahora, los mexicanos del Bicentenario y del Centenario, quienes hemos tenido el privilegio de vivir el 2010, el año de la Patria; quienes tenemos el honor de celebrar 200 años de ser orgullosamente mexicanos (CALDERÓN, 2010, p. 8).⁵

Pero es una identidad – “los mexicanos del Bicentenario y del Centenario” –, que carecía de una verdadera realidad histórica, sea colectiva o nacional, y que al vincular la memoria con la identidad, permitió atisbar que la multiplicación de los casos en

que se celebraban estos procesos fundadores de la memoria histórica mexicana, era el resultado de una particular relación con el pasado, un pasado que de este modo fue reconstruido a través de su dimensión conmemorativa, en medio de una coyuntura determinada. “Rememorar el pasado es un acto del presente, hecho por hombres del presente, y que afecta al sistema social del presente” (WALLERSTEIN, 1999, p. 15).⁶

Así, las fiestas del Bicentenario pusieron en marcha una organización del tiempo social e histórico, representada por la ejecución de un *continuum* que existiría entre aquella nación edificada hace doscientos años, y esta otra, en la cual vivimos. Se trata de una simbiosis entre el pasado convulsivo, rebelde y contestatario, y el presente pretendidamente pacificado y descolonizado. Una operación ejecutada a partir de la invención de una genealogía del momento actual, cuya misión no residía en la comprensión del presente – invitar, pese a toda la demagogia oficial, a la reflexión de lo que debía conmemorarse, lo que debía celebrarse en este preciso instante –, sino en la puesta en marcha de un presente alternativo al que vivimos y padecemos; se trataba de un presente imaginado, más que vivido; de carácter conciliador, multclasista, plural y unificador.

Fue esta la gran ilusión del Estado. Mímesis entre origen y destino: hijos de la nación, los ciudadanos disfrutarían de la igualdad que éste decretaba desde arriba, pero que allá abajo, en la geografía de los oprimidos, no sabía y no podía crear. Borradas las diferencias de clase, etnia, idioma, religión, entre otras, desaparecía por decreto (y a través de una insistente propaganda oficial) la contradicción entre grupos sociales, entre clases sociales. Así como alguna vez los detentadores del poder otorgaron la emancipación a los siervos, ahora habían decretado la abolición de las diferencias y, con ello, enviaron el mensaje de que la desigualdad social había desaparecido bajo el peso del orden jurídico. A propósito, Bolívar Echeverría escribió:

Resulta por ello pertinente preguntarse si esa identidad de la que los latinoamericanos pudieran estar orgullosos, y que tal vez quisieran festejar feliz e ingenuamente en este año, [2010] no sigue siendo, tal vez, precisamente la misma

identidad embaucadora, aparentemente armonizadora de contradicciones insalvables entre opresores y oprimidos, ideada *ad hoc* por los impulsores de las Repúblicas “pos-coloniales”, después del colapso del Imperio Español y de las “Revoluciones” o “Guerras de Independencia” que lo acompañaron (ECHEVERRÍA, 2010/2011, p. 81).⁷

Así, la visión de la historia que surgió de este juego de poder, lo hizo como una reconfiguración operada desde el presente, debido a la necesidad de crear o inventar una legitimidad de los poderes establecidos, tratando así de monopolizar la tradición. Porque el pasado no es simplemente lo que ya aconteció: el reino de los muertos, de lo que ha caducado y debe ser desechado. El pasado está vivo en el presente, actúa entre nosotros definiendo a la sociedad actual; y en las conmemoraciones el más destacado impulsor de esta empresa fue el poder establecido. Desde ahí parte un uso del pasado que configura una particular visión de la historia y de la memoria: la historia de los vencedores, la memoria del poder.

Este era el peligro que relampagueaba en el cielo del horizonte. Porque en esta iluminación general, tanto la tradición como la memoria y la historia podían ser usurpadas a las luchas sociales de antaño, y a los herederos de éstas, despojándolas de su contenido rebelde y contestatario, para configurar así una imagen desprovista del conflicto social. Expropiado el sentido combativo de las venas populares y radicales de las revoluciones de 1810 y 1910, el pasado fue hurtado a las fuerzas protagónicas de las luchas sociales (cuyo carácter contestatario, subversivo e irreverente atentaba contra el *statu quo* que había emergido de las propias luchas) rebajándolas al nivel anecdótico y silenciando su potencial revolucionario.

El presente: un campo de batalla

En este campo de batalla, ni la memoria o el recuerdo, ni la tradición o la historia, escaparon al conflicto social. Y en la época de las conmemoraciones del Bicentenario, el debate por la historia y la memoria se relanzó a partir de la confrontación entre las diversas

visiones conservadoras y progresista. Incluso, la discusión giraba en torno de si había algo qué celebrar y cómo hacerlo, pero sobre todo de los significados de las revoluciones de 1810 y 1910, en su calidad de proyectos históricos como en su carácter de genealogías del presente. “Las conmemoraciones con una catástrofe total: lo que hay es una disputa por la nación”, afirmaba atinadamente un intelectual.⁸

Las fiestas estatales se enfocaron en los grandes espectáculos al estilo de Hollywood (por ejemplo, el *performance* de la noche del 15 de septiembre, considerada “la ceremonia del grito más grande de la historia moderna”, cuyo costo fue de 60 millones de dólares), con la intención de poner en marcha un rito social que debía desatar una experiencia catártica en la psicología de la multitud, rememorando las grandes fechas fundacionales de la Independencia de 1810 y la Revolución de 1910, las batallas decisivas, los héroes patrios, o los valores de la ciudadanía y las bellezas naturales de todo el país. Todo esto fue el despliegue ostentoso de una acción política, de un discurso de poder que se apropió de la contingencia y del conflicto social, con la intención de conducirlos dentro del aparato estatal, considerado el único administrador de la economía del conflicto. Así, aunque estas fiestas tuvieron una masiva convocatoria popular, fueron orquestadas por el Estado, y en beneficio propio.

En este sentido, la concurrencia en las fiestas estatales fue una suplantación del goce festivo de las clases populares. Al ser rebajadas al nivel de simples espectadoras, siendo convertidas incluso en objeto y material de la misma escenificación: “[...] los de abajo son únicamente escenografía, ni a coro llegan” (REBELDÍA, 2010, p. 1),⁹ éstas fueron convocadas a una fiesta que así celebraba la identidad de la exclusión.

Sin embargo, además de los festejos oficiales, diversos grupos y sectores populares también orquestaron sus propias conmemoraciones, pero desde una lógica radicalmente distinta a la oficial. De este modo, la celebración “desde arriba” fue totalmente distinta a la conmemoración “desde abajo”. Los agentes que participaron en cada una de ellas estaban posicionados en lugares opuestos a las festividades estatales y tenían prácticas radicalmente distintas. Entre unos y otros, la diferencia reside en la posición que ocupaban en la

arena política: dominación y subordinación, o rebeldía e insubordinación. Es decir, al situarse en torno del cuestionamiento ¿cuál visión del pasado, para qué tipo de presente?, las anticonmemoraciones¹⁰ se orquestaron desde los códigos de su condición subalterna, contestataria y rebelde, desafiando las relaciones de dominación en torno de la apropiación del tiempo y el espacio sociales, construyendo sus propios calendarios de celebración y resignificando los espacios públicos, con la intención de reivindicar un sentido popular, contestatario y alternativo.¹¹

De esta forma, proyectos sociales distintos y contrapuestos, chocaron en el marco de la celebración. Sin embargo, aun cuando las historias y las memorias subalternas se encontraban en territorios diferentes de las historias y memorias dominantes, las relaciones entre ellas no eran excluyentes, sino que tenían un carácter superpuesto e interdependiente que estaba en movimiento continuo. “Los grupos subalternos están siempre sujetos a la actividad de los grupos que gobiernan, incluso cuando se rebelan y sublevan” (GUHA, 2009/2010, p. 75-76).¹² Se trata de una zona de contacto entre los elementos de dominación y subversión, donde se expresa con mayor fuerza la disputa por ciertos símbolos, calendarios y espacios (las fechas: fuese 1810, fuese 1910; los “lugares de memoria”: plazas, calles, avenidas; el panteón: héroes, mitos, epopeyas; las reliquias: banderas, himnos, símbolos).

Pues, la disputa por el contenido de los calendarios y de las geografías, era una batalla por el sentido del tiempo y del espacio (cuyas señales son orientativas de cierta visión del pasado, dado que representan un proyecto de poder ahí enraizado), ya que si han sido capaces de afianzar el discurso de poder estatal, también podrían servir para rescatar a los vencidos del desdén que éste les ha destinado, creándose así una nueva y distinta concepción del tiempo y del espacio. Por ello mismo, este era un campo de batalla abierto y en movimiento, en los que los elementos de insubordinación eran transformados rápidamente en elementos de dominación, así como estos últimos fueron nuevamente configurados en elementos de insubordinación y resistencia.¹³

En este campo de batalla, la disputa por la memoria ha sido también una disputa por la historia. Porque el pasado no es un

dato histórico, una pieza de museo o una estatua de bronce, sino que está vivo y actúa sobre el presente, confiriéndole una forma específica. Su imagen, según decía Walter Benjamin en sus *Tesis sobre la historia*: “[...] relumbra en un instante de peligro” y ésta es la “[...] chispa de la esperanza”, (BENJAMIN, 2005, p. 20)¹⁴ cuya luz se presenta al sujeto histórico, a modo de advertencia, como si fuese la premonición de un retorno que en el presente irrumpirá con fuerza, llenándolo de contenido. Así rescata lo que en él acontece, permitiéndole acudir a “[...] la cita que tiene con el pasado y que lo tiene en deuda con él”, desatando su “[...] vigencia vengadora” (ECHEVERRÍA, 2006, p. 128).¹⁵

En medio de la fiebre de las conmemoraciones, ni la memoria o el recuerdo, ni la tradición o la historia, han escapado del conflicto social. En la geografía y el calendario de los de abajo, el intento de devolver al pasado su contenido radical y subversivo, fue sobre todo el intento de transformar el estado mismo de las cosas; pero a partir del hecho de imaginarlo menos por la apariencia de un futuro promisorio, que a partir de la insoportable condición que impera en éste, en el cual vivimos. Así, el acto rebelde de hacer suya esta conmemoración, ha sido una clara demostración de las artes de la resistencia, una emergencia del México profundo.

REFLECTIONS ON A HISTORICAL EVENT: THE BICENTENNIAL, MEMORY AND PRESENT

Abstract: 2010 has been the year of commemoration for the heroic deeds of Independence in whole Iberoamerica. Thus, “200 years of independence” were celebrated through national celebrations denoted as “Bicentennial”. These celebrations were created to irradiate the concord and the unity between citizens, and put in the center of the theater of memory a pacific idea of the past that could legitimate the political use of the present. However, in Mexico, some political subjects and social movements criticized the sense of the celebration (what kind of past, for what kind of present?). Their action is a demonstration of the memory as a battle field, and that the struggle for the memory is also a struggle for the present.

Keywords: Memory. History. Commemorations. Bicentennial. EZLN.

Notas

¹ Al respecto, véase también el reporte sobre las conmemoraciones en nueve países de América Latina, “Uso político del Bicentenario”, en *Proceso*, n. 1767, p. 60-63, 11 sept. 2010.

² Sobre la memoria, NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984; SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory*. Londres: Verso, 1996; HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994; YATES, Frances. *El arte de la memoria*. Madrid: Siruela, 2011; RICOEUR, Paul. *La historia, la memoria y el olvido*. Buenos Aires: FCE, 2010; ROSSI, Paolo. *El pasado, la memoria, el olvido*. Buenos Aires: Claves, 2003; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Los asesinos de la memoria*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1994; FREUD, Sigmund. *Psicopatología de la vida cotidiana*. Madrid: Alianza Editorial, 2008; YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor, Histoirejuive et mémoirejuive*. Paris: Gallimard, 1991; YERUSHALMI, Yosef Hayim et al. *Usages de l'oubli*. Paris: Seuil, 1988; MIDDLETON, David (Comp.). *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*. Barcelona: Paidós, 1992; HERMÈS. Paris: CNRS éditions. n. 52, 2008. Dossier: Les guerres de mémoires dans le monde; CAPDEVILLA, Luc; LANGE, Frédérique (Dir.). *Entre mémoire collective et histoire officielle*. L'histoire du temps présent en Amérique Latine. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009; GINZBURG, Carlo. La prueba, la memoria y el olvido. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 14, p. 105-116, marzo/agosto 2010.

³ AGUIRRE ROJAS, Carlos. *Mitos y olvidos en la historia oficial de México*. México, D.F.: Quinto Sol, 2003.

⁴ CALDERÓN, Felipe. Presentación. In: WOBESER, Gisela von (Coord.). *Historia de México*. México, D.F.: FCE; SEP; Academia Mexicana de Historia, 2010. p. 8.

⁵ *Ibid.*, p. 9.

⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. v. 1. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1999. p. 15. Del mismo autor, y sobre este tema, véase “La escritura de la historia”, en *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 2, p. 41-52, marzo/agosto 2004.

⁷ ECHEVERRÍA, Bolívar. América Latina: 200 años de fatalidad. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 15, p. 81, sept. 2010/feb. 2011.

⁸ HERNÁNDEZ, Arturo García; QUIJAS, Fabiola Palapa. Paradójico: Calderón tendrá que celebrar a sus enemigos históricos (entrevista a Carlos Aguirre Rojas). *La Jornada*, México, D.F., 3 sept. 2010.

⁹ REBELDÍA. Editorial. *Rebeldía*, México, D.F., Año 8, n. 74, p. 1, 2010.

¹⁰ JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002. Debido a su carácter espontáneo y falta de cobertura mediática, es complejo reconstruir el mapa de las "anti-conmemoraciones". Sin embargo, diversos grupos, movimientos y colectivos protestaron en toda la geografía mexicana. Cf. MORELOS, Rubicela et al. Los campesinos, peor que antes del movimiento armado de 1910. *La Jornada*, México, D.F., 21 nov. 2010.

¹¹ Al respecto, RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto. El ritual de la conmemoración y el calendario de la patria: la disputa por la memoria histórica en México en 2010. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 14, p. 117-126, marzo/agosto 2010. RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto. La memoria asediada: la disputa por el presente en la conmemoración del bicentenario, *Secuencia*, México, D.F., n. 87, p. 177-204, sept./dic. 2013.

¹² GUHA, Ranaji. Prefacio al número inicial de la revista *SubalternStudies*. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 13, p. 75-76, sept. 2009/feb. 2010.

¹³ Como escribió el Subcomandante Insurgente Marcos: "El poder también usa los calendarios para neutralizar los movimientos que atentan o atentaron contra su esencia, su existencia o su normalidad. Por eso sus fechas conmemorativas. Con ellas se acota, se limita, se define y se detiene. Con cada día del calendario que el Arriba admite en su cronología, se da una toma de control sobre la historia. Con esos días se detienen los movimientos, se dan por finalizados en todos los sentidos. No habrá Arriba, en esa calendarización de la historia, nada que dé cuenta de los procesos y movimientos que entonces son reducidos a un día. Y entonces esas fechas se convierten en estatuas". MARCOS, Subcomandante Insurgente. *Segundo viento: un digno y rabioso empeño*. *Rebeldía*, México, D.F., p. 13, enero 2009. Dossier: Siete vientos en los calendarios y geografías de abajo. Por ello mismo: "[...] el calendario de abajo está marcado por las necesidades y los intereses del abajo mismo. No se le impone, ni siquiera como moda efímera, alguna fecha gloriosa. En dado caso, el calendario de abajo se encargará de poner una nueva fecha en el imaginario popular". RODRÍGUEZ LASCANO, Sergio. La geografía que se desprende del calendario. *Rebeldía*, México, D.F., n. 74, p. 6, 2010.

¹⁴ BENJAMIN, Walter. Tesis sobre la historia y otros fragmentos. Traducción y Presentación de Bolívar Echeverría. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., p. 20, 2005.

¹⁵ ECHEVERRÍA, Bolívar. *Vuelta de siglo*. México, D.F.: ERA, 2006. p. 128.

Referencias

AGUIRRE ROJAS, Carlos. *Mitos y olvidos en la historia oficial de México*. México, D.F.: Quinto Sol, 2003.

BENJAMIN, Walter. Tesis sobre la historia y otros fragmentos. Traducción y Presentación de Bolívar Echeverría. *Contrahistorias* - La otra mirada de Clío, México, D.F., p. 20, 2005.

CALDERÓN, Felipe. Presentación. In: WOBESER, Gisela von (Coord.). *Historia de México*. México, D.F.: FCE; SEP; Academia Mexicana de Historia, 2010. p. 8.

CAPDEVILLA, Luc; LANGE, Frédérique (Dir.). *Entre mémoire collective et histoire officielle: L'histoire du temps présent en Amérique Latine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Vuelta de siglo*. México, D.F.: ERA, 2006. p. 128.

_____. América Latina: 200 años de fatalidad. *Contrahistorias* - La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 15, p. 81, sept. 2010/feb. 2011.

FREUD, Sigmund. *Psicopatología de la vida cotidiana*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

GINZBURG, Carlo. La prueba, la memoria y el olvido. *Contrahistorias* - La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 14, p. 105-116, marzo/agosto 2010.

GUHA, Ranaji. Prefacio al número inicial de la revista *SubalternStudies*. *Contrahistorias* - La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 13, p. 75-76, sept. 2009/feb. 2010.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

HERMÈS. Paris: CNRS éditions. n. 52, 2008. Dossier: Les guerres de mémoires dans le monde.

HERNÁNDEZ, Arturo García; QUIJAS, Fabiola Palapa. Paradójico: Calderón tendrá que celebrar a sus enemigos históricos (entrevista a Carlos Aguirre Rojas). *La Jornada*, México, D.F., 3 sept. 2010.

JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. *Segundo viento: un digno y rabioso empeño*. *Rebeldía*, México, D.F., p. 13, enero 2009. Dossier: Siete vientos en los calendarios y geografías de abajo.

MIDDLETON, David (Comp.). *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*. Barcelona: Paidós, 1992.

MORELOS, Rubicela et al. Los campesinos, peor que antes del movimiento armado de 1910. *La Jornada*, México, D.F., 21 nov. 2010.

NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PROCESO. Uso político del Bicentenario. *Proceso*, n. 1767, p. 60-63, 11 sept. 2010.

RICOEUR, Paul. *La historia, la memoria y el olvido*. Buenos Aires: FCE, 2010.

RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto. El ritual de la conmemoración y el calendario de la patria: la disputa por la memoria histórica en México en 2010. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 14, p. 117-126, marzo/agosto 2010.

_____. La memoria asediada: la disputa por el presente en la conmemoración del bicentenario, *Secuencia*, México, D.F., n. 87, p. 177-204, sept./dic. 2013.

REBELDÍA. Editorial. *Rebeldía*, México, D.F., Año 8, n. 74, p. 1, 2010.

RODRÍGUEZ LASCANO, Sergio. La geografía que se desprende del calendario. *Rebeldía*, México, D.F., n. 74, p. 6, 2010.

ROSSI, Paolo. *El pasado, la memoria, el olvido*. Buenos Aires: Claves, 2003.

SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory*. Londres: Verso, 1996.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Los asesinos de la memoria*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. v. 1. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1999. p. 15.

_____. La escritura de la historia. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 2, p. 41-52, marzo/agosto 2004.

WASSERMAN, Claudia. 1810, 1910, 2010: Independencia, Revolución Mexicana, futuros de América Latina. *Contrahistorias* – La otra mirada de Clío, México, D.F., n. 11, p. 89-96, sept. 2008/feb. 2009.

YATES, Frances. *El arte de la memoria*. Madrid: Siruela, 2011.

YERUSHALMI, Yosef Hayim et al. *Usages de l'oubli*. Paris: Seuil, 1988.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor, Histoirejuive et mémoirejuive*. Paris: Gallimard, 1991.

Recebido em: 15/12/2014

Aprovado em: 10/02/2015

La investigación sobre las conmemoraciones rituales en Colombia (siglos XIX-XXI): balance historiográfico

Sebastián Vargas Álvarez*

Resumen: El artículo presenta un estado de la cuestión de la producción investigativa contemporánea sobre las conmemoraciones rituales en Colombia desde el siglo XIX hasta el presente. Dada la estrecha relación que éstas conmemoraciones han mantenido con los proyectos de construcción y legitimación del Estado-nación durante los últimos dos siglos, algunos investigadores se refieren a ellos como “ceremonias cívicas” o “fiestas patrióticas”. El texto se divide en tres partes. En un primer momento, se ubica el problema de las conmemoraciones rituales como un objeto de estudio que hace parte de una preocupación más general de la historia y las ciencias sociales por las políticas de la memoria y los usos públicos de la historia. Posteriormente, se presenta un inventario y análisis sucinto de los trabajos correspondientes a este objeto de estudio para el caso colombiano. La última sección reúne las conclusiones del balance, sugiriendo posibles nuevos caminos teóricos y metodológicos para la investigación de las conmemoraciones rituales.

Palabras clave: Conmemoraciones Rituales. Fiestas Patrióticas. Colombia. Historiografía.

Delimitando un objeto de estudio

La memoria colectiva se ha convertido en uno de los problemas más abordados en la historia y las ciencias sociales y humanas durante las últimas décadas. Su estudio sistemático fue propuesto

* Doutorando en Historia em la Universidad Iberoamericana Ciudad de México.
E-mail: legionesdeclio@gmail.com

por primera vez en los años veinte del siglo pasado por el sociólogo Maurice Halbwachs y por el historiador de la cultura Aby Warbug (ERLL, 2012). Sin embargo, el abordaje de la memoria colectiva sería abandonado y sólo retomado hasta los años setenta y ochenta, momento en el cual tiene lugar el fenómeno del “*boom* de la memoria”. También conocido como “giro al pasado” o “giro subjetivo”, el *boom* de la memoria obedece a la conjunción de dos factores, propios de la globalización capitalista y el auge de las industrias culturales: por un lado, la aceleración del tiempo y la experiencia histórica, la aparición de un nuevo “régimen de historicidad” presentista (HARTOG, 2007) a la sombra del cuál creció la preocupación por el patrimonio y se multiplicaron las conmemoraciones y los “lugares de la memoria” (NORA, 2008); y por otro, la irrupción del testimonio de la víctima/sobreviviente de grandes eventos traumáticos, principalmente la *Shoa* en Alemania, el *Apartheid* en Sudáfrica y las dictaduras militares en América Latina. Ambos fenómenos contribuyeron al agotamiento de la historiografía (nacional-oficial) como el único relato válido, autorizado y posible sobre el pasado (TRAVERSO, 2007).

Para los estudiosos de la memoria social, ha sido recurrente la pregunta por las políticas de la memoria y los usos públicos de la historia, que podría resumirse de la siguiente manera: “¿Quién quiere que alguien recuerde y por qué? ¿A quién pertenece la versión del pasado que se registra y preserva?” (BURKE, 2011, p. 81). Dicha pregunta se circunscribe a los usos políticos del pasado que se despliegan en la esfera pública, especialmente en contextos marcados por eventos traumáticos, tales como la experiencia colonial, la guerra, el genocidio, la segregación, la desaparición forzada, etc.

Dentro de este campo de investigación existe un objeto de estudio relativamente menos explorado: el de las conmemoraciones rituales, en tanto uno de los medios o modalidades de transmisión de la memoria colectiva, cuya principal función es la reafirmación (o bien confrontación) de las identidades comunitarias mediante una acción performativa reiterada en el tiempo (CONNERTON, 2007). Se trata de fenómenos sociales en donde también se ponen en juego políticas de memoria y se utiliza y exhibe la historia de determinadas formas en el espacio público, y que evidencian

tensiones y disensos en torno a la representación del pasado por parte de diversos sectores de la sociedad, especialmente en lo relativo a la definición de las identidades nacionales y/o colectivas (JELIN, 2002; GILLIS, 1994).

El presente trabajo presenta un estado de la cuestión de la producción investigativa contemporánea sobre los conmemoraciones rituales en Colombia desde el siglo XIX hasta el presente. Dada la estrecha relación que éstas conmemoraciones han mantenido con los proyectos de construcción y legitimación del Estado nación durante los últimos dos siglos, algunos investigadores se refieren a ellos como “ceremonias cívicas” o “fiestas patrióticas”. La mayor parte de estudios revisados, de hecho, abordan los dos coyunturas conmemorativas más significativos en la historia del país: el Centenario y el Bicentenario de Independencia (1910 y 2010, respectivamente). El artículo se divide en tres partes. En esta breve introducción, se ubica el problema de las conmemoraciones rituales como un objeto de estudio que hace parte de una preocupación más general de la historia y las ciencias sociales y humanas por las políticas de la memoria y los usos públicos de la historia. Posteriormente, se presenta un inventario y análisis sucinto de los trabajos correspondientes a este objeto de estudio para el caso colombiano, a partir de una organización cronológica que contempla cinco momentos: las guerras de Independencia, el siglo XIX, el Centenario, el siglo XX, y el Bicentenario. La última sección reúne las conclusiones del balance, sugiriendo posibles nuevos caminos teóricos y metodológicos para la investigación de las conmemoraciones rituales.

Este balance historiográfico tiene dos objetivos. Se presenta como una guía de estudio que pretende ser útil para los interesados en los problemas y objetos de investigación comentados más arriba, en donde se rastrean, exponen y analizan sucintamente las obras existentes sobre el tema. Así mismo, busca contribuir a un entendimiento más complejo y ampliado (en términos conceptuales y de delimitación espacio temporal) de las políticas de la memoria y los usos públicos de la historia, cuyos estudios generalmente se han limitado a los conflictos y traumas sociales de las últimas décadas del siglo XX (VARGAS, 2013).

Investigaciones sobre conmemoraciones rituales en Colombia

Los festejos fundacionales

El origen de las fiestas patrias en Hispanoamérica se remonta al mismo período de las guerras de independencia (1808-1830), durante el cual son utilizadas como recursos simbólicos para la transmisión (y legitimación) de las nuevas ideas de nación, la creación de la identidad nacional y la representación y comunicación de una determinada imagen del poder y de la sociedad. Si bien su contenido cambia, su estructura es heredera del ceremonial cívico del período colonial (proclamaciones y juras, nacimientos y fallecimientos de miembros de la casa real, recibimiento de virreyes y gobernadores, etc.) (ORTEMBERG, 2013, p. 16).

Para este período, contamos con los trabajos de Marcos González Pérez. En *Fiesta nacional y Guerra de Independencia neogranadina* (2011), el autor explica cómo la fiesta cívica se convirtió en un escenario de lo político en plena guerra, utilizado tanto por los realistas como por los independentistas y describe algunas fiestas como el banquete ofrecido a Morillo en la capital (1816) o las festividades llevadas a cabo en Barichara y Tunja en honor a Bolívar luego de las victorias de Junín y Ayacucho (1825). En estos años de guerra son también importantes, en cuanto prácticas que se hacen públicas, la exhibición de trofeos conquistados al enemigo y la siembra de “árboles de la libertad” en el marco de congregaciones masivas. Finalmente, el texto da cuenta de la manera en que en el congreso de Cúcuta (1821) se decretó el 25 de diciembre como fiesta nacional oficial (en honor del “Salvador del mundo”), mucho antes de que el 20 de julio y el 7 de agosto (aniversarios de la proclamación de la independencia de 1810 y del triunfo de la batalla de Boyacá de 1819, respectivamente) fueran oficializados como fiestas patrias en la década de los setenta del siglo XIX.

En *Fiestas de independencia en Bogotá (1809-1830)* (2014), por su parte, el autor analiza estos temas más de cerca para el caso de la capital. Allí plantea cómo no existe una gran ruptura, en cuanto a lo formal, entre las fiestas y carnestoladas tradicionales

del período colonial y los festejos de la temprana república; no obstante las nociones de Libertad y Victoria aparecen como una novedad conceptual que marcará la especificidad de estos nuevos rituales, en donde se pasa de celebrar el retrato del rey para conmemorar al héroe patriota. El autor llega a la conclusión de que este es un momento de transición, en donde los símbolos y emblemas republicanos están aún en plena definición. Las honras fúnebres de Bolívar (1830), cierran este período “[...] durante el cual la relación guerra de independencia-fiesta nacional dejó de ser puesta en los escenarios imaginarios y, en su reemplazo, comenzó a difundirse una idea de República-Estado-Nación” (GONZÁLEZ, 2013, p. 168).

Otro estudio sobre este período es el de Georges Lomné sobre la influencia de la revolución francesa en la “simbólica del rito bolivariano” (1991). Según Lomné, el culto neogranadino al libertador y las ceremonias que lo rodean no sólo es el más acabado, duradero y extendido, sino también el más “contaminado” de los símbolos y conceptos políticos de la revolución francesa, si se lo compara con rituales republicanos similares en México y el Cono Sur. El gorro frigio, la figura de las ninfas y otras alegorías femeninas, los referentes a la mitología clásica, entre otros símbolos, pueblan el ritual republicano, y sólo adquieren sentido en el marco de una liturgia. Estos referentes coexisten y se hibridan con elementos del “tropismo americano”, como la alegoría de la India-América o el mito solar de Bolívar, asociado a la cultura Inca.

En un interesante artículo sobre la (re)configuración de los conceptos de “Historia” y “Patria” dentro de la cultura política de Cartagena entre 1810 y 1814, Rafael Acevedo Puello (2010) explica cómo la institucionalización de “fiestas, paseos o bandos por las principales calles y plazas de la ciudad” se convirtió en una de las estrategias para “[...] evocar y presentar en público el nuevo Gobierno de la patria expresado en la recién decretada Constitución” (ACEVEDO PUELLO, 2010, p. 18). Así, refiere algunos desfiles y celebraciones cívicas que tuvieron lugar en la ciudad durante los años mencionados, entre otros usos públicos de la historia.

El siglo XIX

Sobre el desarrollo de las conmemoraciones rituales a lo largo del siglo XIX, existen algunos estudios. El texto de Santiago Díaz Piedrahita (2006), (ex presidente de la Academia Colombiana de Historia, recientemente fallecido), hace un recuento por la historia del establecimiento del 20 de julio como efeméride patria, desde 1820, cuando comienza a celebrarse de manera no oficial, hasta su oficialización en la Ley 60 de 1873. Se trata de un texto propio de la historiografía academicista tradicional, de tono apologético-nacionalista que, sin embargo, por su descripción de diversas conmemoraciones patrias (como la de 1849) y uso de diversas fuentes primarias – que no son cuestionadas – puede resultar útil para los investigadores de este campo. Otro trabajo interesante es el del brasilero Jaime de Almeida, quien dedica algunas páginas a la relación del culto a Santa Librada (santa patrona del día 20 de julio) y la fiesta de la independencia nacional en diferentes momentos del siglo XIX (DE ALMEIDA, 2010).

En *La independencia como gesta heroica en el continuo histórico nacional: la ‘densidad’ de la representación, 1880-1909*, Amada Carolina Pérez (2010) da cuenta de las fiestas cívicas de finales del siglo XIX y su particular representación de Bolívar. Su análisis de estas conmemoraciones es renovador en la medida en que hace énfasis en aspectos que no han sido aún trabajados con detenimiento en este tipo de estudios: la dimensión emotiva que producen las representaciones y prácticas propias del contexto conmemorativo; la condensación de diversas coyunturas históricas en una única conmemoración, lo cual contribuye a que el ritual se colme de una densidad de la representación¹; las maneras en las que el pueblo es representado y el papel que se le otorga tanto en la gesta fundacional de la independencia como en el presente que la conmemora. La autora también desarrolla estas cuestiones a partir del análisis de otros soportes de la memoria oficial de la independencia que se constituyen en ese momento, como el *Papel Periódico Ilustrado* y la Galería de Notabilidades del Museo Nacional.

En su artículo “*Padres de la Patria*” and the ancestral past: commemorations of independence in nineteenth-century Spanish America, Rebecca Earle (1992) indaga sobre los usos del pasado

ancestral (de las civilizaciones amerindias) en las conmemoraciones de la independencia durante el siglo XIX en Hispanoamérica (así como las tensiones entre esos usos y las representaciones de los sujetos indígenas del presente²), e incluye algunos episodios que corresponden al caso colombiano. Si bien en un primer momento (que corresponde con el de las guerras de independencia) hay una apropiación y exaltación activa del pasado ancestral, con el paso de las décadas la conmemoración de otros pasados (por ejemplo la Conquista) y de otros sujetos históricos (los padres de la patria: héroes de la independencia) cobrarán más importancia. Finalmente, la época del Centenario (1910) será la de la reconciliación con la “madre patria”, que implica la indefinición o abierta negación del pasado indígena.

Para cerrar la sección correspondiente a este período, quisiera remitir a un reciente trabajo, *Cultura política y conmemoración en Colombia: primer siglo de vida republicana*, de Maite Yie y Amada Carolina Pérez (2012). Se trata de un texto que se concentra en el siglo XIX y la primera década del XX – hasta el Centenario –, y que no solamente aborda la conmemoración ritual sino también otras estrategias o procedimientos de administración estatal de la memoria (la escritura de la historia y la musealización de objetos). Las autoras ponen el énfasis en la relación entre conmemoración (actualización performativa del pasado) y formación de ciudadanía, y a partir de allí se describen y analizan conmemoraciones como la del 20 de julio de 1849, que contó con la activa participación de artesanos simpatizantes del gobierno liberal y fue escenario de la manumisión pública de esclavos; la del 20 de julio de 1873, año de su oficialización como fiesta patria oficial; la del natalicio de Simón Bolívar en 1881 y el IV Centenario del descubrimiento de América en 1892, marcadas ambas por el hispanismo y la reconciliación con el legado español-colonial; el Centenario de 1910 y el Centenario de la Batalla de Boyacá de 1919.

Este trabajo no sólo ofrece un panorama general de las políticas de la memoria y usos públicos de la historia en el proceso de formación del estado-nación en Colombia durante su primer siglo de vida republicana, sino que además propone una aguda reflexión sobre cómo estas políticas han mutado o permanecido

hasta el presente, en donde las disputas por el sentido del pasado se complejizan en el contexto de la emergencia de “otras” memorias (también “purificadas” e incorporadas por el estado a la memoria nacional) en las últimas décadas: las de las minorías étnicas y las de víctimas/victimarios del conflicto armado interno. Por estas razones, considero que es una lectura introductoria, una entrada bastante recomendable para investigadores y estudiantes interesados por la problemática de las conmemoraciones.

El Centenario

La mayor parte de investigaciones sobre conmemoraciones rituales en Colombia corresponden al Centenario de Independencia (1910), patrón historiográfico compartido con otros países latinoamericanos, como México³. En general, todos estos estudios dan cuenta de la complicada coyuntura política que atraviesa Colombia en el período de cambio de siglo, tras la Guerra de los Mil Días y la pérdida de Panamá, lo que explica una política de “concordia” o “unidad nacional” y cierto sentimiento anti-norteamericano que se vieron reflejados en la preparación y ejecución de los programas conmemorativos (1907-1910). Así mismo, coinciden en señalar cómo el Centenario se presentó como una oportunidad a las elites para realizar un balance histórico-político del primer siglo de vida de la República, así como un espacio para exhibir y representar a la nación en el marco de una retórica de la modernización y el progreso que toma a la cultura europea como referente y ejemplo a seguir, y que adopta de manera especial el legado hispánico como fuente de cohesión social. Una buena síntesis puede encontrarse en el texto de Carolina Vanegas (2010), *Representaciones de la Independencia y la construcción de una “imagen nacional” en la celebración del centenario en 1910*.

Algunos estudios hacen énfasis en aspectos particulares de esta conmemoración. Por ejemplo, Frédéric Martínez (2000) en *¿Cómo representar a Colombia? De las exposiciones universales a la exposición del Centenario, 1851-1910*, describe y analiza la Exposición Nacional, Industrial, Agrícola y Pecuaria, articulándola a una larga tradición de Ferias y Exposiciones Nacionales e Internacionales en

las que participaba el país desde mediados del siglo XIX, con el fin de legitimar su entrada al “concierto” de las naciones “modernas” y “civilizadas”. Así mismo, las diversas categorías de la exposición, su distribución en pabellones construidos en el recién inaugurado Parque de la Independencia (antes conocido como Bosque Reyes) y las narrativas modernizadoras y cosmopolitas que la atravesaron, son analizados por Luis Carlos Colón y Alejandro Garay en un libro editado por el Instituto Distrital de Patrimonio Cultural, *La Ciudad de la Luz: Bogotá y la Exposición Agrícola e Industrial de 1910* (IDPC, 2005).⁴ Fabio Zambrano y Liliana Castelblanco (2002), a su vez, hacen la historia de la única huella material del Centenario que pervivió en este parque durante el siglo XX y hasta la actualidad: el kiosco de la luz, uno de los primeros edificios construidos con cemento en la ciudad y, junto con los primeros tendidos de luz eléctrica, símbolo de la “modernidad” que arribaba en 1910.

Juan Camilo Escobar, a su vez, analiza el papel que desempeñaron el arte y los artistas en la Centenario, tanto en la exposición (para la cual se destinó un pabellón de Bellas Artes en donde fueron exhibidas obras de noventa y nueve artistas), como acompañando desde lo estético y creativo las diversas actividades conmemorativas: ceremonias religiosas y muestras de industria y agricultura, óperas, corona solemne para la estatua de Bolívar, y procesiones. El afamado pintor Andrés de Santamaría (por entonces director de la Escuela Nacional de Bellas Artes) fue nombrado por la Comisión Nacional del Centenario para coordinar la parte artística de la festividad (ESCOBAR, 2011, p. 304-305). Es interesante señalar que la exposición artística, junto con los gestos de beneficencia para con los menos afortunados, fueron de los pocos espacios de la conmemoración en los que las mujeres tuvieron un rol protagónico, pues del total de artistas participantes, 36 eran mujeres. Escobar también se detiene en la importancia que tuvieron la literatura y los concursos literarios durante el centenario, y de su texto se concluye que tanto el arte como la literatura desplegaron los ideales de cultura, progreso, belleza, y verdad con los que se quería asociar a la nación colombiana.

Sobre la exposición, finalmente, debe mencionarse el interesante proyecto interdisciplinar de Jimena Montaña y Pablo Castillo

(2010), el corto-documental *El fantasma de la libertad: Celebraciones por la Independencia*, ganador de una convocatoria del IDPC. Ha partir de la investigación histórica, el empleo de fuentes primarias visuales tales como planos y fotografías, y la animación en 2D y 3D, se reconstruye el contexto del Centenario, y de manera especial, la apariencia (interior y exterior) de los diversos pabellones, kioscos y espacios contruidos y dispuestos en el Parque Nacional. Se trata de un documento central no sólo para la investigación, sino también para la docencia y difusión, por su capacidad de estimulación de la imaginación y la sensibilidad históricas, además de su asequibilidad, pues es de libre acceso a través del portal YouTube.

En otro libro, Carolina Vanegas explora hábilmente algunas disputas simbólicas entre diversos sectores sociales con respecto a la conmemoración de la independencia en 1910, y para ello hace una historia de la escultura conmemorativa, tomando dos casos de estudio: la estatua ecuestre de Simón Bolívar emplazada en el parque de la independencia (lugar en que, como puede verse, convergieron múltiples lugares de memoria en el Centenario) y la estatua a Policarpa Salavarrieta, instalada en el barrio Las Aguas. La autora identifica una tensión entre ambos proyectos: mientras que la estatua de Bolívar representa una propuesta oficial, estéticamente eurocentrada (se contrata para realizarla al francés Emanuel Frémiet) y espacialmente central, la de la Pola es una iniciativa popular, ubicada en un lugar periférico de la ciudad y obra de un escultor colombiano, Dionisio Cortés.

El énfasis en las disputas simbólicas entre diversos sectores de la sociedad a partir de las esculturas conmemorativas de Frémiet y Cortés permite relativizar la unidad de los discursos hegemónicos, así como evidenciar el papel de otros actores en dicha celebración. Desde ese punto se reconstituyó en la presente investigación un entramado de tensiones entre artistas y comitentes, con la intención de mostrar cómo se pusieron en juego no sólo los intereses políticos e ideológicos, sino las ideas estéticas referidas a la escultura y a la construcción de la imagen de la ciudad vigentes durante la primera década del siglo XX en Colombia (VANEGAS, 2012, p. 122).

Otra vertiente de estudios sobre el Centenario, se enfoca en las dimensiones regionales de dicha conmemoración. Algunos, se concentran en las disputas sostenidas entre las élites bogotanas y las élites de algunas regiones sobre el sentido del festejo, e incluso sobre la definición la oficialidad de las fechas a conmemorar, como los trabajos de Raúl Román (2010) y Rafael Acevedo Puello (2011) para el caso de Cartagena. Otros, dan cuenta de las agendas conmemorativas en contextos provinciales, como el artículo de Abel Martínez sobre las conmemoraciones centenarias de 1910 y 1911 en Tunja (2012), o el de Álvaro Acevedo Tarazona, que remite someramente a las características de los festejos en Bucaramanga (2010). Por último, *Fiestas, memoria y libros: las ediciones conmemorativas del primer centenario de la Independencia en Bogotá y Cali*, de Juan David Murillo Sandoval (2012), presenta un análisis comparado de las memorias oficiales de los festejos en estas dos ciudades, mostrando las particularidades de la auto-representación de cada una de ellas en sus crónicas centenarias.

Cachacos y guaches: la plebe en los festejos bogotanos del 20 de julio de 1910, de Alexander Pereira (2011), se pregunta por la participación de los sectores populares de la capital en la conmemoración, y por la actitud de las élites capitalinas frente a estas “clases marginadas”, concluyendo que el pueblo fue excluido sistemáticamente de las diversas actividades de la agenda conmemorativa, y su papel se limitó al de mero objeto de beneficencia por parte de los organizadores del festejo y las clases acomodadas de la ciudad (especialmente, las mujeres, “damas de sociedad”). Ante la ausencia de diversiones populares en la agenda oficial, se llevaron a cabo fiestas de manera espontánea en barrios periféricos como Las Cruces, pero éstas, recuerda Pereira (2011), no están lo suficientemente documentadas.

Por último, podemos citar un reciente volumen colectivo sobre los Centenarios en Latinoamérica, editado por Stephan Scheuzger y Sven Schuster (2013), que incluye una introducción sobre el estudio historiográfico de las conmemoraciones centenarias a cargo Scheuzger; un análisis sobre el papel privilegiado del hispanismo y la lengua castellana en la efeméride colombiana, escrito por Andrés Jiménez; y un capítulo sobre los centenarios en Bogotá y Caracas, de Thomas Fisher.

El siglo XX

El período del siglo XX, comprendido entre la celebración del Centenario (1910) y la del Bicentenario (2010), es el menos estudiado en lo que respecta a nuestro objeto de investigación. Quizás el texto más completo que se ocupa de esta época es el de la antropóloga Maite Yie (2010), *Narrativas de pasado, de nación y ciudadanía en las celebraciones patrióticas durante el siglo XX en Colombia*.⁵ Su estudio comienza recordando la historicidad de toda conmemoración (esto es, cómo éstos están atravesados por las disputas simbólicas entre actores sociales que en el presente contienden por la definición del pasado, a partir de sus intereses y agendas políticas en el presente), una precaución teórica que ningún estudioso sobre este tema debería pasar por alto:

[en las conmemoraciones] se escenifican, confrontan y negocian diversas narrativas sobre el proceso en el que se habría gestado la patria, reivindicadas por distintos sectores sociales, hegemónicos y subalternos, en los ámbitos nacional, regional y local [...] en las obras, eventos y discursos realizados como parte de dichas celebraciones circulan representaciones sobre los personajes, las escenas y los escenarios que están ligados a dicho proceso y sobre su participación y articulación dentro del mismo [...] en las fiestas patrióticas se movilizan diversas narrativas sobre el presente, siendo la escenificación del pasado sólo uno de los recursos para proponer diversos guiones sobre la nación y las jerarquías de interacciones entre sus ciudadanos (YIE, 2010, p. 131).

Desde esta perspectiva analítica, la autora examina las siguientes conmemoraciones: fiestas del período del Centenario (1910-1922) en ámbitos locales (1911 en Cartagena, 1919 en Boyacá y 1922 en Bomboná, Nariño); el Centenario de la muerte de Bolívar bajo el gobierno de Olaya Herrera (1930), y el Sesquicentenario de la Independencia bajo el Frente Nacional (1960). Su estudio llama la atención sobre actores e instituciones sociales hegemónicas que intentaron detentar el monopolio sobre la significación de los festejos

patrios a lo largo del siglo: la Academia Colombiana de Historia, la escuela, la Iglesia; también sobre cómo la ceremonia patriótica del siglo XX se caracterizó por la interacción de tres rituales: el cívico, el religioso y el castrense.

En el artículo *El centenario de la muerte del “hombre de las leyes”: el papel del Centro de Historia de Santander y la conmemoración departamental (1940)*, Gabriel Samacá (2013) se aproxima a los actos conmemorativos en honor a Francisco de Paula Santander que tuvieron lugar en Bucaramanga y otras localidades del departamento santandereano entre 1939 y 1940. Samacá destaca el cariz pedagógico de dicha conmemoración, expresado en el papel privilegiado que tuvieron las escuelas y los proyectos editoriales de los académicos del Centro de Historia de Santander en los eventos del Centenario.

El trabajo de Carlos Rincón (2012), *Conmemoraciones y crisis: Centenario, Sesquicentenario, Bicentenario* ofrece un análisis de cómo el período de la independencia es reconsiderado en tres momentos de crisis: 1910, 1960 y 2010. En el Sesquicentenario, Rincón evidencia una tensión entre la reproducción de la historia patria en tanto narrativa mítica de lo nacional – expresada en la inauguración del Monumento a los héroes y del Museo del 20 de julio en Bogotá – y la aparición de un cierto revisionismo histórico, presente en la pluma de autores como Indalecio Liévano. Así mismo, explica que las imágenes, que circularon a través de todas estas conmemoraciones, se convirtieron en parte fundamental de la “memoria cultural” de los colombianos. Su texto finaliza con una sugerente reflexión sobre la plaza pública como escenario por excelencia de la conmemoración ritual y la contienda política.

Alexander Betancourt también aborda el tema del revisionismo histórico durante el Sesquicentenario (2011), en *Pasado nacional y revisionismo histórico: lecturas sobre la independencia en los años sesenta en Colombia y México*. Luego de introducir al lector en la relación entre escritura de la historia y conmemoración (relación que es una de las expresiones de los usos públicos de la historia, o de la dimensión pública del discurso histórico), el autor da cuenta de la década de los sesenta como un momento conflictivo, en donde se combinaron la legitimación del compromiso intelectual y la militancia política (estimulada, entre otros fenómenos, por

el triunfo de la revolución cubana y su influencia en las nuevas generaciones); la profesionalización de la disciplina histórica; y el afán del Frente Nacional por presentar una lectura de la historia armoniosa que rescatara los “verdaderos valores nacionales”, a partir de la orientación de la Academia Colombiana de Historia y las Juntas de los Festejos de 1960. Estos elementos en tensión permiten entender cómo “[...] la escritura de la historia participó como una herramienta a favor del monumento y la conmemoración pero, al mismo tiempo, también fue un instrumento de la polémica como una fuente de interpretación crítica del pasado y el presente nacional” (BETANCOURT, 2011, p. 122).

El Bicentenario

Sobre los festejos del Bicentenario de Independencia, como podría esperarse por su proximidad en el tiempo, las investigaciones aún son escasas. Con ocasión del bicentenario se desató un verdadero *boom* editorial, una reactivación de la historiografía sobre el período de la independencia, en medio de la cual aparecieron numerosas investigaciones, reediciones de trabajos anteriores, y reimpressiones de documentos de o sobre dicha época. Muchas de estas publicaciones se caracterizaron por ser críticas, por abordar el pasado independentista desde nuevos ángulos e incluyendo actores, procesos y problemas antes ignorados.⁶ Algunos de estos textos, en sus prólogos e introducciones, aluden al bicentenario – y a las coyunturas conmemorativas en general – como momentos de revisión de la historia y la cultura y de reflexión política intensa, oportunidad que no puede ser desaprovechada al darle prioridad al otro componente de las conmemoración, lo festivo, que puede convertirse en espectáculo banal (PALACIOS, 2009; CALDERÓN; RESTREPO, 2010). No obstante, y sin demeritar el valor de estas interesantes consideraciones, es importante señalar que se trata de textos sobre el proceso histórico de la independencia, y no sobre el bicentenario, por lo que sólo sirven indirectamente al interesado en las conmemoraciones rituales.

Reflexiones similares, sumadas a otras que ponen el acento en la exclusión de los sectores subalternos de los relatos y de los imaginarios de la sociedad colombiana, pueden encontrarse en el

artículo *¿Quién imagina la independencia? A propósito de la celebración del bicentenario en Colombia*, de Eduardo Restrepo (2010). Allí se abordan tres aspectos: primero, la vigencia de las estructuras de la colonialidad en Colombia, que no se trascienden en el siglo XIX (con la independencia) y se mantienen incluso hasta el día de hoy; segundo, la “necesidad de deselitización de las genealogías de la colombianidad, incluyendo lo que aparece como Independencia”; y tercero, la comprensión de los eventos conmemorativos a partir de las preocupaciones e historicidad de quienes celebran (de su presente) (RESTREPO, 2010, p. 69).

Concretamente sobre las políticas de la memoria y los usos públicos de la historia desplegados durante la conmemoración bicentenaria, puede citarse el artículo de Sebastián Vargas (2011), *El Bicentenario de la Independencia en Colombia: rituales, documentos, reflexiones*. El texto remite al contexto de creación de la Alta Consejería para el Bicentenario de Independencia (entidad encargada de diseñar, coordinar y ejecutar los festejos), desde 2008; y da cuenta de las principales actividades conmemorativas oficiales, así como de las conmemoraciones alternativas protagonizadas por sectores disidentes y movimientos sociales, como la Marcha Patriótica, el Congreso de los Pueblos y organizaciones afrodescendientes, entre 2009 y 2010. Este es el primer trabajo en abordar los principales usos y representaciones de la historia que circularon en la esfera pública durante el bicentenario, y de manera particular, las disputas y tensiones entre diversos actores sociales en torno a la definición del pasado y su apropiación en el presente.

En otro trabajo, *Cabalgando entre el pasado y el presente. Usos estatales del bicentenario en Colombia (2009-2010)*, Vargas toma como caso de estudio las propuestas conmemorativas del ejército nacional (“Ruta libertadora” y “200 años de honor y gloria”). El argumento central del texto es que el bicentenario fue utilizado, por parte de los publicistas del Ministerio de Defensa y la Presidencia de la República, como un instrumento de legitimación del modelo de seguridad democrática del gobierno de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), por la vía de la exaltación del patriotismo y la fabricación de una línea de continuidad entre los ejércitos patriotas y el ejército nacional contemporáneo (VARGAS, en prensa).

Por su parte, el reconocido historiador Jorge Orlando Melo, publicó en su página web un breve documento titulado *La celebración de la independencia: espectáculo y reflexión*. Allí, Melo (2011) compara el contexto actual colombiano con el de 1910 (año de conmemoración del centenario), y refiere someramente a algunas de las actividades y conmemoraciones que tuvieron lugar en el 2010, como las exposiciones del Museo Nacional, la Biblioteca Nacional y la Biblioteca Luis Ángel Arango, así como del proyecto educativo Historia Hoy, del Ministerio de Educación Nacional. Pero ante todo, se detiene en la producción historiográfica reciente sobre el período de la independencia.

Finalmente, la revista de antropología de la Universidad Nacional, *Maguaré*, incluyó en su número 24 una sección sobre la conmemoración de la independencia desde la perspectiva de sectores subalternos, con una introducción de los investigadores Marta Saade y Pablo Mora (2010). Se trata de textos de líderes indígenas y afrodescendientes como Darío Mejía Montalvo, Feliciano Valencia, Juan de Dios Mosquera, Jeremías Tunubalá y Liliana Pechené, Lorenzo Muelas y Carlos Rosero. Observaremos dos ejemplos. En *No estamos para celebraciones: las lecciones aprendidas de los 200 años*, el líder nasa Feliciano Valencia (2010) expone cómo durante los últimos doscientos años los pueblos indígenas han sido objeto de una “victimización sistemática”, a la vez que han llevado a cabo constantes “ejercicios de resistencia” para subsistir como comunidad. Razones suficientes para mantenerse al margen de la celebración bicentenaria, y en vez de eso, utilizar la coyuntura para proponer un “nuevo país” de la mano de otros sectores sociales (VALENCIA, 2010, p. 409). Una perspectiva similar se encuentra en el artículo de Darío Mejía Montalvo, de la comunidad zenú, quien además denuncia el multiculturalismo que caracterizó al programa oficial de festejos, al denominarlo “disfraz de la diversidad” (MEJÍA, 2010). Estos documentos son ejemplos – entre muchos otros – que dan cuenta de las tensiones, contradicciones y disputas sobre el sentido de lo conmemorado en 2010.

Posibles caminos: cuestiones teóricas, precauciones metodológicas

Las investigaciones hasta aquí reseñadas son bastante heterogéneas si se miran en conjunto: abordan diferentes momentos a lo largo de un lapso amplio de tiempo – los últimos dos siglos –; abarcan diversas locaciones geográficas del territorio nacional; sus enfoques teóricos y analíticos oscilan entre una historia política clásica, la historia cultural y la antropología histórica; y emplean diversas fuentes para reconstruir las conmemoraciones. Más allá de sus diferencias o especificidades, todas nos ofrecen relevantes aproximaciones, descripciones y análisis de las ceremonias patrióticas o cívicas, insumos pertinentes para una historia y una crítica de la conmemoración ritual en Colombia. Para cerrar este balance, quisiera plantear algunas cuestiones teóricas y precauciones metodológicas, a modo de problemas interconectados, en aras de una comprensión más crítica y compleja de la investigación hecha hasta el momento, así como de la apertura de nuevos senderos de indagación.

El primer problema es el del desequilibrio en términos de los períodos abordados. Como ya se señaló antes, y como queda patente en este estado del arte, la mayoría de investigadores se han concentrado en el Centenario de independencia (1910), dedicando menor atención al siglo XIX, y en especial, al siglo XX. El período de comienzos del siglo XIX, correspondiente a las primeras fiestas y rituales republicanos, está mejor cubierto dado el interés reciente en la historiografía colombiana por la emergencia de una nueva cultura política durante la Independencia, la cual fue estructurada por discursos y prácticas que circularon en el ceremonial patriótico, entre otros medios y objetos culturales (ORTEGA; CHICANGANÁ, 2011, 2012). Quedan pendientes, por tanto, el emprendimiento de nuevas investigaciones sobre conmemoraciones rituales en el siglo XX, en especial durante la segunda mitad del mismo (particularmente de los sesenta a los noventa), momento en que las tendencias de la globalización y el multiculturalismo comienzan a transformar lentamente las bases de la nacionalidad que habían dado sustento a la fiesta patriótica desde sus comienzos, permitiendo la emergencia de nuevas ciudadanías y diversos discursos sobre el pasado

nacional conmemorado (YIE, 2010, p. 133). Estas transformaciones y disputas en torno al paradigma de nación (y del significado de la ciudadanía), así como sus implicaciones en los contenidos y las formas de las conmemoraciones, se manifestaron claramente durante el bicentenario de independencia. 2010, en consecuencia, es otro momento que espera por ser estudiado sistemáticamente por futuros investigadores.

De la misma manera como deben explorarse otros puntos en el tiempo además del Centenario, resulta importante descentrar a Bogotá como sede por antonomasia de la conmemoración ritual. Por supuesto que la capital de la república fue el escenario de los principales eventos conmemorativos y sede de las instituciones y legislaciones que los regularon por dos siglos. No obstante, desconocer qué sucedió en otras ciudades y provincias es ignorar la agencia histórica y política de las regiones, sus propias agendas conmemorativas y concepciones y usos particulares de la historia. En este sentido, son rescatables los estudios sobre Tunja, Santander, Cartagena y Cali mencionados más arriba, pero hacen falta nuevos trabajos para otras regiones que nos permitan conocer mejor nuestra historia de conmemoraciones. Adicionalmente, éstos deben intentar acercarse a las conmemoraciones en toda su complejidad, sin limitarse a reconstruir la experiencia de las elites regionales (y su posición frente a los lineamientos conmemorativos provenientes del centro) para dar cabida a otros sujetos sociales, especialmente a los sectores populares y subalternos.

Esto nos lleva a nuestro tercer problema: las fuentes. Generalmente, las fuentes disponibles para nuestro objeto de estudio, son producidas por las elites y dan testimonio del papel de las mismas en la organización y ejecución de los festejos, así como su idea de la historia. Rara vez dan cuenta de la participación de otros actores sociales, especialmente en las conmemoraciones del siglo XIX y gran parte del XX. Para las últimas décadas del siglo XX y, en particular para el Bicentenario, encontramos una mayor cantidad y diversidad de fuentes, así como un reconocimiento mayor de la participación de múltiples sectores participantes, debido al cambio de paradigma de nación y al “giro multicultural” que caracteriza a los festejos de este período.

Fundamentalmente, han sido dos los tipos de fuentes las utilizadas en estas investigaciones: por un lado, las crónicas oficiales, producidas por las Juntas y/o Comisiones para los festejos, así como por los gobiernos central y/o departamentales y municipales;⁷ y, por otro, la prensa, tanto nacional como local. Ambos tipos de fuentes pueden encontrarse en bibliotecas, archivos, fuentes de documentación y hemerotecas. Para rastrear los documentos de prensa y otras fuentes primarias, es imprescindible tener en cuenta las fechas conmemorativas, concentradas en los meses de julio y agosto. Adicionalmente, cada región o ciudad cuenta con su propia efeméride (el 11 de noviembre para Cartagena, 7 de abril para Bomboná, etc.). Por otra parte, algunos de los estudios reseñados utilizan fuentes visuales: exploran las conmemoraciones a partir de su registro iconográfico y/o fotográfico (PÉREZ, 2010; LOMNÉ, 1991). Finalmente, los que abordan conmemoraciones más recientes, se valen de la observación etnográfica (VARGAS, 2011).

Considero pertinente seguir teniendo en cuenta las fuentes tradicionales, interrogándolas con nuevas preguntas para poder escuchar otras voces sobre las conmemoraciones. En los intersticios de las crónicas y memorias oficiales, así como de los reportajes de prensa, es posible hallar otros puntos de vista e información inédita sobre las celebraciones. Así mismo, es recomendable abrirse a nuevos tipos de documentos: audiovisuales (por ejemplo archivos de transmisiones de televisión), multimedia (como las páginas web oficiales montadas para el bicentenario), registros etnográficos y la memoria colectiva: entrevistas y discusiones focales con grupos de diferentes edades que permitan rastrear el recuerdo (y los olvidos) de la experiencia conmemorativa (estos últimos para el caso de las fiestas cívicas de la segunda mitad del siglo XX y del XXI), etc.

Quizás el problema central, y más complicado de resolver, es el de la necesidad del descentramiento de la nación como sujeto de la historia de las conmemoraciones rituales. ¿Cómo hacer la historia de otras conmemoraciones, disidentes, a otras escalas, de otras cosas, cuando lo que se ha documentado durante las dos últimos siglos y lo que se ha investigado en las tres últimas décadas han sido casi exclusivamente las fiestas patrióticas? Me parece que un referente conceptual que puede contribuir a pensar otro tipo

de discursos y prácticas conmemorativas es el trabajo de François Hartog (2007), quien propone la noción de “régimenes de historicidad”. Este concepto alude a las diversas maneras en las que una sociedad se relaciona con el tiempo, es decir, abre la posibilidad de indagar otras formas de experiencia y otras temporalidades no necesariamente atadas al tiempo vacío y homogéneo de la nación moderna (aquel que ha dictado el ritmo de las conmemoraciones rituales desde el siglo XIX). Desde esta perspectiva, trabajos clásicos como el de Joanne Rapaport (2000), *La Política de la memoria: Interpretación indígena de la historia en los Andes colombianos*, y más recientes como el de Pablo Gómez sobre la fiesta del Zocán en Sogamoso (2011), caben en este balance historiográfico y sirven de inspiración para el estudio riguroso y sistemático de conmemoraciones ajenas o incluso contrapuestas a las lógicas conmemorativas del estado-nación. Se trata de enfoques y estudios de caso que han sido desarrollados principalmente desde la antropología, de la cual los historiadores podemos aprender un método y un tratamiento de fuentes a las que no estamos suficientemente acostumbrados, con el fin de comprender y explicar otras texturas y otros sujetos de la conmemoración. Un texto clave para propiciar este acercamiento sigue siendo la conferencia que E. P. Thompson (2000) diera en la India hace casi 40 años, *Historia y antropología*.

Es importante señalar que una de las modalidades de conmemoración no necesariamente asociada al ritual patriótico más común en las últimas décadas es la relacionada con los procesos de recuerdo/olvido colectivo y elaboración del duelo en contextos postraumáticos. Movimientos sociales, organizaciones de Derechos Humanos y otros actores sociales han irrumpido en la esfera pública para realizar actos de rememoración crítica de eventos límite (genocidio, desaparición forzada, masacres, etc.) y exigencias de justicia, reparación y verdad, a partir de propuestas estéticas y/o performativas con un claro contenido histórico combinadas con formas más tradicionales de protesta política (JELIN; LONGONI, 2003). Estas conmemoraciones alternativas, o “golpes de memoria” (EL COLECTIVO, 2009), constituyen una nueva veta de investigación que permite dar cuenta de las disputas simbólicas sobre el sentido del pasado. Así, por ejemplo, podemos citar el libro de Katherine Hite (2012), *Politics and the art of commemoration: Memorials to*

struggle in Latin America and Spain, en donde se estudian este tipo de prácticas y discursos (contra)conmemorativos para el caso de Argentina, Chile, Perú y España. En Colombia existe una amplia literatura sobre el conflicto armado interno, las víctimas de la violencia, y los procesos de construcción de la memoria colectiva (e, inclusive, el papel del arte en estos procesos). Sin embargo hacen falta estudios que aborden específicamente el problema de las fechas, la temporalidad y la conmemoración.

Por otra parte, habría que tener en cuenta que esta modalidad de conmemoración ritual, cuyo sujeto ya no es el estado-nación sino la “víctima”, es en muchos casos incorporada a la memoria nacional a través de políticas de memoria oficiales. Por ejemplo, el Artículo 142 de la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras proclamó recientemente el 9 de abril (fecha que evoca el magnicidio de Jorge Eliécer Gaitán en 1948) como “Día nacional de la memoria y la solidaridad con las víctimas” (COLOMBIA, 2011, p. 76). Por lo tanto, los investigadores de este tipo de conmemoración deben estar bastante atentos a los conflictos, negociaciones y desplazamientos en torno a las efemérides y su significado histórico, que tienen como protagonistas a los diversos sectores sociales que promueven “golpes de memoria” en el espacio público y a las instituciones gubernamentales que tratan de administrar estas nuevas manifestaciones de la memoria colectiva.

Finalmente, faltaría señalar un último desplazamiento conceptual necesario para abrir nuevos rumbos investigativos sobre las conmemoraciones rituales: pasar del estudio de la *producción* de los discursos y las prácticas conmemorativas al estudio de su *recepción*. La mayoría de estudios referidos en este balance, se aproximan a las fiestas nacionales o cívicas como formas culturales dominantes producidas por las elites, en donde las categorías de “nacionalismo”, “progreso” o “ciudadanía” jugaron un papel determinante. Un lenguaje conmemorativo aparentemente hegemónico y homogéneo desplegado en diversos soportes – poesía, monumentaria, museografía, historiografía, etc. – del que ha quedado testimonio, principalmente, en crónicas oficiales y reportajes periodísticos. No obstante, sabemos menos de la forma en que los sectores sociales no pertenecientes a las elites se apropiaron, usaron, interpretaron (o no) estos discursos, gestos y prácticas conmemorativos que el

estado-nación confeccionó en diferentes momentos de su historia para el consumo y formación de sus ciudadanos, básicamente porque por lo menos hasta la segunda mitad del siglo XX estuvieron excluidos tanto de los festejos como de su registro (PEREIRA, 2011).

Se trata de un problema historiográfico bastante conocido en la historia cultural, y que ha sido planteado por Roger Chartier, en un libro donde define la cultura como *apropiación*, abriendo la posibilidad de rastrear las dimensiones de resistencia y resignificación de toda forma cultural “dominante”:

[...] pensar las prácticas culturales en términos de apropiaciones diferenciadas autoriza también a no considerar como totalmente eficaces y radicalmente aculturantes los textos, las palabras o los ejemplos que se proponen moldear los pensamientos y las conductas de la mayoría. Esas prácticas son siempre creadoras de usos o de representaciones en modo alguno reducibles a las voluntades de los productores de discursos y de normas. De ninguna manera el acto de lectura puede por tanto ser anulado en el texto mismo, ni los comportamientos vividos en las prohibiciones y los preceptos que pretenden regularlos. La aceptación de los modelos y de los mensajes propuestos se operan a través de adecuaciones, rodeos y en ocasiones resistencias que manifiestan la singularidad de cada apropiación (CHARTIER, 1995, p. 12).

Esta conceptualización de la cultura como apropiación nos permite entonces entender la conmemoración como un fenómeno heterogéneo y complejo, un texto que no es incontestado, un gesto que no siempre es seguido al pie de la letra. Metodológicamente, este cambio de perspectiva implica buscar en los silencios de las fuentes tradicionales así como en la riqueza de los nuevos registros documentales, aquellas voces, pistas e indicios que contribuyan a reconstruir los diversos usos, reapropiaciones y representaciones de la conmemoración que escaparon a la intención y al sentido original que le asignaron sus productores. Toda futura indagación sobre conmemoraciones rituales debería considerar estos desplazamientos y rearticulaciones conceptuales y metodológicas.

RESEARCH ON RITUAL COMMEMORATIONS IN COLOMBIA (XIX-XXI CENTURIES): A HISTORIOGRAPHICAL BALANCE

Abstract: This paper presents a historiographical balance of contemporary research on commemorative rituals in Colombia since the nineteenth century to the present. Given the close relationship these rituals have had with nation-state building and legitimation over the past two centuries, some researchers refer to them as “civil ceremonies” or “patriotic holidays”. The article is divided into three parts. At first, the problem of ritual commemorations is defined as an object of study that is part of a more general concern of history and social sciences about the politics of memory and public uses of history. Later, it is presented an inventory and brief analysis of contemporary inquiries on this subject in Colombia. The final section brings together the conclusions of the balance, suggesting possible new theoretical and methodological paths on ritual commemorations research.

Keywords: Ritual Commemorations. Patriotic Holidays. Colombia. Historiography.

Notas

¹ “Resulta interesante además que en la fiesta que conmemora un acontecimiento en particular se condensan diferentes coyunturas del proceso independentista: el régimen del terror y la campaña militar, por ejemplo. La celebración quiebra así la cronología y abre una lógica temporal diferente en tanto aglutina momentos diversos en un mismo espacio simbólico” (PÉREZ, 2010, p. 81).

² “Al incorporar el pasado indígena en la narrativa histórica nacional, se valoró la civilización precolombina, mientras que al mismo tiempo se separó a los indígenas contemporáneos de ese legado de la pre-conquista, el cual no podían entender ni apreciar porque estaban oprimidos” (EARLE, 2002, p. 792). La traducción es mía.

³ En el marco de mi investigación doctoral, he realizado para el caso mexicano un rastreo similar al presentado en este balance. De los 31 estudios que he podido identificar y consultar, 12 corresponden a los Centenarios de 1910 y 1921.

⁴ Luis Carlos Colón (2012) desarrolla las mismas temáticas en otro lugar: *Representar la nación en el espacio urbano: Bogotá y los festejos del Centenario de la Independencia*.

⁵ Es importante señalar que este texto, al igual que los antes reseñados de Amada Carolina Pérez (2010) y Carolina Vanegas (2010), forman parte de la investigación curatorial de la exposición *Las historias de un grito. Doscientos años de ser colombianos* (presentada por el Museo Nacional de Colombia con motivo del Bicentenario de Independencia), y se encuentran publicados en el catálogo de la misma.

⁶ Para un acercamiento a este corpus historiográfico, pueden verse los estados del arte de Germán Mejía (2011) y Jorge Orlando Melo (2011).

⁷ Las instituciones encargadas de las conmemoraciones oficiales han dejado a su paso unos anales que permiten rastrear las políticas de la memoria en momentos específicos de la historia del país. Por ejemplo, la Academia Colombiana de Historia ha publicado discursos y programas conmemorativos para diferentes años del siglo XX. Ver, por ejemplo, ACADEMIA COLOMBIANA DE HISTORIA (1942, 1976).

Referencias

ACADEMIA COLOMBIANA DE HISTORIA. *Conferencias pronunciadas por sus autores en la sala de la Academia en los años de 1940, 1941 y 1942, con ocasión de las fiestas patrias*. Bogotá, D.C.: Voluntad, 1942.

_____. *Programa de la celebración de los festejos patrios en el año de 1976*. Bogotá, D.C.: Kelly, 1976.

ACEVEDO PUELLO, Rafael. La historia y la patria en la provincia de Cartagena, 1810-1814. Apuntes sobre la noción de Usos Públicos de la historia. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 14, n. 29, p. 7-23, 2010.

_____. *Memorias, lecciones y representaciones históricas: la celebración del primer centenario de la Independencia en las escuelas de la provincia de Cartagena (1900-1920)*. Bogotá, D.C.: Universidad de los Andes, 2011.

BETANCOURT, Alexander. Pasado nacional y revisionismo histórico: lecturas sobre la independencia en los años sesenta en Colombia y México. In: RAMÍREZ, Renzo (Comp.). *Estudios comparados de historia moderna y contemporánea: el caso de México y Colombia*. Medellín: Universidad Nacional, 2011.

BURKE, Peter. La historia como memoria colectiva. In: _____. *Formas de historia cultural*. Madrid: Alianza, 2011. p. 65-85.

CALDERÓN, María Teresa; RESTREPO, Isabela (Ed.). *Colombia 1910-2010*. Bogotá, D.C.: Taurus, 2010.

CHARTIER, Roger. *Sociedad y escritura en la Edad Moderna: la cultura como apropiación*. México, D.F.: Instituto Mora, 1995.

COLOMBIA. Ministerio del Interior y de Justicia. Ley de Víctimas y Restitución de Tierras. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. Bogotá, D.C.: Imprenta Nacional de Colombia, 2011.

COLÓN, Luis Carlos. Representar la nación en el espacio urbano: Bogotá y los festejos del Centenario de la Independencia. In: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (Ed.). *Construir bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización*. Buenos Aires: Infinito, 2012.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. New York: Cambridge University Press, 2007.

DE ALMEIDA, Jaime. Santa Librada en nuestra agenda para el Bicentenario. In: GUERRERO, Javier; WIESNER, Luis (Comp.). *Memoria, historia y nación: a propósito del Bicentenario de la Independencia en Latinoamérica*. Medellín: La Carreta-Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2010.

EARLE, Rebecca. "Padres de la Patria" and the ancestral past: commemorations of independence in nineteenth-century Spanish America. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, UK, v. 34, n. 4, p. 775-780, 2002.

EL COLECTIVO. Golpe de memoria. *E-MISFÉRICA*, Nueva York, n. 6.1, 2009. Disponible en: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/el-colectivo-intro>>. Consultado en: 18 nov. 2014.

EL FANTASMA de la libertad: Celebraciones por la independencia, 1810-1910. Dirección: Jimena Montaña Cuéllar y Pablo Castillo Muñoz. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=p90GX69qDwA>>. Consultado en: 20 oct. 2014.

ERLL, Astrid. *Memoria colectiva y culturas del recuerdo: estudio introductorio*. Bogotá, D.C.: Universidad de los Andes, 2012.

ESCOBAR, Juan Camilo. Las representaciones sociales, políticas y culturales de las independencias iberoamericanas. In: GUERRERO, Javier; WIESNER, Luis (Comp.). *Memoria, historia y nación: a propósito del Bicentenario de la Independencia en Latinoamérica*. Medellín: La Carreta-Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2010.

FISCHER, Thomas. La celebración del centenario de independencia en Bogotá y Caracas. In: SCHEUZGER, Stephan; SCHUSTER, Sven (Ed.). *Los centenarios de la independencia: representaciones de la historia patria entre continuidad y cambio*. Eichstätt: Zentralinstitut für Lateinamerika-Studien, 2013.

GILLIS, John (Ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GÓMEZ, Pablo. Patrimonio y etnopolíticas de la memoria: el pasado como aparato ideológico en la fiesta del Zocán en el templo del sol de Sogamoso. *Antípoda*, Bogotá, D.C., n. 12, p. 165-186, 2011.

GONZÁLEZ, Marcos. Fiesta nacional y Guerra de Independencia neogranadina. In: GUERRERO, Javier; WIESNER, Luis (Comp.). *Memoria, historia y nación*: a propósito del Bicentenario de la Independencia en Latinoamérica. Medellín: La Carreta-Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2010.

_____. Fiestas de independencia en Bogotá (1809-1830). In: ORTEMBERG, Pablo (Dir.). *El origen de las fiestas pátrias*: Hispanoamérica en la era de las Independencias. Rosario: Prohistoria, 2013.

HARTOG, François. *Regímenes de historicidade*: Presentismo y experiencias del tiempo. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 2007.

HITE, Katherine. *Politics and the art of commemoration*: Memorials to struggle in Latin America and Spain. London: Routledge, 2012.

INSTITUTO DISTRITAL DE CULTURA Y TURISMO (IDPC). *La Ciudad de la Luz*: Bogotá y la Exposición Agrícola e Industrial de 1910. Bogotá, D.C.: IDPC, 2005.

JIMÉNEZ, Andrés. Hispanismo y lengua en la conmemoración del primer Centenario de la independencia en Colombia. In: SCHEUZGER, Stephan; SCHUSTER, Sven (Ed.). *Los centenarios de la independencia*: representaciones de la historia patria entre continuidad y cambio. Eichstätt: Zentralinstitut für Lateinamerika-Studien, 2013.

JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones*: las disputas en las fechas 'in-felices'. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elizabeth; LONGONI, Ana (Comp.). *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

LOMNÉ, Georges. La revolución francesa y la simbólica de los ritos bolivarianos. *Historia Crítica*, Bogotá, D.C., n. 5, p. 3-17, 1991.

MARTÍNEZ, Abel; OTÁLORA, Andrés. Patria y Madre Patria: las fiestas centenarias de 1910 y 1911 en Tunja. *Historia y memoria*, Tunja, n. 5, p. 115-143, 2012.

MARTÍNEZ, Frédéric. ¿Cómo representar a Colombia? De las exposiciones universales a la exposición del Centenario, 1851-1910. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; WILLS, María Emma (Comp.). *Museo, memoria y nación*: Misión de los museos nacionales para los ciudadanos del futuro. Bogotá, D.C.: Museo Nacional de Colombia, 2000.

MEDINA, Medófilo. Bicentenario y globalización. In: GUERRERO, Javier; WIESNER, Luis (Comp.). *Memoria, historia y nación*: a propósito del Bicentenario de la Independencia en Latinoamérica. Medellín: La Carreta-Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 2011.

MEJÍA, Darío. ¿Qué conmemoramos? El disfraz de la diversidad entre 200 y 500 años. *Maguaré*, Bogotá, D.C., n. 24, p. 403-408, 2010.

MEJÍA, Germán. Noticias bibliográficas: conmemoración fiestas de la Independencia en Colombia. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 15, n. 30, p. 91-105, 2011.

MELO, Jorge Orlando. *La celebración de la independencia: espectáculo y reflexión*. 2011. Disponible en: <http://www.jorgeorlandomelo.com/ambi_cele.html>. Consultado en: 20 oct. 2014.

MURILLO SANDOVAL, Juan David. Fiestas, memoria y libros: las ediciones conmemorativas del primer centenario de la Independencia en Bogotá y Cali. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 16, n. 33, p. 191-207, 2012.

NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les Lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008.

ORTEMBERG, Pablo (Dir.). *El origen de las fiestas patrias: Hispanoamérica en la era de las Independencias*. Rosario: Prohistoria, 2013.

ORTEGA, Francisco; CHICANGANÁ, Yobenj (Ed.). *Del dicho al hecho: 200 años de independencia y ciudadanía en Colombia*, XIII Cátedra Anual de Historia Ernesto Restrepo Tirado. Bogotá, D.C.: Universidad Javeriana, 2011.

_____. *Conceptos fundamentales de la cultura política de la Independencia*. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional; Helsinki: University of Helsinki, 2012.

PALACIOS, Marco (Ed.). *Las independencias hispanoamericanas: Interpretaciones 200 años después*. Bogotá, D.C.: Norma, 2009.

PÉREZ, Amada Carolina. La independencia como gesta heroica en el continuo histórico nacional: la “densidad” de la representación, 1880-1909. In: MUSEO NACIONAL DE COLOMBIA. *Las historias de un grito: Doscientos años de ser colombianos - exposición conmemorativa del Bicentenario 2010*. Bogotá, D.C.: Museo Nacional de Colombia, 2010.

PÉREZ, Amada Carolina; YIE, Maite. Cultura política y conmemoración en Colombia. Primer siglo de vida republicana. In: ORTEGA, Francisco; CHICANGANÁ, Yobenj (Ed.). *Conceptos fundamentales de la cultura política de la Independencia*. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional; Helsinki: University of Helsinki, 2012.

PEREIRA, Alexander. Cachacos y guaches: la plebe en los festejos bogotanos del 20 de julio de 1910. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, D.C., n. 38, p. 79-108, 2011.

PIEDRAHITA, Santiago Díaz. 20 de julio de 1810: referente obligado y conmemoración crítica. *Boletín de antigüedades*, Bogotá, D.C., v. 93, n. 833, p. 245-262, 2006.

RAPPAPORT, Joanne. *La Política de la Memoria: Interpretación Indígena de la Historia en los Andes Colombianos*. Popayán: Universidad del Cauca, 2000.

RESTREPO, Eduardo. ¿Quién imagina la independencia? a propósito de la celebración del bicentenario en Colombia. *Nómadas*, Bogotá, D.C., n. 33, p. 69-77, 2010.

RINCÓN, Carlos. Conmemoraciones y crisis: Centenario, Sesquicentenario, Bicentenario. In: ESCOBAR, Juan Camilo; DE MOJICA, Sarah; MAYA, Adolfo (Ed.). *Conmemoraciones y crisis: Procesos independentistas en Iberoamérica y la Nueva Granada*. Bogotá, D.C.: Universidad Javeriana-Universidad EAFIT, 2012.

ROMÁN, Raúl. Memorias enfrentadas: Centenario, nación y estado 1910-1921. *Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, Barranquilla, n. 2, p. 1-22, 2010.

SAADE, Marta; MORA, Pablo. 200 años desde las orillas: otras voces en la conmemoración de la independencia en Colombia. *Maguaré*, Bogotá, D.C., n. 24, p. 397-401, 2010.

SAMACÁ, Gabriel. El centenario de la muerte del “hombre de las leyes”: el papel del Centro de Historia de Santander y la conmemoración departamental (1940). *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 17, n. 35, p. 38-57, 2013.

SCHEUZGER, Stephan. Las conmemoraciones en los Centenarios de la independencia: un comentario a su estudio historiográfico. In: SCHEUZGER, Stephan; SCHUSTER, Sven (Ed.). *Los centenarios de la independencia: representaciones de la historia patria entre continuidad y cambio*. Eichstätt: Zentralinstitut für Lateinamerika-Studien, 2013.

TARAZONA, Álvaro Acevedo. El primer centenario de Colombia (20 de julio de 1910): Unidad nacional, iconografías y retóricas de una conmemoración. *Credencial Historia*, Bogotá, D.C., n. 252, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Historia y antropología. In: _____. *Agenda para una historia radical*. Barcelona: Crítica, 2000. p. 13-43.

TORRES, Juan Carlos (Comp.). *El gran libro del Bicentenario*. Bogotá, D.C.: Planeta, 2011.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso: Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

VALENCIA, Feliciano. No estamos para celebraciones: las lecciones aprendidas de los 200 años. *Maguaré*, Bogotá, D.C., n. 24, p. 409-410, 2010.

VANEGAS, Carolina. Representaciones de la Independencia y la construcción de una “imagen nacional” en la celebración del centenario en 1910. In: MUSEO NACIONAL DE COLOMBIA. *Las historias de un grito*: Doscientos años de ser colombianos – exposición conmemorativa del Bicentenario 2010. Bogotá, D.C.: Museo Nacional de Colombia, 2010.

_____. *Disputas simbólicas en la celebración del centenario de la independencia de Colombia en Bogotá (1910)*: los monumentos a Simón Bolívar y a Policarpa Salavarrieta. Bogotá, D.C.: Ministerio de Cultura, 2012.

VARGAS, Sebastián. El bicentenario de la independencia en Colombia: rituales, documentos, reflexiones. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 15, n. 31, p. 66-84, 2011.

_____. Presentación del dossier: políticas de la memoria y usos públicos de la historia. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, D.C., v. 17, n. 35, p. 6-9, 2013.

_____. Cabalgando entre el pasado y el presente: Usos estatales del Bicentenario de la Independencia en Colombia (2009-2010). In: GUTMAN, Margarita; Versace, Ileana (Ed.). *Bicentenarios en Acción*: Conmemoración, Crisis Económica y Movilización Política en América Latina. Buenos Aires: Infinito. En prensa.

YIE, Maite. Narrativas de pasado, de nación y ciudadanía en las celebraciones patrióticas durante el siglo XX en Colombia. In: MUSEO NACIONAL DE COLOMBIA. *Las historias de un grito*: Doscientos años de ser colombianos – exposición conmemorativa del Bicentenario 2010. Bogotá, D.C.: Museo Nacional de Colombia, 2010.

ZAMBRANO, Fabio; CASTELBLANCO, Carolina. *El kiosco de la luz y el discurso de la modernidad*. Bogotá, D.C.: Alcaldía Mayor, 2002.

Recibido em: 03/12/2014

Aprovado em: 01/02/2015

ARTIGOS

Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII)

Renan Frighetto*

Resumo: Os *regna* romano-bárbaros, constituídos graças à concessão da autoridade romana, colocavam-se como herdeiros imediatos do passado imperial tardo-romano e, ao mesmo tempo, assumiram os antigos problemas de natureza política que antagonizavam os *reges* e os vários grupos aristocráticos que resistiam à autoridade e poder daqueles. Por esse motivo, os reis romano-bárbaros lançaram mão de estratégias pragmáticas, como o estado permanente de conflito, e teórico-imagéticas, como a readequação de símbolos e rituais anteriormente existentes, para que reforçassem e legitimassem seu poder e sua condição política. Como exemplo efetivo destas ações práticas e teóricas, destacamos o Reino Hispano-Visigodo de Toledo (séculos VI-VII) no período que envolveria os reinados de Leovigildo (569-586) e Wamba (672-680).

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Realeza Romano-Bárbara. Eleição. União. Reino Hispano-Visigodo de Toledo.

Introdução: Poder e Antiguidade Tardia

Sempre que nos referimos ao poder, tendemos, na maioria dos casos, a pensar nas múltiplas formas de ação levadas a cabo por indivíduos ou grupos, tanto nos ambientes públicos como nos

* Doutor em História Antiga pela Universidad de Salamanca (1996); Mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Instituição: Universidade Federal do Paraná – Departamento de História. Pesquisador ID CNPq; pesquisador do NEMED/UFPR. E-mail: rfrighetto@hotmail.com

privados, que têm como meta alcançar determinado fim ou objetivo. Seus resultados são vistos, muitas vezes, como uma vitória sobre outros grupos e indivíduos que defendem perspectivas distintas, sejam elas de cariz político-ideológico ou socioeconômico. Logo, fica evidente que relacionamos a noção de poder àquelas atividades pessoais e coletivas geradoras de conflitos que estão vinculadas ao desenvolvimento de práticas associadas ao âmbito social, em consonância com a afirmação feita por Norberto Bobbio:

Quando se procura compreender em que é que consiste essa particular intensidade e, por conseguinte, em que é que a relação amigo-inimigo se distingue de todas as outras relações conflitantes de intensidade não igual, logo se nota que o elemento distintivo está em que se trata de conflitos que, em última instância, só podem ser resolvidos pela força ou justificam, pelo menos, o uso da força pelos contendentes para pôr fim à luta (BOBBIO, 1997, p. 959).

Normalmente vislumbramos o final desses processos conflitativos sem nos atermos aos contextos históricos que os promoveram e que podem lançar-nos a uma abordagem específica e mais detalhada dos elementos políticos, sociais, econômicos e culturais envolvidos diretamente nos seus desdobramentos. Queremos dizer com isso que o acontecimento histórico, quando analisado desde a perspectiva científica que caracteriza o ofício do Historiador, está, necessariamente, vinculado tanto a uma conjuntura como a uma estrutura histórica que podem oferecer-nos explicações possíveis para entendermos as motivações que geraram aqueles fatos e conflitos. Essa perspectiva foi apontada por Jean-Michel Carrié ao recuperar a contribuição de Santo Mazzarino para os estudos sobre a Antiguidade Tardia:

Santo Mazzarino a inscrit au départ de sa démarche le refus de réduire le ‘tardoantico’ à un idéal-type de la décadence des empires. Invitant à prendre le contre-pied des interprétations unilatérales, il a contribué à faire de la période le laboratoire d’une histoire où les phénomènes sont privés de

signification tant que l'étude les maintient isolés, d'une histoire globale procédant par va-et-vient constant de l'analyse des faits économiques, sociaux, institutionnels, à celle de la culture et des mentalités: c'est bien là ce qui a fait la vitalité des recherches d'Antiquité tardive de ces quarante dernières années (CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999, p. 21).

Essa visão também é compartilhada por Stefano Gasparri e Cristina La Rocca quando ambos definem que a própria Antiguidade Tardia:

È risultato più proficuo, in questa introduzione all'alto medioevo, considerare ampiamente la tarda antichità, come fase nella quale coesistono e si trasformano contemporaneamente vecchie e nuove realtà, nella quale agiscono vecchi e nuovi processi. Il mondo che ne risulta ci è apparso a lungo più 'postromano' che 'altomedievale', intendendo con quest'ultimo termine una società ormai completamente diversa da quella antica. La prima società autenticamente altomedievale è quella carolingia (GASPARRI; LA ROCCA, 2013, p. 24-25).

No seio desta sociedade em transformação, encontramos vários exemplos de acontecimentos vinculados à forma da ascensão de indivíduos à condição de detentores de um poder político superior. Devemos considerá-los importantes indícios para analisarmos quais seriam os mecanismos de poder utilizados pelos grupos sociopolíticos mais destacados naquele amplo recorte cronológico balizado entre os séculos II e VIII, apresentado por parte da historiografia contemporânea como a Antiguidade Tardia (RIEGL, 1901; BROWN, 1972; MARROU, 1979; CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999; WARD-PERKINS, 2007; MARCONE, 2008; FRIGHETTO, 2012a), que pode, como sugerem Gasparri e La Rocca, encontrar novas denominações:

Gli stessi concetti ormai consolidati di tarda antichità e di alto (o primo) medioevo, che come si vedrà sono da noi

abbondantemente utilizzati, sono però in parte inadeguati a esprimere le esigenze della ricerca recente, che necessita di una cronologia al tempo stesso più fine e meno ancorata ai segmenti temporali tradizionali, sia pure rivisti e maggiormente articolari rispetto al passato (GASPARRI; LA ROCCA, 2013, p. 24).

Ora, partindo dessa premissa podemos propor, de forma criteriosa e científica, “novas” subdivisões cronológicas para explicar o porquê de considerarmos a Antiguidade Tardia uma autêntica estrutura histórica de longa duração, dotada de identidade própria e repleta de conflitos sociopolíticos que visavam a busca pelo poder. Assim, diferenciamos este momento histórico de seu precedente helenístico e de seu consequente medieval, sendo a Antiguidade Tardia uma larga etapa histórica em que ocorreram intensas readaptações políticas, institucionais, sociais e culturais marcadas tanto pelo confronto como pela interação e integração. Imaginarmos a ausência de conflitos naquele mundo tardo-antigo, para tentarmos explicá-lo como parte de um processo de “continuidades e permanências” com relação ao passado greco-romano, tem o mesmo peso e significado se pensarmos na possibilidade de que os conflitos somente existiram numa Idade Média que rompeu com toda a tradição que lhe antecedeu – forma um tanto simplista, genérica e quimérica para afrontarmos as convenções cronológicas por nós criadas. Rupturas sempre existiram, desde a Antiguidade mais remota, sem que significassem um esquecimento total das experiências do passado, pois este se apresentava como verdadeiro legitimador dos diversos presentes históricos que investigamos.

Levando em conta essa multiplicidade de aproximações e oposições, vislumbramos a possibilidade de apontar a existência de dois momentos muito bem caracterizados nessa Antiguidade Tardia que estudamos: primeiramente aquele que balizariamos, *grosso modo*, entre o final do século II e meados do século IV, período no qual os elementos políticos, institucionais, ideológicos e culturais foram renovados e atualizados em relação aos preexistentes dos tempos do Principado. Podemos denominá-lo, seguindo nesse caso a tradição

historiográfica, “romanidade tardia” (JONES, 1964; REMONDON, 1973), momento no qual a divisão da autoridade imperial tornou-se perceptível e perene, tendo como exemplo máximo a “Tetrarquia”. Isso é fruto de um processo histórico característico apontado por Valério Neri:

L'associazione al potere del proprio successore designato con el titolo di Cesare era un fenomeno comune fin dagli inizi dell'Impero. Anche nel III secolo è una scelta frequente e, a quel che si conosce, generale quando esisteva un figlio legittimo dell'imperatore in carica [...] Il sistema tetrarchico, con la divisione del potere fra due Augusti e due Cesari adottati dagli Augusti e destinati alla successione, ha precedenti, sotto qualche aspetto, in ben pochi assetti del potere imperiale [...] (NERI, 2013, p. 660).

Além desta, deparamo-nos com uma segunda fase, cronologicamente situada entre meados do século IV e meados do século VIII, época na qual a confluência e a interação provocadas em muitos casos pela confrontação entre os bárbaros que ingressaram e se estabeleceram nos territórios romanos com as autoridades e populações romanas promoveram, na *Pars Occidentalis*, o surgimento de diversos *regna*, que preservaram e readequaram os alicerces institucionais e políticos do Império Romano. Este momento histórico, integrado na Antiguidade Tardia, pode ser definido como a “romanidade bárbara”, fase de conflitos e de encontros culminada pela institucionalização da monarquia de perfil tardo-romano entre os bárbaros. Esses reinos, na opinião de Evangelos Chrysos, foram forjados a partir do processo de acomodação das *gentes* bárbaras no ambiente político-territorial romano: “It was mainly the need to accommodate themselves politically and economically in their new environment and in relationship with the Empire that the migrating peoples shaped the structure of their polities as *regna*” (CHRYsos, 2003, p. 14).

Os reinos também envolviam a aproximação plural, que deve ser entendida como múltipla e diversificada, entre os segmentos

aristocráticos romanos e bárbaros, configurando, dessa forma, novas “identidades”, novas *gentes* junto destas entidades institucionais herdeiras do passado imperial romano (FRIGHETTO, 2013).

Portanto, podemos dizer que a configuração das monarquias romano-bárbaras no Ocidente tardo-antigo tinha como elemento primordial o reconhecimento da realeza enquanto instituição de poder por parte dos segmentos aristocráticos bárbaros e romanos. Sabemos bem que o *barbarorum rex* era escolhido pelos pares aristocráticos bárbaros que representavam, em um primeiro momento, a sociedade política naqueles grupos tribais. A informação de Orósio de que Alarico liderava “os seus godos”¹ leva-nos a corroborar a ideia de que aquele fora escolhido como rei dentre um universo aristocrático restrito formado por grupos clânicos que o acompanhavam em suas campanhas militares, enquanto Radagaiso, por exemplo, seria outro *gothorum rex* eleito e apoiado por outros grupos bárbaros simultaneamente. A confrontação entre ambos os *reges* foi também apresentada por Orósio, “[...] dois grupos de povos dos godos, com dois de seus reis potentíssimos lutando pelas províncias romanas”.² Observamos aqui um princípio de institucionalização da realeza entre os bárbaros, que estava alicerçado por um “estado permanente de conflito”, no qual a guerra constante e contra quaisquer inimigos reforçaria e destacaria o papel do *rex* como condutor daqueles grupos que o seguiam.

Para além da confrontação que reforçava o papel de destaque do *rex barbarorum*, os passos mais significativos para o estabelecimento definitivo da realeza bárbara como instituição herdeira do *romanorum imperium* foram realizados no momento em que os grupos bárbaros, liderados por seu respectivo *rex*, fixaram-se de maneira mais perene em determinados territórios romanos e, principalmente, quando passaram a interagir com os segmentos aristocráticos de origem romana neles fixados (MATHISEN, 1993, p. 29; HEATHER, 1998, p. 183; VALVERDE CASTRO, 2000, p. 70). Este foi o caso do *regnum gothorum* criado na *Aquitania* a partir de 418, como resultado do estabelecimento de um pacto fixado entre Valia, *rex gothorum*, e o *magister militum* ocidental Constancio³. Nas palavras de Hidácio de Chaves:

Valia [...] depois de um pacto de paz com o Patrício Constancio, fez guerra aos Alanos e Vandalos Silingos que estavam estabelecidos na Lusitania e na Bética. [...] Valia, rei dos godos, em nome dos romanos, causou numerosas mortes de bárbaros no interior da Hispania. [...] Os godos, interrompendo a luta que mantinham, foram chamados por Constancio às Galias e receberam terras na Aquitania, deste Tolosa até o oceano.⁴

Vale dizer que desse momento em diante encontraremos, *pari passu*, uma realeza goda vinculada a um determinado espaço territorial inicialmente concedido pelos romanos, onde a *auctoritas* do *rex gothorum* fazia-se efetiva e, em certa medida, autônoma com relação ao poder político imperial romano ocidental. À medida que a *potentia* imperial romana foi fenecendo na *Pars Occidentalis* ao longo do século V, a autoridade régia dos godos da *Aquitania* passou a ocupar um espaço político paulatinamente vacante, exercendo sua hegemonia sobre uma considerável parcela dos territórios da *Galia* e da *Hispania*. Para entendermos essa passagem do poder do *imperium romanorum* ao *regnum gothorum* durante a quinta centúria, devemos lançar o nosso olhar sobre as fragilidades da própria autoridade imperial romana, incapaz de manter a confiança e a fidelidade dos grupos aristocráticos de origem romana nas províncias ocidentais. Por outro lado, o fortalecimento político e militar dos godos, que mantiveram o *foedus* com os romanos até o reinado de Eurico,⁵ bem como a aproximação destes com segmentos aristocráticos romanos e a emulação dos signos de poder característicos da tradição política imperial tardo-romana aparecem como sinais evidentes da supremacia do *regnum gothorum*. Os escritos de Sidônio Apolinário referem-se diretamente a estes temas: primeiramente ao descrever a relação entre o rei godo de Tolosa Teodorico II e o aristocrata galo-romano Avito, este apoiado pelo primeiro para assumir a condição de *imperator* em meados do século V.

Mas se os deuses favorecerem os meus desejos, terei de expiar as ruínas do crime, ó ilustre duque, você consentes que eu

fique ao teu lado, para te elevar ao título de Augusto [...]. Não exijo nenhuma obrigação, mas declaro solenemente: “Sou amigo de Roma e enquanto você for chefe, sendo você Imperador, serei teu soldado”.⁶

E, ainda, a aliança recordada por Isidoro de Sevilha no século VII em sua *Historia Gothorum*: “Este (Teodorico), por ter prestado sua ajuda, em união dos galos, ao imperador Avito para obter a dignidade imperial, entrou na Hispania com um grande exército e com o consentimento do próprio imperador Avito”.⁷

Encontramos, também em Sidônio, certos símbolos visuais e institucionais utilizados no ambiente da corte goda de Tolosa que nos mostram uma vinculação direta desta com o passado imperial romano, numa clara proposta de *mimesis* política e administrativa que reforçava a ideia de que a realeza goda colocava-se como herdeira da autoridade imperial nos territórios ocidentais (VALVERDE CASTRO, 2000, p. 69-107; HILLGARTH, 2009, p. 9). O futuro bispo de Clermont-Ferrand⁸, referindo-se a Teodorico II, indicou-nos que “[...] na hora segunda, o rei levantou-se do seu trono para inspecionar seus tesouros e estúbulos”,⁹ apontando a existência entre os godos de tesouros, estúbulos e um trono, elementos administrativos e símbolos característicos tanto do passado romano como de uma realeza que paulatinamente se institucionalizava, como assevera Evangelos Chrysos:

Following this demand several forms of *imitation imperii* were placed on the agenda. The court, the language, public ceremonies involving the king, court rituals, his titles and dress, forms of distinct munificence to the people and many other expressions of power were imitating of Roman forms that were thought to safeguard and support the position of the *rex* as *dominus* over his *gens* and the Roman population in his *regnum* (CHRYsos, 2003, p. 16).

Embora sejam quantitativamente poucos estes indícios que atestariam essa institucionalização da realeza dos godos da *Aquitania* a partir do reinado de Teodorico II, parece-nos lógico pensar

na existência de mecanismos políticos que definiriam as formas de ascensão ao poder régio naquele *regnum gothorum*. A existência de um conselho formado pelos anciãos, que estava amparado pelos costumes dos antepassados, personagens apontados por Sidônio Apolinário como os integrantes mais importantes da sociedade política goda e conselheiros do rei¹⁰, surge como um indício de que daquele seletor grupo político formado pelos representantes das *Gothicae gentes* aclamava-se e elegia-se o novo soberano dos godos. Contudo, esta prática política “eletiva” podia perfeitamente “mascarar” o predomínio de um determinado grupo ou família destacado por liderar os godos em ações militares vitoriosas (VALVERDE CASTRO, 2000, p. 111), que receberia o apoio dos demais *primates* godos, revelando, com isso, a força de uma sucessão hereditária que estaria plenamente vinculada com as tradições políticas tardo-romanas que, seguramente, influenciaram os godos da *Aquitania*. Neste caso, entenderíamos a primazia dos Baltos (GARCIA MORENO, 2008, p. 142-143), desde Alarico I e, posteriormente, com Teodorico I e seus filhos e sucessores Turismundo, Teodorico II e Eurico, bem como o filho deste último, Alarico II¹¹, como grupo prioritário que manteve as rédeas da realeza goda no *regnum gothorum* da *Aquitania* pelo menos até a sua desapareição no ano de 507. Apesar desta constatação, parece-nos exagerado desconsiderar a força política detida por outros grupos e famílias que faziam parte da sociedade política do *regnum gothorum* da *Aquitania*, incluindo aqui aristocratas e nobres de origem romana que integravam a corte tolosana (DIAZ, 1998, p. 183), caso do *uir spectabilis* Leon, senador e conselheiro do rei Eurico¹². Além disso, devemos recordar que tentativas de usurpação ocorreram desde o tempo de Teodorico II¹³, demonstrando a existência de resistências e de oposições ao grupo dos Baltos que podem explicar a contraditória perspectiva de um poder régio já efetivo, mas igualmente contestado; rivalidades aristocráticas que certamente contribuíram para o acirramento das disputas internas e que, potenciadas pela pressão franco-burgúndia, culminaram na derrota de Alarico II em *Uogladum* e na saída da cena política romano-bárbara do reino dos godos da *Aquitania*.

A Aclamação e a Eleição entre as *Gothicae Gentes* no *regnum gothorum Toletanum*

Esse acontecimento, relacionado aos godos e a um conjunto mais amplo de populações fixadas no espaço geográfico da *Galia* e da *Hispania*, portador de um significativo impacto em termos políticos e institucionais,¹⁴ estimula-nos a confrontar algumas questões interessantes para desenvolvermos uma análise sobre as dimensões do poder político entre os séculos VI e VIII nos antigos territórios romanos ocidentais onde se estabeleceram os *regna* romano-bárbaros. Primeiramente, observamos que a morte de Alarico II, traumática na perspectiva das fontes hispano-visigodas posteriores foi o estopim para a desapareção do *regnum gothorum* da *Aquitania*:

Este [Alarico II], que havia passado desde a infância a sua vida inteira no ócio e nos banquetes, ao fim, levado pelas provocações dos francos, ofereceu combate contra aqueles na região do Poitou e foi ali aniquilado. Com a morte de Alarico, o reino de Tolosa ficou destruído, sendo ocupado pelos francos.¹⁵

A perda da autoridade sobre o território aquitano e de parte das áreas hegemônicas da *Galia* foi sem dúvida impactante para a realeza goda, mas nem tanto para os segmentos aristocráticos e nobiliárquicos que mantiveram seu poderio e presença tanto naquelas áreas como também em outros espaços, nos quais a hegemonia goda fazia-se presente desde os primórdios do século V (WALLACE-HADRILL, 2014, p. 157-158) particularmente a *Narbonense* e determinadas regiões da *Hispania*¹⁶.

Foi exatamente naquelas áreas hispânicas, ao longo da primeira metade do século VI e em dois eixos localizados entre Cordoba-Sevilha-Mérida-Toledo e Barcelona-Tarragona-Zaragoza, que notamos o início de um movimento de *renovação* do ideal régio originado, em nossa opinião, a partir das disputas entre os grupos aristocráticos godos e hispano-romanos que culminaram com a *aclamação* e a *eleição* de um *rex*, Atanagildo, no primeiro eixo no ano de 554. Como nos relata Isidoro de Sevilha:

Agila [...] levou a guerra contra a cidade de Cordoba [...] perdeu seu filho, morto ali com grande quantidade de combatentes, e também todo o tesouro real, junto com importantes riquezas. O próprio Agila, vencido e em meio a fuga, amedrontado, se refugiou em Mérida. Passado algum tempo, Atanagildo, que ambicionava o poder, o usurpou e com valor militar aniquilou o exército que Agila enviou a Sevilha. Vendo os godos que se destruíam mutuamente, mais temerosos de que os combatentes [romano-orientais] invadiram a *Spania* por causa de uma ajuda militar, assassinam a Agila em Mérida e se entregam ao poder de Atanagildo.¹⁷

Parece-nos certo afirmar que este *ressurgimento* da realeza entre os godos estava também relacionado com o rompimento de um possível acordo estabelecido entre Atanagildo e o imperador Justiniano (SANZ SERRANO, 2009, p. 240), fato que provocou a fixação das forças romano-orientais na franja litorânea do levante e do sul da *Hispania*. Novamente encontramos um detalhamento dessa questão no discurso isidoriano:

Este [Athanagildo], que desejava a tempos privar a Agila do poder, que já havia usurpado, havia pedido ao imperador Justiniano tropas em sua ajuda, que depois não conseguiu expulsar de suas fronteiras apesar de suas tentativas. Contra estes combatentes [romano-orientais] se luta até agora [...]. Atanagildo morreu em Toledo de morte natural [...].¹⁸

Logo, tanto as disputas internas como a ameaça de uma força externa promoveram uma aproximação entre determinados grupos aristocráticos e nobiliárquicos interessados na escolha de uma liderança militar capaz de reunir e congregar esforços na busca pela manutenção e pela consolidação de um *status quo* sociopolítico daqueles grupos políticos diretamente vinculados ao passado tolosano no seu espaço de dominação efetiva, as áreas da *Baetica* e da *Lusitania*. Algo similar ocorreu no processo de *renovação* da realeza ocorrido nos territórios da *Narbonense* e da *Tarraconense*,

esta última vinculada ao segundo eixo, que encontrou nos irmãos Liuva e Leovigildo seu produto mais acabado (GARCIA MORENO, 1989, p. 105-106; VALVERDE CASTRO, 2000, p. 338-340; CASTELLANOS, 2007, p. 92). O primeiro, aclamado e eleito pelas *Gothicae gentes* da *Narbonense* em 568, consorciou seu irmão ao poder e designou-o para governar as áreas da *Tarraconense* dominadas pelos godos, como indicam João de Biclaro e Isidoro de Sevilha:

Naquele tempo o rei dos godos na *Hispania*, Atanagildo, foi colhido pela morte e Liuva é alçado ao poder [...]. No ano III do império, Leovigildo, irmão do rei Liuva, recebe a autoridade sobre a *Hispania Citerior* [...].¹⁹

Na era DXV, no ano segundo de Justino o Menor, depois de Atanagildo, Liuva é alçado ao poder em Narbona pelos godos e reinou por três anos. Dois anos após a sua elevação nomeou o seu irmão, Leovigildo, não somente seu sucessor, mas também participe na autoridade pondo-o a frente da administração da *Hispania*, contentando-se [Liuva] com a autoridade sobre a Galia. Dessa forma a autoridade estava dividida por dois governantes [...].²⁰

Essa ação relaciona-se, em nossa opinião, com as práticas políticas desenvolvidas pela autoridade imperial tardo-romana desde o século IV e que podemos definir como a partilha, ou divisão, da autoridade soberana característica da Antiguidade Tardia (FRIGHETTO, 2012a, p. 133 et seq.).

Ora, a partir dessas informações, constatamos que o exercício da autoridade régia entre os godos sobrevivera à derrota de Alarico II, sendo essencialmente mantido entre os segmentos aristocráticos e nobiliárquicos godos nas regiões gálicas e hispânicas, áreas nos quais aqueles eram hegemônicos. Portanto, a ideia da existência de um único *rex gothorum* que exerceria sua *auctoritas* sobre um espaço único e que envolveria vastas áreas da *Hispania* e a *Galia Narbonense* até o ano de 569 seria, a todas as luzes, incerta. Com efeito, analisando com maior atenção o relato do biclarenses em relação ao casamento entre Leovigildo e a viúva de Athanagildo, Gosvinta, “[Leovigildo] Por meio do casamento com Gosvinta,

viúva de Athanagildo, tomou para si a província dos godos, que por causa de diversas revoltas havia sido reduzida, e de forma espetacular recuperou seus antigos limites”.²¹

Podemos dizer que a autoridade régia goda encontrava-se *de facto* dividida entre duas áreas distintas e autônomas, que envolviam os quadrantes sul-sudoeste e nordeste da *Hispania*, além da *Narbonense*. Seria possível que nestas duas áreas encontrássemos um avançado estágio de integração, por via de casamentos e pactos entre grupos aristocráticos godos e hispano-romanos (VALVERDE CASTRO, 2002, p. 523), denotando, com isso, a configuração de uma aristocracia hispano-visigoda que existira antes mesmo da constituição do *regnum visigothorum Toletanum*. Em nossa opinião, esta autoridade régia, recoberta de símbolos distintivos²² (DIAZ; VALVERDE CASTRO, 2000, p. 62-67) e extensiva a um âmbito geográfico maior na *Hispania*, foi forjada e formada a partir das campanhas e vitórias militares realizadas e alcançadas por Leovigildo durante o seu longo reinado (569-573/586), como bem indica Isidoro de Sevilha:

Na era de DCVI, no ano terceiro do império de Justino o Menor, Leovigildo, tendo obtido a autoridade sobre a Hispania e a Galia, decidiu ampliá-la com a guerra e aumentar o seu poder. Com efeito, obtendo o apoio e o favor do seu exército graças às vitórias alcançadas, realizou grandes feitos [...] Apoderou-se de grande parte da Hispania, pois antes os godos estavam reduzidos a limites mais reduzidos [...].²³

Essas vitórias militares estenderam a dominação da realeza goda sobre áreas mais vastas e certamente levaram Leovigildo a repetir a mesma experiência realizada por seu irmão tempos antes, a de compartilhar a autoridade régia ao consorciar seus dois filhos, Hermenegildo e Recaredo, no ano de 573²⁴. Encontramo-nos, uma vez mais, perante um *rex* em estado permanente de conflito, que derrotou militarmente os seus inimigos, como as aristocracias de origem hispano-romana de *Cordoba* e de *Sevilha*²⁵, as forças romano-orientais²⁶, suevas²⁷ e as sempre buliçosas populações das montanhas do norte-noroeste hispânico, os cântabros, os *sappos*,

os celtíberos e os vascos, todas enquadradas na categorização de bárbaros²⁸, além de esconjurar tentativas de usurpações promovidas por integrantes da aristocracia goda²⁹ e de sua própria família³⁰. Ações essas que foram bem-sucedidas, como indicado por Isidoro de Sevilha, por conta do valor militar e da liderança exercidas por Leovigildo, aliadas naturalmente a uma visão política mais extensa, apontada por João de Biclaro, que o levou a unir-se com Gosuintha, viúva de Atanagildo, propiciando a união de dois potentes grupos aristocráticos godos, detentores de importantes patrimônios e hostes nos eixos sul-sudoeste e nordeste da *Hispania*, que foram fundamentais nas campanhas militares desenvolvidas pelo *rex gothorum*.

Dessa forma, podemos dizer que foi a partir do reinado de Leovigildo que se efetivou, na prática, a constituição de um *regnum* sobre uma boa parcela do território da antiga *Hispania* romana e da *Galia Narbonense*. Um processo longo, que ganhou uma forma mais definida no reinado de Suinthila (621-631), quando ocorreu a definitiva derrota das forças romano-orientais/bizantinas no levante hispânico do ano de 624, como indica Isidoro de Sevilha:

Suinthila pela graça de Deus, tomou o cetro do poder [...]. Mas depois que subiu à dignidade do poder real, ocupou, em combate que se realizou, as cidades restantes que administrava o exército romano na Hispania, alcançou por seu feliz êxito a glória de um triunfo superior ao dos demais reis, já que foi o primeiro que obteve o poder monárquico sobre toda a Hispania entre os oceanos, feito jamais ocorrido com nenhum príncipe anterior.³¹

Porém, afirmar que todo o território hispânico encontrava-se sob a dominação do *rex gothorum* é, em nossa opinião, um exagero que ainda está presente em vários manuais e que deve ser revisto. Evidente que encontramos alguns indícios que sugerem uma unidade política em volta da realeza goda, particularmente do ponto de vista ideológico da conversão das *gentes* godas e suevas ao catolicismo, promovida no III Concílio de Toledo de 589 no reinado de Recaredo e desejada pelos responsáveis episcopais, ao ponto de

notarmos nas fontes a elaboração de um discurso no qual se apresentava uma única e poderosa *gens*, goda, sueva e hispano-romana (FRIGHETTO, 2012b, p. 8-12; 2013, p. 105):

Presente está toda a ínclita linhagem dos godos [...]. Não apenas a conversão dos godos se conta entre a série de favores que recebemos; mais ainda, a multidão infinita dos suevos, embora conduzida à heresia por culpa alheia, foi trazida por nossa diligência à origem da verdade [...].³²

Ou seja, encontramos-nos diante de uma proposta integradora de todos os segmentos aristocráticos e nobiliárquicos fixados naquele espaço hispânico no qual a autoridade do *princeps christianus sacratissimus* seria exercida, o *regnum gothorum*.

Ao lado desta criação identitária que englobava todas as *gentes* sobre o manto do Cristianismo católico numa área geográfica delimitada, observamos a consolidação e o reconhecimento coletivo dos signos visíveis e próprios da realeza, dentre os quais o do estabelecimento de uma *urbs regia* em Toledo³³, local onde no decorrer do século VII o soberano receberia o seu definitivo reconhecimento por parte do conjunto dos integrantes da sociedade política hispano-visigoda (VELÁZQUEZ; RIPOLL, 2000; MARTIN, 2003, p. 207-208). De fato, em Toledo reuniram-se as grandes assembleias políticas do *regnum* (DIAZ, 1998, p. 186-187), os concílios toledanos, que congregavam os mais destacados representantes da aristocracia e da nobreza hispano-visigoda e que tinham como uma de suas atribuições a eleição de um novo *rex gothorum* logo após a morte de seu predecessor, como estabelecido no cânone 75 do IV Concílio de Toledo de 633, “Morto pacificamente o rei, os grandes das gentes em união com os bispos designarão de comum acordo ao sucessor no trono para que se conserve por nós a concórdia da unidade”³⁴, e reiterado pelo cânone 10 do VIII Concílio de Toledo de 653, “De agora em diante, pois, de tal modo serão designados os reis para ocupar o trono régio, que seja na cidade régia, seja no lugar onde o rei tenha morrido, será eleito com o voto dos bispos e dos maiores do palácio”.³⁵

É interessante notarmos que os representantes conciliares toledanos reunidos no VIII Concílio recuperaram uma pré-condição à legitimidade da eleição de todo o novo soberano já existente desde o IV Concílio, provavelmente olvidada pela ascensão usurpatória de Chindasvinto (642-651)³⁶ (FRIGHETTO, 2007, p. 121-123; DIAZ, 2012, p. 183-185), e que estava baseada na colegialidade dos grandes do reino, os bispos e os integrantes do ofício palatino que de comum acordo elegeriam o rei. A inovação apresentada em 653 apontava para a importância do lugar onde o soberano receberia o seu reconhecimento, com destaque à cidade régia de Toledo. De fato, a *urbs regia* toledana, centro político e institucional do *regnum gothorum*, surgia como o espaço ideal para congregar os mais importantes representantes das aristocracias laica e eclesiástica, coletividade que legitimaria o novo soberano (VELÁZQUEZ, 2003, p. 208-209). Logo, a eleição realizada em Toledo ganhava maior projeção que aquela feita em outras localidades e regiões, reforçando, inclusive, a própria realeza, que tinha como símbolo mais destacado o indissociável vínculo com a *urbs regia*, como bem indica-nos Ildefonso de Toledo:

[...] ao converter-me no sucessor de Eugenio II, de sagrada memória, na gloriosa sede da cidade toledana – e a chamo gloriosa não por ser centro de atração para inumeráveis homens, pois que lhe dá prestígio a presença de nossos gloriosos príncipes [...].³⁷

Certamente por esse motivo, as eleições régias realizadas unicamente fora do espaço político toledano passaram, a partir de então, a ser consideradas como ilegítimas e tirânicas³⁸, sendo o seu incremento um evidente indício das disputas aristocrático-nobiliárquicas que acabavam atingindo a própria instituição régia hispano-visigoda.

Além disso, parece-nos certo observar que aquela determinação apresentada no VIII Concílio toledano também estabelecia uma espécie de hierarquização entre as formas de escolha do futuro *rex*, propondo uma atualização e ao mesmo tempo um reforço do princípio aristocrático tradicional presente desde a eleição de Alarico I

nos finais do século IV (GARCIA MORENO, 2008, p. 142-143). A leitura do cânone 10 propõe uma dupla possibilidade para essa ação: a primeira e mais imediata seria a da indicação do novo soberano dentre os integrantes aristocráticos e nobiliárquicos do *ofício palatino*, uma aclamação que podia ser entendida como “conspiração de poucos”, insuficiente para que o soberano obtivesse o reconhecimento da sua escolha por parte do conjunto dos “sócios” que com ele governavam.³⁹ Este mecanismo político de ascensão ao poder régio deveria ser complementado pela eleição, que envolveria a participação do conjunto mais amplo dos segmentos da aristocracia-nobreza laica e eclesiástica hispano-visigoda, *maiores*, *primates* e bispos que validariam em Toledo a aclamação régia que poderia ter sido feita, em um momento inicial, no âmbito político mais limitado e restrito.

A unção como mecanismo de legitimação da eleição régia no *regnum gothorum*

Mas para além desta hierarquização na forma de escolha do soberano, verificamos pela primeira vez nas fontes conciliares hispano-visigodas o evidente estabelecimento de uma vinculação entre a eleição régia como decorrência da vontade divina, descrita dessa forma por Ildefonso de Toledo:

Depois eram ungidos por essa crisma os reis em honra de sua dignidade. Daí que se diz com referencia a eles: ‘Não toqueis em meus ungidos’. Nos sacerdotes e reis esta era somente uma unção mística pela qual se figurava o futuro Cristo, Rei e Sacerdote [...]. Portanto, posto que somos linhagem de eleição e sacerdócio real por isso somos ungidos depois do batismo da água, com o crisma, para que nos chamemos cristãos [...].⁴⁰

Do ponto de vista conciliar, essa menção da relação entre a unção e a escolha divina do futuro soberano estava presente no cânone 10 do VIII Concílio de Toledo:

Assim o Espírito Santo, pelas decisões de ambos os poderes, de tal modo soprou sobre os corações dos mortais que dali em diante, com seu alento vital, apagou qualquer incêndio de maus desejos. Tudo está claro nas próprias decisões, para que assim como a natureza ignorada e incompreensível da piedade divina se uniu em união de pessoa à condição dos mortais no mistério da redenção humana [...].⁴¹

Em nossa opinião, esta passagem conciliar indicaria a efetiva inauguração de um rito que seria realizado a partir de então para reforçar a eleição do novo soberano hispano-visigodo, o da imposição da unção como sinal inequívoco do reconhecimento régio dado por Deus à indicação e à escolha feita pelos homens.⁴² Assim, a partir do reinado de Recesvinto, marcado pelos problemas da ascensão de seu pai e antecessor Chindasvinto, a unção surgia como mais um signo de reforço para a legitimidade régia.

De fato, a unção aparece como a parte final e mais destacada do processo de legitimação da autoridade régia descrita pela *Historia Wambae* de Juliano de Toledo (HILLGARTH, 1970, p. 284; COLLINS, 1977, p. 48). Indubitavelmente, encontramos-nos diante de uma obra historiográfica plenamente favorável à instituição régia e considerada como autêntico manual de propaganda e de formação dirigido aos integrantes dos segmentos aristocráticos hispano-visigodos (COLLINS, 1977, p. 31-49; GARCÍA HERRERO, 1991, p. 202; VELÁZQUEZ, 2003, p. 212; DIAZ, 2012, p. 190-191). Escrita provavelmente entre os anos de 673 e 683 (DIAZ Y DIAZ, 1958, p. 75; HILLGARTH, 1976, p. XIII; TEILLET, 1986, p. 417; GARCÍA HERRERO, 1998, p. 202), a *Historia Wambae* principia com a morte de Recesvinto na *uillula* de *Gerticos*, situada a cerca de 120 milhas de Toledo,⁴³ fato que levou à escolha de Wamba, feita por meio da aclamação entre os membros do ofício palatino, para suceder ao recém-falecido soberano.⁴⁴ Porém, a negativa do novo rei de assumir seus poderes de forma imediata, apontada pela narrativa histórica de Juliano⁴⁵, coincide plenamente com as determinações conciliares exaradas no VIII Concílio de Toledo, pois diante de uma aclamação feita por um pequeno grupo de integrantes da aristocracia-nobreza e distante da *urbs regia*⁴⁶, Wamba optou por receber o reconhecimento político e eclesiástico de sua

eleição em uma imponente cerimônia que foi realizada na basílica pretoriense de São Pedro e São Paulo em Toledo, alguns dias após a sua aclamação⁴⁷ (GARCÍA HERRERO, 1998, p. 193; COLLINS, 1977, p. 46; DIAZ; VALVERDE CASTRO, 2000, p. 77-80).

A cerimônia detalhada por Juliano de Toledo estava revestida de imagens e gestos muito eloquentes e significativos. Por meio deles, podemos vislumbrar a dinâmica de um ritual que abrangia a todos os segmentos sociopolíticos do *regnum gothorum*, alegoria que tentava acentuar a existência de um consenso institucional e político à volta da realeza. Notamos, aqui, um tom marcadamente providencialista direcionado à realeza hispano-visigoda (HILLGARTH, 1970, p. 300; COLLINS, 1977, p. 43), aproximando-a simbolicamente daquela realeza de Israel descrita no Antigo Testamento⁴⁸, de reis guerreiros que por meio da unção receberam o apoio divino e cujo relato influenciou, do ponto de vista ideológico, o conjunto dos pensadores eclesiásticos hispano-visigodos ao longo do sétimo século (HILLGARTH, 2009, p. 18). Por esse motivo, a cerimônia da unção, que também podemos denominar como a *consecratio regnum* (NELSON, 1986, p. 287), tinha na figura régia o seu centro motriz,⁴⁹ dividindo-se em duas etapas bem marcadas. Estas começam com o ingresso do rei pela nave central da basílica pretoriense dos Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, dirigindo-se ao altar no qual se encontrava o bispo metropolitano da *Cartaginense* e da *urbs regia*, Quirico (GARCIA MORENO, 1974, p. 119). Num segundo momento, diante do bispo toledano responsável pela imposição da crisma⁵⁰, Wamba ajoelhou-se e sobre a sua fronte foi vertido o óleo crismal, sendo proferidas as bênçãos e cingido o signo da cruz⁵¹ à vista de todos os mais destacados representantes das *gentes* hispano-visigodas e dos membros do *ofício palatino* presentes na cerimônia.⁵² Por certo que a descrição da *unctio/consecratio regnum* de Wamba mostra-nos aquilo que Janet Nelson definiu como a “liturgização” daquele ritual conduzida pelas hierarquias eclesiásticas que acentuava a relação entre o mundo dos homens e da divindade (NELSON, 1986, p. 287; VALVERDE CASTRO, 2000, p. 204).

Longe de entendermos o ritual da unção como uma expressão da supremacia episcopal sobre a figura régia, pois a percepção existente entre aquele que recebe o Sopro do Espírito Santo e o que a impõe

sugere interpretações das mais variadas (COLLINS, 1977, p. 35), o que parece importante frisar é o efetivo papel simbólico da unção no processo da eleição do *rex gothorum*. De fato, a unção surgia como mecanismo ideológico de legitimação do poder régio perante o universo aristocrático e nobiliárquico hispano-visigodo, sendo um dos alicerces do reconhecimento político da realeza buscado principalmente pelo conjunto do episcopado, interessado em fortalecer o papel mediador do soberano pela busca do consenso e da concórdia em uma sociedade política marcada pelo confronto entre as *gentes*.

Considerações finais

Portanto, parece-nos que, para analisarmos e compreendermos os mecanismos envolvidos nas relações de poder na Antiguidade Tardia, vale a pena lançar o nosso olhar sobre os segmentos sociopolíticos mais destacados na romanidade tardia e na romanidade bárbara, aqueles grupos que integravam o conjunto da aristocracia – nobreza que definimos como a sociedade política e que as fontes hispano-visigodas apresentam como *gentes*. Ou seja, para aprofundarmos nossos conhecimentos sobre as relações políticas estabelecidas entre a autoridade soberana e os grupos políticos que delegavam essa função a alguém por meio da aclamação e da eleição na Antiguidade Tardia, devemos, *de facto*, mudar a nossa perspectiva, geralmente centrada na figura soberana, como se aquela detivesse o controle total da situação. Seguindo nossa análise, percebemos que foi durante a Antiguidade Tardia que a instituição régia consolidou-se entre os grupos bárbaros, fato que culminou com a multiplicidade dos *regna* romano-bárbaros fixados nos territórios romanos ocidentais a partir do século V. Em nossa opinião, esse movimento político e institucional desagregador da unidade em volta da pretérita hegemonia de Roma na *Pars Occidentalis* pode ser entendido como decorrência de um processo histórico de longa duração, constatado pela divisão e partilha da autoridade imperial romana, iniciado entre os séculos II e III e que teve sua consequente irradiação nos séculos IV, V, VI e VII, tanto aos grupos políticos romanos estabelecidos nas províncias ocidentais como às populações bárbaras que delas fizeram o seu definitivo solar.

Desse caldeirão sociopolítico e cultural, emergiram os mecanismos políticos da aclamação e da eleição régia, que estavam diretamente relacionados à concessão e ao reconhecimento legados à realeza por parte dos grupos políticos e militares mais destacados no universo das sociedades políticas nos *regna* romano-bárbaros. Observamos que tais mecanismos passaram por evidentes readaptações ao longo da Antiguidade Tardia, revelando, num primeiro momento, a superioridade da prática da aclamação graças à força militar detida pelo *imperator/rex* na romanidade tardia. Já a eleição, mecanismo essencial para a obtenção do reconhecimento do *rex* durante a romanidade bárbara e pautada por um princípio de colegialidade aristocrática, aparece de forma renovada, envolvendo ritos marcadamente cristãos, como o da unção do soberano.

Nesse sentido, ao analisarmos a paulatina institucionalização da realeza entre as *Gothicae gentes*, constatamos que os mecanismos políticos da aclamação, da eleição e os ritos a elas vinculados, como a unção, foram elaborados pelos grupos aristocráticos e nobiliárquicos, fossem laicos ou eclesiásticos, interessados em canalizar na realeza os princípios de uma unidade política legitimada pela maioria dos *optimates* e *primates* interessados no estabelecimento da concórdia e do consenso que os favorecia plenamente. As fontes hispano-visigodas levam-nos a esta senda investigativa, particularmente se nos concentrarmos no século que separou os reinados de Leovigildo e Wamba, período marcado pela coexistência de um “estado permanente de conflito”, que fortalecia a figura régia e do acento na pragmática concessão feita pela aristocracia – nobreza hispano-visigoda para que o rei exercesse o seu poder em prol de todos. Estaríamos diante de um monarca guerreiro que tinha o seu poder reconhecido e concedido pelos integrantes da sociedade política hispano-visigoda, sendo definitivamente legitimado como escolhido pela vontade divina, através do ritual da unção régia comprovadamente realizado no reinado de Wamba. Esse ritual carregado de símbolos evocava e tentava equiparar a realeza hispano-visigoda à antiga realeza veterotestamentária, um evidente reforço ideológico promovido pelas hierarquias eclesiásticas pela legitimação do *princeps christianus sacratissimus*.

Porém, a distância entre a teoria que procurava realçar a superioridade do poder régio e a prática marcada pelas disputas políticas internas entre os vários grupos aristocráticos e nobiliárquicos no Reino Hispano-Visigodo de Toledo demonstram que as relações e os conflitos pelo poder nele existentes são muito mais vívidos do que estáticos. Trata-se de uma dialética que, contrariamente ao que podemos pensar, é promotora de novas análises, debates e reinterpretações sobre as construções e as formas do exercício do poder político régio naquele dinâmico período histórico que denominamos Antiguidade Tardia.

SYMBOLS AND RITUALS: THE MECHANISMS OF POLITICAL POWER IN THE HISPANO-VISIGOTHIC KINGDOM OF TOLEDO (VI-VII CENTURIES)

Abstract: Roman-Barbarian *regna*, constituted through the grant of Roman authority, laid themselves as immediate heirs of the late Roman imperial past and at the same time took the old problems of a political nature that antagonized the *reges* and various aristocratic groups resisting the authority and power of those. For this reason the Roman-Barbarian kings resorted to pragmatic strategies such as permanent state of conflict and theoretical-imagetic states, such as readjustment of previously existing symbols and rituals, to reinforce and legitimize their power and their political status. An effective example of these theoretical and practical actions is the Hispanic Visigothic kingdom of Toledo (VI-VII centuries), during which it involved the reigns of Leovigild (569-586) and Wamba (672-680).

Keywords: Late Antiquity. Roman-Barbarian Kingship. Election. Unction. Hispanic-Visigothic Kingdom of Toledo.

Notas

¹ Or., HAP, VII, 37, 2: ...taceo de Alarico rege cum Gothis suis...

² Or., HAP, VII, 37, 8: ...duo tunc Gothorum populi cum duobus potentissimis regibus suis per Romanas prouincias bacchabantur...

³ Prosp., Chron., a. 411, 1243: Constantinus per Honorii duces Constantium et Ulphulam apud Arelatense oppidum victus et captus...; a. 412, 1247:...eius in locum Patroclus ordinatus amicus et familiaris Constantii magistri militum...; a. 419, 1271: Constantius patricius pacem firmat cum Wallia...

⁴ Hydt., Chron., a. 416: *...Vallia in regno cum patricio Constantio pace mox facta Alanis et Vandalis Silingis in Lusitania et Baetica sedentibus aduersatur [...]; a. 417: Vallia rex Gothorum Romani nominis causa intra Hispanias caedes magnas efficit barbarorum; a. 419: ...Gothi intermisso certamine quod agebant per Constantium ad Gallias reuocati sedes in Aquitanica a Tolosa usque ad Oceanum acceperunt.*

⁵ Chron. Caes., a. 473; Greg. Tour, HF, II, 20; Isid., HG, 34

⁶ Sid.Ap., Carm., VII, 506-12: *...sed di si uota secundant, excidii ueteris crimen purgare ualebit ultio praesentis, si tu, dux inclite, solum Augusti subeas nomen [...]. Non cogimus istud, sed contestamur: "Romae sum te duce amicus, principe te miles...*

⁷ Isid., HG, 31: *...Theudericus [...]. Qui pro eo quod imperatori Auito sumendi imperialis fastigii cum Gallis auxilium praeuisset, ab Aquitania in Spanias cum ingenti multitudine exercitus et cum licentia eiusdem Auiti imperatoris ingreditur...*

⁸ Sidônio assumiu a condição episcopal em 470, Sid. Ap., Epist., III, 1, 2: *...ipse culmina pretiosa posuisti ecclesiam Aruerni municipioli, cui praepositus, Etsi immerito...*

⁹ Sid. Ap., Epist., I, 2, 4: *...Hora est secunda: surgit e solio aut thesauris inspicendis uacaturus aut stabulis.*

¹⁰ Sid. Ap., Carmen VII, 451-9: *...de more Getarum contrahitur; stat prisca annis uiridisque senectus consilii [...]. Postquam in consilium seniorum uenit honora...*

¹¹ Hydt., Chron., a. 451; a. 452; a. 467; Chron. Gall., a. 511, 621; 643; 666

¹² Sid. Ap., Epist., 4, 22, 3.

¹³ Iord., Get., 44, 234; Chron. Caes., a.496; a.497; a.506.

¹⁴ Chron. Gall., a.511, XV, 688-689.

¹⁵ Isid., HG, 36: *...Qui cum a pueritia uitam in otio et conuiuio peregrisset, tandem prouocatus a Francis in regione Pictauensis urbis proelio inito extinguitur eoque interfecto regnum Tolosanum occupantibus Francis destruitur.*

¹⁶ Além do já mencionado na nota 4, Hydt., Chron., a. 418; 420; 422; 444; 453; 456; 457; 458; 459; 460; 462; 463; 465; 469.

¹⁷ Isid., HG, 45: *...Agila [...] aduersus Cordubensem urbem proelio mouens [...]. Nam belli praesentis ultione percussus et filium ibi cum copia exercitus interfectum amisit et thesaurum omnem cum insignibus opibus perdidit; 46: Ipse (Agila) uictus ac miserabili fugatus Emeritam se recepit. Aduersus quem interiecto aliquanto temporis spatio Athanagildus tyrannidem regnandi cupiditate arripiens, dum exercitum eius contra se Hispalim missum uirtute militari prostrasset, videntes Gothi proprio se eueriti excidio et magis metuentes, ne Spaniam milites auxili occasione inuaderent, Agilanem Emerita interficiunt et Athanagildi se regimini tradiderunt.*

¹⁸ Isid., HG, 47: ...*Hic cum iam dudum sumpta tyrannide Agilanem regno priuare conaretur, militum sibi auxilia ab imperatore Iustiniano poposcerat, quos postea submouere a finibus regni molitus non potuit. Aduersus quos huc usque conflictum est [...]. Decessit autem Athanagildus Toletum propria morte...*

¹⁹ Ioan. Bicl., Chron., a. 568, 3: *His temporibus Athanagildus rex Gothorum in Hispania vitae finem susceperit et Liuuia pro eo in regnum provehitur; a. 569, 4: Huius imperii anno III Liuuigildus germanus Liuuani regis superstitis fratre, in regnum citerioris Hispaniae constituitur...*

²⁰ Isid., HG, 48: *Aera DCV, anno II imperii Iustini minoris post Athanagildum Liuuia Narbonae Gothis praefitur regnans annis tribus. Qui secundo anno postquam adeptus est principatum, Leuuigildum fratrem non solum successorem, sed et participem regni sibi constituit Spanaeque administrationi praefecit, ipse Galliae regno contentus. Sicque regnum duos capuit...*

²¹ Ioan. Bicl., Chron., a. 569, 4: *...(Liuiuigildus) Gosuintham relictam Athanagildi in coniugium accipit et provinciam Gothorum, quae iam pro rebellione diversorum fuerat diminuta, mirabiliter ad pristinos revocat terminos.*

²² Isid., HG, 51: *...Aerarium quoque ac fiscum primus iste auxit, primusque inter suos regali ueste opertus solio resedit, nam ante eum et habitus et consessus communis ut genti, ita et regibus erat...*

²³ Isid., HG, 49: *Aera DCVI, anno III imperii Iustini minoris Leuuigildus adepto Spaniae et Galliae principatu ampliare regnum bello et augere opes statuit. Studio quippe exercitus concordante fauore uictoriarum multa praeclare sortitus est [...], Spania magna ex parte potitus, nam antea gens Gothorum angustis finibus artabatur...*

²⁴ Ioan. Bicl., Chron., a. 573: *...duosque filios suos ex amissa coniuge Hermenegildum et Reccaredum consortes Regni facit.*

²⁵ Ioan. Bicl., Chron., a. 572, 2; a. 583, 1; a. 584, 1, 3

²⁶ Ioan. Bicl., Chron., a. 570, 2; a. 571, 3

²⁷ Ioan. Bicl., Chron., a. 576, 3; a. 585, 2, 6

²⁸ Ioan. Bicl., Chron., a. 573, 5; a. 574, 2; a. 575, 2; a. 577, 2; a. 578, 4; a. 581, 3

²⁹ Ioan. Bicl., Chron., a. 578, 4: *Liuiuigildus rex extincti undique tyrannis...; Isid., HG, 51: Extitit autem quibusdam suorum perniciosus, nam quoscumque nobilissimos ac potentissimos uidit aut capite truncauit aut proscriptos in exilium egit...*

³⁰ Ioan. Bicl., Chron., a. 79, 3: *Liuiuigildo ergo quieta pace regnante aduersariorum securitate domestica rixa conturbat. Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assumens in Hispali civitate rebellione facta recluditur...; Isid., Chron., 117: ...Gothi, per Hermenegildum Leouigildi regis filium, bifarie divisi, mutua caede vastantur; Isid., HG, 49: ...Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannizantem obsessum exsuperavit...*

³¹ *Isid., HG, 62: ...Suinthila gratia diuina regni suscepit scepra [...]. Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumphi gloriam prae ceteris regibus felicitate mirabili reportauit, totius Spaniae intra oceani fretum monarchiam regni primus idem potitus principum est conlatum...*

³² *Conc. III Tol., a. 589, Tomus: ...Adest enim omnis gens Gothorum inclyta [...]. Nec enim sola Gothorum conversion ad cumulum nostrae mercedis accessit, quinimmo et Suevorum gentis infinita multitudo, quam praesidio coelesti nostro regno subiecimus...*

³³ A importância de Toledo como centro do poder político aparece indicada desde o reinado de Athanagildo, *Isid., HG, 47: ...Decessit autem Athanagildus Toletum propria morte uacante regno mensibus V*; bem como no reinado de Leovigildo, *Ioan. Bicl., Chron., a. 573, 4: In regia urbe mortalis inguinalis plagae exardescit...*; a. 580, 2: *Liuvigildus rex in Urbem Toletanam synodum episcoporum sectae Arrianae congregat...*; e no de Recaredo, *Ioan. Bicl., Chron., a. 590, 1: Sancta synodus episcoporum totius Hispaniae, Galliae et Gallae-tiae in urbe Toletana praecepto principis Reccaredi congregatur episcoporum numero LXXII...*

³⁴ *Conc. IV Tol., a. 633, c. 75: ...sed defuncto in pace principe primatus totius gentis cum sacerdotibus successorem regni concilio comuni constituent, ut dum unitatis concordia nobis retinetur...*

³⁵ *Conc. VIII Tol., a. 653, c. 10: ...Adhinc ergo deinceps ita erunt in regni gloriam perficiendi rectores, ut aut in urbe regia aut in loco ubi princeps decesserit cum pontificum maiorumque palatii omnimodo eligantur adsensu...*

³⁶ *Fred., Chron., 82: ...unus ex primatibus, nomine Chintasindus, collectis plurimis senatoribus Gotthorum, caeteroque populo, in regnum Spaniae sublimatur, qui Tulganem degradatum ad onus clericatos tonsorari fecit: cumque omne regnum Spaniae suae ditioni firmasset, cognito morbo Gotthorum, quem de regibus degradandis habebant [...]. Fertur de primatibus Gotthorum hoc vitio reprimendo ducentos fuisse interfectos: de mediocribus quinhentos interficere iussit. Quoadusque hunc morbum Gotthorum Chintaindus cognovisset perdomitum, non cessavit quis in suspicione habebat gladio trucidare...; Chron. Moz., a. 754, 22: ...Chindasuintus per tyrannidem regnum Gothorum inuasum Yberie triumphabiliter principat.*

³⁷ *Ild., De Uir. Ill., Praef.: ...successor sanctae memoriae alterius Eugenii factus in sede illa gloriosae Toletanae urbis, – quam non ex hominum immenso conuentu gloriosam dico, cum hac etiam gloriosorum inlustret praesentia principum...*

³⁸ O espaço político para a escolha do novo monarca passa a ser efetivamente *urbs regia* de Toledo, segundo *Conc. VIII Tol.*, a. 653, c. 10: *...non forinsecus aut conspiratione paucorum aut rusticarum plebium seditioso tumultu...*; tanto a eleição de Paulo em Narbona, no decorrer da rebelião contra Wamba, e a eleição de Rodrigo em Cordoba nos primórdios do século VIII são consideradas como típicos atos de tirania, *Iul. Tol.*, *HW*, 8, 148-52: *...Cui unus ex coniuratis, maligni ipsius consilii socius, Ranosindus Paulum sibi regem designat, Paulum sibi nec alterum populis regem mox futurum exoptat. At ubi idem Paulus sui consilii adcelerationem inspexit, consensionem illico propriae uoluntatis adibuit...*; *Cron. Moz.*, a. 754, 52: *...Rudericus tumultuose regnum ortante senatu inuadit...*

³⁹ *Conc. VIII Tol.*, a. 653, *Tomus*: *...Vos etiam inlustres viros, quos ex officio palatino huic sanctae synodo interesse mos primaevus obtinuit ac non vilitas exspectabilis honoravit et experientia aequitatis plebium rectores exegit, quos in regimine socios...*

⁴⁰ *Ild.*, *De Cog. Bap.*, 123: *...Deinde in honorem gloriae Reges eodem chrismatae ungebantur. Unde pro illis dicitur: Nolite tangere Christos meos. In Sacerdotibus autem et Regibus erat haec mystica unctio tantum, qua Christus Rex et Sacerdos futurus figurabatur [...]. Quia ergo genus electum, et regale sacerdotium sumus, ideo post lauacrum aquae unguimur chrismatae, ut Christiani Christi uocemur...*

⁴¹ *Conc. VIII Tol.*, a. 653, c. 10: *...Ita enim Sanctus Spiritus per utrasque definitiones mortalium corda perflavit, ut vitali flatu verborum in posterum omnes exureret male conspicientium rabiem animorum. Actum namque est in definitionibus ipsis, ut quia pietatis divinae inconprehensibilis et ignota natura sese conditione mortalium in unione personae coniunxit mysterio redemptionis humanae...*

⁴² *Isid.*, *De Eccl. Off.*, II, 26, 2: *Sed postquam dominus noster, uerus rex et sacerdos aeternus, a deo patre caelesti ac mystico unguento est dilibutus, iam non soli pontifices et reges sed omnis ecclesia unctione crismatis consecratur, pro eo quod membrum est aeterni regis et sacerdotis...*; *Taius*, *Sent.*, *Praefatio (ad Quiricum)*, 3: *...omnipotentis Domini misericordiam promptissime exorantes efflagitabamus, ut tyrannicae jugum dominationis nequaquam cervicibus nostris sineret impoui, auxiliumque dextera suae piissimo principi contra impiissimum hostem quanto eius impertiret. Sed orationes pauperum et deprecationem misericordissimi principis protinus exaudivit Dominus...*

⁴³ *Iul. Tol.*, *H. W.*, 3: *...Gerebantur enim ista in uillula, cui antiquitas Gerticos nomen dedit, quae fere centum uiginti milibus ab urbe regia distans in Salamanticensi territorio sita est...*

⁴⁴ *Iul. Tol., H. W., 2: ...Qui clarissimus uir, dum decidentis Recesuindi principis morte exequiale funus solueret et lamenta, subito una omnes in concordiam uersi, uno quodammodo non tam animo quam oris affectu pariter prouocati, illum se delectanter habere principe clamant; illum se nec alium in Gothis principari unitis uocibus intonant et cateruatim, ne postulantibus abnueret, suis pedibus obuoluuntur...*

⁴⁵ *Iul. Tol., H. W., 2: ...Quos uir omni ex parte refugiens, lacrimosis singultibus interclusus, nullis precibus uincitur nulloque uoto flectitur populorum, modo non se suffecturum tot ruinis imminnentibus clamans, modo senio confectum sese pronuntians...*

⁴⁶ *Iul. Tol., H. W., 3: ...per hanelantia pleuium uota et per eorum obsequentia regali cultu iam circumdederant magna officia, ungi se tamen per sacerdotis manus ante non passus est, quam sedem adiret regiae urbis...*

⁴⁷ *Iul. Tol., H. W., 3: ...Quod tamen prudenti differens grauitate, nono decimo postquam regnum susceperat die Toletanam urbem ingreditur.*

⁴⁸ *I Samuel, 9, 14-17; 10, 1; 16, 6-13; Conc. IV Tol., a. 633, c. 75: ...et dum Dominus dicat: 'Nolite tangere Christos meos'; et David: 'Quis, inquit, extendet manum suam in Christum Domini et innocens erit?'; Conc. XVI Tol., a. 693, c. 9: ...dicente Domino: Nolite tangere Christos meos; et iterum David: Quis enim extendet manum suam in Christum Domini et innocens erit?, item ipse cuidam conminans: Quare non timuisti mittere manum tuam ut occideres Christum Domini?.; Lib. Ord., VI: ...ut gratiam per manus inpositionem accipiat, sicut Dauid per manus Samuelis accepit...*

⁴⁹ *Isid., De Eccl. Off., II, 26: ...iam non soli pontifices et reges ad omnis ecclesia unctione crismatis consecratur...*

⁵⁰ *Isid., De Eccl. Off., II, 26, 1: Crismae unguentum Moyses primum in Exodo, iubente domino, et composuit et confudit; quo primi Aaron et filii eius in testimonium sacerdotii et sanctitatis peruncti sunt. Deinde quoque et reges eodem crismate sacrabantur...; Isid., Etym., VII, 2, 2: Christus namque a chrismate est appellatus, hoc est unctus. Praeceptum enim fuerat Iudaeis ut sacrum conficerent unguentum, quo perungi possent hi qui vocabantur ad sacerdotium vel ad regnum...; Ild., De Cog. Bap., 123: Crismae unguentum in Leuitico iubente Domino primum Moses et composuit, et effecit. Quae unctio primum in Aaron et filios eius in testimonium sacerdotii et sanctitatis insigne ab eodem Mose habetur inlapsa...; Lib. Ord., V: ...et qui crismate delibuti sunt diuine unctionis...; a primazia episcopal na imposição da Crisma foi apontada por Braul., Ep., 36, 57-64: ...Obtime nouit prudentia tua canonum antiqua esse instituta ut prebiter crismare non audeat, quod seruare et orientem et omnem Italiam hucusque*

scimus. Sed postea consultum est ut crismarent prebiteres sed de crismate benedicto ab episcopis, ut non uideretur prebiterorum hoc esse preuilegium, quum ab illa unctione sancta populum Dei sacrant, sed episcoporum, quorum benedictione et permissu, quasi de manu episcopi, ita huiusce rei peragunt officia...; Ild., De Cog. Bapt., 131: Hoc autem a quo potissimum fiat, sicut sanctus Papa Innocentius attestatur, sic dicit non ab alio, quam ab Episcopo fieri licere. Nam Prebyteri, licet sint Sacerdotes, Pontificatus tamen apicem non habent [...]. Nam Presbyteris seu extra Episcopum, siue praesente Episcopo, cum baptizant, chrismate baptizatos unguere licet, sed quo ab Episcopo fuerit consecratum...; Conc. VIII Tol., a. 653, c. 7: ...Qua da re nosse nos convenit quod episcopalís eminentiae culmen non inmerito sacris omnibus esse summa percensuit, quae ceteris sacerdotibus exercenda prohibuit: [...], chrismatis benedictionem...; Iul. Tol., Prog. Fut. Saec., Praef.: ...quando unguentum illud Sancti Spiritus quod a capite nostro in oram uestimenti eius [...] descenderat, magnae ac necessariae perquisitionis nos accensione lustrabat...

⁵¹ Iul. Tol., H. W., 4: At ubi uentum est, quo sanctae unctionis uexillam susci-peret, in praetoriensi ecclesia, sanctorum scilicet Petri et Pauli, regio iam cultu conspicuus ante altare diuinum consistens, ex more fidem populis reddidit. Deinde curbatis genibus oleum benedictionis per sacri Quirici pontificis manus uertici eius refunditur et benedictionis copia exhibetur, ubi statim signum hoc salutis emicuit...

⁵² Iul. Tol., H. W., 4: ...Et haec quidem praemisisse otiosum forte non erit, quippe ut posteris innotescat, quam uiriliter rexerit regnum, qui non solum nolens, sed tantis ordinibus ordinate percurrens, totius etiam gentis coactus impulsu, ad regni meruerit peruenisse fastigium.

Referências

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Ed.). *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997. p. 954-962.

BROWN, P. *O Fim do Mundo Clássico*: de Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CARRIE, J. M.; ROUSSELLE, A. *L'Empire romain en mutation*: des Séveres à Constantin 192-337. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

CASTELLANOS, S. *Los Godos y la Cruz*: Recaredo y la unidad de Spania. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

CHRYSOS, E. The Empire, the *gentes* and the *regna*. In: GOETZ, H. W.; JARNUT, J.; POHL, W. (Ed.). *Regna and Gentes: the relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden: Brill, 2003. p. 13-9.

COLLINS, R. Julian of Toledo and the royal succession in late seventh century. In: SAWYER, P. H.; WOOD, I. N. *Early Medieval Kingship*. Leeds: University of Leeds, 1977. p. 30-49.

DIAZ Y DIAZ, M. C. *Index Scriptorum Latinorum Medii Aevi Hispanorum*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1958.

DÍAZ, P. C. La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo. In: SÉNAC, P. et al. *De Mahoma a Carlomagno: los primeros tiempos (siglos VII-IX) – XXXIX Semana de Estudios Medievales Estella*. Estella: Gobierno de Navarra, 2012. p. 167-205.

_____. Rey y poder en la monarquía visigoda. *Iberia: Revista de la Antigüedad*, Logroño, v. 1, p. 175-195, 1998.

DIAZ, P. C.; VALVERDE CASTRO, M. R. The theoretical strength and practical weakness of the Visigothic monarchy of Toledo. In: THEUWS, F.; NELSON, J. (Ed.). *Rituals of power: From Late Antiquity to Early Middle Ages*. Leiden: Brill, 2000. p. 59-94.

FRIGHETTO, R. *A Antigüidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá Editora, 2012a.

_____. Identidade(s) e fronteira(s) na *Hispania* visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha. In: FERNANDES, F. R. (Ed.). *Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 91-126.

_____. Memoria conseruanda causa facit: a Memória e a História como veículos da construção de identidades no reino hispano-visigodo de Toledo (final do século VI – primórdios do século VII). *De Rebus Antiquis*, Buenos Aires, v. 2, p. 1-18, 2012b.

_____. O rei e a lei na *Hispania* visigoda: os limites da autoridade régia segundo a *Lex Wisigothorum*, II, 1-8 de Recesvinto (652-670). In: GUIMARÃES, M. L.; FRIGHETTO, R. *Instituições, Poderes e Jurisdições – I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval*. Curitiba: Juruá Editora, 2007. p. 117-135.

GARCÍA HERRERO, G. Julián de Toledo y la realeza visigoda. In: BLANCO, A. G.; NIETO, J. F.; RODRÍGUEZ, J. R. (Ed.). *Arte, sociedad, economía y religión durante el bajo imperio y la antigüedad tardía: homenaje al Profesor Dr. D. José M^a Blazquez Martinez al cumplir 65 años*. Murcia: Ediciones Universidad de Murcia, 1991. p. 201-255.

_____. Sobre la autoría de la *Insultatio* y la fecha de composición de la *Historia Wambae* de Julián de Toledo. In: MÉNDEZ, A.; MONTORO, T.; SANDOVAL, T. (Org.). *Los visigodos y su mundo - Arqueología, Paleontología y Etnografía*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1998. p. 185-213.

GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Catedra, 1989.

_____. Prosopography, nomenclature, and royal succession in the Visigothic kingdom of Toledo. *Journal of Late Antiquity*, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 142-156, 2008.

GASPARRI, S.; LA ROCCA, C. *Tempi Barbarici: l'Europa occidentale tra antichità e medioevo (300-900)*. Roma: Carocci Editore, 2013.

HEATHER, P. *The Goths*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

HILLGARTH, J. N. *Corpus Christianorum: Series Latina, CXV*. Turnholti: Brepols, 1976.

_____. Historiography in Visigothic Spain. *La Storiografia Altomedievale: Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo XVII*, Spoleto, v. 1, p. 261-311, 1970.

_____. *The Visigoths in History and Legend*. Toronto: PIMS, 2009.

JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire 284-602: a social, economic and administrative survey*. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 1964.

MARCONE, A. A long Late Antiquity? Considerations on a controversial periodization. *Journal of Late Antiquity*, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 4-19, 2008.

MARROU, H. I. *Decadência romana ou Antigüidade Tardia?* Lisboa: Aster, 1979.

MARTIN, C. *La Géographie du Pouvoir dans l'Espagne visigothique*. Lille: Septentrion Presses Universitaires, 2003.

MATHISEN, R. *Roman aristocrats in barbarian Gaul: Strategies for survival in an age of transition*. Austin: University of Texas Press, 1993.

NELSON, J. Inauguration Rituals. In: _____. *Politics and ritual in Early Medieval Europe*. London: The Hambledon Press, 1986. p. 283-307.

NERI, V. Monarchia, diarchia, tetrarchia: la dialettica delle forme di governo imperiale fra Diocleziano e Costantino. In: COSTANTINO I: Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine dell'imperatore del cosiddetto Editto di Milano 313-2013. v. 1. Roma: Enciclopedia Italiana, 2013. p. 659-671.

REMONDON, R. *La crisis del Imperio Romano de Marco Aurelio a Anastacio*. Barcelona: Labor, 1967.

RIEGL, A. *Die Spätrömische Kunsindustrie nach den Funden in Österreich-Ungarn*. Vien: [s.n.], 1901.

SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos: una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2009.

TEILLET, S. L'Historia Wambae est-elle une oeuvre de circonstance? *Antigüedad y Cristianismo*, Murcia, v. 3, p. 415-424, 1986.

VALVERDE CASTRO, M. R. El Reino visigodo de Toledo y los matrimonios mixtos entre godos y romanos. *Gerion*, Madrid, v. 20, n. 1, p. 511-527, 2002.

_____. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

VELÁZQUEZ, I; RIPOLL, G. *Toletum*, la construcción de una *urbs regia*. In: RIPOLL, G.; GURTH, J. M.; CHAVARRIA, A. *Sedes regiae (ann.400-800)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000. p. 521-578.

VELÁZQUEZ, I. *Pro patriae gentisque gothorum statv* (4th Council of Toledo, canon 75, a.633). In: GOESTZ, H. W.; JARNUT, J.; POHL, W. (Ed.). *Regna and Gentes: the relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden: Brill, 2003. p. 161-217.

WALLACE-HADRILL, J. M. *El Occidente Bárbaro 400-1000*. Madrid: Sílex, 2014.

WARD-PERKINS, B. *La caída de Roma y el fin de la civilización*. Madrid: Espasa Calpe, 2007.

Apêndice

Fontes referenciadas nas notas:

Braul., Epist. = BRAULIONE CAESARAUGUSTANO EPISCOPO, *Epistulae*, ed. RIESGO TERRERO, L. **Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción**. Sevilla: Editorial Católica Española, 1975.

Braul., Renot. Isid. = BRAULIONE CAESARAUGUSTANO EPISCOPO, *Renotatio Isidori*, ed. LYNCH, C. H. & GALINDO, P. **San Braulio obispo de Zaragoza (631-651)**. Su vida y sus obras. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950.

Chron. Moz., a. 754 = *Chronica Mozarabica anno 754*, ed. LOPEZ PEREIRA, J. E. **Crónica Mozárabe del 754. Edición crítica y traducción**. Zaragoza: Anubar Ediciones, 1980.

Conc. = *Concilium*, ed. VIVES, J.; MARÍN, T.; MARTINEZ, G. **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.

Chron. Caes. = ANONIMUS, *Chronicorum Caesaraugustanorum*, ed. MOMMSEN, Th. **Monumenta Germaniae Historica**. Auctorum Antiquissimorum Tomus XI - vol. II. Berlim: Aulæ Vimariensis Typographica, 1894.

Chron. Gall. = ANONIMUS, *Chronica Gallica*, ed. MOMMSEN, Th., **Monumenta Germaniae Historica**. Auctorum Antiquissimi Tomus IX. *Chronicorum Minorumsaec. IV, V, VI, VII*. Berlim: Aula e Vimariensis, 1892.

Fred., Chron. = FREDEGARII SCHOLASTICI, *Chronicum*, ed. MIGNE, J. P. **Patrologia Latina LXXI**. Paris: 1849.

Greg. Tour., HF = GREGORIUS TURONENSIS, *Historia Francorum*, ed. MIGNE, J. P. **Patrologia Latina LXXI**. Paris: 1849.

Hydt., Chron. = HYDATIUS AQUAFLAVIENSIS, *Chronica*, ed. CAMPOS, J. **Crónica de Idacio**. Obispo de Chaves (s. IV-V). Salamanca: Ediciones Calasancias, 1984.

Ild., De Cog. Bap. = ILDEPHONSUS TOLETANUS EPISCOPUS, *De Cognitione Baptismi*, ed. CAMPOS, J.; BLANCO, V. **Santos Padres Españoles I**. San Ildefonso de Toledo. Madrid: BAC, 1971.

Ild., De Uir. Ill. = ILDEPHONSUS TOLETANUS EPISCOPUS, *Liber de Uiris Illustribus*, ed. CODONER MERINO, C. **El De Viris Illustribus de Ildefonso de Toledo. Estudio y edición crítica**. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972.

Iord., Get. = IORDANES, *Getica*, ed. MOMMSEN, Th. **Monumenta Germaniae Historica**. Auctorum Antiquissimorum Tomi V Pars prior. Iordanis Romana et Getica. Berlin: Aulæ Vimariensis Typographica, 1882.

Isid., Chron. = ISIDORI EPISCOPI HISPALENSIS, *Chronica Maiora*, ed. MOMMSEN, Th. **Monumenta Germaniae Historica**. Berlin: Aulæ Vimariensis Typographica, 1894.

Isid., De Eccl. Off. = ISIDORUS HISPALENSIS, *De Ecclesiasticis Officiis*, ed. LAWSON, Ch. M. **Corpus Christianorum Series Latina CXIII**. Turnholti: Brepols, 1989.

Isid., Etym. = ISIDORUS HISPALENSIS, *Etymologiarum Libri XX*, ed. DIAZ Y DIAZ, M.; OROZ RETA, J.; MARCOS CASQUERO, M. **San Isidoro de Sevilla. Etimologías**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

Isid., HG = ISIDORI HISPALENSIS EPISCOPI, *De origine gothorum*, ed. RODRÍGUEZ ALONSO, Cr. **Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla**. Leon: Colegiata de San Isidoro, 1975.

Iul. Tol., De Compr. Sex. Aet. = IULIANUS TOLETANUS, *De Comprobatione Sextae Aetatis*, ed. LEVISON, W. **Corpus Christianorum. Series Latina CXV**. Turnholti: Brepols, 1976.

Iul. Tol., Ep. Ad Mod. = IULIANUS TOLETANUS, *Epistula ad Modoenum*, ed. LEVISON, W. **Corpus Christianorum. Series Latina CXV**. Turnholti: Brepols, 1976.

Iul. Tol., H. W.; Iud.; Ins. = IULIANUS TOLETANUS, *Historia Wambae; Iudicium; Insultatio*, ed. LEVISON, W. **Corpus Christianorum. Series Latina CXV**. Turnholti: Brepols, 1976.

Iul. Tol., Prog. Fut. Saec. = IULIANUS TOLETANUS, *Prognosticon Futuri Saeculi*, ed. LEVISON, W. **Corpus Christianorum. Series Latina CXV**. Turnholti: Brepols, 1976.

Lib. Ord. = *Liber Ordinum*, ed. FEROTIN, M. **Le Liber Ordinum en usage dans l'Église Wisigothique et Mozarabe d'Espagne**. Paris: Firmin-Didot, 1904.

Or., HAP. = PAULUS OROSIUS, *Historiarum Adversum Paganus Libri VII*, ed. SANCHEZ SALOR, E. **Orosio. Historias Libros V-VII**. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

Prosp., Chron. = PROSPERI TIRONIS, *Epitoma Chronicon*, ed. MOMMSEN, Th. **Monumenta Germaniae Historica**. Auctorum Antiquissimorum Tomus IX – vol. I. Berlim: Aulæ Vimariensis Typographica, 1892.

Sid., Ep. = SIDONIUS APOLLINARIUS, *Epistularium*, ed. LOYEN, A. **Sidoine Apollinaire. Tome II. Correspondance. Livres I – V**. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

Sid., Pan. Av. = SIDONIUS APOLLINARIUS, *Panegyrici Avito Augusto*, ed. LOYEN, A. **Sidoine Apollinaire. Tome II. Correspondance. Livres I – V**. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

Taius, Sent. = TAIONIS CAESARAUGUSTANI EPISCOPI, *Sententiarum libri quinque*, ed. MIGNE, J. P. **Patrologia Latina LXXX**. Paris: 1849.

Recebido em: 04/12/2014

Aprovado em: 03/03/2015

Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista

Maria da Gloria de Oliveira*

Resumo: O artigo discute as relações entre escrita biográfica e historiografia, analisando a noção de exemplaridade subjacente às narrativas das vidas dos brasileiros ilustres, publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX. No contexto letrado do Brasil imperial, é possível identificar duas modulações significativas nas formas da biografia: a primeira orientada por um sentido moralizante, encomiástico e memorialístico explícito; a segunda, dotada da ambição de fornecer chaves heurísticas de acesso à apreensão e representação dos quadros gerais do passado. O argumento central é o de que as aproximações entre biografia e história não se estabeleceram por uma única via, mas foram marcadas por tais modulações e submetidas às demandas gerais de configurações da experiência do tempo.

Palavras-chave: Biografia. *Historia Magistra Vitae*. Historiografia.

*Na medida em que a história dos fatos se mistura com
a dos homens, o biógrafo deve, tanto quanto o historiador,
escavar o seu objeto, elevar-se naturalmente à grandeza
de seus tipos, descer sem esforço até as particularidades
individuais e semear os ensinamentos e o pensamento
na tessitura das suas narrativas. (tradução nossa)*

Charles Noidier

* Doutora em História Social (UFRJ), professora de Teoria da História e Historiografia do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e FAPERJ. E-mail: mgloriaprof@gmail.com

Introdução

Em dezembro de 1897, no prefácio ao primeiro tomo de *Um Estadista do Império*, Joaquim Nabuco discorreu sobre os motivos que o impeliram a escrever a biografia de seu pai, o magistrado, senador e prócer do Segundo Reinado, José Thomaz Nabuco de Araújo. A motivação mais imediata da obra estava na existência de uma volumosa coleção de papéis e documentos que, diligentemente acumulados por cerca de quarenta anos de atividade política, constituíam a biblioteca do senador. Nabuco se declarava movido pelo desejo de impedir que o arquivo paterno tivesse o destino do legado de quase todos os homens públicos do país. Em suas palavras, “[...] foi o receio de que, se eu mesmo o não fizesse, nunca fosse utilizada essa para mim preciosa coleção que me decidiu a emprender a obra” (NABUCO, 1897, p. vi). Não podia manusear tais documentos “[...] sem sentir n’esses papeis a presença de seu espírito, sem compreender que elles eram os fragmentos de sua vida, que ella devia achar-se alli inteira, completa para quem a pudesse reconstruir [...]” (Ibid., p. v).¹

O trabalho prévio de seleção e ordenação do vasto acervo documental tivera início entre os anos de 1893 e 1894, no contexto da Revolta da Armada, quando Nabuco dizia ouvir o som do “duello da artilharia do mar e da terra”, vindo da baía da Guanabara, em meio à intensa polêmica política sobre a experiência monárquica e o advento da República.

Escrevendo a vida do ultimo senador Nabuco de Araujo, *não dou senão uma espécie de vista lateral da sua época. A figura central do segundo reinado é o proprio Imperador, e só quem lhe escrevesse a Vida e a illustrasse com os documentos que elle deve ter deixado, poderia pôr em fóco, em seu ponto de convergencia, a Grande Era Brasileira, a qual lhe pertence. Só d’esse modo se poderia collocar cada um dos estadistas que o cercaram no seu respectivo plano e dar-lhe as suas proporções reaes. A presente Vida é apenas uma contribuição para a historia do reinado de D. Pedro II, um esboço parcial para ser convenientemente reduzido e*

ajustado á perspectiva do quadro, quando se tenha feito igual trabalho a respeito das outras figuras que o hão de compôr. *As proporções dadas n'este livro á figura de Nabuco, posso dizel-o sinceramente, não são devidas a nenhum desejo de engrandecel-o á custa dos seus contemporaneos, mas ao facto de ser a biographia d'elle que eu escrevia*, aos numerosos documentos que tive para documental-a, e também á circumstancia, que lastimo, de não se ter ainda escripto na mesma escala a vida dos outros homens de Estado. (Ibid., p. vii, grifos meus)

Não por acaso, a recepção e a vasta fortuna crítica acumulada em torno de *Um Estadista do Império* não fizeram senão demonstrar que as intenções do autor, explicitadas na passagem transcrita anteriormente e no subtítulo do livro – *Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época* – foram muito bem-sucedidas. Desde a sua primeira publicação, passou a ser considerada uma obra que ultrapassava os limites de uma biografia inspirada pelo dever memorialístico. Essa foi a opinião de Machado de Assis que, ao resenhar o livro, notou que Joaquim Nabuco narrava a vida do pai “[...] não à maneira seca das biografias de almanaque, mas pelo estilo dos ensaios ingleses” (ASSIS apud ALENCASTRO, 1999, p. 120). Entre seus comentadores, Raymundo Faoro (1997) chamou a atenção para a “história visceralmente artística” narrada por Nabuco, “história criadora, encharcada de arte e banhada de nostalgia”, que não deixava de ser pautada pela interpretação dos fatos e a pesquisa escrupulosa das fontes disponíveis. Outras leituras mais recentes, como a de Luís Felipe de Alencastro, destacam na obra o “variado e copioso acervo documental” mobilizado pelo escritor-político abolicionista para traçar, mais do que a história de uma vida, a análise da sociedade e do cenário político do Segundo Reinado (ALENCASTRO, 1999, p. 119). A despeito do vínculo estreito entre os textos de Joaquim Nabuco e a política de seu tempo, no conjunto de seus escritos, que nunca deixou de ser reconhecido pelo próprio autor ou por seus contemporâneos, *Um Estadista do Império* permanece sendo considerado como o seu mais importante trabalho historiográfico (MARSON, 2008, p. 277).

A menção à obra, que se tornou referência da literatura política brasileira, justifica-se como mote inicial das reflexões que apresento a seguir por condensar indicações valiosas acerca das relações entre escrita biográfica, história e historiografia e, em especial, dos contatos profícuos entre os dois gêneros no Brasil do século XIX.

A aposta biográfica

No momento em que Nabuco lançou-se ao projeto de escrita da biografia de seu pai, o gênero já ocupava um lugar tangivelmente demarcado no âmbito da instituição para a qual convergiu parte significativa da produção letrada brasileira no Oitocentos. No material estampado nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, sobretudo, na seção dedicada às vidas de brasileiros ilustres, desde a sua criação, em 1839, até o final do século XIX, a escrita de biografias pode ser compreendida não somente como rito e estratégia de fixação da memória, mas como um problema historiográfico. Isso porque a aposta biográfica dos sócios do IHGB, mesmo justificada pela vocação moralizante dessa modalidade de escrita, permaneceu submetida a uma ambição de verdade análoga à da historiografia (OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, dois aspectos imbricados estiveram na base da escrita de textos biográficos publicados no periódico da agremiação. O primeiro deles, de caráter explicitamente político, refletia expectativas e impasses no trabalho de conciliação simbólica dos elementos díspares da formação social e histórica do Brasil, sob a égide do regime monárquico (ENDERS, 2004). A par disso, é possível compreender os usos da biografia como parte da construção de uma *retórica da nacionalidade*, ou seja, como um conjunto de estratégias discursivas utilizadas com vistas a persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, partilhavam de um mesmo passado, e, por consequência, de uma mesma origem e de uma mesma identidade (CEZAR, 2011, p. 48).

Indissociável do primeiro, o outro aspecto da atividade biográfica no período remete às suas implicações epistemológicas, na

medida em que a prática do gênero acompanhou o processo de institucionalização da pesquisa e da escrita da história (CEZAR, 2003). Deste modo, o projeto de elaboração do *panteon* de brasileiros ilustres, com sua forte ênfase no culto dos homens exemplares, justificado pelos argumentos da fórmula antiga *historia magistra vitae*, não esteve em descompasso com a modernização da historiografia, mas sim, em muitos casos, compartilhou com esta as exigências da comprovação documental (OLIVEIRA, 2011, p. 77-99).² É pertinente destacar essa particularidade do caso brasileiro, pois a importância atribuída à biografia como gênero nobre de escrita da história não foi sustentada com convicção similar em outros contextos letrados (DOSSE, 2009, p. 170-173).³

A noção-chave implícita na formação do *panteon* brasileiro é a do grande homem das Luzes, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado (BONNET, 1998, p. 29, tradução nossa). A publicação regular e *em série* de biografias sugere, portanto, que os personagens biografados encarnavam valores coletivos celebrados pela sociedade política do Segundo Reinado. A própria noção iluminista de “grande homem”, subjacente aos critérios de eleição dos indivíduos biografados no contexto oitocentista, pode ser compreendida a partir de um regime de historicidade fundado na contiguidade entre passado, presente e futuro, remetendo à ideia de perfectibilidade do gênero humano. Nas palavras de François Hartog, a figura do grande homem, em contraponto ao modelo do herói épico plutarquiano, assinalaria “[...] um momento de aceleração do tempo, cujas marcas estão dentro de sua própria vida e nele próprio” (HARTOG, 2001, p. 30, tradução nossa).⁴

Assim, uma referência central para as obras biográficas no século XIX são as reflexões filosóficas do francês Victor Cousin. Correntemente citado pelos sócios do IHGB, Cousin dedicara, em seu *Cours de l’histoire de la philosophie* (Paris, 1828), uma das lições ao tema dos “grandes homens”, definindo-os como indivíduos eminentes capazes de “encarnar” os povos e as coletividades (GÉRARD, 1998, p. 37-38).⁵ Desse modo, o “espírito geral de um povo” manifestar-se-ia nos indivíduos notáveis: “[...] abre os livros

de história e não verás senão nomes próprios; os historiadores têm fortes razões de se ocupar dos grandes homens, é necessário que eles se ocupem desses personagens pelo que, de fato, são: não os ‘senhores’, mas os representantes daqueles que não aparecem na história” (COUSIN, 1841, p. 299-300).

As reflexões de Cousin estão fortemente impregnadas pela ideia de “grande indivíduo histórico universal”, ancorada na filosofia da história de Hegel. Para o filósofo alemão, os grandes indivíduos históricos seriam “instrumentos de um fim mais alto e vasto, do qual nada sabem – que realizam inconscientemente”. As individualidades histórico-mundiais deveriam, portanto, ser reconhecidas como heroínas, dotadas da “visão do que era necessário e do que era oportuno” em sua época, “[...] as *suas* ações, as *suas* palavras, são os melhores desse momento” (HEGEL, 2008, p. 32-33).

No Oitocentos, embora uma história *universal* se impusesse como corolário das ambições da disciplina quanto à apreensão dos fenômenos históricos em sua totalidade, o conceito de nação se constituirá como o horizonte intransponível sob o qual se ordenará simbolicamente o passado, o presente e o futuro (HARTOG, 2000, tradução nossa). Aos historiógrafos caberia, enfim, a tarefa de conciliar o novo interesse pela marcha das forças coletivas no tempo e a identificação dos seus protagonistas; pois, na medida em que esboçavam essas narrativas, assumiam o papel de grandes árbitros, estabelecendo a correlação entre as ações individuais e a genealogia da nação (FABRE, 1998, p. 272). À ideia de nação vigente no contexto oitocentista, articular-se-ia uma noção específica de temporalidade como uma qualidade de desenvolvimento geral, intrínseca e imanente à realidade. Sob essa perspectiva, “[...] não haveria história fora da nação ou de certo grupo humano da qual essa história emanaria, tampouco nenhum acontecimento histórico seria possível independentemente de *algo* que aconteça” (PALTI, 2002, p. 44-45, tradução nossa).

Acompanhando, portanto, o advento das filosofias da história, os dilemas envolvidos na modernização da historiografia ao longo do Oitocentos e nas décadas iniciais do século XX, introduziram algumas indagações importantes: em que medida aqueles que se propunham a escrever vidas poderiam ignorar a marcha das forças

coletivas no tempo, ou, até mesmo, deixar de considerar que as ações de seus biografados inscreviam-se em uma instância mais vasta e ampliada do que o estrito lapso temporal de uma existência singular? Até que ponto foi possível sustentar a convicção, justificativa da aposta biográfica dos letrados oitocentistas, de que as vidas exemplares dos indivíduos ilustres permitiam um acesso privilegiado à história de épocas passadas? E, em decorrência disso, como pensar os indivíduos enquanto portadores da mudança no curso dos acontecimentos? Como articular individualidade, ação histórica e exemplaridade no texto biográfico?

Modulações do biográfico

Tal como foi praticada ao longo do século XIX no Brasil, é possível identificar duas modulações significativas na escrita biográfica, que, mesmo não estando separadas por uma linha demarcatória rígida, apontam para algumas nuances nos usos do biográfico e suas intersecções com o gênero histórico.

A primeira delas encontra-se explicitamente delineada no projeto de constituição de um espaço específico destinado à publicação de biografias na revista do IHGB. Idealizado por Januário da Cunha Barbosa como um trabalho sistemático de memória e uma estratégia eficaz no combate ao esquecimento, a proposta se materializou nas inúmeras narrativas das vidas de brasileiros ilustres, cujo objetivo comum era registrar e evidenciar para a posteridade as suas virtudes morais e suas ações exemplares como servidores do Estado nacional. Nesse momento, a mobilização do preceito antigo *historia magistra vitae* como argumento-chave do projeto historiográfico do IHGB tornava desnecessária qualquer tipo de partilha ou distinção pontual entre os gêneros: as vidas de indivíduos notáveis do passado mereciam ser narradas para permanecer a salvo do esquecimento produzido pelo tempo e para guiar, com seus ensinamentos morais, as ações no presente, assim como um livro de história (BARBOSA, 1839).

Com essa proposta, a escrita biográfica orienta-se por um sentido encomiástico e memorialístico explícito, adquirindo a

dimensão de uma tarefa monumental e coletiva, o que está implícito tanto na disposição *em série* das vidas dos grandes homens do passado nacional quanto na mobilização variada de autores para a sua composição. Assim, ao longo do Oitocentos, um *panteon* de brasileiros ilustres se constituiu de modo regular e cumulativo, não obstante a ausência de qualquer reflexão prévia acerca dos critérios de eleição das celebridades, afora a evocação explícita da tópica das “letras, armas e virtudes” no título da seção nas páginas da revista do IHGB, com textos assinados por Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto de Sousa Silva, entre outros. Um olhar panorâmico sobre essa galeria de retratos de personagens célebres remete à questão: para citar apenas alguns desses biografados, o que haveria em comum entre os poetas José Basílio da Gama, Gregório de Matos, Cláudio Manoel da Costa, os padres Antônio Pereira de Souza Caldas, José Maurício Nunes Garcia, Frei Leandro do Sacramento e os militares Salvador Correa de Sá Benevides, Martim Afonso de Souza, André Vidal de Negreiros? Como apreender ou vislumbrar os ensinamentos morais e o valor exemplar dessas vidas?

Se considerarmos a forma breve dessas notícias biográficas em seu conjunto, é possível perceber que a exemplaridade se apresenta ao leitor pelo efeito de recursos narrativos capazes de demonstrar a unidade de uma vida, cujo propósito é desvelado contínua e linearmente no relato dos episódios sucessivos da existência em ordem cronológica, do nascimento até a morte (HAMPTON, 1990, p. 23-24). Assim, sob a chave de uma retórica da nacionalidade, as biografias dos brasileiros ilustres se fundavam na correlação entre as suas trajetórias singulares e o tempo histórico da nação, mediante o elogio das suas virtudes morais como modelo para o presente e a fixação da memória das suas ações exemplares para a posteridade.

É desse modo que alguns membros da família de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nascido no Brasil e nomeado reitor da Universidade de Coimbra em 1770, despontam como representantes dessa exemplaridade que, segundo a prescrição de Januário Cunha Barbosa, deveria justificar a escrita de notícias biográficas dos brasileiros distintos. Em texto assinado por ele próprio,

a tópica da virtuosidade nas letras e nas armas, que se estampa no título da seção de biografias da revista da agremiação, é usada para definir a trajetória de vida do seu biografado, Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, irmão de Francisco de Lemos, e governador da capitania do Maranhão:

Familias ha em que o empenho de adquirir honra e gloria no serviço da patria constitue uma herança, que vai passando de paes a filhos. [...] De quatro irmãos que eram, descendentes de um honrado Brasileiro, que entre seus avós contava muitos illustres servidores do Estado, foi Pereira de Azeredo o que desviando-se da carreira commumente seguida n'esses tempos dos mancebos illustres, procurou a gloria das armas apoiada na gloria das letras. (BARBOSA, 1842, p. 88).

Por sua vez, na biografia dedicada a Frei Francisco de Monte Alverne, Domingos Gonçalves de Magalhães se apoia na convivência próxima que tivera com o biografado não apenas como condição privilegiada para lhe prestar um “tributo de saudade”, mas sobretudo para afirmar a autoridade do discurso biográfico em louvor das qualidades exemplares do pregador imperial:

[...] em vida lhe dediquei cânticos de amizade e de admiração, não comprados por favores; nada tinha esse frade que dar; de nada precisava do mundo, além d'essa amizade pura, mantida pelas ideas; e jamais dei louvores a quem por virtudes os não merecesse. (MAGALHÃES, 1882, p. 393) A vida de frei Francisco de Monte-Alverne, que se estendeu a 74 annos, foi a de um religioso literato e exemplar, que nunca se envolveu nas questões politicas, que agitarão os homens de seu tempo; não por indiferença, mas por dignidade do habito, que sempre respeitou. Sua arena era o púlpito e a cadeia. “Sou frade (dizia ele muitas vezes) e frade morrerei”. E esse frade é uma das glorias do Brazil! (Ibid., p. 404).

A exemplaridade das vidas dos indivíduos ilustres do *panteon* nacional não se torna evidente, portanto, sem certa presunção antecipada de umajuizamento moral das suas ações. E, nesse trabalho, biógrafos e historiadores, ambos movidos pelo imperativo de combater o esquecimento e a ação corrosiva do tempo, dado que cumprem o encargo de guardiões da memória, não deixam de eleger e fixar a grandiosidade de certas trajetórias individuais precisamente por seu serviço a res publica, como exemplos edificantes a serem compartilhados socialmente.⁶

Os usos da biografia, enquanto parte constituinte do projeto historiográfico do IHGB, não podem ser explicados unicamente como expressão do gosto literário dos sócios fundadores, na medida em que a profusão do *corpus* biográfico se renovou nas gerações subsequentes. Fora do espaço da revista do Instituto, outras publicações inspiradas no gênero “vidas ilustres”, além de se mostrarem igualmente afinadas à modalidade biográfica encomiástica e moralizante, revelavam também pretensões e alcances ampliados.⁷ É o caso do *Plutarco Brasileiro* (1847), de João Manoel Pereira da Silva, em que é possível perceber uma sutil, mas não menos significativa, modulação do biográfico. Apresentada como “a historia do Brazil em algumas épochas”, a opção de Pereira da Silva pelo gênero biográfico se justificava, em suas palavras, pois “[...] narrando a historia dos homens illustres do seu paiz conjuntamente com a dos grandes successos, que tiveram logar durante suas vidas, mais agradava a seus leitores” (SILVA, 1847, p. vii-viii). As pretensões historiográficas do projeto se tornaram mais explícitas na segunda versão da obra, ampliada e rebatizada com o título *Os varões illustres, durante os tempos coloniaes*. Posta em epígrafe à nova edição, uma frase de Victor Cousin reforça a utilidade e a eficácia magisterial da biografia, em termos semelhantes aos que Pereira da Silva já havia apresentado na primeira versão: nas vidas dos personagens destacados no “teatro do mundo”, estava a parte mais agradável e instrutiva da história.⁸

Assim como o autor do *Plutarco Brasileiro*, Manuel Araújo Porto Alegre concebia a narrativa das vidas dos homens notáveis como via de acesso privilegiado ao tempo histórico em que eles viveram:

Conhecida a biographia de todos os homens salientes de uma época, seja qual for a sua acção civilisadora, está conhecida a historia d'aquelles tempos; porque nos seus actos, nas suas idéas, nos seus resultados, está o movimento geral, as peripécias do drama animado da sociedade, onde cada um d'estes indivíduos foi actor e compositor. (PORTO ALEGRE, 1856, p. 353)

É impossível não associar a frase à ideia de Thomas Carlyle de que “[...] a vida social é resultado de todas as vidas individuais que compõem a sociedade”, ou, ainda, de que “[...] a história é a essência de inúmeras biografias” (CARLYLE, 1852, p. 255, tradução nossa).⁹ Cabe salientar que não se identificam menções diretas ao escritor escocês nos textos impressos no periódico do Instituto, o que não impediu que a escrita de biografias seguisse justificada por muitos dos sócios com base em concepções análogas, permanecendo exaltada como fonte de exemplos das mais altas virtudes morais e patrióticas.

Afora a sua eficácia como instrumento de pedagogia cívica e moral, as vidas e feitos dos grandes personagens revelavam o “movimento geral” da história. Não era diferente da concepção formulada pelo primeiro secretário do IHGB, cônego Joaquim Fernandes Pinheiro, em 1864: “[...] nomes há que symbolisam uma época, um povo, uma civilisação; poderosas individualidades, que, atraindo a si todas as atenções, concentram em sua pessoa as idéas e os feitos de milhares de homens: Carlos Magno é a Idade Média, Napoleão I a Revolução Franceza” (REVISTA DO IHGB, 1864, p. 394).

Idêntico argumento estava presente no parecer que julgara a *Noticia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*, de Antônio Henriques Leal, como “[...] uma biographia com todas as dimensões de historia política e litteraria” (REVISTA DO IHGB, 1866, p. 408). Nesse caso, o grande mérito do autor estava precisamente em ultrapassar as tarefas de “simples biógrapho” para se alçar à condição de historiador eloquente, devido à forma como conectava a vida do biografado ao quadro político do seu tempo.

A circumstancia de ser João Francisco Lisboa chefe de um partido e redigir uma folha em sentido liberal, serviu de elo de cadêa a seu habilíssimo biographo para reproduzir em quadro fiel e resumido a historia política de então. Um escriptor menos amestrado ter-se-ia limitado a narrar a parte activa que o redactor da *Chronica* tomou na reprovação do assassinato e accusação do assassino, sem descever o estado do paiz n'aquella época, e daria a seu quadro um interesse puramente individual, ao passo que o Sr. Dr. Leal soube pela ligação sobredita dar ao seu um interesse todo colectivo, sem todavia deixar de pôr em relevo o grandioso vulto que pinta. (REVISTA DO IHGB, 1866, p. 411-412).

Nas citações destacadas anteriormente, vislumbra-se uma segunda modulação do biográfico que, se não extrapola de todo o escopo memorialístico e encomiástico daquela primeira, apresenta ambições explícitas de fornecer, nas histórias de vidas ilustres, chaves possíveis de acesso à apreensão e representação dos quadros gerais do passado. Em relação àquela de sentido marcadamente moralizante, esta forma de conceber a biografia está fundada menos na elaboração de retratos singulares de virtudes e de exemplos morais do que no reconhecimento do valor heurístico das vidas dos grandes homens na apreensão da história, pensada no singular coletivo. Com isso, não supponho que entre a biografia moral e a de modulação de amplitude historiográfica exista um salto “evolutivo”, capaz de configurar uma hierarquia ou algo similar à substituição de um princípio de justificação – nesse caso, o antigo *topos* da *historia magistra vitae*, crucial para circunscrever a função pedagógica da primeira – por uma concepção que se esvaziaria de qualquer pretensão magisterial, alinhando-se, por conseguinte, a um conjunto de noções que, *grosso modo*, identificam-se como “modernas”.

Para reforçar o argumento, vale destacar que a configuração do campo semântico da noção de biografia, usual a partir de meados do século XVIII, fez-se mediante a oposição entre um sentido próprio (o *bios* dos gregos ou relato de uma vida) e um sentido metonímico (denotando os acontecimentos de uma vida), o que remete à dualidade de significado similar a do conceito moderno

de história como narração e conjunto de fatos que se produzem no tempo (MADELÉNAT, 1984, p. 11-20).¹⁰ Tal duplicidade de sentido se torna relevante, porquanto uma vida não adquire sua verdadeira e definitiva “realidade” senão por sua configuração através de uma unidade narrativa. Enfim, para ambas – história e biografia – uma só palavra passaria a designar, ao mesmo tempo, a operação e o artefato textual que dela resulta.

Se a biografia, sob todas as suas formas, permaneceu disponível como recurso eficaz na elaboração da experiência do tempo e no combate ao esquecimento, talvez isso se explique pelo fato de que o gênero compartilhou, sob muitos aspectos, o dilema epistemológico que perpassou a operação historiográfica na modernidade, com sua pretensão de controlar os riscos de parcialidade e deajuizamento moral, implicados na representação do passado (REVEL, 2010). Por conta das condições favoráveis a essa aproximação, muitos letrados brasileiros oitocentistas não dispensaram a prática concomitante da biografia e da escrita histórica, tendo por horizonte a tessitura dos elos possíveis entre o presente, o passado e o futuro. Portanto, a despeito das novas exigências disciplinares, nem a história nem a biografia precisariam renunciar terminantemente à antiga função magisterial em nome dos modernos axiomas de cientificidade. E, de modo específico, a composição dos panteões biográficos no Oitocentos pode ser compreendida como manifestação tangível e efetiva não apenas da permanência, mas das mobilizações renovadas do *topos* da *historia magistra vitae* no contexto de elaboração das historiografias nacionais.¹¹

Contudo, a despeito dos contatos tão próximos e profícuos entre ambas, a paulatina conquista da autonomia disciplinar da história não teria contribuído para relegar a biografia a um papel coadjuvante, pelo caráter particular e singular intransponível do seu objeto, mesmo frente às ambições totalizantes da escrita da história? Como alvo fácil de suspeitas e interdições, não seria justamente o biográfico denunciado como um dos “ídolos da tribo dos historiadores” (SIMIAND, 2003, p. 109-116), a ser sacrificado no altar, o que elevaria o estatuto da história de gênero literário à disciplina científica?

Das vidas exemplares aos usos heurísticos da biografia

No Brasil do Oitocentos, em especial em suas décadas finais, se não é possível identificar um “eclipse” da biografia, nos termos de François Dosse, existem indícios de que a defesa do estatuto historiográfico de sua escrita não se sustentava tão consensualmente. Sabemos que, entre os autores das biografias incluídas na galeria de ilustres do IHGB, figuraram nomes como os do cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto e muitos outros envolvidos com o projeto mais amplo de escrita da história nacional. Poucos desses letrados, no entanto, foram tão bem sucedidos na instrumentalização da pesquisa e da escrita biográficas a favor do conhecimento histórico quanto o Visconde de Porto Seguro. Exemplo paradigmático da mobilização de episódios eminentemente biográficos na operação historiográfica, Evandro Santos identificou há pouco tempo as inúmeras digressões dedicadas a personagens históricos e, em especial, aos protagonistas heroicos da guerra holandesa, como recurso heurístico fundamental na densa trama narrativa da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen (SANTOS, 2012, p. 88-105).

Capistrano de Abreu não figura entre os letrados que se consagraram à escrita de biografias como aqueles já citados, o que não significa que tenha ignorado os recursos da pesquisa biográfica. Ainda é preciso mapear melhor, em sua vasta correspondência ativa, as referências ao assunto. O que pretendo destacar aqui são dois momentos distintos do contato entre Capistrano e o tema da biografia. Nos ensaios e artigos que publicou em periódicos da Corte nesse período, destaca-se uma resenha, escrita em 1877, com o sugestivo título de *Biografia*, na qual Capistrano desfere o seu arsenal crítico contra a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva (ABREU, 1976). A princípio, o título poderia ser explicado pelo nome do autor da obra resenhada estar associado ao projeto biográfico denominado *O Plutarco Brasileiro*, já mencionado, que dividira opiniões dentro do IHGB. Mas, a despeito desse detalhe, por que Capistrano optaria por nomear de “biografia” o comentário endereçado a uma obra que se propunha traçar, em três copiosos volumes, uma história do Império? Ao longo do artigo, não existem remissões, tampouco há

outras referências diretas que justifiquem explicitamente o uso da expressão. Portanto, a palavra “biografia” condensaria a objeção central dirigida ao conselheiro? Na visão de Capistrano, Pereira da Silva apresentava “[...] um livro pesado, cheio de páginas sem graça e inçado de erros históricos”, e o seu maior equívoco consistia “[...] em supor que se escreve história com a mesma facilidade com que se improvisa um romance” (ABREU, 1976, p. 38). Não obstante o esforço ambicioso da empreitada e a aplicação laboriosa de seu autor, a obra não possuía valor historiográfico.

Dar notícias de batalhas, fazer desfilar diante dos olhos do leitor os nomes de coronéis e majores, pintar o entusiasmo que se apoderou deste ou daquele grupo a ver D. Fuão ou D. Sicrano, será tudo quanto se quiser, menos escrever história. A história quando é escrita com precipitação, onde o autor, poeta ou romancista, dá largas à sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta idéia alguma, e livros que não adiantam idéias, de pouca utilidade são. Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher [...]. (ABREU, 1976, p. 39).

Para Capistrano, não havia dúvida: Pereira da Silva não lograra produzir uma obra histórica, nem sequer algo próximo a um romance histórico. Portanto, pela impossibilidade da plena aprovação da sua *História da Fundação do Império Brasileiro*, talvez se justificasse a escolha da legenda pejorativa de “biografia”. Ainda na resenha, além do título capcioso, o aspecto mais relevante da crítica está precisamente na dupla exclusão com que Capistrano sustenta a sua concepção de uma “história verdadeira” que não se confunde com a narrativa de acontecimentos particulares (“notícias de batalhas”; “nomes de coronéis e majores”) e não se faz pelo uso da imaginação, própria à escrita do romance e do poema (OLIVEIRA, 2013, p. 35-36).

Mas, afora a sua usual mobilização do argumento crítico dirigido às obras dos historiadores, “inexatos e descuidados com as fontes”, como não reconhecer a fragilidade das fronteiras entre narrativas verdadeiras e imaginadas, na medida em que a operação

da escrita – histórica ou biográfica – implica que o historiador e o biógrafo ocupem o lugar e o ponto de vista de um narrador? Na condição de “gênero impuro”, que não se define por meio de uma partilha similar com a ficção, os usos da biografia com pretensões historiográficas não potencializariam o problema, tornando ainda mais evidentes os paradoxos implicados na representação do passado?

Considerações finais

O ensaio *O Duque de Caxias* é um dos raros trabalhos biográficos de Capistrano de Abreu e a partir dele podem ser apresentadas algumas considerações finais. A publicação do texto, na *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1903, coincidiu com o centenário de nascimento do personagem cujo nome se estampa no título, um dos mais emblemáticos da história da formação do Estado imperial. Comparado à disposição factual e cronológica das narrativas do gênero, o texto apresenta o estilo despojado e direto que se tornou um dos traços distintivos do autor dos *Capítulos da História Colonial*, marcado pela prosa enxuta, quase telegráfica, na qual se combinam concisão, eloquência e, por vezes, singeleza.

Foi um decennio favorável o de 50. O imperador contava com vinte e cinco annos e a nação sentia-se igualmente moça. Terminara o período revolucionário, guerras estrangeiras felizes varreram a atmosfera, a extinção do trafico tolhia novos insultos da soberania nacional, encurtava a distancia do velho mundo com a navegação a vapor do Atlantico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas; as letras rasgavam os clássicos andrajos colonias; falava-se em opera nacional, em theatro nacional [...]; afinal delia-se a macula original da nossa gente, a “apagada e vil tristeza”, de que já se queixava o épico lusitano [...] (ABREU, 1932, p. 32-33).

A passagem descreve o momento de ápice da carreira política e militar de Luiz Alves de Lima, após as sucessivas campanhas

vitoriosas na pacificação do Rio Grande do Sul e na Guerra do Paraguai. A breve biografia de Caxias sintetiza e se confunde com o momento histórico de afirmação e plenitude do projeto político do Estado imperial. Embora não seja possível identificar uma explícita adesão ao gênero no conjunto da obra de Capistrano, trata-se, sem dúvida, de um texto biográfico com amplitude e alcance historiográficos. Entre a escrita de uma vida e a narração da história, caberia ao leitor vislumbrar, enfim, a “vista lateral de uma época”, da qual falara Nabuco no prefácio da biografia de seu pai.

No Brasil imperial, as relações entre biografia e história não se estabeleceram por uma única via, mas foram marcadas por modulações, tanto na amplitude quanto no alcance dessas aproximações, sempre submetidas às demandas gerais de configuração da experiência do tempo. Como ficou demonstrado na postura de historiadores das décadas finais do Oitocentos, se o biográfico não foi o gênero que conquistou uma adesão plena, também não chegou a ser objeto de uma recusa radical, na medida em que, mobilizado por seu valor heurístico, mostrou-se eficaz em evidenciar as intersecções entre as existências singulares dos indivíduos notáveis e a marcha geral e inexorável da história.

BIOGRAPHY AND *HISTORIA MAGISTRA VITAE*: ON THE EXEMPLARITY OF ILLUSTRIOUS LIVES IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL

Abstract: The article discusses the relationship between biographical writing and historiography, analyzing the notion of exemplarity underlying narrative of the lives of illustrious Brazilians, published in the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro journal, in nineteenth-century. In the literate context of imperial Brazil, it is possible to identify two significant modulations in the forms of biography, the first driven by a moralizing, laudatory and memorialistic sense and the second driven by ambition to provide heuristics access keys to the apprehension and representation frameworks of the past. The central argument is that in imperial Brazil, the contacts between biography and history were not established by a single route, but were marked by such modulations and subject to the general demands of the experience of time configurations.

Keywords: Biography. *Historia Magistra Vitae*. Historiography.

Notas

¹ Nas citações dos textos editados no século XIX, será mantida a grafia e a pontuação originais.

² Para uma análise da teoria exemplar da história, desde os filósofos estoicos romanos, e a justificação dos usos dos *exempla* entre os historiadores antigos, ver NADEL, 1965. Nos estudos de Reinhart Koselleck sobre o advento do conceito moderno de história, a fórmula retórica da *historia magistra vitae*, que orientou as formas de se conceber a historiografia, adquire sentido por se associar a um tipo específico de concepção do tempo e a “um espaço de experiência contínuo” entre passado, presente e futuro (KOSELLECK, 2006, p. 42).

³ Sobre a biografia no contexto lusitano do século XIX, especialmente em Oliveira Martins, ver CATROGA, 2004.

⁴ Acerca da noção de regime de historicidade, cf. HARTOG, 2013.

⁵ Ao identificar a formação da elite política do Brasil imperial, José Murilo de Carvalho refere-se a Cousin como autor que talvez tenha sido a maior influência intelectual sobre os letrados brasileiros até 1870. Cf. CARVALHO, 1981, p. 70.

⁶ Nessa direção, Márcia de Almeida Gonçalves, em seu estudo sobre o contexto romântico brasileiro, argumenta que, nos trabalhos de memória, de construção autobiográfica de si e de escrita das histórias de vida, as narrativas das trajetórias individuais adquiriam o seu sentido a partir da experiência coletiva de edificação da própria história nacional, confundindo-se com ela, em uma espécie de jogo metonímico entre a parte e o todo, entre indivíduo e nação. A autora faz menção à diversidade de usos, formas e funções da escrita biográfica nesse período, sem adentrar, contudo, em uma análise mais pontual desses textos. Cf. GONÇALVES, 2009.

⁷ Entre essas publicações, cito as mais importantes: a *Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)* (1861), de Sébastien Auguste Sisson; *Brasileiras célebres* (1862), Norberto de Sousa; *Dicionário biographico de brasileiros célebres* (1871), da Editora Laemmert; *Ano biographico brasileiro* (1876), de Joaquim Manuel de Macedo; *O Pantheon Fluminense: Esboços biographicos* (1880), de Prezalindo Lery Santos; e, por fim, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, publicado entre 1883 e 1902. Para uma análise desses catálogos biográficos, cf. ENDERS, 2004, p. 183-245.

⁸ “L’histoire n’a point de partie plus agréable et plus instructive que la vie particulière des grands et vertueux personnages qui on fait figure distinguée sur le théâtre du monde”. (COUSIN apud SILVA, 1868).

⁹ Para uma análise dos argumentos de Carlyle sobre a história, ver LORIGA, 2008 e 2011, p.53-80.

¹⁰ Emprestadas do grego tardio, “biografia” e “biógrafo” são registradas pelos dicionários de língua inglesa e francesa no decorrer do século XVIII. Seus derivados, mais raros, formam-se no século XIX. Nascida no auge de um período de laicização acelerada, a palavra biografia (“tipo de história que tem por objeto a vida de uma só pessoa”, segundo Littré) parece denotar uma obra com rigor “científico”, em oposição implícita às formas antigas (panegírico, elogio, oração fúnebre) de eloquência sacra ou oficial (MADELÉNAT, 1984, p. 14).

¹¹ Uma discussão oportuna do argumento acerca da dissolução ou permanência dos usos da fórmula da “história mestra da vida”, experiência moderna do tempo e historiografia brasileira do século XIX, encontra-se em ARAÚJO, 2011, p. 131-147.

Referências

ABREU, João Capistrano de. Biografia. In: *Ensaaios e Estudos*. 4. série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 37-41.

_____. O Duque de Caxias. In: *Ensaaios e Estudos*. 2. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguier, 1932. p. 9-35.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Joaquim Nabuco: um estadista do Império. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1999.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). *Aprender com a história?* O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 131-147.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 3. ed., tomo 1, n. 1, p. 9-17, 1839.

_____. Biographia: Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IV, n. 13, p. 88-91, 1842.

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du Panthéon*: Essai sur le culte des grands hommes. Paris: Fayard, 1998.

CARLYLE, Thomas. On history. In: _____. *Critical and miscellaneous essays*. Philadelphia: Hart, Carey & Hart, 1852, vol. 5, p. 219-223.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Brasília: Editora UnB, 1981.

CATROGA, Fernando. O magistério da história e exemplaridade do “grande homem”: a biografia em Oliveira Martins. In: PÉRES JIMÉNEZ, Aurélio; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (Coord.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Universidade de Málaga, 2004. p. 243-288.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

_____. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. *Historiografías, revista de historia y teoría*, Zaragoza, v. 2, p. 45-65, jul./dez. 2011.

COUSIN, Victor. *Cours de l'histoire de la philosophie*: Introduction a l'histoire de la philosophie. Paris: Didier, 1841.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

ENDERS, Armelle. *Les visages de la Nation*: Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922). 2004. Tese de doutorado-Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, Paris.

FABRE, Daniel. L'atelier des héros. In: CENTILIVRES, Pierre; FABRE, Daniel; ZONABEND, Françoise (Dir.). *La fabrique des héros*. Paris: Éditions de la Mason des sciences de l'homme, 1998. p. 233-318.

FAORO, Raymundo. História e arte. In: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 21-30.

GÉRARD, Alice. Le grand homme et la conception de l'histoire au XIXe siècle. *Romantisme*, Lyon, v. 28, n. 100, p. 31-48, 1998.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil imperial*. v. 2: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.

HAMPTON, Timothy. *Writing from history*: the rhetoric of exemplarity in Renaissance literature. New York: Cornell University, 1990.

HARTOG, François. La France, l'objet historique. *Le Monde des Débats*, Paris, n. 19, nov. 2000.

_____. Plutarque entre les Anciens et les Modernes. In: PLUTARQUE. *Vies parallèles*. Paris: Gallimard, 2001.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEGEL. História filosófica. In: GARDNER, Patrick. *Teorias da História*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 73-88.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

MADELÉNAT, Daniel. *La Biographie*. Paris: PUF, 1984.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Biografia do padre-mestre Frei Francisco de Monte Alverne [1859]. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo LIV, p. 391-404, 1882.

MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo 1. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

NADEL, George Harrison. Philosophy of history before historicism. In: _____. (Ed.) *Studies in the Philosophy of History: Select essays from History and Theory*. New York: Harper & Row, 1965.

NOIDIER, Charles. Discours Préliminaire. In: MICHAUD, Louis-Gabriel. *Biographie universelle ancienne et moderne*. v. 1. Paris: Mme. C. Desplace, 1843. Disponível em: <<http://www.bnf.fr/>>. Acesso em: julho 2014.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

_____. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; FAPERJ, 2013.

PALTI, Elias. *La nación como problema: los historiadores y la “cuestión nacional”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PARECERES SOBRE ADMISSÃO DE SÓCIOS. *Revista do IHGB*, tomo 29, p. 403-415, 1866.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. Iconographia Brasileira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 19, n. 23, p. 349-378, 1856.

RELATÓRIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO O SR. CÔNEGO DR. J. C. FERNANDES PINHEIRO. *Revista do IHGB*, tomo 27, parte segunda, p. 393-402, 1864.

REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 235-248.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 88-105, ago. 2012.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: EDUSC, 2003.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

_____. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria de B.L. Garnier, 1868. 2 volumes.

Recebido em: 04/07/2014

Aprovado em: 10/10/2014

Um perfil de cargos e funções na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX

Jaime Rodrigues*

Resumo: A partir dos registros de matrículas dos marinheiros embarcados em Lisboa desde meados do século XVIII, procuro estabelecer um inventário dos cargos e das funções a bordo da marinha mercante luso-brasileira até meados do século XIX. O estudo aponta uma grande diversidade de cargos e estabelece diferenças entre dois grandes grupos: o dos oficiais e o dos marinheiros comuns. A intenção é indicar a origem nacional e étnica dos homens do mar, a fim de discutir o internacionalismo na composição das equipagens, nos termos assinalados pela historiografia.

Palavras-chave: História Marítima. História Atlântica. História Moderna. História Contemporânea. Marinheiros.

Introdução

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a marinha mercante lusa e luso-brasileira contou com uma grande variedade de cargos e funções. Apresentarei, aqui, essa diversidade e, sempre que oportuno, farei um cotejamento com outras marinhas de tempos e espaços distintos.

* Professor Associado de História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Doutor (2000) e mestre (1994) em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Projeto financiado pelo CNPq. E-mail: jaime.rodrigues@unifesp.br

Inicialmente, é preciso distinguir os oficiais dos homens que ocupavam os postos mais baixos da marinhagem. Os primeiros tinham funções de mando; os segundos obedeciam e exerciam o trabalho braçal. Estudiosos atentaram para os confrontos que permeavam o mundo do trabalho marítimo, a saber: os contra a natureza e os entre homens hierarquicamente divididos (REDIKER, 1989; RODRIGUES, 2005; BARREIRO, 2010, p. 195).

Começemos pelos oficiais. Na Carreira da Índia, por exemplo, o comandante da armada era o capitão-mor, aristocrata e homem de confiança do armador, situação que se transformaria na segunda metade do século XVIII, com investimentos na formação de oficiais e a possibilidade de que “[...] os lugares de comando fossem ocupados [...] por oficiais de marinha escolhidos pelas suas capacidades profissionais” (DOMINGUES, 1998, p. 20-23). Na mesma carreira, o segundo na hierarquia era o piloto, a quem “[...] competia garantir que a navegação se fazia dentro do previsto, sendo-lhe [...] necessários um conjunto de conhecimentos técnicos [...]”. Para tanto, o piloto contava com o auxílio do sota-piloto. Em seguida vinha o mestre, responsável pela supervisão das manobras do navio e pelo trabalho dos marinheiros, no que era auxiliado por contramestre e guardião (Ibid., loc. cit.).

Em fins do século XVI, os tripulantes da Carreira da Índia podiam ser divididos em três grupos: a) o *peçoal de navegação*, abarcando piloto, sota-piloto, mestre, contramestre, guardião, marinheiros e grumetes; b) os *artesãos* sem função estritamente marítima, mas fundamentais a bordo, como capelão, escrivão, meirinho, despenseiro, barbeiro, carpinteiro, calafate, tanoeiro e pagens; c) os *bombardeiros*, que lidavam com a artilharia (DOMINGUES, 1998, p. 22). Porém, sendo estritamente funcionais, essas categorias não levam em conta as relações de poder.

De acordo com Marcus Rediker, no século XVIII, o trabalho no mar foi padronizado: cada navio mercante levava um mestre, um imediato, um carpinteiro, um contramestre, um chefe de artilheiros, talvez um cozinheiro e quatro ou cinco marinheiros comuns. Muitos navios incluíam um segundo imediato, um imediato de carpinteiro e mais quatro ou cinco marinheiros (REDIKER, 1989, p. 83). Mesmo que o autor não o diga, essa padronização não se refere a quaisquer embarcações, mas sobretudo às britânicas.

Ao analisar a Marinha Espanhola nos tempos modernos, Mola e Shaw optaram por dividir a gente do mar em “agentes da economia marítima”, apontando sua multiplicidade: mercadores, pescadores, marinheiros mercantes ou de guerra (MOLA; SHAW, 2007, p. 159).

As nomenclaturas que designavam funções a bordo foram muitas para o caso luso-brasileiro. Encontrei 83 designações para os cargos, as quais agrupei em blocos condizentes com as funções, referentes a 358 viagens de 302 embarcações em fontes dos anos de 1763-1799 e 1802-1863.¹ Nesse caso, diferentemente das carreiras ou frotas comerciais e/ou militares, havia raros comandantes. Capitão e piloto eram os postos mais altos nessas embarcações. Em séculos anteriores, não era incomum que capitães, pilotos ou mestres fossem donos dos navios e que os dirigissem pessoalmente (PÉREZ-MALLAÍNA, 1992, p. 97-98). Mas essa não era a situação mais corriqueira nos séculos em questão: localizei 136 capitães no século XVIII e 98 no século XIX; quanto aos pilotos, a amostragem refere-se a 476 homens, eles também divididos em hierarquias mutantes entre um século e outro.

Tabela 1 - Nomenclaturas e graus de pilotos²

Cargo	Século	
	XVIII	XIX
Capitão	136	98
Piloto	112	92
Primeiro piloto	3	17
Segundo piloto	5	49
Terceiro piloto	0	15
Sota-piloto	39	19
Contrapiloto	1	0
Praticante de piloto	32	90
Primeiro praticante	0	1
Segundo praticante	0	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir do arrolamento das designações, ao menos uma hipótese pode ser aventada para demonstrar a dinâmica das transformações. No século XVIII, há um número ligeiramente superior de pilotos em relação ao século XIX, mas um número bem menor de primeiros, segundos e terceiros pilotos e de praticantes de pilotos. Com sota-pilotos e contrapilotos dá-se o contrário: foram mais comuns no século XVIII do que no XIX. A profusão de nomes deixa entrever que os navios levavam mais de um responsável pela pilotagem. É plausível que os navios que levavam mais de um encarregado pela pilotagem tenham cumprido rotas mais longas. Alguns homens foram registrados simplesmente como *praticantes*, e os dicionários complementam a informação omitida na fonte: “praticante é o que se destina a ser piloto, e por isso também se diz praticante de piloto” (CAMPOS, 1823, p. 86; AMORIM, 1841, p. 251).

Em todas as matrículas de capitães, a fonte não menciona cor ou condição social – evidência segura de que se tratava de homens brancos e livres. No século XVIII, 74% dos capitães eram nascidos em Portugal; no XIX, o percentual caiu para 23,5%. O fato de que 68,4% dos capitães desse século não tivessem sua naturalidade especificada ajuda a entender a aparente queda dos reinóis nos postos de comando, além da inclusão de navios matriculados após 1822 capitaneados por brasileiros.

Pilotar ou praticar para se tornar piloto constituía quase uma reserva de mercado para portugueses, sobretudo no século XVIII: de um universo de 191 homens nessa categoria, 156 eram portugueses de nascimento (81,6%), sendo os demais da América portuguesa, dos Açores ou da Madeira e 15 para os quais não temos dados. No século XIX, de 284 homens nessa categoria, 176 eram portugueses (61,8%), sendo os demais distribuídos entre nascidos no Brasil, nas ilhas atlânticas, em Macau e em países europeus. Para 57 indivíduos, não temos a informação.

No que se refere aos graus de piloto, algumas observações de caráter socialmente distintivo podem ser apontadas. Nos registros, nota-se o uso reiterado da expressão “marítimo de profissão”, menos frequente quando do registro de marinheiros comuns. Eventualmente, os pilotos escreviam suas próprias matrículas, o que se percebe pela diferença da letra e da tinta. Se pensarmos na possibilidade de

ascensão na carreira, temos ao menos um caso em que o registro menciona que o piloto fora sota-piloto em outro navio³. Também é possível ver, pela filiação, que havia praticantes filhos dos capitães dos navios em que vinham. Por vezes, isso podia criar situações de insegurança para os embarcados, como no caso do praticante de piloto João Alvares da Silva, do navio *Santa Rosa e Senhor do Bonfim*, que zarpou de Lisboa em junho de 1767. Ele era de um rapaz de 15 anos de idade em sua primeira viagem e, embora alegasse ter frequentado as aulas da Junta do Comércio, desconfio que sua inclusão no cargo devia-se ao fato de que ele era filho do capitão (ANTT/JC, Livro 2 das Matrículas dos Marinheiros, 1767, fls. 22-22v).

Ainda no âmbito do oficialato, a Tabela 2 arrola outros cargos.

Tabela 2 - Oficiais diversos

Cargo	Século	
	XVIII	XIX
Mestre	18	53
Contramestre	103	113
Primeiro contramestre	0	1
Aprendiz de contramestre	1	0
Guardião	2	9
Caixa	3	5
Primeiro caixa	1	0
Segundo caixa	1	0
Carregador	0	2
Sobrecarga	1	12
Segundo sobrecarga	0	1
Terceiro sobrecarga	0	3
Capelão	105	56
Cirurgião	110	61
Escriturário	2	5
Escrivão	17	31

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nem sempre vinham mestres a bordo, por serem melhor remunerados e porque suas tarefas poderiam ser cumpridas por um contramestre. Este sim manteve-se como cargo de presença equilibrada nos dois períodos da amostragem. O primeiro contramestre e o aprendiz são figuras quase inexistentes e talvez a presença deles se deva às idiossincrasias do escrevente, mais do que a um reconhecimento no trabalho marítimo. Já os guardiões, mediadores das ordens do mestre ou do contramestre aos marinheiros comuns, também foram cargos pouco frequentes, mais presentes no século XIX.

Quanto aos caixas e assemelhados (carregador e sobrecarga), eram os responsáveis pelos cuidados com as mercadorias embarcadas e a defesa dos interesses dos seus donos. Totalizaram apenas 29 homens em 358 viagens. Uma pista para explicar a pouca frequência desses cargos pode estar na constatação de que, por vezes, o capitão era quem acumulava a tarefa, sobretudo quando era sócio ou proprietário do navio e da carga transportada (FERREIRA; RIBEIRO; RODRIGUES, 2004, p. 221).

A diferença na quantidade de capelães e cirurgiões pode ser explicada por especificidades do comércio e da legislação. Em 18 de março de 1684, uma lei lusa obrigava os navios do tráfico negreiro a trazerem capelão a bordo (SILVA, 1859, p. 10; RODRIGUES, 2005, p. 209). Para o século XVIII, navios mercantes que faziam comércio regular eram mais cumpridores das leis e levavam os responsáveis pelo conforto espiritual e pela saúde da tripulação, ao mesmo tempo em que autores contemporâneos destacaram que antes do reinado de D. José I não havia cirurgiões “[...] para as expedições das frotas comerciais e para o socorro das províncias, onde não havia senão barbeiros que sangravam e meros curandeiros” (ABREU, 2011, p. 122). No século XIX, muitos navios da amostragem são negreiros, sobretudo da época do contrabando, na qual as leis não eram cumpridas e não fazia sentido arcar com mais despesas num negócio cujo risco aumentava na medida em que a repressão crescia. Mesmo no comércio regular, a presença dos capelães e cirurgiões passou a ser questionada nas primeiras décadas do século XIX (CORTES, 1822, p. 1589).

Escrivães ou escriturários somaram 55 homens, com maior concentração no século XIX. Suas funções a bordo não parecem

ter se transformado significativamente no decorrer do tempo ou das mudanças técnicas nas embarcações. Tratava-se de uma espécie de oficial de cartório no mar e eram conhecedores da leitura e da escrita em um mundo de homens pouco afeitos às letras (MICELI, 1997, p. 176-178; FREITAS, 1855, p.181-182; RODRIGUES, 2005, p. 165-166).

Outro tipo de oficial mencionado nas listas de tripulantes era o despenseiro. Ele não lidava diretamente na preparação dos alimentos nem com o manejo do barco, “[...] mas sim com as vitualhas e a distribuição dos ranchos. Seu distintivo era o manejo das chaves que fechavam os paióis onde vinham os alimentos” (MOLA; SHAW, 2007, p. 161), tendo o auxílio dos pagens na tarefa de distribuição da comida. Entre suas funções, na Carreira da Índia e em outras rotas, estava a listagem do suprimento embarcado, auxiliando o (ou sendo auxiliado pelo) escrivão, e o cuidado com o armazenamento e conservação dos alimentos (DOMINGUES, 1998, p. 24; GODINHO, 2005, p. 52-53; LAPA, 1968, p. 201; CARUSO, 2010, p. 63).

Ofícios de terra, ofícios do mar

Passando àqueles que desempenhavam o trabalho braçal, começarei com os que não lidavam com os aparelhos dos navios, mas sim com a subsistência: o pessoal ligado à alimentação, com exceção do despenseiro, com grau de oficial.

Tabela 3 - Pessoal de cozinha

Cargo	Século	
	XVIII	XIX
Copeiro	0	12
Ajudante de copeiro	0	1
Cozinheiro	44	66
Padeiro	1	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao lidar com as profissões ligadas ao trabalho marítimo no Rio da Prata, Laura Caruso comenta que os homens da cozinha dos barcos “[...] eram os únicos dispensados da condição de saber nadar para serem contratados” (CARUSO, 2010, p. 63). Também está claro que eram dispensados do manejo dos instrumentos náuticos. No caso da amostra aqui analisada, os copeiros surgiram no século XIX e provavelmente prestavam serviços aos oficiais superiores. Os padeiros, em número pouco significativo, possivelmente cuidavam do suprimento de trigo e produziam pão a bordo, desde que as viagens fossem curtas ou repletas de escalas para abastecimento de lenha, o que talvez ajude a explicar sua quase ausência nas embarcações. O biscoito, ou pão assado duas vezes, supria a tripulação de carboidratos e deveria ser responsabilidade dos padeiros, quando estes vinham a bordo.

Quanto ao cozinheiro, era presença mais constante e “notável por sua inabilidade para cozinhar”, nas palavras de Rediker, sendo considerado inferior pelos demais por não realizar trabalho pesado (REDIKER, 1989, p. 84-85, 122). Os cozinheiros trabalhavam, na sua maior parte, para o conjunto dos embarcados. Encontrei alguns que serviam apenas ao capitão, enquanto um era servente cozinheiro e outro foi nomeado “mestre cozinheiro”.

Dos 128 homens da amostragem ligados ao trabalho da cozinha, 92 eram livres e brancos, 10 eram escravos pretos e 26 eram livres ou forros pretos ou pardos. Os demais membros da tripulação eram trabalhadores braçais com funções náuticas, e dividem-se em 42 nomenclaturas. Primeiramente, vou apresentá-los e quantificá-los.

Tabela 4 - Marinheiros comuns com funções náuticas

Cargo	Século	
	XVIII	XIX
Tanoeiro	14	18
Segundo tanoeiro	0	6
Mestre tanoeiro	1	0
Oficial de tanoeiro	1	0
Pipeiro ⁴	0	1
Aprendiz de calafate	6	0

Aprendiz do mestre calafate	2	0
Calafate	82	26
Calafatinho	11	0
Mestre calafate	12	0
Oficial de calafate	2	0
Aprendiz de mestre carpinteiro	1	0
Aprendiz de carpinteiro	4	0
Carpinteirinho	5	0
Mestre carpinteiro	5	0
Carpinteiro	62	56
Barbeiro	1	10 ⁵
Segundo barbeiro	0	1
Prático	1	12
Barraqueiro	0	1
Boticário	0	2
Canoeiro	1	0
Embarcado	1	0
Fiel do porão	0	1
Franceiro (sic)	0	1
Gajeiro da proa	0	1
Gajeiro grande	0	1
Grumete	44 ⁶	0
Mancebo	442 ⁷	5
Marinheiro	463 ⁸	2381
Moço do navio	15	0
Moço do governo	15	0
Moço de viagem	25	0
Moço do capitão	1	0
Moço de carpinteiro	2	0
Moço	715	927
Oficial de pedreiro	1	0

Sota-sangrador	0	1
Sangrador	2	13
Taubário (?)	0	1
Servente	1759 ⁹	111
Tambor	0	2

Fonte: Elaborada pelo autor.

O primeiro grupo de ofícios da Tabela 4 refere-se aos responsáveis pelos líquidos embarcados. Eram responsáveis pela feitura, conserto ou conservação dos recipientes de carga: as preciosas pipas ou barris.¹⁰ Tanoeiros estiveram presentes de forma equilibrada entre os navios dos séculos XVIII e XIX, sendo que no Oitocentos aparece a novidade de um segundo tanoeiro, presente talvez em viagens para destino mais longínquo, com número maior de tripulantes ou com carga humana no porão. Ainda assim, são poucos em relação ao tamanho da amostragem (relembrando: 358 viagens, 302 embarcações), indicando que, na ausência deles, suas funções foram exercidas por outros homens: além dos carpinteiros e calafates, talvez um marinho comum ou um servente mais habilidoso.

Sua função especializada era absolutamente necessária para o bom andamento das viagens. Se tudo corresse bem, talvez ninguém se apercebesse dessa necessidade; caso contrário, sua falta seria muito sentida pelos demais. A amostragem permite dizer quais eram a naturalidade e a condição social desses homens.

Tabela 5 - Marinheiros de ofícios de madeira

Ofício	Total	Proveniência	Condição Social
Tanoeiros e assemelhados	41	África: 10 Ilhas atlânticas: 2 América portuguesa/Brasil: 6 Portugal: 20 Não identificada: 3	Escravos: 6 Forros: 4 Livres: 31

Calafates e assemelhados	141	África: 1 Ilhas atlânticas: 2 América portuguesa/Brasil: 1 Portugal: 112 Ilha de Elba: 1 Não identificada: 24	Escravos: 2 Forros: 0 Livres: 139
Carpinteiros e assemelhados	133	África: 1 Ilhas atlânticas: 2 América portuguesa/Brasil: 3 Portugal: 108 Espanha: 1 Suécia: 1 Não identificada: 17	Escravos: 0 Forros: 0 Livres: 133

Fonte: Elaborada pelo autor.

Dentre os tanoeiros em suas diferentes denominações, os africanos provinham da Costa da Mina (exceto por um caso de Calabar), sendo 6 deles escravos e os demais forros. Os ilhéus haviam nascido nos Açores (1) ou na Madeira (1); os seis americanos eram na sua totalidade nascidos na Bahia, enquanto os 20 portugueses continentais dividiam-se entre 1 beirão, 7 do Porto ou de Braga e os outros 12 de Lisboa e seu entorno, todos eles homens livres.

Quanto aos calafates e assemelhados, o único africano da amostra era escravo e oriundo da Costa da Mina. O outro homem na condição de escravo era um natural da Ilha de Elba, território francês, cativo do piloto espanhol Victor de Barridas, tripulante do mesmo barco, o *Estrela do Mar*, um negreiro capturado pelos ingleses em 1828. Esses foram os únicos cativos que pude localizar nessas funções. Todos os demais calafates eram livres. Quanto aos calafates ilhéus, os dois eram da Madeira; o do Brasil vinha do Rio de Janeiro e os reinóis provinham majoritariamente do Norte (Entre-Douro e Minho, 66 homens; Lisboa e Estremadura, 44 e 2 da Beira). Desconheço as naturalidades de 24 homens.

Fechando os ofícios da madeira, os carpinteiros e assemelhados eram todos livres. Decerto, a condição de escravo não condizia com o manuseio de objetos pontiagudos, que pudessem se tornar armas em certas situações, na visão senhorial. Isso ajuda a explicar a ausência de carpinteiros cativos, mais do que uma suposição inverossímil da inabilidade para o manejo das ferramentas e o desempenho do trabalho. Novamente, a maior parte do contingente de carpinteiro era de reinóis: eles somam 108 homens (metade do Norte, metade de Lisboa e seu entorno, subtraídos cinco beirões). O único africano da amostra era caboverdiano; os dois ilhéus eram dos Açores e os três do Brasil dividiam-se entre um maranhense, um pernambucano e um baiano. Completam a lista dois estrangeiros europeus e 17 homens de proveniência ignorada.

Os dados confirmam o dizer de Russel-Wood, para quem os homens livres predominavam em certas lidas especializadas no mar. Para ele, os escravos de ganho marítimos enfrentavam dificuldades para ter acesso ao mercado de trabalho com relativa autonomia para barganhar o valor de seus serviços. Isso pelo menos em profissões como tanoeiro e calafate, que tinham “[...] menos oportunidade de trabalho que especialidades mais procuradas, como as de sapateiro, carpinteiro, pedreiro ou ferreiro” (RUSSEL-WOOD, 1991, p. 203; RUSSEL-WOOD, 2005, p. 63-64). Além do que, essas profissões também eram requisitadas em terra, nos estaleiros e na construção civil, constituindo um importante segmento do mercado de trabalho para homens livres e pobres em Portugal e no Brasil.

Ofícios da saúde

Com exceção do cirurgião, as profissões ligadas à saúde dos mareantes não faziam parte do grupo de oficiais. A amostragem traz registros sobre 28 homens, entre os quais barbeiros e sangradores foram os mais comumente encontrados a bordo, ainda assim em número reduzido diante da quantidade de viagens. Para efeito de comparação, inclui também os cirurgiões encontrados na amostra. Vejamos o que temos sobre a naturalidade e a condição social desses homens (Tabela 6).

Tabela 6 - Marinheiros - ofícios da saúde

Ofício	Total	Proveniência	Condição Social
Cirurgião	171	Portugal: 139 América Portuguesa/Brasil: 5 Espanha: 3 Não identificada: 23	Livres: 171
Barbeiro	12	África: 9 Portugal: 1 América Portuguesa/Brasil: 1	Escravos: 3 Forros: 2 Livres: 7
Boticário	2	Portugal: 1 (Lisboa) Não identificada: 1	Livres: 2
Sangrador	16	África: 11 América portuguesa/Brasil: 1 Não identificado: 4	Escravos: 1 Forros: 3 Livres: 12

Fonte: Elaborada pelo autor.

Se pudéssemos definir o perfil do cirurgião com base nessa amostragem, diríamos que a profissão era exercida por homens portugueses, brancos e livres. Do mesmo modo, barbeiros e sangradores eram profissões com notável presença negra, africana e escrava. Dito isso, precisaríamos ir um pouco além e entender os embates que permearam o exercício dessas profissões. Como notaram alguns autores, inúmeras embarcações e frotas zarpavam para as diferentes partes dos domínios portugueses “sem físico, cirurgião ou boticário e, às vezes sem botica”(FRADA, 1989, p. 67). João Frada, que escreveu essas palavras com base nos diários e crônicas de bordo da época dos descobrimentos, afirma ainda que o profissional da saúde mais frequente era o barbeiro, “acumulando funções de sangrador” (Ibid., loc. cit.). O inventário dos profissionais apresentado aqui, referente aos séculos XVIII e XIX, deixa claro que, nessa época, os cirurgiões eram mais numerosos. As crônicas coloniais oferecem informações preciosas, mas seguramente não são boas fontes demográficas. De todo modo, todas as fontes e interpretações confirmam que os cuidados com a saúde a bordo eram insuficientes, ainda que melhorias tenham ocorrido a partir do século XVIII (FRADA, 1989, p. 67; FRADA, 1993, p. 233).

A presença mais incisiva dos cirurgiões pode ser entendida no contexto da luta pelo reconhecimento da profissão e das transformações do saber médico ao longo dos séculos XVIII e XIX. Medicina e cirurgia disputavam espaços de poder – a bordo dos navios, inclusive –, para demonstrar a eficácia de suas intervenções. A cirurgia não era reconhecida como um saber e estava mais perto de um trabalho braçal do que intelectual. Resultou que, desde o século XVII, médicos e cirurgiões separaram profundamente suas funções para fazer um movimento inverso nos Setecentos, quando

[...] o baixo nível da cirurgia [...] era prejudicial aos interesses das monarquias absolutas. Os barbeiros-cirurgiões, com instrução muito escassa, não tinham capacidade de dar respostas às exigências que pressupunha a nova organização do Exército, a navegação e os próprios hospitais (NUÑES; VILLALBA, 2012, p. 60).

Ainda de acordo com os mesmos autores e comparando os casos das armadas espanhola, francesa e inglesa, a partir de uma formação mais especializada e de uma valorização social utilitarista do trabalho manual, os cirurgiões puderam começar a superar sua notória inferioridade frente aos médicos (NUÑES; VILLALBA, 2012, p. 59-64). Em Portugal, sabemos que, na Armada, haviam sido criados dez postos de cirurgião em 1753 e que, em torno de 1770, os oficiais dos navios de guerra eram divididos em dois escalões: o superior, composto por generais, comandantes e seus ajudantes, e o inferior, no qual constavam o capelão, o auditor, o físico e o cirurgião (CRUZ JR., 2002, p. 73-75). Mariana Candido, analisando o período entre c.1760-c.1820, constatou que a maioria dos navios levava cirurgiões a bordo: apenas 48 embarcações, de um total de 365, não listaram esses profissionais como parte da tripulação (CANDIDO, 2010, p. 402-403).

A instrução mais escassa dos cirurgiões e seu prestígio social inferior em relação aos médicos pode ter prosseguido, a dar crédito à associação de sua nomenclatura profissional com a do barbeiro. Os navios do tráfico de escravos africanos “[...] tinham escrivão e mais raramente um cirurgião (nome que escondia um simples

sangrador)” (CALDEIRA, 2013, p. 120; RODRIGUES, 2005, p. 272-275). A raridade do embarque de cirurgiões e barbeiros foi igualmente notada na Carreira da Índia e, mesmo quando esses profissionais vinham a bordo, pouca confiança mereciam – tanto que o Conselho da Fazenda julgou necessário escolher barbeiros mais competentes, “[...] que tenham alguma prática de cirurgia” e que entendessem da “[...] botica das mesinhas, de que usa a medicina” (RODRIGUES, 2005, p. 177; WISSENBAACH, 2009, p. 281-300).

Os dicionários de marinharia também confundem as nomenclaturas, como o de Leitão e Lopes, que criaram o verbete “barbeiro-cirurgião” para definir o “[...] barbeiro que fazia parte da guarnição de um navio e que possuía alguns conhecimentos para tratar de feridos e certas doenças” (LEITÃO; LOPES, 1963, p. 63). Alguns conhecimentos, certas doenças: os dicionaristas não se referem ao pleno conhecimento para tratar de qualquer doença, indicando os limites da atuação dos cirurgiões e barbeiros, tidos como ofícios assemelhados.

Mais próximos entre si pareciam ser os ofícios de barbeiro e sangrador. Eles eram mencionados como sinônimos em ao menos um caso – o do preto ou crioulo (a fonte nomeia-o dos dois modos) forro Eusebio Gomes do Nascimento, com 40 anos em 1822 (AHI/CE/CMAB, Lata 34, Maço 4, Pasta 1, navio *Nova Sorte*). Escravos e forros representam quase 32% da amostra (42% dos barbeiros e 25% dos sangradores), enquanto africanos são 75% do total (75% dos barbeiros e 69% dos sangradores). O solitário lisboeta Joaquim da Fonseca exercia a função de barbeiro, e, infelizmente, a fonte não diz qual era sua cor. Do Brasil também vinham poucos profissionais dessa dupla: apenas dois baianos foram citados, um barbeiro e um sangrador.

Por fim, chegamos ao contingente majoritário dos trabalhadores a bordo. Chamei-os de marinheiros comuns, embora o leque também apresente diversidades na nomenclatura. Nesse grupo, reuni aqueles marinheiros que “[...] não se confundiam com os outros ofícios vinculados ao mar: carpinteiros das ribeiras, calafates, cordoeiros, taneiros e mergulhadores” (MOLA; SHAW, 2007, p. 160). Em outros espaços e temporalidades, como a Inglaterra de fins do século XVII e do século XVIII, diante da rebeldia dos marinheiros e da escassez de mão de obra, o Estado recrutou gente

mais pobre e diversificada em termos étnicos para compor as tripulações (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 163). A ação de rebeldia e a incorporação de quem não podia recusar-se ao recrutamento pode estar na raiz de afirmações genéricas e ahistóricas sobre quem eram os marinheiros dos tempos modernos. Embora mal pagos e assumindo os riscos da profissão, considero exagerada e descabida a afirmação de que se tratava de uma ralé, ao menos no período e no espaço aqui tratados:

[...] a marinagem na sua maioria era constituída por homens de extrato sócio-económico e cultural extremamente baixo, a verdadeira ralé da nossa sociedade lisboeta. Filiados à força, nos meios menos recomendados e promíscuos, ladrões recrutados no Limoeiro, vadios e mendigos, formavam as equipas dos nossos marinheiros (FRADA, 1989, p. 66-67).

Um estigma envolve essas personagens e, por vezes, o estudioso pode ser o vetor desse fenômeno. Nada nas fontes indica que o mar fosse um campo de trabalho composto em sua maioria por condenados, vadios e mendigos. Ao menos, nada indica que gente nessa situação marcasse mais presença nos ofícios marítimos do que nos terrestres, e daí proviesse o estigma. É certo que homens com essas características compunham as tripulações, mas a necessidade de experiência marítima aponta para um grupo composto por gente que sabia o que fazer em situações cotidianas a bordo, sob o risco de inviabilizar as viagens. Graças às matrículas, sabemos onde boa parte deles vivia e, sobretudo, a quanto tempo trabalhavam em embarcações mercantes. Se tinham sido *vadios* (com tudo o que o termo carrega de preconceito e compulsão estatal ao trabalho produtivo), *mendigos* (portanto, pobres) e *prisioneiros* (produzidos pelas práticas institucionalizadas de justiça e desigualdade no Reino e em seus domínios e pela escravidão colonial), não estavam mais nessa condição ao se engajarem nos serviços marítimos. Estamos tratando de trabalhadores, categoria que não comporta uma simples divisão binária entre o bem e o mal.

Ofícios do mar

Diferentemente de outros tripulantes cujos ofícios especializados também eram realizados em terra, estes homens exerciam suas profissões exclusivamente no mar. Observo que as designações *grumete*, *mancebo* e *servente* eram comuns no século XVIII. Homens denominados simplesmente como marinheiros surgem de forma mais volumosa no século XIX, mas desconfio que o número menor no século anterior fosse compensado pela presença dos serventes, que tinham as mesmas funções mas, talvez, recebessem soldadas menores.

Vejamos o que podemos saber sobre suas proveniências e condição social.

Tabela 7 – Marinheiros comuns

Ofício	Total	Proveniência	Condição Social
Grumete	44	Portugal: 29 Ilhas atlânticas: 8 África: 3 América Portuguesa/Brasil: 1 Não identificados: 3	Livres: 38 Forros: 1 Escravos: 5
Mancebo	447	Portugal: 311 Ilhas atlânticas: 116 África: 6 América Portuguesa/Brasil: 3 Não identificados: 11	Livres: 439 Forros: 2 Escravos: 6
Marinheiro	2844	Portugal: 1788 Ilhas atlânticas: 262 África: 141 América Espanhola: ¹¹ 5 América Portuguesa/Brasil: 135 Espanha: 1 Ásia (Batávia): 1 Não identificados: 511	Livres: 2756 Forros: 30 Escravos: 118

Moço ¹²	1700	Portugal: 1202 Ilhas atlânticas: 211 África: 76 América Portuguesa/Brasil: 58 Espanha: 31 França: 2 Itália: 2 Ásia (Macau): 3 Não identificados: 118	Livres: 1629 Forros: 22 Escravos: 49
Servente	1870	Portugal: 1181 Ilhas atlânticas: 392 África: 86 América Portuguesa/Brasil: 43 América Espanhola (México): 1 Malta: 1 Itália: 1 Não identificados: 166	Livres: 1691 Forros: 74 Escravos: 105
Função não especificada	721	Portugal: 369 Ilhas atlânticas: 39 África: 187 América Portuguesa/Brasil: 31 Colômbia: 1 Espanha: 15 França: 1 Itália: 2 Ásia: 1 Não identificados: 75	Livres: 467 Forros: 37 Escravos: 217

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um único homem foi matriculado como “grumete e mancebo”, indicando que as funções e inserções eram semelhantes (ANTT/JC, Livro 2 das Matrículas dos Marinheiros, 1767, fls. 2-9). Quanto aos mancebos, um foi matriculado como “mancebo e marinheiro” e outro como “mancebo ou moço”¹³. Também foi registrado apenas um pardo entre os mancebos, o forro lisboeta Bento Gonçalves (ANTT/JC, Livro 3 das Matrículas das equipagens dos navios, 1767-1769), sendo pretos todos os demais mancebos escravos e forros.

Grumete, mancebo e moço são funções definidas de forma relativamente similar nos dicionários. Na hierarquia, o grumete situava-se entre marinheiro e pagem, e seu aprendizado nos mastros e “outros misteres” parecia destiná-lo ao grau de marinheiro (CAMPOS, 1823, p. 62; AMORIM, 1841, p. 177; FREITAS, 1855, p. 209), ainda que muitas vezes o destino não se cumprisse depois de anos na navegação. Há grumetes experientes e não tão jovens quanto outros embarcações que não subiram de posto devido ao tempo de engajamento. Falo de gente como Simão Marques, de 20 anos de idade e 4 de experiência; José Simões, de 24 anos e mais de 3 como embarcado; João Antonio, 25 anos e 4 vividos no mar; Francisco Bernardes, de 38 anos e 6 para 7 de trabalho marítimo, ou Manoel Figueira Valente, de 23 para 24 anos e 7 a 8 de tempo de embarque (ANTT/JC, Livro 2 das Matrículas dos Marinheiros, 1767). Tomando-se o universo de grumetes, mancebos, moços, marinheiros e serventes, consegui coletar informações sobre o tempo de engajamento e idade dos indivíduos no momento da matrícula, podendo precisar, assim, as idades que tinham quando se engajaram nas lidas marítimas.

Ao declararem suas idades e tempo de embarque no ato da matrícula, os homens apresentavam dados relevantes para o decorrer na viagem. Provavelmente, esse dado influía na negociação de suas soldadas e na decisão do responsável por engajá-los, se este tivesse em mente a composição de uma equipagem equilibrada entre gente experiente e novatos no trabalho marítimo. A juventude desses homens era a regra – os grumetes, por exemplo, engajavam-se, em média, aos 19 anos –, mas também chama a atenção a presença de homens mais velhos e com 15 ou 20 anos de experiência no mar sem galgar função mais elevada do que a de mancebo.

Quanto aos mancebos, as definições não são precisas em relação ao lugar deles na hierarquia. Bluteau assinalou um sentido amplo, referente à idade: mancebos eram homens de até 30 ou 40 anos, ou então moços que servem, embora sejam livres; mas ele não deixou de demarcar o sentido marítimo do termo, ao dizer que mancebos de navio se situavam entre marinheiros e serventes. Nos dicionários de marinharia que consultei, *mancebo* não ganhou verbete próprio, mas o termo apareceu em referência a

“moço do governo”: tanto Amorim quanto Freitas referem-se a essa função como situada entre o moço e o mancebo (BLUTEAU, 1712, v. 5, p. 280-281; AMORIM, 1841, p. 211; FREITAS, 1855, p. 212).

Em Bluteau, *moço* é outro termo que remete à idade e abrange “desde a adolescência até a varonia”, aplicando-se a homens até os 40 anos ou na comparação com os mais velhos. No que se refere à condição social ou função no mundo do trabalho, moço podia ser sinônimo de criado ou servo, mas ele nada apontou quanto ao uso da palavra no mar. Já os dicionaristas de marinharía omitem o termo (como faz Campos) ou dão apenas o significado de *moço de governo*, como fazem Amorim e Freitas: “classe de marinheiro entre o moço e o mancebo, e que já governa o leme em tempo bonançoso”¹⁴.

A diversidade de nomenclaturas para moços indica diferentes funções ou diferentes oficiais a quem eles se subordinavam. Como vimos na Tabela 4, além de simplesmente serem matriculados como moços, esses homens também podiam ser do governo, do navio, de viagem, do capitão ou do carpinteiro.

Os registros de um dos moços, de dois dos serventes e de um marinheiro trazem a dimensão da cor para o universo marítimo de forma inequívoca. O moço pardo Domingos da Cruz, de 33 anos e 11 de atividade, declinou os nomes de seus pais e esposa e, embora não tenha assinalado o local de seu nascimento (ou o escrevente não perguntou), “declarou ser livre” (ANTT/JC, Livro 4 - Matrícula de equipagens de navios, 1767-1769). O mesmo fizeram os serventes pretos Manuel Nunes e Manuel José (ANTT/JC, Livro 4 - Matrícula de equipagens de navios, 1767-1769; ANTT/JC, Maço 1, Caixa 2) e o marinheiro da mesma cor Domingos Antonio, do negreiro *Segundo*, apreendido pelos ingleses em 1851 (AN/AGM, Caixa 13197, Processo 10). Desconfio que Manuel Nunes fosse um escravo fugido, embora alegasse ser livre. A hipótese baseia-se na declaração feita por ele acerca de seu local de nascimento: dizia ser natural do Arcebispado de Lima (no Peru), no Império do México (que em 1768, ano do registro, não existia). Seus conhecimentos geográficos embaralhados e sua alegação de ser um “preto livre” encontraram guarida na ignorância do escrevente, que aceitou essas informações certamente por desconhecer as minúcias territoriais dos

vice-reinados espanhóis na América e por não desconfiar de que tamanho erro podia ser parte de uma estratégia de fuga (RODRIGUES, 2013a, p.176; RODRIGUES, 2013b, p.15). Creio, ainda, que Domingos Antonio não estivesse em fuga, mas a apreensão do palhabote onde ele servia como marinheiro por um navio de guerra britânico deu-lhe a chance de se fazer passar por livre diante dos que, naquela altura, mostravam-se como campeões da liberdade no Atlântico.

Registros dessa natureza são raros, mas somados aos milhares de outros que quase nunca apontavam a cor dos homens matriculados, indicam que *cor* e *condição social*, mais do que associados, eram quase sinônimos: brancos eram livres; pretos e pardos eram escravos (LARA, 2007, p. 135 et seq.). Lidando no interior desse consenso social, Domingos e os dois Manoeis podem ter destacado suas condições de homens livres no ato da matrícula por temerem que, na viagem que fariam a terras escravistas – os navios onde embarcaram iam de Lisboa à Paraíba, ao Grã-Pará e a Cabo Verde/Bissau/Maranhão entre 1767 e 1770 – suas cores parda ou preta os levassem a ser confundidos propositalmente com cativos.

Fazendo as contas, temos fortes evidências de que as profissões exercidas exclusivamente no mar, como as da Tabela 7, eram ocupadas prioritariamente por portugueses livres entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX na marinha mercante lusa e luso-brasileira. Dos 7.626 homens da amostra, 721 não tiveram suas funções especificadas; sintomaticamente, é nesse grupo que encontramos o maior número de escravos (217 indivíduos, 30% do total) e forros (37 indivíduos, 5% do total), indicando que os cativos faziam de tudo um pouco a bordo e que a condição de escravo deixava de requerer uma especialização marítima. Tratava-se de cativos que, em terra ou em mar, acompanhavam seus senhores, embarcavam como cativos de ganho ou eram propriedades dos donos da embarcação ou de oficiais.

Para muitos dos marítimos comuns, a África foi assinalada como lugar de nascimento. Além dos 491 cujo registro é explícito, atribuí outros sete em função dos etnônimos inscritos em seus nomes – gente como Imanbacaça, João Congo, Martinho Ambaca e Francisco Rebolo.

Desde as Ordenações Filipinas, definiu-se um espaço para naturais do Reino português na navegação sob a bandeira daquele país. Na verdade, proibiram-se os marítimos lusos de se empregarem em “nenhumas navegações, nem Armadas [...] fora de nossos Reinos e Senhorios”, sob pena de perderem todos os seus bens e de degredo para o Brasil por cinco anos. A justificativa era que “[...] em nossos Reinos tem bem em que ganhar suas vidas em nossas Armadas e navegações, não há razão que sendo nossos naturais, façam em outra parte as ditas navegações [...]” (CODIGO PHILIPPINO, 1870, p. 1247). A julgar pelas matrículas de equipagens aqui analisadas, a reserva de mercado em embarcações lusas para marítimos nascidos em Portugal tornou-se uma realidade até o século XIX.

Considerações finais

Autores como Scott, Rediker e Linebaugh têm abordado a história dos trabalhadores do mar desde os tempos modernos como sendo marcada pelo internacionalismo em sua composição. Rediker identificou franceses, alemães, portugueses, espanhóis, escandinavos, africanos, asiáticos e americanos a serviço da marinha inglesa, ainda que as leis fixassem em 3/4 a presença obrigatória de marujos ingleses ou irlandeses. Scott observou uma grande diversidade de origens nacionais entre os marinheiros europeus que arribavam na francesa Saint-Domingue em fins do século XVIII: espanhóis, italianos, malteses e outros de diversas nacionalidades vinham ter à ilha. Esse “caldeirão de internacionalismo”, na expressão de Linebaugh, era ainda mais notório nas tripulações piratas (SCOTT, 1986, p. 66; REDIKER, 1989, 2004; LINEBAUGH, 1983; LINEBAUGH e REDIKER, 2008).

Na marinha mercante lusa, se havia internacionalismo, ele devia-se aos africanos – aos quais os conceitos de nação e, por derivação, internacionalismo, não necessariamente coincidem com os usados pelos europeus. Para além dos reinóis, o único contingente expressivo e culturalmente diverso entre os trabalhadores na marinha mercante portuguesa era oriundo da África. Evidentemente,

essa maior unidade não deve levar à conclusão apressada de que houve menos conflitos, laços de solidariedade e engajamento em questões de interesse de classe a bordo dos navios lusos. Esses são temas no aguardo de mais estudos.

A PROFILE OF POSITIONS AND FUNCTIONS IN THE LUSO-BRAZILIAN MERCHANT MARINE, 18TH AND 19TH CENTURIES

Abstract: From the records of registration of seamen boarded in Lisbon since mid-18th century, I tried to establish an inventory of positions and functions aboard of the Luso-Brazilian merchant marine until the mid-19th century. The study indicates a great diversity of positions and it establishes differences between two large groups: the officers and the common sailors. The intention is to indicate the national and ethnic origin of the seamen, to discuss the internationalism in the composition of crews, as indicated in the historiography.

Keywords: Maritime History. Atlantic History. Modern History. Contemporary History. Sailors.

Notas

¹ Ver apêndice: fontes.

² As fontes dessa e das demais tabelas do texto estão arroladas no apêndice *fontes*.

³ Francisco Rodrigues Paiva, de 30 anos de idade e 2 de experiência marítima, que fora sota-piloto no navio *Pinho*, onde provavelmente tivera decepado o polegar da mão direita, conforme sua descrição física indica e, mesmo com essa deficiência adquirida, tornou-se piloto. ANTT/JC, Livro 3 - Matrículas das equipagens dos navios (1767-1769), navio *N. S. da Estrela, Santa Ana e São Boaventura*, zarpado de Lisboa em 15 de outubro de 1767 com destino a Pernambuco.

⁴ Pipeiro ou pifeiro não constam em CAMPOS, 1823; AMORIM, 1841; FREITAS, 1855; MELLO, 1856.

⁵ Sendo um deles “sangrador e barbeiro”.

⁶ Sendo um “grumete e mancebo”.

⁷ Sendo um “mancebo e marinheiro” e outro “mancebo ou moço”.

⁸ Sendo 20 deles registrados como “marinheiro ou moço” e um como “marinheiro condestável”.

⁹ Sendo um “servente ou calafatinho” e outro “servente de cozinheiro”.

¹⁰ LAPA, 1968, p. 201; DOMINGUES, 1998, p. 22. Na Armada espanhola do século XVI havia a “[...] figura muito peculiar do ‘*alguacil* [xerife] *del agua*’, encarregado especificamente de que as rações desse líquido vital chegassem a todos os membros da tripulação sem as perdas ocasionadas por roubos” (PÉREZ-MALLAÍNA, 1992, p. 99-100).

¹¹ Um de Cuba, um do Chile, um de Montevidéu, um de Porto Rico e outro designado apenas como “americano”.

¹² Inclui as seguintes nomenclaturas: “moço do navio”, “moço do governo”, “moço de viagem”, “moço do capitão” e “moço de carpinteiro”.

¹³ José Francisco e Antonio Fernandes Braga, respectivamente. ANTT/JC, Livro 2 das Matrículas dos Marinheiros, 1767, fls. 10-21v e 66-66v e Livro 5 das Matrículas das Equipagens dos Navios, 1767-1769.

¹⁴ BLUTEAU, 1712, v.5, p. 524-525; CAMPOS, 1823; AMORIM, 1841, p.211; FREITAS, 1855, p.212. Os dicionários de Amorim e o de Freitas têm inúmeros verbetes literalmente iguais, por vezes fazendo coincidir, ou quase, os números de páginas.

Referências

“Cortes - Sessão 460 - 9 de setembro [de 1822]”. *Diário do Governo*, Lisboa, n. 213.

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

AFONSO MOLA, Marina; SHAW, Carlos Martínez. Los trabajos y los días del marinero del Antiguo Régimen. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernández (Ed.). *Espacios sociales, universos familiares: La familia en la historiografía española*. Murcia: Universidad de Murcia, 2007.

AMORIM, João Pedro. *Dicionário da Marinha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.

BARREIRO, José Carlos. A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 189-209, jul./dez. 2010.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

CAMPOS, Maurício da Costa. *Vocabulário marujo*: ou conhecimento de todos os cabos necessários ao navio; do seu políame e de todos os termos marujas, e de alguns da construção naval e artilheria; de indispensável conhecimento do oficial do mar. Rio de Janeiro: Of. de Silva Porto, 1823.

CANDIDO, Mariana P. Different Slave Journeys: Enslaved African Seamen on Board of Portuguese Ships, c. 1760-1820s. *Slavery and Abolition*, v. 31, n. 3, p. 395-409, 2010.

CARUSO, Laura Gabriela. Onde manda capitão, não governa marinheiro? O trabalho marítimo no rio da Prata, 1890-1920. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 3, jan./jul. 2010.

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d'El Rey D. Philippe I. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomático, 1870.

CRUZ JR., A. *O mundo marítimo português na segunda metade do século XVIII (ensaio)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002.

DOMINGUES, Francisco Contente. *A Carreira da Índia*. Lisboa: [s. n.], 1998.

FERREIRA, Sérgio C.; RIBEIRO, Joana Isabel; RODRIGUES, Pedro G. Episódios do comércio marítimo português na segunda metade do século XVIII. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 5, série 3, p. 211-250, 2004.

FRADA, João José Cúcio. A alimentação a bordo das naus na época moderna. In: SOARES, Virgílio Meira et al. *A Universidade e os descobrimentos*. Lisboa: CNPCDP; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.

_____. História, medicina e descobrimentos portugueses. *Revista ICALP*, Lisboa, n. 18, 1989.

FREITAS, Antonio Gregório de. *Novo dicionário de marinha de guerra e mercante*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1855.

GODINHO, Rui Landeiro. *A Carreira da Índia*: aspectos e problemas da tornaviagem (1550-1649). Lisboa: Fundação Oriente, 2005.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1968.

LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LEITÃO, Humberto; LOPES, José Vicente. *Dicionário da linguagem de marinha antiga e atual*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, set. 1983.

MELLO, João de Fontes Pereira de. *Tratado pratico do aparelho dos navios para uso dos alunos da Companhia e Real Academia dos Guardas Marinha*. 2. ed. Lisboa: Tip. de Mesma Academia, 1856.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista* (Portugal, séculos XV e XVI). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

NUÑES, Marcelo Frías; VILLALBA, Peça Hernández. La sanidad y los espacios marítimos: entre la Ilustración y la España liberal. In: HURTADO, Manuel-Reyes García (Ed.). *La Armada española en el siglo XVIII: ciencia, hombres y barcos*. Madrid: Síliex, 2012.

PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. *Los hombres del océano: vida cotidiana de los tripulantes de las flotas de Indias, siglo XVI*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1992.

REDIKER, Marcus. *Between the Devil and the Deep Blue Sea: Merchant Seamen, Pirates, and the Anglo-American Maritime World (1700-1750)*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989.

_____. *Villains of All Nations: Atlantic Pirates in the Golden Age*. Boston: Beacon Press, 2004.

RODRIGUES, Jaime. Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c.1760-c.1825. *Almanack*, Guarulhos, n. 5, p. 145-177, maio 2013a.

_____. Marinheiros forros e escravos em Portugal e na América Portuguesa (c. 1760-c. 1825). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 9-25, jul. 2013b.

_____. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Ports of Colonial Brazil. In: KNIGHT, Franklin W. *Atlantic Port Cities: Economy, Culture, and Society in the Atlantic World (1650-1850)*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.

_____. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCOTT, Julius Sherrard. *The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution*. Ann Arbor: Duke University, 1986.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa, compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva (1683-1700)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

Apêndice:**Fontes**

Abreviaturas	
AN = Arquivo Nacional	AGM = Auditoria Geral de Marinha
AHI = Arquivo Histórico do Itamaraty	JC = Junta do Comércio
ANTT = Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo	IGP = Intendência Geral de Polícia
	CMAB = Comissão Mista Anglo Brasileira (RJ)
	CE = Coleções Especiais
	L = Lata
	M = Maço
	P = Pasta
	C = Caixa

Arquivo	Fundo e cota
AN	AGM, C. 13.195, Processos 2 e 4
AN	AGM, C. 13.196, Processo 6
AN	AGM, C. 13.197, Processos 14 e 15
AN	AGM C. 13.198, Processos 20 e 21
AN	JC, C. 445, Pacote 2
AN	JC, Códice 416, v. 1
AHI	CE, CMAB, L. 1, M. 1, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 2, M. 2
AHI	CE, CMAB, L. 3, M. 4, P 1 e L. 3, M. 5, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 4, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 5, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 6, M. 1, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 7, M. 5, P 1

AHI	CE, CMAB, L. 8, M. 6, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 10, M. 1, M. 2; L. 10, M. 1, P 1; L. 10, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 12, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 13, M. 2; L. 13, M.s 1, 1A e 1B
AHI	CE, CMAB, L. 14, M. 3, P 1; L. 14, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 15, M. 1, P 1, L. 15, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 16, M. 2, P 3; L. 16, M. 4, P 2
AHI	CE, CMAB, L. 17, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 18, M. 1; L. 18, M. 3, P 1; L. 18, M. 4
AHI	CE, CMAB, L. 19, M. 2, P 1; L. 19, M. 3, P 2
AHI	CE, CMAB, L. 20, M. 1, P 1; L. 20, M. 3
AHI	CE, CMAB, L. 21, M. 2, P 1; L. 21, M. 7, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 23, M. 1, P 1; L. 23, M. 2, P 1; L. 23, M. 3, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 24, M. 2
AHI	CE, CMAB, L. 25, M. 2; L. 25, M. 4, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 26, M.1, P 1; L. 26, M. 3; L. 26, M. 4, P 1; L. 26, M. 6, P 1; L. 26, M. 6, P 2
AHI	CE, CMAB, L. 27, M. 1, P 1, L. 27, M. 3, P 1p
AHI	CE, CMAB, L. 28, M. 2, P 2
AHI	CE, CMAB, L. 30, M. 1, P 1; L. 30, M. 3; L. 30, M. 4, P 1; L. 30, M. 5; L. 30, M. 7, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 31, M. 3; L. 31, M. 4, P 1; L. 31, M. 6, P 1
AHI	CE, CMAB, L. 34, M. 4, P 1 e 1
ANTT	IGP - Contas para a Secretaria, desde 15 de junho de 1780 até 11 de agosto de 1783, Livro 1

ANTT	IGP - Contas para as Secretarias, desde 13 de agosto de 1783 até 29 de setembro de 1787, Livro 2
ANTT	IGP - Contas para as Secretarias, desde o 1 ^a de outubro de 1787 até 15 de janeiro de 1793, Livro 3
ANTT	JC, Livros 1, 2, 3, 4 e 5
ANTT	JC, M. 34, C. 112, 113, 114, 115 e 116
ANTT	JC, M. 37, C. 128
ANTT	JC, M. 62, C. 203 e 204
ANTT	JC - Avisos, consultas e outros documentos relativos aos cabedais vindos nas frotas do Brasil, M. 49, C. 164
ANTT	JC - Relações de equipagens de navios e passageiros, M. 1, C. 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8

Recebido em: 18/10/2014

Aprovado em: 15/01/2015

A última embaixada de um monarca africano no Brasil: Manoel Alves Lima, um embaixador do Reino de Onim na corte de D. Pedro I

Gilberto da Silva Guizelin*

Resumo: Este artigo trata da terceira embaixada do Reino de Onim ao Brasil (c. 1822-25). Enviada pelo rei Ajan e chefiada pelo Tenente Coronel Manoel Alves Lima, essa embaixada foi a última missão diplomática de um monarca africano em solo brasileiro. Ela foi ainda a única das embaixadas africanas enviadas no século XIX que obteve permissão para completar a sua missão, seguindo para o Rio de Janeiro ao encontro do imperador D. Pedro I, a quem Manoel Alves Lima apresentou o reconhecimento da independência do Império em nome de Ajan e de outros soberanos do “Continente Negro”. À luz de uma documentação diplomática pouco difundida e, portanto, ainda inédita, este artigo busca reconstruir a história dessa embaixada e, por meio desta, adensar a compreensão do quadro histórico das relações africano-brasileiras.

Palavras-chave: Diplomacia. Independência. África. Brasil. Onim.

Introdução

Em 2012, realizei uma série de visitas ao Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro, com o intuito de levantar documentos para o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado,

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: guizelin.gs@gmail.com

também iniciada naquele ano. Interessado nas relações nutridas entre o Império do Brasil com a Angola Colonial, no decorrer da primeira metade do século XIX, debrucei-me no exame dos papéis da antiga Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros relativos à África. Numa dessas visitas, deparei-me com a *Pasta 06 – Missões Especiais Estrangeiras Diversas: África, Argentina e Bolívia (1824-1920)*¹ e, intrigado pelo título e pela periodização, decidi explorá-la. Qual não foi a minha surpresa ao constatar que a missão especial vinda da África, a qual se referiam os papéis ali reunidos, era a de Manoel Alves Lima, enviado ao Rio de Janeiro pelo rei Ajan (ou Adele), do reino de Onim (conhecido por Lagos pelos ingleses, e por Eko pelos franceses), para transmitir a D. Pedro I o seu reconhecimento da independência do Brasil.

O episódio protagonizado por Manoel Alves Lima não me era desconhecido. Através da leitura das obras de Pierre Verger (1987) e de Alberto da Costa e Silva (2003 e 2005), já me haviam chegado algumas notícias sobre esse intrigante personagem. De acordo com esses autores, Alves Lima foi provavelmente um comerciante de escravos atuante na rota entre a África Ocidental e a Bahia, que “[...] usando o título de embaixador do rei de Onim e tomando-se por tenente-coronel” (VERGER, 1987, p. 284) escrevia de Salvador, em 1823, para o imperador brasileiro, solicitando permissão para seguir viagem até o Rio de Janeiro a fim de cumprir a incumbência que lhe fora confiada por Ajan e pelos demais monarcas do Golfo do Benim.

Como os objetivos da minha pesquisa eram outros, não explorei a documentação naquele momento, o que me proponho a realizar neste artigo, partindo de duas questões que surgiram naquela ocasião: teriam Verger, Costa e Silva e os demais autores que já trabalharam e que trabalham com o tema das embaixadas africanas no Brasil Setecentista e Oitocentista tido contato com essa documentação? Que informações esses papéis podem confirmar, refutar ou mesmo sugerir para o enriquecimento da literatura especializada sobre as relações bilaterais de longa duração entre o Brasil e a África?

No presente artigo tomo, portanto, como fonte principal essa documentação conservada no Itamaraty. Alguns dos papéis reunidos na pasta são duplicatas de documentos já topados por Verger e Costa

e Silva durante suas investigações em outros fundos e arquivos. Mas ali também há uma documentação até então desconhecida, composta por meia dezena de notas e correspondências trocadas, em sua maioria, entre Luís José de Carvalho e Mello, visconde da Cachoeira e ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Pedro I, entre 1823 e 1825, e as pessoas de Manoel Alves Lima e seu secretário particular, José Vicente de Santa Ana. Infelizmente, os papéis reunidos na pasta não contêm cabeçalhos nem números que nos permitam identificá-los nominalmente. E alguns sequer tem data. Dessa forma, quando extraída ou referenciada alguma informação da documentação, limitar-me-ei em citar o maço de sua localização no Arquivo Histórico do Itamaraty: estante 273, prateleira 1, maço 13. Por fim, quanto à metodologia de trabalho aqui adotada, a fim de contornar o caráter lacunar, escasso e fragmentário da documentação, procurei analisar e interpretar os documentos à luz da historiografia pertinente sobre a natureza e as vicissitudes das embaixadas africanas enviadas ao Brasil na transição do século XVIII para o século XIX.

Começo este texto com um exame das relações bilaterais entre o Reino de Onim e o Brasil, na virada do Setecentos para o Oitocentos, com o intuito de pontuar o contexto em que se deu o envio da embaixada capitaneada por Manoel Alves Lima. Em seguida, trato da primeira fase da missão do tenente-coronel, convertido em embaixador, quando se encontrava retido na Bahia, transformando-se num observador privilegiado da guerra de independência (1822-1823) travada naquela província. Por fim, na terceira e última parte deste artigo, centro as atenções na recepção e no tratamento que o embaixador de Onim recebeu do imperador e das demais autoridades do Rio de Janeiro.

Um histórico das relações Onim-Brasil

Antes do envio da embaixada sob a responsabilidade de Manoel Alves Lima, os reis do Onim já haviam remetido ao Brasil outras duas missões diplomáticas, a primeira em 1770 e a segunda em 1807, ambas com o objetivo de discutir os termos do comércio de

escravos realizado entre aquele porto e o de Salvador. A prática da qual os monarcas de Onim lançavam mão não era uma novidade para as autoridades luso-brasileiras, muito menos para os demais soberanos do Golfo do Benim. Vale recordar, nesse sentido, que, entre 1750 e 1818, a capital baiana recebeu outras cinco embaixadas vindas do Daomé² e, ainda, uma representação especial mandada pelo rei de Ardra (Porto Novo).

No início da segunda metade do século XVIII, o Onim era governado por Akinshemoyin, cujo reinado (c. 1760-1777) foi marcado pela abertura da região ao tráfico transatlântico de escravos. Segundo a tradição oral corrente naquela região, resgatada por Robert S. Smith e Kristin Mann, o fato resultou de um convite que o citado monarca fizera a um grupo de negociantes luso-brasileiros, que ele conheceu quando esteve exilado em Apa, durante o reinado de seu irmão e predecessor, o rei Gabaro, para que aqueles transferissem seus negócios para o reino de Onim (SMITH, 1978, p. 9; MANN, 2007, p. 36). Os negociantes em questão eram liderados por um africano liberto chamado João de Oliveira.

Transportado ainda criança como escravo da África Ocidental para a América Portuguesa, mais precisamente para Pernambuco, Oliveira regressou ao Golfo do Benim em 1733, já adulto e revestido, por seu senhor no Brasil, de poderes para negociar em seu nome a compra de novos cativos. Porém, mesmo depois de alforriado, Oliveira manteve os vínculos comerciais e “afetivos” com o antigo senhor. Como deduziu Costa e Silva: “As relações entre ambos deviam ser, por sinal, especiais, pois, quando o ex-amor faleceu e sua viúva se viu necessitada, Oliveira passou a enviar-lhe socorro regularmente e com liberalidade” (SILVA, 2004, p. 35). Aliás, a relação de Oliveira com a terra natal de seus outrora senhores também parecia ser bastante peculiar, posto que, como ainda dão conta os relatos orais repassados de geração em geração naquela costa da África, ele não só destinou vultosas esmolas – muitas delas em escravos – para as obras de diversas ordens religiosas no lado de cá do Atlântico, como escolheu morrer e ser enterrado no Brasil, à moda do cerimonial religioso católico. Quer dizer, com todos os sacramentos e encomendas de orações póstumas a que tinha direito para a “salvação de sua alma” (SILVA, 2004, p. 36). Com efeito, aos

setenta anos de idade, após trinta e sete anos de dedicação exclusiva ao tráfico de escravos realizado no Golfo do Benim, Oliveira resolveu se retirar definitivamente para a Bahia, em 1770, quando de lá saiu a bordo da embarcação *Nossa Senhora da conceição e Almas* (VERGER, 1987, p. 264), na companhia de nada mais nada menos que quatro cabeceiras (emissários) de Akinshemoyin.

Embora não seja possível afiançar com absoluta certeza, é presumível que Oliveira e Akinshemoyin estivessem mancomunados uma derradeira vez em prol do tráfico de escravos a partir do porto de Onim. Nesse sentido, é preciso recordar que a ascensão do comércio negreiro do Onim coincidiu com o acentuado declínio do fluxo de exportação de escravos de Ajudá (Ouidah), porto controlado desde 1727 pelo Daomé, o que, por sua vez, minou a política dos reis daomeanos de procurar obter para si o exclusivismo das transações comerciais com os estrangeiros acostumados a negociar naquela região da África (LAW, 1983). Diante desse quadro, não surpreende que, já por volta do final da década de 60 do Setecentos, o Onim tivesse se convertido em um reino concorrente e, sobretudo, inimigo do Daomé, fato que certamente não passou despercebido a Oliveira, principal armador daquele porto, nem por Akinshemoyin, cuja soberania estava diretamente atrelada à continuidade do comércio negreiro na costa abaixo de sua jurisdição. Estando ambos interessados em retirar o tráfico de Onim do controle do Daomé, é possível pensar que Akinshemoyin tenha mandado seus emissários ao encalço de Oliveira que, sendo bem relacionado com os comerciantes da Bahia, não teria dificuldades em introduzi-los no cenário público e político da capital baiana. A partir dessa suposição, é plausível cogitar ainda que a missão daqueles quatro indivíduos era conquistar não só a confiança dos comerciantes da praça de Salvador, mas possivelmente também angariar a simpatia das autoridades governativas da América Portuguesa e, por via de regra, das do próprio Portugal, para manutenção da dignidade e da independência do comércio negreiro de Onim em relação às pretensões daomeanas.

Porém, a sorte não acompanhou os viajantes da embarcação *Nossa Senhora da conceição e Almas*. Logo que aportou em Salvador, o navio foi apreendido sob a suspeita de transportar artigos

contrabandeados. Oliveira e os quatro emissários de Akinshemoyin, tomados erroneamente como parte da carga de setenta e cinco escravos trazida na ocasião, também foram detidos para investigação. Passado mais de um mês desse incidente, Oliveira, com a ajuda de um “[...] atestado dos comerciantes da Bahia, no qual eram confirmados os [seus] serviços prestados [...] ao comércio da Costa da Mina” (VERGER, 1987, p. 211) conseguiu provar sua inocência e resgatar todos os seus bens, o que, por conseguinte, implicou a liberação dos cabeceiras do rei de Onim. No entanto, tão logo liberados os emissários de Akinshemoyin, também foram obrigados “[...] a retornar para junto do mesmo rei” (VERGER, 1987, p. 264), frustrando qualquer expectativa que o monarca de Onim e Oliveira pudessem alimentar em relação àquela missão, aparentemente desprovida de maiores ambições.

Caráter bem diferente teve a embaixada enviada ao Brasil no início do século XIX pelo príncipe Ajan, o mesmo que, alguns anos depois, nomeou Manoel Alves Lima seu representante junto a D. Pedro I. O primeiro embaixador de Ajan no Brasil chegou a Salvador a 1 de outubro de 1807, e foi recebido pelo conde da Ponte, governador da Bahia, onze dias mais tarde, após a conclusão das providências protocolares de praxe das relações afro-luso-brasileiras. Questionado pelo governador acerca do objetivo de sua missão, o representante de Onim se limitou a informar que havia sido incumbido por seu soberano de entregar uma carta ao príncipe regente de Portugal, D. João, devendo, portanto, seguir viagem ao seu encontro. Mal sabia ele que, em pouquíssimos dias, D. João e sua corte deixariam Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, fugindo do cerco das tropas de Napoleão, e que, por essa razão, dentro de mais alguns meses, aportariam por um brevíssimo tempo em Salvador. De qualquer modo, para azar do embaixador, desde 1805, o conde da Ponte estava instruído a reter na Bahia toda comitiva africana, enquanto as correspondências que elas portassem não fossem encaminhadas à corte, a qual, depois de examinar o conteúdo e pesar as vantagens e desvantagens em receber os seus respectivos emissários, decidiria pela permissão ou não da viagem dos mesmos até Lisboa. Com isso, as autoridades lisboetas pretendiam, dentre outras coisas, evitar os elevados gastos que a recepção daquelas embaixadas

custava ao Erário Régio. Confrontado, destarte, pelo governador da Bahia, o embaixador de Onim demonstrou a sua insatisfação e se recusou a entregar ao conde da Ponte a carta que Ajan escrevera para D. João, episódio que serviu de pretexto para o governador negar-lhe, inclusive, a permanência em Salvador, despachando-o de volta para a África Ocidental no primeiro navio para o Onim (VERGER, 1987, p. 278-279).

Entretanto, a relutância do embaixador em entregar a carta de Ajan ao governador não impediu o conde da Ponte, provavelmente informado pelo capitão da embarcação que transportara o supracitado encarregado até a Bahia, de conhecer o seu conteúdo e de remetê-la, acompanhada de uma análise sua, ao visconde de Anadia, a quem era subordinado. É, pois, através do relato do conde da Ponte, no qual ele atualiza o visconde de Anadia sobre a delicada situação da política interna vivenciada no Onim na primeira década do Oitocentos, que as ambições da embaixada enviada por Ajan são denunciadas. Segundo a tradição oral, Ajan teria sido escolhido como rei, entre 1800 ou 1805, pelo conselho de anciões de Onim, após a morte de seu pai, Kutere (que sucedeu a Akinshemoyin). Todavia, no momento em que a embaixada de Ajan chegou à Bahia, a sua autoridade real ainda não havia sido oficialmente reconhecida pelo obá do Benim, de quem os reis de Onim eram vassalos. Esse reconhecimento dependia de uma antiga formalidade, na qual os restos mortais do rei anterior deviam ser levados à presença do monarca do Benim que, então, reconhecia o novo rei eleito pelos anciões. Ocorre que o irmão mais velho de Ajan, Osinlokun (ou Esinlokun), e seus partidários estabeleceram uma forte oposição a seu governo, impedindo-o de realizar tal solenidade (LAW, 1968, p. 46-54), o que, como era de se esperar, deixou Ajan numa posição desconfortável. Isso posto, é de se suspeitar que a missão diplomática enviada em 1807 por Ajan tivesse por principal desígnio atrair o apoio político de Portugal e, sobretudo, o respaldo econômico e militar dos mercadores do Brasil, notadamente os da Bahia, para fazer frente à oposição de Osinlokun.³ Tal percepção parece não ter escapado à compreensão do conde da Ponte, que, em comunicação dirigida ao visconde de Anadia, datada de 14 de outubro de 1807, frisou ao Secretário de Estado que o objetivo daquela primeira embaixada enviada por

Ajan era “[...] em nada relativo ao comércio daqueles portos, e em tudo dispendioso à Real Fazenda” (VERGER, 1987, p. 277), o que a tornava, na sua concepção, insignificante, quer para os interesses de Portugal na América, quer para as suas pretensões na África.

O fracasso da missão não desencorajou Ajan do propósito de selar e, acima de tudo, exibir uma relação próxima e especial com o príncipe regente de Portugal. Contudo, o reinado de Ajan coincidiu com o advento da política internacional antiescravista da Grã-Bretanha, que, após a abolição do tráfico de escravos realizado por mercadores britânicos em 1807, passou a pressionar a coroa portuguesa para que suprimisse o tráfico realizado por seus súditos, em especial os residentes da América Portuguesa. As pressões britânicas se intensificaram depois de 1808, quando a Casa de Bragança, foi obrigada a recorrer à assistência da *Royal Navy* da Inglaterra para se transferir até o Rio de Janeiro e escarpar das pretensões expansionistas de Napoleão na Europa. Na ocasião, como forma de compensação, o governo britânico impôs ao congêneres português uma série de acordos, entre os quais estão os tratados de 1810 e de 1815, que legislavam concomitantemente a limitação do comércio luso-brasileiro de escravos às possessões da coroa portuguesa na África e América, e a plena proibição desse comércio acima da linha do Equador. Como é de se imaginar, essas medidas tiveram um grande impacto negativo no comércio negreiro realizado na costa da África Ocidental ao longo da segunda década do século XIX, que não passou despercebido pelas autoridades africanas.

Em 1810 e 1811, os reis de Ardra e do Daomé enviaram ao Brasil suas embaixadas para tentar negociar com D. João a continuidade do tráfico luso-brasileiro de escravos em seus respectivos portos (VERGER, 1987, p. 279-283; ARAÚJO, 2011, p. 9-12). Segundo uma informação que nos chega por meio de Jaime Rodrigues (2008), o rei de Onim também não se manteve indiferente à nova conjuntura do tráfico transatlântico de escravos da África Ocidental criada pela política externa da Grã-Bretanha e, em março de 1812, remeteu uma “Carta [...] ao rei de Portugal, franqueando aos portugueses [e vale acrescentar, aos brasileiros] portos em seus domínios”⁴, e protestando contra a sua exclusão, assim como a dos demais soberanos da África, das discussões em relação ao futuro do comércio negreiro.

Seja como for, apesar dos esforços coligados daqueles monarcas africanos, o governo Joanino, então submetido às aspirações britânicas, não lhes deu ouvidos, e os embaixadores de Ardra e do Daomé regressaram sem sucesso para junto dos seus soberanos em 1812. Quanto à carta do rei de Onim, e até onde se sabe, também não obteve resposta do governo Joanino. A partir de então, as relações afro-luso-brasileiras quedaram num silêncio que só foi rompido em 1818, quando o rei Guezo, do Daomé, enviou uma nova embaixada ao Brasil, que redundou, no entanto, numa tentativa frustrada (ARAÚJO, 2011, p. 13-14). Somente no início da década seguinte, já em meio ao processo de independência do Brasil, as relações afro-luso-brasileiras foram reativadas. Curiosamente, não por uma embaixada do Daomé, reino com maior passado e tradição nas negociações “de Estado para Estado”, mas pela segunda embaixada enviada ao Brasil por Ajan, e entregue aos cuidados do tenente-coronel Manoel Alves Lima.

A passagem do embaixador Manoel Alves Lima pela Bahia

Sabe-se muito pouco sobre a vida e a origem de Manoel Alves Lima. Ao confrontar os registros de passaportes conservados no Arquivo Público do Estado da Bahia com os papéis sobre o combate ao tráfico transatlântico de escravos arquivados no *Public Record Office*, Verger deduziu, com boa margem de segurança, tratar-se de um proeminente negociante de escravos do circuito entre a Bahia e o Golfo do Benim.

A conclusão de Verger se deve, em parte, ao fato de Manoel Alves Lima aparentar transitar com certa regularidade entre uma margem e outra do Atlântico, “[...] indo em grande aparato para a costa da África, seguido cada vez de cinco dos seus criados, nos dias 3 de setembro de 1829 e 22 de janeiro de 1830” (VERGER, 1987, p. 283-284).

No entanto, são as companhias de Manoel Alves Lima nas suas travessias que dão sustentação à hipótese levantada por Verger. Segundo ele: “Em uma das suas voltas à Bahia em 20 de novembro

de 1827, vindo do Onim em 43 dias”, Manoel Alves Lima viajou “[...] a bordo do brique [*sic*] brasileiro *Camboata*, cujo capitão era José Joaquim da Costa Freitas [...] em companhia dos capitães e mestres dos [também] navios brasileiros *Providência*, *Diana*, *Henriqueta* e *Dois Amigos*” (VERGER, 1987, p. 284). É digno de nota o fato de que essas quatro embarcações terem sido apreendidas pelos cruzadores da *Royal Navy*, em alguma parte da costa da África, sob a suspeita ou o crime flagrante de participação no tráfico ilegal de africanos para o Brasil.

Aceitando que Verger esteja correto na identificação da ocupação de Manoel Alves Lima e do espaço geográfico onde ele atuava, é de se imaginar que o negociante de escravos tenha estado na Bahia inúmeras vezes antes de ser nomeado embaixador do rei de Onim. Contudo, se é possível conjecturar que as razões que o levaram anteriormente a Salvador eram de caráter comercial, agora, na qualidade de encarregado do rei Ajan, é de se suspeitar que ele não tenha desembarcado em Salvador simplesmente pelo fato de aquele porto lhe ser familiar, mas sim porque tenha sido instruído a seguir um procedimento comum das práticas diplomáticas que regiam as relações afro-luso-brasileiras.

Nesse sentido, importa observar que, desde a chegada da primeira delegação da África Ocidental, em 1750, Salvador foi a porta de acesso utilizada por todos os embaixadores africanos que partiam em direção à corte Bragantina. Lá, eles eram recebidos com toda a pompa e circunstância condizente a seu *status* político e diplomático. A princípio, cabia aos vice-reis do Estado do Brasil fazerem as honras da casa. Depois, com a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, essa incumbência passou aos governadores da capitânia da Bahia. As recepções, lembra Silvia Lara (2007, p. 194-202), eram verdadeiros espetáculos e, ainda que os festejos não se destinassem tão somente a saudar os ilustres visitantes, já que eram entrecruzados com as celebrações das datas de júbilo e congratamento da família real portuguesa, eles contavam com desfile dos regimentos da infantaria, salvas de canhões, cortejos da nobreza da terra em trajes de gala, além da tradicional troca de cartas e presentes entre as autoridades africanas e metropolitanas. Ademais, é preciso levar em conta que, desde o início do século XIX, Salvador havia

se convertido numa espécie de antecâmara, onde os embaixadores africanos deviam aguardar o salvo-conduto ou, em outras palavras, a liberação para seguirem viagem e se apresentarem à corte dos Bragança, estivesse ela instalada em Lisboa ou no Rio de Janeiro.

No momento em que o embaixador Manoel Alves Lima chegou à Bahia (acredita-se que em meados de 1822), não havia, no entanto, a mínima condição de ordem cívica e política, tanto na capital quanto no Recôncavo Baiano, para a realização dos procedimentos tradicionalmente adotados na recepção dos embaixadores africanos. Essa, pelo menos, é a impressão que deixam transparecer as duas cartas – quiçá, as primeiras – endereçadas pelo dito embaixador a D. Pedro, e publicadas por Costa e Silva (2005), quando aquele ainda atendia pelo título de Príncipe Regente do Brasil e, por conseguinte, pelo tratamento de Vossa Alteza Real.

Numa delas, escrita provavelmente na segunda quinzena de junho de 1822, o embaixador relata ao príncipe regente os atritos ocorridos entre os representantes do governo civil da Bahia e o comandante militar da província, o Governador de Armas Ignácio Luiz Madeira de Melo. Conforme narrado por Manoel Alves Lima, tendo a Câmara e a Junta local escolhido o dia 12 de junho para aclamar D. Pedro como *Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil*, tal qual ocorrera há exatamente um mês no Rio de Janeiro, o Governador de Armas deu ordens para que suas tropas cercassem a Praça Municipal (hoje Praça Tomé de Sousa) e fizessem “[...] prender a Câmara ou assassiná-la, e da mesma sorte a Junta Provisória” no caso de ousarem reconhecer a autoridade do príncipe regente (SILVA, 2005, p. 197-198). Na carta seguinte, redigida provavelmente entre fins de agosto e princípios de setembro de 1822, o embaixador dá conta do acirramento dos embates por toda Bahia entre brasileiros natos e portugueses residentes.

Alguns dos eventos descritos nessa segunda carta são bem conhecidos, como é o caso do fechamento do jornal *O Constitucional*, periódico de tendência pró-independentista, e das agressões sofridas por seu redator, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Já outros episódios são menos célebres, porém, não menos elucidativos da tensão e da animosidade que tomara conta do espaço de convivência e de debate público de Salvador e de outros centros urbanos do

país naquele período, a exemplo dos xingamentos disparados desde as tribunas de um teatro da capital baiana por um grupo de caixeiros portugueses contra a pessoa de D. Pedro (SILVA, 2005, p. 198-200).

Outras cartas foram enviadas da Bahia por Manoel Alves Lima para D. Pedro. Verger descobriu na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro uma série de correspondências, todas datadas do primeiro semestre de 1823, contendo informações relativas à posição, aos avanços e recuos e ao estado das tropas portuguesas e brasileiras no teatro de guerra que se transformou a Bahia. Talvez Manoel Alves Lima as tenha escrito por força do hábito militar; afinal, não nos esqueçamos de que antes de ser embaixador e – é quase certo – negociante de escravos, ele era também um tenente-coronel. Vale notar, aliás, que o teor das cartas mencionadas por Verger ainda não recebeu o devido tratamento, seja pela historiografia dedicada à crise do Antigo Regime na América Portuguesa, seja pela historiografia centrada nas especificidades da Independência.

Por ora, contudo, e para os interesses deste artigo, importa ajuizar algumas linhas sobre a pretensão que o embaixador do Onim pode ter acalentado com o envio dessas cartas ao imperador do Brasil, ao longo da guerra pela independência travada em solo baiano. Como já foi antecipado alguns parágrafos atrás, desde o início do século XIX as formalidades que regiam a recepção dos embaixadores africanos na Bahia previam a sua retenção em Salvador, “[...] com toda a atenção que pode merecer seu caráter” (VERGER, 1987, p. 280), até que a corte, de posse das cartas que eles traziam, autorizasse a realização da segunda parte da sua viagem. No entanto, era de conhecimento da população e dos negociantes de escravos de Salvador que, desde a realocação da corte Bragantina para o Rio de Janeiro, nenhuma das quatro embaixadas vindas da África Ocidental que ali aportou a partir da aludida data foi autorizada a seguir viagem.

Questões a princípio de ordem doméstica e, em seguida, de ordem internacional (aqui já mencionadas) concorreram para esse panorama negativo das relações afro-luso-brasileiras nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Diante disso, a hipótese que me parece mais provável é que Manoel Alves Lima tenha buscado, por meio dos meticulosos relatórios sobre os eventos ocorridos no embate direto entre as forças brasileiras e lusitanas na Bahia, permeados por um

tom explicitamente laudatório a D. Pedro e seu governo, ganhar a confiança do imperador na esperança de que isso, de algum modo, servisse-lhe para abrir o caminho até o Rio de Janeiro. Destarte, as cartas assinadas por Manoel Alves Lima e encaminhadas à corte carioca entre 1822 e 1823 estavam longe de constituir “[...] obra de um louco, atacado de um delírio de grandeza, escrevendo ao imperador do Brasil [...] usando o título de embaixador do rei de Onim e tomando-se por tenente-coronel” (VERGER, 1987, p. 283). Pelo contrário, elas devem ser lidas como uma estratégia diplomática utilizada para atingir o objetivo da sua missão.

E qual era, afinal, esse objetivo? Embora saibamos de antemão que a incumbência final de Manoel Alves Lima era transmitir a D. Pedro I o reconhecimento do Império, uma questão de interesse de Ajan e outros reis da África Ocidental, as cartas reveladas originalmente por Verger e depois por Costa e Silva não fazem menção, nem mesmo de forma implícita, a esse desígnio (REVISTA DO IHGB, 1981, p. 162). Ciente dessa ausência, Costa e Silva elaborou uma tese que nos parece bastante plausível:

Como não se passava semana sem chegar a Salvador mais de um barco de Lagos [leia-se Onim] e o próprio Alves de Lima [sic] viajasse constantemente, ao que tudo indica, entre as duas cidades, teria havido tempo para que o *ologun* [rei] mudasse o sentido de sua embaixada [...] ao receber notícias do que se passava no Brasil (SILVA, 2005, p. 203).

Acolhendo, assim, a tese apresentada por Costa e Silva é lícito conjecturar que o reconhecimento da independência do Brasil não constituía, de fato, finalidade original da tarefa encarregada pelo rei de Onim a Manoel Alves Lima. E é compreensível que não o fosse. Sendo a Bahia o principal destino dos navios negreiros carregados em Onim, não convinha a Ajan correr o risco de tomar partido na querela luso-brasileira enquanto não ficasse decidido qual dos dois Bragança, D. João VI ou D. Pedro I, controlaria o porto de Salvador.

Não obstante, a data aproximada da chegada do embaixador à capital baiana indica que ele tenha sido nomeado logo no princípio de 1822. Nesse período, recorda Lúcia M. Bastos P. Neves (2009), ainda

que a ideia de independência já tivesse se manifestado em alguns círculos políticos e até sido veiculada em certo número de periódicos e panfletos, a decisão pela separação do Brasil de Portugal ainda não havia sido tomada. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, pode-se sugerir que a intenção primordial da terceira embaixada do Onim no Brasil fosse cumprimentar D. Pedro, elevado à condição de *Príncipe Regente do Reino do Brasil* após o regresso de seu pai para Portugal em 1821, na esperança de reatar os laços de amizade e de comércio entre o Onim e o Brasil, abalados desde o esfriamento das relações afro-luso-brasileiras, no final da primeira década do século XIX, em face da oposição que lhe movera a Grã-Bretanha. Não é de se estranhar, assim, que as cartas remetidas da Bahia por Manoel Alves Lima tenham, ao que parece, despertado pouco interesse nas autoridades do Rio de Janeiro, envoltas, desde o segundo semestre de 1822, na campanha pelo reconhecimento do Império.

O embaixador do Onim deve ter se apercebido disso, pois, em sua carta de 1º de abril de 1823, queixou-se: “Falei em particular com Sua Majestade Fidelíssima, Pai de V.M.I. [Vossa Majestade Imperial]. Ele me determinou que eu fosse a V.M.I.; aqui [...]”, no entanto, “[...] me acho retido sem poder sair” (VERGER, 1987, p. 283). Ao que conclui: “Esta província atualmente se acha inabitável, e não dão licença para a minha retirada” (Ibid., loc. cit.).

Ainda não foram localizados documentos que comprovem a procedência dessa conversa entre Manoel Alves Lima e D. João VI. Ainda assim, não descartamos a ideia de que Manoel Alves Lima tenha alegado trazer notícias confiadas pelo pai de D. Pedro em pessoa, na expectativa de que lhe garantissem o direito de passagem até o Rio de Janeiro e, obviamente, uma audiência com o imperador brasileiro. Todavia, o preço da simpatia da corte carioca àquela época era elevado. Com efeito, um episódio sucedido algum tempo depois da expulsão das tropas portuguesas da Bahia sinaliza com perfeição qual era a condição *sine qua non* para ser recebido – e bem! – na corte de D. Pedro I durante os primeiros anos de seu reinado. Refiro-me ao fracasso da missão do conde de Rio Maior, enviada por D. João VI, para negociar uma reconciliação do Brasil com Portugal. Chegada ao Rio de Janeiro, a 18 setembro de 1823, a missão de Rio Maior foi friamente recebida e intimada, poucos

dias depois, a se retirar do país após seus encarregados alegarem não estar autorizados a reconhecer a independência plena do Império (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 104-107).

Diante do ocorrido, não é impossível cogitar que, uma vez inteirado dos detalhes do malogro da missão reconciliatória orquestrada pelo governo Joanino, Manoel Alves Lima tenha se retirado novamente para o Onim, onde, após ter exposto a Ajan os acontecimentos sucedidos na Bahia e no Rio de Janeiro, retornou ao Brasil revestido de plenos poderes a ele conferidos por este e outros soberanos para dar cabo de sua tarefa. Infelizmente, a falta de documentos nos impede de afirmar com segurança se essa hipótese procede. Independente disso, os rastros e vestígios deixados pela missão de Manoel Alves Lima quando de sua passagem pela Bahia, sugerem que estamos ao menos próximos da compreensão dos caminhos que levaram o embaixador do Onim até o Rio de Janeiro.

A recepção do embaixador Manoel Alves Lima no Rio de Janeiro

José Vieira Fazenda, memorialista carioca que vivenciou a passagem do Oitocentos para o Novecentos, deixou registrado em suas *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro* que a embaixada chefiada por Manoel Alves Lima foi recebida na corte de D. Pedro I em 1824. Sem esconder certo tom de ironia, J. V. Fazenda sugere que “a aliança dos régulos africanos” à causa emancipacionista encabeçada pelo governo do Rio de Janeiro “já era para o Brasil [motivo de] grande felicidade”, posto que, até aquele momento, “nas cortes europeias o reconhecimento da nossa emancipação [ainda] promovia tramoias e tricas políticas” (REVISTA DO IHGB, 1927, p. 473). Dessa feita, foram os monarcas da África os primeiros de semelhante estirpe a reconhecerem a coroa de D. Pedro I.

É fato conhecido, no entanto, que nem a recepção do embaixador nem a declaração de reconhecimento por parte dos reis africanos chegaram a ser incluídas no *Archivo Diplomático da Independência* organizado pelo próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil para as comemorações do primeiro Centenário da Independência,

em 1922. Segundo Costa e Silva, essa exclusão evidencia a pouca importância que a sobredita missão teve para os políticos e burocratas do Primeiro Reinado – e, convenhamos, para os congêneres da República Velha que participaram da organização do referido *Arquivo* –, para quem Manoel Alves Lima “[...] representava chefes de povos negros, sem presença e sem voz no que se chamava concerto, ou desconcerto, das nações” (SILVA, 2005, p. 204).

Não surpreende, assim, que os registros sobre a tramitação do embaixador do Onim pela corte do Rio de Janeiro tenham se perdido na memória e na massa documental do Arquivo Histórico do Itamaraty, responsável pela guarda dos papéis da antiga Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Sem embargo, a indicação da existência dos documentos agrupados na *Pasta 06*, sob o título de *Missões Especiais Estrangeiras Diversas*, é recente. O mérito de sua revelação se deve à Mariza de Carvalho Soares (2014) que, em artigo acerca do papel simbólico e político das cartas e presentes trocados entre os monarcas portugueses e africanos, topou com a dita documentação. No entanto, apesar de mencionar os papéis, a autora não os toma como objeto central de estudo, posto que sua preocupação insidia sobre outro aspecto das relações afro-luso-brasileiras. Dessa forma, o seu conteúdo e análise ainda se fazem inéditos.

Manoel Alves Lima chegou ao Rio de Janeiro a 6 de julho de 1824, a bordo da escuna *Mariana*, que funcionava como correio entre a Bahia e a corte imperial. Tão logo aportou no porto carioca, o embaixador de Onim correu em notificar sua chegada a João Severiano Maciel da Costa, marques de Queluz, que então ocupava a chefia da pasta dos Negócios do Império (AHI, 273/1/13), cujas atribuições incluíam, entre outras coisas, o controle dos portos e da navegação interna, bem como do cerimonial e etiqueta dos eventos oficiais da corte imperial.

Nota-se, desse modo, que o estado de sítio imposto a Salvador pelas forças portuguesas do Governador de Armas Ignácio Luís Madeira de Melo, entre meados de 1822 e a conclusão do primeiro semestre de 1823, não constituiu em razão exclusiva da longa retenção do embaixador naquela cidade. Fato é que, a despeito dos embaraços que a conjuntura baiana nos primeiros anos da década de 1820 possam ter causado à missão de Manoel Alves

Lima, o principal empecilho para que ele obtivesse a tão almejada autorização para seguir viagem até o Rio de Janeiro era certamente de ordem internacional.

Visando à obtenção do reconhecimento britânico, o governo imperial procurou, desde o princípio, dar vivas provas de sua estima e consideração pelas relações diretas do Brasil com a Grã-Bretanha, estabelecidas a partir de 1808. *Grosso modo*, essa postura implicou o gabinete carioca a mostrar-se disposto não apenas em respeitar os acordos políticos e comerciais assinados na década anterior pelo governo Joanino, como também em renová-los e até ampliá-los, mediante novas negociações, em favor dos interesses expressados pelo gabinete londrino (BETHELL, 2002, p. 67-68). Nesse sentido, o prolongamento da estadia de Manoel Alves Lima em Salvador, sobretudo depois da expulsão das tropas portuguesas da Bahia no início de julho de 1823, deve ser compreendido à luz do enquadramento anglo-brasileiro.

Convém lembrar que os ministros de D. Pedro I não ignoravam que os interesses da Grã-Bretanha gravitavam em torno da extinção do tráfico transatlântico de escravos e, embora não estivessem verdadeiramente dispostos a empreender negociações para a sua supressão, não convinha dar ao gabinete londrino mostras de sua relutância em fazê-lo, posto que isso pudesse atrasar ainda mais a concessão do reconhecimento britânico. Desse modo, a recepção oficial de um embaixador com envolvimento direto no comércio negreiro, que representava, ademais, um dos principais reinos exportadores de escravos da África Ocidental, era algo a ser evitado. Daí a razão para os estadistas do Primeiro Reinado, em especial aqueles que compuseram o primeiro gabinete de D. Pedro I, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido por sua postura pró-abolicionista, terem optado, ao menos inicialmente, em dar à embaixada de Onim tratamento semelhante ao dispensado pelas autoridades Joaninas às embaixadas de Ardra e do Daomé chegadas ao Brasil no início da segunda década do século XIX.

Entretanto, em 1824, as negociações com a Grã-Bretanha andavam em marcha lenta e, para o aborrecimento dos representantes do Brasil em Londres, enquanto o *Foreign Office* mostrava-se relutante em reconhecer o Império brasileiro, cada vez mais próximo ficava

de um entendimento naquele sentido com os representantes das Repúblicas hispano-americanas ali credenciados (CALÓGERAS, 1998, p. 211). Portanto, é provável que essa falta de deferência pelo gabinete londrino à causa brasileira tenha desagradado o gabinete carioca que, talvez numa demonstração de altivez, decidiu receber o embaixador de Onim no Rio de Janeiro. Entrementes, se no âmbito internacional os estadistas da Grã-Bretanha eram aqueles que deveriam ser agraciados, no âmbito doméstico o governo imperial não podia privar a elite mercantil e fundiária de menor consideração, até porque era ela que lhe dava sustentabilidade. Assim sendo, não se pode descartar que, como defende Costa e Silva, a “razão para a boa acolhida” da embaixada de Onim na corte imperial tenha tido o significado de tranquilizar “[...] os mercadores de gente, inquietos ante a possibilidade de que, com a separação do Brasil de Portugal, para eles se fechassem [de imediato] os embarcadouros [de escravos na África]” (SILVA, 2005, p. 204).

A recepção da comitiva diplomática do Onim, composta por Manoel Alves Lima, por seu secretário José Vicente de Santa Ana e por seus fâmulos, não lembrou nem de longe a recepção dispensada às delegações daomeanas chegadas a Salvador no decorrer da segunda metade do século XVIII. Como indica o silêncio da documentação acerca do cerimonial seguido na ocasião, a escuna *Mariana*, que trouxera o embaixador, não foi saudada pela artilharia das fortalezas que circundavam a Baía de Guanabara, tal qual se sucedera em 1751 na entrada da Baía de Todos os Santos da embarcação com os enviados do rei Tegnassu. Da mesma forma, os regimentos de infantaria da corte imperial não desfilaram em trajes de gala e, ao que parece, muito menos em trajes usuais, diante da residência que abrigou o embaixador de Onim no Rio de Janeiro, tal como acontecera mais de meio século antes na frente do Colégio da Companhia de Jesus em Salvador, onde ficaram hospedados os encarregados do monarca daomeano (VERGER, 1987, p. 257-261; LARA, 2001, p. 151-165). Fato é que a discrepância entre os cerimoniais de “boas vindas” diplomáticas encenados na Salvador Setecentista e no Rio de Janeiro Oitocentista tinha sua razão de ser. Enquanto as recepções às embaixadas africanas realizadas na cidade baiana foram moldadas à forma e ao estilo do Antigo Regime, caracterizado

pela grandiosidade, ostentação e suntuosidade dos eventos públicos (LARA, 2007, p. 173-218), a recepção à embaixada de Onim na cidade carioca parece ter seguido o protocolo e a etiqueta de admissão de agentes diplomáticos da era pós-napoleônica, pautado num caráter mais austero, porém, não menos digno. No mais, importa assinalar que Manoel Alves Lima foi recebido na corte de D. Pedro I com todas as devidas e merecidas honras exigidas pela sua condição diplomática.

O embaixador foi recebido pelo imperador em pessoa no dia 20 de julho de 1824, no Paço Imperial da Boa Vista (AHI, 273/1/13). Uma vez que durante o Brasil Joanino e, posteriormente, no Brasil Imperial, o Paço do Rio de Janeiro servia de sede administrativa da corte, sendo usado pelos três dirigentes da família dos Bragança como local de despacho e de recepções públicas, à medida que o Paço da Boa Vista servia de residência oficial e para recepções de caráter íntimo e reservado dos monarcas brasileiros (SCWARCZ, 1998, p. 208-219), é de se crer que Manoel Alves Lima tenha tido uma audiência privada com D. Pedro I nesse dia. Honraria delegada a poucos, mesmo em se tratando de representantes estrangeiros.

Como era habitual do cerimonial de recepção diplomática seguido na corte brasileira, herdado da portuguesa, a primeira audiência tinha como objetivo apresentar formalmente as duas partes através da entrega da credencial do enviado estrangeiro ao imperador. Era, portanto, um procedimento indispensável à validação do caráter e das atribuições reclamadas pelo diplomata estrangeiro chegado ao Rio de Janeiro. Dito isso, não resta dúvidas que o título de embaixador de Onim reivindicado por Manoel Alves Lima foi aceito e reconhecido por D. Pedro I, a quem este presenteou, na ocasião, com uma bengala,⁵ objeto que, segundo os costumes das relações interestatais mantidas pelos reinos africanos, tinha valor simbólico equivalente ao das cartas patentes utilizadas pelos monarcas europeus para certificar a autoridade de seus respectivos representantes diplomáticos.

Oficialmente apresentado, o embaixador tratou de transmitir ao imperador os cumprimentos em nome do *obá* do Benim, do rei Ajan do Onim e dos demais reis africanos a quem havia sido encarregado de representar, “[...] por sua autoridade constituída pelo

Governo da Província da Bahia” (AHI, 273/1/13). Esse fato serve como forte indício de comprovação da suspeita de que os monarcas africanos estavam inteiramente a par dos eventos ocorridos do lado de cá do Atlântico e só optaram em definitivo pelo recolhimento da independência do Brasil depois que a autoridade imperial de D. Pedro foi efetivamente proclamada na Bahia – onde, vale recordar, absorvia-se a maior parte dos escravos embarcados a partir da costa da África Ocidental.

Mas voltemos à audiência concedida por D. Pedro I a Manoel Alves Lima. Junto à declaração de reconhecimento, o embaixador repassou ao imperador uma lista de encomendas de Ajan, ao que parece em sinal de retribuição àquele ato. Constava da lista um baú de tampa curvada e ricamente enfeitado de três palmos de comprimento, por dois palmos de largura e de altura respectivamente. O interior do baú deveria ser preenchido por seis peças de damasco, isto é, por tecidos de seda com desenhos em forma de ramos de ouro e o seu espaço sobressalente deveria ser ocupado por grandes corais, peça de adorno muito valiosa na cultura africana. Ajan desejava ainda uma carruagem grande e em bom estado de uso; dois pares completos de artilharia calibre três; quatro elegantes chapéus de aba larga e arredondados, sendo dois deles pretos e dois brancos; e uma bala de canhão, a maior que D. Pedro I conseguisse lhe enviar (AHI, 273/1/13).

À primeira vista, a lista de presentes dirigida por Ajan a D. Pedro I pode parecer inusitada e até incomum para uma relação entre monarcas; no entanto, como exposto por Soares (2014, p. 248-251), a longínqua relação de amizade e reciprocidade nutrida entre os chefes das casas reais africanas e os soberanos das três últimas gerações do século XVIII da Casa de Bragança era marcada pelo volume e pela constância das trocas de presentes de ambas as partes.

Não se sabe se o imperador satisfaz as demandas pleiteadas pelo rei de Onim – “No caso afirmativo deu provas de fino diplomata” (FAZENDA, 1927, p. 473). De qualquer maneira, com base na documentação de que dispomos, pode-se afirmar que ao menos o embaixador recebeu o mais respeitoso tratamento do imperador e dos demais estadistas do Primeiro Reinado.

Talvez, umas das principais evidências disso seja a pensão diária que D. Pedro I concedeu a Manoel Alves Lima para “[...] os suprimentos necessários à subsistência e tratamento próprios à [sua] categoria” (AHI, 273/1/13). Prometida na audiência de 20 de julho de 1824, a pensão passou a ser paga seis dias mais tarde por meio de uma ordem imperial dirigida ao Tesouro Público (AHI, 273/1/13). A ordem estipulava, a princípio, o valor de dezesseis tostões diários, aproximadamente 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis);⁶ porém, por alguma razão que nos é desconhecida, a pensão sofreu um nítido reajuste para cima, sendo pagos à embaixada de Onim 1\$600 (mil e seiscentos réis) diários. A pensão foi descontada até 17 de agosto de 1824, quando o visconde da Cachoeira, Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros, notificou ao embaixador a suspensão do seu pagamento (AHI, 273/1/13). Na mesma comunicação, o ministro informou que, havendo o imperador denegado o pedido de uma segunda audiência (ato que, na linguagem diplomática Oitocentista, equivalia à interrupção unilateral do diálogo), ficava o embaixador autorizado a resgatar sua bengala, isto é, a insígnia diplomática que os reis da África Ocidental haviam lhe conferido, e, igualmente, ser liberado para se retirar da corte imperial quando assim o desejasse.

São desconhecidas as razões que levaram o imperador a suspender tanto o pagamento da pensão quanto o diálogo pessoal com o representante de Onim. É provável que a constante escassez de recursos do Tesouro Público o tenha feito repensar o gasto com uma embaixada que pouco somava à principal aspiração internacional pretendida pelo seu governo, ou seja, a obtenção do reconhecimento britânico da independência. Não obstante, é plausível conjecturar que D. Pedro I tenha sido aconselhado por seu Conselho Privativo a distanciar-se da *persona* do embaixador africano, diante dos malefícios que aquela proximidade pudesse trazer às negociações encetadas com o gabinete londrino. Na eventualidade de que este tenha sido o caso, vê-se que a recepção e a boa acolhida do embaixador pelo imperador não passaram despercebidas a Henry Chamberlain, cônsul-geral da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro àquela época que, em ofício de 29 de janeiro de 1825 para George Canning, deu parte ao

ministro do *Foreign Office* sobre suas desconfianças em relação à índole pessoal, ao título e à própria missão de Manoel Alves Lima (KRAAY, 2006, p. 303-304).

Independente de qual tenha sido o motivo, convém destacar que o término da comunicação *vis-à-vis* entre o embaixador africano e o imperador não implicou no azedume da relação do primeiro com as autoridades imperiais do Rio de Janeiro. Prova disso é que, como também não escapou à percepção de Chamberlain, se por um lado o governo brasileiro retirou-lhe a pensão, por outro, parece ter atendido a outra reivindicação do embaixador, prometendo-lhe uma passagem de regresso à Bahia, bem como para seu secretário e seus criados em algum navio da Marinha Imperial que viesse a içar velas rumo àquele porto situado ao norte do Império (KRAAY, 2006, p. 304).⁷

Embora a promessa de transporte feita pelo governo brasileiro a Manoel Alves Lima datasse de finais de 1824 e conquanto que a situação financeira do embaixador no Rio de Janeiro já não fosse das melhores naquele tempo, em função da suspensão da pensão anteriormente mencionada e também da falta do ordenado que os monarcas africanos haviam lhe enviado para a sua subsistência pela embarcação *Bom Caminho* e que fora interceptado por piratas em alto-mar (AHI, 273/1/13), a embaixada de Onim parece ter permanecido em funcionamento durante todo o decorrer de 1825. Com efeito, no momento em que a imperatriz D. Leopoldina deu a luz ao príncipe D. Pedro de Alcântara, na madrugada de 2 de dezembro daquele ano, o embaixador africano integrava o diminuto corpo diplomático estrangeiro que residia, então, na corte carioca. Na ocasião, ciente da importância daquele acontecimento, e também do seu “dever político”, enquanto representante da “pessoa do Imperador de Benim, e dos Seus Reis”, de cumprimentar às Suas Majestades Imperiais pelo nascimento do filho varão, Manoel Alves Lima instruiu José Vicente de Santa Ana a informar-se junto ao ministro dos Negócios Estrangeiros o lugar que ele e seu secretário deveriam ocupar nos atos públicos que tomariam conta da cidade do Rio de Janeiro nos dias seguintes ao nascimento, em especial o da “Solene [e] Imperial festa do Batizado de S.A.I [Sua Alteza Imperial] Recém-nascida” (AHI, 273/1/13).

Ignoramos se o embaixador tomou mesmo parte nas solenidades preparadas para festejar o nascimento de D. Pedro II. No entanto, em vista do histórico favorável da tramitação burocrática de Manoel Alves Lima na corte carioca apresentado há pouco, é bastante provável que, assim como os reis da África Ocidental foram os primeiros monarcas a reconhecerem a independência do Império, eles também tenham sido uns dos primeiros, ao lado dos reis da França e da Grã-Bretanha (únicos monarcas europeus àquele momento com representantes credenciados no Rio de Janeiro),⁸ a congratularem D. Pedro I e D. Leopoldina pelo nascimento do herdeiro presuntivo da coroa brasileira.

Considerações finais

Como já foi argumentado, os papéis contidos na *Pasta 06* são fragmentários e, em face das suas lacunas, não conseguimos aferir informações como o tempo de duração da missão de Manoel Alves Lima. Mas parece ser possível sugerir, com uma relativa margem de certeza, que ela não ultrapassou o ano de 1826, posto que, como já mencionado anteriormente, em 1827 o nome Manoel Alves Lima já figurava entre as identidades de capitães e mestres de navios negreiros detidos pela *Royal Navy* por participação no tráfico ilícito de escravos entre a costa da África Ocidental e o Brasil (VERGER, 1987, p. 284).

Parece certo, também, que a missão não resultou em nenhum acordo prático, como o de franquear o porto de Onim aos navios brasileiros, o que, em outras palavras, consistiria em converter o Reino de Onim em um protetorado do Império do Brasil, ideia acalentada não só pelo rei de Onim, mas também por outros reis da África Ocidental, já no início da década de 1810, em face das primeiras restrições impostas ao tráfico transatlântico de escravos pelos acordos entre Portugal e Grã-Bretanha. Preocupado com o reconhecimento da independência pelas nações “civilizadas” e interessado em salvaguardar o comércio realizado ao sul do Equador, o governo imperial eximiu-se de qualquer obrigação com os monarcas dos reinos localizados no litoral africano do Atlântico Norte.

Contudo, parece que, pelo menos em termos simbólicos e morais, o resultado dessa embaixada foi satisfatório. Ao permitir a instalação do embaixador no Rio de Janeiro, socorrê-lo financeiramente, ainda que por tempo limitado, e, até mesmo, permitir a sua participação nos festejos pelo nascimento do futuro imperador, o governo imperial sinalizou aos negociantes de escravos e a seus sócios, parceiros e intermediários na África, que embora não pudesse caminhar na contramão da política internacional avessa à escravidão liderada pela Grã-Bretanha, na política doméstica do país recém-independente pouco ou nada se alterava na medida em que os comerciantes de escravos continuariam a ser requisitados e celebrados na corte imperial. Como de fato ocorreu até pelo menos o final da década de 1840, conforme deixa transparecer um célebre prognóstico de um ministro dos Negócios Estrangeiros⁹ daquele período sobre a influência então desfrutada por grandes e pequenos traficantes não apenas à mesa dos cidadãos mais ricos e respeitáveis, como também nas cadeiras da Câmara e, como se não bastasse, nos assentos do Conselho de Estado privativo do imperador.

THE LAST EMBASSY OF AN AFRICAN MONARCH IN BRAZIL: MANOEL ALVES LIMA, AN AMBASSADOR OF THE KINGDOM OF ONIM AT THE COURT OF D. PEDRO I

Abstract: This article focuses on the third embassy of the Kingdom of Onim in Brazil (c. 1822/25). Sent by king Ajan, and headed by Lieutenant Colonel Manoel Alves Lima, this embassy was the last diplomatic mission to an African monarch on Brazilian soil. It was also the only African embassies sent in Nineteenth who obtained permission to complete its purpose, following to Rio de Janeiro to meet the emperor D. Pedro First, who Manoel Alves Lima presented the recognition of the independence of the Empire in the name of Ajan and other sovereigns of “Black Continent”. So, from an unprecedented diplomatic documentation, this article seeks thus to reconstruct the history of this embassy in Brazil, and through this understanding the context of African-Brazilian historical relations.

Keywords: Diplomacy. Independence. Africa. Brazil. Onim.

Notas

¹ *Pasta 06 – Missões Especiais estrangeiras diversas: África, Argentina e Bolívia. 1824-1920.* Arquivo Histórico do Itamaraty, maço 273/1/13.

² São elas as embaixadas dos reis Tegnissu (1750), Agonglô (1795), Adandozan (1805), Agomé (1811), e Gezo (1818) (VERGER, 1987, p. 257-283; ARAÚJO, 2011, p. 1-19).

³ A disputa entre Ajan e Osinlokun foi longa. Por volta de 1820-1821, Osinlokun usurpou o trono de Ajan, que, por sua vez, refugiou-se em Badagry. Mesmo no exílio Ajan jamais renunciou ao título de rei de Onim e, contando com a preferência do *obá* do Benim, conseguiu ser reconduzido ao trono de Onim doze ou quatorze anos mais tarde, dando início ao seu segundo reinado, que duraria até a sua morte em 1836 (SMITH, 1978, p. 14-16).

⁴ Há aqui uma incongruência entre a tradição oral e a referida fonte documental. A autoria da mencionada carta, guardada na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é creditada ao rei Adoxa; no entanto, na bibliografia consultada sobre a história política do Onim não conseguimos aferir se “Adoxa” era um rei que sucedeu Ajan no comando daquele país ou se era uma das inúmeras denominações utilizadas a bel prazer pelos traficantes das diferentes nacionalidades que negociavam no Golfo do Benim para se referir a Ajan. Acreditamos que a segunda hipótese seja a correta, posto que, conforme dá conta a tradição oral, no período em questão Ajan, ou Adele como também aparece, era, de fato, o rei do Onim.

⁵ Seguindo a tradição das relações afro-luso-brasileiras, uma vez interrompida a continuidade da embaixada de Onim por decisão unilateral do governo imperial brasileiro, a bengala foi devolvida a Manoel Alves de Lima para que pudesse devolvê-la a Ajan (AHI, 273/1/13). Para maiores informações quanto ao papel simbólico e político desse objeto na história das relações afro-luso-brasileiras ver SOARES (2014, p. 252-256).

⁶ Isto tomando por base que 1 tostão equivalia, ao tempo do Império, a 80 réis (AMATO, NEVES, RUSSO, 2012).

⁷ De fato, a concessão das passagens foi solicitada por Manoel de Alves Lima como dá conta uma carta sua dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, que aparenta ser de finais de 1824 (AHI, 273/1/13).

⁸ A França representada pelo conde de Gestas e a Grã-Bretanha por Chamberlain.

⁹ O prognóstico em questão (de 1847) era assinado por Bento da Silva Lisboa, barão de Cairu, e fora endereçado ao representante britânico naquele tempo no Rio, Lord Hudson (BETHELL, 2002, p. 330).

Referências

AMATO, Claudio; NEVES, Irlei S.; RUSSO, Arnaldo. *Livro das moedas do Brasil: 1643 a 2012*. 13 ed. São Paulo: Stampato, 2012.

ARAÚJO, Ana Lucia. Dahomey, Portugal and Bahia: king Adandozan and the Atlantic Slave Trade. *Slavery and abolition: a journal of Slave and Post-Slave studies*, Londres, vol. 33, n. 1, p. 1-19, 2011.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. v. 2. O Primeiro Reinado. Brasília: Senado Federal, 1998.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. parte 5. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 93, v. 147, 1923.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 303-340.

LARA, Silvia Hunold. Uma embaixada africana na América portuguesa. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festas: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: IMESP; Edusp; Hucitec; FAPESP, 2001. p. 151-165.

_____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAW, Robin. The dynastic chronology of Lagos. *Lagos Notes and Records*, Lagos, v. 2, n. 2, 1968.

_____. Trade and politics behind the Slave Coast: the Lagoon Traffic and the rise of Lagos, 1500-1800. *The journal of African history*, Cambridge, v. 24, n. 3, p. 321-348, 1983.

MANN, Kristin. *Slavery and the birth of an African city: Lagos, 1760-1900*. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. v. 1. 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 95-136.

Reconhecimento da independência do império do Brasil pelos reis d'África. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 54, parte 2, p. 161-162, 1891.

RODRIGUES, Jaime. O tráfico de escravos e a experiência afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, n. 27, p. 107-123, jul. 2008.

SCWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*: A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Editora da UFRJ, 2003.

_____. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Editora da UERJ, 2004.

_____. Cartas de um embaixador de Onim. *Cadernos do CHDD*, Brasília, ano 4, n. 6, p. 195-205, 1. sem. 2005.

SMITH, Robert Sydney. *The Lagos Consulate, 1851-1861*. Londres: The Macmillan Press; Lagos: The University of Lagos Press, 1978.

SOARES, Mariza de Carvalho. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1822. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 49, p. 229-271, jun. 2014.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos*: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

Recebido em: 18/04/2015

Aprovado em: 01/07/2015

Família e sobrevivência cotidiana na foz do Amazonas (1944-1964)¹

Sidney da Silva Lobato*

Resumo: Este artigo analisa as estratégias familiares de sobrevivência, existentes na cidade de Macapá, entre 1944 e 1964. O enfoque recai sobre a importância da solidariedade familiar para a subsistência das unidades domésticas. Destacamos que, no interior dessas unidades, as mulheres macapaenses comumente enfrentavam as expectativas dominantes, bem como assumiam a responsabilidade pelo sustento de todos os membros.

Palavras-chave: Família. Sobrevivência. Gênero. Trabalho. Cotidiano.

Introdução

Em 13 de dezembro de 1952, o jornal carioca *Última Hora* noticiou que os territórios federais sofriam com a falta de mulheres. Jocosamente, o articulista desse periódico imaginava como reagiriam os “barbados” dos territórios, caso se vissem em “[...] um lugar assim como Jacarepaguá da marchinha carnavalesca, onde mulher era ‘mato’ e todo mundo podia se arranjar”. Também ressaltava que no Amapá a coisa ia pelo mesmo ritmo, pois aí, segundo o censo de 1950, existiam 19.358 homens para 17.614 mulheres (AMAPÁ, 1953a, p. 2).² Esse fenômeno decorria, sobretudo, de movimentos

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História da Amazônia nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Presidente da Seção Amapá da Associação Nacional de História (ANPUH-AP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris), com bolsa da Capes. E-mail: lobato.sidney@yahoo.com.br

migratórios (intra e inter-regionais) predominantemente masculinos. Era esse o sexo da maioria dos migrantes nordestinos que foram para a chamada *Batalha da Borracha* (SECRETO, 2007, p. 89). O êxodo rural ocorrido dentro da região amazônica em meado do século XX também seguia esse perfil. Na Amazônia, muitas vilas e pequenos povoados interioranos eram pontos de partida de homens para as frentes de trabalho abertas nos centros urbanos em expansão, como Macapá.

Macapá, no início de 1944, ganhou o *status* de capital do Território Federal do Amapá. Naquele momento, no entanto, ela era uma vila de algumas centenas de habitantes, abalada pela crise da borracha amazônica do início do século XX (Lombaerde, 1987, p. 8). As construções realizadas pelo governo territorial trouxeram novo fôlego para a combalida economia macapaense. Em números arredondados, Speridião Faissol nos fornece uma síntese do vertiginoso crescimento populacional macapaense nesse contexto: “[...] a população de Macapá, que em 1940 era de 2 mil habitantes, foi crescendo para 10 mil em 1950, 25 mil em 1960 e para os seus atuais [1966] 40 mil”. Faissol afirma que este “exagerado crescimento” derivou da criação do Território Federal do Amapá e das ações do governo federal na região. As novas condições de assistência e de vida existentes em Macapá foram o principal foco de atração para as populações das ilhas paraenses vizinhas (FAISSOL, 1966, p. 26). Paraenses e nordestinos compuseram a maior parte da onda migratória que gerou esse *boom* populacional.

Moradores dos arquipélagos situados na foz do rio Amazonas buscavam, na capital do Amapá, oportunidades para ganhar algum dinheiro e de (com ele) poder melhorar a vida de suas famílias. É muito importante situar essas migrações como parte das estratégias formuladas pelas famílias na busca por meios de subsistência. Nas áreas rurais da Amazônia, como nas de outras regiões, a família extensa, que inclui, além de pais e filhos, a parentela próxima, era e ainda é a unidade social fundamental na luta cotidiana pela sobrevivência. De modo geral, no espaço doméstico, forma-se uma célula econômica que combina diferentes modalidades de trabalho (LIMA, 2006, p. 145-172). Mesmo no período em que parecia que as famílias amazônicas devotavam todas as suas forças à extração

do látex (1850-1912), é possível encontrar uma combinação de várias atividades econômicas. Na chamada região das ilhas do Pará – incluindo o arquipélago do Marajó, os vales do Xingu e do Jari, alcançando ainda os rios Capim, Guamá, Acará e Moju – predominou a extração da borracha combinada com a coleta de outros produtos florestais, a agricultura de subsistência, a pesca etc. (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 124).

Muitas atividades rurais eram sazonais. Umas estavam mais ligadas à subsistência e outras à comercialização (aquisição de bens não diretamente gerados pela unidade doméstica). A divisão de tarefas era disciplinada por normas costumeiras relativas ao sexo e à idade dos membros da família (CASTRO, 2006, p. 176). Uma vez na cidade, o migrante se deparava com outros sistemas normatizadores, que tentavam delimitar ainda mais os espaços de atuação de homens de um lado e de mulheres do outro. O objetivo deste artigo é, a partir da investigação do universo das práticas sociais das mulheres, apontar as incongruências entre as normatizações e o vivido nas relações de gênero ocorridas em Macapá, entre 1944 e 1964. Ao perscrutarmos esse universo, objetivamos também evidenciar o papel vital que as mulheres desempenhavam no interior da economia familiar. Nesse sentido, uma primeira inferência que resulta do contato com a documentação é a seguinte: todos os membros (exceto as crianças muito pequenas) eram mobilizados para a criação dos meios de sobrevivência da família.

Unidades domésticas e estratégias de sobrevivência na Amazônia

Pais de prole numerosa dividiam com ela o peso das fainas diárias. A maior parte dos sujeitos identificados nos processos judiciais que analisamos começou a trabalhar entre nove e doze anos de idade. Tal começo não era visto como precoce, mas como um imperativo decorrente dos riscos à sobrevivência familiar. O antropólogo estadunidense Charles Wagley, após investigar o cotidiano dos moradores da comunidade de Gurupá, chamada por ele de Itá, no final da década de 1940, comentou que “[...] essa teoria

de que a criança não deve executar trabalhos braçais é puramente aristocrática” e que “[...] a situação econômica instável da maioria dos habitantes de Itá, a instabilidade de suas relações conjugais, e a consequente desunião das famílias não proporcionam uma situação propícia à proteção da criança” (WAGLEY, 1957, p. 247). Teixeira de Mello destacou que, nos interiores amazônicos, as crianças (em geral analfabetas) abraçavam “[...] a profissão paterna, empunhando, ainda adolescentes, a espingarda que abate a caça, o terçado que abre veredas, a ‘faca’ que corta a seringa ou o machado que derruba a mata” (MELLO, 1956, p. 56).

O aprendizado dos trabalhos era um dos mais importantes legados que os pais pretendiam deixar para seus filhos, pois seria um instrumento fundamental para a subsistência, numa vida marcada pela insegurança estrutural (SAVAGE, 2004, p. 25-48). Não raramente, os trabalhos infantis eram estafantes. Por exemplo, Raimundo Pereira Picanço, aos doze anos, apanhava dez latas de açaí por dia (ARQUIVO DO FÓRUM DA COMARCA DE MACAPÁ [doravante: AFCM], 1957a, p. 12). As meninas interiores, além dos trabalhos nos roçados e na floresta, ajudavam as mães nos variados afazeres domésticos. Às vezes, carregavam outra criança cujo tamanho se aproximava do seu. Em Macapá, os garotos pobres se convertiam em pequenos vendedores, moleques de recado e aprendizes dos mais diversos ofícios – como Izidoro Palmeirim, de 14 anos, que trabalhara como aprendiz de sapateiro e fazendo pequenos carros na área portuária chamada de Doca da Fortaleza (AFCM, 1952a, p. 6). Muitos filhos contribuíam para o sustento da unidade doméstica até se casarem e, alguns, mesmo depois disso (AFCM, 1953a, p. 18).

Quando os ganhos obtidos não eram suficientes para o sustento da família, uma das possibilidades abertas aos pais era ceder os filhos para a adoção. Wagley ressaltou: “[...] a frequência da adoção de crianças na região amazônica está diretamente ligada à pobreza e aos altos índices de mortalidade da população”. E ponderou: “a vida humana é absolutamente incerta na Amazônia” (WAGLEY, 1957, p. 251). A adoção ocorria, portanto, dentro de um consenso em torno da busca de melhores condições de vida para as crianças. Em junho de 1960, a professora Lucimar Alves (moradora do bairro macapaense

chamado de Favela) declarou à autoridade policial que, em maio de 1959, precisando de uma empregada, “[...] foi informada por uma de suas alunas que uma certa senhora, moradora às proximidades da Escola Doméstica, tinha uma filha que desejava empregar-se [...]” e que “[...] procurou então dita senhora e depôs *[sic]* de expô-lhe a razão de sua visita, a mesma entregou à declarante a menor, não como empregada mas para que dela ficasse responsável pela sua instrução e criação”. Maria Benedita Batista Ferreira dos Santos foi levada no mesmo dia pela professora Lucimar Alves e em sua casa “[...] passou a ser tratada como filha e a merecer toda a atenção e consideração da declarante e de seu espôso” (AFCM, 1960a, p. 13).

A cessão de um filho para a adoção era comumente uma medida extrema, evitada até o limite do possível. É o que nos sugere, por exemplo, o relato da moradora do Laguinho Josefa Lina Ramos: “[...] eu lavava pra fora, eu ia pra roça, eu fazia limpeza na casa de uma qualquer pessoa, porque eu não fiquei acomodada depois que o meu marido morreu, sofrendo com meus filhos. E não dava nenhum, pois eu não tinha coragem”. Lina Ramos afirmou que pessoas compadecidas pediram seus filhos para adoção e ressaltou: “se a casa não fosse minha era capaz de dar [...]. Mas, eu digo: eu não dou nenhum”.³ Na leitura dos processos criminais percebemos que a opção pela cessão dos filhos estava muitas vezes associada à morte de um dos pais. A moradora de Conceição, no rio Piririm, Maria Madalena Dias tinha sete anos quando sua mãe faleceu, em 1940. Quando isso aconteceu, o pai a entregou ao padrinho (AFCM, 1949a, p. 4). Em 1946, a professora Oscarina Silva recebeu a menor de 10 anos e órfã de pai, Maria Ludovina Quaresma, de sua mãe, no povoado de Igarapé Miri (Pará). No ano seguinte, a menina se mudou com a tutora para Macapá (AFCM, 1952b, p. 5).

No âmbito da geração dos meios para a sobrevivência familiar, as estratégias envolvendo uma ampla mobilidade espacial se afiguravam, à primeira vista, como algo inexoravelmente destinado ao uso masculino. Às vezes, o movimento migratório era feito apenas pelo pai e outras, pela família inteira. Vejamos o caso de João Pernambuco que, em 1924, foi morar na Ilha dos Porcos, onde, em 1929, amasiou-se com Rosa, com quem se casou em 1937. Quando casaram, já tinham seis filhos e depois vieram mais dois.

Em depoimento dado na delegacia de Macapá, em março de 1945, João Pernambuco afirmou que, desde 1938, “[...] tem trabalhado, periodicamente, em Macapá, para onde se transportava sosinho [sic], deixando a mulher e os filhos na Ilha dos Porcos; que esse serviço periódico consistia na faiscação de ouro, e, terminado, regressava à sua casa [...]”. Em 1942, por dificuldades da vida, João Pernambuco foi com toda a sua família para o vale do rio Araguari, para trabalhar no corte da seringueira. Entretanto, aí passou só um verão, pois o serviço não fora compensador. Transferiu-se “[...] mais para baixo, no verão seguinte”. Em agosto de 1943, foi com sua família morar e extrair látex em *Trapichinho*, onde permaneceu até fevereiro de 1944. De fevereiro a julho daquele ano, ficou em Porto Grande, trabalhando num roçado que abriu em sociedade com o gerente comercial Gerino Porto, com quem passou a morar, juntamente com sua família (AFCM, 1945, p. 7-10).

João Pernambuco e sua família combinavam a atividade agrícola com o extrativismo – a primeira, no período chuvoso (o inverno amazônico, que ocorre no primeiro semestre do ano) e o segundo, durante o estio (segundo semestre). A combinação de várias atividades produtivas era algo comum na Amazônia. Vimos anteriormente que João Pernambuco se aventurava também no trabalho de garimpagem. Num inquérito policial de 1943, Miguel Antonio Martins se apresentou como garimpeiro e seringueiro. Porém, na leitura dos autos, ficamos sabendo que, além disso, ele era lavrador (AFCM, 1943). Em fevereiro de 1948, o morador de Soure⁴, Raimundo Vilas Novas afirmou diante do juiz da Comarca de Macapá que, como agricultor, era “[...] no espaço que medeia entre a plantação e a colheita, aproveita-a para trabalhar como embarcado” (AFCM, 1948, p. 28). Os trabalhadores interioranos também podiam se dedicar temporariamente aos serviços de vaqueiro e de zelador de fazenda, como o lavrador Genaro Brazão da Silva o fez em 1944 (AFCM, 1946a, p. 2-36). O aproveitamento das possibilidades econômicas em áreas agricultáveis, de seringueais, de veios auríferos, de fazendas, de caça e de pesca implicava num esforço de deslocamento e de adaptação a situações muito diferentes.

Rápidas idas à cidade também compunham o rol da movimentação masculina, visando à sobrevivência familiar. Muitos

trabalhadores das ilhas da área da foz do Amazonas e dos povoados rurais do Amapá iam periodicamente a Macapá para vender o produto de seus trabalhos. O *Relatório* do delegado Oswaldo Viana, apresentado num inquérito de março de 1952, traz as seguintes considerações relativas a esse tema: os indiciados “[...] são dêsses muitos cabôclos amazonenses que, no trabalho das lavouras rotineiras e desprotegidas ou na extração desorientada do latex das seringueiras nativas, na procura das sementes oleaginosas” vão vivendo como “[...] eternos párias da malfadada Planície Amazônica” (grifo do autor). E no parágrafo seguinte: “a cachaça é o derivativo dos seus prazeres, digamos, sua alegria, e esta, via de regra, esta consubstanciada na viagem em igarité (reboque entre nós), do sítio da produção ao mercado consumidor, onde, então, os parcos apurados das suas vendas, são aplicados na aquisição daquela bebida [...]” (AFCM, 1952c, p. 34). O crescimento da capital amapaense e de sua praça comercial concorreram para que a cidade polarizasse cada vez mais os fluxos comerciais de vilas e povoados próximos.

As mulheres e a urdidura da sobrevivência cotidiana

A venda da produção da unidade doméstica era uma atividade predominantemente masculina. A demarcação da comercialização dos frutos do trabalho da família como uma atividade de homens reforçava o controle masculino sobre a receita familiar (WAGLEY, 1957, p. 225). Mas, classificar rigidamente as mulheres como seres aprisionados no espaço doméstico, atribuindo somente aos homens as atividades ligadas à mobilidade espacial, é algo que se choca com numerosas evidências. Não poucas mulheres migraram de pequenas cidades e povoados da Amazônia Oriental para Macapá, a fim de se empregarem como domésticas e poderem ajudar suas famílias. A mãe de Terezinha Braga Martel, uma menina de 15 anos, esteve residindo na capital do Amapá em 1948. Daí se retirou para o Gurupá no mês de maio de 1948, deixando sua referida filha como serviçal na residência de James Lionel Burnett (AFCM, 1949b, p. 4). Maria de Jesus Padilha viera com o amásio para Macapá, em 1952, e aí começou a trabalhar como doméstica na casa da professora

Elza Cunha. Padilha mantinha correspondência regular com a mãe, que ficara em Cametá. Numa carta de junho de 1953, a genitora de Padilha afirma: “arrecibi o dinheiro que mandaste” (AFCM, 1953b, p. 6 e 10). Eram duzentos cruzeiros.

O crescimento do número de funcionários públicos solteiros e de funcionárias públicas (enfermeiras, professoras e outras) que passavam boa parte do dia no trabalho externo ao lar criou uma grande demanda de empregadas domésticas em Macapá, no período estudado. Em geral, elas tinham entre 15 e 18 anos e moravam com seus patrões. Algumas domésticas, em pouco tempo, trabalharam em várias casas. O que se explica em parte pela precariedade da vinculação ao trabalho e em parte pela gama de oportunidades existentes. Maria Creuza Lucas Pena, por exemplo, começou a trabalhar como doméstica na casa de Abdias Bezerra Filho em 1957, onde permaneceu durante 6 meses. Depois de ficar 3 meses desempregada, foi trabalhar para Severino Gomes de Almeida (conhecido como *Pernambuco*), emprego que durou 3 meses (época em que tinha 16 anos). Então, Maria Creuza saiu da casa de *Pernambuco* e voltou à casa de sua genitora. Passados cerca de dois meses, empregou-se na casa do casal Jorge e Estelita Batista, onde permaneceu de 1960 até 1961. Daí foi trabalhar na casa do *Dr. Viana*, em Porto de Santana – durante 6 meses. Após isso, ela voltou à casa de Jorge Batista e, decorridos 8 meses, foi para a casa de sua tia Adelaide, no bairro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Por fim, foi trabalhar no *Bi-campeão bar*, na Avenida Coaracy Nunes, na doca da Fortaleza (AFCM, 1964, p. 10).

Antes de virem para Macapá, quase todas essas empregadas domésticas eram lavradoras e extrativistas. Em certas ocasiões, as mulheres adultas podiam assumir a responsabilidade total sobre o trabalho nas roças. Como já ressaltamos, a unidade familiar inteira se dedicava tanto à agricultura quanto aos extrativismos. Com base nas observações feitas em Gurupá, Wagley destacou que: “[...] a roçagem do terreno, a queimada e a coivara são trabalhos dos homens; mas as mulheres ajudam os maridos na plantação e, algumas vezes, na remoção de ervas daninhas, bem como na colheita da mandioca e na fabricação da farinha” (WAGLEY, 1957, p. 107). No tocante ao trabalho feminino nos seringais, a antropóloga Lígia Simonian

argumenta: “por ocasião do *boom* da borracha em meados dos anos de 1940, a presença de mulheres nos seringais passou a ser notada com mais frequência”. E ela acrescenta: “[...] foi ainda durante esse *boom* produtivo, que muitas famílias do baixo Amazonas foram levadas para o sul do Amapá, quando mulheres e meninas com experiência no corte de seringa seguiram juntas e ali passaram a trabalhar nos seringais” (SIMONIAN, 2001, p. 86).

Portanto, nas áreas afastadas dos centros urbanos, as mulheres executavam trabalhos fundamentais para a sobrevivência familiar. Uma vez em cidades como Macapá, era no setor de serviços que elas mais estavam presentes. Segundo o censo de 1950, das 1.013 pessoas que trabalhavam na “prestação de serviço” no Amapá, 598 eram mulheres (IBGE, 1955, p. 13). Em 1960, trabalhavam nesse setor 1.209 homens e 1066 mulheres. Conforme destacamos antes, muitas mulheres migrantes se empregaram como domésticas. Muitas outras passaram a ajudar no sustento da família através da lavagem de roupas para outrem (IBGE, 1968, p. 159-172). Uma dessas lavadeiras era Odete Maciel (paraense de 21 anos). Em inquérito de abril de 1952, ela declarou “[...] que, ocupa[va] a cosinha de uma casa situada no bairro do Trem, de propriedade de Ocimar Marialves de Melo” e que “[...] paga[va] de aluguel ao referido Ocimar, cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) mensais”. Odete Maciel informou ainda que residia na companhia de três filhos seus, “[...] todos menores, o mais velho com cinco anos e o último de seis meses de idade” e que se encontrava devendo dois meses de aluguel do referido cômodo. Isso porque estava aguardando receber os pagamentos da lavagem de roupa dos seus diversos fregueses (AFCM, 1952d, p. 7). As lavagens de roupa possibilitavam a uma mulher com vários filhos pequenos, como Odete Maciel, não abdicar da educação deles.

O caso de Odete Maciel também indica a existência em Macapá de várias configurações familiares. Seria um grave equívoco imaginar a existência de apenas um arranjo familiar. Muitos eram os casos de famílias monoparentais. Outro grande erro seria imaginar que o espaço de convívio familiar excluía qualquer possibilidade de tensão em prol da busca solidária da sobrevivência. Várias formas de conflito surgiam no interior das unidades domésticas e neste estudo apontaremos apenas algumas delas. O abandono do

cônjuge era uma alternativa que estava no horizonte das mulheres violentadas e, por isso, insatisfeitas. Em fevereiro de 1952, a empregada doméstica Cezarina Silva (paraense de 20 anos e residente na doca da Fortaleza) depôs em inquérito que a partir de certo tempo passara a brigar com seu amásio por causa dos ciúmes dele e que havia dois meses resolvera deixá-lo, “[...] indo empregar-se em casa do doutor Promotor Público desta Comarca” (AFCM, 1952e, p. 11). Outro exemplo é o de Maria Moraes (paraense de 18 anos e residente no Laguinho) que, em março de 1953, era casada havia 4 anos. Ela depôs que havia 2 anos que seu esposo a maltratava, chegando a espancá-la duas vezes (ambas motivadas pelo fato de a depoente ter chamado a atenção do agressor por este ter chegado em casa “em horas fora de costume”). Na segunda vez, Maria Moraes enviara uma carta a seu pai, na qual relatava o que vinha sofrendo, “[...] solicitando providencias para voltar ao convívio paterno” (AFCM, 1953c, p. 5).

O que se sobressai nesses e em outros casos é a atitude insubmissa da mulher diante do marido (ou amásio). Algo que contrasta – como evidenciaremos adiante – com o que era apregoadado no discurso hegemônico do pós-1944. Quando os companheiros, ao invés de concorrer para a subsistência da família, tornavam-se um peso para esta, várias mulheres não hesitavam em abandoná-los. Em abril de 1953, Mercedes Lima, estudante paraense de 13 anos, declarou à Polícia que sua mãe abandonara o lar. Esclareceu “[...] que, o genitor da declarante não entrava com o suficiente para o sustento da casa, razão *[sic]* porque sua mãe trabalhava fora e finalmente resolveu abandoná-lo”. A mãe de Mercedes, paraense de 32 anos e residente no Trem, declarou que deixara suas filhas na companhia de uma senhora com quem ela residia havia algum tempo e que o motivo era o fato de “[...] seu esposo não corresponder com o necessário para a manutenção da casa, dizendo mais que, se tem alguma coisa era porque trabalhava e quem praticamente sustentava a casa era ela declarante, não sabendo dizer onde seu esposo metia o dinheiro que ganhava” (AFCM, 1953d, p. 7-8). Em agosto de 1953, a agricultora cearense de 49 anos, Maria Viana, residente no km 6 da rodovia Macapá-Fazendinha, representou contra Raimundo Geroncio e afirmou que não mais pretendia viver com ele, entre

outras coisas, “[...] por ser pessoa de mau procedimento, vadio e dando-se ao vício de embriaguês e quando está neste estado ameaça a representante bem como suas filhas, de morte”. O vizinho Simplício dos Santos acrescentou que Geroncio era preguiçoso, apesar de ter “uma mulher trabalhadora e que muito procura ajuda-lo; que até uma única rôça que tem é trabalho de dona Maria com as filhas” (AFCM, 1953e, p. 4, 28).

O abandono dos amásios era um modo das mulheres afirmarem seu protagonismo numa cidade que, ao mesmo tempo, atribuía-lhes um papel dependente e desafiava cotidianamente sua sobrevivência. Mesmo sem romper o vínculo com os companheiros, as mulheres não raramente assumiam a chefia do núcleo familiar. Era o que poderia ocorrer quando o cônjuge adoecia. Mais comum (devido à citada mobilidade masculina) era o caso de mulheres que administravam a casa e os negócios da família durante as longas viagens dos maridos. Assim, em outubro de 1952, Sebastiana Pantoja, paraense de 25 anos e residente na vila de Porto Grande, estava tomando conta de uma casa comercial que pertencia a seu esposo José Pantoja, que estava ausente (AFCM, 1952f, p. 3). Outra situação em que as mulheres passavam a gerenciar a unidade doméstica era a da morte de seus companheiros (AFCM, 1946b). A variedade de situações criadas no âmago do enfrentamento da insegurança estrutural não autoriza a generalização do absoluto domínio masculino na unidade doméstica. Pelo contrário, são numerosas as evidências de que as mulheres comumente assumiam o protagonismo no sustento e na definição dos destinos das suas famílias. Mesmo quando se achavam numa posição subalterna, não viviam na condição de simples dependentes, mas de colaboradoras assíduas.

Além de exercerem atividades pouco remuneradas – quando eram domésticas, lavadeiras, carvoeiras, costureiras, comerciárias etc. – algumas mulheres conseguiam ascender socialmente, fosse através do ingresso no funcionalismo público, principalmente como enfermeiras e professoras, fosse através de investimentos em pequenos negócios. Este foi o caso de Dona Nené, que administrava uma pensão (AFCM, 1946c, p. 9, 29). Joaquina Menezes de Oliveira (de 34 anos, residente na Rua General Gurjão s/n) fornecia refeições a diversos rapazes que trabalhavam no Palácio do Governo, cobrando de cada

o valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (AFCM, 1957b, p. 4, 15). Através de outro processo judicial, tomamos conhecimento de que a esposa do guarda territorial Onésimo Mendes (paraense de 33 anos e residente no Laguinho) era sócia de Eneas Pacheco no bar *Pina*, onde também eram servidas refeições a trabalhadores (AFCM, 1960b, p. 10).

A mulher e a família segundo o discurso hegemônico

As trabalhadoras apresentadas nessas linhas, e tantas outras que existiram na Macapá de outrora, deparavam-se com o discurso que asseverava que elas estavam fora do lugar certo. Na década de 1940, o Estado Novo orquestrou uma série de ações com o intuito de promover a efetivação de um padrão familiar tido como ideal. Rompendo com o modelo dominante na República Velha (de instituições particulares, subsidiadas pelo Estado, voltadas para o apoio a mães e crianças pobres), no ano de 1940, o governo estadonovista criou o primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Esse programa fora levado a cabo pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) – órgão do Ministério da Educação e Saúde, que fomentou a criação de postos de puericultura em todo o Brasil. Em tais postos, as mães podiam receber orientações médicas, da gravidez até que a criança iniciasse a fase escolar. Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), destinada a prestar vários tipos de assistência aos empobrecidos. Por meio dessas instituições, o governo federal difundia a ideia de que a mulher que trabalhasse fora de casa deixaria seu lar instável e seus filhos, vulneráveis a influências moralmente nocivas. Criticavam-se as trabalhadoras que deixavam sua prole com vizinhos ou sob a responsabilidade do filho mais velho (PEREIRA, 1999, p. 181-182).

O modelo ideal de família era aquele no qual o marido trabalhava fora e era o chefe; a esposa-mãe exclusivamente se dedicava a cuidar da casa e dos filhos, que permaneciam na escola até estar prontos para trabalhar. No Amapá, o primeiro governo territorial abraçou as diretrizes emanadas do DNCr. Em 18 de agosto de 1944, foi instalada a Comissão Territorial da LBA (NUNES, 1946, p. 138-139). Em Macapá e nas demais sedes municipais, a Legião distribuía latas

de leite, pacotes com vários gêneros alimentícios, enxovais para gestantes e recém-nascidos, mosquiteiros, redes, bem como remédios (AMAPÁ, 1947, p. 2; AMAPÁ, 1949, p. 10). Vinculado à LBA, o Posto de Puericultura Iracema Carvão Nunes foi inaugurado em outubro de 1945, com a finalidade de oferecer às mães um conjunto de meios para a formação física, mental e moral da criança. O propósito principal do Posto era reduzir a mortalidade infantil através de uma ruptura com os “processos rotineiros”, que incluíam a atuação de parteiras e amas de leite (AMAPÁ, 1945, p. 1). Para tanto, esse órgão governamental contava com: consultório de higiene pré-natal; consultório pós-natal; consultório de higiene infantil; consultório de imunizações; lactário e cantina maternal – que oferecia sopas e merendas às gestantes e nutrizes (AMAPÁ, 1951a, p. 7).

Anualmente, o governo territorial realizava a Semana da Criança. Na ocasião, noções relativas à proteção da criança frente às ameaças de influências nocivas eram difundidas, por meio de palestras e concursos (AMAPÁ, 1951b, p. 1). A ideia de que a criança era um ser puro que deveria ser preservado do contágio dos males sociais vinha ganhando força no Brasil desde o final do século XIX (SCHUELER, 1999, p. 59-84). A família (idealizada) deveria ser um núcleo protetivo para a criança. Em maio de 1948, o jornal *Amapá* publicou um texto intitulado “A família”. Nele, afirmava-se que a criança não poderia simplesmente crescer entre outras crianças, pois “[...] é necessário, antes de tudo, [um] ambiente apropriado para o seu desenvolvimento e esse ambiente, onde a criança deve crescer e se formar é a família”. E adiante: “os pais vêm que agora, como no seu tempo de garotos, os filhos tem [*sic*] o mesmo direito a um lar, à criação e educação que os pais devem dar” (AMAPÁ, 1948, p. 2.). O modelo de família então estandardizado (protetiva e que direcionava os filhos unicamente para os estudos escolares), chocava-se com as necessidades reais das famílias da classe trabalhadora, que, em muitos casos, não podiam abrir mão do trabalho dos menores.

A Igreja Católica defendia um modelo de família que coincidia com o do governo. À mãe cabia integralmente a educação dos filhos. Aquilo que era dito nos púlpitos das igrejas, podemos ler nas páginas do jornal *A voz católica*, como demonstra este trecho de um artigo de fevereiro de 1960: “[...] é no aconchego do lar, no regaço da mãe

que se apreende a honestidade, o temor de Deus, o respeito de seu semelhante, o amor ao dever [...]” (A VOZ CATÓLICA, 1960a, p. 4). Os textos deste periódico davam grande ênfase à quase exclusiva responsabilidade das mães em relação à boa educação da prole (A VOZ CATÓLICA, 1963, p. 2). Dirigindo-se às “queridas mães”, o articulista do semanário *A voz católica* ressaltava: aos vossos filhos “vós deveis ensinar-lhes o respeito, a veneração, a discrição [*sic*], corrigindo oportunamente e dando bom exemplo” (A VOZ CATÓLICA, 1960b, p. 4). Pensavam os membros do clero macapaense que, com tamanha responsabilidade, a mulher não deveria cogitar trabalhar fora de casa. Ela deveria estar liberada para se dedicar com o afincamento necessário à sagrada missão de formar os futuros homens de bem. Para tanto, os pais deveriam assumir sozinhos o fardo de labutar para adquirir os provimentos necessários ao lar.

Quando os articulistas do periódico da então Prelazia de Macapá se dirigiam aos pais, os temas eram sempre relativos aos papéis para eles idealizados. Num dos números de março de 1960, lemos: “[...] o pai deve ser econômico, pois ele é responsável pelo futuro da família, que se pode prover só com um vivo senso de economia” (A VOZ CATÓLICA, 1960c, p. 4). Absolutamente dependente do homem para a sua sobrevivência, a mulher assim representada deveria ser obediente e resignada na sua relação matrimonial. Nesse sentido, um articulista exortava: “[...] a mulher, casando-se, deve obedecer ao marido. As chamadas moças modernas, com idéias erradas acerca da independência e emancipação, não casem, porque isso seria para a sua derrota, a infelicidade da família, a desgraça da sociedade” (A VOZ CATÓLICA, 1960d, p. 4). A mulher que trabalhava fora do lar era apresentada pelo articulista José Benevides como um ser que se desviava dos desígnios divinos: “[...] desde que a mulher foi expulsa do santuário sagrado do lar e atirada na rua e na miragem aliciadora do emprêgo por essa carcomida civilização do século XX, começou a fugir-lhe a noção de sua verdadeira missão” (A VOZ CATÓLICA, 1960e, p. 4). Para se manter fiel à sua vocação de mãe e de esposa, a mulher deveria abrir mão do espaço público, que era visto como fator masculinizante (A VOZ CATÓLICA, 1961, p. 2). Para Benevides, o apagamento das rígidas fronteiras que demarcavam os territórios do homem e da mulher – supostamente

fruto da avalanche demolidora da “carcomida civilização” – deveria ser combatido através da recristianização da família.

Governo territorial e clero local se uniram em torno de ações cuja finalidade era fomentar a adoção pelos moradores e moradoras de Macapá do modelo descrito. Em agosto de 1951, o governo instalou a Escola Doméstica de Macapá que, desde então, foi dirigida pelas freiras da Ordem das Irmãs da Caridade das Santas Capitânea e Gerosa, de Milão – Ordem que também era conhecida pelo nome de Irmãs de Nossa Senhora Menina (NEGRI, s/d., p. 35). A Escola Doméstica atendia alunas em regime de internato – sobretudo “órfãos desamparadas” do interior do Território – e de externato – “quantas senhoras e senhoritas que desejam aprender um curso doméstico” (AMAPÁ, 1952a, p. 4). No título de um artigo de janeiro de 1952, o jornal *Amapá* evidenciou o objetivo desse educandário: “Escola Doméstica de Macapá: aprimorando a mulher amapaense para a nobre direção do lar”. Definindo o espaço doméstico como aquele onde a mulher deveria (saber) atuar, a instituição buscava fortalecer uma divisão sexual do trabalho.

A Escola Doméstica foi concebida como uma “trincheira moral e espiritual” no combate aos arranjos familiares considerados desviantes (AMAPÁ, 1952b, p. 4). A Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, afirmava: “[...] é recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina [...]; a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (MEC, 1942, p. 7). Na Escola Doméstica, as alunas eram preparadas para serem “[...] exímias donas de casa, conhecendo todos os segredos que fazem do lar a pedra de toque da organização da família e da sociedade” (AMAPÁ, 1953b, p. 2). Para tanto, as alunas aprendiam corte-cos-tura, tricô, bordados, crochês e culinária. A união de esforços do governo janarista e da Igreja pelo bom funcionamento da instituição derivava, entre outros fatores, do ideal comum de moral familiar. Desejamos enfatizar que, na década de 1950, apesar do espaço crescente que as mulheres do Amapá (e de todo Brasil) conquistavam no mercado de trabalho, concepções androcêntricas e patriarcais ocupavam uma posição hegemônica.

Este modelo de mulher devotada ao lar e subserviente ao marido derivava do postulado de que o feminino era o *sexo frágil*. Essencialmente sensível, a mulher deveria ser tutelada (protegida) pelo *sexo forte* (AMAPÁ, 1964, p. 2). *Tú és grande, mulher!* é um artigo do jornal *A voz católica* no qual podemos ler: “[...] a mulher é símbolo e sinônimo de ternura, delicadeza, dedicação até o sacrifício”, enquanto “[...] o homem, geralmente, encarna a força, a vontade decidida a triunfar de tudo e de todos” (A VOZ CATÓLICA, 1960f, p. 4). Negar a própria fragilidade e, portanto, dependência, seria ir contra sua natureza. Algo comum aos discursos governamental e eclesiástico é a preocupação com as tendências modernizantes, que, supostamente, ameaçavam tais representações de gênero. Assim, no já citado artigo *Feminismo exagerado*, Benevides afirmara: “[...] hoje em dia, vemos com tristeza, como as modernas filhas de Eva aparecem na sociedade, querendo em tudo rivalizar com o homem, através de uma desenvoltura de maneiras e atitudes de independência próprias somente do ‘sexo forte’” (A VOZ CATÓLICA, 1960e, p. 4).

Considerações finais

Médicos, professores, policiais, juízes, promotores, padres e outros agentes eram chamados a fazer um esforço para que a moral familiar fosse uma diretriz efetiva para as práticas dos sujeitos históricos. Muito passional e suscetível às influências perturbadoras da modernização, a mulher deveria, então, permanecer sob a tutela e a vigilância de instituições reguladoras. No discurso hegemônico, mulher emancipada aparece quase sempre como sinônimo de mulher perigosa. Uma vez púbere, os pais deveriam sempre mantê-la diante de olhares atentos e intimidadores. Quando chegada a hora, ela passaria da tutela dos pais para a do marido, desconhecendo em absoluto o estado de ser emancipada. O casamento era o momento em que a mulher deveria – ainda segundo o discurso hegemônico – oferecer sua honra e sua virgindade ao esposo.

Porém, estudos sobre relações de gênero na Amazônia têm demonstrado que as classes proprietárias eram muito mais permeáveis

a essas normatizações do que as classes trabalhadoras (ALVARES, 1994, p. 220-223; CANCELA, 2006, p. 182-239, 285-318). Pelo que foi aqui apresentado, podemos inferir que é flagrante o contraste entre o modelo de família defendido no discurso hegemônico amapaense (e brasileiro) e as práticas efetivas da maior parte dos homens e mulheres que viviam na região da foz do rio Amazonas. O repertório de práticas oferecido pelas tradições (modos de vida amazônicos) e as improvisações necessárias à luta contra a pobreza não propiciavam que a mulher empobrecida fosse frágil, dependente ou submissa. Como afirmamos anteriormente, no interior das unidades domésticas eram elaboradas as principais táticas para o enfrentamento da insegurança estrutural. Aí as mulheres desempenhavam papéis vitais e, não raro, elas eram as únicas garantidoras da manutenção familiar.

FAMILY AND EVERYDAY SURVIVAL ON THE AMAZONAS ESTUARY (1944-1964)

Abstract: This article analyses familiar survival strategies existent in Macapá, between 1944 and 1964. The focus is the importance of the familiar solidarity to domestic unit's sustenance. We emphasize that inside those units, Macapá's women frequently faced dominant expectations, besides they often assumed all members survival responsibility.

Keywords: Family. Survival. Gender. Work. Everyday Life.

Notas

¹ Este artigo originou-se de uma parte da tese de doutorado *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*, elaborada sob a orientação da Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias e defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), em 2013.

² Tal artigo – *Muitos “barbados” para poucos “brotos”: escassez de mulheres nos territórios brasileiros* – foi transcrito no jornal *Amapá*. Esse jornal era produzido pelo Governo do Território Federal do Amapá com o principal objetivo de propagandear as obras e serviços realizados pelo próprio governo.

³ Entrevista realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, por Sidney da Silva Lobato, com a Sra. Josefa Lina da Silva. Ela fez parte da comunidade negra que residia no centro histórico de Macapá e que, com as reformas urbanas ali promovidas a partir de 1944, foi transferida para os chamados Campos do Laguinho (cercania da cidade).

⁴ Pequena cidade do arquipélago do Marajó.

Referências

Artigos de Jornais:

AMAPÁ [Inaugurado o Posto de Puericultura “Iracema Carvão Nunes”]. Nº 29, de 06 de outubro de 1945, p. 1.

AMAPÁ [Legião Brasileira de Assistência]. Nº 124, de 26 de julho de 1947, p. 2.

AMAPÁ [A família]. Nº 167, de 22 de maio de 1948, p. 2.

AMAPÁ [O Amapá, um dos vanguardeiros da proteção à maternidade e à infância]. Nº 202, de 25 de janeiro de 1949, p. 10.

AMAPÁ [Posto de Puericultura “Iracema Carvão Nunes”]. Nº 339, de 13 de setembro de 1951a, p. 7.

AMAPÁ [“Formação de hábitos sadios na infância”: vai ser condignamente comemorada nesta capital a Semana da Criança – o programa dos festejos]. Nº 342, de 06 de outubro de 1951b, p. 1.

AMAPÁ [Matrimônio em sangue]. Nº 350, de 01 de dezembro de 1951d, p. 2.

AMAPÁ [Escola Doméstica de Macapá: aprimorando a mulher amapaense para a nobre direção do lar]. Nº 358, de 25 de janeiro de 1952a, p. 4.

AMAPÁ [O lar é o alicerce da família: a Escola Doméstica de Macapá cumpre e amplia suas nobres finalidades]. Nº 391, de 13 de setembro de 1952b, p. 4.

AMAPÁ [Muitos “barbados” para poucos “brotos”: escassez de mulheres nos territórios brasileiros]. Nº 408, de 10 de janeiro de 1953a, p. 2.

AMAPÁ [Escola Doméstica]. Nº 435, de 26/04/1953b, p. 2.

AMAPÁ [Espôsa arrendida]. Nº 1.284, de 08 de agosto de 1964, p. 2.

A VOZ CATÓLICA [Mãe e filhos...]. Nº 16, de 14 de fevereiro de 1960a, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [Mãe e educadora]. Nº 18, de 28 de fevereiro de 1960b, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [Pai... Homem econômico]. Nº 22, de 27 de março de 1960c, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [Queres casar? Prepara-te]. Nº 19, de 06 de março de 1960d, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [Feminismo exagerado]. Nº 43, de 21 de setembro de 1960e, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [Tú és grande, mulher!]. Nº 14, de 31 de janeiro de 1960f, p. 4.

A VOZ CATÓLICA [A esposa e a alegria do lar]. Nº 84, de 04 de junho de 1961, p. 2.

A VOZ CATÓLICA [S.O.S!...]. Nº 202, de 08 de setembro de 1963, p. 2.

Processos Judiciais:

AFCM. Caixa 224, processo nº 1474SN, de 03 de março de 1943.

AFCM. Caixa 281, processo nº 046, de 13 de abril de 1945.

AFCM. Caixa 227, processo nº 071, de 03 de janeiro de 1946a.

AFCM. Caixa 224, processo nº 103, de 24 de agosto de 1946b.

AFCM. Caixa 227, processo nº 100, de 04 de julho de 1946c.

AFCM. Caixa 243, processo nº 172, de 24 de fevereiro de 1948.

AFCM. Caixa 304, processo nº 283, de 22 de abril de 1949a.

AFCM. Caixa 299, processo nº 278º, de 02 de março de 1949b.

AFCM. Caixa 264, processo nº 1399SN, de 10 de maio de 1952a.

AFCM. Caixa 272, processo nº 647, de 17 de junho de 1952b.

AFCM. Caixa 272, processo nº 668, de 18 de julho de 1952c.

AFCM. Caixa 275, processo nº 649, de 18 de junho de 1952d.

AFCM. Caixa 273, processo nº 273, de 13 de março de 1952e.

AFCM. Caixa 262, processo nº 719, de 23 de dezembro de 1952f.

AFCM. Caixa 281, processo nº 747, de 20 de março de 1953a.

AFCM. Caixa 281, processo nº 1030SN, de 05 de julho de 1953b.

AFCM. Caixa 276, processo nº 763, de 04 de maio de 1953c.

AFCM. Caixa 276, processo nº 781, de 27 de maio de 1953d.

AFCM. Caixa 276, processo nº 812, de 01 de agosto de 1953e.

AFCM. Caixa 225, processo nº 1321SN, de 25 de novembro de 1957a.

AFCM. Caixa 255, processo nº 1247, de 10 de outubro de 1957b.

AFCM. Caixa 276, processo nº 1404, de 17 de dezembro de 1960a.

AFCM. Caixa 279, processo nº 1367, de 18 de janeiro de 1960b.

AFCM. Caixa 279, processo nº 1562, de 20 de julho de 1964.

Referências

ALVARES, Maria Luzia Miranda. Educação e (in)submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda M. da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 213-226.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. Belém (1870-1920). Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CASTRO, Fabio. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 173-194.

FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil. *Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. *Recenciamento geral de 1960: Rondônia – Roraima – Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

LIMA, Deborah Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 145-172.

LOMBAERDE, Padre Júlio Maria. *Macapá: sua história desde a fundação até hoje*. Macapá: [s. n.], 1987. Mimeografado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Brasil. *Nova Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro: A. Delattre e Filho, 1942. p. 7.

MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

NEGRI, Teodoro. *Dom Aristides: uma aventura humana e missionária*. São Paulo: Mundo e Missão, [?].

NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*, n. 11, p. 101-140, 1979.

PEREIRA, Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 25-48.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

Recebido em: 07/09/2014

Aprovado em: 10/01/2015

El cine histórico de Hollywood como acción hegemónica

Fabio Gabriel Nigra*

Resumen: El presente texto es un avance de un trabajo mayor, que se reflexiona sobre la particular narrativa fílmica de las películas históricas emanadas desde los Grandes Estudios de Hollywood. Por ello se presentan al inicio las más importantes líneas teóricas, como Ferro y Rosenstone, para luego establecer la propia postura. En segundo lugar, se plantea la fórmula historiográfica y fílmica que caracteriza a dichos filmes, y se presentan ejemplos. La conclusión a la que se arriba permite demostrar que la gran mayoría de dichas producciones tienen su basamento en cuestiones culturales e ideológicas que no solamente garantizan el éxito comercial; también refuerzan principios ideológicos funcionales a la clase dominante.

Palabras clave: Estados Unidos. Cine-Historia. Hegemonía.

Introducción

El cine es un arte que incorpora múltiples lenguajes y dimensiones. Así que, y tal como sostienen importantes estudiosos del tema, desde comienzos del siglo XX pudo actuar como una verdadera herramienta de reproducción ideológica. Esto lo vemos en el cine de la Unión Soviética, el norteamericano, y el nazi en la primera mitad del siglo XX, entre otros casos. En estos ejemplos se advierte la importancia del cinematógrafo como hecho social, en particular para la construcción de las representaciones imaginarias del mundo, vistas a través del lente de la cámara. Asimismo, el cine comercial es un medio de comunicación masivo que muestra en gran medida

* Doutor em História, professor de História dos Estados Unidos da Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: fabio.nigra@speedy.com.ar

una perspectiva favorable al poder, perspectiva en la que el espectador, usualmente desprevenido, suele participar en forma acrítica.

Por esta razón es tan importante el estudio de este fenómeno teniendo en cuenta que su supuesta perspectiva inocente no es tan así, que la transparencia de su presentación es un fenómeno detalladamente concebido, y que existen particularidades ideológicas en la elaboración de las historias, máxime si estas historias refieren al pasado, a la Historia. En consecuencia trabajar en esta dirección resulta relevante desde el momento en que dichas imágenes y visiones son las que finalmente quedan instaladas, para los espectadores comunes, como la “verdad histórica”, sin tomarse en consideración el hecho de que en la mayor parte de los casos el asesoramiento técnico histórico se subordina a las necesidades de la taquilla. En otras palabras, el cine – como medio de comunicación masivo – puede “inventar” un hecho que se transformará en la percepción de los espectadores en la historia real, lo que realmente sucedió; y hasta la posibilidad de contar ese hecho que previamente no tenía necesariamente peso en el registro histórico del ciudadano común, como puede interpretarse de películas tales como *Corazón Valiente*¹ o *La noche de los lápices*². Además, debe tenerse en cuenta que muchos de estos filmes son utilizados en distintos niveles educativos como forma de transmisión de conocimiento histórico, y en más de una ocasión sin tomar los recaudos críticos imprescindibles.

La industria cinematográfica norteamericana es uno de los más poderosos aparatos político-ideológicos del planeta (SANCHEZ RUIZ, 2003; AUGROS, 2000; MILLER et al., 2005; GONZALEZ PASCUAL, 2010), y gracias a ello tiene una forma propia de observar y contar su propio pasado con objetivos previamente determinados. Es por ello que nos planteamos reflexionar sobre esta particular fórmula historiográfica y discursiva, con la pretensión de destacar algunos elementos a tener en cuenta al momento de formular cualquier tipo de análisis crítico. Aunque cada film puede y debe ser visto como una fuente del momento en que es producido, recorrer las visiones del pasado y de hacer historia de Estados Unidos de América por la acaudalada Hollywood nos acerca a una mirada historiográfica más vinculada a los poderes político-económicos que han construido el aparato ideológico de la hegemonía norteamericana,

como por caso puede verse con total claridad en filmes tales como *La Conquista del Oeste*³, donde se trabaja una reproducción casi mecánica de las tesis de Turner sobre la frontera, reforzando así una perspectiva elaborada como *constructo* ideológico de fines del siglo XIX, a fin de incorporar un pasado que se enfrentaba al masivo fenómeno de la inmigración (NIGRA, 2012, p. 85-102). Para ello los Grandes Estudios de Hollywood y los sucesivos gobiernos de Estados Unidos han labrado una relación profunda (ROBB, 2006), de forma tal que se ha podido construir una mirada consensual del pasado, con efectos didácticos al interior del país y también hacia el exterior.

Por ello analizaremos en primer lugar los planteos teóricos más importantes, junto a nuestra postura; luego, se trabajarán las vinculaciones existentes entre discursos, esto es, el del cinematógrafo operando sobre el de la Historia y cómo se construye un consenso gracias a la reutilización de un discurso histórico específico, junto a un conjunto de elementos que aparecen como substrato recurrente en los films históricos. Finalmente, se aplicarán muchos de los principios en ejemplos concretos.

I

En lo que hace a la reflexión sobre el fenómeno de la representación de la Historia en el Cine, se ubican investigadores que han marcado claramente dos líneas de trabajo e interpretación. En un lado se encuentra la que ha trazado Marc Ferro, historiador francés de la Escuela de los *Annales*, quien entiende que una película histórica habla más de la época en que fue concebida y filmada que de la etapa histórica que busca representar, al encontrarse profundamente condicionada por los entrecruzamientos ideológicos de una sociedad dada. De esta forma, para este autor “la aportación del cine a la inteligibilidad de los fenómenos históricos varía, pues, según su grado de autonomía del autor y su contribución estética” (FERRO, 1995, p. 194). En suma, Ferro plantea la posibilidad del uso del cine en el estudio de la historia teniendo en cuenta que las películas de una manera u otra son parte del acervo histórico y

cultural de la sociedad en que son generadas, y por ello dicen más de su propia época que lo que quieren contar sobre el pasado. Es para destacar que en América Latina este autor ha tenido un importante nivel de penetración y relevancia, tal como puede observarse de los estudios efectuados por Jorge Nóvoa y José D'Assuncao Barros y sus seguidores en la *Oficina de Cine e Historia* de la Universidad Federal de Bahía, Brasil; o los desarrollos de Félix J. Lozano Cárdenas y María I. Mendoza Bernal en la Facultad Experimental de Ciencias, perteneciente al Departamento de Ciencias Humanas de la *Universidad del Zulia*, Maracaibo, como así también los de Emperatriz Arreaza en Facultad de Humanidades y Educación, Centro de Estudios Históricos, de la Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela, por ejemplo.

Por el otro lado se encuentra la posición de Robert Rosenstone⁴, historiador norteamericano que desarrolla su trabajo en el *California Institute of Technology*, que plantea que el cine es una herramienta importante como mecanismo de narración de la historia. Asumiendo que es una nueva manera de contar el pasado – como en su época lo fue la tradición oral al estilo de Heródoto –, y que “la historia filmada siempre será una reflexión sobre el pasado más personal que la que plantee un trabajo escrito” (ROSENSTONE, 1997, p. 56), este historiador sostiene que al vivir en una época posliteraria “[...] sin denigrar el poder de la palabra se debe defender la capacidad de reconstrucción de otros medios”, como en este caso es el cine histórico. Sin embargo, para ser considerado histórico, un film debe ocuparse “[...] de los temas, las ideas y los razonamientos del discurso histórico” (Ibid., p. 59).

Robert Rosenstone ha hecho una opción ideológica fuerte por la construcción narrativa postmoderna, con el argumento de que la Historia cinematográfica es plausible porque no se lee, en una época en que el texto y su lectura se encuentran en retirada. De esta forma ha abogado por la búsqueda de un camino de síntesis entre la interpretación postmoderna de la Historia – con amplias referencias al trabajo señero de Hayden White (1992), en el que la escritura de la Historia es una narración como cualquier otra⁵ –, y el lenguaje del cine que elabora una narración sin seguir pautas específicas de la academia histórica.

En su visión, Hollywood ha tratado de construir una historicidad que este autor ha denominado “falsa” o “mito del realismo”, donde pareciera ser que lo importante es la reproducción objetística del pasado, esto es, la idea – tal vez errónea – de que la historia es en verdad nada más que “un retrato de un período”, puesto que los objetos son historia en sí mismos. De esta forma, dice, Hollywood cree que si hace una reproducción de los escenarios y los vestuarios del pasado muy exactos, está haciendo historia.

La Historia, asume Rosenstone como un inicio analítico, es una construcción efectuada por hombres (historiadores) en el intento de dar sentido al pasado, ya que ni la gente ni las naciones viven “relatos históricos”; asimismo, los relatos elaborados por los historiadores son, en su forma de ver, “ficciones narrativas”, o sea, una recreación del pasado, no el pasado en sí; además, en el discurso narrativo, la realidad histórica está condicionada por las convenciones en la forma de escribir, amén del punto de vista que el historiador haya seleccionado; por último, el lenguaje nunca es aséptico, y por ende no se puede gracias a él representar el pasado tal cual fue, “todo lo contrario, el lenguaje crea, estructura la historia y la imbuye de un significado” dice, sosteniéndose en White (ROSENSTONE, 1997, p. 36).

El autor sostiene que “[...] la historia como relato dramático en imágenes se apoya en la invención tanto de pequeños detalles como de hechos importantes” (ROSENSTONE, 1997, p. 57). La diferencia entre la ficción y la Historia, entonces, es que si bien las dos narran alguna historia, la de la primera es verosímil al apoyarse en las fuentes, y porque la filmación de la totalidad del hecho histórico es imposible. La ficción nos permite seleccionar y sintetizar acontecimientos y marcar, con ellos, procesos que denomina *condensación* (Ibid., p. 58). Entonces, si se acepta que las narraciones escritas son “ficciones narrativas”, las narraciones visuales, dice, deben ser consideradas “ficciones visuales”, es decir, representaciones tan reales del pasado como los libros (Ibid., p. 36). Estas representaciones deben tener normas, tal como la escritura científica de la historia, pero deberían ser normas en consonancia con las posibilidades del medio de transmisión: “Es imposible juzgar una película histórica con las normas que rigen un texto”.

Entonces plantea en forma de síntesis los ejes que guían su esfuerzo: “Mi trabajo no se ha orientado a criticar, sino a evaluar las posibilidades de los films históricos; a tratar de entender, desde su misma perspectiva, cómo un realizador puede plasmar el pasado en imágenes. Situar en dicha posición puede ser arriesgado para el académico. Implica una complicidad, una identificación, que conducen a una reflexión lógica y herética a un tiempo: la misma naturaleza de los medios audiovisuales nos fuerza a redefinir y/o ampliar el significado del concepto de historia” (Ibid., p. 16-17).

Sin embargo, y sin perjuicio de que su aporte ha resultado clave en la dirección propuesta, no nos permite elaborar pautas claras y definitivas sobre el problema de la narración, porque tanto en la escritura como en la filmación el soporte sustancial es el lenguaje. Debemos tener en cuenta que, tal como la mayoría de los analistas y estudiosos del cine sostienen, existe un *modelo de cine clásico de Hollywood*, que pretende borrar en el filme las marcas de su existencia, de su construcción. Es una manera de narrar con técnicas específicas y muy codificadas, que elaboraron un lenguaje particular. Gracias a él se pretende dar la idea de que la historia se cuenta por sí misma sin intermediarios, buscando lograr que el espectador participe, pero como un *voyeur*. El carácter de hechos ocurridos, dice Monterde, “[...] no es garantía de verdad, sino que solo forma parte de una estrategia de la representación” (MONTERDE, 1986, p. 92). Es como si el cine solamente se propusiera estar ahí, ante la realidad, para permitirle llegar hasta nosotros a través del objetivo de la cámara. De esta forma, “[...] su verdad dependerá de la verdad de lo que exista ante la cámara, pues en principio la misma solo está obligada a restituir ese ‘ponerse ante la cámara’ como todo testimonio de su existencia” (MONTERDE, 1986, p. 93). Y por ello esta apariencia de verdad le permite enmascarar que el relato es arbitrario, que la narración es intervenida como una construcción y que la sucesión de acciones tienen pautas específicamente elaboradas para su encadenamiento (AUMONT; BERGALA; MARIE; VERNET, 2011, p. 121).

El modelo de cine de Hollywood, llamado “clásico”, tiene un conjunto de ventajas que lo asemejan a la escritura tradicional de la Historia, tal como sostiene Monterde: “El placer obtenido de una película de ficción surge de una mezcla de historia y de

discurso, en la que el espectador ingenuo (que uno sigue siendo) y el conocedor encuentran al mismo tiempo, con una muy ligera superación, motivo para estar satisfechos. El cine clásico obtiene de ahí su eficacia. A través de una regulación a la vez tenue y fuerte, la institución cinematográfica gana en los dos campos: si el espectador se desliza por y en la historia, aquella se le impone subrepticamente; si atiende al discurso, es glorificada por su *savoir-faire* (MONTERDE, 1986, p. 122).

En la misma dirección que Monterde argumenta Ismail Xavier, cuando plantea que lo que él llama el naturalismo refiere a la construcción de un espacio narrativo fílmico que busca una reproducción fiel de las apariencias inmediatas del mundo físico, y a la interpretación de los actores que plantean una reproducción del comportamiento humano, con reacciones “naturales”. El principio que está por detrás de esta operación es “el establecimiento de la ilusión de que los espectadores están en contacto directo con el mundo representado, sin mediaciones, como si todos los aparatos de lenguaje utilizados constituyesen un dispositivo transparente (el discurso como naturaleza)” (XAVIER, 2008, p. 56). De esta forma, para Xavier, la representación es discurso y es retórica. Tal como sostiene respecto a los films históricos,

[...] esa reproducción, dirigida hacia un evento natural o a la arquitectura, decoración, vestuario y “acontecimientos” de un determinado período histórico, funciona como instrumento retórico. La “seriedad” de la reconstrucción y el esmerado cuidado que se manifiesta en los detalles simbolizan una actitud de “respeto a la verdad” que tiende a ser aceptada para el filme en su totalidad” (XAVIER, 2008, p. 57).

Concluye, entonces, que esta construcción finamente elaborada por Hollywood tiene la pretensión de afirmar “discurso = verdad” (Ibid., loc. cit.). Pero puede irse más allá, ya que la misma realidad no es un dato que se nos aparece como algo inexorable. La realidad se encuentra condicionada por la producción social de sentido tal como la plantea Eliseo Verón (VERON, 1998).

No es por casualidad, entonces, que el cine clásico de Hollywood replica los artilugios exitosos de la narración histórica positivista, pero efectuando operaciones mucho más complejas que las que a simple vista aparecen.

II

Para cualquier ciudadano común la Historia es entendida como esa narración que cuenta las batallas, los actos heroicos de los grandes personajes patrios, las fechas que no deben ser olvidadas... algo muy aburrido en verdad, sin perjuicio de que en la actualidad existen muchos historiadores que siguen trabajando en la que podríamos llamar la forma tradicional (del siglo XIX). En la escuela es una de las materias más tediosas para la mayoría de los estudiantes, y cualquier persona que se encuentra con un historiador en una fiesta familiar le pide que le recomiende algún libro de historia que diga “la verdad”. Todo lo dicho en las líneas precedentes es una constante derivada del modelo positivista de hacer historia: la Historia bien hecha dice la verdad de lo que pasó; en la escuela, el aburrimiento es culpa de los docentes y no de la forma hegemónica de transmitirla.

Y sin embargo, *el mismo hecho histórico contado en una película actúa necesariamente en la percepción de los espectadores medios como la verdad de lo que pasó* y – desde ya –, no es percibido como algo tedioso, en tanto el producto “film” no sea soporífero.

Recordemos brevemente que el positivismo historicista se basaba en el análisis de las fuentes que eran principalmente documentos escritos, y la escritura como narración de los hechos constatados. Sea en la versión historicista de tipo alemana, como la más positivista de mediados a fines del siglo XIX, la narración de los hechos humanos pretendía conceder a las ideas y valores de los grandes hombres el lugar central de su reflexión. El supuesto problema para el cine histórico lo marcó en su oportunidad Robert Rosenstone: “Muchas películas ‘históricas’ han seguido el ejemplo de Hollywood, donde la historia se reduce a un drama histórico, un relato de pasión o aventuras en un pasado lejano y atrayente”

(ROSENSTONE, 1997, p. 18); es decir, las películas tienden a destacar a los individuos en detrimento de los grupos o el proceso general, donde el film tradicional – al que aquí denominamos de “narración clásica” – nos explica la historia como

[...] un principio, un desarrollo y un final. Este relato lleva implícito un mensaje moral, por lo general optimista, que está impregnado de una concepción de la historia que se articula en términos de progreso, incluso en el caso de que se suscriban las teorías marxistas... no importa cuál sea el tema que trate el film histórico – el esclavismo, el Holocausto o los jemereros rojos –, la conclusión es casi siempre la misma: la humanidad mejora y/o ha mejorado” (Ibid., p. 50).

333

Finalmente, este tipo de películas explica la historia mediante los avatares de individuos que son importantes porque la cámara ha decidido que así sea. Estos son gente normal – por lo general, aclaremos, no debe descartarse que también se presentan películas de héroes que forman parte del panteón nacional o que pertenecen a la historia universal –, que han realizado actos heroicos o admirables, o que han sufrido la explotación u opresión y que la solución de sus inconvenientes tiende a sustituir la de los problemas generales. Por ello, “[...] la personificación se convierte en un mecanismo para no tratar los problemas sociales, a menudo sin solución, que plantea el film” (Ibid., p. 50-51). Esto se constata en un conjunto de ideas recurrentes en los films, que han dado en llamarse *invariantes* (concepto que se desarrollará más adelante) (NIGRA, 2007).

Siguiendo lo postulado por David Carr, las representaciones narrativas de la realidad histórica pueden considerarse realistas y veraces “pues los agentes humanos habitan un mundo sociocultural que está estructurado narrativísticamente”, entonces sostiene la idea de que los historiadores no imponen una forma narrativa a los acontecimientos, sino que descubren la historia real vivida, en la que dichos elementos son constitutivos (WHITE, 2011, p. 481). Es esta última una hipótesis muy contundente – más que nada, el concepto de descubrimiento –, y por lo menos corresponde matizarla con la idea de que muchos historiadores (y en particular, divulgadores de

Historia) construyen una representación del pasado estructurada narrativísticamente, que en última instancia es una forma de acceso razonable para los no especialistas. Por ello, la narración que se encuentra en un film debe seguir pautas que permitan la articulación mental concreta de los espectadores, de la misma manera en que se forman los esquemas mentales descritos por Bordwell (BORDWELL, 1996).

Entonces, si se asume tal como explicara magistralmente Collingwood, que el positivismo construía sus historias narrativas apoyándose en el método inductivo (COLLINGWOOD, 2001, p. 199 et seq.), no es sorprendente que la narración clásica de Hollywood se sostenga también en el método inductivo. Nótese que el mecanicismo filmico permite ir presentando elementos que avanzan de lo particular a lo general, de forma tal que el guión se estructura poniendo un hecho tras otro para garantizar que la historia avance (BORDWELL, 1996). De similar manera, el positivismo toma la fórmula de la causalidad para encadenar los hechos dejando, si se quiere, el camino allanado para un guionista que maneja acéptamente el formato estructural (el de la narración filmica y el de la Historia), no tenga mucho trabajo para poner las cosas en fila.

El espectador – en particular el estadounidense – ya posee su biblioteca de esquemas, lo que va a esperar ver, apoyado en un conjunto de situaciones que se reproducen en la inmensa mayoría de las versiones históricas elaboradas a la manera clásica, que son los llamados *invariantes*: el primero es el de *la frontera*, concepto decimonónico elaborado por Frederick J. Turner en 1898 y gracias al cual los norteamericanos asumen que su sistema político se fundamenta en la lucha de los hombres y mujeres contra el medio natural y los indios, y por ello es único y completamente diferente al modelo democrático europeo. Escribió Turner que:

[...] hasta hoy, la historia norteamericana ha sido sobre todo la de la colonización del Gran Oeste. La existencia de una zona de tierras libres... explican el desenvolvimiento de la nación... Las peculiaridades de las instituciones norteamericanas radican en el hecho de que se han visto obligadas a adaptarse a los cambios de un pueblo en expansión (TURNER, 1961, p. 21).

Con esta base ideológica – que obviamente es mucho más compleja y con puntualizaciones específicas –, películas tales como *La conquista del Oeste* o *Pasaje al Noroeste*⁶ resultan formadoras de ideología, por cuanto le dice al espectador norteamericano qué es lo que tienen que pensar sobre su pasado, por un lado, como si fuera un manual de primaria; pero, por otro, dichos filmes lanzan mensajes subterráneos, en los que, por ejemplo, un simple granjero abandonó el este pedregoso y, a través y gracias a la canalización del lago Erie, se pudo mudar al oeste a iniciar una nueva vida. El hombre común, el haber nacido en una “cabaña de madera”, expresa el ideal de simpleza con el que cualquier norteamericano se enorgullece. Las películas indicadas, como muchas otras, construyen una visión específica del pasado, que se sostiene indudablemente en el desarrollo que pudo poner en palabras el estudio de Turner. Por eso este autor ha sido un referente clave en la construcción de un pasado que, es evidente, no se corresponde con mucho de lo que pasó, ya que este pasado resulta funcional a las necesidades de una clase dominante mucho más refinada y compleja que lo que se quiere transmitir como valores e ideales de lo norteamericano.

El segundo invariante es el *excepcionalismo*. Puede verse en la mayor parte de las películas que tratan sobre aspectos históricos o socio-históricos, que los norteamericanos se creen diferentes al resto del mundo occidental, gracias a lo aprendido en la dura lucha de la frontera. De esta forma entienden que “[...] los Estados Unidos son y han sido diferentes, geográfica, social, política y económicamente”, gracias a que, detrás del planteo excepcionalista se esconde “una postura eurocentrista... junto con un profundo debate político-ideológico” (POZZI, 1990, p. 20).

La doctrina del *Destino Manifiesto* ha de hallarse como fundamento de toda película histórica que muestre, siquiera mínimamente, las relaciones exteriores. Esta mirada del mundo supone que Dios ha determinado que los Estados Unidos de América son el pueblo elegido para la realización del ideal democrático y capitalista, por lo que las decisiones de su política exterior se han de justificar en una concepción religiosa. Los políticos y publicistas que argumentan a favor de esta doctrina sostienen que son tres los temas en los que se fundamentan; a) la importancia y virtud de las instituciones políticas,

sociales y económicas de los Estados Unidos de América; b) la obligación moral, por parte de los gobernantes del país, de llevar al resto del mundo la excelencia de dichas instituciones; y, c) el hecho de que fuera Dios quien impusiera esa misión, esa “carga de hombre blanco”.

La herramienta clave para llevar adelante la postura excepcionalista se encuentra en la Doctrina Monroe.⁷ En consecuencia, con esta base y vinculado al punto a), la expansión norteamericana sobre el resto del mundo establece la frontera en México o El Salvador, pero también en China o Japón. En todos los casos Estados Unidos representa la civilización y la democracia, contra la barbarie y el autoritarismo que expresan sus opositores. Películas tales como *55 días en Pekín*⁸ o *El Alamo* (en cualquiera de sus tres versiones, como se verá más adelante) son una expresión concreta de estas ideas.

Extensivamente, el hombre blanco dentro de los límites del país es un portador de democracia, contra la barbarie de los indios o la estupidez y brutalidad de los negros u orientales. Con base en estos fundamentos aparece el tercer invariante, que es *el patriotismo*. Todo norteamericano de bien ha de ser buen patriota. Para entender esto deben considerarse los principales elementos que hacen al nacionalismo norteamericano, que se construye de forma diferenciada a los nacionalismos europeos. Sin tener obligatoriamente una religión común, por cuanto las diferentes versiones de interpretación de la biblia daban la posibilidad de desarrollar miradas distintas, la referencia última al cristianismo brindaba un punto de encuentro en un Dios que, gracias a su particular vinculación con los creyentes, marcaba la importancia y diferencia del creyente del norte de América con respecto a los católicos europeos y de la América Latina, tal como claramente estableció Max Weber en su trabajo sobre la íntima vinculación entre el desarrollo del capitalismo y el protestantismo.

Asimismo, el uso del inglés como lengua referente abroquelaba los distintos orígenes políticos, económicos y sociales de los colonos, tras una percepción común del origen. Basándose en los trabajos de Kohn, Dorado indica que el “[...]] cimiento principal del nuevo nacionalismo norteamericano era una idea de libertad compartida con la madre patria” (DORADO, 2005, p. 8). El nacionalismo como ideología entronca, necesariamente, con el de la Frontera, que ha sido precedentemente expuesto.

El cuarto es la recurrencia del *conflicto entre el bien y el mal*; y ha sido un recurso discursivo de la filmografía histórica norteamericana sistemático y recurrente. Con fundamento en los valores cristianos, donde el bien puede estar claramente representado en los principios y valores de la moral cristiana, ese bien ha de encontrarse normalmente en la prosecución del interés nacional. En líneas generales, lo que hace bien a la grandeza de los Estados Unidos es *lo correcto* en la película de que se trate. Podría asegurarse con un mínimo margen de error que las películas históricas norteamericanas plantean una identidad entre el interés político coyuntural norteamericano con el bien en su lucha contra el mal. El mal, entonces, es la expresión de valores vinculados a lo que contradice o ataca los intereses que lleva adelante el gobierno de los Estados Unidos en cada etapa histórica.

Es una antinomia simplificada, gracias a la cual el personaje o los personajes centrales (norteamericanos o sus aliados), poseen virtudes humanas y éticas, mientras que los oponentes (japoneses en la década de 1940; soviéticos o comunistas en la de 1950 y hasta la caída del Muro de Berlín; los musulmanes luego), son pérfidos, traidores, sin ningún basamento moral ni ético, brutales, insensibles. Por caso, el Coronel Zaysenen *Rambo III*º o cualquiera de los somalíes que combaten a los *rangers* del Ejército norteamericano.

Este elemento es un invariante que tiene múltiples acepciones. Esto es así por cuanto la orientación de cada gobierno no necesariamente persigue los mismos objetivos que su precedente y/o su sucesor. Esto tiene su lógica si se articula con los principios rectores del Destino Manifiesto y la Frontera. La mirada imperial norteamericana no se inicia sino hasta el momento en que puede darse por cerrada la frontera, para justificar con el concepto de avance hacia el oeste, la expansión colonial-imperialista, es decir, a principios del siglo XX, junto con el desarrollo de la fantástica herramienta de divulgación llamada cine.

Finalmente, el *consenso sobre las bondades del sistema norteamericano* debe ser pensado como la consecuencia ineludible de los puntos anteriores. Y además como emergente funcional de las necesidades ideológicas de los sectores dominantes de los Estados Unidos, que a tal fin han desarrollado la fórmula historiográfica

del consenso. Esta perspectiva ha sido determinante en la década de 1950, estableciendo pautas férreas a futuro. Es una escuela historiográfica que debe ser interpretada cuando menos como la sustentadora de la *historia oficial*, dado que Estados Unidos, dicen sus abogados, “[...] al no tener un pasado feudal, nació libre y sin clases, y era intrínsecamente democrático”. Con este basamento, y en un contexto de fuerte presión interna condicionada por la Guerra Fría, el macartismo, y la consolidación de un empresariado vinculado a un Estado Federal Imperial, se aceptó la idea de que los conflictos dentro de la sociedad norteamericana existían, pero siempre con una forma funcional. En suma, “[...] los conflictos en la historia norteamericana son reales pero secundarios, y se generan por las disfuncionalidades que crea el progreso histórico y el desarrollo socio-económico”, dijo Hofstadter (POZZI; ELISALDE, 1992, p. 5-7).

Este consenso se configura y reconfigura permanentemente, en función de las necesidades imperiales y empresariales. De esta manera puede verse cómo se ha desarrollado en las décadas de 1950 y 1960 lo que Geoffrey Hodgson ha llamado la *Ideología del Consenso Liberal*. Según este autor

[...] la ideología contenía dos supuestos fundamentales: que la estructura de la sociedad norteamericana era básicamente sana, y que el comunismo era un peligro palpable para la supervivencia de los Estados Unidos y sus aliados. A partir de estas dos concepciones surgió una visión establecida del país. Esa visión defendía su posición más o menos de esta forma: el sistema económico norteamericano se ha desarrollado morigerando las injusticias y las brutalidades del capitalismo anterior, haciéndose más democrático, y ofreciendo abundancia a una porción mayor de la población. La clave tanto de la democracia como de la abundancia es la producción y el adelanto tecnológico; el crecimiento económico proporciona la oportunidad de estar a la altura de las necesidades sociales, de diluir los conflictos sociales y de hacer que los trabajadores “de cuello azul” (obreros industriales, de la construcción, textiles, etc.) se incorporen a la clase media (MALAND, 1987, p. 252).

De esta forma se vuelven menos complejos y explosivos los problemas emergentes de las desigualdades sociales, y por ello se pueden encarar programas específicos para solucionar aquellos emergentes. Sin embargo, la amenaza a este modelo armónico se encuentra en el espectro del comunismo. Entonces, el “mundo libre”, conducido por los Estados Unidos “[...] debe prepararse para una larga lucha contra el comunismo y apoyar a conciencia un sistema de defensa poderoso, ya que el poder es el único lenguaje que los comunistas pueden entender” (MALAND, 1987, p. 253). Es por ello que la mayoría de las películas generadas desde Hollywood que refieren o son producto del período se subordinan a la reproducción ideológica de los valores norteamericanos como ideales relevantes de la humanidad misma.

Estos *invariantes* son los esquemas prototipo sobre los que ha de montarse la trama de un film, porque la historia que interpretamos expresa los sucesos de la narración que organizamos en nuestra mente (BORDWELL; STAIGER; THOMPSON, 1997, p. 12).¹⁰ Cada escena en estas películas tiene un objetivo histórico y político, con un mensaje claro para cualquier espectador norteamericano. Sin embargo, también resulta importante el aparato cultural que desarrolla, porque más allá de su objetivo interno, con la capacidad económica y política de Hollywood, estas ideas son transmitidas al resto del mundo en donde el mercado fílmico tiene penetración.

Entonces, la percepción y elaboración mental que un espectador construye – particularmente el estadounidense – posee dos niveles. Uno, con base en el sistema de anticipación y formulación de hipótesis que ya trae como bagaje cultural al cine de tipo comercial y, en particular, el clásico de Hollywood, como bien indica Roman Jakobson cuando dice que “[...] en el análisis de las tendencias cinematográficas o de la estructura del filme, es muy importante la necesidad de tener en cuenta la base, los antecedentes de las costumbres del espectador. ¿Qué películas está acostumbrado a ver?” (BORDWELL; STAIGER; THOMPSON, 1997, p. 11). El otro, sobre los invariantes con los que se formó en la escuela y gracias a la memoria mediática, entendida como una mochila construida por el cine a lo largo de los años (CID JURADO, 2007). Avanzando un poco en esta idea, la memoria histórica puede poseer una doble perspectiva: por un lado, se encuentra

definida desde la construcción ideológica del pasado; por el otro, por las formas de recordarla de cada individuo. De esta manera “[...] los enfoques para abordar el argumento específico (el hecho histórico narrado) varía de acuerdo a la conformación que sufre la memoria institucionalizada y la reconfiguración del proceso historiográfico” (Ibid., p. 49), lo que permite inferir que habría una relación dialéctica entre la “memoria institucionalizada” y la “reconfiguración del proceso historiográfico”, que implicaría no solo el repreguntarse sobre los hechos, sino también la reconstrucción de las preguntas que se pueden efectuar en términos historiográficos (NIGRA, 2012).

En las películas históricas elaboradas por las *Majors* (los Grandes Estudios de Hollywood) hay un específico *sentido común*: un sentido común que se ha venido construyendo desde principios del siglo XX a partir de un aparato ideológico del estado como lo son las instituciones educativas de todos los niveles, las que en su mayoría elaboraron una específica manera de entender y re-construir el pasado, que puede sintetizarse como la historia oficial. Entonces, puede concluirse que lo que ha dado en llamarse la “historia oficial” es una construcción que, de repetida y recirculada, constituye un mecanismo aceptado de forma consensual acerca de la propia Historia. Es lo que se puede decir del pasado, y por ello ha de ser entendida como un *discurso social*.

Los discursos sociales circulan bajo condiciones determinadas y también producen efectos bajo condiciones determinadas, y por ello, no puede ser analizado en sí mismo de forma autónoma al contexto de producción en el que surge. Es por estas condiciones que un film sobre un hecho histórico puede rehacerse más de una vez, en parte por ser producto de su época tal como se encarga de repetir Marc Ferro (1995), en parte por la necesidad intertextual que destaca Cid Jurado, que de alguna forma permite hacer aparecer los ecos de la época de filmación, pero también de todas las filmaciones anteriores de esa historia.

Esta construcción social de lo real como producción de sentido se compone de sistemas genéricos, repertorios tópicos, y reglas de encadenamiento de enunciados que en una sociedad organizan lo decible, y aseguran lo que Angenot ha dado en llamar la división del trabajo discursivo (ANGENOT, 2010, p. 21). Para ello este autor

entiende como lógico tomar la producción social de sentido y la representación social del mundo, a fin de observar todo lo que se dice y escribe en un estado de sociedad, lo que se imprime, habla o representa en los medios. De esta forma, sostiene, puede verse lo que es *decible* y lo que no en una sociedad determinada. Los discursos sociales son hechos sociales y también hechos históricos, ya que estos discursos tienen eficacia social, y van más allá de las individualidades para ser expresión conceptual del conjunto en el que se inscriben. Por ello, sostiene Angenot que “[...] lo que se enuncia en la vida social acusa estrategias por las que el enunciado ‘reconoce’ su posicionamiento en la economía discursiva y opera según este reconocimiento, el discurso social, como unidad global, es la resultante de esas estrategias múltiples, aunque no aleatorias” (Ibid., p. 25). ¿No es así en los films históricos que narran hechos heroicos del pasado de la patria?

III

Trabajaremos algunos ejemplos para analizar los temas aquí desarrollados. Uno es la película *El Patriota*, del año 2000.¹¹ En primer lugar, porque es un film que, al decir de Natalie Davis, es de ambientación histórica en que el argumento y personajes son ficticios, pero su marco histórico es intrínseco a la acción y su significado (ROSENSTONE, 1997, p. 47).

El trasfondo de *El Patriota* es la guerra de independencia de las Colonias del norte de América. El título del film es claramente indicativo en varios niveles: el de los invariantes (patriotismo, lucha del bien contra el mal, etc.); la independencia como lucha fundacional y constitutiva del ciudadano estadounidense, como la vuelta a las raíces de la patria; la necesidad de hacer un acto de entrega por el supremo valor que es la propia tierra y la propia familia. Para decirlo de otra forma, todos los prototipos, los esquemas mentales que el espectador espera recibir con ese título han de hallarse a lo largo de la película. Es que lo que se cuenta posee con precisión todos los tópicos necesarios para una película histórico-comercial de éxito: la familia, el amor, el heroísmo, el patriotismo.

La historia se ubica inicialmente en 1776 en Carolina del Sur. El personaje principal se llama Benjamin Martin, que según el autor del guión Robert Rodart, es una “amalgama” libre de varios personajes reales que tuvieron una actuación destacada durante la guerra de independencia (Thomas Sumter, Andrew Pickens, Daniel Morgan, Elijah Dark y Francis Marion), que le proveen al personaje de Martin piezas sustanciales de su carácter.¹² Este personaje fue, en la historia de la película, un héroe de las guerras Franco-Indias en la época colonial, muy conocido no solamente por sus destacados actos guerreros sino también por la brutal crueldad con la que trató a los vencidos (y que a lo largo de la película es recordado tanto por sus adversarios como por algunos de sus aliados). Ese pasado oscuro lo llevó a pretender una pacífica, apacible y familiar vida de plantación – no debe olvidarse que Carolina del Sur era una zona esclavista –, por lo que al inicio del conflicto con Gran Bretaña se muestra contrario a la participación en la guerra. Esto no es contradictorio, ya que los sureños tenían una relación económica privilegiada con Gran Bretaña, exportando tabaco, añil, arroz y luego algodón. Entonces, que un plantador sureño esté en contra de la guerra es consistente con el personaje.

Debe destacarse que la película es una sumatoria de hechos conectados entre sí por el personaje principal y su confrontación con la representación de la opresión y brutalidad británica, pero en su conjunto es la descripción de varios eventos, que han sido contruidos ideológicamente por la historiografía dominante u oficial (asumiendo la idea de que el evento es el hecho bajo descripción). La barbarie y el autoritarismo británicos son la pieza clave por la que el personaje principal cambia su perspectiva; de alguna forma podría decirse que el asesinato de su hijo produce un momento de revelación en Benjamin Martin, ya que gracias a ello puede ver lo que le decían los otros revolucionarios que se habían levantado contra la corona. Es decir, puede pensarse que en el conjunto de hechos mostrados en la filmación se encuentran pocos eventos: la revelación revolucionaria contra la salvaje tiranía; el amor por la familia que es también el amor a la propia tierra, o la patria. La lucha contra la corona explica eventos de los diferentes personajes que hicieron al padre fundador (que nunca existió de verdad) Martin, sus

sufrimientos, dolores y pesares junto a sus éxitos, pequeños, pero que en la sumatoria conducían a la libertad, como un principio de condensación (en los términos previamente explicados de Rosenstone). Tal vez se propuso en el film la creación de personajes que no adquirieron la relevancia de los Washington, Franklin o Adams, pero que juntos en su objetivo contribuyeron a la construcción de la victoria.

Aquí cabe resaltar que el conjunto de pequeños hechos militares o no, que se muestran en la película, tienen una lógica positivista *hollywoodeana*, ya que como se destacó más arriba en palabras de Rosenstone, mientras que el decorado, los objetos y las vestimentas sean históricas, tenemos lo que Barthes llamó el efecto de realidad. En pocas palabras, Barthes sostiene que en la literatura realista la acumulación de detalles en la descripción no cumple más que un papel de notación sin una función específica para el relato, más que agregar una información inevitable y sin profundo significado (BARTHES, 1970, p. 95). Entonces, si los detalles denotan directamente lo real, dice, no hacen otra cosa que significarlo, y por ello “[...] la carencia misma de lo significado en provecho solo del referente llega a ser el significado mismo del realismo” (Ibid., p. 100). El positivismo en su formulación tradicional es la descripción de hechos – en algunos casos, que de minúsculos terminan siendo insignificantes en términos históricos –, con lógica causal, inductiva. La película encadena hechos – aún a costa de dar enormes saltos temporales – con lógica de causa-efecto (y aquí corresponde recordar lo sostenido por Bordwell sobre el guión y su necesidad causal), hasta la conclusión final de gloria revolucionaria. Puede decirse que con lógica positivista darwiniana, la humanidad mejora en un salto en calidad hacia la libertad y la democracia (norteamericana, claro está).

En términos de la narración clásica de Hollywood tenemos todos los elementos sustanciales de dicha estructura: un personaje central que es Benjamin Martin presentado en su hecho inalterado de pacífico plantador esclavista sureño (por supuesto, amado por sus esclavos que luchan por él y hasta le reconstruyen su casa sin que lo haya pedido); la alteración de la situación inicial, cuando Tavington asesina a su pequeño hijo; las vicisitudes que hacen a la historia, con algunos éxitos y algunos fracasos, hasta la resolución final. En paralelo, dos historias de amor: la del hijo mayor de Martin con

una joven de un poblado cercano, que es asesinada por Tavington junto a todo el poblado encerrados en la iglesia que es quemada; y a la vez la de Martin con la hermana de su esposa muerta, que alcanza un final feliz, y de alguna forma se cierra el círculo familiar con un mecanismo que en esa época estaba más que bien visto.

En lo que hace a la estructura técnica de filmación, *El Patriota* no incorpora ninguna técnica o fórmula que no hubiera sido ya probada (no es *Matrix*, desde ya), por lo que se mantiene el *décou-page* clásico en el armado; los actores y los escenarios son de lo más representativos de los lugares y las vestimentas que el espectador puede ver, aunque no debe olvidarse que tanto estas vestimentas como el inglés hablado utilizado se apoyan en la idea de *facilitar* al espectador su introducción en la trama.¹³ La historia contada es bastante simple, repleta de convencionalismos y patrones que disparan los conocimientos prototipo que lleva en su mente el espectador para la construcción de la historia. Finalmente, debe notarse cómo funciona el principio de causalidad, porque en el montaje planteado, en lo que hace a las historias paralelas (las de amor, y las de guerra), un acto concreto se encadena con el siguiente para evolucionar una tras otra hacia la resolución final de cada una de ellas (la del amor heterosexual, la de las batallas).

Otro ejemplo concreto de las ideas expuestas, puede encontrarse en *The Green Berets*, de John Wayne. Tal como sostiene Dadamo, este film “[...] dadas sus características [...] y el lenguaje al que alude para la transmisión de su mensaje, responde básicamente a la ‘fórmula’ del *western* norteamericano que a su vez se encuentra profundamente arraigado en *universo social* del pueblo estadounidense, tanto como elemento de representación simbólica como componente activamente constitutivo de éste.” (DADAMO, 2010, p. 136-137). Básicamente este tipo de films elaboran relatos sobre “la epopeya sobre el nacimiento de América y la conquista del mítico Oeste” (ROMAGUERA I RAMIÓ, 1999, p. 53), apoyados fundamentalmente en el concepto de frontera antes desarrollado. Según el enorme texto editado por Peter Rollins (ROLLINS, 2003), los westerns se caracterizan por mostrar hombres valientes y masculinos que encarnan los valores de la justicia y la libertad en medio de ambientes hostiles para la concreción de una civilización superadora del salvajismo que los rodea.

Por lo general, el personaje central de este tipo de películas es un sujeto adámico, un individuo (tanto física como moralmente) de frontera en todo sentido, es el *self-mademan* norteamericano por excelencia: “está más allá de ese Bien que él sostiene contra el Mal, o tal vez fuera de estas nociones; pertenece a una época sin legislación, a un mundo natural en el que sólo es auténticamente ‘malo’ aquel que ha sido corrompido por los falsos valores de la sociedad” (ASTRE; HOARAU, 1997, p. 100); o se encuentra por fuera de dicha sociedad, siendo su principal exponente la figura del “el piel roja sediento de sangre”. Este enemigo acecha en el ambiente hostil del que él mismo forma parte (el indio es un obstáculo para la conquista de la “tierra prometida”). Sus ataques traicioneros tienen como objetivo tomar desprevenidamente al grupo humano civilizado. Dispuestos a todo y siempre amenazantes son capaces de atacar de noche, dejando un rosario de sus atrocidades que van desde la destrucción material hasta el asesinato de víctimas indefensas. A su vez, vale destacar que las bajas de uno y otro bando la pantalla no se representan de la misma forma. Cuando uno de los “buenos” es asesinado, este acontecimiento adquiere una relevancia de tinte dramático, con detallados primeros planos, o se refuerza con una música acorde a la situación, mientras que los salvajes caen de a montones bajo el fuego justiciero que les propicia una muerte merecidamente anónima y masiva.

*The Green Berets*¹⁴ contiene muchos de estos elementos, con la diferencia del color de la piel del enemigo. El gobierno norteamericano tan tempranamente como 1966 necesitaba apoyo, y por ello vió con agrado colaborar con un film que mostrara lo bueno que se estaba haciendo en Vietnam. Entonces, como sostiene Dadamo:

[...] la clave reside en que los componentes característicos del *western* son compartidos y explotados con claros objetivos propagandísticos, en un film donde se dispara un discurso claro y sin tapujos mientras se tergiversan u omiten sucesos o información sobre la guerra que para 1968 eran ya a todas luces conocidos y repudiados por el público norteamericano (DADAMO, 2010, p. 138).

La historia de la película establece dos grandes momentos. En el primero, muestra al grupo de boinas verdes comandados por el legendario Coronel Mike Kirby (John Wayne), que deberá brindar apoyo a una base de tropas norteamericanas y vietnamitas aliadas, para luego dar asistencia a una aldea bajo amenaza del VietCong. En el segundo, es un pequeño pelotón comandado nuevamente por Kirby, para llevar adelante una misión secreta, con el objetivo de atrapar al peligroso General Ti, quien tiene bajo su mando las todas las fuerzas guerrilleras del sur de Vietnam.

La estructura y lenguaje de la película responden claramente al modelo de *western* estadounidense, del cual John Wayne resultó ser un actor emblemático. A esto debe añadirse la utilización del *starsystem* hollywoodense (detallado por Bordwell), que adquiere relevancia en el protagonista principal, pues si bien este es presentado como el modelo del *americanfightingman* – una especie de noble caballero moderno que se sacrifica en lucha en pos del progreso, la libertad y los derechos individuales frente a adversarios totalitarios (DOYLE, 2003, p. 567-571) –, sus actitudes y su forma de desplazarse ante las adversidades no dejan de ser las del clásico hombre de frontera que tantas veces había interpretado (DADAMO, 2010, p. 140). Lo que puede observarse en el film (más allá de ciertas inconsistencias al estilo de que los extras y actores enemigos son japoneses y no vietnamitas; o que el trasfondo supuestamente selvático muestra en verdad bosques de pinos) es que el vaquero/soldado se traslada de una frontera semidesértica a una frontera selvática, y “de hecho, la defensa del campamento asignado a los soldados de Estados Unidos tiene una disposición similar a la de un fortín con torres vigías en medio de un claro en lugar de estar camuflada entre la maleza” (Ibid., loc. cit.). Todo refiere más al concepto-patrón, modélico, instalado en la cabeza de los espectadores de la frontera, para que se asuma como natural lo antinatural (retomando así el discurso de naturaleza fílmica del modelo clásico).

Por otro lado, la doctrina del Destino Manifiesto queda por demás expuesta cuando el Coronel Kirby reflexiona sobre la matanza que imparte y la culpa con la que debe cargar, explicando que él solo cumple con “su deber” con la gracia de Dios aunque esta misión le disguste. Como sintetiza Dadamo:

Los integrantes del VietCong son inhumanos, despiadados y traicioneros. Asaltan por sorpresa, preferentemente de noche y son capaces de todo: tan abominables que matan a mujeres, niños, ancianos que se niegan a colaborar con ellos. Matan por el mero goce que les produce hacerlo y en sus embestidas parece no haber el mínimo respeto o consideración por la vida propia o de sus víctimas. Nuevamente aquí se comprueban los elementos comunes al *western* clásico: el ataque furtivo y la figura del huérfano inocente que sufre las atrocidades de la contienda en carne propia. También en cuanto a las escenas bélicas y de acción que muestra la película se encuentran paralelismos al representar la muerte y sus diferencias inherentes en ambos bandos. La vida como su final valen más, y copan más minutos de emotividad, en el lado norteamericano que en el vietnamita (DADAMO, 2010, p. 142).

La escena final, con el niño apadrinado por un soldado norteamericano que es muerto en combate, y la frase de John Wayne resume el buscado sentido de carga del hombre blanco asumida por este país. Mientras caminan hacia bello atardecer, en forma paternal el cowboy en el sudeste asiático tranquiliza al pequeño cuando este interroga sobre su futuro: “Tu déjame a mi preocuparme por eso, Boina Verde. Por ti es por lo que es todo esto.”

Para finalizar con los ejemplos, puede citarse *The Alamo*¹⁵, también dirigida y estelarizada por John Wayne. Los sucesos del Álamo además de formar parte de la memoria nacional como fundacional de la esencia norteamericana, son elementos de una tradición cinematográfica a través de la cual sus hechos se convierten en leyenda. De esta forma, los que lucharon en esa batalla se convierten en héroes y su mensaje se propaga de generación en generación, conformando un universo cinematográfico que se transmite y resignifica constantemente hasta hoy en día. Hay frases como “Recuerden el Álamo”, pronunciada por Houston momentos antes de ir a la batalla de San Jacinto, que han quedado grabadas en la historia cinematográfica (PICCINELLI, 2010, p. 70). Esta autora realiza una excelente síntesis de la problemática del film:

La batalla de El Álamo se establece en la pantalla como un símbolo en donde se expresan casi lineal y proverbialmente los elementos constitutivos de la nacionalidad norteamericana. Ella es esencialmente el emblema de la libertad frente al autoritarismo de los mexicanos, es también sinónimo de la individualidad y la libre empresa frente a las tradiciones atrasadas y corruptas de los españoles. A su vez, al desarrollarse en una zona fronteriza, reproduce en general las características de la tesis turneriana de la frontera. Los hombres anglo-texanos frente a la necesidad de defenderse de la opresión española-mexicana, ante la hostilidad de otro que no permite la prosperidad natural – lógica, predestinada – de su vida establecen estrategias de defensa y de lucha por el suelo que consideran suyo. Estas instituciones se revelan esencialmente democráticas, una democracia estadounidense libre de cualquier condicionamiento previo y que nace ante la necesidad de defender lo que se considera propio. La frontera también contribuye a moldear el carácter de los hombres, que si bien responden a distintas facciones y poseen orígenes diversos, a lo largo de la lucha van encontrando un elemento común que los une: la necesidad de ser libres (PICCINELLI, 2010, p. 70-71).

Es más, resulta sintomático que la incorporación de Texas a la Unión, hecho evidentemente planeado cuando se declaró la insurrección contra México, expresa más un hecho ideológico que el que los autores de la revolución contra Santa Anna prefieren reconocer. Como Estados Unidos es la tierra de la libertad, y México el modelo de la tradicional opresión española, el destino de Texas evidentemente estaba en el norte.

En esta película se instala la idea de que esa batalla representan por antonomasia los elementos constitutivos de la nacionalidad norteamericana: el emblema de la libertad contra el autoritarismo, la individualidad y la libre empresa contra los corporativos, brutales y atrasados españoles. Encima la lucha está en la frontera (de México, pero no obsta que sea entendida en sentido general turneriano). Entonces, “[...] la idea del *farmer*-soldado va cobrando importancia durante el desarrollo de la guerra contra los españoles-mexicanos. Se forman asambleas consultivas de los miembros de los distintos

pueblos anglo-texanos y ejércitos *ad hoc* para defender el avance de los mexicanos” (PICCINELLI, 2010, p. 71). Estas prácticas no hacen más que reafirmar el modelo institucional planteado por Frederick Turner, ya que además permite moldear el carácter de los hombres que en la lucha encuentran el común denominador que los vincula: la libertad.

Conclusión

Las películas de carácter histórico, surgidas de la gran industria hollywoodense, expresan un conjunto de ideas que cumplen varias funciones. En particular desarrollan un juego de “perro que se muerde la cola”, por cuanto refuerzan ideas de tipo hegemónicas y a la vez ayudan al éxito comercial, por ser hegemónicas y encontrarse en el sentido común de los espectadores. Se entiende aquí el concepto de *hegemonía* tal como indica Portantiero, esto es, una categoría organizacional que se sostiene en el desarrollo de ciertas instituciones, y es una práctica de la lucha ideológica y cultural (PORTANTIERO, 1981, p. 150).

En pocas palabras, el concepto refiere a un proceso gracias al cual una clase social se produce como sujeto histórico, con la capacidad – real o supuesta – de convencer al pueblo o la nación (o sea, las restantes clases sociales como un todo) de que es la conductora del proceso socioeconómico y político. En estas condiciones, dicha clase o fracción de clase elabora un conjunto de herramientas de consenso, a fin de convencer a las otras fracciones de clase, junto a aquellas clases subordinadas, de que los intereses de la dominante son los intereses generales de dicha sociedad. Este último desarrollo es entendido por el autor (quien explicita la oscura escritura de Gramsci) como “acción hegemónica”. La acción hegemónica no es solamente una visión ideológica (WILLIAMS, 2000, p. 130-131), por cuanto lo que se busca a través de la acción hegemónica es lograr que grupos que tienen intereses contradictorios a los de los que desarrollan dicha acción, reduzcan la tensión de su propia ideología, para asumir como propios aspectos sustanciales de la ideología dominante. En la acción hegemónica se construyen selectivamente pasados para lograr imaginarios sociales funcionales a la dominación de la fracción de clase dominante. Tal como lo indica Gruppi:

la hegemonía es esto: capacidad de unificar a través la ideología y de mantener unido un bloque social que, sin embargo, no es homogéneo, sino marcado por propuestas contradictorias de clase. Una clase es hegemónica, dirigente y dominante, mientras con su acción política, ideológica y cultural, logra mantener junto a sí a un grupo de fuerzas heterogéneas, e impide que la contradicción existente entre estas fuerzas estalle, produciendo una crisis en la ideología dominante y conduciendo a su rechazo, el que coincide con la crisis política de la fuerza que está en el poder (GRUPPI, 1978, p. 95).

La utilización de un pasado consensual a través de un medio masivo de comunicación como lo es el cine, gracias a la aplicación de principios sustanciales de la historia oficial actuando en conjunto con grandes capitales, da como resultado no solamente una gran posibilidad de éxito comercial sino también de ratificación de los principios ideológicos funcionales a la clase dominante. A tal fin se desarrollaron técnicas de narración histórica y filmica probadamente eficaces (el sistema clásico), los que se apoyan en ideas que refuerzan ideas dominantes. En suma, para decirlo en pocas palabras, el cine histórico de Hollywood como acción hegemónica.

O CINEMA HISTÓRICO DE HOLLYWOOD COMO AÇÃO HEGEMÔNICA

Resumo: Este artigo se insere em um trabalho maior que analisa as particularidades da narrativa filmica de filmes históricos produzidos pelos grandes estúdios de Hollywood. Para tanto, são inicialmente discutidas linhas teóricas, como as de Ferro e de Rosenstone, para definir uma abordagem própria. A seguir, trata-se da fórmula historiográfica e filmica que caracteriza tais filmes, e são apresentados exemplos. Na conclusão, pretende-se demonstrar que a grande maioria dessas produções tem seu fundamento em questões culturais e ideológicas que não só garantem sucesso comercial como também reforçam princípios ideológicos da classe dominante.

Palavras-chave: Estados Unidos. Cinema Histórico. Hegemonia.

Notas

¹ *Braveheart* (Corazón Valiente), 1995, con la dirección de Mel Gibson y guión de Randall Wallace.

² *La noche de los lápices* (1986), con la dirección de Héctor Olivera y guión de Daniel Kon.

³ *Howthwestwas won* (La conquista del oeste), 1962, con la dirección de varios directores, como John Ford, Henry Hathaway, George Marshall y Richard Thorpe; guión de John Gay y James R. Webb; con la actuación de Carroll Baker, Lee J. Cobb, Henry Fonda, Karl Malden, John Wayne, Gregory Peck, George Peppard, James Stewart, Richard Widmark, entre muchos otros. El texto original se basó en una serie de notas efectuadas por la Revista *Life*.

⁴ En la entrevista realizada por Mario Ranalletti a Robert Rosenstone, éste afirmó: “Pero Ferro no hace lo que yo hago: examinar la validez de los filmes como una escritura de la historia, en relación al modo en que los historiadores han escrito historia. Para Ferro, las películas sólo parecen reflejar el pasado. Esto es verdad, pero los filmes pueden ser una manera de hablar acerca del significado del pasado, también.” En *Entrepasados*, año 8, n. 15, p. 14, 1998.

⁵ Al producirse en las postrimerías del siglo XX la ruptura de los “grandes relatos de legitimación” (liberalismo, marxismo, pero también cualquier otro que englobara descripciones totalizadoras de procesos o problemas).

⁶ *Northwestpassage* (Pasaje al noroeste), 1940, dirigida por King Vidor; con la actuación de Spencer Tracy, Robert Young y Walter Brennan entre otros.

⁷ La Doctrina Monroe, elaborada por el mismo presidente Monroe “[...] fue declarada en el último mensaje presidencial al Congreso, en diciembre de 1823. Afirmó que los continentes americanos ya no estaban abiertos a la colonización por potencias europeas y formuló una advertencia contra cualquier intervención europea en las nuevas naciones revolucionarias de América latina y contra la extensión de sistemas políticos europeos en las Américas. Expresión de un nacionalismo que tenía confianza en sí mismo, la declaración unilateral de Monroe reconoció la existencia de esferas de influencia y, por inferencia, reivindicó una de ellas en América latina para los Estados Unidos”. En SELLIERS; MAY; MCMILLAN. *Sinópsis de la historia de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Fraterna, 1988. p. 181. También puede consultarse MOYANO PAHISSA; VELASCO MARQUEZ. *EUA. Documentos de su Historia Política I*. Mexico: Instituto Mora, 1988. p. 387-397.

⁸ *55 Days at Peking* (55 días en Pekín), 1963, con la dirección de Nicholas Ray, y protagonizada por Charlton Heston, Ava Gardner y David Niven entre otros.

⁹ *Rambo III*, 1988, dirigida por Peter McDonald y protagonizada por Sylvester Stallone y Richard Crenna principalmente.

¹⁰ Como lo discrimina Bordwell: “Los formalistas rusos distinguían entre *fábula* (‘historia’) y *syuzhet* (‘trama’), y a lo largo de este libro utilizaremos la distinción entre historia y trama en un sentido similar al de los formalistas. ‘Historia’ hará referencia a los sucesos de la narración en sus supuestas relaciones espaciales, temporales y causales. ‘Trama’ hará referencia a la totalidad de los materiales formales y estilísticos de la película. De este modo, la trama incluye todos los sistemas de tiempo, espacio y causalidad que, de hecho, se manifiestan en la película, desde la estructura de un flashback y el punto de vista subjetivo a los más pequeños detalles de la iluminación, el montaje y los movimientos de cámara. La trama es, en efecto, la película que tenemos ante nosotros. La historia es, por tanto, nuestra construcción mental, una estructura de inferencias que hacemos según aspectos seleccionados por la trama.”

¹¹ *The Patriot* (El patriota), 2000, dirigida por Roland Emmerich, y protagonizada por Mel Gibson, Heath Ledger y Joely Richardson, entre otros.

¹² Tomado de <<http://cinema.com/articles/204/patriot-the-production-notes.phtml>>, en 16/02/2014.

¹³ Facilitador es un concepto que se desarrolla en el capítulo “Trasposición y cine histórico”, en NIGRA, F. *Historias de Cine*. Valencia: PUV, 2013. p. 126. En pocas palabras, el concepto de facilitador intenta justificar los anacronismos diversos que aparecen en las películas históricas, como el uso del idioma moderno y no el que se utilizaba en la época de la película; o la ropa que no es una copia exacta de la utilizada, sino que tiene toques más moderno y accesibles a la vista y/o comprensión del espectador.

¹⁴ *The Green Berets* (Los Boinas Verdes), 1968, dirigida por Ray Kellogg y John Wayne, y protagonizada por el mismo Wayne, junto a David Janssen, Jim Hutton y otros.

¹⁵ *The Alamo* (El Álamo), 1960, dirigida por John Wayne, quien también la protagoniza, junto a Richard Widmark, Laurence Harvey y otros.

Referencias

- ANGENOT, M. *El discurso social: los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- ASTRE, G.A.; HOARAU, A. P. *El universo del Western*. España: Editorial Fundamentos, 1997.
- AUGROS, J. *El dinero de Hollywood: financiación, producción, distribución y nuevos mercados*. Barcelona: Paidós, 2000.
- AUMONT, J.; BERGALA, A.; MARIE, M.; VERNET, M. *Estética del cine: Espacio filmico, montaje, narración, lenguaje*. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- BARTHES, R. El efecto de realidad, en AAVV, *Lo verosímil*, Buenos Aires: Ed. Tiempo Contemporáneo, 1970, p. 95. Se ha reproducido en BARTHES, R. *El susurro del lenguaje*. Barcelona: Ed. Paidós, 1987.
- BORDWELL, D. El estilo clásico de Hollywood, 1917-1960. En: BORDWELL, D.; STAIGER, J.; THOMPSON, K. *El cine clásico de Hollywood: estilo cinematográfico y modo de producción hasta 1960*. Barcelona: Paidós, 1997.
- BORDWELL, D. *La narración en el cine de ficción*. Barcelona: Paidós, 1996.
- CID JURADO, A.T. El desembarco de Normandía y el imaginario cinematográfico: del hecho filmico a la reconstrucción del hecho histórico. *Semióticas del Cine*, Maracaibo, n. 5, 2007.
- COLLINGWODD, R. *Idea de la Historia*. México: FCE, 2001.
- DADAMO, F. Vietnam: La nueva “frontera” de John Wayne. En: NIGRA, F (Coord.). *Hollywood, ideología y consenso en la historia de Estados Unidos*. Ituzaingó: Maipue, 2010.
- DORADO, A. Los fundamentos del nacionalismo norteamericano: la construcción de una nación. Ponencia presentada en: LAS XMAS. JORNADAS INTERESCUELAS-DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 20-23 de septiembre de 2005.
- DOYL, R. C. The American fighting Man. En: ROLLINS, P. (Ed.). *The Columbia companion to American history on film: how the movies have portrayed the American past*. New York: Columbia University Press, 2003.
- FERRO, M. *Historia Contemporánea y Cine*. Barcelona: Ariel, 1995.

GONZALEZ PASCUAL, A. *Ideología en el cine estadounidense (1990-2003)*. Madrid: Fundamentos, 2010.

GRUPPI, L. *El concepto de hegemonía en Gramsci*. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.

MALAND, CH. Doctor Strangelove: Comedia de pesadilla e ideología del consenso liberal. En: ROLLINS, P (comp.). *Hollywood: El cine como fuente histórica: La cinematografía en el contexto social, político y cultural*. Buenos Aires: Fraterna, 1987.

MILLER, T. *El nuevo Hollywood*. Barcelona: Paidós, 2005.

MONTERDE, J. E. *Cine, historia y enseñanza*, Barcelona: Laia, 1986.

MOYANO PAHISSA, A.; VELASCO MARQUEZ, J. *EUA: Documentos de su Historia Política I*. México: Instituto Mora, 1988.

NIGRA, F (Comp.). *El discurso histórico en el cine de Hollywood*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014.

_____. *Historias de Cine: Hollywood y Estados Unidos*. Valencia: PUV, 2013.

_____. *Hollywood y la historia de Estados Unidos: la fórmula estadounidense para contar su pasado*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.

_____. (Coord.). *Hollywood, ideología y consenso en la historia de Estados Unidos*. Ituzaingó: Maipue, 2010.

_____. Notas sobre la memoria mediática y discurso social en el cine histórico de Hollywood. Ponencia presentada en: III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESTUDIOS DE CINE Y AUDIO-VISUAL (AsAECA-Eje 4 Mesa 4A), Córdoba, mayo de 2012.

_____. Sobre la historia norteamericana, versión Hollywood: algunas hipótesis de trabajo. *Siembra*, Chapingo, año 3, n. 7, mayo/agosto de 2007.

PICCINELLI, M. La historia que nos cuenta el cine: El Álamo y la reedición de la doctrina del Destino Manifiesto en el siglo XXI. En: NIGRA, F (Coord.). *Hollywood, ideología y consenso en la historia de Estados Unidos*. Ituzaingó: Maipue, 2010.

PORTANTIERO, J.C. *Los usos de Gramsci*. México: Folios, 1981.

POZZI, P.; ELISALDE, R. Conflicto y consenso en la historiografía norteamericana: una historia politizada. En: POZZI, P. et al. *Un pasado imperfecto: Historia de Estados Unidos*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 1992.

_____. Excepcionalismo y Clase Obrera en los Estados Unidos. En: POZZI, P. et al. *De Washington a Reagan: Trabajadores y Conciencia de Clase en los Estados Unidos*. Buenos Aires: Cántaro, 1990.

ROBB, D. *Operación Hollywood: La censura del Pentágono*. Barcelona: Océano, 2006.

ROLLINS, P (Ed.) *The Columbia companion to American history on film: How the movies have portrayed the American past*. New York: Columbia University Press, 2003.

ROMAGUERA I RAMIÓ, J. *El lenguaje cinematográfico: gramática, géneros, estilos y materiales*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1999.

ROSENSTONE, R. *El pasado en imágenes: el desafío del cine a nuestra idea de la Historia*. Barcelona: Ariel, 1997.

SANCHEZ RUIZ, E. E. *Hollywood y su hegemonía planetaria: una aproximación histórico-estructural*. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 2003. La Colección de Babel, n. 28.

SELLIERS, Ch.; MAY, H.; MCMILLAN, N. *Sinópsis de la historia de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Fraterna, 1988.

TURNER, F. J. *La frontera en la historia americana*. Madrid: Editorial Castilla, 1961.

VERON, E. *La semiosis social: Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Buenos Aires: Gedisa, 1998.

WHITE, H. *Metahistoria: La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: FCE, 1992. Primera edición en inglés de 1973.

_____. Narrativa histórica y narrativa ideológica. En: _____. *La ficción de la narrativa: ensayos sobre historia, literatura y teoría, 1957-2007*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.

WILLIAMS, R. *Marxismo y Literatura*. Buenos Aires: Península, 2000.

XAVIER, I. *El discurso cinematográfico: la opacidad y la transparencia*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

Recebido em: 25/11/2014
Aprovado em: 05/03/2015

Pedagogia do trabalho braçal e coletivo no porto de Porto Alegre (1961-1989)

Jairo Luis Fleck Falcão*

Resumo: Neste artigo, analisam-se alguns elementos das formas de organização do trabalho dos trabalhadores do porto de Porto Alegre, nos anos 60, 70 e 80 do século XX, focando as maneiras costumeiras como se dava o seu processo de ensino-aprendizagem, no fazer do trabalho, nas relações e inter-relações, no dia a dia. Ação de sujeitos na construção de sua história, que se denomina de *Pedagogia do trabalho braçal e coletivo*. As principais fontes empregadas são as narrativas produzidas por meio da interação entre entrevistado e entrevistador pelo registro da História Oral, fruto da experiência da coletividade dos trabalhadores do porto. Mesmo se tratando do registro de lembranças individuais, elas também representam sempre a coletividade na qual o narrador está inserido. Percebe-se, por essas narrativas, cotejadas com outras fontes, que os trabalhadores tinham uma forma peculiar de passar os conhecimentos para as futuras gerações, cuja base está na priorização dos elementos práticos, cotidianos e costumeiros. Essas construções foram fundamentais na constituição da experiência do trabalho e reforçaram a configuração das lutas dos trabalhadores do porto de Porto Alegre, representados pelos seus Sindicatos e Federações.

Palavras-chave: Trabalhadores Avulsos. Trabalho Braçal. Trabalho Coletivo. Ensino-Aprendizagem.

* Doutor em História e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: jairofalcão@unemat.br

Introdução

Neste texto, discutem-se as ações de sujeitos no fazer de sua história, as formas de organização do trabalho pelos trabalhadores do porto de Porto Alegre, nos anos 60, 70 e 80 do século XX, principalmente as maneiras costumeiras de inserção no trabalho, no fazer e no *saber fazer*, isto é, como se dava o ensino-aprendizagem dos trabalhadores, o que se denomina de *pedagogia do trabalho braçal e coletivo*.

As principais fontes utilizadas são as narrativas, produzidas por meio da interação entre entrevistado e entrevistador, pelo registro da História Oral, fruto da experiência da coletividade dos trabalhadores do porto, pois, mesmo sendo registro de lembranças individuais, sempre representam a coletividade na qual está inserido o narrador.

O *Corpus Documental* deste texto é composto por seis entrevistas realizadas pelo autor, por meio da Metodologia da História Oral.¹ Conforme Camargo e Nunes (1977); Penna (2005); Constantino (2004, 2006) e Alberti (2010), considera-se a História Oral uma metodologia em que a principal fonte utilizada é a oral. Produzida pela interação entre entrevistador e entrevistado e previamente preparada por meio de um projeto de pesquisa e de um roteiro de entrevista, gravada seguindo técnicas de uso do gravador e de interação entre sujeitos, na qual o entrevistador procura tematizar aspectos realçadores da memória. A entrevista é transcrita conforme as palavras do entrevistado e depois é corrigida a ortografia, mantendo a essência das narrativas. Conforme Alberti (2010, p. 181) “[...] ajustar o texto às normas estabelecidas pelo projeto (maiúsculas e minúsculas, numerais, sinais como aspas, asteriscos etc.) e adequar a linguagem escrita ao discurso oral (esforço no qual a pontuação desempenha papel fundamental)”.

Conforme Alberti (2004), cada entrevista é fruto da interação do entrevistado com o entrevistador e, por isso, tem uma especificidade: é o registro de um momento. A partir da provocação que faz o entrevistador, o entrevistado tem que dar conta de transformar lembranças, experiências, vivências e episódios em linguagem. A entrevista transforma-se em um documento; por isso, no depoimento,

alguns elementos se cristalizam, participam da disputa da memória: “[...] emergência de sentido, ou produção versus interpretação de sentido”, em que o entrevistado produz um novo sentido para um velho “dito popular”, em que busca recursos para explicitar sua narrativa. A entrevista encerra histórias, em que se condensam, esteticamente, acontecimentos e sentidos; boas histórias não devem ser traduzidas por uma “moral”, o significado está cristalizado na narrativa e, por isso, essas narrativas são citáveis. As entrevistas, que são produções de linguagem, estão crivadas de lembranças que caracterizam a memória individual e coletiva.

Para o historiador, a memória é suporte, pois se constitui em uma forma de conservar informações, “[...] reenviando-as, em um primeiro lugar, para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1984, p. 11). Sendo assim, a concordar com Rousso (1996, p. 94), “[...] a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. Quando se estuda a memória de um indivíduo, atribui-se a ele o peso de carregar a memória de um grupo, pois, como já falava Halbwachs (1990), ainda que seja uma produção individual do sujeito, a memória de cada indivíduo, ao mesmo tempo, funciona como representação de um coletivo.

Para Bergson (1990), a memória é um “instrumento” individual necessário para a sobrevivência do ser humano: é por meio da memória que nos movimentamos, recorremos aos amigos, executamos tarefas, saímos e voltamos para casa, repetimos tradições e rituais, vivemos o dia a dia etc., mas a memória também é imaginação, conjunto de imagens, e, portanto, representação. A memória, segundo Bergson (1990, p. 187), “tem por função primeira evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos assim a decisão mais útil”. Porém, continua Bergson (1990), a memória não se resume somente a isso, pois,

[...] ao captar numa intuição única momentos múltiplos da duração, ela nos libera do movimento de transcorrer das coisas, isto é, do ritmo da necessidade. Quanto mais ela puder condensar esses momentos num único, tanto mais sólida será a apreensão que nos proporcionará da matéria (Ibid., loc. cit.).

Partindo dessa premissa de que a memória condensa momentos, temos o fundamento de que ela está ligada ao tempo; nem sempre podemos considerar o instante inicial e o momento exato, quando se fala de memória, mas tudo se atualiza e passa a ser referência a partir do “aqui” e do “agora”.

A memória, para Bergson (1990, p. 187-88), está vinculada ao indivíduo e à relação com as coisas e os outros seres, mas o corpo do indivíduo é o centro da ação, “[...] meu corpo com seus ‘centros perceptivos’. Estes centros são estimulados, e tenho a representação das coisas. Por outro lado, supus que esses estímulos não podiam produzir nem traduzir minha percepção. Portanto ela se encontra fora deles”.

Benito Schmidt (2006) expressa preocupação com a falta de uma maior discussão teórica em torno do uso de aparatos da memória e sua relação com a história. Uma das questões colocadas pelo historiador diz respeito à utilização de termos indiscriminadamente, sem um aprofundamento teórico. Conforme Schmidt (2006, p. 96), muitos autores usam “[...] noções de maneira um tanto quanto superficial, esvaziando-os de suas efetivas contribuições teórico-metodológicas muitas vezes mesclando-os de forma descuidada, sem considerar suas matrizes epistemológicas e os debates a elas relacionados”. Neste texto, utilizam-se teóricos da memória, relacionados à história ou não, que buscam suas referências em duas diferentes correntes, denominadas por Schmidt (2006) “matriz fenomenológica-hermenêutica-compreensiva” e de “sociológica-cientificista-nomotética”. Situando, na primeira, Henri Bergson e, na segunda, Maurice Halbwachs. No entanto, procura-se colocá-los para dialogar, tendo claro que em alguns pontos existe uma incompatibilidade entre ambos.

A análise realizada por Bosi (2004, p. 53-54) sobre memória, comparando autores como Bergson e Halbwachs, esclarece essa discussão. Para a autora, em “[...] Bergson, o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural”. A memória colocada sob o ponto de vista do indivíduo, não sendo tratada como relacionada ao grupo, mas sim a uma relação entre a “[...] subjetividade pura (o espírito) e a pura exterioridade (a matéria). A primeira filia-se à memória; a segunda, à percepção”, não tematiza os “sujeitos-que-lembram”, e nem visualiza as “relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, *um tratamento da memória como fenômeno social*”. Porém, Halbwachs já parte de um objeto diferente. Ele não investiga a memória em si, mas “os quadros sociais da memória”; por isso, a ênfase é dada ao grupo, ao social, às relações que constroem os indivíduos. Ao contrário de Bergson, para quem “o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia”, Halbwachs destaca “a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória. Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar [...]”. Portanto, o ato de lembrar não significa reviver aquilo que já passou, “[...] mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. (BOSI, 2004, p. 54)

Conforme esclarece Marluza Harres (2004, p. 145), “é a experiência do indivíduo com o passado que precisa ser compreendida, o que implica termos em conta o trabalho de memória na formação das identidades pessoais e sociais”. Dessa forma, a significação assumida pelo passado, em termos individuais – inserção social, interação social, tensão entre indivíduos e múltiplos constrangimentos sociais –, será analisada como um elo de entendimento das vivências e experiências dos trabalhadores do porto de Porto Alegre.

Trabalhadores avulsos e o porto de Porto Alegre

No porto de Porto Alegre, os trabalhadores desenvolveram uma série de costumes, que mantiveram e consagraram, os quais os unificavam, apesar da dispersão dos sindicatos, e os mantinham como avulsos, frente às diversas tentativas de modernização e modificações das formas de contratação da mão de obra realizadas tanto pelo Estado quanto pelos empresários do transporte.

O que caracteriza as categorias avulsas, além do fato de trabalharem para diversas empresas, especialmente nos portos, é a dependência da movimentação de navios e mercadorias no porto para inserirem-se no trabalho; por isso, os sindicatos que os representavam acabaram constituindo dois quadros: o dos associados e do quadro-extra, também chamados bagrinhos. Foi, então, estabelecido pela Capitania dos Portos um limite de associados de acordo com a movimentação no porto, ficando, os outros, esporádicos, por isso, legalmente chamados de “força suplementar”. Dessa forma, os sindicatos das categorias de avulsos dos portos se formaram e constituíram um sistema de organização do trabalho a partir das peculiaridades que assumiam nos portos e embarcadouros.

Eric Hobsbawm (1981) explica como surgiu na Inglaterra o que denomina de restricionismo e casualismo, mas também explica como os trabalhadores se posicionaram em defesa desse sistema em oposição à possibilidade de trabalho como empregado. O historiador inglês, ao analisar os trabalhadores do porto no que concerne à organização dos sindicatos de estivadores, especialmente na Inglaterra, evidencia a ocorrência de três problemas para quem pretendeu organizar o sindicato nas docas: “O primeiro era normal do sindicato de ofício: estabelecer e manter restrição na entrada para o ofício”. Dessa forma, deu-se a restrição para o ingresso, pois as “organizações de estivadores de *ofício* os estabeleceram rapidamente e asseguraram todas as vantagens da restrição, reconhecimento e profissão fechada que eles nunca mais iriam perder depois” (HOBBS-BAWM, 1981, p. 213-214).

O segundo problema, o dos não-habilitados, que para Hobsbawm (1981, p. 214), “não pode ser resolvido pelo restricionismo

antiquado”, pois, apesar de os economistas terem apontado “a ineficiência desconcertante do sistema de mão-de-obra casual”, e também o fato de que “alguns líderes sindicais pudessem ter apreciado as vantagens da descasualização de um ponto de vista de barganha” houve forte oposição, porque, explica Hobsbawm, “uma coisa era impedir novos homens de entrar para a profissão; outra completamente diferente era lançar Bill e Jack (e talvez a si mesmo) no olho da rua. Uma coisa era conseguir trabalho mais ou menos regular”, mas outra, bem diferente, era perder a preferência, ou “se tornar uma ‘preferência B’ permanente, condenado a trabalho menos regular e a menos dinheiro”. Porém o que destaca Eric Hobsbawm (1981, p. 214) é que, quanto “mais pobre e casual o estivador, mais se apegava ele à justiça grosseira do casualismo, mesmo que esta fosse apenas a justiça da loteria, na qual qualquer um podia tirar o número da sorte”. Logo, podemos dizer que duas coisas pesavam nessas escolhas: a liberdade de escolher o dia em que iria trabalhar e o risco de não obter trabalho, como o próprio Hobsbawm relaciona anteriormente.

Um terceiro problema apontado por Hobsbawm (1981, p. 215) era o de “como impedir as seções ‘fortes’ de organizarem seus próprios sindicatos de quase-ofícios, deixando os ‘fracos’ à mercê do mercado, ou, falhando isto, como garantir a coordenação mais eficaz entre os vários tipos de sindicatos”.

No caso do Brasil, na formação dos sindicatos de trabalhadores dos portos brasileiros, no início do século XX, alguns aspectos do restricionismo e do casualismo foram aqui implementados. Fernando Teixeira da Silva (2003, p. 170) diz que as características de diversos portos brasileiros era a “dispersão física e institucional de suas unidades”, sem existir uma centralização mediante um único órgão que coordenasse todas as atividades, pelas dificuldades encontradas em formar “um quadro de trabalhadores permanente”. Dessa forma, cada grupo específico de trabalhador formava o seu sindicato isolado: “A independência de cada um deles na fixação de diferentes normas de contratação dificultava a existência de acordos unificados para limitar a concorrência entre trabalhadores e criar solidariedade contra os patrões”.

Além disso, os armadores, para aumentar seus lucros, buscavam concorrência entre os grupos de trabalhadores, que, na maioria das vezes, ficavam nas mãos de empreiteiros, que competiam entre si, diminuindo salários e aumentando a exploração da mão de obra. No entanto, segundo Silva (2003, p. 171), “as atividades realizadas em ternos² permitiam contatos e conversas regulares entre seus componentes, possibilitando a resistência à exploração e aos caprichos dos contramestres”. Como a preocupação dos armadores sempre foi a permanência dos navios no cais, os estivadores tinham armas poderosas, a paralisação e a redução do trabalho, e souberam aproveitar-se disso e forçar negociações. Todavia, a preocupação com o tempo parado e as táticas de luta dos estivadores fazia com que os armadores aumentassem a jornada de trabalho, ultrapassando o limite regulamentar, o que gerava extraordinários aos trabalhadores. Portanto, essa tática dos trabalhadores era mais eficiente do que grandes paralisações.

Quanto às formas de contratação no porto de Porto Alegre, na década de 1930, segundo Silva (2003, p. 170), a empresa armadora Lloyd Brasileiro contratava “por intermédio de sua agência no Porto, estivadores menselistas e diaristas engajados, *quando necessários*”, a chamada “*estiva direta*”. As empresas armadoras Companhia Nacional de Navegação Costeira, Lloyd Nacional S.A., Companhia de Comércio e Navegação e Companhia Carbonífera Sul Rio-Grandense “[...] tinham sua estiva contratada por empreiteiros que se obrigavam a agir como contratantes de mão de obra, pagando as despesas relativas a taxas portuárias e eventuais avarias”.

O processo de instituição da *closed shop*³, conquistado pelos estivadores de Santos, nos anos 1930, descrita e analisada por Silva (2003), deixou as marcas na história da categoria de estivadores nos anos posteriores. Apesar de o Rio de Janeiro ter conquistado o controle do trabalho anterior a Santos, o peculiar no porto santista é o fato de ter sido uma disputa com uma companhia que já dominava a contratação e a realização dos serviços de carga e descarga no porto, bem como a sua administração, a Companhia Docas de Santos. Essa empresa, inclusive, fazia um jogo político e de interesse quando ocorriam greves no porto. Dessa forma, os

estivadores obtiveram ganhos políticos consideráveis e souberam jogar com a força do Estado e de seu discurso de compromissos entre as classes e conseguiram, de certa forma, transforma em lei suas reivindicações e conquistas, universalizando-as, dessa forma, a todos os outros portos organizados do Brasil, não descartando, também, a contribuição dos trabalhadores dos outros portos brasileiros.

Para Ingrid Sarti (1981, p. 37), o Estado exerceu um controle sobre o sindicato estivador, “[...] de forma umbilical através de uma cuidadosa legislação que lhe dedica trinta capítulos”. Por outro lado, Fernando da Silva (2003) propõe outra leitura, a de que a legislação que acabou gerando a CLT é fruto de lutas e disputas e, em grande parte, “[...] da condensação de uma longa história de lutas dos estivadores e de conquistas alcançadas antes mesmo de sua formulação”. Ao longo do tempo, os trabalhadores dos diversos portos foram se apropriando desses discursos legislativos e, juntamente com as suas lutas locais, fizeram valer os seus direitos, mantendo a exclusividade na contratação do trabalho de estiva por meio do sindicato.

Em 1919, foi criada a União dos Operários Estivadores de Porto Alegre, uma sucursal do Rio de Janeiro, que, nos anos trinta, tornou-se o Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre. Edgar Ávila Gandra (2004), ao analisar a organização do sindicato dos trabalhadores de capatazia do porto de Porto Alegre, demonstra a importância de constituir uma instituição de classe para esses trabalhadores, pois assim, eles obtiveram direitos fundamentais, que lhes eram negados anteriormente. Com o sindicato, veio o reconhecimento dos portuários como uma categoria dentro do porto, frente à Administração, e um consequente acordo coletivo em 1960, que os deixou em melhores condições tanto para lutar por mais direitos quanto para exercer a profissão com dignidade.

Diego Vivian (2008) demonstrou a ambiguidade das transgressões nos portos de Porto Alegre e Rio Grande e o uso das mesmas para justificar a existência de trabalhadores para vigiar outros. A importância da organização sindical e da conquista da reserva de mercado de trabalho possibilitou aos vigias portuários do Rio Grande do Sul reivindicar direitos e controlar quem poderia trabalhar, o tempo e as condições desse trabalho.

Por conseguinte, o sindicato simbolizava para o trabalhador muito mais do que a representatividade perante os patrões. Era a organização do trabalho, a possibilidade de trabalhar, mas também o alvo mais próximo de reclamação e diálogo. Para muitos, era o intermediador, o elo de reconhecimento perante a comunidade em geral, mas, sobretudo, o referencial de manutenção dos costumes, dos rituais, da união e do respeito entre os trabalhadores, o representante, o referendador. Finalmente, o sindicato era o executor das relações de poder entre os associados, o quadro-extra e os outros avulsos. Pode-se dizer que cada um dos sindicatos de avulsos tinha estrutura e organização diferente, adotada pela experiência de cada categoria, que o fundou, mas ambos tinham, para os trabalhadores, as finalidades descritas anteriormente.

Nos anos 60 e 70, o porto de Porto Alegre era um caleidoscópio de pessoas, mercadorias, máquinas e navios ancorados, saindo e entrando nos três cais. Era um coração pulsando e bombeando suas artérias para todos os lados. Era gente indo e vindo na dispersão e na integração, quando a capital era invadida pelo porto e integrada a ele. Hoje, a realidade é desoladora, fala-se em revitalização, e não reativação, objetivos concretos para ocupar o espaço e modernizar a orla, mas não para resolver o problema do porto e dinamizar o transporte. Nas figuras 1, 2 e 3, pode-se ver como está estruturado, atualmente, o porto de Porto Alegre. Conforme informações da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), este possui um cais acostável, com extensão de 8.028 m, subdividido em três trechos: Cais Mauá, Cais Navegantes e Cais Marcílio Dias. Conforme consta no site do SPH: “Sua estrutura envolve 25 armazéns com 70 mil m², numa área total de 450 mil m². Desde o primeiro semestre de 2005, a área de operação do porto público está concentrada no cais Navegantes [...]”⁴.

Figura 1 – Cais Mauá



Fonte: <http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/img/cais_maua.jpeg>. Acesso em: 19/12/2015

Conforme informações da SPH⁵, o Cais Mauá possui 3.240 m de comprimento, contendo 16 berços,⁶ com profundidade variando entre 4 m a 5,5 m. Nesse cais, eram realizada a carga e descarga de mercadoria geral – madeira, cereais, farelo de trigo, adubo, soda e alimentos em geral – por meio da navegação de longo curso, de cabotagem e interior. O cais Mauá possui, em sua extensão, “[...] 18 armazéns, dos quais 12 são para carga geral, totalizando 20.178 m², e os demais seis com utilizações diversas. Os pátios, em número de quatro, perfazem 2.180 m²”. Atualmente, encontra-se arrendado para a revitalização, “[...] visando transformá-lo em área de turismo, serviços, lazer e de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Porto de Porto Alegre”⁷.

O Cais Navegante (figura 2) tem profundidade de 6 m de calado⁸, com extensão de 3.268 m, “[...] dispõe de 12 berços, com 11 armazéns, sendo seis para carga geral e cinco para granéis sólidos, somando as áreas, respectivamente, 23.880 m² e 16.320 m²”.

Figura 2 – Cais Navegantes



Fonte: <http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/img/cais_navegantes.jpeg>
Acesso em: 19/12/2015.

O Cais Marcílio Dias (figura 3), com profundidade variada entre 4 e 5 metros, possui uma extensão de 1.366 m de comprimento. Os cinco berços servem “[...] à movimentação de areias e seixos rolados”. Em toda a extensão do cais, existem cinco pátios descobertos, servindo o maior, com 36.105 m², para acondicionamento do carvão “e os demais totalizando 22.340 m²”⁹.

Figura 3 – Cais Marcílio Dias



Fonte: <http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/img/cais_navegantes.jpeg>
Acesso em: 19/12/2015.

Pedagogia dos trabalhadores do porto

Segundo Alexandre Fortes (1995, p. 105), em Thompson, tem-se o uso do termo *costume* “[...] preferencialmente à tradição ou cultura popular. Busca-se, assim, evitar tanto a ideia de permanência que tende a ser associada à primeira quanto a visão de sistema ordenado (e mesmo de consenso) sugerido pela segunda”. Portanto, para Thompson,

[...] longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo em mudanças e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como

“sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenho e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (1998, p. 17).

Muitas ações de solidariedade costumeiras dos trabalhadores do porto ajudaram na manutenção do trabalho e na organização tanto para o desenvolvimento do trabalho quanto para a resistência e a busca e manutenção de direitos. Os trabalhadores do porto carregam essa experiência desde muito tempo e, através dos sindicatos de avulsos, das Federações ou da união entre os sindicatos e categorias, alcançaram objetivos comuns. Portanto, para alcançar seus objetivos, foi fundamental uma pedagogia da coletividade sobre o indivíduo que se inseria no trabalho, ao mesmo tempo em que se procurava manter formas de trabalho adquiridas na prática. Sendo assim, o trabalho gerava formas de aprendizagens que levavam os trabalhadores a solucionar seus problemas de uma maneira própria, com ações diferenciais na hora do trabalho, o que possibilitava maior agilidade. As técnicas costumeiras eram mobilizadas, ensinadas e aprendidas pelos trabalhadores no fazer.

No relato de Jorge Paiva¹⁰, que ingressou no porto em 1968, como *bagrinho dos arrumadores*, temos um exemplo de como se dava a aprendizagem na prática. Diz o entrevistado,

[...] quando cheguei lá, não sabia como seria o trabalho, era para o armazém C2, [...] era por chamada, aí peguei uma carteirinha, que chamavam na época de bagrinho, o pessoal quadro-extra. Ia sair a chamada, primeiro para os sócios de estiva [...]. O serviço para o pessoal do quadro,

a parte melhor era para eles, e a pior sobrava para nós, do quadro-extra. Ali, conforme o desenvolvimento do serviço, a gente ia conhecendo pessoas e como era o serviço.

Conforme Thompson (1998, pp. 17-18), “o aprendizado, [...] também serve como mecanismo de transmissão entre gerações”, no caso dos trabalhadores do porto, de novos que ingressavam como bagrinhos. Todo o trabalho possui maneiras que possibilitam agilizar ou não a produção, dependendo dos seus próprios interesses. Porém, como a maior parte da carga e descarga era por produção, os trabalhadores tinham técnicas costumeiras para um melhor aproveitamento, aumentando a produção e diminuindo o esforço físico.

De acordo com Tiriba (2001, p. 183), “[...] na cooperação, a força coletiva difere da soma das capacidades dos trabalhadores isolados, transformando-se em nova força coletiva”; pode-se dizer que a produção da carga e descarga utilizando ternos de 2, 4 ou 6 pessoas era maior que a produção de cada indivíduo, se trabalhasse isoladamente. Porém, esse processo se dava pelas formas de atuação coletiva, que pressupõe técnicas e ações costumeiras para fazer com que o trabalho fosse executado com menor dispêndio de energia e mais agilidade, aumentando a produção.

Essas formas coletivas deveriam ser aprendidas pelo trabalhador, individual e coletivamente; logo, pode-se dizer que existia uma aprendizagem, denominada de pedagogia do trabalho coletivo, pois, conforme Tiriba (2001, p. 188), a educação não se limita aos muros escolares, mas vai além, “[...] invadindo todos os processos que envolvam a formação da consciência e a produção de subjetividade”.

A primeira questão que se pode levantar é a da cooperação no trabalho. Jorge Paiva, em entrevista ao autor, relata como era necessária a ajuda de todas as categorias para executar o trabalho e do grupo de trabalhadores que formavam o terno. Sobre isso, ele afirma: “[...] tinha suas desavenças, o que é natural, cada um vem de uma etnia, todas as raças, mas terminava dando certo, de uma forma ou de outra, porque um sabia que precisava do braço do outro, a gente não estava sozinho. A gente não podia brincar de ilha, ninguém é uma ilha...”.

A ideia de que se precisa do outro era uma aprendizagem constante e a forma de ensinar isso para o indivíduo que ainda não estava comprometido com essa proposta era bastante dura, mas, na linguagem dos trabalhadores, era aceita e pactuada. Segundo João Albino, popular Maromba¹¹, em entrevista ao autor: “[...] não tinha essa de amarrar trabalho, porque, se amarrar trabalho, os caras cortam, sem dó nem piedade”, porque o trabalhador que fazia o chamado “corpo mole” não ficava muito tempo no serviço. É o que segue dizendo o entrevistado, citando um exemplo de serviço a pá:

[...] tu estás dando dez pazadas, o outro uma. Chega o contramestre e diz:

- o que é camarada? O que houve? Estás doente?

- Não! Por quê? Estou fazendo o meu!

- Não, senhor! Os caras estão trabalhando e tu aí *chupando sangue*. Não vou te falar outra vez! Ouviu!

Volta lá e o cara está na mesma situação. Nem fala mais nada, vai lá fora na praça e busca outro para o lugar dele. Chega lá e diz:

- Epa! No lugar daquele lá. Sobe, nego, está cortado.

Segundo Jorge Paiva, em entrevista ao autor, outro forte motivo para se cortar o trabalhador do serviço era a embriaguez, pois não se tinha alternativa. É o que ele relata: “[...] apenas algum colega é substituído, ou, por problema de doença ou, a maior parte, por embriaguez. Era perigoso... teve gente morrendo... rebentou a lingada, matou o cara lá embaixo, uma caçamba matou... teve muita gente que faleceu ali dentro”. Como o trabalho era executado por bagrinhos, com a fiscalização do contramestre, sempre se tinha a preocupação com a prevenção, tanto que o álcool era proibido no ponto de estiva. Porém, conforme Jorge Paiva, por ser “[...] serviço pesado, perigoso e o pessoal alcoolizado, aí não tem como. Muita coisa acontecia. Claro que não saía para rua assim, [...] é o que se viveu. Muita gente até hoje ficou aleijado”. Já Maromba, em sua entrevista diz que todos se ajudavam no trabalho, era uma coletividade, mas, quando aparecia algum trabalhador que destoava dos demais, era comunicado duas ou três vezes, mas, se não adiantasse, a ação era violenta. Relata o entrevistado:

[...] para o vagabundo, quem não trabalhava, se dava o aviso:
 – larga, porque é bom para tua saúde, meu! Daqui a pouco vai quebrar um pé, vai quebrar um dedo, vai quebrar a canela [...]. Não vai meter a mão aí, rapaz? O quê! Tu vais ficar me chupando o dia todo?

Daqui a pouco chama a atenção de novo. Na terceira ou quarta, wap! Vap! ela passa só por cima, e pega a canela...

– Ouch! Ai! Ai! Ai! Ai! Um ferro me bateu...

– Olha, companheiro desculpa... Arruma uma maca aí, arruma.

Isso é sem dó e sem piedade, porque ele está fazendo pior comigo, ele tem condições de trabalho e não está me respeitando, e, amanhã o dinheiro é o mesmo. Isso é violento. Pode ser. Mas ele está usando da maneira violenta também, só, que é *light*, é camuflada. Então, não sai por bem, sai por mal, entendeu como são as coisas. Funciona assim.

Por outro lado, conforme o próprio Maromba, “o estivador é um expert em evitar um acidente de trabalho”, pois ia aprendendo, na prática, técnicas de segurança e, por isso, muitas vezes impedia acidentes, “agora mesmo [...] eu ia dar um passo atrás, mas bati e parei. É uma coisa gozada. Tu pegas o jeito. Trabalhas num buraco de trinta metros pra cá, todo o tempo ali, mas não podes ficar naquele buraco, nunca, mas tu tens a noção da distância”. As técnicas eram próprias do trabalho, diferente de qualquer outra empresa, algo que não se aprende na faculdade ou em curso técnico fora do local de trabalho, “[...] não tem como o próprio estivador, para falar de acidente de estiva e de porto. Não tem técnico em segurança, não existe técnico de segurança que venha falar, como evitar acidente de estiva, porque é outra coisa diferente, é outro mundo diferente”. No entanto, por mais que adotassem medidas de segurança, ou que a prática lhes facultasse formas de aprendizagem, transmitidas aos colegas e aprendizes do ofício, acidentes aconteciam. Conforme explica Maromba, “[...] onde tem muito trabalho e o serviço é perigoso, os acidentes acontecem, ou por imprudência, ou por falha mecânica, mas a maioria dos acidentes que eu presenciei, no decorrer desses trinta e poucos anos, foi por imprudência do próprio acidentado”.

Entretanto, os trabalhadores do porto, de forma autogestionária, faziam um trabalho pedagógico com os aprendizes do ofício e com os próprios colegas, na medida em que se inseriam e se relacionavam com outros trabalhadores realizando o processo produtivo de forma a contemplar os interesses coletivos da categoria, pois, ao ter a *closed shop*, as categorias de avulsos do porto organizado possuíam o controle de todo o processo produtivo e, também, da administração do sindicato.

As categorias avulsas se caracterizam por não estabelecer vínculos empregatícios com nenhuma companhia de navegação específica, “operários sem patrões”, que deram título ao livro de Fernando Teixeira da Silva (2003), que analisa os trabalhadores de Santos no entreguerras, destacando os estivadores, que conseguiram a “[...] *closed shop*, ou seja, deter o controle do mercado de trabalho através do sindicato dos estivadores” (SILVA, 2003, p. 194).

No dizer de Maromba, “[...] o estivador não tem patrão; ele só tem patrão quando ele se emprega às sete horas da manhã, por uma companhia ‘X’, e então ele é empregado daquela companhia no período em que ele estiver trabalhando”. Porém, como lembra outro entrevistado, Eduardo Rech¹², era “[...] o sindicato quem dirigia o trabalho, os conferentes, exercendo várias funções como está previsto. Então, o sindicato escalava, o sindicato cobrava e o sindicato pagava”.

Assim como os estivadores, os conferentes de carga e descarga também eram trabalhadores avulsos, que prestavam serviço dentro dos portos organizados. Nos anos sessenta, foi normatizada a profissão de Conferente de Carga e Descarga, como trabalhador avulso que participava do sistema rodiziário¹³. Portanto, faziam parte do rodízio: o conferente chefe, conferente ajudante, conferente de porta ou lingada e conferente de rendição, conferentes de manifesto, balança ou avaria.

De acordo com as diversas operações de carga e descarga, os trabalhadores se inseriam no trabalho conforme solicitação dentro dos ternos, obedecendo à organização do seu sindicato, por meio do sistema rodiziário.

Maromba, que foi vice-presidente do Sindicato dos Estivadores e que, em um determinado período, teve a incumbência de fazer

a escala de serviço, conta como era realizada a distribuição, que dependia da qualidade da carga. Diz o entrevistado:

[...] são cinco escalas até chegar no granel, e mais uma que, a gente diz, vai de qualquer jeito. É quando dá só a diária [...] *as chamadas ricas*, por exemplo, bobina de papel, [...] dá uma remuneração maior; então, tendo uma chamada, se diz: essa é *estrangeira*. Outra, parecida, bobina de aço, um pouco menor a tarifa, sai na [...] *nacional*. Outra de remuneração menor, *a vista*.

Quanto ao horário das chamadas, em geral, eram realizadas três por dia, como relata Jorge Paiva: “tem chamada às sete, tem chamada à meia hora, depois tem de noite, seis e meia, quinze para sete”. Mas, dependendo da quantidade de serviço, poderia ter mais horários de chamadas. O ponto de chamada da estiva ficava na frente da antiga sede, onde atualmente é a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), mas chegou a ter, nos anos sessenta e setenta, mais outro ponto no cais Navegantes, denominado pelos trabalhadores de *coreia*.

Já a chamada dos conferentes era diferente, até porque o número de trabalhadores era bem menor: reuniam-se três vezes ao dia e faziam a distribuição do serviço conforme o rodízio, o que também ocorria no caso das chefias; além disso, faziam a escalação por ganho. Esta constatação depreende da análise da Ata da Assembleia Geral, nº 92, 04.02.1965 do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Rio Grande do Sul. A prática de fazer o rodízio na distribuição do trabalho mais a escalação por ganho funcionou a partir de 1964 e o sindicato controlava os ganhos de cada trabalhador do quadro por meio de uma planilha, fazendo a distribuição de forma que cada um passasse por todos os tipos de escalas (Chefias, Majoradas, Porta, Lingada e Rendição), havendo um número específico de escalação. Esse sistema dava uma igualdade no salário final de todos os trabalhadores do quadro, à exceção daqueles do quadro-extra. Essa questão gerou divisão e disputas dentro da categoria de trabalhadores conferentes de carga e descarga, visto que a escalação por ganho, adotada a partir de agosto de 1964,

feria os interesses de alguns trabalhadores. Mas, apesar de ter sido decidido pela assembleia, eles estavam descontentes com a forma como vinha sendo realizada a distribuição, e, na oportunidade que teve, esse grupo denunciou as irregularidades ao Delegado da Delegacia do Trabalho Marítimo (DTM)¹⁴, com o objetivo de tirar algum proveito. Porém, após a participação de um representante da DTM na Assembleia e na discussão sobre a Escalação por ganho, o Regimento que mantinha o rodízio na distribuição do trabalho e a escalação por ganho foi aprovado e acatado pela DTM¹⁵.

Essa situação lembra o casualismo que Hobsbawm (1981, p. 214) enunciou como um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores, porém, para um grupo, era motivo de apego e orgulho: “mais se apegava ele à justiça grosseira do casualismo”, o que seria como a sorte da loteria. Contudo, essa questão estava sendo resolvida pelo sindicato dos conferentes em carga e descarga dos portos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, exatamente sob a ditadura civil-militar. Por outro lado, a dimensão do casualismo era a questão da liberdade e do ócio, pois, ganhando um bom dinheiro em determinado momento, quando pegava um trabalho bom, poderia ficar em casa descansando, sem trabalhar, bebendo, fazendo “festa” e não tendo a necessidade de labutar todos os dias.

Essa situação, citada anteriormente, denota a questão da oposição entre “sorte e regulação do ganho”, representada pela dupla escalação por número (carteira de sócio no sindicato) versus escalação por ganho. Essa questão foi muito debatida pelos trabalhadores do porto de Porto Alegre e mesmo por trabalhadores de outros portos, certamente. Fernando Teixeira da Silva (2003) fala da pacificação da estiva, quando os estivadores do porto de Santos adotaram o sistema de rodízio, que pretendia disciplinar aquelas situações de privilégios com ganhos maiores, a formação de gangos¹⁶ e o favorecimento pelos contramestres, e das escolhas de serviços cujo ganho era maior. Todavia, por meio do rodízio, possibilitava a disputa por melhores colocações, o que dependia da sorte e de ficar de olho na distribuição do serviço, mas ainda não igualava os ganhos. Porém, com o tempo, os trabalhadores foram aperfeiçoando o sistema de rodízio procurando disciplinar tais distorções, inclusive para diminuir brigas, desavenças e disputas. O exemplo citado dos conferentes

de carga e descarga de Porto Alegre ilustra essa questão, porque eles resolveram o problema da distribuição disciplinando os ganhos de cada trabalhador e fazendo a escalação de acordo com esse ganho.

Quanto à organização das chamadas, na estiva, primeiro eram escolhidas as chefias e, depois, os trabalhadores braçais. Conforme Maromba, “as chamadas de estiva são: primeiro era o contramestre geral, que é o capataz, contramestre de porão, que é contramestre, [...] depois, os trabalhadores de guindaste¹⁷, operador de empilhadeira, trabalhador de porão, trabalho braçal”. Quanto às chefias, só mudava o número do contramestre de porão, porque dependia da quantidade dos porões do navio em que teriam de trabalhar, já que era um contramestre por porão. Havia ainda os trabalhadores do guincho. São dois guincheiros, porque “[...] não pode estar cansado no guincho, tem que ter responsabilidade, tanto com o trabalhador que está no porão quanto com a carga; então, são dois e eles fazem rodízio, duas horas pra cada um, vai lá, descansa, toma uma água, volta”. E acrescenta: “[...] o sinaleiro é o que faz o sinal para o guincheiro, porque o guincheiro, na maioria das vezes, não enxerga o porão do navio; então, tem o camarada que faz o sinal: também são dois”. O sinaleiro, também chamado de portaló, era o estivador que fazia a comunicação entre o porão, o guindasteiro e o guincheiro. O guindasteiro trabalhava no lado de fora do navio e pertencia à capatazia do porto, mas, quando a bordo, nos guindastes da embarcação, era estivador.

Maromba, a respeito da época em que era Fiscal Geral do Sindicato e fazia a escalação, diz que mantinha as duas escalações e dá o exemplo de como fazia quando a escala era a de bagrinhos. Era necessário escalar ao menos um homem experiente para executar o trabalho no porão.

[...] às vezes deixava uma vaga para o contramestre, porque o contramestre tem um cara de confiança dele, que é o camarada que é *safo* no trabalho, se tu vais botar lá embaixo do porão, porque ele vai ser uma liderança, fala a mesma língua dos bagrinhos, porque tem aí uma certa inimizade, entre o bagrinho e o associado, ela é cega, é muda, e, se

tem um camarada chave que põe lá embaixo, resolve o teu problema, o contramestre não se envolve muito, e o serviço anda, porque tudo é produção.

Esse fragmento da fala de Maromba traz à tona três elementos fundamentais na relação trabalhadores sindicalizados e bagrinhos na construção de uma imagem da categoria frente aos usuários. Primeiro, a compreensão de que os trabalhadores sobrevivem da produção e, mesmo que muitos trabalhos pagassem apenas a diária, precisavam ser executados, em prol do bem coletivo. Segundo, a noção de que os trabalhadores bagrinhos, iniciantes no serviço de estiva, poderiam boicotar o trabalho, mesmo que corressem o risco de serem cortados, o que seria desgastante para o contramestre, pois caso houvesse problema com um grupo inteiro de trabalhadores, seria diferente do que ter problema com apenas um. E, por fim, para evitar os problemas quanto à inserção e possibilidade de boicote, colocava-se uma liderança, bagrinho, um homem de confiança do contramestre, mas, sobretudo, “safo no trabalho”. Essas questões são derivadas da experiência que o próprio trabalhador adquiriu na prática e da relação que tinha com o pai, o Maromba pai, que foi estivador, vice-presidente e presidente do sindicato dos estivadores de Porto Alegre, segundo relato de Maromba (filho).

Como o meu pai também foi fiscal geral por muito tempo, foi presidente, eu ouvia as conversas dele. O negócio é endurece com os brabos e não dar *colher de chá* para os compadres.

- Olha fulano! Ei! Psiu! Oh! Companheiro, vai deixar tirar o trabalho.

É o brabo.

- Blá... Blá... Blá! Blá! Preé! Preeé...!

Aquela gritaria e coisa...

- o que é, está pensando o que cara!

- Aí, companheiro. Não vou falar de novo contigo.

Ele: - Ah! Ê? (Em tom de ironia);

- Não trabalha hoje;

E vou fazendo a chamada:

- 37, 38, 40;

E ele:

- Blá... Blá... Blá...

- Três dias; 50, 55...

E eu estou pegando carteira,

- 60.

E ele:

- Blá... Blá... Blá...

- Dez dias pra ti, companheiro.

- Blá... Blá... Blá...

- Quinze dias para ti, companheiro.

Aí... Porque quinze dias é um prejuízo muito grande e não tem santo que tire ele daqueles quinze dias. Aí, ele promete coisas.

- Vou te meter um tijolo! Vou te meter uma pedra...

- Tu faz bem feito, nego! Tudo o que tu pode fazer para mim, eu posso fazer em ti também. Tu faz bem feito o teu trabalho aí, porque, quando eu saí daqui, tu estás complicado.

Desse fragmento da entrevista com Maromba, derivam três questões bastante importantes para se pensar uma pedagogia coletiva: a) a existência de regras: há um regulamento pactuado por todos os trabalhadores e elaborado pela assembleia. Segundo o entrevistado, “[...] a estiva se punia, um pouco paternalista, pra o meu gosto; eu era mais radical, acho que o camarada merece uma oportunidade ou duas e, depois, *bota prá rua o vagabundo*, [...] a estiva podia dar gancho de trinta dias só, ou até a exclusão”; b) uma prática de ações enérgicas com relação aos trabalhadores destoantes, que, apesar de parecerem autoritárias, ocorrem na gestão de um momento crucial para todos os trabalhadores, a escalação. Conforme analisado por Falcão (2009), este era um espaço ritualizado e sagrado para os trabalhadores e, por isso, devia ter regras pactuadas e assumidas responsavelmente pelo escalador, como se ele fosse um árbitro que devesse julgar, no momento, as ações e, ao mesmo tempo, distribuir, de maneira equitativa, o trabalho, seguindo regras; c) a fala de Maromba, bem no início do fragmento, quando ele diz que sua ação era “endurecer com os brabos e não dar *colher de chá* para os

compadres”, apresenta uma forma de agir que deriva da experiência e se compõe em uma pedagogia da identificação dos indivíduos que são lideranças em potencial, o que identifica como “brabos” e os “compadres”, ou os puxa-sacos, que se acham sob a proteção do líder, que, conforme Maromba:

E outra, aquele teu irmão, que tu tens, o teu irmão mesmo, aquele teu amigo, às vezes tu tens irmão que não é muito irmão, ele é meio prevalecido, se prevalece que está o amigão dele mandando, e faz as porcarias pensando que o cara vai *passar a mão por cima*. Eu adotei uma coisa diferente, se eu pegar tomando um gole de cachaça dentro do ponto de distribuição do trabalho, era três dias de gancho, o meu irmão, ele tomava cinco, entendeu como é que era. Tomava dobrado, quase que dobrado.

– Mas, porra Maromba, tu dá três dia pra os outros...

– Pois é, mas tu és safado, tu sabes que não podes beber, que sou eu que estou mandando, pensastes que eu, ao te ver bebendo, iria olhar para outro lado. Estás te prevalecendo de nossa amizade para fazer esse tipo de coisa, não estás sendo meu amigo. E se não estás sendo meu amigo, vai tomar cinco, toma quietinho, porque se sabes, que se colocares qualquer coisa na cabeça, vou aumentar teu gancho. E assim procedia.

Essa pedagogia pode ser lida também como uma forma de gestão de pessoas, pois, segundo Eloiza da Silva Gomes de Oliveira (2003, p. 55), o grupo produz internamente “um sistema de papéis”; logo, existe, “em qualquer grupo, um permanente jogo de adjudicação e de assunção de papéis”. Mas, quando o líder identifica os papéis e trata-os tendo objetivos que contemplem o grupo, dessa forma, segundo a autora, “[...] à medida que os papéis forem sendo reconhecidos, assumidos e modificados, as pessoas foram adquirindo um senso de sua própria identidade, assim como uma diferenciação com os outros”.

As lideranças que estavam no sindicato nem sempre representavam o pensamento dos trabalhadores: ininterruptamente,

havia oposição e, muitas vezes, grande parte dos trabalhadores que estavam no cais tinham mais persuasão do que os próprios representantes sindicais. Além disso, havia as lideranças nos gangos, o que dava certo equilíbrio de poder. Maromba cita, por exemplo, que o trabalhador que fazia a distribuição do serviço, que, na maioria das vezes era vice-presidente do sindicato, tinha mais poder que o diretor. Diz ele, como vice-presidente:

[...] lá na beira da praia, o meu poder era tanto ou maior que o do presidente, secretário ou tesoureiro. [...] como fiscal geral está todo o dia em contato com o trabalhador e, se faz um serviço bem feito, tem 70%, 80% daquela categoria. Então é uma maneira de tu exercer pressão quando as coisas estão indo mal, tu vens e senta numa mesa de uma diretoria, tu dizes o que está pensando, olha aqui e ali está caminhando errado aqui e ali, e tem que endireitar. Eu não vou falar de novo com vocês, está pegando esse negócio aí, na próxima, eu vou jogar vocês para as feras.

Claudio Batalha (1997, p. 93) divide a militância do movimento operário em três tipos: as lideranças, os quadros intermediários e os militantes de base. O referido autor caracteriza como liderança uma minoria que escreve em jornais operários e que possui uma “atuação que transcende os limites de sua categoria profissional”; os quadros intermediários são em maior número e se caracterizam por participar “ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria”; e os militantes de base, numericamente maior, se caracterizam por exercer “uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascensão dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo”.

Cumpre salientar que não somente aqueles trabalhadores – militantes ou não – que tinham uma ideologia definida faziam história, participavam do movimento ou tomavam decisões, mas também aqueles que participavam das assembleias ou exerciam algum tipo de pressão nas lideranças, no trabalho, nos espaços de sociabilidade, nos gangos.

Por outro lado, as diferenças que ocorrem entre militantes e os demais trabalhadores não invalidam a possibilidade de eles terem algo em comum. Por isso, expõe Batalha (1997, p. 94) que os militantes de base, os eventuais, aqueles que muitas vezes se tornam militantes e apoiadores e aparecem nas fontes “[...] produzidas pelo movimento operário organizado [...] trazem informações sobre a classe operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo”. Dessa forma, pode-se pensar a liderança como representante de grupos de trabalhadores, porém não quer dizer que o líder represente todos os trabalhadores. No caso deste estudo, deve-se pensar o líder como representação dos grupos, dos “gangos”, o que implica uma maior discussão quanto aos aspectos reivindicativos. Isso proporciona trocas de ideias e interpretações sobre os acontecimentos, bem como leituras e decisões que caracterizam a experiência desses grupos. Nesses encontros, acabavam ocorrendo discussões e debates sobre os mais diversos assuntos, tanto de trabalho quanto de sociabilidade.

Porém, outro aspecto sobre liderança deve ser analisado, especificamente relacionado ao local de escalação, que era fundamental para o trabalhador. Por isso, segundo Maromba, ele passou a ser uma liderança reconhecida:

[porque] a maioria do pessoal que trabalha em estiva é profissional, é trabalhador e gente que quer a coisa organizada, como esse pessoal das gangs ou gangos, são a minoria, e os teus irmãos, aquele que fez uma para ti, não vai fazer duas, porque ele sabe que não tem perdão, aí tu pegas respeito perante a categoria. Quando fazes isso, dali para frente, és dono da situação, o que tu disseres, eles assinam embaixo. Qualquer assembleia, qualquer coisa, eles brigam e morrem por ti, daí tu viras uma liderança mesmo, porque tu fazes a coisa certa.

Pode-se dizer que a narrativa de Maromba é elucidativa, pois ele afirma fazer a distribuição do trabalho a contento de todos. O que se destaca nessas narrativas é o aspecto prático e reflexivo que

aponta para as peculiaridades e especificidades das categorias avulsas. Reflexivo, porque era aprender fazendo, usando as referências que tinha e o que havia sido passado por seu pai.

Em outras histórias narradas pelo entrevistado, aparece uma pedagogia que era adotada pelo seu pai quanto à forma de educação de seus filhos, que, pode-se dizer, também era válida para parte dos trabalhadores. Uma pedagogia do teste e do reforçamento. Dois episódios contados por Maromba demonstram essa questão:

O meu pai, quando entrei aqui (na estiva), em 69, em 70, ele aposentado, trabalhando na sacaria, e um camarada que eu chamava de vô, era lutador também, era Antônio Grande, [...]. Eu saí do exército e entrei para a estiva tinha 22 anos, e, os dois me testando, fazendo o serviço errado. Olhei lá de cima do convés, olha lá os caras, um é o meu pai e outro é o meu avô emprestado... E os dois são muito bons de trabalho, só que eles estavam me testando, e eu pensei, o que será que vou falar para esses caras aí, mas vou falar. Porque eu já vim preparado, cabo do exército por três anos, acostumado a dar ordens, aquela coisa toda. Digo:

- Ô! Estivador! Meu camarada! O que está acontecendo com vocês aí?

- O quê? O que que é?

- Ô! Mas estão anarquizando o trabalho aí. Vão fazer esse troço direito;

- Não amola rapaz, vai cuidar da tua vida.

- Olha, hem! Bom!

Dei uma caminhada, depois voltei, a mesma coisa. Disse:

- Aqui, hei! Psiu! Não tenho pai, não tenho parente na estiva. Vou dar uma voltinha de cinco minutos, se voltar e estiver na mesma, estão cortados do serviço. Os dois.

E já eram 4 horas da tarde, saí, quando voltei estava tudo direitinho, porque eles eram bons de trabalho. [...] eles estavam me testando para ver... Para me dizer, aqui não tens pai, não tens irmão, não tens avô, não tens porra nenhuma, faz a tua parte direito, nós te botamos aqui, nós te tiramos daqui. Daqui a pouco eles vão dizer isso para mim. [...]

Depois veio esse avô e disse assim:

- O guri está bom! Nós estava te testando. [...] o vagabundo que não quiser trabalhar corta mesmo, não tem pai aí.

O outro episódio contado por Maromba ocorreu com seu filho mais velho e seu pai:

[...] o meu guri jogava a bola dele, depois vinha para dentro de casa [...]. O meu pai desconfiando dele, porque ficava muito tempo dentro de casa, sabe. Achando que o guri é bicha, coisa e tal, ignorante. Então, ficava provocando o guri, na hora do almoço, na hora não sei do que, [...] enchendo o saco do guri. Aí o guri já tinha uns onze, doze anos, não aguentou mais, se levantou, botou as duas mãos no saco assim...

- Tá aqui o galinha velho, oh! Tá aqui o galinha, viu o galinha...

Quando eu cheguei em casa, [...] daqui a pouco vem o meu pai, me chamava de Bigo:

- Bigo, vou te dizer, o Marco Aurélio tá muito bom... Olha, rapaz! Fiquei chamando ele de galinha, ele fez um barulho aí, pensei que ele ia dar em mim, tá muito bom ele aí.
(risos)

Pode-se dizer que era uma pedagogia prática, ou nascida da prática, do trabalho, da vida, do dia a dia, em que os trabalhadores tinham que solucionar problemas, decidir e, como todo o ser humano, passar essa sua forma cultural, costumeira, de solucioná-los, fruto da experiência: ação/reflexão/ação, práxis e consciência.

Retomando a experiência do trabalho avulso, percebe-se a construção de diversas formas de ações coletivas, diversas técnicas que eram passadas de gerações a gerações de estivadores, formas facilitadoras do trabalho. Portanto, dentro dessa linha de raciocínio, para cada tipo de trabalho, havia formas costumeiras de carregar e descarregar que eram usadas, além de técnicas para colocar a carga no navio e possibilitar que ele pudesse navegar sem causar problemas à carga. Jorge Paiva explica o que é estivar, demonstrando que existia uma técnica específica para cada tipo de carga. Destacamos

que havia necessidade de conhecimento do serviço. Segundo o entrevistado: “[...] estivar é colocar a fileira parelha, que é para o navio equilibrar, não pode ficar o peso maior nem para um lado nem para o outro, [...] quando o navio sair, não ficar com problema. Não pode ficar na proa, nem demais, nem de menos. [...] daí o navio pode singrar normalmente”.

Outra demonstração desses conhecimentos se dá pelo exemplo de como ocorria a descarga de granel: adubo, sal etc. Depois de um determinado período de descarga, quando, primeiro, faz-se um buraco, um poço, que os trabalhadores denominaram de bica, conforme Geraldo da Silveira¹⁸, em entrevista ao autor:

[...] desceu as caçambas, três homens em cada caçamba, e aí tu vais abrindo em volta, tu botas a caçamba aqui e vai enchendo, botou a caçamba aqui agora tu tiras daqui e bota para lá, tu vais andando com a caçamba em volta, e vais fazendo um poço, um buraco. Quando esse buraco está numa altura – tens de fazer grande para o homem não ficar ali dentro daquele buraco, fazer um lugar que dê para sair, porque, se der qualquer problema, ele pode sair –, tem uma altura, por exemplo, que vai enterrar a caçamba, de um metro e meio, vamos dizer. Aí tu botas a caçamba – a caçamba tinha acho que uns 80 cm por aí – faz um furo, uma parede, como se fosse aqui, olha: o adubo está todo para lá, e tu vais botar a caçamba de boca aqui, não é isso... Aí, tu fazes um valo naquele adubo, tu fazes uma valinha e uma bica. Aquele valo segue até a caçamba, se o adubo estiver muito mole, tu pegas umas tábuas e cavas assim e bota papelão, aquilo ali vai ficar como se fosse um funil...

Pode-se verificar, além da facilidade que se obtinha na descarga, após fazer a bica, o perigo que corriam, mas, por outro lado, a preocupação com a segurança, em fazer a bica de um tamanho tal que o trabalhador que ficasse embaixo não corresse o perigo.

Com relação à movimentação e arrumação de sacarias, tanto nos armazéns quanto nos porões dos navios, havia de se ter uma combinação entre técnica, jeito e força. Conforme Jorge Paiva, “[...]”

tive a felicidade de conhecer pessoas que muita coisa me ensinou, por mais rude que seja o serviço, tudo tem uma destreza, tudo é por prática e força de vontade. Porque ali o senhor ganhava dinheiro, mas tinha que ter força de vontade”. Na movimentação de sacarias, o entrevistado conta como funcionava, “a pessoa tinha que ir pra baixo da tala, pra poder cabecear os sacos de soja, milho, feijão ou arroz. [...] Era de mil e quinhentos, dois mil, a três mil sacos. E tinha que bater aquilo. Tinha a bateria, a bateria era de seis”. A bateria era realizada por um conjunto de trabalhadores que se revezavam para chegar até o local onde eram colocados os sacos, formando uma organização de trabalho coletiva de forma ordenada para que não houvesse choque entre os companheiros.

Para Geraldo da Silveira, esse trabalho coletivo, onde “cada um pega na orelha do saco, [...] o arroz era barbadinha, tu mete a mão, depois de tu pegares a prática, faz a orelha dele, pegas o jeito dele, olha tu leva um saco de arroz aonde tu queres”. Para a arrumação ou estivagem da carga, nos armazéns, Jorge Paiva diz que “[...] tinha o pessoal que estava na parte de cima lá, iam pegando e iam colocando até chegar àquela parte assim... até levantar um pouquinho, depois ia tudo por cabeceado pra poder colocar lá em cima”. A estivagem era a amarração da carga, tinham que colocar um conjunto de sacaria na ponta de cada lote de sacos para não cair.

Outro trabalho que era totalmente manual e coletivo era a descarga de *tanino*. Era imprescindível o uso de técnica e força, porque ficava em espaço de difícil acesso, mas era possível vencer de forma coletiva. A descarga de *tanino* de uma chata, um saco de cinquenta quilos fazia-se com um número reduzido de três homens. Segundo Jorge Paiva, “[...] nós começávamos, os setecentos e cinquenta sacos, primeiro tinha que abrir... um ficava de cócoras, assim, e puxava o saco até fazer um buraco, e um segurava o pé do outro, assim, para ele puxar; aquilo ali era uma coisa fantástica”.

Outra carga que era inicialmente manual, mas que tinha uma forma de fazer o trabalho render, era a carga de carvão. Edson Sarat de Mello¹⁹, em entrevista ao autor, relata essa situação. Diz o entrevistado que, no início do trabalho, era totalmente manual, porque

“[...] o navio vinha com quatro, cinco, seis mil toneladas. Então, ele vinha até em cima dos porões, três ou quatro porões cheios. Para trabalhar, quando estava cheio, trabalhava enchendo com a mão; de luva, ficava enchendo as caçambas à mão”. Mas, como o trabalho não dava produção, “[...] não tinha pressa, se tinha que ficar dez dias aí, dez dias ele ia ficar, porque era uma chamada baixa, e como não tinha como andarmos ligeiro, tinha que ser à mão, às vezes com garfo”. Mas, quando chegava ao assoalho do navio que aí “[...] rendia bem, quando chegava lá no cobo, aí a gente furava, e a gente trabalhava com a pá, e aí ficava bem melhor de fazer”.

Segundo Tiriba (2001, p. 197), “[...] o processo de produção, apropriação e expropriação do conhecimento é uma das mediações nas relações de produção capitalista, ficando a afirmação ou negação do saber do trabalhador determinada pelos interesses do capital”. A mobilização dos conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores servia ao capital, sendo sua força de trabalho vendida ao dono das mercadorias, que tinham o controle sobre o corpo do trabalhador, à medida que ele se empregava em uma determinada embarcação. A esse fato, pode-se contrapor que as formas de inserção ou não do trabalhador passava pela sua liberdade de poder trabalhar ou escolher o ócio, porém, no reino da necessidade, o trabalho acabava falando mais alto. Por outro lado, algumas alternativas eram conjecturadas pelos trabalhadores, só que acabavam por explorar outros trabalhadores que ainda não eram sócios do sindicato, mas ficavam à espreita por trabalho.

Considerações finais

A maior expropriação que o capital realizou foi tirar a forma de organização dos trabalhadores pela experiência, porque, quanto ao emprego da mão de obra, a aprendizagem era na prática, e o trabalho era a forma de ensinamento, a pedagogia do aprender fazendo. No entanto, no final dos anos setenta, têm início algumas mudanças, devido à mecanização, à necessidade de qualificar os trabalhadores como operadores de máquinas e sinaleiros e promover segurança no trabalho. Portanto, daí foi um passo para, posteriormente, mexer no gerenciamento da mão de obra, colocando cursos para as chefias, que acabaram modificando, inclusive, aquelas necessidades iniciais que o sindicato impunha para exercer cargos de chefia, que passaram, porém, não mais pela questão da experiência, de tempo de associado ao sindicato, mas pela valorização de cursos que foram oferecidos pela capitania no final dos anos setenta. Assim, modificou-se de dois e cinco anos, respectivamente para contramestre de porão e contramestre geral, para seis meses, o período de associado e a realização de cursos para cargos de chefia. Conforme relata Edson de Mello, “[...] o pessoal antigo levava dois anos pra fazer chefia, porque tu tinhas que estar muito ciente do que estava fazendo, e saber mandar; no nosso tempo, depois, passou para seis meses”. A responsabilidade sobre os trabalhadores do porto era da capitania dos portos, além do sindicato, “[...] todos os estivadores tinham que estar matriculados” na capitania; dessa forma, a capitania tomou para si a responsabilidade pela proposição de diversos cursos, como os de sinaleiro, de operador de máquinas. Segundo Edson de Mello, foram oferecidos cursos “[...] de operador, de estivagem, para saber estivar o porão do navio, a carga de sacaria, [...] colocar sempre direitinho, chamava estivar, não podia ser assim, nem assim. Tinha que fazer as faces, porque, dentro do porão, podiam ir três tipos diferentes de cargas”, e, no final dos anos setenta, foi realizado o primeiro curso de mestria, que era para fazer cargos de chefia, pois “[...] os cursos iam até um abaixo do curso de mestria. O primeiro curso de mestria eu fiz, que eram 25 estivadores; eu tive o privilégio de fazer o primeiro curso de mestria, dado pela capitania dos portos, em 1978”.

Portanto, os trabalhadores tinham uma forma peculiar de passar os conhecimentos para as futuras gerações, caracterizando-se em uma pedagogia do trabalho braçal e coletivo, cujas bases estão na priorização dos elementos práticos, cotidianos e costumeiros. Essas construções são fundamentais na constituição da experiência do trabalho e reforçaram a configuração das lutas dos trabalhadores do porto de Porto Alegre, representados pelos seus Sindicatos e Federações.

A interdependência entre os costumes, a memória e o corpo é fundamental para se pensar a história dos trabalhadores do porto de Porto Alegre, pois o conjunto dos corpos individuais dos trabalhadores gerou o corpo social das categorias de trabalhadores braçais, do porto de Porto Alegre. Esses trabalhadores, à medida que se constituem e se constroem com uma identidade somada dos corpos estigmatizados, pela experiência, vivência e relações cotidianas, tomam consciência de sua condição de trabalhador. As imagens presentes na sociedade, pensadas e divulgadas pelos empresários do setor dos transportes, de trabalhadores rudes, sem preparo técnico, com pouco diálogo, que se acertam na *porrada*, na marra, acabam servindo para a disputa de poder e auxiliaram o capital em suas intenções de desbancar as ações de manutenção do *closed shop*, dos costumes e dos ganhos dos trabalhadores. Sabiam muito bem os empresários e os agentes do governo que os trabalhadores tinham construído um corpo social muito forte, um corpo que descendia do potencial do trabalho braçal, da união estabelecida pelos trabalhadores, pela capacidade de luta, e que isso só poderia ser vencido, com muita dificuldade, com base na ideologia da modernização dos portos: mecanização, ideal técnico em oposição ao costume, gerenciamento da mão de obra por um organismo não sindical, maior controle dos portos pelos empresários, privatização dos portos e desconstrução do poder dos sindicatos e dos trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores, à medida que se deram conta disso, lutavam pela manutenção de suas formas costumeiras e da legislação que ainda os favoreciam. Todavia, os espaços no porto foram diminuindo, e isso levou aqueles trabalhadores do quadro-extra a serem descartados da inserção no porto de Porto Alegre. Isso gerou e foi gerado pela crescente investida na diminuição da utilização

da mão de obra e no enfraquecimento dos sindicatos, porém esses trabalhadores buscam alternativas de sobrevivência, de trabalho e renda e de construção de sua história.

PEDAGOGY OF MANUAL AND COLLECTIVE WORK AT THE HARBOUR OF PORTO ALEGRE (1961-1989)

Abstract: In this article examines some elements of the forms of work organization of the workers in the port of Porto Alegre, in the years 60, 70 and 80 of the twentieth century, mainly focusing on the customary ways how was the process teaching learning of the worker, in work acting, relationships and inter-relationships in everyday life. Action of people in the construction of its history, which is called the pedagogy of manual and collective work. The main sources used are the narratives produced by the interaction between interviewer and interviewee, by recording the oral history, the fruit of the collective experience of port workers, because even with register of individual memories, always representing the community in which it is inserted the narrator. It is perceived by these narratives, collated from other sources, that the longshoreman had a peculiar way of passing knowledge to future generations, whose bases are in prioritizing the practical, everyday and customary elements. These constructs are fundamental in the constitution of experience of work and reinforces the configuration of workers' struggles in the port of Porto Alegre, represented by their unions and federations.

Keywords: Independent Workers. Workers. Manual and Collective Labor. Teaching and Learning.

Notas

¹ Eduardo RECH: advogado, presidente do sindicato dos conferentes de Porto Alegre desde 1976; Jorge PAIVA: funcionário público do município de Porto Alegre, filiado ao Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre até 1983 e estivador bagrinho dos anos 70 a 80; João ALBINO (Maromba): aposentado, estivador, filiado ao Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre desde 1968; Geraldo Mello da SILVEIRA: estivador, arrumador e trabalhador do DEPRC. Conseguiu o vínculo ao DEPRC em 1986. No momento da entrevista encontrava-se aposentado. Edson de Mello, filho de estivador, inicialmente foi funcionário do sindicato, na intervenção de 1964, depois saiu e retornou nos anos setenta, novamente como funcionário do sindicato, vindo a se tornar estivador do quadro em 1976.

Essas entrevistas foram transcritas, revisadas e adequadas à linguagem padrão e fazem parte do acervo do autor.

² Grupos de trabalhadores que executam uma determinada tarefa que necessita ser coletiva.

³ *Closed shop* é o controle do mercado de trabalho pelos operários sindicalizados.

⁴ SPH. Superintendência de Portos e Hidrovias. Porto de Porto Alegre: Apresentação. Disponível em: <http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/porto_poa/porto_poa_apresentacao.php> Acesso em: 19/12/2015.

⁵ SPH. Superintendência de Portos e Hidrovias. Porto de Porto Alegre: Zoneamento. Disponível em: <http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/porto_poa/porto_poa_zoneamento.php> Acesso em: 20/12/2015.

⁶ Berços são locais onde os navios atracam no cais. Eles têm um fundeio que facilita a atracação.

⁷ ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/2012/PortoAlegre.pdf>> Acesso em: 20/12/2015.

⁸ Calado é o canal por onde trafega o navio até chegar a seu destino, esses canais têm que ser limpos constantemente para possibilitar a navegabilidade e evitar que a embarcação encalhe na areia. O processo de limpeza dos canais é denominado de dragagem.

⁹ ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/PortoAlegre.pdf>> Acesso em: 20/12/2015.

¹⁰ PAIVA, Jorge. *Jorge Paiva*: depoimento [fev. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Porto Alegre: UNISINOS, 2008. 3 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

¹¹ ALBINO, João. *João Albino, Maromba*: depoimento [abr. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Porto Alegre: UNISINOS, 2008. 6 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

¹² RECH, Eduardo. *Eduardo Rech*: depoimento [jan. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2008. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

¹³ Em princípio, a atividade de conferência de carga e descarga obedecia a instruções reguladoras expedidas em cada porto pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo. As instruções reguladoras do exercício da profissão de conferente de carga e descarga foram expedidas pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimos com base no Decreto-Lei nº 3.346, de 11/06/1941, Lei nº 1.561, de 16/02/1949, e Decreto nº 56.367, de 27/05/65. Este último Decreto gerou uma série de discussões por parte dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Cabia à Delegacia do Trabalho Marítimo – DTM, a regulamentação do trabalho nos portos; no caso específico de Porto Alegre a DTM estava sediada em Rio Grande, mas tinha a Subdelegacia na capital; portanto, na medida em que estava sendo implementada a ditadura militar no país e seu projeto, as DTMs, estavam tomando pé da situação de cada porto, por isso, para o Rio Grande do Sul, tendo como base o que era costumeiro nos portos, o rodízio era imposição legal.

¹⁵ Após horas de debates sobre o assunto, foi aprovado o seguinte Regimento interno para distribuição do trabalho: - art. 1º A distribuição do Trabalho será efetuado em rodízio, de modo a satisfazer a necessidade do trabalho proporcionando equitatividade de trabalho e salário aos profissionais participantes de quatro escala, distintas, a saber: a) chefia; b) ajudantes (majoradas); c) rendição e d) portas ou lingadas. Art. 2º Escalas p/ conferentes chefes: engajamento pelo computo dos valores auferidos (ganho). Art. 3º Serão escalados a partir da requisição das Entidades Estivadoras permanecendo na função de início ao fim da operação da embarcação; Art. 4º O conferente chefe (ou seu substituto) deverá estar presente ao setor de trabalho trinta (30) minutos antes do início de cada período ou turnos, observando rigidamente o art. 16º das Instituições Reguladoras da Profissão; art. 5º Os erros e deficiências estarão sujeitos: substituição imediata, punição em conformidade com o of. 3/59 de 17.07.59 a DTM; com devida apreciação pelo Egrégio Conselho da DTM. Art. 6º Escalas de Ajudantes (majorados) engajamento pelo computo com valores auferidos. (Ata da Assembleia Geral, nº 92, 04.02.1965 do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Rio Grande do Sul).

¹⁶ Gango em português e *gang* em inglês, quer dizer a relação do número de trabalhadores estivadores que estão trabalhando, a organização por ternos e a inserção do trabalho.

¹⁷ Quanto ao operador de guindaste, quando o navio tinha guindaste de bordo, quem operava era o estivador, mas, quando era guindaste de terra, era o portuário. Havia também os “paus de carga” ou guinchos de bordo. Quem os operava era o estivador.

¹⁸ SILVEIRA, Geraldo Mello da. *Geraldo Mello da Silveira*: depoimento [jun. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2008. 182 minutos de gravação digital. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

¹⁹ DE MELLO, Edson Sarat. *Edson Sarat de Mello*: depoimento [mar. 2009]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2009. 132 minutos de gravação digital. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

ALBINO, João. *João Albino, Maromba*: depoimento [abr. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Porto Alegre: UNISINOS, 2008. 6 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

ARRUDA, José J. de Andrade. Experiência de classe e experimento historiográfico em E. P. Thompson. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 95-107, out. 1995.

BATALHA, Claudio H. M. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dez. 1997.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMARGO, Aspásia; NUNES, Márcia. *Como fazer uma entrevista?* Rio de Janeiro: Finep; CPDOC, 1977.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *A Aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, jun. 2006.

DE MELLO, Edson Sarat. *Edson Sarat de Mello*: depoimento [mar. 2009]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2009. 132 minutos de gravação digital. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARRES, Marluza M. Aproximação entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 146-147, jul./dez. 2004.

- HOBBSAWM, Eric J. Sindicato Nacional Portuários. In: _____. *Os trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FALCÃO, Jairo Luiz Fleck. *Cooperação, experiência e sobrevivência: a história dos trabalhadores do Porto Alegre (1961-1989)*. Tese (doutorado em história)-Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2009.
- FORTES, Alexandre. O Direito na Obra de E. P. Thompson. *História Social*, Campinas, n. 2, p. 89-111, 1995.
- LE GOFF, Jacques (Org.). Memória, História. *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. *Princípios e métodos de gestão escolar integrada*. Coritiba: IESDE, 2003.
- PAIVA, Jorge. *Jorge Paiva*: depoimento [fev. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Porto Alegre: UNISINOS, 2008. 3 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.
- PENNA, Rejane Silva. *Fontes orais e historiografia*: avanços e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- RECH, Eduardo. *Eduardo Rech*: depoimento [jan. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2008. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jainaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho*: Os estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 85-97, jun. 2006.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*: Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968. Santos: Hucitec, 1995.
- _____. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entre-guerras. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVEIRA, Geraldo Mello da. *Geraldo Mello da Silveira*: depoimento [jun. 2008]. Entrevistador: Jairo Luiz Fleck Falcão. Sapucaia do Sul: UNISINOS, 2008. 182 minutos de gravação digital. Entrevista concedida ao Projeto História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre.

SINDICATO DOS CONFERENTES DE CARGA E DESCARGA NOS PORTOS FLUVIAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Ata Assembleia Geral, n. 92, 04.02.1965.

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS. Porto de Porto Alegre. Disponível em: <www.sph.rs.gov.br> Acesso em: 30/01/08.

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*: Pedagogia(s) da Produção Associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas: Unicamp, 2001.

VIVIAN, Diego Luiz. *Indústria Portuária Sul-Rio-Grandense*: Portos, transgressões e a Formação da Categoria dos Vigias de Embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964). Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Recebido em: 16/11/2014
Aprovado em: 20/03/2015

RESENHA

Do pretexto ao subtexto de Casa-Grande & Senzala

Amurabi Oliveira*

LIMA, Mario Helio Gomes de. *Casa-Grande & Senzala: o livro que dá razão ao Brasil mestiço e pleno de contradições*. São Paulo: É Realizações, 2013. 198 p. ISBN: 8580331501

O historiador e antropólogo Mario Helio Gomes de Lima (2000, 2010) já havia dedicado dois livros à obra de Gilberto Freyre, entretanto, seu mais recente trabalho, *Casa-Grande & Senzala: o livro que dá razão ao Brasil mestiço e pleno de contradições*, não se volta a um exame mais amplo do legado intelectual do pensador pernambucano, mas sim à sua obra mais célebre: *Casa-Grande & Senzala*. Esse livro, publicado originalmente em 1933, formou o primeiro volume de uma tetralogia inacabada intitulada *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*, da qual fazem parte *Sobrados e Mucambos*, de 1936, e *Ordem e Progresso*, de 1957¹.

Sendo *Casa-Grande* uma obra clássica, que se constitui como um referencial para diversos campos disciplinares, em especial para os da Sociologia, Antropologia e História, ela já foi bastante debatida e examinada. Todavia, como indica Lehmann (2008), houve, nos últimos anos, um crescimento evidente do interesse pela obra desse autor, o que tem mobilizado pesquisadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, a buscar novos ângulos de análise de seu trabalho. O livro de Helio não se propõe a ser um exame detalhado aos moldes de *Guerra e Paz*, que almejou lançar novas teses interpretativas (ARAÚJO, 1994), mas sim, um trabalho cujo valor encontra-se no seu caráter esclarecedor, e mesmo didático, a respeito de Casa Grande

* Doutor em Sociologia (UFPE), professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. E-mail: amurabi_cs@hotmail.com

& Senzala e de seu autor, sanando algumas dúvidas que surgem durante a leitura e desvelando alguns dos mistérios da escrita desse que é considerado um dos livros que inventou o Brasil (CARDOSO, 2013). Esse trabalho hercúleo é realizado não apenas através de um exercício de interpretação da própria obra, mas também por meio do diálogo com outros livros de Freyre, além de seu “diário”, publicado com o título de *Tempo Morto e Outros Tempos* (2006b), e de cartas trocadas entre o pensador e alguns de seus contemporâneos, que revelam as contradições, anseios e angústias do autor durante o processo de construção dessa obra monumental.

O livro encontra-se subdividido em seis partes: 1) o pretexto, 2) o intertexto, 3) o contexto, 4) o texto, 5) os entretextos, 6) o subtexto. Essa organização não visa apenas a didatizar a apresentação do tema central do livro, mas a apresentá-lo de tal modo que ele consiga ser tanto uma valiosa introdução aos neófitos no legado de Freyre, quanto um trabalho de síntese útil aos leitores mais familiarizados com a obra do intelectual de Apipucos².

Na primeira parte, apesar de a apresentação de Gilberto Freyre não se resumir à simples descrição da biografia pessoal ou da formação intelectual do autor, o que não é olvidado completamente, Helio chama a atenção para a forma como Freyre grafava seu sobrenome, com “Y” e não com “I”, bem como “Mello” e não “Melo”, o que já apontara para o seu interesse pelo passado, pela origem dos nomes e suas raízes. Desse modo, destaca-se que, para Freyre, o passado nunca é totalmente esquecido, mas sim, vivo e pulsante, projetando-se no presente e no futuro. Afinal, para ele, o tempo era “tríbio”, ou seja, passado, presente e futuro se interpenetravam continuamente. Sua formação intelectual inicial e a vivência nos Estados Unidos tiveram um peso significativo na elaboração de seu modo de entender o Brasil, especialmente no que diz respeito às relações raciais. Nesse sentido, também pesa a complexa posição política que adotou, com sua aproximação a Estácio Coimbra (1872-1937) e seu subsequente exílio com a ascensão do governo de Vargas, em 1930, período no qual escreveu seu livro mais conhecido.

Em *O Intertexto*, o foco volta-se para a própria escrita de Freyre, afinal, ele afirmava que, antes de ser sociólogo, antropólogo ou historiador, ele seria escritor (FREYRE, 1968). Como já havia

notado Motta (2009), Freyre tinha algo mais de artista do que de cientista. Porém, sua marca não se restringia à escrita cambaleante entre o fazer científico e o fazer literário, entre os quais ele não percebia haver barreiras estanques, ela também estava presente no exercício contínuo de reescrita de seus próprios trabalhos, o que inclui seu diário de juventude, em grande medida, uma “autoficção”. Como é bem demonstrado, nos momentos em que Freyre buscou ser historiador sempre o foi com hífen: “historiador-sociólogo”, “historiador-antropólogo”, todos unidos pelo “historiador-escritor”, pois, “O Gilberto Freyre historiador é o que não separa – como muitos antigos, da sua tradição clássica muito remota, mas sempre viva e presente – o escritor da escrita, nem a narração do narrado ou do narrador” (p. 58). Não podemos esquecer que, para Freyre, a saudade é uma ferramenta heurística que lhe possibilita reviver empaticamente o passado (VILLAS BOAS, 2006), para assim compreender melhor o presente; metodologicamente, essa indissociabilidade também é fundamental. De forma bastante sintética nos são apresentadas aquelas que seriam as principais influências do autor de *Casa-Grande & Senzala*:

A escrita de Freyre plasma-se em duas influências fundamentais: os textos de autores portugueses (tanto os ortodoxos quanto os heterodoxos) e da literatura moderna dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Espanha, que frequentou na década de 1920. Duas influências individuais poderosas na sua formação: Oliveira Lima e Franz Boas, na época de sua formação nos Estado Unidos. (p. 62)

A respeito da influência de Franz Boas, é relevante considerarmos os questionamentos realizados por Motta e Fernandes (2013), que apontam para o seu peso relativo na formação de Freyre, considerando que ele fez seus estudos de pós-graduação em História Social e não em Antropologia, ainda que tenha cursado disciplinas nesse departamento (PALLARES-BURKE, 2005). Assim, Boas nunca foi seu orientador no sentido formal do termo. Ademais, ainda que ele reivindicasse a influência decisiva de Boas em sua obra desde o prefácio da primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 2005),

os autores apontam outras influências intelectuais que teriam pesado de forma mais significativa na formação intelectual de Freyre, como Charles Maurras (1868-1952).

Nesse capítulo, Helio ainda realiza um exercício bastante didático de classificação dos trabalhos de Freyre, organizando-os em grandes blocos em termos de temáticas, finalidades, relevância e, principalmente, de conexão entre eles; afinal, o autor busca demonstrar que, apesar da diversidade, haveria uma unidade de propósitos, métodos e realização na obra de Freyre, de modo que: “Encontrar esses pontos são os primeiros passos para uma leitura empática do que fez” (p. 74).

Já em *O Contexto*, o livro trata do cenário de fundo do período de publicação de *Casa-Grande & Senzala*, tanto em termos de dados mais objetivos, considerando, por exemplo, o caráter rural e analfabeto do país naquele período, quanto em termos do debate intelectual colocado ao fundo. Nessa direção, sua análise conflui com a de Bastos (2006) ao indicar que a questão racial era central para as discussões políticas e intelectuais dos anos de 1920, sem desconsiderar as condições às quais Freyre estava exposto de forma mais *sui generis*, como no que diz respeito a suas restrições orçamentárias. Esse capítulo também é interessante por desvelar algumas lendas que Freyre criou em torno de si próprio, comparando alguns dados que são citados em livros e a forma com que aparecerem nas cartas pessoais.

A contextualização realizada compreende ainda as condições dadas para a produção desse clássico do pensamento social brasileiro, bem como a cena cultural de fundo. Por exemplo, apesar de soar anedótico, Helio traz à tona o dado de que, em 1932, a música mais bem-sucedida no carnaval foi *O Teu Cabelo não Nega*, que era acompanhada de outras músicas cujo tema era a questão da mestiçagem, especialmente por meio da figura da mulata. Sendo assim, *Casa-Grande & Senzala* seria o estudo mais abrangente naquele contexto sobre um tema que estava posto no cotidiano dos brasileiros, o que explica, em parte, o forte impacto que sua publicação teve nos meios intelectuais. Esse livro teria realizado uma nova leitura do Brasil, elaborando uma visão que o país tinha de si mesmo quanto à mestiçagem. Para Cardoso (2013), a ressonância

de *Casa-Grande & Senzala* até o atual período se deve ao fato de que Freyre cria um mito sobre o Brasil, no qual nós nos reconhecemos e gostamos de acreditar. Não me parece que Helio discorde totalmente dessa leitura, mas ele destaca que houve uma série de ações paralelas no plano cultural que confluíram com algumas das questões postas por Freyre, ao menos no sentido de tentar construir uma nova interpretação do país.

Outro detalhe interessante diz respeito à ambiguidade do ano de lançamento do livro, já que, como fora publicado no final do ano, na folha de rosto a data é 1933 e, na capa, 1934. É assim que esse capítulo é iniciado, discutindo ainda como:

O título é quase uma metáfora das relações de raça e de classe no Brasil. Parte de uma simplificação do complexo arquitetônico-político-econômico da colonização portuguesa. Não que casa-grande ou casa grande fosse o termo corrente ao longo dos séculos para designar a residência dos senhores – o termo usado era casa de vivenda ou casa de morada –, mas funciona bem para designar uma sociedade de extremos, contrastes e contradições em que a cordialidade pode abraçar a violência. (p. 103-104)

Helio retoma a dificuldade de classificação do livro, que pode ser compreendido tanto como um livro autônomo quanto como parte de um projeto maior, de uma tetralogia que finalizaria com o livro *Jazigos e Covas Rasas*. Porém, esse último projeto não chegou a ser realizado. Sem embargo, Helio chama a atenção para o fato de que a sequência dos livros, especialmente os da trilogia publicada, passa, em alguma medida, uma falsa impressão, já que o autor não observaria os períodos históricos dentro de uma visão convencional. Haveria sim “[...] algo de anárquico no seu modo de trabalhar o tempo, resultante não só do corte sincrônico da antropologia, mas de sua paixão pela literatura, domínio por excelência do mito (ou vice-versa). Não é anacronismo o que reivindica, e sim a interpenetração do tempo” (p. 111). Esse exercício é realizado tomando como chave analítica o *oikos*, a história íntima da sociedade patriarcal.

O autor ainda se volta para o debate entre Freyre e seus críticos, sejam aqueles que questionam seu rigor científico sobre alguns temas, como é o caso de Josué de Castro, ou os que problematizam a validade de suas ideias para todo o Brasil.

A respeito disso, destacaria os inúmeros prefácios escritos pelo autor, pois situam bem esse debate. Em *Casa-Grande & Senzala* isso fica mais claro, na medida em que os inúmeros prefácios podem ser lidos e interpretados à luz das reacomodações vivenciadas por Freyre no campo científico brasileiro (SORÁ, 1998). Entretanto, o prefácio para *Ordem e Progresso* também é bastante interessante por apresentar uma nota metodológica que esclarece alguns pontos de suas escolhas (FREYRE, 2004), bem como o prefácio da segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, no qual ele reafirma que suas teses não se aplicariam apenas para o Nordeste, mas sim para todo o Brasil, de modo que aqueles que o criticaram por tal universalização, especialmente através da categoria de patriarcado, estariam confundindo forma e conteúdo, pois, embora houvesse uma variação de conteúdo etnográfico, a forma permaneceria a mesma: a família patriarcal (FREYRE, 2006a).

É problematizado ainda como a ideia de mestiçagem de Freyre se opõe ao racismo presente na obra de Oliveira Viana (1883-1951), o que vale também para os portugueses. Gilberto Freyre desenvolve um raciocínio distinto do presente em *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, ao compreender os portugueses como europeus e africanos, e, ao chegar até mesmo a afirmar posteriormente que os portugueses representam o povo menos europeu da Europa (FREYRE, 2011). Helio resume que as principais divergências entre Freyre e Oliveira Viana se dava por meio dos resultados aos quais ambos chegaram em relação à miscigenação, pois, para Viana, esse fenômeno seria algo negativo, e, para Freyre, algo positivo.

Muito rapidamente, Helio aborda a polêmica em torno do chamado “mito da democracia racial”, reafirmando, o que já fora feito por muitos, que a expressão “democracia racial” não fora utilizada por Freyre, sendo mais recorrente, em sua obra, o termo “confraternização das raças”. No entanto, a questão não é aprofundada por Helio, talvez porque ele compreenda que esse ponto vem

sendo exaustivamente revisitado por diferentes ângulos e prefira, então, indicar como o livro inovou não apenas em sua interpretação do país, como também na linguagem.

O capítulo *Os entretextos* se volta ainda mais fortemente para o propósito didático que o autor leva a cabo ao propor uma pequena antologia de fragmentos de *Casa-Grande & Senzala*. Já em *O subtexto*, o autor nos apresenta uma divisão da recepção do livro em três momentos: o primeiro iria de sua publicação até a metade dos anos de 1960, quando haveria mais avaliações positivas do que negativas sobre o livro, ainda que houvesse ataques por parte dos conservadores no que diz respeito ao uso da linguagem coloquial, à crítica aos jesuítas e à apologia à cultura afro-brasileira; o segundo iria da metade dos anos de 1960 até os anos de 1980, período em que o trabalho é combatido por sua suposta falta de cientificidade e pela interpretação assumida sobre a sociedade brasileira, porém Helio ressalta que muitas críticas eram realizadas sem que o trabalho fosse lido; e, por fim, terceiro momento se inicia nos anos de 1990 e se acelera com as comemorações do centenário de seu nascimento nos anos 2000, quando surgem novos trabalhos que visam a aprofundar a análise de sua obra. Nesse ponto, Helio nos traz uma seleção de alguns trabalhos produzidos nesse período que ele considera emblemáticos, indicando ainda outras fontes complementares para uma melhor compreensão de *Casa-Grande & Senzala*.

O livro de Helio se apresenta como parte desse novo conjunto de trabalhos que passam a visitar a obra de Freyre. Talvez lhe falte uma crítica mais incisiva, porém, claramente, sua meta é mais esclarecer do que criticar, desmistificando não apenas o próprio Freyre, como também alguns argumentos contrários à *Casa-Grande & Senzala* que não se sustentam ante uma análise mais minuciosa. Creio esse seja um livro fundamental para sociólogos, antropólogos e historiadores que almejem adentrar de forma mais profunda na interpretação do Brasil elaborada por Freyre.

Notas

¹ Na “Nota Metodológica” de *Ordem e Progresso*, o autor afirma que: “Este estudo – Ordem e progresso – é o terceiro da série que, iniciada com o ensaio *Casa-grande & senzala*, teve sua continuação em *Sobrados e Mucambos* e será concluída – como já se disse no prefácio – com o ensaio *Jazigos e covas rasas*, atualmente em rascunho e a ser publicado em breve” (FREYRE, 2004, p. 39). Nesse sentido, podemos falar em uma tetralogia inacabada.

² Nome do bairro na cidade do Recife no qual Freyre passou boa parte de sua vida adulta. Atualmente, localizam-se nele tanto a Fundação Joaquim Nabuco, instituto de pesquisas sociais fundado por Freyre, quanto a Fundação Gilberto Freyre.

Referências

ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. *As Criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora UnB, 1968.

_____. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Global, 2011.

_____. *Ordem & Progresso*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. Global: São Paulo, 2006a.

_____. *Tempo Morto e Outros Tempos*. São Paulo: Global, 2006b.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horizontes antropológicos*, v. 14, n. 29, p. 369-385, jan./jun. 2008.

LIMA, Mario Helio Gomes de. *Gilberto Freyre*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

_____. *O Brasil de Gilberto Freyre*. Recife: Comunigraf, 2000.

MOTTA, Roberto. Élide, Gilberto, Imagismo e Língua de Universidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 185-206, fev. 2009.

MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila. Gilberto Freyre, um Enigma Genealógico. In: MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (Org.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Instituto Miguel de Cervantes, 2013. p. 11-36.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: UNESP, 2005.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-grande e Senzala de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 36, p. 121-139, fev. 1998.

VILLAS BOAS, Glaucia. *Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Recebido em: 21/04/2015

Aprovado em: 01/07/2015

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A *Revista Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História) e outros gêneros, como resenhas de livros, entrevistas e discussões historiográficas da atualidade.
2. A *Revista Anos 90* foi publicada em versão impressa (ISSN 0104-236X) entre os anos de 1993 e 2014 e, atualmente, é publicada somente em versão eletrônica (E-ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica a autorização para sua publicação.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou resumen, em espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (abstract), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (keywords). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
4. Os textos para publicação devem ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos, fonte

Times New Roman, tamanho 10. As notas devem ser sucintas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características dos artigos.

5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, caso estejam nas normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
6. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no website <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, deve contatar o editor, através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br.
7. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, os dados sobre a instituição a qual está vinculado, a titulação acadêmica, o endereço eletrônico e o endereço para correspondência no sistema SEER.

ANOS 90

Política Editorial

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A1 para a área de História. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e, após decisão para a avaliação, são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,
Franklin Gothic Book, Arial e Amerika Sans.



Editoração:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs